

ANTROPOLÍTICA



50

3° QUADRIMESTRE

2020

ISSN 2179-7331
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANTROPOLÍTICA

N° 50 - 3° quadrimestre 2020

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	n. 50	p. 1-356	3. quadri. 2020
---------------	---------	-------	----------	-----------------

Direitos desta edição reservados à Revista Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia – Avenida Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Campus Gragoatá, Bloco P, sala 211 – São Domingos – CEP: 24.210-201 – Niterói, RJ Brasil – Tel.: 2629-2866 - <https://periodicos.uff.br/antropolitica/index> - E-mail: antropoliticauff@gmail.com.

Projeto Gráfico: Fabricio Trindade Ferreira

Diagramação: Mayra Laurindo Rabello

Revisão: Denise Duque Estrada

Catálogo-na-Fonte (CIP)

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia/Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. – n. 1 (1995) – Niterói, RJ: PPGA/UFF, 2020.

ISSN: 2179-7331

n.50 - 2020

Quadrimestral

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. I. Universidade Federal Fluminense. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Antonio Claudio da Nóbrega

Vice-Reitor

Fabio Barboza Passos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação

Andrea Brito Lage

Comissão Editorial da Antropolítica

Deborah Bronz (PPGA/UFF)

Fabio Reis Mota (PPGA/UFF)

Gisele Chagas Fonseca (PPGA/UFF)

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA/UFF)

Lucía Eilbaum (PPGA/UFF)

Nilton da Silva Santos (PPGA/UFF)

Assistente Editorial

Mayra Laurindo Rabello

Foto de Capa

Lenin Pires

Conselho Editorial

Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM -Argentina)

Anne Raulin (Paris X -Nanterre)

Arno Vogel (UENF)

Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Charles Lindholm (Boston University)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Daniel Cefai (Paris X -Nanterre)

Edmundo D. C. dos Santos (Ottawa University)

Eduardo Diatahy Bezerra de Meneses (UFCE)

Eduardo Rodrigues Gomes (UFF)

João Baptista Borges Pereira (USP)

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE)

Lana Lage de Gama Lima (UENF)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Marc Breviglieri (EHESS)

Mariza Gomes e Souza Peirano(UnB)

Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)

Raymundo Heraldo Maués (UFPA)

Roberto Augusto DaMatta (PUC-Rio)

Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Sofia Tiscórnica (UBA)

DOSSIÊ: MERCADOS INFORMAIS/ILEGAIS, ILEGALISMOS E A REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA

APRESENTAÇÃO: MERCADOS POPULARES, ILEGALISMOS E SUAS REGULAÇÕES PELA VIOLÊNCIA Lenin Pires, Daniel Hirata, Salvador Maldonado	7
MERCADO INFORMALES Y VIOLENCIA(S) EN BUENOS AIRES Mariano Perelman	32
“SOMOS CIVILIZADOS, NÃO PRECISAMOS DA POLÍCIA”: AJUSTIÇA POPULAR NO HAITI CENTRAL Felipe Evangelista	58
OPERÁRIOS DA FIRMA: MUNDO DO TRABALHO NO MUNDO DO CRIME Diogo Lyra	84
ECONOMIAS-POLÍTICAS MARGINAIS: PRODUTIVIDADE POLICIAL, VIZINHANÇAS RADICAIS E A (RE)PRODUÇÃO COTIDIANA DAS DESIGUALDADES EM UMA FAVELA DE NITERÓI-RJ Elizabete Ribeiro Albernaz	107
LADRÕES E CAÇADORES: SOBRE UM CARRO ROUBADO EM SÃO PAULO Gabriel Feltran, Deborah Fromm	128
AÇÃO ENTRE AMIGOS: RELAÇÕES ENTRE BANQUEIROS DO BICHO E MILÍCIAS NAS DISPUTAS POLÍTICO-ECONÔMICAS DA CONTRAVENÇÃO Rômulo Bulgarelli Labronici	150
“LAVO, PASSO E COZINHO NA SUA CASA E PROS SEUS FILHOS, MAS MEU FILHO QUE MORA COMIGO FICA LARGADO NA FAVELA”: REFLEXÕES SOBRE SUSPEIÇÃO E PRECARIIDADE NOS CASOS DO “CRIA DE FAVELA” E DA “EMPREGADA DOMÉSTICA” Gabriel Borges da Silva, Fábio Medina Gomes	173

ARTIGOS

- “AGORA QUER SER RICA?”: NEGOCIAÇÕES COTIDIANAS SOBRE CLASSE E MOBILIDADE SOCIAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS 197
Renata Mourão Macedo
- AS NARRATIVAS DO MOVIMENTO NEGRO NO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO: DO PROTESTO À POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA 224
Joana Tereza Vaz de Moura, Paulo Cesar Ramos
- CONTROL ESTATAL DE VENDEDORES CALLEJEROS EN RIO DE JANEIRO Y EN LA CIUDAD DE BUENOS AIRES: UNA APROXIMACIÓN COMPARATIVA A LA RELACIÓN ENTRE VENDEDORES Y AGENTES DE CONTROL 248
Sofía Belcic
- MULHERES INDÍGENAS, ENSINO SUPERIOR E COLONIALIDADE DE GÊNERO 273
Elizabeth Ruano-Ibarra, Victoria Miranda da Gama Oliveira
- OBSTÁCULOS NA ‘PISTA LIVRE’: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRAGMÁTICA DOS DISPOSITIVOS DA ‘LEI DE TRÂNSITO’ NO RIO DE JANEIRO 300
Alexandre Werneck

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

- ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E ÉTICA: DESAFIOS NO E DO CAMPO CIENTÍFICO 328
Neusa Maria Mendes de Gusmão

RESENHA

- KHOTARI, ASHISH. ET AL. PLURIVERSE: A POST-DEVELOPMENT DICTIONARY. NOVA DELHI: TULIKA BOOKS, 2019 350
Viviane Kraieski de Assunção, Andréia Gimenes Amaro

DOSSIER

PRESENTATION: POPULAR MARKETS, ILLEGALISMS AND ITS REGULATIONS FOR VIOLENCE Lenin Pires, Daniel Hirata, Salvador Maldonado	7
INFORMAL MARKET AND VIOLENCE(S) IN BUENOS AIRES Mariano Perelman	32
“WE ARE CIVILIZED, WE DON’T NEED THE POLICE”: POPULAR JUSTICE IN CENTRAL HAITI Felipe Evangelista	58
WORLD OF WORK, WORLD OF CRIME Diogo Lyra	84
MARGINAL POLITICAL-ECONOMIES: POLICE PRODUCTIVITY, RADICAL NEIGHBORHOOD SITUATIONS AND THE EVERYDAY (RE)PRODUCTION OF INEQUALITIES IN A NITERÓI-RJ FAVELA Elizabeth Ribeiro Albernaz	107
THIEVES AND HUNTERS: ON A STOLEN CAR IN SÃO PAULO Gabriel Feltran, Deborah Fromm	128
ACTION BETWEEN FRIENDS: RELATIONS BETWEEN BANKERS OF THE ANIMAL’S GAME AND MILITIAS IN THE POLITICAL-ECONOMIC DISPUTES Rômulo Bulgarelli Labronici	150
“I WASH, IRON CLOTHES AND COOK AT YOUR HOUSE AND FOR YOUR KIDS, BUT MY SON DOESN’T LIVE WITH ME, HE LIVES ALONE IN THE FAVELA”: REFLECTIONS ON SUSPICION AND PRECAUCIONSNESS IN THE CASES OF THE “CRIA DE FAVELA” AND THE “MAIDS” Gabriel Borges da Silva, Fábio Medina Gomes	173

ARTICLES

- “DO YOU WANT TO BE RICH NOW?”: EVERYDAY NEGOTIATIONS ABOUT CLASS AND SOCIAL MOBILITY AMONG COLLEGE STUDENTS 197
Renata Mourão Macedo
- BLACK MOVEMENT’S NARRATIVE IN THE BRAZILIAN POLITICAL FIELD: FROM PROTEST TO INSTITUTIONALIZED POLICY 224
Joana Tereza Vaz de Moura, Paulo Cesar Ramos
- STATE CONTROL OF STREET SELLERS IN RIO DE JANEIRO AND IN THE CITY OF BUENOS AIRES: A COMPARATIVE APPROACH TO THE RELATIONSHIP BETWEEN VENDORS AND CONTROL AGENTS 248
Sofia Belcic
- INDIGENOUS WOMEN, HIGHER EDUCATION AND GENDER COLONIALITY 273
Elizabeth Ruano-Ibarra, Victoria Miranda da Gama Oliveira
- OBSTACLES ON THE ‘FREE-WAY’: SOME NOTES ON THE PRAGMATICS OF THE DEVICES OF THE ‘CODE OF TRAFFIC’ IN RIO DE JANEIRO 300
Alexandre Werneck

TRAJECTORIES AND PERSPECTIVES

- ANTHROPOLOGY, EDUCATION AND ETHICS: CHALLENGES IN THE SCIENTIFIC FIELD 328
Neusa Maria Mendes de Gusmão

REVIEW

- KHOTARI, ASHISH. ET AL. PLURIVERSE: A POST-DEVELOPMENT DICTIONARY. NOVA DELHI: TULIKA BOOKS, 2019 350
Viviane Kraieski de Assunção, Andréia Gimenes Amaro

D **OSSIÊ**

Mercados Populares, Ilegalismos e suas Regulações pela Violência

Popular Markets, Illegalisms and its Regulations through Violence

Para Luiz Antonio Machado da Silva (*in memoriam*)

Lenin Pires

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Daniel Hirata

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Salvador Maldonado

Centro de Estudos Antropológicos, Colegio de Michoacán, A. C. México

RESUMO

O texto versa sobre os mercados dos ilegalismos, considerados estruturantes e distintivos das economias *neocoloniais*, *periféricas*, *dependentes* ou *subdesenvolvidas* ou, paradoxalmente, parte do “museu de grandes novidades” da racionalidade política contemporânea descrita enquanto *neoliberal*. Os autores discorrem sobre como estes, ao acolherem populações pobres, periféricas, migrantes ou refugiadas, se transformam em universo relacional cada vez mais complexo, tendo a dimensão da *violência* em permanente mutação, dependendo dos interesses e processos legitimadores do uso da força, ao mesmo tempo que compoendo e desafiando a ficção moderna da estatalidade. Dessa maneira, ela ora se estabelece como tecnologia de administrar conflitos, ora em mercadoria que se veicula para equilíbrio ou desequilíbrio das relações de poder em tais contextos, podendo desbordar para outros domínios relacionais da sociedade.

Palavras-chave: Mercados, Ilegalismos, Conflitos, Violência, Política.

ABSTRACT

The paper focuses on the markets of illegalisms, considered structuring and distinctive of *neocolonial*, *peripheral*, *dependent* or *underdeveloped* economies or, paradoxically, part of the “museum of great novelties” of contemporary political rationality of *neoliberalism*. The authors see how this topics, by welcoming poor, peripheral, migrant or refugee populations, become an increasingly complex relational universe, with the dimension of

violence in permanent mutation, depending on the interests and processes legitimizing the use of force, while at the same time composing and challenging the modern fiction of status. In this way, it is sometimes established as a technology for managing conflicts, sometimes as a commodity that is used to balance or unbalance power relations in such contexts and may overflow into other relational domains of society.

Keywords: Markets, Ilegalism, Conflicts, Violence, Politic.

Os mercados populares associados aos ilegalismos estão sob ataque. Ou, melhor posto, sob disputa. (Re)lançados ao centro do debate público desde o final do século XX, em todo o mundo, os chamados “mercados informais e ilegais” são caracterizados nesse debate de forma paradoxal. Constituem, ao mesmo tempo, uma *saída* e uma condenação. Via de regra, esses mercados viabilizam a distribuição de bens e serviços, capilarizaram a riqueza circulante, principalmente pela agência de atores marginalizados, mobilizados como produtores, vendedores e consumidores (TARRIUS, 2002; PORTES, 1997). Não obstante sua crescente importância na vida econômica dessas pessoas, na maior parte do tempo diferentes setores bem estabelecidos, dos pontos de vista político, econômico ou jurídico, os representam como indesejáveis. Contudo, eles não apenas são cada vez mais numerosos, quanto mais abrangentes e diversificados. Cada vez mais acolhem braços, vozes, competências, conhecimentos, expectativas e, fazendo-o, promovem a circulação de dinheiros e valores. Consequentemente, despertam cada vez mais interesse de especialistas, gestores e operadores do sistema de justiça criminal. Por isso mesmo, tornam-se cada vez mais imprescindíveis de serem objeto de pesquisa sócio-antropológica.

Tais mercados são estruturadores das economias coloniais, periféricas, dependentes ou subdesenvolvidas, retomando os termos de um amplo e rico repertório de estudos sócio-históricos que foi muito importante no pensamento social latino-americano (OLIVEIRA, 1972; QUIJANO, 1971; NUN, 1969;). Também não é por mero acaso que, mais recentemente, constam nos levantamentos dos institutos de pesquisas econômicas, compondo o “museu de grandes novidades” entre os dados a descrever a racionalidade neoliberal (LAVAL; DARDOT, 2016; FERGUSON, 1999) Se tornaram o abrigo definitivo de numerosos corpos e populações pobres, negras e habitantes de favelas e periferias chamuscados pelas incendiárias dilapidações dos direitos sociais e civis que caracterizam os arranjos ocidentais contemporâneos. Por outro lado, em numerosos países, de norte ao sul do planeta, eles se estruturam, ora abarcando os segmentos despossuídos que se multiplicam dentro de uma sociedade nacional, ora recepcionando segmentos migrantes e de refugiados que caracterizam o grande movimento populacional nas

primeiras décadas do século XXI (SASSEN, 2014). É, portanto, impossível desconsiderar ou considerar suas existências, como ocorria no passado, como “atraso”, “incompletude” ou “arcaísmos”, são um fenômeno global dadas as suas cadeias de provisão (TSING, 2018). É desaconselhável, para os artífices da política, ignorar a necessidade de lhes observar os movimentos e, tanto quanto possível, tentar direcionar suas potencialidades. É o que tem sido feito, nos parece, por setores que se ocupam da informalidade e da criminalidade violenta em distintos países onde reina o populismo penal (GARLAND, 1995).

Mas, afinal, a que mercados estamos nos referindo? Que relações os definem e que elementos são essenciais em suas estruturas e vigências? Como se relacionam com as políticas de segurança, com a regulação estatal, com o mercado mundial ou informal e os agentes nacionais e locais? Quais as percepções que podem abrigar e, finalmente, o que se pode conjugar como manifestação da violência em seu interior? Essas são algumas das questões urgentes para serem pensadas na presente conjuntura e que, pensamos, são tratadas no presente dossiê por meio das etnografias que o compõem. E o interesse do presente dossiê nos parece se justificar tanto pela envergadura do fenômeno sociológico, pelas potencialidades antropológicas, quanto pelas repercussões políticas que restam já evidentes.

Os mercados que aqui fazemos alusão são, em primeiro lugar, um fenômeno ao mesmo tempo material e simbólico. Isso quer dizer que tanto aludimos a suas expressões físicas (HART, 1973; PIRES, 2011; RABOSSI, 2011; HIRATA, 2014) – considerando seus lugares de mercados, espacialidades e pontos de venda – como em suas emanações dispersas, considerando as associações voluntárias ou involuntárias entre sujeitos sociais cujas conexões põem em marcha um determinado universo de intercâmbios (POLANYI, 2000; WEBER, 2000). Pode-se argumentar que isso é característica da própria sociedade, particularmente a capitalista, e isso não estará equivocado. O que nos chama a atenção, porém, é que muitas vezes tais lugares e conexões, não raro, são desconhecidas, como deixam de ser deliberadamente reconhecidas, quando não diretamente negadas. Ou seja, não obstante o caráter estratégico que faz com que, em seu interior, se produzam, distribuam e se venha a consumir um conjunto bastante amplo de bens e serviços, ainda assim há ações sociais voltadas para ofuscar, tornar oculta ou opaca a compreensão mais ampla e refinada acerca dessas relações.

As práticas potencialmente associadas, que emanam nestes mercados a partir de uma miríade de saberes e competências, se complementam, se retroalimentam e constituem um circuito integrado de interdependências (PIRES, 2020; HIRATA, 2020). Há entre elas, porém, algumas que se projetam e se especializam em seu manejo, recorrendo ao uso da força, do estabelecimento de constrangimentos, muitas vezes operando para obliterar a derivação desses

mercados, evitando a transição de sujeitos para outras formas de expressão e representação estrutural. Dessa forma, tais saberes e competências, que são esgrimidas a partir de enunciados que têm em comum a expressão da violência se tornam catalisadoras e, em última análise, uma expressão fundamental desses mercados aqui analisados.

Mas ao que chamamos violência neste contexto? Poder-se-ia pensar que estamos fazendo referência aos termos preconizados pela Organização Mundial da Saúde, que em documento de 2002 a definiu como “o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação” (DAHLBERG; KRUG, 2002). Essa noção, muito embora possa encontrar ampla ressonância, parte da análise superficial de um conjunto de situações empíricas e acaba por se tornar ampla demais, favorecendo a que se deixe escapar o objeto que propomos construir. Talvez porque a OMS, como parte das Nações Unidas, seja dessas agências preconizadoras de um universalismo abstrato, bem condizente com uma moralidade que se quer, arbitrariamente, pública.

Para desenvolvimento de nosso argumento, resgatamos as contribuições de Luiz Antonio Machado da Silva que, ainda em 2010, propôs focalizar a problemática da violência urbana partindo de um estudo de caso no Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, o sociólogo – recentemente falecido em decorrência da calamidade sanitária em que estamos inseridos –, sugeriu que a veiculação dessa categoria associava o uso de meios violentos à noção leiga de crime. A reiteração desta combinação, por sua vez, põe em relevo uma ameaça permanente à integridade física e patrimonial das pessoas. Na mobilização dessas representações sociais, assim, um amplo e variado conjunto de condutas, envolvendo direta ou indiretamente a força física, vinha sendo reunido e ressignificado no plano prático-discursivo, gerando um campo de debate articulado pela categoria polissêmica *violência*. Afirmou o autor:

Entretanto, não se trata de mero sinônimo de crime violento, que não passa de simples coleção de práticas violentas desviantes, intermitentes, intersticiais e sempre referidas à ordem dominante. Minha hipótese é que a linguagem da violência urbana problematiza uma ordem social específica ou, em outras palavras, reconhece um padrão de sociabilidade que venho chamando de “sociabilidade violenta” e cujos contornos há algum tempo procuro apreender. Assim, ela é o referente significado pela violência urbana. A relação indissociável entre violência urbana e “sociabilidade violenta”, que vem se construindo e consolidando nas últimas décadas, vista à distância talvez contenha boa dose de exagero na percepção do perigo envolvido, mas é preciso admitir que a violência urbana, como um conjunto de práticas que identificam uma ordem social, não é uma fantasia (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 286).

É estimulante a hipótese de que a categoria *violência* faria alusão ao reconhecimento de um padrão de sociabilidade embebido em uma ordem social, no tocante ao que Machado da Silva (2010) identificava nas relações envolvendo atores nas favelas com o protagonismo dos traficantes de drogas, mas também incluindo os policiais responsáveis pelo controle daqueles territórios. Para Machado da Silva (2010), a “sociabilidade violenta” correspondia a uma forma de vida singular, na qual o recurso à força física deixava de ser um meio de ação regulado por fins para se transformar em um regime de ação das práticas. No limite, a violência se liberaria da regulação simbólica, isto é, de sua subordinação às restrições e condicionamentos representados pelos fins materiais ou ideais a que, sob outras circunstâncias, serviria como meio para sua obtenção. Ela se torna um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação. Ela seria sua própria explicação e parâmetros de autorregulação, sem prejuízo de que os conjuntos de atores ligados por compartilharem o mesmo princípio, ajustassem suas práticas a avaliações de hierarquias de força, sempre tópicas, instáveis e temporárias.

O que é importante, para os objetivos do que aqui postulamos, é tomar essa hipótese em associação com outra potente afirmação do autor, neste mesmo texto. Diz ele, a respeito do enquadramento do debate que reifica a categoria “violência urbana”.

A conclusão mais geral é que, por uma espécie de efeito boomerang, o próprio enquadramento do debate é um dos elementos que reproduz o problema que se quer resolver. Entretanto, o centro do argumento focaliza, em particular, um dos mais perversos efeitos desse enquadramento – a criminalização das populações residentes nos “territórios da pobreza”, aqui representados pelas favelas. A ironia é que elas são chamadas de “comunidades” pela polícia, pela população da cidade e pelos próprios moradores (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 284).

O que queremos dizer é que está no processo de construção dos significados da violência não apenas a autonomização das formas não reguladas do uso da força, mas a liberação mesmo das potencialidades políticas de seu manejo por grupos e indivíduos, sobre outros grupos e indivíduos, em determinados contextos situados. Compreendemos tais ações, finalmente, como parte do processo mais geral, mencionado por Silva, envolvendo a delegação das camadas mais abastadas ao conjunto dos aparelhos de repressão – estatais e não-estatais – para afastar o *outro*. Assim, “a linguagem dos direitos submerge ou se ressignifica pelo impacto da demanda aos aparelhos policiais de garantias imediatas e a qualquer preço de proteção pessoal e patrimonial, que não são mais compreendidas por meio da noção de direitos civis” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 288).

Tais formas de administrar os conflitos parecem ter estabelecido dinâmicas que catalisaram, nos mercados e ilegalismos populares, uma ampliação das possibilidades de comercializações. Com isso, expectativas de mercados mais amplos, em escala global, foram atendidos, conectando pobreza e riqueza, assim como diversos ordenamentos normativos. Ora, uma das características desses mercados é que neles circulam, com legitimidade, objetos que são refutados pela moralidade dominante, em um dado contexto social urbano. Esta moralidade, via de regra, pouco tolera fenômenos sociais que arranham ou contaminam as expectativas pretensamente éticas, mas quase sempre estéticas, dos grupos que se instituem enquanto *pseudoelites*. Grupos estes que se julgam detentores do direito em dizer o direito. Para os *outros*, preferencialmente; em particular em sociedades como a brasileira, onde a desigualdade está naturalizada (LIMA, 1995).

Os ilegalismos, porém, tanto podem escapar às classificações ideais do direito, bem como se coadunar com outras espacialidades e temporalidades estruturais, alternativas ao discurso oficial, permitindo conjugações sobre o que é moralmente possível e episodicamente justo. Em outras palavras, se adaptar à necessidade política de sua classificação pela pretensão governamental de estabelecer uma regulação que os leve a uma condição subordinada que estabeleça a condição de corrompê-los, controlá-los econômica e eleitoralmente. Como atestam etnografias, bem como outros trabalhos de natureza empírica, um mercado informal é como uma pequena caixa forte dos partidos políticos, governos locais, chefaturas de polícia que buscam estabelecer seus contornos, explorando-os financeiramente e gerando clientes nas disputas de poder público. A resistência de tais mercados, bem como as lutas pelo seu manejo, pode resultar na pauta de suas criminalizações.

Assim, assegurar a existência desses espaços e tempos alternativos pode se tornar uma necessidade, diante da maior ou menor intolerância dos grupos estabelecidos juridicamente. Dizia-se, tempos atrás, que isso era imprescindível para se evitar “perturbação da ordem”, chamando desnecessariamente a atenção para o que ocorria nesses mercados. Aos poucos, com a pujança dos negócios, fizeram-se cada vez mais imprescindíveis as atuações de *vigias*, *vigilantes*, *guardiões*, entre outros atores sobressaídos da representação estatal nos termos acima. Com a complexidade dos negócios e das disputas, o que eram formas de segurança transformaram-se em serviços de proteção. Vai-se, assim, da representação de um interesse com legitimidade pública para a particularização de recursos para proveitos privados em um piscar de olhos.

Nada era mais representativo, por exemplo, que o policial que nas horas vagas atuava como vigilante em um camelódromo. Bons tempos aqueles que o chamado *bico* – o trabalho na

folga – era uma atividade proibida, porém tolerada pelas organizações policiais. Transformado aos poucos em uma previsão oficial, o trabalho entre as escalas institucionaliza a possibilidade de maiores ingressos para os policiais, ao mesmo tempo que sanciona os baixos salários praticados pelo Estado. O que é representado, por sua vez, enquanto desconsideração, ensejando uma série de justificativas ou argumentos para uma nova escalada sem fim de ilegalismos e, em níveis mais extremos, ilegalidades por parte de agentes estatais. Ao mesmo tempo, seguem proibidas as prestações de serviços para estruturas informais, mas não para associações institucionalizadas mediante a informação de um mero endereço fixo. Como se vê, a possibilidade dos ilegalismos recriarem seus ciclos e ampliarem suas esferas de significação é ilimitada. Por outro lado, como ocorria no passado, o trabalho para complementar salário, aos poucos, pode dar lugar a tentativas de empreendimentos. Seja adquirindo um posto para distribuir bens e serviços, seja obtendo o controle do próprio mercado. Em particular, aquele habilitado a prover segurança e, sobretudo, proteção. Essa segunda modalidade, cada vez mais em voga, tem se expandido e vem obtendo mais rentabilidade em termos econômicos e políticos nos grandes centros urbanos brasileiros.

O que nos remete a considerar a violência em uma outra esfera de significação; esta, uma vez engendrada em tais arranjos, pode ser também pensada – e de maneira extrapolada – como uma violação dos acordos tácitos na fundação desse espaço-tempo ideal no qual se instituem tais mercados. E, igualmente, uma certa tendência a autonomização dessas forças, como é o caso paradigmático das chamadas *milícias*, em que a extorsão violenta é seu principal ativo (ALVES, 2003). Daí a vigência de práticas cada vez mais próximas da extorsão, como apresentou Misse (2006), enquanto um diacrítico fundamental, um polo no qual se pode situar o conjunto de mercadorias políticas¹. Logo, uma mercadoria que acaba por encapsular aquilo que o produz e, numa outra dimensão, consumir aqueles que o consomem. Fundam-se, assim nos parece, formas de dominação que têm nas práticas da ameaça e da extorsão as tecnologias de governo mais contumazes. A violência, em resumo, possui uma dimensão criativa, positivadora de práticas de regulação de mercados como são as mercadorias políticas e, neste sentido, se consubstancia ela mesma em um dos objetos postos em circulação (PIRES, 2020; HIRATA,

¹ Segundo Misse, essa é uma mercadoria que circula em um ambiente avesso à regulação estatal e que compete com o poder estatal na definição das regras para seus usos e trocas. É um bem disponível em um mercado e que circula de acordo com distintos interesses e objetivos, seja público ou privado. A extorsão é, segundo o autor, o “caso-limite” desse tipo ideal de mercadoria, pois as trocas por ele ensejadas desenvolvem-se sob constrangimento de uma das partes, para quem a troca é ilegítima. Pode ocorrer, porém, da parte mais frágil do contrato considerar parcialmente vantajosa a adesão a ele, como no caso do chamado “arrego”. Mas ainda assim a mercadoria é política, pois “combina custos e recursos políticos para produzir um valor-de-troca político ou econômico” (MISSE, 2006, p. 209).

2020).

A violência, portanto, é uma das mercadorias que circulam nesses mercados. O uso da força – elaborada enquanto sanção ou autorização informal/ilegal, a ancorar discursos legais e normativos voltados a controlar ou anular outras práticas-discursivas –, é transmutada a partir do interesse pontual que leva ao seu emprego particularizado, como é o caso das mercadorias de proteção/extorsão a depender do situacionismo contextual em que se insere. Daí, como sugerido por Arendt, o uso da força se torna violência, por assumir a característica de abuso e, neste sentido, o conceito de mercadoria política formulado por Misse (2006) se realiza em suas várias modalidades.

Como objeto presente nas trocas, ela acaba por expressar um sentido fundamental. Assim, no processo das trocas ali existentes, a exibição da força em seu estado bruto é, portanto, a consubstanciação do poder que parece ali se gerar para apropriação de excedentes que são cooptados, expropriados, extraídos e redirecionados para outros ciclos de trocas. Em outras palavras, considerando o caráter substantivo e amplo dessas trocas não reconhecidas ou negadas oficialmente, mas operantes oficiosamente, podemos pensar que aquilo que durante muito tempo se designou por informal e/ou ilegal é, em si mesmo, a forma pela qual se gesta o poder, até que o “formal” se institua como uma violência externa a ele, que o submete transitoriamente, e o constrange à ficção estatal. Por isso, os ilegalismos são uma categoria que permite romper essa dicotomia entre legalidade/ilegalidade ou lei e transgressão da lei em prol de práticas situadas que permitem situar as trocas em uma constelação de forças. Partir do conceito de ilegalismo como uma “ferramenta analítica” (LASCOUMES, 1996) nos permite dois deslocamentos importantes.

Em primeiro lugar, por meio dos ilegalismos, Foucault estabelece um deslocamento em relação às categorias jurídicas penais de lei e transgressão da lei, que são os correlatos da noção de ilegalidade, em prol de pensar justamente as leis e os ilegalismos e sua gestão diferencial. Enquanto a ilegalidade resulta em um conceito derivado do formalismo jurídico, dividindo o mundo entre o que está dentro e fora dele, o ilegalismo emana movimentos, circulações ou interstícios inseridos nas dinâmicas de poder e disputas entre as elites. Em lugar da pretensa neutralidade e universalidade das categorias jurídicas, a abordagem histórica acima exposta demonstra justamente que “ordem” e “desordem” são domínios que variam no tempo e são construídos a partir de um jogo de forças parciais em um campo conflitivo. A variação no tempo desse campo conflitivo altera as fronteiras da lei e inscreve nela a resultante das forças que compõe e recompõe a gestão diferencial dos ilegalismos. Desta perspectiva, é decisivo entender não apenas a relação negativa entre interdito e transgressão da lei, pressupostos nas categorias

jurídicas, mas de forma mais global outros múltiplos efeitos positivadores. As estratégias globais dos ilegalismos, identificadas com as relações de força em um momento dado, não com um desajuste das práticas legais fora do tempo e do espaço, portanto, são elementos absolutamente legitimadores. As estratégias globais dos ilegalismos, identificada às relações de força em um momento dado, não a um desajuste das práticas legais fora do tempo e do espaço, portanto, é um elemento sancionador de todo o dispositivo que constitui a penalidade.

Outro ponto importante da crítica das categorias jurídicas encontra-se na abrangência em que se inscrevem os ilegalismos. Um comportamento não constitui em si uma transgressão, mas todo um conjunto de procedimentos constrói a pertinência dele como tal, ou seja, toda uma série de operações de diferenciação o produz. Nesse sentido, Foucault considera em sua análise do aparelho judiciário todo o conjunto de práticas relacionadas às atividades institucionais e às técnicas de investigação, as relações entre as próprias categorizações jurídicas e as instâncias de controle e sanção, enfim, as formas de construção da verdade jurídica. Ao alargar o que se considera normalmente o conjunto da dinâmica punitiva, Foucault situa a análise longe de uma suposta essência relativa à atividade de infração, fora das relações de forças que produzem os efeitos de diferenciação, reposicionando o conflito de forma transversal a todo o dispositivo jurídico. Mas esse modelo que ele chamava de “estratégico e não o do direito” não deve ser entendido somente a partir de certos “fatores externos”, que o autor francês evoca igualmente, como o preço do advogado ou a diferença da abordagem policial segundo um perfil definido, mas do sistema de leis em si. É também por “dentro da lei” que a sua excepcionalidade produz o jogo diferencial de tolerância e repressão. Os ilegalismos encontram-se imersos em uma dinâmica que envolve diferentes pontos de vista. O ilegalismo, finalmente, não é apenas um conceito oposto à ilegalidade, entrevê uma outra perspectiva, ou melhor, um jogo de perspectivas, inclusive incluindo as categorias jurídicas e seus usos interpretativos. Este jogo incorpora as diversas modalidades de leis, normas e procedimentos judiciais, mas também um amplo espectro difuso de práticas de controle social (HIRATA, 2014).

Por isso mesmo, os mercados populares e os ilegalismos se instituem cada vez mais como ambiências sociativas – onde os conflitos e, por outro lado, as violências, são catalisadores de primeira ordem – e a magnitude de seus arranjos nos faz questionar suas denominações enquanto *marginais*. São contextos arquitetados pelo exercício da política e nos quais se operacionaliza a violência especializada no manejo das formas plurais de constrangimentos e sanções para validar regras engendradas tacitamente. Por outro lado, é mister sublinharmos que esses mercados podem ter se expandido, mas estão longe de ser criações contemporâneas. É o que mostram diferentes etnografias, particularmente nas fronteiras entre as sociedades tradicionais e

complexas. Eles estão na gênese, por exemplo, do que conhecemos por “capitalismo” (WOLF, 2015) como também a rica tradição da sociologia histórica, versando sobre a passagem interna no ocidente, do feudalismo para a modernidade (HIRSCHMAN, 1970; WEBER, 2000).

Esses contextos, no entanto, cada vez mais se complexificam em suas relações materiais e simbólicas e, por isso, propomos o presente dossiê. Por tudo o que referimos até aqui, ele está fundamentado no pressuposto de que distintas dimensões das relações humanas – econômicas, políticas, associativas, afetivas, entre outras – permeiam as fronteiras da legalidade e da ilegalidade, da formalidade e da informalidade, do lícito e do ilícito, produzindo expressões, práticas e registros com graus variados de aderência às expectativas de *ordem*.

Ora, pelas nossas experiências de pesquisas, bem como leitores interessados nos trabalhos de outros colegas sobre o tema, consideramos que há a vigência de uma tradição estatista ou estado-centrada no tocante a essas tensões. Estas estabelecem planilhas que, em que pese a pretensa complexidade, possuem base binária, concebidas abstratamente e de forma arbitrária, tendo por referência exclusiva a ficção da lei. Em nossa perspectiva, porém, tais exercícios contribuem apenas parcialmente para a compreensão da complexidade dos fenômenos associada à construção social dos mercados. Justamente por essa razão recorreremos à noção de ilegalismos como ferramenta heurística que permite entrever transversalmente os campos de tensão e passagem entre a normatividade governamental e as práticas sociais situadas em suas *margens* (DAS; POOLE, 2004). Aqui é importante não tomar essas últimas apenas como delimitadoras do que está fora do fluxo de definições políticas, administrativas e, eventualmente, legais, que caracterizam o Estado, mas também espaços sociais *encharcados* por suas determinações, cujas dinâmicas atraem para o leito estatal, permanentemente, elementos do tecido social capazes de *turvar* a representação ideal que animam os estetas de plantão. Tomada em seu conjunto, tais emanações podem conjugar formas mais abrangentes de imaginar e mesmo definir o que pode impor a ordem, na contemporaneidade.

Partimos, assim, de um olhar antropológico, atento a expressões que nem sempre correspondem à observância mecânica da lei por parte das pessoas, integrem elas ou não as instituições estatais. Nessa direção, atentamos para o uso tático da lei, suas porosas fronteiras e o trânsito na constituição dos mercados pesquisados. Os mercados e relações a eles associados, aqui tomados para a análise, são historicamente regulados não apenas pelas lógicas que conjugam as práticas e os valores de certa “moral do Estado”, mas também pelos interesses e práticas sociais de coletivos ou indivíduos que concebem estabelecer ordens outras. Esta pode ser concorrente ou não com a perspectiva dominante, proveniente dos segmentos sociais que monopolizam a representação formal do Estado a partir da capacidade de utilizar, legitimamente ou não, a

violência contra a liberdade ou a integridade física dos sujeitos. O Estado, nesse sentido, é feito e refeito nas suas margens, onde os ilegalismos são operantes. Trata-se assim de pensar menos um Estado, mas um fazer Estado (SOUZA LIMA, 2002) ou um efeito Estado, possibilitado pela construção das suas fronteiras com o que se chama mercado e sociedade (POLANYI, 2000; MITCHELL, 2005; 2007; 2009). Por um lado, para des-substancializar seus enunciados autocentrados sem perder analiticamente as agências performativas desse macroator (LATOUR, 1989). Por outro lado, ao etnografar as suas práticas (ABRAMS, 2006, SOUZA LIMA, 2002; EILBAUM; CHAGAS; SANTOS, 2019; FERREIRA, 2015) e, compreender como se governam populações, territórios (LIMA; EILBAUM ; PIRES, 2007; BIRMAN *et al*, 2015) e mercados (NEIBURG *et al*, 2014) por meio das suas tecnologias de governo (FONSECA; JARDIM; SCHUCH, 2016).

As tensões entre as expectativas pela circulação de bens, obtenção de rendimentos, cristalização de reputações e pela imposição de uma ordem que submeta os demais é permanente. A violência, nesse sentido, pode produzir, regular ou proteger mercados, a depender das circunstâncias em que as relações nestes últimos se erigem, tornando-se passível de captação em suas formas pelas pesquisas. Em cada um desses registros importam as formas pelas quais o uso potencial ou efetivo da força atua de maneira constitutiva dos mercados; sejam eles estabelecidos legal ou ilegalmente, formalizados através de fluxos administrativos ou informais em seu funcionamento ordinário. Coerção, intimidação, extorsão e proteção são as formas mais comuns, mas não exclusivas, de utilização da violência como recurso de mercado.

As considerações acima elencadas são parte de um importante e urgente exercício intelectual. E foi com o objetivo de ampliá-lo que nos ocupamos de propor o presente dossiê e nele reunir trabalhos empíricos que após o auxílio luxuoso e generoso de vários de nossos pares, que se dispuseram a realizar pareceres minuciosos, apresentamos para o debate. Através deles procuramos tão somente recortar algumas das incontáveis experiências concretas que podem ser descritas e analisadas a partir de situações particulares. Estes recortes, assim, não se prestam a desconsiderar a existência de outros contextos e situações.

No Brasil e em toda a América Latina, na medida em que tais mercados populares e seus ilegalismos cresceram ao longo das últimas décadas, cresceu o interesse de uma rede de pesquisadores nos mais variados campos de conhecimentos. Na Antropologia e na Sociologia, esses movimentos vêm se dando de forma mais enérgica a partir dos anos 2000 com uma profusão de trabalhos que focalizam esses mercados que ao mesmo tempo que acolhem interesses de subsistência, também se consolidam como dinamos de produção de riqueza, de acumulação de capitais a partir das circulações de bens, serviços, tecnologias e práticas (PINHEIRO

MACHADO, 2008, 2013; RABOSI, 2019; PIRES, 2017; HIRATA, 2020; PERELMAN, 2017; SMART, 1989; LUNA, 2020). Mormente, estas últimas oscilam, permanentemente, entre as representações do *legal* e do *ilegal*, cruzando fronteiras físicas ou simbólicas (RENOLDI, 2013; ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015). Estes estudos vêm se organizando e promovendo debates seguidos, desde 2007, ao longo de reuniões acadêmicas como a ex-REA (Reunião Equatorial de Antropologia), Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Reunião da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA), algumas mesas e discussões na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), entre outros âmbitos de discussão qualificada. Paralelamente a esses encontros, três reuniões ocorreram no intervalo de 10 anos, nas quais as discussões se detiveram sobre dinâmicas sociais e fenômenos que puseram em perspectiva o protagonismo e a pujança desses mercados no Brasil e na América Latina. O primeiro deles foi o I Simpósio entre o Legal e o Ilegal, que se deu em 2008, na UFSCar, em uma articulação envolvendo pesquisadores da UFF, UFRJ e UFSCar, rendendo discussões que puseram em perspectiva um amplo espectro de contextos nos quais os ilegalismos são estruturantes. O II Simpósio se deu em 2015, sete anos depois, na cidade de Posadas, sob os auspícios da Universidad Nacional de Misiones. Antes disso, porém, várias atividades tiveram lugar nas sucessivas edições da Reunião de Antropólogos do Mercosul, da Reunião Brasileira de Antropologia, bem como em mesas e fóruns da ANPOCS, REA, Congresso Luso-Afro-Brasileiro, além de outros encontros e seminários no Brasil e na América do Sul. Resultado de toda essa sinergia fez com que os estudiosos do tema mantivessem o ânimo e, além de seguirem apresentando propostas nos mencionados encontros acadêmicos, propusessem o III Simpósio entre o Legal e o Ilegal, em 2019. Dessa vez, a reunião teve lugar na idílica Cidade de Monterrey, no México, promovido pelo Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS). Portanto, na América Latina mais ao norte, o que favoreceu o envolvimento de pesquisadores que se dedicam ao tema nos Estados Unidos da América. Logo, a rede tem procurado seguir essa trajetória de conectar assuntos que dizem respeito a uma problemática atinente ao chamado “Sul-Global”, compreendendo essa definição como uma categoria política que transcende as definições meramente geográficas e, neste sentido, afirmando a pertinência da focalização acima esgrimida.

Fruto desses esforços de muitos anos, em 2019, por ocasião do encontro em Monterrey, se criou a Rede Internacional de Estudos sobre o Legal e o Ilegal (REALI). O presente dossiê se insere, assim, como produto dessa articulação de pesquisadores da América Latina e que envolve, no Brasil, redes instituídas e articuladas em torno aos estudos sobre a administração

de conflitos como é o caso do INCT-InEAC, o NECVU da UFRJ, o NEV, da USP, entre outras agremiações. Nesta oportunidade cumpre-nos informar que projetamos a realização do IV Simpósio para 2022, no Rio de Janeiro, mais precisamente na Cidade de Niterói. O empreendimento está confiado aos membros da rede que atuam profissionalmente na UFF e na UFRJ, em distintos departamentos e programas de pós-graduação, acolhendo as expectativas dos parceiros já estabelecidos, bem como de novos e eventuais interessados em partilhar de nossas perspectivas aqui apresentadas.

Os trabalhos reunidos no presente dossiê são desaguadouros desses e de tantos outros esforços institucionais. Eles reúnem qualidades literárias, teóricas e conceituais que merecem a atenção do leitor interessado na temática. Por um lado, se concentram nas mais variadas associações entre o legal/ilegal, formal/informal, lícito/ilícito, considerando os mais diferenciados dispositivos de controle engendrados por distintos segmentos sociais, bem como as formas pelas quais grupos de indivíduos, a partir de seus interesses e práticas, os contornam (TELLES, 2010). Exploram, igualmente, os conflitos existentes entre as expectativas morais dos sujeitos e os enredos normativos dispostos ao enquadramento das práticas sociais, focalizando a maneira como os sistemas repressivos e corretivos autorizam as formas legais ou legítimas do uso da força para a produção da ordem. Um outro foco que nos interessa é, tanto quanto possível, reproduzir lógicas aparentemente contra estatais, as quais se gestam atravessando suas instituições.

O artigo de abertura é de Mariano Perelman, que focaliza a relação criativa entre uso da força e produção de regras e direito na circulação entre coletores de papel reciclado e vendedores ambulantes, em Buenos Aires. Em ambos circuitos de trocas e comercialização de bens, o antropólogo se deparou com relatos e situações que eram representados como “violentos”. Brigas e golpes entre coletores e entre vendedores, conflitos com a polícia, com moradores das redondezas onde operavam os comércios, envolvendo principalmente insultos e olhares depreciativos. Cobrindo distintas temporalidades e espacialidades destas duas atividades, o trabalho versa sobre a maneira como a violência se diversifica em suas formas e efeitos. Logo, Perelman alcança demonstrar que a relação entre *ilegalidade* e a acusação de violência envolve formas de ver e intervir no mundo a partir de interesses bem postos em um determinado contexto, onde a ciclicidade entre os protagonismos e ações confere enorme plasticidade aos dramas vivenciados nestes mercados. Dialogando com Viviana Zelizer, o colega argentino chama a atenção para que os circuitos econômicos têm suas particularidades a partir de acordos, práticas, informações, obrigações, direitos, símbolos e meios de troca, os quais podem ser mais ou menos entrelaçados com manifestações que podem ser classificadas

enquanto “violentas”, conforme esses diacríticos sejam dispostos nas configurações que se apresentam, em cada situação vivenciada.

De Buenos Aires vamos para o Haiti, onde Felipe Evangelista construiu uma estimulante etnografia através da qual nos apresenta um estudo sobre o contexto rural contemporâneo daquele país. Nele, o antropólogo revela os distintos entendimentos acerca das noções culturais de legitimidade e de soberania envolvendo dispositivos securitários independentes do Estado, inclusive para punição a infratores. Neste sentido, o autor dedica uma especial atenção às formas pelas quais as vizinhanças exercem certo grau de controle sobre a circulação de pessoas e de mercadorias, mesmo quando estas agem contra o Estado, como ocorre quando praticam contrabando. O autor explora situações prosaicas – como aquelas dedicadas ao entretenimento – aludindo como naquela sociedade se pode combinar submissão e reação ao Estado; ou, se preferimos, reconhecimento e deslegitimação da comunidade politicamente organizada para impor limites e controle social. Sua abordagem é assaz interessante, uma vez que consegue demonstrar a maneira criativa pelas quais segmentos sociais podem vivenciar suas experiências com a construção estatal ou, em nível reduzido, governamental, afirmando que por racionalidades desenvolvidas historicamente, mas também por estratégia política, os conflitos e problemas podem e devem ser resolvidos pelos mesmos.

Em um certo nível, é o que também desenvolve Diogo Lyra, em sua etnografia com jovens que se dedicam a práticas criminosas, na região metropolitana do Rio de Janeiro. O autor problematiza a forma como um conjunto considerável de cientistas sociais tende a interpretar o ingresso de jovens pobres no crime como signo de ruptura com a ordem social. Entre as argumentações mais constantes está aquela que compreende a opção pelo crime como uma renúncia explícita ao mundo do trabalho. Entretanto, como demonstra o sociólogo, o trânsito por estes mercados se dá, na maioria dos casos, sem a explicitação de conflitos de ordem moral. Trabalho formal e trabalho ilegal, nesse sentido, são percebidos pelos garotos pobres como esferas de realização e independência. Constituem, por assim dizer, estratégias voltadas para a busca de autonomia, em contextos diferenciados, mas que não significam negação ou uma opção conflituosa com a ordem moral vigente.

Em uma outra direção, Elizabete Albernaz focaliza o mercado profissional da segurança pública e as relações com moradores em uma favela do Rio de Janeiro, perguntando-se qual é a política da segurança para além da política de segurança pública? A antropóloga chama a atenção, com uma densa descrição finamente construída, que o espectro de intervenção policial supera de longe o argumento que justifica a legalidade de suas ações e seus objetivos manifestos. Por conseguinte, o trabalho versa sobre os efeitos de repercussão da atuação policial, para além

de suas consequências imediatas sobre o cotidiano, explorando sua dimensão política e seus potenciais rendimentos econômicos entre o legal e ilegal. Como diz Albernaz, “no lusco-fusco de um ‘Estado ausente’, um estado policial encontrava espaço para monetizar a sua violência em estreita cooperação com as forças econômicas que pretensamente buscava combater”. As relações etnografadas, segundo a autora, revelam uma elaborada técnica de governo, com uma economia de procedimentos amparada na discursividade legal e em técnicas pretensamente “adequadas”, beneficiando oligarquias políticas e econômicas. Entretanto, esta também operava, simultaneamente, vibrando em dimensão oculta, fazendo com que o serviço produzido deslizesse para a penumbra da ilegalidade, criando um ambiente lucrativo para aqueles que a autora denomina “oportunistas da insegurança”. A observação dos universos relacionais e processos multiescalares de repercussão da violência urbana, em Niterói, possibilitam compreender as construções que emergem das representações de uma cidade “legal” e “ilegal”, em termos de seus discursos e imagéticas.

Feltran e Fromm, por sua vez, trazem para o dossiê a dimensão do quanto as facções criminais, máfias, carteis e gangues são uma forma de produzir ambientes internos de confiança, funcionando como instituições sob lógica de honra, quase que estamentais. Diferentemente do que ocorre com o mundo empresarial, sempre cioso de criar necessidades através da publicidade e propaganda, o segredo é a “alma do negócio”. Ou, melhor dizendo, o sigilo e as confianças recíprocas são o cerne de um forte conjunto de regras garantidas por um padrão de sanções de aguda coercitividade. Um padrão de prevenção contra a repressão, que envolve diversificar as rotas, ocultar armazéns, modificar os cursos e eventuais senhas, trocar chips aparelhos de telefone celular, diversificar endereços, roupas e, às vezes a própria fisionomia. Lidar com o inesperado, com a imprevisibilidade previsível (PIRES, 2011), com o inesperado (AMIT; KNOWLES, 2017) requer o estímulo à organização horizontal. As habilidades de inventividade estão na base da operação dos estímulos e dos entraves à circulação global contemporânea de mercadorias, serviços, pessoas. Para os autores, considerar o *tacking* cotidiano oferece alternativas às teorias racionalistas ou estruturalistas, ainda que se reconheçam as estruturas desiguais que emergem desses esquemas, assim como a especificidade na disposição da violência (FELTRAN 2012).

Observando um outro universo de trocas, Rômulo Labronici visualiza dinâmicas distintas, mas onde circulam valores análogos. Focalizando o mercado de jogos de apostas ilegais no Rio de Janeiro, o etnógrafo busca compreender e analisar a relação entre dois grupos distintos que dominam com mão de ferro o monopólio desse mercado: os banqueiros do jogo do bicho e os denominados *milicianos*. Segundo Labronici, grupos estanques, mas que guardam complementaridade entre si. Disputas por esse controle, segundo ele, envolvem a produção

de alianças voláteis que se consolidam e se desfazem à medida que os interesses político-econômicos se voltam para a dominação territorial de partes da cidade. Respeitando estruturas hierárquicas e disciplinares, o mercado adquiriu formas empresariais de manter-se lucrativo a partir de valores comuns entre tais grupos. O ponto interessante em sua abordagem, porém, é demonstrar como as relações de parentesco e afinidade explicitam o modo com o qual os controles do jogo se encontram circunscritos entre pequenos grupos, inserindo a prática do *apadrinhamento* como peça inerente a estrutura macropolítica desse mercado.

Finalmente, Gabriel Borges da Silva e Fábio de Medina Gomes discutem a relação entre *precariedade e suspeição* (PIRES, 2017), a partir de pesquisas realizadas em dois ambientes aparentemente distintos, mas cuja continuidade entre eles é assegurada pela circulação de atores sociais que podem estar em um lugar, em função do pertencimento ao outro. O trabalho, assim, versa sobre um diálogo entre uma etnografia realizada em um lugar chamado de “favela” e outra nas Varas do Trabalho; ambos em localidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As etnografias se comunicam, como duas tomadas em sequência. Por um lado, o cotidiano da favela e as dificuldades estruturais vividas por seus moradores, em especial as mulheres que precisam criar seus filhos e, ao mesmo tempo, trabalharem em serviços pouco prestigiosos socialmente, como o de doméstica. Por outro lado, a maneira como estas são acolhidas no âmbito da Justiça do Trabalho e como o cotidiano de violência nas favelas é retratado discursivamente, seja nos processos, seja nas formas de referir por parte de magistrados, advogados e mesmo aqueles (ou aquelas) com os quais estão em contenda. Os autores abordam o instituto jurídico da *precariedade*, pensando-o como um dispositivo de poder na desigualação de sujeitos ao acesso a direitos e em relação às posições ocupadas na hierarquia social brasileira. Fundamentado em dados empíricos, o artigo explora o chamado processo de precarização argumentando que o mesmo permite e sedimenta justificações no espaço público e no convívio social para a demarcação de direitos desiguais, bem como para legitimar atuações arbitrárias do Estado frente às demandas sociais daqueles que, por ventura, possam ser classificados enquanto sujeitos de direitos precários.

Esperamos, finalmente, que ao trazer para a consideração dos leitores o presente dossiê, se estabeleça com clareza o nosso propósito em desmistificar definitivamente a descontinuidade entre o legal e o ilegal, bem como a mitificação do formal frente à acusação de que algo é informal e, portanto, ilegítimo ou disfuncional. Afinal, boa parte do mundo que conhecemos e sobre o qual reservamos expectativas – em termos econômicos e políticos! – se encontra sob o manto do que outrora poderia ser classificado como “marginal”. A maioria das atividades que hoje se desempenham nos âmbitos da produção e distribuição de bens, mercadorias

e serviços, ao se encontrarem nesse âmbito, demonstram que, como mínimo, o que outrora se julgava “central” rumou para uma espécie de zona periférica na dinâmica social, dando início, em algum momento, a um processo mitótico de reprodução que hoje, claro, já pode ser considerado um aspecto derivado daquele. Dessa maneira, a violência com que se gesta e se gere o Estado (SOUZA LIMA, 2002) é também, e cada vez mais, apropriada pela sociedade e dela se transforma também, cada vez mais, em sua mais fidedigna propriedade. O que, sem dúvida, coloca para todos nós, enquanto pesquisadores e intelectuais, o desafio de analisar e viver sob a contínua provocação de sua existência e derradeira ameaça ao mundo que até então conhecemos.

Desejamos a todos boa leitura!

*

Além desses debates apresentados a partir do dossiê, o presente número da Antropolítica traz cinco artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista e um artigo na seção “Trajetórias e Perspectivas”.

Iniciamos com o artigo **“Agora quer ser rica?”: negociações cotidianas sobre classe e mobilidade social entre estudantes universitárias**, de Renata Mourão Macedo, doutoranda em Antropologia Social no PPGAS/USP e professora na Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP). O artigo traz uma reflexão etnográfica sobre narrativas de estudantes mulheres em duas faculdades privadas na cidade de São Paulo sobre experiências de classe e de mobilidade social a partir da vida universitária.

Em seguida, o artigo **As narrativas do movimento negro no campo político brasileiro: do protesto à política institucionalizada**, de co-autoria de Joana Tereza Vaz de Moura, professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Paulo Cesar Ramos, doutorando em Sociologia da USP. Os autores analisam, a partir da realização de entrevistas e de documentos, as narrativas através das quais o movimento negro se legitimou como um ator político legítimo no Brasil. Especificamente refletem sobre as estratégias mobilizadas para pautar e legitimar suas demandas, considerando a relação entre o Estado e os movimentos sociais dentro das possibilidades construídas e disponíveis no campo político.

O artigo seguinte tem como título **Control estatal de vendedores callejeros en Río de Janeiro y en la Ciudad de Buenos Aires: una aproximación comparativa a la relación entre vendedores y agentes de control**. De autoria de Sofía Belcic, doutoranda em Antropologia da

Universidad de Buenos Aires, Argentina, o artigo é resultado de uma experiência de trabalho de campo realizada junto aos vendedores ambulantes (*camelôs*), na região central da cidade do Rio de Janeiro (Brasil), durante o estágio de doutorado sanduíche realizado pela autora na Universidade Federal Fluminense. O artigo discute os efeitos das práticas dos agentes da Guarda Municipal sobre os vendedores ambulantes desta área, focando nas percepções, avaliações e respostas desses últimos diante dessas práticas.

Já o artigo **Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero**, de Elizabeth Ruano-Ibarra, professora da Universidade de Brasília, e de Victoria Miranda da Gama, bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília, tomando como referencial as políticas de cotas, a colonialidade de gênero, o racismo institucional e os feminismos, traz uma reflexão sobre as múltiplas vivências de discriminação e as barreiras estruturais à garantia a direitos de mulheres indígenas no ensino superior.

Por fim, o artigo **Obstáculos na “pista livre”**: Algumas considerações sobre a pragmática dos dispositivos da “lei do trânsito” no Rio de Janeiro, de Alexandre Werneck, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisa alguns dispositivos sensíveis à “lei do trânsito”, atendendo à lógica moral efetivamente operada pelos envolvidos nos deslocamentos do trânsito na cidade do Rio de Janeiro – e que se coordena e/ou muitas vezes entra em conflito com a lei de trânsito, normatividade oficial destinada a reger esse cenário. A pesquisa consistiu em um ano de observação etnográfica móvel em deslocamentos por automóvel pela cidade, observando-se *in loco* as interações entre vários tipos de unidades móveis e privilegiou uma observação radicalmente compreensiva desse mundo a fim de descrever sua pragmática em seus próprios termos.

Por sua parte, esse número 50 traz mais uma edição da seção “Trajetórias e Perspectivas”, por meio da qual a Antropolítica busca divulgar artigos e ensaios que abordem reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos brasileiros e estrangeiros, bem como do histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países. Nesse número, publicamos o artigo **Antropologia, Educação e Ética: desafios no e do campo científico**, de Neusa Maria Mendes de Gusmão, professora titular aposentada da Universidade Estadual de Campinas. A partir da releitura de dois dossiês com a temática antropologia da/e educação, a autora busca demonstrar os caminhos trilhados por antropólogos e pesquisadores em educação quando adotam a etnografia no âmbito de suas pesquisas. O texto expõe as alternativas presentes no fazer etnográfico de pesquisadores que atuam na relação entre esses dois campos científicos, refletindo sobre a construção de um novo campo de estudos.

Por último, esse número conta com a resenha da obra **Pluriverse: a post-development dictionary**, de Ashish Khotari, Ariel Salleh, Arturo Escobar e Federico Demaria e Alberto Acosta, proposta e elaborada por Viviane Kraieski de Assunção, professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), e Andréia Gimenes Amaro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UNESC. A obra foi publicada pela Tulika Books, em Nova Delhi, em 2019. A coletânea reúne mais de 100 verbetes de autores, escolhidos e convidados por serem pesquisadores e/ou ativistas engajados com lutas e movimentos sociais do Sul global, e comprometidos com uma perspectiva decolonial e crítica das estruturas do sistema capitalista, da modernidade ocidental e do patriarcado. A partir dessa linha, o livro propõe uma compilação de conceitos, visões de mundo e práticas que se opõem à ontologia eurocêntrica universalista, apresentando alternativas transformadoras para os processos atualmente dominantes de desenvolvimento globalizado.

A foto de capa, ilustrando a discussão do dossiê, é de autoria de Lenin Pires e apresenta o contexto do Mercado São Rafael, em Salvador, onde um entregador conduz um animal que será introduzido como parte de um ritual sagrado. Ele age autonomamente, ligando os mercados de bens e valores que produz o complexo sistema de crenças que dá conformidade à chamada cultura afro-brasileira. Mais ou menos como se pode pensar as práticas informais que vinculam a exploração dos mercados materiais ao intrincado sistema simbólico que informam as crenças políticas em nossa estrutural desigualdade.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the States. *In*: SHAMA, Akhil; GRUPTA, Ardhana (Ed.). **The Anthropology of the States: A Reader**. Oxford: Blackwell, 2006, p. 58-89.
2. ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; PAIVA, Luiz Fábio Silva. Entre nações e legislações: Algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru). **Revista Ambivalências**, v. 3, n. 5, p. 115-148, 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/3927>. Acesso em: 20 out. 2020.
3. ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio**. Uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.
4. AMIT, V.; KNOWLES, C. Improvising and Navigating Mobilities: Tacking in Everyday Life. **Theory, Culture and Society**, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/>

doi/10.1177/0263276417724876. Acesso em: 16 out. 2020.

5. BIRMAN, Patricia *et al.* **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**. Ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
6. DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.
7. DAS, Veena; POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.
8. EILBAUM, Lucía; CHAGAS, Gisele Fonseca; SANTOS, Flavia Medeiros. Por uma abordagem etnográfica dos “direitos humanos”: conflitos, moralidades e direitos. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 47, p. 8-31, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42114>. Acesso em: 20 nov. 2020.
9. FERREIRA, Leticia Carvalho Mesquita. Pesquisar e participar da formulação de uma causa pública: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil. Campos – Revista de Antropologia Social, v. 14, p. 195-216, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/34891>. Acesso em: 21 out. 2020.
10. FONSECA, Claudia; JARDIM, Denise; SCHUCH, Patrice. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, ano 22, n. 46, p. 9-34, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0009.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.
11. FERGUSON, James. **Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt**. Berkeley: University of California Press, 1999.
12. GARLAND, David. **Punishment and modern society: a study in social theory**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
13. HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *Journal of Modern African Studies*. **Cambridge University Press**, v. 3, n. 11, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/159873>. Acesso em: 15 nov. 2020.
14. HIRATA, D. Commerce ambulant à Rio de Janeiro *et* à São Paulo: groupes de pouvoir et Instruments de gouvernement contemporains. **Bresil(s): sciences humaines et sociales**, v. 6, p. 35-54, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/1256>. Acesso em: 10 out. 2020.
15. HIRATA, Daniel. The government of street vending: formalizations of informality and use of force. *In*: BRANDELLERO, Sara; PARDUE, Derek; WINK, Georg (Org.). **The government of street vending: formalizations of informality and use of force**. London: Routledge, 2020, p. 19-35.
16. HIRSCHMAN, Albert. **Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1970.

17. INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya**. Geneva: International Labor Organization, 1972. Disponível em: <https://www.wiego.org/publications/employment-incomes-and-equality-strategy-increasing-productive-employment-kenya>. Acesso em: 09 nov. 2020.
18. LASCOUMES, Pierre. I'llégalisme, outil d'analyse. **Société et représentations**, n. 3, p. 78-84, 1996. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-1996-2.htm>. Acesso em: 09 nov. 2020.
19. LATOUR, Bruno. **Science en action**. Paris: La Découvert, 1989.
20. LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
21. LIMA, Roberto Kant de. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1995.
22. LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin. Ici, c'est différent: espace, conflits et techniques d'accueil policiers dans les commissariats de Rio de Janeiro. **Outre-Terre**, v. 18, p. 323, 2007.
23. LUNA, Erick Serna. El comercio popular en el Metro de la Ciudad de México, Apuntes sobre el futuro del trabajo. **Seminario sobre trabajo y Desigualdades**, El Colegio de México, México, n. 2, p. 1-6, 2020. Disponível em: https://trades.colmex.mx/assets/apuntes/11/original/Apunte_El_comercio_en_el_metro_2.pdf?1582740366. Acesso em: 30 set. 2020.
24. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 nov. 2020
25. MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen júris, 2006.
26. MITCHELL, Timothy. The work of economics: how a discipline makes its world. **European Journal of Sociology**, 46, p. 297-320, 2005. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-journal-of-sociology-archives-europeennes-de-sociologie/article/work-of-economics-how-a-discipline-makes-its-world/815F059377FD85DCE1F269E6B29C6DC3>. Acesso em: 19 nov. 2020.
27. MITCHELL, Timothy. The properties of markets. *In*: MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; SIU, Lucia. (Ed.). **Do economists make markets? On the performativity of economics**. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 244-275.
28. MITCHELL, Timothy. Society, Economy and the state effect. *In*: GUPTA, Akil; SHARMA, Aradhana. **The anthropology of the state**. Oxford: Blackwell, 2009.

29. MOTTA, Eugênia; NEIBURG, Federico; RABOSSO, Fernando; MÜLLER, Lúcia. Ethnographies of Economy/ics: Making and Reading. **Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, p. 50-55, 2014. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/eugenia-motta-federico-neiburg-fernando-rabossi-and-lucia-muller-foreword-ethnographies-of-economyics-making-and-reading/>. Acesso em: 15 nov. 2020.
30. NEIBURG, Federico. Foucault em chave etnográfica: o governo dos guêto de Porto Príncipe. **Anál. Social**, Lisboa, n. 212, p.742-747, 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2020.
31. NUN, Jose. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y massa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología** [impresso], v. 5, n. 2, 1969.
32. OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica a razão dualista**. São Paulo: Novos Estudos; CEBRAP, 1972.
33. PERELMAN, Mariano. Pensando la desigualdad urbana desde el trabajo callejero. *In*: PERELMAN, Mariano Daniel; BOY, Martín. (Ed.). **Fronteras en la ciudad: (Re) producción de desigualdades y conflictos**. Buenos Aires: Teseo, 2017, p. 19-44.
34. PINHEIRO-MACHADO, R. China-Paraguai-Brasil: Uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 67, p. 117-133, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 nov. 2020.
35. PINHEIRO-MACHADO, R. Pirataria: uma chave para pensar o modelo de desenvolvimento brasileiro e chinês. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. Brasília: ABA Publicações, 2013, p. 308-345.
36. PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** Uma etnografia dos trens urbanos da central do Brasil. Niterói: EdUFF, 2011.
37. PIRES, Lenin. Precários e perigosos: possíveis relações entre mercado e informalidade nos processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. *In*: GLADHIL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano. (Org.). **Disputa em torno dos espaço urbano: processos de produção/construção e apropriação das cidades**. Salvador: EdUFBA, 2017, p. 337-354.
38. PIRES, Lenin. Mercados Informales y la circulación de la tolerância. Mercancias políticas y relaciones entre sociedad y Estado. **Cuadernos de Antropologia Social**. v. 1, p. 135-152, 2020. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/7673>. Acesso em: 20 set. 2020.
39. POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000.
40. PORTES, Alexandre. Globalization from below. *In*: SMITH, W. P.; KORCZENWICZ, R. P. **Latin America in the World Economy**. Westport: Greenwood Press, 1997.

41. QUIJANO, Aníbal. **Polo Marginal de la economía y mano de obra marginada**. Lima: Universidad Católica, 1971.
42. RABOSI, Fernando. Los caminos de la informalidad. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 9, p. 797-818, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v9n3/2238-3875-sant-09-03-0797.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.
43. RABOSI, Fernando. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). **Etnográfica**, v. 15, n. 1, p. 83-107, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/814?lang=pt&gathStatIcon=true>. Acesso em: 10 nov. 2020.
44. RENOLDI, Brígida. Fronteras que caminan: relaciones y movimiento en la frontera tripartita de Argentina, Paraguay y Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, v. 9, p. 123-140, 2013. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/307>. Acesso em: 05 nov. 2020.
45. SASSEN, Saskia. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.
46. SMART, Josephine. **The Political Economy of Street Hawkers in Hong Kong**. Hong Kong: Centre of Asian Studies; University of Hong Kong, 1989.
47. SOUZA LIMA, Antônio Carlos. **Gestar e Gerir**. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
48. TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine**. Paris: Balland, 2002.
49. TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v22n2/v22n2a03>. Acesso em: 10 out. 2020.
50. TSING, A. Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos). **Cadernos do LEPAARQ (UFPeL)**, v. 15, n. 30, p. 366-382, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/13315>. Acesso em: 03 nov. 2020.
51. WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
52. WOLF, Martin. **As transições e os choques**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Lenin Pires

Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Departamento de Segurança

Pública e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Justiça e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública (LAESP/UFF). Seus estudos se voltam para as dinâmicas de circularidade envolvendo sujeitos e objetos nos contextos dos mercados ilegais, segurança pública e mobilidade urbana no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, Argentina. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8250-467X>. E-mail: leninpires@id.uff.br. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação, sistematização e revisão dos artigos.

Daniel Hirata

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal Fluminense onde atua no Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF). Tem como interesse de pesquisa os mercados informais, ilegais e ilícitos e suas formas de controle social em São Paulo e no Rio de Janeiro. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5219-8838>. E-mail: velosohirata@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação, sistematização e revisão dos artigos.

Salvador Maldonado

Doutor em Antropologia pela Universidade Autónoma Metropolitana do México. Professor Titular do Centro de Estudos Antropológicos, Colegio de Michoacán, A. C. México. Desenvolve estudos comparativos sobre governanças e procesos de governabilidade através da perspectiva da segurança, violencia e (i)legalidade. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7381-6022>. E-mail: maldonado@colmich.edu.mx. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação, sistematização e revisão dos artigos.

Mercados Informales y Violencia(s) en Buenos Aires

Informal Market and Violence(s) in Buenos Aires

Mercados Informais e Violência(s) em Buenos Aires

Mariano Perelman

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

En este artículo me interesa mostrar las múltiples formas que adquiere(n) la(s) violencia(s) en la constitución de los llamados mercados informales/ ilegales. El artículo recupera el material etnográfico de dos trabajos de campo desarrollados en Buenos Aires. Uno realizado entre 2002 y 2017 con recolectores informales de residuos -conocidos como *cartoneros* o *cirujas* – y otro hecho entre 2011 y 2017 con vendedores ambulantes. A partir de indagar en diferentes temporalidades y espacialidades de estas dos actividades quiero mostrar el modo en que la violencia es plural tanto en sus formas como en sus efectos. Me interesa señalar que la violencia es constitutiva de los circuitos de comercio.

Palabras claves: Venta ambulante, Recolección informal de residuos, Violencia física, Violencia moral, Circuitos de comercio.

ABSTRACT

In this article I am interested in showing the multiple forms that violence takes in the constitution of informal / illegal markets. The article is based on the ethnographic material of two fieldworks carried out in Buenos Aires. One developed between 2002 and 2017 with informal waste pickers - known as *cartoneros* or *cirujas* - and another fieldwork made between 2011 and 2017 with street vendors. By investigating the different temporalities and spatialities of these two activities, I want to show the way in which violence is plural both in its forms and in its effects. I am interested in pointing out that violence is constitutive of circuits of commerce.

Keywords: Ambulant vending, Informal garbage collection, Physical violence, Moral violence, Circuits of commerce.

Recebido em 09 de maio de 2020.

Avaliador A: 10 de julho de 2020.

Avaliador B: 14 de julho de 2020.

Aceito em 28 de agosto de 2020.



RESUMO

Neste artigo interessa-me mostrar as múltiplas formas que adquire(m) a(s) violência(s) na constituição dos chamados mercados informais/ ilegais. O artigo recupera o material etnográfico de dois trabalhos de campo desenvolvidos em Buenos Aires. Um realizado entre os anos de 2002 e 2017 com catadores informais de resíduos - conhecidos na Argentina como *cartoneros* ou *cirujas* – e outro realizado entre 2011 e 2017 com vendedores ambulantes. A partir de indagações sobre as diferentes temporalidades e espacialidades dessas duas atividades quero mostrar como a violência é plural, tanto nas suas formas quanto nos seus efeitos. Interessa-me assinalar que a violência é constitutiva dos circuitos de comércio.

Palavras-chave: Venda ambulante, Catadores informais de residuos, Violência física, Violência moral, Circuitos de comércio.

INTRODUCCIÓN

En este artículo me interesa mostrar las múltiples formas que adquiere(n) la(s) violencia(s) en la constitución de los llamados mercados informales/ ilegales. El artículo recupera el material etnográfico de dos trabajos de campo desarrollados en Buenos Aires, Argentina. Uno realizado entre 2002 y 2017 con recolectores informales de residuos -conocidos como *cartoneros* o *cirujas* – y otro hecho entre 2011 y 2017 con vendedores ambulantes.

La violencia es una categoría que excede por mucho el mero uso de la fuerza física. Es una relación/ interacción que puede involucrar daños físicos, materiales y morales (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008; MISSE, 2016; PIRES, 2011) y que adquiere diferentes formas desde la violencia física a la moral (PITA, 2019; SEGATO, 2010).

En ambas experiencias de investigación me encontraba con relatos y hechos que podían ser considerados como “violentos”: golpes entre recolectores y entre vendedores, conflictos con la policía y con vecinos, insultos, miradas despreciativas. A partir de indagar en diferentes temporalidades y espacialidades de estas dos actividades quiero mostrar el modo en que la violencia es plural tanto en sus formas como en sus efectos.

El texto avanza en mostrar que la relación entre ilegalidad y violencia no es evidente sino más bien una forma de ver y de intervenir sobre el mundo. Me interesa señalar que la violencia es constitutiva de los circuitos de comercio. Según Zelizer (2011) cada circuito económico y de comercio tiene una frontera, un conjunto de lazos interpersonales significativos,

unas transacciones económicas asociadas y un medio de intercambio. Los circuitos económicos tienen sus particularidades a partir de acuerdos, prácticas, informaciones, obligaciones, derechos, símbolos y medios de intercambio. Entonces, mostraré que la violencia como práctica múltiple es parte de esos lazos y forma parte de las asociaciones transaccionales, así como de los medios de intercambio.

Para ello el texto recorre diferentes tiempos y lugares en los que se desarrollan las actividades: en el caso de los recolectores analizaré dos momentos -el basural hasta 1970- y el trabajo en las calles a partir de 2001. En el caso de la venta ambulante me dedicaré, principalmente, a la venta en trenes haciendo alusión a otros momentos y a otros espacios (como las calles). Mostraré que en algunos momentos algunas prácticas violentas aparecen como normales. No uso aquí normal como en otros estudios sobre la violencia en los que se suele referir a prácticas cada vez más recurrentes, o sea como normalización. Lo normal no implica aquí naturalización (BERMÚDEZ, 2011, 2015; EPELE, 2011). Dice Bermúdez (2015, p. 456) en relación a las muertes de jóvenes que “podríamos señalar también que el ejercicio de imputación de rasgos tales como “normalización” o “rutinización” a ciertos procesos sociales, parecerían conllevar el supuesto de que, al incorporarlos como parte “natural” del acontecer de sus vidas, las personas dejarán de reaccionar frente a determinados acontecimientos como la violencia o la muerte violenta. Es decir que la no participación de familiares o vecinos dentro de organizaciones especializadas o movimientos sociales, sería aparentemente explicada por los efectos de esa normalización, y por tanto, esa “inacción” o “pasividad” termina por allanar el camino a interpretaciones socio-céntricas, clasificando a estas muertes como no lloradas ni sentidas”.

Al pensar en normal, me refiero a una relación con las normas. Y las normas son usadas y movilizadas por los actores. Así, no pienso que lo normal sea resignación, inactividad o pasividad. Antes bien, la violencia como norma permite recuperar agencias, usos y disputas. Y también comprender relaciones de poder y procesos de desigualdad.

El texto no tiene pretensiones comparativas. Sin embargo, pensar estos trabajos en paralelo permite iluminar las complejidades y las multiplicidades de formas que adquiere la violencia en una misma, pero también en diferentes actividades. También, permite mostrar el modo en que la multiplicidad de procesos ocurren en “los mercados informales”. Si el Estado aparece como regulador que posibilita inscribir ciertas actividades y marcar estos pasos entre lo ilegal y lo legal, también es cierto que son las propias acciones que podríamos considerar no “legales” sino “normales” las que configuran los mercados “informales”. El abordaje de los dos casos en diferentes momentos permite mostrar también la pertinencia de pensar la violencia legítima (e ilegítima) como una acción espacializada. Desde esta perspectiva, pensar la violencia en los

mercados informales permite iluminar entonces, no sólo la normalidad de ciertas prácticas, sino cómo éstas son posibles de ser inscriptas en la gramática de la ilegalidad y de la violencia en términos morales.

Existe un campo de discusión sobre los mercados informales que muestra que las fronteras entre los diferentes universos son una construcción móvil, en las que los límites son porosos (TELLES; HIRATA, 2010) y borrosos. Este campo reconoce que las prácticas no son meramente legales o ilegales, sino que se construyen en un juego de poder (TELLES, 2009). Si bien es posible apreciar en el campo este complejo entramado de “mundos” también es cierto que existen actores que buscan definir e instaurar a las personas y las actividades dentro del marco de lo legal o ilegal. Pensar lo legal- ilegal no refiere sólo al campo de lo jurídico o económico sino también social. Con esto no niego la existencia de los campos formales e informales como productores de sentidos. Como plantean Kessler y Merklen (2013, p. 19) “No se trata, sin embargo, de suponer una “zona gris” donde actores y prácticas definidas como legales se imbrican con otras consideradas ilegales, cada una de las cuales, legales o ilegales, estarían determinadas de una vez y para siempre. Lejos de ello, los límites borrosos entre lo legal y lo ilegal se van redefiniendo en forma casi constante, y esa porosidad de límites es también intrínseca a cada actor y a cada tipo de práctica. Un rasgo de este límite borroso es la existencia de movibilidades laterales: un mismo actor, una misma mercancía, en momentos diferentes, por ejemplo, puede pasar de lo legal a lo ilegal para, más tarde, otra vez ser legalizado”.

Me interesa pensar entonces aquí casos donde la violencia se dibuja y desdibuja y que va conformando el circuito de comercio mismo. La venta ambulante y el cirujeo se diferencian de otras actividades donde la violencia está socialmente reconocida y cuestionada (FELTRAN, 2019; HIRATA; GRILLO, 2019; HIRATA, 2019). No ocurre así con los cartoneros y los vendedores que pueden movilizar socialmente diferentes sentidos para instaurar su actividad en lo legal y, sino, en lo legítimo. No es mi intención, entonces, indagar aquí sobre las prácticas violentas en los barrios ni en otros posibles entramados violentos que se producen en la vida cotidiana. Me interesa pensar el lugar que la violencia tiene en la articulación de un circuito de comercio. En este sentido, retomo aquí la perspectiva que plantea el carácter social de la economía (MOTTA et al., 2014; NEIBURG 2010; PERELMAN, 2017) que debe tener en cuenta “la relación entre ideas económicas – aquellas producidas por especialistas – e ideas y prácticas ordinarias” (RABOSSO, 2019, p. 718), pero que debe exceder el mundo de “lo económico”. La relación violencia- mercados informales ilumina el carácter complejo de las “esferas” que se entrelazan para construir formas de acceder a la vida.

A continuación, abordaré el caso del cartoneo en sus dos momentos para luego desar-

rollar el circuito de la venta ambulante.

EL CARTONEO

La recolección para uso o para venta de materiales reutilizables de la basura (conocida como *cirujeo*, *cartoneo*, *recolección informal*) adquirió visibilidad con el crecimiento de personas realizando la actividad en el espacio público hacia fines de la década de 1990. Fue luego de la “crisis de 2001” en Argentina que el cirujeo se transformó en un problema público. El mercado de compra-venta de elementos sacados de la basura, sin embargo, cuenta con una prolongada historia en el que la violencia ha tenido diferentes formas y efectos.

Primer momento: La Quema

La Quema del Bajo Flores fue en un inmenso basural a cielo abierto que funcionó desde mediados de la década de 1910 hasta 1977, cuando la última dictadura cívico-militar (1976-1983), a partir de una serie de transformaciones urbanas decidió modificar el sistema de recolección y disposición de residuos¹ y transformó la zona a partir de la construcción de una serie de parques (COSACOV et al, 2011).

Durante varias décadas el circuito del cirujeo se desarrolló casi íntegramente alrededor de La Quema, al que la basura llegaba desde los distintos barrios porteños para ser volcada. Allí los recolectores esperaban para recuperar materiales que luego serían vendidos a compradores que se acercaban al basural o eran llevados a negocios que se encontraban en las adyacencias del vertedero. Muchos de los recolectores vivían en el basural, otros en las villas miserias aledañas. Una calle dividía La Quema del barrio. Dentro de La Quema, existían ciertas reglas, formas de resolución de conflictos y formas de sociabilidad específicas.

No se podía recolectar en cualquier parte. Los cirujas generaban relaciones personales y formaban bandas en pos de protegerse y dominar el espacio de recolección. Una de las formas sociales legítimas centrales para vivir allí y poder recolectar era la violencia física. Era “mediante la fuerza” que se establecían relaciones, se delimitaban y defendían espacios de recolección. Existían *Capangas* o *Caciques* que controlaban esos sitios. Se lograba “con violencia, dando ejemplos de violencia (...) La pelea, una trifulca, te pegaban un tiro, te pegaban un cuchillazo.

¹ Sobre la historia del cirujeo ver PAIVA y PERELMAN (2010).

Y no era sólo él, si vos peleabas, sabías que los otros tenían que apoyar porque estaban todos... había que dar el ejemplo. La fuerza se imponía” según cuenta José, un recolector de La Quema. Otro me explicaba que “había barras que te llevaban de guapo [a la fuerza] si vos eras medio solo, o sea nadie que te respalde, venían dos o tres y te saqueaban la mercadería”. Juan, otro recolector, recuerda que “cuando vos juntabas demasiado y estabas solo, ya sabías que te iban a sacar de prepo [a la fuerza]”. Para formar parte de las bandas, recuerdan dos viejos amigos de la época, “había que tomar vino” y “arrancar con ellos”.

Los estudios que han indagado en el lugar de la violencia como forma de relación social y de estatus han mostrado que la violencia no es un acto irracional. Fonseca (2000) plantea que en Vila do Cachorro Sentado -un barrio de Porto Alegre- es posible encontrar una diferencia entre “ser respetado” (en función de ciertas formas de honor) y hacerse respetar (haciendo uso de la violencia o no rehusando a ella). Una idea similar plantea Garriga Zucal (2012) en Fuerte Apache (Barrio Ejército de Los Andes en el Conurbano Bonaerense) donde la clave para vivir allí era “aplicar mafia”. Dice que “El reconocimiento social estaba sustentado en la capacidad para hacerse respetar en términos violentos. Podían “aplicar mafia” aquellos que ante situaciones conflictivas tenían los saberes para defenderse en el lenguaje violento. Este conjunto de saberes que formaban un sistema no solo incluía la posibilidad de enfrentarse a golpes de puño y el uso de armas de fuego, sino también un uso del cuerpo y de las palabras que permitan, en un altercado, demostrar quién es cada uno” (GARRIGA ZUCAL, 2012, p. 5).

Algo similar ocurría en La Quema donde la violencia podía ser implementada como forma de resguardar lo recolectado. En La Quema, la violencia no sólo se ejercía directamente. Gestos, formas de caminar, de acercarse, de aparecer en determinados momentos, de cierta manera, en determinados horarios, eran a veces suficientes. Como plantea Fermín sobre los Capangas “te daban señales de su violencia, te daban señales de que tenías que acatar la orden. No te venían y te pegaban”. Al mismo tiempo para ganarse el respeto y poder recolectar, a veces había que responder a las señales.

Como una tarde me comentaba uno de los que había recolectado mucho tiempo en La Quema, vivir allí era “peligroso”, había que entender los “códigos” que implicaban “quedarse en el molde”, así como también defender a un compañero. A su vez, se ponían en juego construcciones relativas al prestigio y al honor.

La violencia no ha sido la única forma de construcción y mantenimiento de prestigio, pero sí tuvo un lugar central. Allí, la violencia se constituía en una práctica necesaria para poder recolectar. Como me decía uno de los recolectores, refiriéndose a lo que era posible conseguir “El débil quedaba relegado a lo de menos valor” o “tenía que irse porque no se la bancaba”.

Así, la violencia necesaria -en la que se funden el ser respetado y el hacerse respetar- era parte de la recolección misma.

Ser violento, o entender la violencia como relación, es lo que posibilitaba recolectar y sobrevivir. La violencia era constitutiva de este circuito de comercio, tanto como forma para conseguir recursos, cuanto como forma de reconocimiento social. La noción de violencia que aparecía en los relatos de las personas que habían vivido en La Quema, refería explícitamente al uso de la fuerza física que -sin bien cuestionada- estaba legitimada. Y con legitimada refiero a una forma “normal” de relacionarse y de vida.

En este sentido, la violencia “normalizada” aparece como un lenguaje que comunica y organiza, además del circuito, una forma de vida (el cirujeo) en el sentido que le otorga Wittgenstein. Como plantea Das (2016), la naturaleza de la violencia y las formas en que puede ser aceptada como “normal” están de acuerdo con los actores, las prácticas culturales y las legitimidades en contextos y situaciones. Y esos contextos y situaciones no pueden entenderse sino territorialmente. Tomar como punto de partida la fuerza física no significa dejar de lado las dimensiones estructurales de la violencia (FONSECA, 2000, p. 168). Antes bien, implica mostrar cómo esas dimensiones están normalizadas y son constitutivas de las formas de vida. De esta forma, no es posible entender a la violencia como parte de una cultura popular, de aguante, o marginal. Antes bien, es parte de un entramado de significaciones sociales de un circuito. Esto implica que la violencia puede tener una significación específica dentro y como parte de ese circuito siendo diferente en otros contextos.

Los límites de La Quema marcaban una frontera no sólo física sino también moral en torno al uso (legítimo) de la violencia. Durante el trabajo de campo decenas de veces escuché, tanto a los ex recolectores de La Quema como a los vecinos aledaños, referir a La Quema como un lugar “horrible” que “denigraba al barrio”, “peligroso”, de “mala vida”, de “marginales y delincuentes”, que los que allí vivían “era por algo”. Pero si bien para los *vecinos* la quema era una “viviente pesadilla y un doloroso suplicio” como puede leerse en las *Nostálgicas vivencias el Barrio de Soldati*² para los recolectores la visión era diferente.

El circuito de comercio de la basura no terminaba en La Quema. Desde fines de la década del 1940, se fueron instalando galpones de clasificación, así como personas viviendo en las villas que subsistían de los materiales recuperados (SUÁREZ, 1998). Si bien existió un circuito de relaciones tanto al interior de La Quema como en sus adyacencias, lo cual habilita a pensar

² *Nostálgicas vivencias del Barrio de Soldati*. Elaboración colectiva de un grupo de vecinos pioneros del Barrio de Villa Soldati en el marco de las semanas de “Historia Viva” convocadas por la Sec. de Cultura de la M.C.B.A. (9-11). La jornada se llevó adelante entre el 23 y el 31 de octubre de 1987.

que gran parte de la población aledaña tenía, al menos, algún tipo de vínculo (social y/o económico) con la basura, la violencia como forma central de resolución de conflictos y como forma de comunicación legítima tenía límites en La Quema (COSACOV et al., 2011).

Ello era sólo posible porque la violencia era normal. Se debían comprender los usos legítimos de la violencia tanto para aceptar las jerarquías como para mantener el lugar, ya que parte de los códigos referían a tener que ser violento cuando era necesario. La violencia era una forma legítima de relación para la resolución de conflictos, así como de generación de lazos de amistad y enemistad. Era una de las formas para adquirir mayores materiales para poder sobrevivir, hacerse de un nombre y mantener el honor. La violencia en la configuración de La Quema tenía un carácter económico, pero también social. Los cirujas eran conscientes de que los límites de La Quema eran las fronteras de los códigos y de la construcción de legitimidad. Lo que dentro de ella posibilitaba poder sobrevivir, fuera del predio era visto como una suerte de *cultura marginal*.

Segundo momento. El cirujeo en las calles

El cierre de La Quema implicó una readecuación de los comportamientos y de las relaciones para poder sobrevivir. Cuando comencé mi trabajo de campo con los cartoneros en 2002, la actividad venía en un fuerte crecimiento como parte de la crisis socio económica que vivió el país durante el fin del período de la convertibilidad (1991-2001). En ese momento, la actividad de recolección estaba prohibida y ya no se hacía en La Quema sino en las calles. La sangrienta dictadura cívico-militar (1976-1983) había cerrado los basurales y creado el CEAMSE con el fin de pasar a un sistema de relleno sanitario. También, entre varios cambios en el sistema de recolección, una ordenanza de 1977 declaraba que, una vez puestos en las veredas, los residuos eran propiedad de las empresas recolectoras.

Si antes los residuos llegaban a los basurales a donde los cirujas iban (o vivían), el nuevo sistema de recolección hizo que los cartoneros tengan que ir a buscar la basura a las calles. Ahora los recolectores debían recorrer largas distancias para llegar a las zonas céntricas de la ciudad y luego llevar la carga para venderla en un depósito. A diferencia de aquellos límites marcados del basural, el territorio hoy se construye a partir de relaciones sociales que están signadas por otras formas de violencia, tanto físicas como morales. Si en La Quema la violencia era parte de una forma de vida, en las calles la violencia no podía ser una expresión pública ni de prestigio entre los recolectores y los productores de residuos.

Según Cardoso de Oliveira (2008, p. 135),

Sempre que se discute a violência como um problema social tem-se como

referência a idéia do uso ilegítimo da força, ainda que freqüentemente este aspecto seja tomado como dado, fazendo com que a dimensão moral da violência seja pouco elaborada e mal compreendida, mesmo quando constitui o cerne da agressão do ponto de vista das vítimas.

En la calle la violencia es también constitutiva del circuito, pero ha cambiado tanto en términos físicos como morales. Son tanto formas rutinarias, sutiles y difusas como formas claras y precisas³.

El trabajo en las calles implicó la existencia de un nuevo circuito de comercio en el que la violencia tenía otro lugar. Si en el período anterior la recolección de residuos dependía en gran medida de la fuerza física que podía ser aplicada, entablar relaciones de afinidad con *vecinos* de los barrios donde recolectan se transformó en un componente central de la recolección en la calle.

Las diferentes violencias se expresan y se basan en diferentes argumentos morales. Uno central ha sido la *ilegalidad* e ilegalización de la tarea primero y de los recolectores después. Hasta 2003 estuvo vigente la ordenanza municipal que prohibía la recolección. Sin embargo, la norma lejos estuvo de ser aplicada hasta que se masificó la recolección informal. Luego de su derogación la ilegalización de la tarea por parte de la policía se basó en figuras de los edictos que ya no estaban vigentes (PERELMAN, 2018).

El crecimiento de la actividad comenzó a modificar las relaciones entre los diferentes actores. Las empresas recolectoras comenzaron a intensificar sus demandas contra los cartoneros. En aquel momento las empresas cobraban según la cantidad de basura recolectada. Los cartoneros, al pasar antes que el camión recolector, quitaban caudal de basura. Pero la prohibición de la recolección no puede reducirse a una trama económica ni (i)legal. El cartoneo se transformó en un problema público y en un conflicto urbano. Los cartoneros eran un problema para la seguridad moral de una ciudad que no toleraba la pobreza expuesta (COSACOV; PERELMAN, 2015).

La designación ilegal o legal de ciertas mercaderías depende de su significado contextual para el orden público y para la reacción moral (MISSE, 2018). Lo mismo ocurre con las per-

3 Segato (2010) refiriéndose a la violencia de género dice que “La violencia moral es el más eficiente de los mecanismos de control social y de reproducción de las desigualdades. La coacción de orden psicológico se constituye en el horizonte constante de las escenas cotidianas de sociabilidad y es la principal forma de control y de opresión social en todos los casos de dominación. Por su sutileza, su carácter difuso y su omnipresencia, su eficacia es máxima en el control de las categorías sociales subordinadas” (2010, p. 112). La autora entiende por violencia moral a “todo aquello que envuelve agresión emocional, aunque no sea consiente ni deliberada (...) Es importante enfatizar que este tipo de violencia puede muchas veces ocurrir sin ninguna agresión verbal, manifestándose exclusivamente con gestos, actitudes, miradas” (2010, p. 113).

sonas. La recolección es informal en tanto queda fuera de la regulación estatal y se criminaliza en función de formas de pensar el orden social. Los recolectores tensionan y generan conflictos en torno a ciertos órdenes morales. Pero en esa tensión se generan formas de diferenciación de grupos en los que cabe un abanico amplio de prácticas, que van desde la violencia moral hasta la ilegalidad de policías, en pos de controlar el espacio.

Durante 2002 el trabajo de los cartoneros fue puesto en el centro de la escena tanto por argumentos legales como morales: no era una actividad digna de ser hecha para ganarse la vida (PERELMAN, 2011). Más aún, la persecución no se daba solo por ser cartoneros sino también por ser personas fuera de lugar en la ciudad. Recorrían con sus carros los barrios céntricos. No todos tenían “derecho” a la ciudad; no cualquier tarea podía ser llamada trabajo. Y en la calle, los cartoneros debían soportar miradas inquisidoras, expulsiones y detenciones (COSACOV; PERELMAN, 2015; PERELMAN, 2018).

En su trabajo sobre la violencia institucional Pita (2019, p. 81) marca que la categoría de hostigamiento

refiere a prácticas constitutivas de las relaciones entre efectivos de las fuerzas de seguridad y habitantes de los barrios pobres, en particular jóvenes, que se caracterizan por el maltrato físico y verbal, la humillación, la hostilidad, el amedrentamiento, formas de la violencia física y moral que transitan el amplio arco que va de la discrecionalidad, pasando por la arbitrariedad, hasta la ilegalidad flagrante.

La violencia contra los cartoneros se expresa de múltiples formas. No es ya una relación entre recolectores, sino que se expresa en formas de control del espacio, de estar y de moverse por la ciudad.

“La gente cuando te ve, cruza. Piensa que sos un delincuente, que les vas a robar” me dijo una tarde Javier, luego de que un joven cruzase la calle mientras íbamos caminando por un barrio porteño. “Siento un cuchillo en la espalda todo el día” me dijo otro recolector. Decenas de veces presencié situaciones de violencia moral contra los cartoneros.

Ahora bien, Pita (2019, p. 85) dice que el hostigamiento,

antes que registrar una presunta *naturalización de la violencia*, cuestión a la que se alude con frecuencia a la hora de hablar de sectores populares, lo que resulta de los modos en los que la mayoría de las personas que conviven y negocian con estas prácticas abusivas es una *experiencia de la injusticia*.

En el caso de los cartoneros durante los primeros años en que la actividad se masificó

ambas cosas se mezclaban: se expresaba cierta aceptación de las condiciones como una experimentación de la injusticia y de la violencia. En parte ello se debía a que tanto los cartoneros como vecinos y diferentes agentes estatales estaban adecuándose a una nueva situación. Y también porque la condición de crisis generaba campos de posibilidades para que estos procesos acontecieran.

La “ilegalidad” de los cartoneros (y del circuito de comercio) fue construida tanto por la policía como por un importante número de *vecinos* de los barrios en los que recolectaban. La legislación podía ser usada – o no- para perseguir a los cartoneros. Además, ese proceso de ilegalización y de violencia moral y física se expresó de forma diferente contra los recolectores.

Para los carreros -los que recolectan con un carro tirado a caballo-, por ejemplo, fue un discurso del derecho a los animales y las condiciones de los equinos el que generó formas de intervención. *Vecinos*, asociaciones protectoras de animales, entes estatales comenzaron a perseguir a los *carreros* para que les “quiten” los caballos por maltrato animal y por “hacerlos víctimas de actos de crueldad”. Mientras los caballos aparecían como las víctimas, los cartoneros como los explotadores. No es mi intención negar el maltrato hacia los animales, antes bien quiero marcar un doble movimiento: los vecinos humanizaban a los caballos y deshumanizaban a los cartoneros.

Durante el trabajo de campo, presencié decenas de detenciones y quitas de caballos. La violencia contra los animales se transformó en un argumento legítimo en pos de la intervención sobre los carreros. Los carreros, en cambio, estaban preocupados por el estado de los caballos “confiscados”. Ello era vivido como una arbitrariedad y como formas violentas de imposición que generaban enfrentamientos con el Gobierno de la Ciudad y con las organizaciones de “protección animal”.

Para los cartoneros que recolectaban a pie, en cambio, existían otras construcciones de ilegalidad. Muchas de las detenciones o de labrado de actas y confiscación de lo recolectado se basaban en la aplicación de figuras de los edictos policiales como vagancia o merodeo (que se refieren a la actividad de caminar por las inmediaciones de algún lugar con el supuesto fin de robar algo)⁴, aun cuando los edictos policiales habían sido derogados en 1998. Así, la persecución continuó (y se acentuó) una vez derogada la prohibición de recolección.

Además, los vecinos planteaban que los cartoneros ponían en juego la “seguridad” en un sentido amplio, una seguridad moral: eran muchas veces culpabilizados por robos, por dejar la

⁴ Los debates en torno al código de convivencia urbano dan cuenta de este accionar policial y de cierto sentido (común) en torno a la construcción y control de las poblaciones “peligrosas” (TISCORNIA, 2008).

calle sucia, por no respetar las normas tanto legales como tácitas del espacio donde circulaban.

La violencia física, pero sobre todo moral – como lo marcan de diferentes formas Segato (2010), Cardoso de Oliveira (2008) o Pita (2019) – se presenta en el campo de formas distintas, a veces de maneras más difusas que otras. Sin embargo, es una violencia cotidiana que tiene fuertes efectos en la producción de grupos sociales. Como he desarrollado en otros trabajos (COSACOV; PERELMAN, 2015; PERELMAN, 2017a), las formas de habitar el espacio -a partir de los procesos de negociación en las interacciones en el espacio público- son formas de construcción de desigualdad social.

De esta forma, si en La Quema podemos pensar a la violencia como parte del circuito de comercio (informal), en las calles la violencia no será una práctica habitual de los recolectores -al menos no en las calles- pero sí parte de ese entramado de producción del cartoneo a partir de la intervención de otros actores como los vecinos y el Estado.

La violencia, sin embargo, también es constitutiva del circuito de comercio en la calle. Esas violencias fueron configurando formas de estar y de relacionarse con los otros actores. Como dije, los cartoneros fueron configurando sus trayectos por la ciudad a partir de la creación de relaciones estables con ciertos vecinos. Ello les permitió generar confianza y romper con el estigma del cartonero en tanto persona moral, en tanto actor fuera de lugar. La personalización de la recolección -aun sin que la violencia desaparezca- permitió la recolección en espacios que les eran ajenos.

Por otro lado, también como parte del circuito debe entenderse la construcción de la (i)legalidad ya que ha tenido una fuerte impronta en el modo en que los recolectores pueden circular por la ciudad. Si en el período anterior, la violencia aparece como un componente de la forma de vida, en este nuevo período la violencia -no sólo física sino también moral- surge como una negación de una forma de acceder a recursos. Si en el período anterior la violencia es una forma de regulación interna, en este segundo caso es utilizada como forma de construcción de este circuito desde “afuera”.

Así la violencia puede pensarse en relación con lo planteado por Cardoso de Oliveira y Cardoso de Oliveira (1996) en torno al “reconocimiento” y a los derechos de ciudadanía. Ellos piensan la relación de “reconocimiento, moral y eticidad” como formas de construcción de legitimidad, del “vivir bien” y del “deber” en el marco de normas compartidas o de una “ética discursiva”. En los cartoneros existe una pugna por el reconocimiento de su actividad en tanto trabajo (con fuertes implicancias por la histórica ligación entre ciudadanía y trabajo) (PERELMAN, 2011). Los cartoneros buscan legitimidad a partir de conceptualizar a la actividad como un trabajo digno en el marco de normas y expectativas socialmente compartidas.

Las formas de ocupación del uso del espacio público por parte de los cartoneros de una forma desigual y las posibles utilidades de la violencia “legítima” por parte del Estado, entonces, contribuyen a la producción de formas de ganarse la vida desiguales. Boltanski (2016) plantea que el límite entre lo legal y lo ilegal suele también volver sobre la frontera del Estado. Esas fronteras remiten a formas sociales de pensar el orden y la normalidad que exceden las prácticas estatales. En el caso de los cartoneros en las calles es justamente una violencia por intentar regular esa actividad. Posible gracias a la pugna por insertar la práctica cartonera como ilegal y -cuando no- como ilegítima. En este sentido, a diferencia de otros trabajos en torno a la relación entre violencia e ilegalidad, es posible pensar la violencia como constructora de un límite del orden social y no como una forma legítima de regulación del mercado informal. Es, entonces, parte del circuito.

La venta ambulante

Antes que de la crisis de 2001 como el caso de la recolección, el circuito de venta ambulante actual es en gran parte producto del crecimiento económico del período posconvertibilidad durante los gobiernos kirchneristas (2003-2015) en los que el *consumo popular* creció notablemente (GAGO, 2014; KESSLER, 2013, 2014; WILKIS, 2013).

Desde hace tiempo ya algunos grupos han instalado la cuestión de la venta callejera como un problema público ligado a la “ilegalidad” (BELCIC, [2020]; FERNÁNDEZ ALVAREZ et al., 2019; PERELMAN, 2018; PITA, 2012; PITA; PACECCA, 2017). Con la asunción de Mauricio Macri como presidente de la Nación (diciembre de 2015- diciembre 2019), la persecución de los vendedores creció notablemente. Así, durante el 2016 y en los primeros días del 2017, la Ciudad de Buenos Aires fue objeto de desalojos masivos de personas dedicadas a la venta callejera en la ciudad. Las políticas del gobierno nacional de Macri han generado nuevas incertidumbres en el trabajo callejero (BELCIC, [2020]; CANELO, 2019; PITA y PACECCA, 2017).

Por el circuito de venta ambulante circulan una serie de productos que permiten instalarlo como parte de un mercado ilegal: indumentaria y productos de electrónica “truchos”, cds y DVDs piratas, entre otras cosas. También otros productos que son cuestionados o sospechados como alimentos en “supuesto” mal estado o prontos a vencer. Sin embargo, como dije, no son sólo las “características” en sí las que instalan un tema como legal o ilegal, sino las relaciones sociales y la capacidad de poder que tienen los diferentes actores por instalar un tema.

También la actividad es fácilmente instalable en el ámbito de lo “informal”. Los productos que se venden quedan por fuera del control impositivo del Estado y usan el espacio público

“sin permiso”. Existen disputas sobre las cosas que circulan -así como sobre el uso del espacio público (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2018) – ya que tienen un valor reconocido socialmente. Ello ha generado tensiones y negociaciones con comerciantes y policías (BELCIC, [2020]; PIRES, 2020; PITA; PACECCA, 2017).

En la venta ambulante los pasos por las fronteras porosas y la transitividad de personas entre lo legal e ilegal (KESSLER, 2012; TELLES, 2009; TELLES; HIRATA, 2010) son constantes. Y si bien las personas no suelen tener problemas en hacerlo, tienen efectos cotidianos en el modo en que se producen las interacciones y se constituyen sentidos que luego son re-apropiados en la interacción. Las diferentes formas de venta implican distintos tipos de *arreglos* con la policía, relaciones con otros vendedores, con los comerciantes o con los compradores. También los juegos de poder aquí son centrales como lo documentan Pires (2010; 2017) y Pita (2012a; 2012b) en torno a la venta callejera.

Así como en el caso de la recolección informal, los productos pasan por diferentes manos y “estatus”. Algunos salen de grandes fábricas del mercado formal, van a comercios mayoristas donde los vendedores compran para luego vender “informalmente”. Otros son productos *piratas* y pasan por diferentes fases de “ilegalidad”: desde su producción a su distribución. Visto en conjunto, la venta ambulante no ha tenido el mismo nivel de persecución.

En el caso de los que ofrecen productos en la vía pública, si bien existen negociaciones entre comerciantes de locales y vendedores, públicamente los primeros se quejan de “competencia desleal”. Cuestionan el uso del espacio público para la venta de productos. Argumentan que la calle es “privatizada” por los vendedores. Así, los comerciantes se quejan por el uso ilegal del espacio y por la ilegalidad de las formas de la venta (como el no pago de impuestos o la venta de “cosas truchas”), aun cuando la mayor parte de los comerciantes suelen evadir impuestos o tener empleados “en negro”. Sin embargo, mientras una práctica (la de los vendedores) es vista como ilegal, la otra (la propia de los comerciantes) no.

A diferencia de la calle, los que se dedican a ofrecer productos en el transporte público no son vistos como competidores con otros vendedores “formales”. Mi trabajo de campo estuvo centrado con este grupo. En especial, con los *buscas*. *Busca* proviene de *buscavidas*. Muchos de estos vendedores comienzan todos los días sólo con el dinero necesario para comprar mercadería para la venta. Los vendedores reivindican la falta de ataduras y la libertad de la tarea, el no “arreglar” con la policía (PIRES, 2010; 2020). Los *buscas* se configuran en oposición a otros actores que se dedican a la misma actividad (PERELMAN, 2013b; PIRES, 2010). Ser *busca* es una forma de vida y no sólo una forma de obtener dinero. Es una forma de sociabilidad, de gastar el dinero, de entender el trabajo.

La venta ambulante en trenes tiene una configuración diferente a la de la venta en la calle. Se constituye en otro circuito en el que la violencia tiene varios usos y significaciones. Mientras la venta en las calles es configurada como ilegal (por lo que se la persigue), la que se realiza en trenes es tenida como informal. Atender a los juegos de poder (TELLES, 2009) permite apreciar los usos diferenciales de la legalidad, la ilegalidad y la legitimidad e ilegitimidad de las prácticas⁵. Procesos que están constantemente en negociación y tensión, pero también producen formas de relación y creación del lazo social asimétrico que produce desigualdad social. El modo en que se puede estar en el espacio público da cuenta de la aceptación o no de las formas de vida digna de los grupos sociales. Más aún el uso del espacio público en tanto productor de renta ha sido objeto de demanda por parte de grupos de vendedores (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2018).

Además, existe por parte de los medios de comunicación y otros actores un intento de construcción de la actividad de venta como “mafia”⁶. Con ello hacen alusión a una gran organización *ilegal* piramidal para la venta de productos en los transportes en la que los trabajadores serían explotados por alguien que les da mercadería para vender a cambio de una pequeña remuneración (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2019).

Esta visión se ve reforzada desde la mirada externa que ve en el uso de la violencia -legítima desde los vendedores- como ilegal y parte de una cultura marginal por fuera de la regulación estatal.

No es del todo importante si las relaciones son legales o ilegales en sí mismas, sino el ámbito discursivo donde se inscriben en tanto problema público. Como es sabido las palabras tienen fuerza, el decir algo tiene una capacidad performativa que lo inscribe en una arena específica de discusión: hablar de mafias inscribe las prácticas organizativas en el ámbito de lo ilícito y en relación con una práctica violenta.

Como marca Misse,

lo que distinguiría a un mercado formal de un mercado informal sería, en suma, su mayor o menor participación en un conjunto de regulaciones estatales. Sin embargo, la lógica económica del mercado produce relaciones complejas (y muchas veces contradictorias) con esas regulaciones legales. Entre ellas

⁵ El trabajo de María Pita sobre los vendedores ambulantes senegaleses en Buenos Aires es iluminador en ese sentido. En ese caso, la nacionalidad de los vendedores es central en la construcción de territorios sociales y morales de control policial que “falamos de uma distribuição desigual da legalidade e dos direitos” (PITA, 2012b, p. 132).

⁶ Ver por ejemplo <https://www.lanacion.com.ar/opinion/el-combate-de-la-venta-ambulante-ilegal-nid1974719>. Accedido el: 20 abr. 2019. https://redcame.org.ar/contenidos/circular/Mapa-de-la-Argentina-Ilegal-hay-662-saladitas-y-86_728-vendedores-informales.8505.html. Accedido el: 20 abr. 2019.

está la de las mercancías cuya oferta (y, en algunos casos, su consumo) es criminalizada [...] El mercado criminalizado es, así, doblemente informal: es necesariamente un mercado informal de trabajo, por la criminalización de las mercaderías que produce, vende o alivia de posibilidad de cualquier regulación formal de las relaciones de trabajo y de las obligaciones tributarias, además de ser un mercado de circulación de mercancías ilícitas, cuya actividad es, en sí misma, criminalizada [...] Ese debilitamiento moral de la designación criminal de una mercancía, la misma dimensión que justificaría, en última instancia, su criminalización, abre innumerables espacios sociales de maniobras más o menos legales o simplemente ilegales (pero moralmente toleradas) para su comercialización (MISSE, 2018, p.190).

Una fría y soleada tarde de julio de 2013 por la tarde iba junto a un vendedor en el tren y bajamos en la estación que suele ser punto de encuentro de un grupo de vendedores. Apenas pisamos el andén notamos que algo pasaba. Tres hombres jóvenes parecían discutir con otro. Desde lejos se veían los movimientos bruscos de sus cuerpos. Pocos segundos después comenzaron los golpes de puños y las patadas. Fueron pocos minutos, ya que el joven al que los otros pegaban salió corriendo y se perdió por los pastizales que rodeaban la estación. El vendedor me miró como enfatizando algo que yo ya sabía y que había varias veces visto: aquello era una forma de resolver conflictos, de delimitar quién podría vender o no.

El lugar de la violencia como forma de obtener un espacio en los trenes ha sido un mecanismo importante durante años (PERELMAN, 2013c). He presenciado decenas de peleas y he escuchado múltiples relatos sobre el lugar de la violencia física para el mantenimiento de los espacios de trabajo. Como dije, esto que forma parte de las relaciones sociales que construyen el mercado de la venta en el transporte público (PERELMAN, 2013b; 2017b) es leído desde el lente de la sospecha (FERNÁNDEZ ALVAREZ, et al., 2019) como una práctica mafiosa.

Si la violencia es una forma de regulación privada, la violencia física y moral contra los vendedores es pública. Si la violencia física debe ser utilizada para poder mantener el espacio, no forma parte de las conductas legítimas a la hora de vender. Aun cuando durante varios años los vendedores de los trenes raramente han estado expuestos a la persecución⁷, la venta como una forma de ilegalismo contribuye a una suerte de derecho precario⁸ que depende de las relaciones de afinidad entre los actores y del contexto político en el que la legislación pueda o no ser usada.

⁷ Me refiero especialmente a mis primeros años de trabajo de campo entre 2011 y 2015.

⁸ Retomo aquí la noción de Pires (2017) para el caso brasileño. A diferencia del Brasil donde la figura es parte del “derecho” en este caso lo pienso más como una forma de derecho a la ciudad en el sentido que le da Lefebvre (1968).

Existe una memoria y una experiencia construida -al igual que en el caso de los cartoneros- a partir de una violencia física y moral contra los vendedores. Al igual que en el caso del cirujeo, los vendedores saben de las posibles persecuciones y que la capacidad de estar en el espacio público depende de las negociaciones. Generar relaciones es una manera de lograr cierta estabilidad.

Los efectos de la violencia son parte del circuito. Ellos son constitutivas de las relaciones y de las obligaciones morales que se entablan. Por ejemplo, como desarrollé en otro lugar (PERELMAN, 2013a, p. 43), la memoria de la violencia y la posibilidad de ser detenidos o de que la mercadería sea confiscada ha generado formas de afinidad entre vendedores y proveedores. Varios vendedores recuerdan, por ejemplo, el momento de la privatización (en la década de 1990) y la persecución policial sobre ellos. En esos tiempos, dice Cacho que “venía la policía. Entonces te levantaban todo, te llevaban a la comisaría, acá en la estación y te hacían limpiar algo. Una vez, nos hicieron bajar unas baldosas de este tamaño [hace un gesto abriendo ambas manos] desde el primer piso. Estuvimos toda la tarde haciendo eso, después nos largaron. Nos confiscaron toda la mercadería (...) No tenía qué vender. Y se compra con lo que se vende. Así que como no había vendido nada no tenía un mango para comprar mercadería. Pero le pedía al Tano y me fiaba [esto es, les dan una cosa y esperan el pago posteriormente], una caja de gaseosas, sabía que después, cuando vendía se la pagaba”. Ello ha generado deudas morales que han mantenido relaciones durante años.

No sólo los proveedores son parte de la cadena de predictibilidad⁹. También lo son los otros vendedores, los comerciantes de las estaciones, el personal de control de los trenes y los pasajeros. A partir de relaciones de afinidad es que se configura una red que posibilita la venta. Por ejemplo, muchos vendedores dejan la mercadería en los comercios para no tener que cargarla todo el tiempo. También respetan los códigos de los comerciantes en cuanto a lo que se vende y cuándo se vende. Las relaciones de amistad con el personal de seguridad le garantizan la entrada y la circulación. Con los pasajeros muchos generan una relación personal -incluso vendiendo *fiado*. Hacerse conocido es una forma de poder trabajar en un contexto de (posible) incertidumbre.

Las formas de estabilización y de relaciones también pueden quebrarse por los insultos morales (PIRES, 2011; 2020) como forma de violencia. Una tarde, un vendedor me contó que había decidido cambiar de proveedor. El proveedor le había recriminado el cambio apelando a una deuda moral: lo había ayudado en momentos en que no tenía dinero para pagarle. El vende-

⁹ No es sólo la violencia la que construye estas relaciones. Ver Perelman (2013b; 2017b).

dor también esgrimía razones morales para romper la relación “*si, pero ahora no me respetas*” fue su respuesta. El vendedor me dijo también que a los *puesteros* les fiaba la “*carga completa*” mientras que a él sólo le adelantaba una pequeña parte de lo que iba a ofrecer. Para Cacho, éste era un acto que hablaba de cierta falta de confianza y un des-respeto a alguien que siempre ha tenido *códigos*.

A la vez, estando en una actividad que es permitida, aunque la legalidad suele disputarse (lo que implica formas cotidianas de violencia moral), los vendedores se construyen públicamente como parte del control del espacio (“mantener la línea limpia”, o sea que no haya violencia) y además plantean que están brindando un servicio (venta de productos). La legitimidad que esgrimen los vendedores remite a una forma de control y de seguridad sobre el espacio. Y aquí plantean que, para ello, a veces tienen que usar la violencia física. Es para los vendedores una violencia antes que legítima, moralmente justificada en pos del bien común.

Esto genera, sin embargo, un efecto contradictorio. Para los vendedores es una forma de reivindicar su lugar en la línea a partir de la construcción de una superioridad moral con relación a otros vendedores. Son los que controlan que no haya robos, que los productos que se vendan sean de cierto estatus, etc. Hacia adentro del colectivo de vendedores, estas relaciones personales son necesarias para la fijación de precios, diferenciar horarios y zonas de venta, dividir productos a vender, etc. Se produce así el circuito de comercio. Lo cierto es que la violencia es una forma de mantener el espacio y no dejar entrar a otros vendedores. Para mantener el circuito, los vendedores se reparten los productos que pueden vender, así como buscan ponerse de acuerdo en el precio. Ello no ocurre siempre de manera cordial. Como una tarde me dijo Quique que “si [otro de los *buscas*] quiere vender a otro precio, lo bajo del tren”. Quique logró su espacio en el tren a fuerza de la violencia física. Él es hoy un referente de un importante grupo de vendedores. Muchos acuden a él cuando tienen algún problema, y el recuerdo de su violencia le otorga la capacidad para poder decidir el precio al que ofrecerá su producto.

La forma en que la violencia opera para obtener y mantener el espacio fue recurrente en mi trabajo de campo. Sacar a golpes a otros posibles vendedores ha sido una práctica recurrente y por ello muchas personas piensan en la actividad como violenta y marginal. Ello tiene efectos en la noción misma de legitimidad hacia fuera que es transformada discursivamente en ilegalidad (como *mafias*). La violencia, así, tiene un lugar múltiple en el circuito de comercio.

Nuevamente se ponen en juego imaginarios en torno a la ilegalidad/marginalidad/ peligrosidad. Los arreglos y las formas de vender están marcadas por las propias formas de ganarse la vida de las personas. La distinción entre un *busca* y otros vendedores se produce a partir de una serie de prácticas y valores morales que hacen de la venta ambulante un modo de vida.

Una calurosa tarde de enero de 2012, salíamos al hall central de una de las terminales de tren más grande de Buenos Aires. Ramiro llevaba consigo el bolso en el que guarda las medias que compra en una fábrica cerca de su casa. De repente su mirada se posa por unos largos segundos en dos policías que están parados a unos 5 metros charlando en un puesto de diarios. Me mira y con la cabeza me hace un gesto para que vayamos hacia el otro lado. Ya, a unos metros de distancia, me dice “lo que pasa es que no los conozco y no sé qué pueden hacer o pedirme”.

Este tipo de hechos da cuenta, como plantea Pita (2019, p. 90), que “estas fronteras no sólo son porosas, sino que ellas mismas son efecto, en parte, tanto de las normas y facultades y sus características, como de la propia naturaleza de la tarea policial que habilita el pasaje, a veces imperceptible, entre discrecionalidad y arbitrariedad”.

La capacidad de negociación, de aceptar, contestar la violencia forma parte de las prácticas cotidianas de los vendedores y tienen efectos en las formas de vender y de moverse. Es por ello que no pueden pensarse sino como parte del circuito. Tanto la violencia física como moral son parte constitutiva del circuito de comercio de la venta ambulante. Circuito con fronteras porosas entre legal- ilegal, entre lo formal e informal. Es un circuito donde diferentes formas de violencia conviven con efectos, formas, modos, legitimidades diferentes. Estas violencias están incrustadas (parafraseando la noción de (POLANYI 2012) sobre el lugar de la economía en los procesos sociales) en el circuito. Y, así, es indisociable de éste.

A MODO DE CIERRE. CIRCUITOS DE COMERCIO, VIOLENCIAS Y DESIGUALDAD

En este texto busqué reflexionar sobre el lugar de la(s) violencia(s) como partes constitutivas de los mercados de venta ambulante y recolección informal. Intenté iluminar las múltiples formas en que la violencia se manifiesta.

Si los estudios sociales de la economía han mostrado que “la economía” como esfera está signada por los procesos sociales (NEIBURG, 2010), la violencia rara vez es pensada como parte de esta co-constitución. Mi posición ha sido tomar a la violencia (tanto física como moral) como constitutiva de los circuitos económicos y de comercio. Esto es, antes que pensarla como un acto irracional, hacerlo como parte de los procesos económicos. Y es en esta línea que mi texto busca contribuir.

La violencia, no podemos perder de vista, es una relación de poder y es por ello que parece adquirir cierta “particularidad” en los mercados informales, ya que existen formas legitimadas de intervenir sobre él. Por ello, si bien los límites son porosos, los efectos y la capacidad de ejercer violencia por parte de grupos sobre los “informales” o sobre los que son construidos como “ilegales” es distinta. Atender a la construcción social de estas diferencias es central para entender la producción de las desigualdades sociales. También me parece importante no sólo remarcar que la violencia se ejerce sobre personas y por personas, sino que se hace en un territorio determinado.

La violencia configura modos de relacionarse, de generar asociaciones y formas de estar en el territorio. En este marco es que es posible comprender qué formas de violencias pueden ser toleradas o no, son legítimas o no. Una mirada de las violencias como parte del circuito de comercio permite comprender su carácter múltiple y el lugar que tiene en el mantenimiento del orden. Así, la normalidad de la violencia varía según la configuración.

La legitimidad de las prácticas violentas está territorializada y encuentra sentidos diferentes según el lugar donde se ejerza. La violencia es múltiple en sus ejercicios y en sus efectos. Indagar en los dos casos me permitió mostrar estas complejidades y colocar el acento en el lugar central y múltiple que tiene la violencia en la construcción de circuitos de comercio. O sea, no es posible partir de que la violencia tiene apenas un uso y un efecto. Indagar etnográficamente las interacciones, las prácticas, los discursos permite preguntarse por la violencia antes que darla como una realidad. La normalidad de la(s) -o de diferentes tipos de- violencia(s), entonces, debe entenderse en cada configuración. Así, lo normal puede estar naturalizado o no.

Por último, quiero volver a destacar que, en ambos casos, la violencia es a veces ejercida dentro de los vendedores y entre los cartoneros, y a veces aplicada contra ellos. Que sea parte de un circuito de comercio no implica que no existan formas de dominación, de desigualdad. Aún cuando la violencia es parte del circuito, los efectos que ella tiene producen formas de desigualdad en diferentes dimensiones. Si bien en ambos casos el lugar de la violencia como forma de imposición es innegable, la violencia ejercida sobre ellos es un componente central de la negación de las formas de vida, de las formas de dominación actual y de ejercicio de la violencia institucional.

REFERENCIAS

1. BELCIC, Sofia. Control estatal de vendedores callejeros en Río de Janeiro y en la Ciudad de Buenos Aires: una aproximación comparativa a la relación entre vendedores y agentes de control. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 50, [2020]. No prelo.
2. BERMÚDEZ, Natalia. **Y los muertos no mueren...** Una etnografía sobre clasificaciones, valores morales y prácticas en torno a muertes violentas (Córdoba- Argentina). Berlín: Editorial Académica Española, 2011.
3. BERMÚDEZ, Natalia. Etnografía de una muerte no denunciada: Justicias y valores locales en una villa de la ciudad de Córdoba, Argentina. **Dilemas - Revista de Estudios de Conflicto e Controle Social**, v. 8, n 3, p. 455-72, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7301>. Acesso em: 02 fev. 2020.
4. BOLTANSKI, Luc. **Enigmas y complots**. Una investigación sobre las investigaciones. Buenos Aires: FCE, 2016.
5. CANELO, Brenda. Modalidades de control de la venta callejera y criminalización de inmigrantes en Buenos Aires. In. MANSILLA, M. J. A.; BOY, M.; ARICÓ, G. Aricó (Ed.) **La ciudad mercancía: turistificación, renovación urbana y políticas de control del espacio público**. Buenos Aires: Teseo press, 2019, p. 129-48.
6. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n 67, p.135-46, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200010. Acesso em: 02 fev. 2020.
7. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto **Ensaio antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
8. COSACOV, Natalia *et. al.* De 'la Quema' al parque: Notas sobre las políticas urbanas en la dictadura y la producción de pequeños consensos cotidianos en la Ciudad de Buenos Aires (1976-1983). **Sociohistórica/ Cuadernos del CISH**, v. 29/30, P. 71-85, 2011. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5626/pr.5626.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.
9. COSACOV, Natalia; PERELMAN, Mariano. Struggles over the Use of Public Space: Exploring Moralities and Narratives of Inequality. Cartoneros and Vecinos in Buenos Aires. **Journal of Latin American Studies**, v. 47, n 3, p. 521–542, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-latin-american-studies/article/abs/struggles-over-the-use-of-public-space-exploring-moralities-and-narratives-of-inequality-cartoneros-and-vecinos-in-buenos-aires/8812642619A1EBA2C-783A5D7571D0DF9>. Acesso em: 03 mar. 2020.

10. DAS, Veena. The Boundaries of the “We:” Cruelty, Responsibility and Forms of Life. **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, p. 168-85, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14409917.2016.1153888>. Acesso em: 02 fev. 2020.
11. EPELE, María. Morir en los márgenes: políticas de facticidad y muerte- joven en poblaciones vulnerables del Gran Buenos Aires. In: VISACOYSKY, S (Ed.) **Estados críticos: la experiencia social de la calamidad**. La Plata: Ediciones Al Margen, 2011, p. 176-200.
12. FELTRAN, Gabriel. (Il)licit Economies in Brazil: An Ethnographic Perspective. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 145-154, 2019. Disponível em: <https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.28/>. Acesso em: 02 fev. 2020.
13. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés. Nunca mafia. Experiencias de vida y formas de organización de vendedores ambulantes en espacios públicos. In: 13. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés *et al.* **Bajo Sospecha. Debates urgentes sobre las clases trabajadoras en la Argentina**. Buenos Aires: Callao Cooperativa cultural, 2019, p. 21-41.
14. FERNÁNDEZ ALVAREZ, María Inés. Más allá de la precariedad: prácticas colectivas y subjetividades políticas desde la economía popular argentina. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales* v. 62, p. 21-38, 2018. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/3243>. Acesso em: 15 fev. 2020.
15. FERNÁNDEZ ALVAREZ, María Inés *et. al.* **Bajo Sospecha**. Debates urgentes sobre las clases trabajadoras en la Argentina. Buenos Aires: Callao Cooperativa cultural, 2019.
16. FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS editora, 2010.
17. GAGO, Verónica. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2014.
18. GARRIGA ZUCAL, José. “Aplicar Mafia”. La violencia como dimensión de un estilo popular. **AVATARES de la comunicación y la cultura**, n. 3, p. 1-16, 2012. <https://1library.co/document/y43xv55z-aplicar-mafia-violencia-dimension-estilo-popular.html>. Acesso em: 03 dez. 2019.
19. HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina. Movement and Death: Illicit Drug Markets in the Cities of São Paulo and Rio De Janeiro. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1; n 2, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.26/>. Acesso em: 02 mar. 2020.
20. HIRATA, Daniel Veloso. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: Primeira aproximação. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** Edição Especial n. 3, p. 173-197, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/23487>. Acesso em: 02 mar. 2020.

21. KESSLER, Gabriel. **Controversias sobre la desigualdad**. Argentina, 2003-2013. Buenos Aires: FCE, 2014.
22. KESSLER, Gabriel. Ilegalismos en tres tiempos. *In: CASTEL, Robert et al. Individuación, precariedad, inseguridad ¿Desinstitucionalización del presente?* Buenos Aires; Barcelona; México: Paidós, 2013, p. 109-166.
23. KESSLER, Gabriel. Movilidades laterales, delito, cuestión social y experiencia urbana en las periferias de Buenos Aires. **Revista de Ciencias Sociales**, V. 25, n 31, p.120-42, 2012. Disponible em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.10653/pr.10653.pdf. Acceso em: 15 dez. 2019.
24. KESSLER, G.; MERKLEN, D. Una introducción cruzando el Atlántico. *In: CASTEL, Robert et al. Individuación, precariedad, inseguridad ¿Desinstitucionalización del presente?* Buenos Aires; Barcelona; México: Paidós, 2013, p. 9-43.
25. LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.
26. MISSE, Michel. **Crimen y violencia en el Brasil contemporáneo**: estudios de sociología del crimen y de la violencia urbana. México: CIESAS, 2018.
27. MISSE, Michel. Violência e teoria social. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 1, p.45-63, 2016. Disponible em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7672>. Acceso em: 15 dez. 2019.
28. MOTTA, Eugênia; NEIBURG, Federico; RABOSSO, Fernando, MÜLLER, Lúcia. Foreword: Ethnographies of Economy/ics: Making and Reading. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, n. 1, p. 50-55, 2014. Disponible em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412014000100002. Acceso em: 03 mar. 2019.
29. NEIBURG, Federico. Os Sentidos Sociais da Economia. *In: DUARTE, L. F. D. (Ed.) Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. Sao Paulo: ANPOCS; Barcarolla; Discurso Editorial, 2010, p. 225-258.
30. PAIVA, Verónica; PERELMAN Mariano D. Aproximación histórica a la recolección formal e informal en la ciudad de Buenos Aires: la “quema” de Parque Patricios (1860-1917) y la del Bajo Flores (1920-1977). **Theomai**, v. 21, p. 134-149, 2010. Disponible em: https://www.researchgate.net/publication/49598399_Aproximacion_historica_a_la_recoleccion_formal_e_informal_en_la_ciudad_de_Buenos_Aires_la_quema_de_Parque_Patricios_1860-1917_y_la_del_Bajo_Flores_1920-1977. Acceso: 03 mar. 2020.
31. PERELMAN, Mariano D. Disputas en torno al uso del espacio público en Buenos Aires. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 87-98 2018. Disponible em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792018000100087&script=sci_abstract&tlng=es. Acceso em: 10 dez. 2019.

32. PERELMAN, Mariano D. Pensando la desigualdad urbana desde el trabajo callejero. *In: BOY, M.; PERELMAN, M. (Eds.) Fronteras en la ciudad: (Re)producción de desigualdades y conflictos.* [S.l.] Teseo, 2017a, p. 19-44.
33. PERELMAN, Mariano D. Vender nos ônibus. Os Buscas na cidade de Buenos Aires, Argentina. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, p. 69- 87, 2017b. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702017000100069&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2020.
34. PERELMAN, Mariano D. Formas sociales de estabilización en actividades informales. Cirujas y vendedores ambulantes en la ciudad de Buenos Aires. **Laboratorio**, v. 25, p. 37-55, 2013a. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/27224>. Acesso em: 02 fev. 2020.
35. PERELMAN, Mariano D. Trabajar en los trenes. La venta ambulante en la ciudad de Buenos Aires. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 39, p. 179-204, 2013b. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-71832013000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 03 mar. 2020.
36. PERELMAN, Mariano D. Trabajar, Pedir, Vender. El Caso de los vendedores ambulantes en trenes de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v.18, n. 2, p. 231–250, 2013c. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/27463>. Acesso em: 15 fev. 2020.
37. PERELMAN, Mariano D. La construcción de la idea de trabajo digno en los cirujas de la ciudad de Buenos Aires. **Intersecciones en antropología**, v. 12, n. 1, p. 69-81, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1795/179522601006.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
38. PIRES, Lenin. Mercados informales y la circulación de la tolerancia: mercancías políticas y relaciones entre sociedad y Estado. **Cuadernos de Antropología Social**, v. 51, 2020. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/7673/7187>. Acesso em: 15 fev. 2020.
39. PIRES, Lenin. Precários e perigosos: possíveis relações entre formalidade e informalidade em processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. *In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. D. (Eds.) Disputas em Torno do Espaço Urbano: Processos de Produção /Construção e Apropriação da Cidade.* Salvador: Editora UFBA, 2017, p. 335-352.
40. PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** uma etnografia dos usos urbanos dos trens da central do Brasil. Niterói: EdUFF, 2011.
41. PIRES, Lenin. **Arreglar não é pedir arrego.** Uma etnografia de processo de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

42. PITA, María Victoria. Hostigamiento policial o de las formas de la violencia en barrios populares de la Ciudad de Buenos Aires. Relato de una investigación. **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**, v. 60, p. 78-93, 2019. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/2091>. Acesso em: 10 fev. 2020.
43. PITA, María Victoria. Mitologías porteñas en torno al poder policial. Policía, contravenciones y gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires. **La Biblioteca**, v. 12, p.182-209, 2012a.
44. PITA, María Victoria. Poder de polícia e administração de grupos sociais: o caso dos vendedores ambulantes senegaleses na Cidade Autônoma de Buenos Aires. In: TELLES, V. S.; AZAÍS, C.; KESSLER, G. (Eds.) **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traco, 2012b, p. 109-40.
45. PITA, María Victoria; PACECCA, María Inés. (Eds). **Territorios de control policial: gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2017.
46. POLANYI, Karl. **La gran transformacion: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.
47. RABOSSI, Fernando. Los caminos de la informalidad. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p.797-818, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v9n3/2238-3875-sant-09-03-0797.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.
48. SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
49. SUÁREZ, Francisco. **“Que las recojan y arrojen fuera de la Ciudad”**, Historia de la gestión de los residuos sólidos (las basuras) en Buenos Aires, Documento de trabajo nº 8. Los polvorines, Universidad Nacional de General Sarmiento, 1998.
50. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v22n2/v22n2a03>. Acesso em: 15 mar. 2020.
51. TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7192>. Acesso em: 15 mar. 2020.
52. TISCORNIA, Sofía. **Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales**. El caso Walter Bulacio. Buenos Aires: Editores del Puerto y CELS, 2008.
53. WILKIS, Ariel. **Las sospechas del dinero**. Moral y economía en la vida popular. Buenos Aires: Paidós, 2013.

54. ZELIZER, Viviana. **Economic Lives: How Culture Shapes the Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

Mariano Perelman

Doutor em Antropologia pela Universidad de Buenos Aires, Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4914-3198>.
E-mail: mdperelman@gmail.com.

“Somos Civilizados, Não Precisamos da Polícia”: A Justiça Popular no Haiti Central¹

“We are Civilized, We Don’t Need the Police”: Popular Justice in Central Haiti

Felipe Evangelista

Instituto Brasileiro de Museus, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Baseado em pesquisa etnográfica de longa duração realizada numa vizinhança rural fronteiriça, o artigo argumenta que no Haiti rural contemporâneo existem tanto entendimentos culturalmente específicos de legitimidade e de soberania quanto dispositivos securitários independentes do Estado, inclusive para punição a infratores. As vizinhanças são capazes de exercer certo grau de controle sobre a circulação de pessoas e de mercadorias, mesmo quando agem contra o Estado (como no caso do contrabando), que em muitas instâncias não possui capacidade logística para lhes fazer frente e impor seus desígnios. As vizinhanças são moralmente pautadas por um senso de justiça que opera em grande medida à margem do ordenamento jurídico, cuja máxima expressão é o linchamento de ladrões.

Palavras-chave: Haiti (Plateau Central), República Dominicana, Fronteira, Vizinhança, Contrabando, Linchamento.

¹ A pesquisa de campo foi realizada com apoio de uma bolsa de doutorado do CNPq e de um edital de auxílio à pesquisa do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Agradeço à Marina Nunes Teixeira Soares, à Rosa Vieira e aos (às) dois (duas) avaliadores(as) anônimos(as) pelas valiosas sugestões que alteraram significativamente este artigo.

Recebido em 14 de maio de 2020.
Avaliador A: 27 de maio de 2020.
Avaliador B: 05 de julho de 2020.
Aceito em 01 de outubro de 2020.



ABSTRACT

Based on long-term ethnographic research carried out in a rural neighborhood close to the Dominican border, the article argues that in contemporary rural Haiti there are both culturally specific understandings of legitimacy and sovereignty as well as security mechanisms independent of the State, including for punishing offenders. The neighborhoods have a certain degree of control over the movement of people and goods, even when they act against the State (as in the case of smuggling), which in many instances do not have logistical capacity to face them and impose itself. Neighborhoods are morally guided by a sense of justice that operates largely outside the legal system, the greatest expression of which is the lynching of thieves.

Keywords: Haiti (Plateau Central), Dominican Republic, Border, Neighborhood, Contraband, Lynching.

INTRODUÇÃO

No quintal de sua casa, um senhor divertia seus netos cantando uma marchinha que fora sucesso no Carnaval de Porto Príncipe quando ele era um jovem rapaz, provavelmente no começo dos anos 1980. As crianças dançavam ao som do refrão *nou civilize, pa bezwen lapolis* [“nós somos civilizados, não precisamos da polícia”], uma frase curta que condensa diversas camadas de significados. O refrão reivindicando o status de “civilizados” dialoga com a acusação de “barbárie”, que tem uma história longa e perversa no discurso sobre o Haiti (explorada no clássico estudo de Laennec Hurbon, (1988)). A polícia, e o uso da força coercitiva estatal, também possui uma história complexa, num país em que as forças armadas combateram mais contra inimigos internos do que externos. A referência à polícia não fala de uma força voltada a proteger os cidadãos, mas de uma força ameaçadora e hostil. Nesse sentido, a mensagem da marchinha é algo como “vamos nos comportar bem, não precisa nos bater”, embora essa tradução transforme numa formulação aparentemente submissa o que na verdade tem um tom irônico e provocador (como mostra McAlister, (2002), as letras de músicas na cultura popular haitiana são veículo para comentário social crítico). Mas é ainda, ao mesmo tempo, uma afirmação de que “os nossos problemas nós resolveremos nós mesmos”.

O argumento que segue está apoiado em uma pesquisa etnográfica realizada entre 2015 e 2017, que entre idas e vindas totalizou dezesseis meses de trabalho de campo, tendo como base principal uma vizinhança rural próxima à comuna de Belladère, no Haiti, a poucos quilômetros

da fronteira com a República Dominicana. Para não expor os interlocutores da pesquisa, adotaremos pseudônimos tanto para pessoas quanto para o nome da vizinhança: usaremos *Vwazinaj* (que é a palavra do crioulo haitiano que traduzimos como “vizinhança”) como um nome próprio, com V maiúsculo, para nos referirmos a essa vizinhança específica onde se deu a maior parte da pesquisa.

Nosso principal objetivo é descrever formas de controle do movimento de pessoas e mercadorias, de resolução de conflitos e de punição a infratores que acontecem no âmbito das vizinhanças. Existem dispositivos securitários próprios, em grande medida independentes das (e em alguns casos capazes de tornar inócuas as) determinações do Estado. Na região em questão, há um conjunto de práticas extraoficiais que se sobrepõe a funções ordinariamente atribuídas ao Estado, como o controle territorial e a violência legítima.²

Muito já se escreveu sobre o Haiti como um Estado fraco, falido ou até mesmo inexistente, por exemplo Lundahl, (1992) e Wargny, (2008). É fácil relativizar a soberania de um país que passou por diversas ocupações estrangeiras e da ONU, dependente da ajuda internacional, e “invadido por ONGs” (ÉTIENNE, 1997). Contudo, um problema crônico dessa literatura é pensar o Haiti através de lacunas, de descrições negativas (no sentido daquilo que falta), o que empobrece a realidade haitiana reduzindo-a a uma cópia malfeita daquilo que, implícita ou explicitamente, se supõe existir fora do Haiti, em especial nos Estados Unidos e na Europa.³ Nós, por outro lado, não entendemos os fenômenos aqui descritos como resultado de uma ausência do Estado. Pelo contrário, desejamos mostrar os efeitos produzidos pelas práticas estatais nessa região, caracterizada pela contiguidade entre dois Estados nacionais.⁴ Para dizer o mínimo, ambos produziram e continuam produzindo uma forte segmentação territorial que se replica em vários níveis (linguístico, cultural etc.), produzem limitações à mobilidade das pessoas e das

2 Diferentes aspectos da violência em Porto Príncipe são analisados por autores como Neiburg (2017); Marcelin (2015); Beckett (2020); James (2010) e em especial Braum (2014; 2019), que se dedicou ao estudo etnográfico de “ideias, práticas e dispositivos securitários” usados pelas camadas populares em Bel Air, bairro no centro de Porto Príncipe. O contexto com o qual lidamos aqui possui diferenças consideráveis frente ao mundo urbano estudado por estes autores, que é dotado de uma densidade muito maior de projetos da cooperação internacional e de ONGs (e dos fluxos de dinheiro e de especialistas estrangeiros que os acompanham) e uma multiplicidade de grupos armados rivalizando entre si dentro de uma mesma vizinhança.

3 Nesse sentido, o Haiti possui fortes paralelos com a África, continente sobre o qual abundam descrições pela falta, e onde diversos Estados já foram acusados de não existir. Para uma crítica às descrições negativas no contexto africano, ver Ferguson, (2006) e Mbembe (2001).

4 Não queremos supervalorizar o problema do Estado, como alertou Foucault (2008), reificando-o como se ele fosse verdadeiramente uma unidade coesa. No Haiti, Trouillot (1990) mostrou como historicamente o governo se dá em cumplicidade e embrenhamento do Estado com outros agentes, em especial a burguesia que controla as exportações e as grandes potências internacionais, não podendo, portanto, ser tratado como uma variável independente. A noção de efeitos de Estado é emprestada de Mitchel (1991).

mercadorias e produzem a definição do contrabando.

Não se trata, portanto, de retratar um Estado falido que, pela incapacidade de cumprir sua função, acaba deixando um espaço vazio que seria ocupado por outros atores, mas sim de mostrar um encaixe particular entre diferentes agências, que inclui o Governo, mas também outras formas de organização e outros seres, inclusive transcendentais. Miramos o encontro entre diferentes linhas de força em uma vizinhança específica. A partir desse ponto de vista etnograficamente centrado nas vizinhanças, há uma diferença entre a Justiça (*Jistis*) administrada pelo Estado haitiano (*Letà*), entendidos em *Vwazinaj* como agentes externos, e um senso popular de justiça, no sentido das convergências e divergências sobre o que cada pessoa considera certo e errado, daquilo que se considera justo.

O artigo é composto por cinco seções. Na primeira, oferecemos uma contextualização histórica sobre o processo de constituição da fronteira entre dois países, e os esforços de ambos os Estados nacionais para controlar os fluxos de pessoas e de mercadorias que a atravessam. Em seguida, trataremos do contrabando em *Vwazinaj* como um eixo em torno do qual se estruturam uma série de relações. Depois mostraremos como operam noções locais a respeito dos direitos territoriais, descrevendo duas unidades espaciais significativas para o caso, o *lakou* e a *Vwazinaj*. Para os fins do presente artigo, usamos a expressão “justiça popular” para condensar e juntar fenômenos diferentes. Primeiro, uma noção específica de soberania, que decorre da relação com a terra. Segundo, um senso de justiça será analisado à luz de sanções aplicadas contra comportamentos condenáveis, não só por seres humanos, mas também por criaturas e forças transcendentais. Tratar da moralidade cristã é importante para situar o lugar do recurso à violência frente a outros recursos possíveis. Por fim, veremos os justicamentos violentos contra os ladrões afirmados como formas de corrigir injustiças.

UM PANORAMA DA HISTÓRIA DA FRONTEIRA DOMINICO-HAITIANA

A principal parte do território do Haiti e da República Dominicana compartilha uma única ilha, batizada como Hispaniola (ou Española) pelos colonizadores, e diversamente chamada de Quisqueya ou Ayiti, seguindo denominações indígenas pré-coloniais. Essa ilha foi reconhecida como possessão espanhola de 1492 até 1697, quando o Tratado de Riswick concedeu à

França soberania sobre a parte oeste da ilha. A nova colônia francesa, batizada Saint-Domingue, recebeu toda uma classe de latifundiários que, empregando os métodos de produção mais modernos em seu tempo, gerou um *boom* econômico vertiginoso. Devido principalmente às culturas de cana e de café, Saint-Domingue logo fica conhecida como “a colônia mais rica do mundo”. Sua eficácia produtiva vinha tanto de tecnologias materiais quanto de tecnologias de controle sobre a imensa população escrava. Já o lado espanhol era bem menos povoado e mais pobre, havia grandes vazios demográficos.

A fronteira entre os dois era imprecisa. O Tratado de Aranjuez ofereceu, em 1777, o primeiro esboço de linha divisória, porém sem eficácia prática, dado que legislava sobre terras que os poderes coloniais em disputa mal alcançavam. A alta densidade da colônia francesa ajudou a povoar essa região limítrofe tanto com a inauguração de novas plantações por senhores franceses, que empurravam para o leste os limites de seu domínio, quanto com fugitivos da escravidão em Saint Domingue que se integraram aos povoados hispânicos.

Em 1791, menos de um século após sua fundação, estourou a revolta que mudaria de forma radical a meteórica trajetória de Saint-Domingue, culminando na abolição da escravidão e na independência do Haiti em 1804. Nas décadas seguintes, a pressão pela terra no Haiti levou muitas famílias camponesas haitianas até bem dentro do território espanhol, onde havia abundância de terras públicas (TURITS, 2002, p. 594).⁵ A sociedade que se desenvolveu então é descrita por Turits e Derby (2006) como um mundo híbrido e integrado, onde a convivência entre pessoas de origem haitiana e dominicana era pacífica. Tanto o crioulo quanto o espanhol eram amplamente falados, as duas moedas (o gourde haitiano e o peso dominicano) circulavam juntas, as práticas religiosas populares acomodavam elementos de ambas as origens (DERBY, 1994), eram comuns os matrimônios entre cônjuges dos dois lados, assim como relações de apadrinhamento (TURITS, 2002).

Ao longo do século XIX, esse miolo de fronteira terrestre continuou marginal para ambos os Estados nacionais, distante dos seus centros de poder. Até o início do século XX, os circuitos comerciais que envolviam sua economia, de base pecuária, estavam mais orientados para Porto Príncipe (que ocupava no imaginário dos habitantes locais, inclusive dominicanos, sua referência de metrópole) do que para a longínqua Santo Domingo. Segundo Carmona & Dilla Afonso (2010), até as primeiras décadas do século XX, quando as primeiras estradas de

⁵ Como resultado desse processo, existe um pedaço do Haiti contemporâneo – principalmente no Plateau Central, departamento do Centro – que nunca pertenceu legalmente a Saint-Domingue. Esses territórios que formalmente pertenciam à ex-colônia espanhola se anexaram ao Haiti no século XIX (DESPRATEL, 2005). Os limites da linha divisória entre os dois países que vigora até hoje foram fixados em 1929.

asfalto começaram a ser construídas, essa região central ficava a cerca de dois dias de viagem, em montaria animal, de Porto Príncipe, e a dez dias de distância de Santo Domingo.

Na virada do século XIX para o XX, a correlação de forças entre os países vizinhos começa a mudar. A RD inseriu sua economia no mercado internacional, através de modernas plantações agroexportadoras, com destaque para a cana-de-açúcar. Esse *boom* econômico das centrais açucareiras, no entanto, estava concentrado em outras regiões do país. A fronteira permanecia ainda como um lugar remoto, habitado por camponeses pecuaristas em grande medida autônomos do resto do país. A elite de Santo Domingo denunciava a influência haitiana (também dita africana) que tornaria esses camponeses fronteiriços retrógrados e avessos à modernidade. Em especial, as crenças identificadas ao vodu eram um tema constante de queixas. Havia ainda o receio de que, sem correções de rumo para modernizar aqueles rincões, eles acabassem anexados ao Haiti.

Os esforços de modernização da região ganham impulso com a chegada das tropas norte-americanas, que ocuparam o Haiti em 1915, e a RD em 1916. Um dos objetivos dessa ocupação teria sido garantir o retorno de empréstimos de origem estadunidense, o que levou ao fortalecimento do controle fiscal sobre o comércio transfronteiriço (BAUD, 2000), fazendo da consolidação destes postos fronteiriços uma prioridade, intensificando a vigilância e a fiscalização para enquadrar e punir como contrabando atividades comerciais que até então eram banais e cotidianas. Houve resistência da população camponesa em ambos os lados, que burlou e boicotou o novo sistema como pode.⁶ O grau parcial de sucesso no controle do comércio entre os dois países foi paralelo ao florescimento do contrabando.⁷ Entre as reformas infra estruturais promovidas pelos *marines*, houve uma importante expansão da rede viária em ambos os países e teve início a construção da primeira estrada asfaltada conectando o Haiti e a RD.

A presença do Estado dominicano na região fronteira era tênue – na prática, ela era tomada por *caudillos*, coronéis locais não integrados ao exército nacional nem participando de qualquer hierarquia formal que os submetesse a um controle central. Como líderes capazes de mobilizar seus próprios bandos armados, eles comandavam seus domínios de forma autárquica

⁶ Nos primeiros dois anos da implementação do controle fiscal pelas forças da ocupação, dezoito oficiais norte-americanos que trabalhavam nestes postos também foram assassinados (BAUD, 2000, p. 60).

⁷ Baud (idem:59) sugere que a vizinhança entre diferentes sistemas de taxação e os obstáculos impostos à circulação de mercadorias, longe de paralisarem a economia transfronteiriça, tornaram esse comércio mais lucrativo e atraíram uma atividade frenética. Contudo, com a militarização da fronteira, o contrabando se tornou perigoso para pessoas comuns, passando a se organizar em grande escala, com uma estrutura logística dotada de bandos armados e conexões com pessoas poderosas. Surgiram grupos binacionais que eram um misto de crime organizado e resistência política contra a ocupação (BAUD, 2000, p. 65. Cf. Derby 1994, p. 500).

(SAN MIGUEL, 2011).⁸ Os primeiros esforços de Trujillo para garantir a lealdade da fronteira ao governo central, bem como os primeiros esforços em separar haitianos e dominicanos, encontraram resistência local (HINTZEN, 2016).

Foi então que Trujillo decidiu tomar medidas drásticas para consolidar a separação entre os dois países. Calcula-se que de 2 e 8 de outubro de 1937 foram assassinados entre 15.000 e 20.000 “haitianos”⁹. O massacre, conhecido do lado dominicano como *El Corte*, dotou a fronteira entre os dois países de uma consistência inimaginável até então. Após o genocídio brutal, a região ficou virtualmente despovoada, campos foram abandonados, tomados por ervas daninhas. Cronistas contam que a situação chegou ao ponto de faltarem alimentos em Dajabón, principal povoado dominicano na fronteira (idem:66).

Para resolver o problema, Trujillo iniciou uma política de migrações induzidas para a região. O processo chamado de *dominicanización de la frontera* consistiu no estabelecimento de colônias agrícolas “autenticamente” dominicanas que, além dos incentivos ao deslocamento de dominicanos de outras partes do país para ocupar a franja fronteiriça, também contou com a importação de colonos estrangeiros considerados brancos. Trujillo investiu na construção de cidades para que se tornassem *cabeceras provinciales* (equivalente a capitais estaduais), erigindo para este fim Jimaní, Pedernales e Comendador (Elias Piña), e equipando com edifícios públicos e obras infraestruturais povoados previamente existentes, como Dajabón e Montecristi.

No Haiti, foram também fundadas novas colônias agrícolas para abrigar refugiados sobreviventes do massacre (TURITS, 2002:590, 601). A construção mais ambiciosa foi a da cidade de Belladère. A principal estrada terrestre conectando Porto Príncipe a Santo Domingo entrava no Haiti por um povoado minúsculo que, na década de 1940, foi transformado num tipo de cidade modelo, com pesados investimentos feitos pelo então presidente Dumarsais Estimé, gastando parte significativa do orçamento nacional em uma obra monumental, fortemente criticada pela oposição (SMITH, 2009). Como portal de entrada no Haiti, e também em resposta

8 A região foi também um refúgio para rebeldes que, em tempos difíceis, atravessavam para o Haiti, onde se organizavam e se municavam para voltar, assim como os *cacos* haitianos também encontravam refúgio atravessando a fronteira quando precisavam de tempo para organizar suas ações contra o exército norte-americano que os perseguia no Haiti. Havia ainda a preocupação, por parte da mídia e das elites *capitaleñas*, de que aquela sociedade mista estivesse se degenerando racialmente, cultivando costumes bárbaros associados ao vodu. Por fim, havia o medo de que mais partes da região fossem perdidas pela RD para serem anexadas pelo Haiti (cf. nota 4).

9 As aspas, usadas por variados autores, pretendem indicar que o critério do lugar de nascimento importou pouco nesse contexto. Famílias que residiam ali há várias gerações e que se consideravam “nativas” da região foram, praticamente de uma hora para outra, tornadas estrangeiras com base numa atribuição de origem, determinada de formas arbitrárias, entre as quais a mais lembrada é o uso da pronúncia. Os soldados dominicanos mandavam que as pessoas capturadas dissessem palavras como *perejil* (salsinha) e *tijera* (tesoura), supondo que a incapacidade de pronunciar o som da letra R indicava a identidade haitiana (ver Turits 2002, p. 617).

à dominicanização que acontecia do outro lado da fronteira, Estimé desejava uma cidade moderna, com parques e praças, ruas asfaltadas, aqueduto, uma série de prédios públicos como Tribunal de Paz, sede da prefeitura, hospital, um posto de aduana, entre outros. Belladère foi inaugurada em 31 de outubro de 1948, conhecida então como “fina flor de Plateau Central”, com suas ruas plenas de casas imponentes e bem-feitas para abrigar famílias da elite haitiana. Segundo Despratel Cabral (2005:19), apenas cinco anos após a inauguração boa parte da cidade já havia caído no abandono e os ocupantes dessas casas chiques e modernas já haviam voltado a morar em seus locais de origem.

Com exceção de trabalhadores braçais haitianos rumo aos canaviais dominicanos, a fronteira ficou oficialmente fechada pelas décadas seguintes (DILLA; CARMONA, 2010, p. 67). Se o primeiro movimento no sentido do fechamento foi feito pelo gesto brutal de Trujillo em 1937, de forma recíproca, governos haitianos subsequentes também investiram recursos materiais e militares para garantir a consistência da fronteira. Atravessar a fronteira de um lado ao outro se tornou mais difícil do que em qualquer outro momento histórico.

A reabertura da fronteira se deu aos poucos, progressivamente, desde meados da década de 1970 (época em que a RD se redemocratizava, após o assassinato de Trujillo), e ganhou impulso com a queda do então presidente haitiano Jean-Claude Duvalier, em 1986. No tempo dos Duvalier, o exército vigiava fortemente os portos e as fronteiras. O contrabando era uma atividade para poucos e poderosos, era necessário ter conexões com altos escalões do exército e com as autoridades aduaneiras. Com a ruína desse regime, a partir dos últimos anos da década de 1980, ocorreu um movimento que Plotkin (1989) chamou de “democratização do contrabando” e que descreveremos a seguir, menos apoiados na literatura, mais na pesquisa etnográfica. Com esse panorama histórico, desejamos sinalizar pontos de referência importantes para situar os dados etnográficos aos quais nos dedicaremos daqui em diante.

O CONTRABANDO

Em *Vwazinaj*, os tempos áureos do contrabando se deram no período entre a queda de Jean-Claude Duvalier, em 1986, e a dissolução do exército haitiano, em 1995. Muita gente na vizinhança fazia ou um contrabando de pequena escala por conta própria ou a serviço de contrabandistas de maior porte. Sempre à noite, em noites sem lua, era preciso passar pelo mato, nunca pelas estradas principais. Nesse tempo, tudo que vinha da RD para o Haiti era contraban-

do, “até mesmo os biscoitos”, como ressaltou uma interlocutora.

O fluxo intenso de contrabando na vizinhança não vinha direto dos mercados públicos dominicanos, havia escalas no percurso. O caminho começava com alguém que pudesse circular livremente na RD (geralmente uma pessoa dominicana), comprando no mercado de Elias Piña para trazer as encomendas, que eram guardadas em casas situadas em áreas rurais dominicanas próximas à fronteira. Entre os moradores da região que disponibilizaram suas casas, quem comprou no mercado, quem transportou para a zona rural, quem veio buscar para levar ao Haiti, quem ofereceu locais de estocagem no Haiti e quem vendeu às comerciantes que distribuíram os frutos do contrabando para o resto do país, se tecia uma ampla gama de relações, muitas vezes descrita em termos de “amizade”.¹⁰ Contrabandistas de maior porte recrutavam parentes, agregados e vizinhos, estruturando redes inteiras ao redor desse comércio.

Assim, muitas pessoas de *Vwazinaj* e de vizinhanças próximas atravessavam a fronteira por localidades ermas para buscar as mercadorias escondidas. Eram encomendas, as informações sobre as demandas circulavam entre diversas comerciantes haitianas e moradores dominicanos, um sistema onde quem passa deixa avisado, querem tal feijão, em tal lugar estão precisando de arroz... Reciprocamente, do lado haitiano, chegavam os avisos, “tem carga para buscar em Margarit”, “tem carga em Pinson”, lugares situados “sobre a linha da fronteira” [*sou lin frontyè a*], não dentro da RD. Então muita gente na vizinhança se mobilizava para buscar, sempre à noite. Quem dispunha de um animal para trazer a carga às vezes fazia duas, até três viagens na mesma noite, indo e voltando, para trazer tanto quanto fosse possível.

Este contrabando, à época, dava um bom dinheiro, diferente do contrabando hoje em dia, mas também era mais perigoso. Se um *chèf* [termo comum que se usa com referência tanto a policiais quanto a militares] interceptasse o trajeto, a carga seria integralmente confiscada, e a pessoa responsável pelo seu transporte, além de ficar sem nada, podia ser presa. Naqueles tempos, o perigo eram os militares haitianos, não os dominicanos. O gourde haitiano valia mais que o peso dominicano, e os militares dominicanos sabiam que, embora ilegal, aquele fluxo contribuía significativamente para a renda de muita gente numa região que era (e ainda é) uma das mais pobres na RD. Pediam pequenos subornos, mas não impediam as pessoas de passar, pelo contrário, ajudavam a esconder as comerciantes em trânsito dos *chèf* haitianos, compartilhando informações sobre onde eles foram vistos e por onde se devia passar para evitá-los.

10 Ao longo do texto, usamos o masculino genérico em adjetivos e substantivos que podem também se referir a mulheres. Contudo, no caso de “comerciantes” seguir essa norma seria especialmente incômodo, uma vez no Haiti rural o comércio é uma atividade fortemente associada às mulheres. Existem homens comerciantes, mas tanto em termos demográficos quanto ideológicos, os mercados são dominados pelas mulheres. Por estes motivos, adotaremos a forma feminina como o gênero englobante sempre que nos referirmos a comerciantes.

A atividade consistia, portanto, em comprar de dominicanos moradores de áreas rurais, passar por dentro do mato, fazendo amizades pelo caminho e, ao mesmo tempo, despistando policiais e militares. Era necessário conhecer tanto o terreno quanto pessoas estrategicamente posicionadas para ajudar no caminho. Não era algo que um forasteiro qualquer [*etranjè*, termo usado para haitianos vindos de alguma outra região do Haiti, desconhecedores do local específico em que estão] fosse tentar. *Vwazinaj* e outras vizinhanças adjacentes tinham uma grande vantagem comparativa. As comerciantes de fora que distribuíam os produtos pelo resto do Haiti dependiam da população local, pouco poderiam fazer sem sua intermediação.

A situação contemporânea é diferente. Embora algumas mercadorias sejam visadas e apreendidas pelas autoridades ao entrar no Haiti, grande parte do contrabando circula à luz do dia, pela estrada principal, à vista de quem quer que seja, como se fossem mercadorias quaisquer. É o caso, por exemplo, do arroz *cabesit* – embora legalmente fosse contrabando, durante os períodos em que estive lá, esse status legal fazia pouca diferença para as pessoas que o transportavam e revendiam. Uma vez perguntei a uma comerciante que eu costumava acompanhar se aquele arroz que ela revendia era contrabando, ao que ela me respondeu “não sei, ele é?” Ela o disse com o sorriso que frequentemente mantinha no rosto. Aqui, como outras vezes, não sei ao certo se ela estava brincando. A questão era de fato passível de dúvida, havia opiniões divergentes no mercado, algumas pessoas diziam que sim, outras que não. Sem dúvida, o status ambíguo do *cabesit*, assim como de outras mercadorias, está relacionado ao fato de que sua regulação passou por sucessivas idas e vindas, mudando as regras de ambas as aduanas. Essa inconstância legal é bem descrita no caso do circuito dos *pèpè* (termo originalmente usado para roupas e outros produtos têxteis de segunda mão) saindo do Haiti e entrando na RD pela fronteira norte por Bourgeois (2016).

Outro exemplo são as *ambwatye*, embalagens descartáveis para comidas prontas, um tipo de marmita feita de isopor. Nesse caso não havia dúvida, todo mundo sabia que elas eram contrabando (de fabricação dominicana, trazidas ao Haiti). Nos depósitos dominicanos adjacentes ao mercado de Carrizal, eram sempre homens haitianos que vinham em motos para buscar a carga. As embalagens eram amarradas em volumes tais que cobriam a altura da cabeça do motoqueiro sentado, amarradas também nas laterais, dando às motos na estrada uma curiosa semelhança com pequenos caminhões de duas rodas, com carcaças de isopor. A composição <homem+moto+monte de embalagens descartáveis> é chamativa, fácil de ser identificada na estrada mesmo à longa distância. Essas motos abarrotadas de *ambwatye* circulavam na estrada principal, à luz do dia, sem qualquer constrangimento.

Outra diferença importante entre o contrabando de hoje e o do período anterior (1986-

1995) foi a construção do mercado binacional de Carrizal. Dotado de grandes depósitos, este mercado está formalmente em território dominicano, mas fica exatamente sobre a fronteira, de modo que qualquer haitiano pode ir lá tranquilamente mesmo sem portar nenhum documento.¹¹ É um mercado legal, mas parte importante do contrabando passa por ele. A situação contemporânea é tal que um forasteiro pode vir de qualquer ponto do Haiti dirigindo seu caminhão até Carrizal, onde compra tudo que quiser, enche a carroceria, e vai ele mesmo revender às comerciantes na sua cidade de origem. A mediação dos moradores da região perdeu grande parte da sua relevância. Como consequência, o contrabando paga menos. Mas basta que cheguem novas ordens (ou novos contingentes policiais, como a temida CIMO, sigla para Corps d'Intervention et de Maintien de L'Ordre) bloqueando o contrabando na estrada principal e a vizinhança logo se mobiliza, as pessoas sobem nos morros (pontos de onde se têm grande domínio visual da paisagem) e indicam aos motoqueiros por onde passar.¹² Nenhum agente do Estado pode entrar em *Vwazinaj* sem ser visto antes, as pessoas saberiam dessa movimentação (e avisariam a quem precisasse saber) um bom tempo antes que eles consigam chegar. Para as pessoas em *Vwazinaj* não há nada condenável, *a priori*, no contrabando, e mesmo as pessoas sem qualquer envolvimento se dispõem a ajudar, de graça, seus conterrâneos a praticar atos que o Estado tipifica como crimes.

Há uma ética em jogo que claramente não coincide com o código legal. Um provérbio diz *degaje pa peche*, ao pé da letra “dar seu jeito não é pecado”. Significa que se uma pessoa faz algo interdito, irregular ou mesmo ilegal, mas que o faz porque precisa fazer, a necessidade fala mais alto. Em alguns casos, o mesmo ato que seria condenável se praticado de forma supérflua e leviana adquire outra feição quando é praticado por alguém em dificuldade e sem opções. A legitimidade da busca pela vida que os vizinhos concedem uns aos outros se sobrepõe a regulamentos externos vindos de cima para baixo. A seguir, exploraremos alguns dessa moralidade

11 Para entrar na RD, há um portão de ferro na estrada principal, cercado por grades. Há muitos militares dominicanos guardando esse portão e o caminho que se segue depois. Eles podem colocar dificuldades à passagem das pessoas, o que é menos comum, ou às coisas que elas trazem (geralmente para vender em Elias Piña ou alhures), o que acontece o tempo inteiro. As discussões ruidosas que têm um quê de teatro, pois o problema é tipicamente resolvido com uma propina de 100 pesos, que é o valor padrão desses “presentes” (um valor maior poderá ser necessário a depender da carga transportada). Mas o mercado de Carrizal fica numa área de trânsito livre, cerca de 100 metros antes do portão que marca a divisa.

12 De tempos em tempos, há intensificações da fiscalização, mas são como espasmos, não perduram. Presenciei um destes momentos em março de 2016, quando as motos carregadas de *ambwatye* sumiram da estrada principal por algumas semanas, aparecendo em caminhos secundários. Em Fonds-Parisien (outro ponto na fronteira, onde passei algumas semanas), o contrabando de *ambwatye* passa de barco pelo Lago Azuei. Estes barcos também são facilmente visíveis à distância. Essa intensificação não interrompeu o fluxo, que seguia à luz do dia, apenas fez os barcos atracarem longe dos pontos de desembarque momentaneamente visados.

em jogo, começando por uma análise da força moral da casa e das formas como se constroem os pertencimentos.

A TERRA, A CASA E A VIZINHANÇA

Lowenthal (1987, p. 253) nota que no Haiti rural “a terra é o que te dá respeito, é o que te dá a vida”, ela é entendida como a fonte básica de toda riqueza, como a condição *sine qua non* da liberdade pessoal e da autonomia, e mesmo o proprietário do mais pobre pedaço de terra retira daí uma fonte fundamental de orgulho e autoestima. Este comentário encontra ressonância também na casa, uma vez que ter a própria casa é um dos principais critérios que caracterizam a idade adulta, a independência frente a pai e mãe (ou quaisquer outras figuras de uma geração mais velha com quem antes coabitassem) e o reconhecimento público de uma relação estável para os casais.

Certa vez, gravei uma entrevista com uma de minhas principais interlocutoras e comecei com perguntas que me pareciam básicas, como “quantas pessoas moram na sua casa?” A resposta dela foi “eu e meu marido Sonson”. Antes da entrevista, eu já convivía o suficiente para saber quais eram as doze pessoas que costumavam dormir diariamente naquela casa: ela, dez de seus quatorze filhos, mais uma outra criança não-consanguínea que estava sob os cuidados dela. Eu também sabia que seu marido Sonson não pisava naquela casa há mais de dois anos. Desde que ela o expulsara, ele estava coabitando com outra mulher com quem já tinha uma longa relação (a infidelidade conjugal foi tolerada por muitos anos, o motivo para expulsá-lo foi a forma detestável como escondia seus bens, recusando-se a distribuir seus recursos). O que significava, então, a resposta dela? Não importa que Sonson não estivesse presente, não importa que ele nunca mais volte a pisar ali, a casa continua sendo pensada como fruto da união dos dois. A contribuição dada por seu marido ausente era constitutiva daquele espaço, enquanto a presença de seus filhos foi omitida por ser um arranjo temporário, eles fariam suas próprias casas quando chegasse o momento adequado, e não eram, portanto, parte constitutiva daquela casa.

Os moradores de uma mesma casa não a habitam da mesma forma. Toda casa possui seus *mèt kay* [“dono(s) da casa”] como parte constitutiva.¹³ Enquanto moram sob o mesmo teto,

13 Como se nota, esse modelo de casa está vinculado à ideia de casal. Isso não significa que os arranjos práticos se restrinjam à configuração [casal + filhos], eles são muito mais variados do que isso, mas a variabilidade de

pai e mãe possuem ampla autoridade sobre seus filhos e, igualmente, sobre outras crianças que venham a morar com eles (por diversos motivos, é comum que crianças sejam deixadas aos cuidados de outra família, em caráter temporário ou permanente). A relação destes com sua prole e outras crianças agregadas é de hierarquia e englobamento, no sentido que os donos da casa respondem pelos atos dos outros moradores perante a vizinhança, principalmente das crianças e adolescentes. Que os filhos se mudem para construir suas próprias casas atenua um pouco a autoridade geracional, mas ainda assim, a necessidade de obediência e gratidão a pai e mãe continua sendo levada a sério. Um provérbio diz *Ou granmoun sèlman lè ou lakay ou* [“você só é um ancião respeitável quando está na sua casa”], o que quer dizer que não se deve assumir a mesma posição de autoridade frente a pessoas que nada lhe devem. Os donos da casa possuem um lugar hierárquico e englobante apenas em relação às pessoas que vivem em sua casa, sob seus domínios. A conversa com outros adultos donos de suas próprias casas, ao contrário, é uma conversa entre iguais. Nesse âmbito vigora um forte igualitarismo, mediado por códigos de etiqueta e de demonstração de respeito.

Além da casa, outra unidade espacial que importa descrever é o *lakou*. Tema clássico na literatura antropológica sobre o Haiti, podemos definir o *lakou* em linhas gerais como um local de moradia geralmente ocupado por membros de uma mesma família extensa e seus agregados, composto por diversas casas que compartilham um mesmo terreno, assim como compartilham os mesmos ancestrais e ritos religiosos correspondentes, às vezes servindo também como local de enterro dos mortos (ver HERSKOVITS, 1937; MÉTRAUX, 1951; MORAL, 1960; MINTZ, 1974; entre outros).¹⁴ O apogeu da forma *lakou* costuma ser localizado no século XIX, quando alguns *lakou* continham uma dúzia de casas ou mais, comportando várias dezenas de moradores. Mas o título de *mèt lakou* (“dono/a do *lakou*”) era tipicamente reconhecido a um único indivíduo ou a um casal, que ocupava uma posição de grande destaque neste arranjo marcadamente hierárquico, principalmente nas relações intergeracionais (BASTIEN, 1962).

Entre 2015 e 2017, a maioria dos *lakou* em *Vwazinaj* continha apenas uma ou duas casas,

fato não atrapalha o vínculo ideológico entre as concepções de casa e de casamento. Cabe ao homem “fazer a casa” para a mulher com quem ele pretende manter uma relação, assim como cabe à mulher a maior parte das tarefas de manutenção da casa.

14 O geógrafo George Anglade (1982) propõe uma reconstituição histórica na qual a organização espacial dos tempos da escravidão foi transformada após a abolição, quando surge um modo de “reagrupamento familiar” nascido com a liberdade, apoiado na agricultura de subsistência. Essa nova organização do espaço seria um importante foco de resistência contra o sistema precedente, sendo depois, ao longo do século XX, em larga medida dissolvido enquanto forma espacial. O enfraquecimento da correlação entre proximidade espacial e parentesco abriu espaço para que ganhasse importância outra contiguidade, que é a ideia de “vizinhança”, tida como sucessora do *lakou* como principal unidade de referência na organização do espaço haitiano.

e em seus usos práticos a palavra *lakou* poderia, na maior parte das vezes, ser adequadamente traduzida como “terreno” ou “quintal”. Mesmo não retendo a mesma forma que a literatura identifica no passado, o *lakou* continua sendo uma referência espacial importante. Ele abarca lotes inteiros como uma extensão da casa, é uma unidade de moradia, mas também produtiva (a terra do *lakou* também é usada para plantar), e contém algumas propriedades morais da casa, em especial a necessidade de reconhecimento do domínio do *mèt lakou*.

O senso de pertencimento e de respeito vinculado ao domínio do *lakou* tem como correlato o reconhecimento dos domínios alheios nos outros *lakou*. Vemos emergir assim uma concepção particular de soberania na qual o reconhecimento da necessidade de uma conduta mais cuidadosa e respeitosa quando se está em domínios alheios opera em diversas escalas espaciais. São habituais, por exemplo, as referências à RD como “a casa dos dominicanos” e ao Haiti como “a casa dos haitianos” (expressões comuns em ambas as línguas), e mesmo a pessoa que mais despreza os dominicanos reconhecerá a necessidade de respeitá-los quando estiver “na casa deles”, assim como o mesmo será exigido de um dominicano que vá ao Haiti. O reconhecimento da autoridade que os donos da casa têm sobre seus domínios é tal que ninguém questiona o direito de matar um ladrão que tenha invadido a sua casa.

O caráter quase autárquico do domínio sobre o *lakou* se coloca sobretudo em termos morais. Embora ele também possa ser uma unidade produtiva, não existe independência no sentido material. Múltiplas relações entre os diversos *lakou* contribuem para o abastecimento das casas, como o envio de presentes, entre os quais itens de subsistência (como legumes, frutas, cereais, porções de carne de animais recém-abatidos, refeições já cozidas), ocupam um lugar de grande destaque. Parte importante do abastecimento da casa vem destes circuitos não-comerciais. Tais trocas necessariamente acontecem dentro de limites de contiguidade espacial, não podem cobrir distâncias excessivas, até porque o meio de transporte mais comum para os envios são crianças a pé, e alguns deles são muito precípeis. A circulação de presentes é um índice importante das afinidades eletivas, da consideração que vizinhos específicos gozam uns em relação aos outros, como um tipo de materialização da sociabilidade que permite avaliar e hierarquizar a importância das diferentes relações, constituindo um dos principais suportes a partir do qual se estrutura a micropolítica da vizinhança. No mesmo sentido, ao lado das trocas de presentes colocamos também as trocas de trabalho, quem ajuda na roça [*jaden*] de quem, incluindo o empréstimo de animais e de ferramentas. Tais relações incluem ainda os cuidados com os bebês e crianças, que circulam bastante entre diferentes casas.

A densidade de trocas dentro de um espaço delimitado torna crucial a noção de “vizinhança” [*vwazinaj*]. As vizinhanças têm nomes próprios, são topônimos que delimitam espaços

menores que a “seção comunal”.¹⁵ Elas são importantes não só como uma referência espacial, mas como uma fonte de identidade coletiva. Assim, as vizinhanças estão sujeitas a avaliações díspares. Uma vizinhança unida, onde as pessoas ajudam ativamente umas às outras, é motivo de orgulho, assim como uma vizinhança desunida é vista com desprezo. É comum que as pessoas façam um autoelogio de suas próprias vizinhanças afirmando que naquela localidade são todos parentes entre si (mobilizando uma noção de parentesco que não está colada aos vínculos de consanguinidade, mas que valoriza as relações de proximidade a ponto de reconhecer os vizinhos como família), assim como é comum a acusação a vizinhanças alheias como lugares onde se pratica muita magia, que no caso indica que os vizinhos atacam uns aos outros. Certa vez, passando por um *jaden* malcuidado, com ervas crescendo, uma mulher gritou a quem quisesse ouvir; “O que é isso, esse *jaden* abandonado desse jeito? Aqui não tem vizinhança não?” [*pa genyen vwazinaj?*] Como o trabalho seria pesado demais para o dono da terra realizar sem ajuda dos vizinhos, a censura não foi direcionada a ele, mas sim aos vizinhos que deixaram aquilo acontecer.

Talvez seja no compartilhamento do trabalho braçal que o conceito de vizinhança ganhe mais força. Esse compartilhamento é indispensável, vários dos trabalhos agrícolas (colheitas, aragem, plantio, terraplanagem) exigem muitas mãos, e praticamente ninguém tem condições de pagar por isso. A expressão mais usada para esses mutirões é “ajuda” [èd].¹⁶ A vizinhança é fundamental para viabilizar essa ajuda. Cabe ao dono da terra a ser cultivada convidar e mobilizar as pessoas, bem como providenciar a comida que será compartilhada com todos que trabalharem na ocasião, função que tende a ficar a cargo da esposa. Essa refeição é o único “pagamento” esperado pelos serviços. Praticamente todos os homens de *Vwazinaj* se engajavam com frequência nesses mutirões e também muitas mulheres. Quem ajuda onde é algo que depende das afinidades e antipatias entre os moradores de cada *lakou*, principalmente entre seus chefes, cuja opinião conta mais do que a dos adolescentes e crianças que vivem sob sua tutela. A capacidade de mobilização é diferenciada entre os donos de cada pedaço de terra, alguns “têm muitas pessoas” [*gen anpil moun*] e, portanto, podem conseguir a ajuda de vinte ou trinta pessoas numa única ocasião, enquanto em outros contextos as mãos podem chegar a faltar, o que depende de muitas variáveis, ser tido em boa conta pelos vizinhos, ser respeitoso, possuir uma quan-

15 Na organização administrativa do Estado haitiano, “comuna” [*commune*] seria o equivalente ao “município” no Brasil, e cada comuna está dividida em seções rurais, as menores unidades oficialmente reconhecidas.

16 Como essa forma de mutirão ganhou destaque na literatura antropológica sobre o Haiti, vale notar que as pessoas em *Vwazinaj* não chamam essas ajudas cotidianas de *kombit*. Segundo eles, para formar uma *kombit* precisaria haver muito mais gente (os mutirões aqui descritos costumam reunir em torno de 10 a 15 pessoas).

tidade de terra grande o bastante para demandar um número maior de mãos, oferecer comida farta (tanto quanto possível – quem não tem condições de oferecer o bastante deve ser ajudado, diferente de quem tem condições mas não oferece o bastante por ser avarento, algo considerado detestável), tudo isso conta. A situação-limite de “não ter pessoas” é uma das piores formas de pobreza. Uma vizinhança que se preze não deveria deixar ninguém cair numa pobreza em que lhe faltem coisas básicas, em primeiro lugar a comida. Existe um imperativo de ajuda mútua, que na prática é seletivo, mas que, quando se afirma como vizinhança, inclui todas as pessoas que habitam em um determinado espaço. Assim, as relações entre os conjuntos de moradores de cada casa (que às vezes coincidem mais, às vezes menos, com os grupos familiares) dão consistência à noção de vizinhança, há trocas de muitas ordens entre eles; trabalho coletivo, empréstimos de equipamentos e animais, envio de presentes, trocas fundamentais para a viabilidade econômica das casas que compartilham uma mesma vizinhança. Existe um elogio geral às vizinhanças unidas e bem organizadas. Com essa densidade de relações num mesmo espaço, a organização da vizinhança pode funcionar em oposição às determinações do Estado haitiano, como vimos no caso de contrabando. Veremos, a seguir, algumas formas de lidar com os conflitos entre vizinhos que passam pelo julgamento não de uma coletividade humana, mas de um personagem central para as pessoas de *Vwazinaj*: Deus.

CONFLITO ENTRE VIZINHOS E DEUS COMO O JUIZ

O Deus bíblico é reconhecido como o poder e a autoridade máxima em qualquer ponto do espectro religioso haitiano. Para evidenciar a forma como é pensada a atuação de Deus como o grande juiz, trataremos de dois princípios opostos, *beni* e *maldichon* (“bênção” e “maldição”).¹⁷

Há uma distribuição desigual de bênçãos divinas que compõe uma economia própria, e que qualifica o dinheiro, as pessoas, os animais e os objetos em geral. Quando uma pessoa ou algo está *beni*, há consequências práticas: coisas boas acontecem, a pessoa prospera, o que ela tentar fazer vai dar certo. As principais formas de buscar este estado são o bom comportamento e a observância das leis de Deus e da bíblia. Já a “maldição” [*maldichon*] é algo que contamina

¹⁷ Na análise etnográfica que se segue, o uso da oposição *maldichon* – *beni* é fruto da convivência mais intensa com interlocutoras evangélicas, mas os mesmos conceitos também são amplamente usados entre católicos.

os frutos de um ato moralmente errado e pecaminoso e pode tanto ser enviada diretamente por Deus quanto de forma indireta, através de preces privadas onde um mau comportamento é denunciado e uma punição divina é solicitada.

Tomando um exemplo cotidiano, quando se deixa um animal pastar livremente em roças alheias, ele se alimenta bem e engorda, tornando-se mais valioso para seu dono. Isso acontece à custa do suor do vizinho, prejudicando seus cultivos (que podem tanto estar destinados ao consumo próprio quanto à venda), por vezes deixando-o em sérias dificuldades. Assim, eu ouvi uma mãe queixar-se do porco de seu filho. Ela se queixa que ele dá resto de comida pros porcos ainda de dia – se o fizesse na hora em que todos se preparavam para dormir, não haveria problema, mas ele não tinha o direito de fazer durante o dia, quando outra pessoa podia chegar com fome e precisar. Ele também não gosta de amarrar seus animais, para que possam comer de tudo, inclusive entrando nas roças dos vizinhos, no que ela via como uma ambição desmedida e apressada de que os animais cresçam logo. O porco estava engordando, mas era uma questão de tempo até ele “pegar maldição” [*pran maldichon*]. Vizinhos vão cobrar esse animal em suas rezas, desejando sua morte.

A mobilidade animal através dos espaços delimitados pelo cultivo alheio é o motivo mais frequente de brigas na vizinhança. Quem teve sua roça prejudicada pode agir diretamente, chegando até mesmo a matar o animal de seu vizinho. Essa é, contudo, uma solução drástica que escancara o conflito com o sério inconveniente de gerar comentários na vizinhança [*tripotay*], eventualmente chegando a envolver um juiz de paz e a polícia no conflito, o que ninguém deseja. É muito mais discreto pedir, em orações privadas, que Deus intervenha contra aquela injustiça – como todos reconhecem, as orações têm poder. Se o animal que pegar *maldichon* (nenhum ser humano tem como controlar as decisões de Deus, é Ele quem decide), ele logo cairá doente ou uma pedra despreziosa lançada por uma criança qualquer lhe partirá a pata ao meio ou será o primeiro a cair num buraco e quebrar uma pata ou um ladrão de passagem pela região escolherá para roubar, exatamente, aquele animal. A *maldichon* opera assim, não tem um agente específico e bem definido para levar a cabo o mal que lhe cabe, é antes uma qualidade espiritual que levará o mal a acontecer de qualquer jeito, seja qual for a forma em que a situação se apresente. Nenhuma pessoa “é” *maldichon* – trata-se de algo que se pode “pegar”, e que assim pode passar a definir o porco como um *kochon maldichon* [“porco amaldiçoado”].

Certa vez, um parente relativamente distante de minha principal interlocutora em campo mandou uma moto de presente para ela. O homem vivia em Santo Domingo, onde ela o conhecera anos antes. Ela sabia que a principal fonte de renda dele era a revenda de veículos. Ele ligou avisando que a moto já chegara a um depósito em Belladère, ela só precisava ir buscá-la.

Sem avisar ninguém, ela foi pessoalmente, com seus documentos, requerer a moto, ainda perplexa que aquele homem, de quem nunca fora próxima, mandasse um presente tão caro para a sua família. Refletindo sobre o possível motivo, lembrou-se de já ter escutado rumores de que ele era parte de uma quadrilha dedicada ao roubo de veículos na RD. Então entrou em pânico, achando que o envio da moto ao Haiti fosse uma estratégia para ocultar a sua origem criminosa. Alguém podia ter sido assassinado para que aquela moto fosse parar ali, seu sangue podia ainda estar no veículo. Discretamente, ela fugiu do depósito, deixando a moto para trás. Não só não voltou para buscá-la como nunca informou seus filhos sobre o ocorrido, pois eles tentariam convencê-la de que não havia nada errado, tentariam trazer a moto com eles.

O medo dela estava apenas vagamente relacionado com a possibilidade de que houvesse investigações policiais buscando aquela moto. A moto já cruzara a fronteira, já estava no Haiti. Em *Vwazinaj* a polícia haitiana raramente é vista, e certamente a polícia dominicana jamais chegaria até lá. A maioria das motos não possui qualquer registro legal que comprove suas origens.¹⁸ Essa ausência generalizada de rastros documentais poderia fazer com que aquela moto passasse facilmente despercebida, mesmo que fosse roubada, o que era apenas uma suspeita, cujo único fundamento eram fofocas escutadas anos antes. Frente à justiça dos homens, o baixíssimo risco não parece justificar que ela abrisse mão de um significativo acréscimo ao patrimônio de sua família como aquele.

O principal motivo do medo era completamente independente das capacidades logísticas da polícia. Se alguém tivesse sido assassinado por causa daquela moto, se seu sangue estivesse ali, seria uma *maldichon* tão pesada que ela não traria nada além de desgraça para sua família. Chegou a descrever a visão que tivera, de um de seus filhos usando-a para fazer mototáxi e acabando esvaçalhado junto com a moto debaixo das rodas de um caminhão. Por isso fez questão de ocultar a sua existência para eles, mesmo que alguém tivesse descoberto, teria sido proibido de buscá-la. Assim, a moto foi abandonada no depósito, ninguém apareceu para retirá-la. Não adiantava sequer vendê-la, pois o dinheiro resultante também seria *maldichon*.

Quando um dinheiro provém de transações escusas ou práticas desonestas contra alguém, ele próprio se torna *lajan maldichon* [“dinheiro amaldiçoado”], trazendo consigo uma qualidade danosa para seu portador. É um dinheiro que encontrará alguma forma de ferir seu dono, seja pela própria fuga – pois um dinheiro *maldichon* tem essa qualidade escorregadia, elusiva, ele foge do bolso do mesmo jeito que entrou, sem deixar nada – seja atraindo coisa pior,

18 Uma moto com papéis [*papye*] custa cerca de quatro vezes o preço de uma moto comum. Conheci vários rapazes que tinham motos, várias transações de motos vendidas e revendidas, mas não me lembro de uma única pessoa que tenha comprado uma moto com papéis.

como acidentes ou doenças graves. Em geral, essa qualidade não se adere às notas de dinheiro a ponto de ser retransmitida a outra pessoa que as pegue numa transação honesta, as notas de um dinheiro *maldichon* não necessariamente mantêm essa qualidade quando retransmitidas (particularmente não a mantêm caso seu novo dono seja um servo do senhor, que, com sua adoração, poderá neutralizar a mácula passada). Contudo, no caso de outros recursos, como animais e terra, existem *maldichon* contraídas pelos antigos donos que podem ficar entranhadas nas coisas elas mesmas e podem, assim, passar inadvertidamente a novos proprietários sem que estes tenham cometido nenhuma falta moral. A *maldichon* é um estado, um tipo de contaminação que pode ser transmitida por seres sobrenaturais malévolos, por orações que denunciam feitos culpáveis ou ainda pelo próprio ato culpável em si, caso este atraia a atenção e a ira divina. É mais um adjetivo do que um substantivo, pode funcionar como categoria de acusação. A primeira coisa a se fazer para evitar a ser atingido por alguma forma de *maldichon* e buscar o estado de bênção é obedecer a Deus e à bíblia. Evitar o pecado é uma meta que gera ansiedade, ao mesmo tempo em que todo mundo reconhece que, como somos seres humanos falhos, no limite é impossível não pecar.

Assim, se uma comerciante que está tentando enfrentar suas dificuldades recorre a um expediente como o *koup gode*, que é uma forma de roubo (trapaceando na mensuração de algo que vende a um cliente) isso não está certo, ela terá de responder pelos seus pecados, mas também não deve ser encarado como uma falha grave de caráter, não é algo capaz de defini-la, não nos cabe condenar as pessoas com base nisso. Deus tem Suas regras, Seus mandamentos, mas, ao mesmo tempo, Deus é um pai que compreende, ajuda e ama os mais pobres. Roubar é pecado, mas Ele também é sensível às necessidades que seus fiéis passam. Se uma mulher está sempre correndo para mal conseguir alimentar seus muitos filhos, quão pecaminoso seria da parte dela “roubar” de seus clientes um punhado de arroz aqui, outro ali?

JUSTIÇA POPULAR E OS LINCHAMENTOS

A ambiguidade moral que permite admitir com bom humor alguma margem de erro no comportamento das pessoas vale para pequenas trapaças feitas num momento de necessidade. A tolerância será mais baixa se a falta for cometida de forma leviana, sem nenhum motivo forte que a justifique. Algo semelhante ocorre no contexto da cobrança de dívidas. Uma característica marcante da moralidade em torno da cobrança das dívidas é que a tolerância com tentativas de

atrasar o pagamento, ou mesmo de não pagar, depende fundamentalmente da avaliação sobre a situação vivida pela outra pessoa. Se ela enfrenta dificuldades sérias, se uma despesa não prevista (como um filho no hospital) consumiu repentinamente seus recursos ou se comprou mercadoria com aquele dinheiro e está tentando, mas ainda não conseguiu, revender, deve-se esperar o tempo necessário.¹⁹ Se, ao contrário, a demora ou o não pagamento for apenas uma forma desonesta de tirar vantagem, a pessoa pode ir pessoalmente cobrar o que lhe devem.

Certa vez um homem parou em frente à casa de uma mulher que lhe devia dinheiro e atirou pedras contra as paredes e o telhado da casa dela enquanto a xingava em alto e bom som, para que todos os vizinhos escutassem, demandando que ela aparecesse imediatamente para pagar seu dinheiro. Como ela não tinha, ficou escondida e sofreu essa humilhação calada. Na ocasião este homem não entrou no *lakou*, ele gritou chamando a devedora para fora e atirou as pedras desde o caminho de terra batida que corta a vizinhança e que passava a poucos metros de distância da casa alvejada.

Em uma situação diferente, uma mulher encontrou no mercado uma comerciante que lhe devia dinheiro. Primeiro ela a confrontou verbalmente, em público, garantindo que todo mundo ao redor soubesse que aquela vendedora estava lhe devendo. Quando a devedora alegou não ter o dinheiro para pagar o que devia, a mulher tomou o saco inteiro de café (que a comerciante revendia em pequenas porções), estimando que o seu valor correspondia, *grosso modo*, ao valor da dívida, que foi assim quitada à força. Confiscar um bem alheio no valor aproximado da dívida é um método que, apesar de beligerante, é reconhecido.²⁰ Fazer as pessoas ao redor tomarem conhecimento da situação é necessário para garantir a legitimidade da retaliação. Há, portanto, instâncias em que as pessoas partem para a ação direta a fim de reparar um dano ou combater uma injustiça. Mesmo com a subtração forçada de um bem alheio, ninguém considera isso roubo. Já uma pequena fraude como o *koup gode* ou a não quitação de uma dívida são chamados de “roubo” e podem gerar conflitos interpessoais em termos de reputação ou sentimentos de culpa ligados à ideia de pecado. Em todo caso, é uma extensão semântica da palavra “roubo”. A

19 O preceito que identificamos aqui diz respeito a relações relativamente igualitárias, como o dinheiro na forma de crédito rotativo ou de empréstimos entre vizinhos. Credores esforçados em ser bons cristãos, ansiosos por agradar a Deus, devem buscar entender qual é a situação da pessoa devedora e esperar se for o caso. Agiotas profissionais, por outro lado, não parecem observar esse tipo de critério.

20 E parece ter raízes antigas: descrevendo conflitos causados por animais invadindo plantações, Métraux *et al.* (1951) afirma que, segundo o costume vigente nos anos 1940 no Vale do Marbial, o dono do *jaden* danificado tinha o direito de matar o animal, cortar para si um pedaço cuja carne tivesse um valor aproximado ao da destruição causada, a título de reparação, e então chamar o dono para recolher o restante do animal. Embora eu nunca tenha presenciado um animal ser morto e retalhado dessa forma, há semelhanças palpáveis entre esse modo de cobrança e as situações que descrevemos.

forma como são considerados o furto e o assalto propriamente ditos é completamente diferente. A margem de tolerância é zero.

Em caso de furto, o ladrão é punido por linchamento. Alguns são mortos, a outros se permite sobreviver. O único caso que presenciei foi um senhor de certa idade que fora visto furtando algo no mercado público. Um homem se aproximou rapidamente dele com um pedaço de pau na mão e sem anunciar nada deu um primeiro golpe na cabeça. Todos entenderam de imediato que se tratava de um ladrão. Um fio de sangue desceu pela cabeça deste senhor, que ficou parado, não esboçou reação, sequer levantou o braço para se proteger das agressões. Tomou passivamente outras pauladas, socos e tapas, desferidos por diversas pessoas ao redor, que se juntaram rapidamente na ocasião. Talvez sua aceitação do castigo o tenha protegido, ou talvez os seus cabelos brancos, pois embora machucado e ensanguentado, ainda conseguiu sair caminhando a pé sozinho para sumir na multidão.

Muitos ladrões não têm a mesma sorte. O assalto à mão armada é ainda menos tolerado do que o furto. Se os assaltantes forem pegos, suas chances de sobrevivência serão mínimas. Diversas histórias circulam, como o elogio a um vizinho que, uma vez, correndo sozinho e desarmado, conseguiu alcançar e matar um assaltante, usando a arma do assaltante contra ele mesmo. Outro interlocutor em *Vwazinay* comentou que não gostava de Santo Domingo porque lá quando acontece um assalto, as pessoas se escondem e abrem o caminho para que o assaltante saia ileso, ninguém faz nada. Isso não significa um incentivo a reagir a um assalto sozinho ou a lutar em condições de desvantagem. Por vezes um vizinho corajoso se arrisca sozinho, mas o movimento é mais efetivo como uma reação coletiva e a coletividade envolvida se coloca em termos de vizinhança. A responsabilidade de impedir a ação de ladrões é difusa, qualquer pessoa tem legitimidade para usar violência contra eles. Em momentos críticos, os vizinhos podem se organizar em brigadas (cf. FIOD, 2014), mas normalmente acontece de forma espontânea, não precisa haver um grupo previamente constituído, as pessoas se juntam na hora e partem para a ação imediata.

A racionalidade da ação coletiva para linchar ladrões certa vez me foi descrita da seguinte forma: “se uma única pessoa pega o seu facão e mata um ladrão, a polícia pode vir atrás dessa pessoa, ela pode ter problemas. Mas se uma vizinhança se une e mata junto o bandido, se todo mundo participa junto, não tem nada que a polícia possa fazer”. Eles não podem agir contra vizinhanças inteiras, não possuem nem a capacidade logística, nem o desejo. É notável como as pessoas têm orgulho de afirmar que suas vizinhanças não deixam ladrões saírem vivos. Esse orgulho não é de forma alguma uma singularidade de *Vwazinaj*.

Alguns linchamentos são filmados com telefones celulares e esses vídeos são muito as-

sistidos e compartilhados via WhatsApp. O último vídeo que recebi mostrava três rapazes acusados de roubo de motos em Lascachobas, seus corpos parcialmente carbonizados e ainda em chamas, quase mortos, mas ainda se mexendo, agonizando, enquanto uma pequena multidão ao redor assistia-os morrer. Um homem conversava calmamente com os ladrões nos últimos momentos de suas vidas. Com um tom tranquilo, quase amigável, o homem diz frases como “é, amigo, as outras motos vocês levaram, mas hoje não deu, acho que dessa vez você vai ter que parar de roubar”. Em outra ocasião dois ladrões foram pegos e enterrados pela multidão, deixando apenas suas cabeças e pescoços para fora da terra, quando então os mataram a pedradas. Se alguém filmou isso eu felizmente não vi, apenas me narraram a cena com um misto ambíguo de condenação e satisfação, descrevendo detalhes gráficos e dizendo “isso é pecado” ao mesmo tempo em que riam parecendo se divertir com a história.

O linchamento de ladrões só não ocorrerá quando faltem as condições de possibilidade, como certa vez em que um grupo de oito homens armados assaltou de madrugada quatro casas da vizinhança, uma de cada vez, mantendo os moradores reféns por alguns minutos. Foi impossível reagir no momento, mas um dos assaltantes foi reconhecido, apesar de que todos estivessem usando máscaras. A notícia de que este homem participara do assalto se espalhou rápido pela vizinhança. No dia seguinte ao ocorrido, ele fugiu do país às pressas, sabendo que se não o fizesse seria caçado e morto. Ele não poderá voltar.

Em todos esses casos eu perguntei se não havia o risco de que um roubo fosse atribuído à pessoa errada, que alguém acabasse injustamente punido por algo que não cometeu, e sempre me garantiram que não, esse risco não existe. No dia em que aquele senhor apanhou no mercado, como as pessoas que bateram nele tinham tanta certeza de que ele tinha roubado algo? Eu disse que estava lá e não vi ele pegar nada, ao que me responderam rindo “mas alguém viu”, demonstrando uma notável convicção de que ele jamais teria apanhado sem ter feito nada, ninguém teria dado o primeiro golpe sem ter certeza. A polícia sim, era considerada passível de cometer equívocos na identificação dos autores, todo mundo conhecia episódios em que prenderam as pessoas erradas, mas consideravam inconcebível que um inocente fosse linchado confundido com um ladrão.

A confiança na identificação correta dos ladrões no âmbito da vizinhança é incomparavelmente maior do que na polícia, porque não se trata de investigar indícios para reconstruir o que pode ter acontecido, mas sim de haver alguém presente no momento do ato, de alguém ter visto o que aconteceu. A presença das pessoas na vizinhança permite um conhecimento mais acurado do que investigadores externos seriam capazes, pois quem vem de fora depende da palavra de terceiros (a oposição entre ver com os próprios olhos e escutar de terceiros é enfatizada

também em conversas cotidianas, considerando que a oportunidade de ver algo dá uma solidez ao que se sabe diferenciada das informações repassadas, daquilo que se ouviu dizer, da fofoca [*tripotay*]). A vizinhança vê – os habitantes de *Vwazinaj* possuem conhecimento do terreno e um controle visual da paisagem que, devido aos acidentes da topografia, lhes permite ver longe. Assim, as vizinhanças possuem um controle territorial de fato e produzem dispositivos securitários próprios, dotados de uma capacidade de presença qualitativamente diferente daquelas das instituições do Estado (no caso nos referimos principalmente à polícia, ao exército antes de 1995 e à aduana). Como vimos, isso não significa que o Estado esteja ausente. Nossa proposta foi justamente não tomar como pauta a “falta”. Pelo contrário, desejamos olhar para o que este Estado específico efetivamente produz por um lado e, pelo outro, descrever algo que é produzido nas relações entre as pessoas no âmbito da vizinhança e que inclui instrumentos para lidar com os conflitos e para punir determinadas ações de forma independente do Estado, revelando entendimentos culturalmente específicos de legitimidade e de soberania.

REFERÊNCIAS

1. ANGLADE, Georges. **Espace et Liberté en Haïti**. Montréal: ERCE, 1982, 143 p.
2. BASTIEN, Remy. Haitian rural family organization. Working Papers in Caribbean Social Organization. **Social and Economic Studies**, v. 10, n. 4, p. 478-510, 1962. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336812737_Explaining_Caribbean_Family_Patterns. Acesso em: 03 mar. 2020.
3. BAUD, Michiel. State Building and Borderlands. In: DJICK, Pitou Van; OUWENEEL, Arij; ZOOMERS, Annelies. (Ed.). **Towards a Borderless Latin America**. Amsterdam: Cedia Latin American Studies 87, 2000.
4. BECKETT, Greg. **There is no more Haiti**; Between Life and Death in Port-au-Prince. Los Angeles: University of California Press, 2020.
5. BOURGEOIS, Catherine. Os “pèpès” contra o Estado: Circulação de artigos têxteis de segunda mão na fronteira Haiti-República Dominicana e negociações sobre sua comercialização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, n. 1, ago. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/28917457/Os_p%C3%A8p%C3%A8s_contra_o_Estado_Circula%C3%A7%C3%A3o_do_artigos_t%C3%A0xtil_de_segunda_m%C3%A3o_na_frenteira_Haiti_Rep%C3%BAblica_Dominicana_e_negocia%C3%A7%C3%B5es_sobre_sua_comercializa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 mar. 2020.

6. BRAUM, Pedro. **Ratpakaka**: política, desenvolvimento e violência no coração de Porto Príncipe. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
7. BRAUM, Pedro. Frustração. *In*: NEIBURG, Federico. (Org.). **Conversas Etnográficas Haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.
8. DALMASO, Flávia. **Kijan moun yo ye?** As pessoas, as casas e as dinâmicas de familiaridade em Jacmel/Haiti. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
9. DERBY, Lauren. Haitians, Magic and Money: Raza and Society in Dominican Borderlands 1900-1937. **Comparative Studies in History and Society**, v. 36, n. 3, p. 488-526, 1994. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history/article/abs/haitians-magic-and-money-raza-and-society-in-the-haitiandominican-borderlands-1900-to-1937/CC8823BE614DC463D6E931E36BD5696E>. Acesso em: 02 fev. 2020.
10. DERBY, Lauren; TURITS, Richard Lee. Temwayaj Kout Kouto, 1937. Eyewitness to the Genocide. *In*: ACCILIEN, Cécile; ADAMS, J.; MELANCE, E. (Ed.). **Revolutionary Freedoms** – a history of survival, strenght and imagination in Haiti, 2006.
11. DESPRATEL CABRAL, Alberto E. **El Consulado de Belladere en las relaciones dominicohaitianas 1931-1963**. Santo Domingo: Editora Manatí, 2005.
12. DILLA AFONSO, Haroldo; CARMONA, Clarissa. Notas para la Historia de la Frontera Dominico-Haitiana. *In*: DILLA AFONSO, H. *et al.* **La Frontera Dominico-Haitiana**. Santo Domingo: Editora Manatí, 2010, p. 33-74.
13. ÉTIENNE, Saveur-Pierre. **Haïti**: L’Invasion des ONG. Montréal: Les Éditions du CIDIHCA, avec le concours du CRESFED (Centre de recherche et de formation économique et sociale pour le développement), 1997, 343 p.
14. FERGUSON, James. **Global Shadows**: Africa in the Neoliberal World Order. Durham and London: Duke University Press, 2006.
15. FIOD, Ana. **Lougawou**: feitiço, famílias e crianças em Siwvle. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
16. FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-78). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
17. GONZÁLEZ, Manuel Vicente. **La colonización de la frontera dominicana, 1680-1795**. Santo Domingo: Archivo General De La Nación; Academia Dominicana De La Historia, 2006.
18. HERSKOVITS, Melville. **Life in a Haitian Valley**. New York: Alfred A. Knopf, 2006.

19. HINTZEN, Amelia. A Veil of Legality - the contested history of anti-haitian ideology under the Trujillo dictatorship. **New West Indian Guide**, v. 90 (1-2), p. 28-54, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303598409_A_Veil_of_Legality_The_Contested_History_of_Anti-Haitian_Ideology_under_the_Trujillo_Dictatorship. Acesso em: 10 jan. 2020.
20. HURBON, Laënnec. **Le Barbare Imaginaire**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1988.
21. JAMES, Erica Caple. **Democratic Insecurities – Violence, Trauma, and Intervention in Haiti**. Berkeley: University of California Press, 2010.
22. JOOS, Vincent. Space, female economy, and autonomy in the shotgun neighborhoods of Port-au-Prince. Haiti: **Economic Anthropology**. v. 4, p. 37- 49, 2017. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sea2.12071>. Acesso em: 10 jan. 2020.
23. LOWENTHAL, I. P. **Marriage is 20, children are 21: The cultural construction of conjugality and the family in rural Haiti**. 1987. Tese (Ph.D.). The Johns Hopkins University, Baltimore, EUA.
24. LUNDAHL, Mats. **Politics or Markets? Essays on Haitian Underdevelopment**. Londres: Routledge, 1992.
25. MARCELIN, Louis HERN. Violence, Human Insecurity, and the Challenge of Rebuilding Haiti - a study of a shantytown in Port-au-Prince. **Cultural Anthropology**, v. 56, n. 2, p. 230-255, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/680465>. Acesso em: 02 fev. 2020.
26. MBEMBE, Achille. **On the Post-Colony**. Berkeley: University of California Press, 2001.
27. MCALISTER, Elizabeth. **Rara! Vodou, Power, and Performance in Haiti and its diaspora**. Berkeley: University of California Press, 2002.
28. MÉTRAUX *et al.* **L'Homme et la Terre dans la Vallée du Marbial, Haïti: rapport établi par Alfred Métraux avec la collaboration de M. E. Berrouet et du Dr. Jean ComhaireSylvain et Mme. Suzanne Comhaire-Sylvain**. Documents spéciaux d'éducation n° 10. Paris: Unesco, 1951.
29. MINTZ, Sidney. **Caribbean Transformations**. Chicago: Aldine Press, 1974, 355 p.
30. MORAL, Paul. **Le Paysan Haitien. Étude sur la Vie Rurale en Haiti**. Port-au-Prince: Les Éditions Fardin, 1960.
31. NEIBURG, Federico. **Serendipitous Involvement; making peace in the guetto**. In: FASSIN, Didier (Ed.). **If truth be told: the politics of public**. Durham: Duke University Press, 2017, p. 119-137.

32. PLOTKIN, Donna. **The International Traders of Haiti: the Madam Sara.** Port-of-Spain, Trinidad: Organização das Nações Unidas, Economic Commission for Latin America and Caribbean, Caribbean Development and Co-operation Committee, 1989.
33. SAN MIGUEL, Pedro. **La Guerra Silenciosa;** las luchas sociales en la ruralía dominicana. Santo Domingo: Archivo General de la Nación, 2011, 305 p.
34. SMITH, Mathew J. **Red and Black in Haiti;** radicalism, conflict and political change 1934-1957. Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 2009, 296 p.
35. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti, state against nation:** The origins and legacy of Duvalierism. New York: Monthly Review Press, 1990.
36. TURITS, Richard Lee. A World Destroyed, a Nation Imposed: the 1937 Haitian Massacre in Dominican Republic. **Hispanic American Historical Review**, v. 82, n. 3, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31350096_A_World_Destroyed_A_Nation_Imposed_The_1937_Haitian_Massacre_in_the_Dominican_Republic. Acesso em: 02 mar. 2020.
37. VEGA, Bernardo. **Trujillo y Haiti, (1930-1937).** v. 1, Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1988.
38. YARRINGTON, Landon. 2015. The Paved and the Unpaved - Toward a Political Economy of Infrastructure, Mobility and Urbanization in Haiti. **Economic Anthropology**, n. 2. p. 185-204, 2015. Disponível em: <https://anthrosource.online.library.wiley.com/doi/abs/10.1002/sea2.12024>. Acesso em: 02 mar. 2020.

Felipe Evangelista

Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Técnico em Assuntos Culturais - Antropologia, do Instituto Brasileiro de Museus. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7160-0754>. E-mail: felipe.e.a.silva@gmail.com.

Operários da *Firma*: Mundo do Trabalho no Mundo do Crime

World of Labor, World of Crime

Diogo Lyra

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O objetivo desse artigo é explorar as dimensões simbólicas de um mercado de trabalho bastante singular, as práticas que o constituem são penalmente tipificadas como tráfico de drogas. Entretanto, para um grupo restrito de garotos pobres, essas atividades também são percebidas como âmbitos laborais e, portanto, dotadas de alguma legitimidade. O interesse do artigo é problematizar o tema das fronteiras entre o legal e o ilegal, em especial a relação entre tráfico e trabalho, a partir de uma reflexão sobre as narrativas de alguns jovens traficantes do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Juventude, Tráfico de drogas, Trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this article is to explore the symbolic dimensions of a very unique job market, the practices that constitute it is penalized as drug trafficking. However, for a restricted group of poor boys, these activities are also perceived as working areas and, therefore, endowed with some legitimacy. The interest of this article is to problematize the theme of the boundaries between the legal and the illegal from this point of view.

Keywords: Youth, Drug trafficking, Labor.

Recebido em 14 de maio de 2020.
Avaliador A: 25 de junho de 2020.
Avaliador B: 10 de julho de 2020.
Aceito em 26 de agosto de 2020.



INTRODUÇÃO

“*Aí eu falei pra ela que eu sou comerciante*”, me explicou Caxumba, *vapor* na favela de Antares, ao me contar a conversa que teve com sua namorada no dia em que a conheceu. Apesar do tom de galhofa com que me narrou o fato, a concepção do tráfico de drogas como uma forma de trabalho não é um mero eufemismo. Quando Caxumba ainda era um menino de sete anos, em meados de 1999, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou a Convenção 182, que trata da *Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil*, e a Recomendação 190, que estabelece a *Ação Imediata para sua Eliminação*. Entre as atividades, listadas taxativamente pela OIT, se encontra “a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas”.

Na qualidade de Estado signatário, o governo brasileiro promulgou a Convenção 182 no ano seguinte, com o Decreto 3597/2000, e instituiu a lista das piores formas de trabalho infantil quase uma década depois, com o Decreto 6481/2008 - que reproduz o referido trecho sobre o tráfico de drogas no inciso III do seu 4º artigo. Ainda que, de uma perspectiva formal, essa legislação se encontre em pleno vigor no Brasil, no que tange à sua aplicabilidade ela é praticamente nula, pois juízes e promotores públicos, com algumas exceções, não reconhecem nas atividades do tráfico uma relação de trabalho (CABISTANI, 2017, p. 60).

Embora o tema não seja novo no mundo do direito, algumas pesquisas recentes do Galdeano (2018), em São Paulo, e de Napolião, Menezes, Lyra (2020), no Rio de Janeiro, trouxeram novo fôlego para o debate, procurando oferecer, com o aporte das Ciências Sociais, subsídios empíricos para uma mudança na práxis jurídica. Nesse sentido, as duas pesquisas estabelecem similaridades entre o legal e o ilegal, com ênfase na especialização das funções no tráfico, suas jornadas de trabalho, condições de assalariamento, entre outras correspondências diretas que iluminam e alinhavam atividades aparentemente díspares.

Sem deixar de recorrer a esses elementos, mas desinteressado em elaborar adequações ao universo jurídico, proponho aqui uma ampliação de referenciais, explorando dimensões mais subjetivas que interpelam o mundo do trabalho sob o enquadramento específico de jovens assalariados do mercado varejista de drogas. Para realizar esse empreendimento, divido este artigo em três partes. Na primeira, exploro a organização do trabalho nas *firmas*, mais especificamente suas atividades menos prestigiadas e de menor retorno financeiro, como a de *olheiro* e *vapor*, ocupadas pelos mais jovens. Em seguida, analiso as tensões, ambiguidades e aproximações das categorias “trabalhador” e “bandido” presentes nas reflexões de sociólogos

e antropólogos nas últimas décadas. Por fim, problematizo a ideia de ruptura entre tráfico e trabalho, e demonstro como os trânsitos por essas esferas se explica mais por uma ideia de expansão/retração de horizontes que propriamente um cruzamento de fronteira¹.

A FIRMA

Para se compreender a inserção dos garotos de favela no comércio de drogas, é preciso antes esclarecer que o “tráfico” possui, tal qual proposto por Barbosa (2006), uma “forma-Estado”, que remete às formas de ingerência na vida coletiva e no âmbito de sua hierarquia interna, mas também “[...] possui um caráter empresarial, a *firma* - como é chamado o grupo de traficantes (por eles próprios) em nível local” (BARBOSA, 2006, p. 129). As *firmas*, na maioria dos centros urbanos, se estruturam de maneira muito similar, orientadas quase sempre conforme um “modelo empresarial” de distribuição e logística (JOHNSON *et al*, 1992). No modelo carioca, existe uma série de subdivisões de tarefas e funções que vão desde a administração dos radinhos e dos fogos de artifício até o verdadeiro “patrão” que centraliza os lucros fora da favela, em liberdade ou mesmo preso.

Para cada pequena função existe um trabalhador especializado que executa a tarefa. Evidente que isso depende da estrutura da *firma*, quanto maior for seu rendimento e demanda, mais a empresa tende a fracionar os campos de trabalho e especializar seus funcionários. Nos empreendimentos mais humildes é provável que um mesmo indivíduo realize diversas tarefas, como o empacotamento, a proteção e a venda. Obviamente, esta não é uma regra das *firmas* em si, mas uma característica do próprio mundo empresarial. Se o crescimento da *firma* exige a especialização de seus funcionários, é igualmente necessário que exista um coordenador responsável por cada uma dessas áreas, tarefa que é executada por inúmeros *gerentes*. A divisão do trabalho em gerências não se limita, portanto, a um posto central de coordenação, mas também se estende aos tipos de mercadorias (maconha, cocaína, crack) e aos valores/quantidade de cada porção. Assim, existe um gerente da maconha, por exemplo (*gerente de carga*), mas também

¹ Todos os diálogos foram retirados de entrevistas que fiz com jovens em conflito com a lei ao longo dos últimos dez anos. As pesquisas foram realizadas no CRIAAD de Nova Iguaçu, durante minha pesquisa de doutorado no IUPERJ, entre 2008 e 2009, com financiamento do CNPq, nas unidades de internação da Capital, entre 2013 e 2014, em pós-doutorado pelo Social Science Research Council, com financiamento da *Open Society Foundation*; e nessas mesmas unidades da capital, em 2019, como pesquisador do CEsEC, com recursos da *Open Society Foundation*.

“subgerentes” das maconhas de dois reais, cinco reais, dez reais e etc. (*gerentes de preço*) – o mesmo acontecendo para cada um dos produtos, equipamentos – como rádios e armas – e até processos de empacotamento das drogas (BARBOSA, 1998; HIRATA, 2010; MALVASI, 2012; LYRA, 2013; GRILLO, 2013; BATISTA, 2014).

A *firma* disponibiliza aos seus funcionários um arremedo de plano de carreira baseado em uma ideia difusa de meritocracia. Os critérios de ascensão, no entanto, são menos racionais que o que termo pode sugerir, constituindo “dádivas” que, conforme demonstra Grillo (2013), são distribuídas a partir de parâmetros de consideração e apreço pessoal.

Proponho pensar o funcionamento da firma como um sistema de distribuição de propriedades e responsabilidades. Assim como a favela, também as bocas de fumo e os diferentes preços ou cargas de cada droga comercializada “pertencem” a um dono e são administrados por um responsável ou gerente. A princípio, todas as bocas e cada preço nelas vendido são de propriedade do dono, que distribui diferentes responsabilidades entre bandidos considerados, que passam a compartilhar dos lucros das bocas ou preços que eles forem designados para olhar, isto é, gerir. O ato de dar a um bandido uma responsa – como são chamadas essas responsabilidades – consiste em uma dádiva: uma concessão voluntária e aparentemente gratuita dos direitos de exploração comercial de áreas, pontos comerciais ou cargas de drogas vendidas a um determinado preço. Esta concessão é interpretada como a atitude de deixar forte ou dar uma condição, ou seja, de oferecer a alguém uma possibilidade de enriquecimento e ascensão hierárquica. Este dom expressa o apreço e consideração que o patrão nutre com relação aos seus funcionários, elevando-os a uma posição mais próxima à de sócio (GRILLO, 2013, p. 71).

A ideia de “crescer” no tráfico, por meio de demonstrações de lealdade, bravura e sacrifício, é um componente central no comportamento dos integrantes mais novos, que são remunerados nos cargos de menor prestígio e rendimentos, enquadrados por eles como o início de uma “caminhada” que, um dia, o levará a conquistar seu lugar ao sol. Ainda conforme Grillo (2013):

Ganhar uma condição deste tipo é o sonho alimentado por todos os jovens bandidos que entram para a boca, almejando sempre a chegada do dia em que serão reconhecidos por sua árdua dedicação à firma e presenteados com um cargo, podendo finalmente, ficar de patrão (GRILLO, 2013, p. 74).

Geralmente o jovem começa como *olheiro* - também chamado de *radinho* ou *atividade* – que são os postos mais baixos da *firma*, e que funcionam como uma espécie de estágio probatório. Existem diversas formas de ascensão na *firma*, mas em todas elas o que determina o crescimento de seus funcionários é o grau de confiança que despertam nos seus superiores. Chegar no horário, desempenhar bem sua função, não consumir o produto, ser corajoso, além de

uma boa relação com os companheiros de trabalho, são fatores que tornam um jovem confiável e apto para assumir um cargo tão logo a empresa cresça, um funcionário faleça ou seja preso. Este sistema “meritocrático” do tráfico é de fundamental importância para o jovem. A oportunidade de crescer no trabalho, por meio de sua própria dedicação, em virtude de seus méritos e aptidões pessoais, propicia um reconhecimento social e uma satisfação individual que, no seu caso particular, dificilmente pode ser encontrada em um emprego convencional.

Para o jovem Salsinha, que vendeu bala no trem dos oito anos aos dez anos, e dos onze anos aos treze anos foi ajudante de pedreiro, a atividade no tráfico de drogas possibilitou uma sensação de crescimento profissional vedada, até então, às estratégias de reprodução material adotadas anteriormente.

P: Você começou trabalhando de vapor?

R: Não, foi de fogueteiro mesmo. Comecei segurando fogos. Aí depois já comecei segurando fogos, radinho, de vez em quando vinha um e deixava uma doze comigo...

P: Aí você ia ficando sagaz e os malucos...

R: Isso, eles ia botando pra crescer. Nisso até quando os maluco viu eu andando de pistola começaram a falar “pô aí, tu cresceu”! Porque geralmente o cara na favela só cresce quando ele é bom. Se o cara não for bom ele continua no mesmo estatuto que tá ali (Salsinha, 17 anos).

Como qualquer empresa que conhecemos, a *firma* exige de seus funcionários um rígido padrão de conduta durante o horário de trabalho. O jovem deve estar concentrado na sua atividade e não pode jamais desviar ou nublar sua atenção seja pelo cansaço, seja pela falta de seriedade. A desobediência dessas regras implica em penalidades que variam conforme a gravidade da infração, podendo se limitar a uma multa ou chegar a algumas “madeiradas”. Nas faltas gravíssimas, o funcionário também pode ser afastado ou expulso da *firma*, do morro ou da vida. Ele também está impedido de consumir ou *derramar* sua mercadoria, mas é permitido o uso de drogas compradas com o dinheiro do jovem ou o consumo da porção que ele geralmente recebe da própria empresa para sua atividade diária.

Nesse sentido, existem algumas considerações interessantes. Substâncias como a maconha e a cocaína têm seu uso liberado, pois não se considera que exerçam prejuízo ao trabalho dos *operários da firma*. Pelo contrário, elas cumprem um importante papel na atividade diária do jovem, que consome a maconha para relaxar e a cocaína para ficar desperto. Geralmente à primeira é reservado o dia, enquanto a segunda é mais utilizada durante o pernoite do jovem em seu *plantão*. Porém, quando o assunto é o crack, existe uma profunda preocupação quanto ao uso, especialmente durante o horário de trabalho. Devido ao seu poder viciante, o consumo do

crack é proibido a fim de evitar que o jovem utilize o estoque da *firma*, o que é imperdoável se ele não dispõe de recursos para saldar a dívida. Mesmo quando o estoque é particular e foi comprado pelo próprio funcionário, seu consumo pode gerar sérios problemas que comprometem a segurança dos outros jovens. Nas palavras de Marreco, que começou a ganhar a vida como catador de latinha aos dez anos, emendou na carreira de engraxate entre onze anos e doze anos, culminando numa rápida passagem por um lava-jato antes de entrar para a *firma* aos quatorze anos:

P: Na boca tinha gente que usava crack?

R: Ainda tem.

P: E qual era o proceder deles?

R: Não pode usar. Porque se usar paga multa de um galão. Se fizer de novo já toma uma madeirada. Porque se ficar deixando vai se ferrar mais tarde. E quem se prejudica mesmo é os cara lá (Marreco, 15 anos).

A rotina dos garotos do morro, em muitos sentidos, é plenamente equiparável ao mundo do trabalho convencional. Trabalhadores da *firma* e trabalhadores comuns acordam cedo, dirigem-se ao local de trabalho, param no intervalo do almoço, continuam trabalhando até retornarem para o lar, já tarde da noite, e tudo isso por um rendimento mensal que gira em torno de um a três salários mínimos. Com os ganhos de seu labor, sustentam a casa, os filhos, reforçam a renda dos pais humildes, festejam e adquirem alguns pequenos bens, nem sempre custosos, mas de alto valor simbólico para suas vidas. A sucinta descrição de Jacaré sobre seu cotidiano na *firma* não difere muito, no seu próprio ponto de vista, dos tempos em que, com apenas nove anos, guardava carros no centro de Caxias para completar a renda familiar:

P: Como era seu dia-a-dia?

R: De manhã eu acordava, tomava café e ia pra boca. Ficava lá o dia todo.

P: Na boca você trabalhava todo dia?

R: Trabalhava todo dia.

P: E quando guardava carro?

R: Mesma coisa. (Jacaré, 17 anos).

De certa forma, são poucos os elementos que possam diferenciar a rotina do assalariado do *firma* daquela estudada por Alba Zaluar quando analisou, nos idos dos anos 80, o trabalhador pobre da Cidade de Deus. Para a antropóloga, não havia entre eles uma “ética do trabalho” nos moldes clássicos instituídos pelo protestantismo, em que o trabalho é um valor em si, mas uma “ética do provedor”, cuja única fonte de satisfação moral e material do chefe de família consistiria nos bens que ele pode comprar (ZALUAR, 1985, p. 121). Apesar da extravagância de alguns jovens, boa parte dos entrevistados dificilmente gastava seu dinheiro em situações

que iam além do sustento de seu núcleo familiar, a compra de alguns objetos valorizados em sua vida social e do lazer nas agitadas noites de baile. Berlota, ex-ajudante de pedreiro, ex-ensacolador, ex-catador de papelão, ex-ambulante, ex-lavajatista e ex-auxiliar de cozinha, sempre cuidou dos irmãos, na ausência do pai assassinado e da mãe presidiária.

P: Com o dinheiro que você ganhava traficando você gastava em quê?

R: Algumas eu dava um dinheirinho pros meus irmãozinho se divertir na rua, comprava umas roupa pra mim, pra eles... (Berlota, 18 anos).

Submetido a baixos ganhos salariais, à sujeição patronal, carga horária fixa e rigidez de compromisso, os garotos do tráfico se assemelham mais à imagem de operários que à de um “novo rico” da favela, fruindo uma vida de luxo e ostentação, como notamos nesta análise:

Após a gradual conversão aos valores da violência e da nova organização criminosa montada no uso constante da arma de fogo, esse jovem descobre os prazeres da vida de rico e com este se identifica. Seu consumo passa a ser uma cópia exagerada, orgiástica do que entende ser o luxo do rico: muita roupa, carros, mulheres, uísque (bebida de “bacana”) e muita cocaína (coisa de gente fina) (ZALUAR, 2004, p. 65).

Esse “perfil”, embora não seja de todo absurdo, não se confirma para a imensa maioria dos moleques mal vestidos, angustiados, cercados de filhos e familiares necessitados, arriscando sua vida por dez reais a hora (NAPOLIÃO; MENEZES; LYRA, 2020). De fato, a *firma* é um posto de trabalho e é dessa maneira que muitos jovens a encaram. No depoimento a seguir, o garoto Naldinho, que aos quatorze anos desistiu de carregar entulho para trabalhar como fogueteiro na *firma*, apresenta um percurso descendente na hierarquia do tráfico, trocando a atividade de *olheiro* pela de *entregador de quentinha*. Para ele, os riscos não valiam a pena:

P: Aí lá na boca você passou a trabalhar com mais alguma coisa?

R: Entregador de quentinha.

P: Então de fogueteiro você foi pra entregador de quentinha? Você pediu pra mudar?

R: Pedi pra mudar.

P: Por quê?

R: Porque o entregador de quentinha só entregava quentinha, de manhã, na hora do almoço, entregava o café de manhã...

P: E você tirava quanto?

R: Tirava menos, tirava 90 reais, 10 reais a menos.

P: Mas você achou mais vantagem mudar por que trabalhava menos ou por que era mais risco?

R: Porque era menos risco, porque entregador só entregava quentinha e depois não fazia mais nada (Naldinho, 15 anos).

O fato de serem trabalhadores assalariados, com rendimento fixo, no caso dos olheiros, ou com ganhos comissionados, no caso dos vapores, desperta, entre alguns jovens ladrões, a ideia de que as atividades ligadas ao comércio local de drogas constituem uma reprodução das relações desiguais de trabalho na *polis*, e são apresentadas sob a perspectiva da exploração e da produção de riqueza para o *patrão*. Para Cenoura, que trabalhava em um bar de dia, estudava de noite em um colégio municipal em Nova Iguaçu, e nos fins de semana roubava em Copacabana, traficar é “fazer dinheiro pros outros”.

P: E por que você disse que traficar é fazer dinheiro pros outro?

R: Porque os cara tão lá fazendo dinheiro pros outros mesmo, o único que tá botando a mão no bolso é o patrão mesmo (Cenoura, 18 anos).

Além disso, para os *autônomos do 157*, como defini os ladrões noutra oportunidade (LYRA, 2013), não só a sujeição patronal estabelecida entre o dono do morro e os jovens assalariados da *firma* denota esta falta de liberdade. Também os próprios limites do tempo e do espaço impostos aos traficantes, isto é, o cumprimento da jornada de trabalho em um ponto fixo, na boca-de-fumo, contribui para que os ladrões se sintam mais independentes e seguros na sua atividade. Para eles, o fato de andarem livremente pela cidade é uma vantagem, sobretudo se comparado à rotina imposta aos colegas do tráfico, mais vulneráveis às investidas da polícia, tornando o custo-benefício desta atividade menos atraente. Na avaliação de Etiópia, que já começou a vida roubando transeuntes no centro de Belford Roxo aos treze anos, os ganhos no tráfico não compensam os riscos que a atividade impõe:

P: Você nunca pensou em entrar (para a boca)?

R: Não, ali você tá arriscando sua vida e não ganha porra nenhuma. Você sai pra roubar, o que você vai roubar num dia não ganha numa semana lá. Você tá lá traficando, aí chega a polícia dentro, tira sua vida a qualquer hora. No roubo não (Etiópia, 16 anos).

FORÇAS DE TRABALHO

A tensão entre “trabalhadores” e “bandidos” aparece como um dos elementos fundantes das reflexões sobre violência no Rio de Janeiro, em especial no que tange às análises sobre o tráfico de drogas. *A Máquina e a Revolta*, etnografia seminal de Alba Zaluar, publicada em 1985, é, sem dúvidas, a obra mais representativa desse tipo de perspectiva. Embora tratados

pela autora como elementos polares de uma mesma condição social de pobreza, Zaluar (1985) destaca que, mesmo se definindo como a antítese dos bandidos, os trabalhadores pobres da Cidade de Deus invocavam em seus testemunhos diferentes pontos de convergência moral entre um grupo e outro. Essas zonas de permeabilidade e trânsito eram alinhavadas pelos moradores a partir de predicados como vizinhança, proteção e assistência, atribuídos aos bandidos em certas circunstâncias.

A identidade de trabalhador constrói-se em parte por oposição a bandidos e vagabundos que não trabalham. Mas se o trabalho é um critério fundamental de diferenciação entre tais categorias, isso não quer dizer que a oposição entre eles seja rígida e absoluta ou que exista, no plano das relações sociais, uma segregação claramente demarcada, separando-os completamente. Ao contrário, as relações entre bandidos e trabalhadores mostram-se muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivamente desenvolvidas entre eles (ZALAUAR, 1985, p. 132).

É notável como a presença dessa ambiguidade discursiva que ora antagoniza, ora aproxima trabalhadores e bandidos, se estende ao longo das décadas seguintes, como podemos observar nas entrevistas que Márcia Leite (2005) e Machado da Silva (2008) conduziram com moradores de favelas no Rio de Janeiro vinte anos depois de Alba Zaluar (1985). Nos grupos focais e entrevistas individuais com cerca de 150 residentes de favelas não envolvidos com o crime, a oposição entre “trabalhadores” e “bandidos” emergiu como a forma de classificação basilar que delimitaria, em suas falas, uma fronteira explícita entre tais grupos. Contudo, a rigidez dessa oposição perdia força em certos momentos, quando então, na fala dos moradores, eram citados laços de pertencimento que os aproximavam social e moralmente dos traficantes. Nesses casos, a atividade criminosa era substituída pela identidade da vizinhança, fundamentada no compartilhamento de experiências locais, próprias daqueles que cresceram juntos, conforme destacado pelos autores em depoimentos como o que segue abaixo,

Antes de ser bandido, ele é morador. Antes de ser traficante de drogas, jogou bola comigo. Jogou bola comigo... virou bandido. Estudou com ela... virou bandido. Se o cara foi, chegou desarmado, sem nada, e quer tomar uma cerveja, você vai conversar com ele. Agora, você não vai ficar participando do que ele participa, você não vai cheirar, fumar, assaltar com ele. (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 128).

Muitos dos pais e mães entrevistados por Zaluar em 1985 já eram avós ou mesmo bisavós na segunda metade dos anos 2000, quando a pesquisa de Leite (2005) e Machado da Silva

(2008) foi conduzida. Da mesma forma, muitos dos filhos de moradores entrevistados por esses dois pesquisadores hoje também são pais. Tomando o núcleo familiar como marcador de tempo, temos de três a quatro gerações socializadas sob a vigência do tráfico de drogas enquanto ente “animador” da vida coletiva nas favelas. Nesse lastro temporal, como aponta Gabriel Feltran (2007) em *Trabalhadores e Bandidos*, as relações de atração e repulsa entre esses grupos se reconfiguram de forma avassaladora.

Ao reconstituir a trajetória de Ivete, nordestina, mãe de família, que chegou a São Paulo na segunda metade dos anos 80 e criou oito filhos na periferia de Sapopemba, somos conduzidos a um ponto de inflexão determinante. Ao longo dos anos 2000, durante o trabalho de campo de Feltran, cinco dos seus filhos já tinham sido presos em diferentes ocasiões. O crime, antes agente externo, estranho, agora adentra as portas da casa, se mistura à família, e adensa as zonas de permeabilidade, quase as normalizando. A Sapopemba estudada por Feltran (2007) emerge como o cenário mais radical de diluição das fronteiras entre mundos antes tomados como absolutamente distintos.

A narrativa de Ivete, então, não tinha nada a ver com as narrativas das famílias “trabalhadoras” das periferias, sempre centradas numa trajetória linear que gravita em torno do trabalho (ou das tentativas de consegui-lo), e da oposição radical entre o trabalho e o crime. Eu estava acostumado a esta narrativa bipolar, em que violência e crime apareciam como entes indesejados no seio da família, e, no entanto, na forma de Ivete estruturar seu depoimento, a criminalidade aparecia como dimensão constitutiva das atividades e das rotinas da família. Naquela família, portanto, a demarcação da moral familiar e do que seria desviante, com relação a ela, não era clara. Não se distinguia ali, com nitidez, a linha que separava a família, e seus valores, daqueles vividos no mundo social ou no mundo do crime. Era como se a família tivesse sido tomada por estes mundos, que passavam a ditar seu ordenamento (FELTRAN, 2007, p. 6).

O mundo regido por fábricas, sindicatos, paróquias, associações de moradores e escolas que Ivete já conheceu sob esfacelamento, sem no entanto deixar de herdar sua moralidade, se traduz como algo incognoscível para os jovens do presente. A interlocutora de Feltran (2007) transparece como o produto de sobreposições morais que, em algumas gerações, sedimentou a nova superfície onde os filhos dos seus filhos passeiam. O crime faz parte da família. E divide a moralidade da casa com os elementos tradicionais de outrora, marcados pelo suor, na figura dos seus outros filhos “honestos”. A ética do provedor, antes um bastião da diferença que demarcava as virtudes dos trabalhadores no seio da vida familiar, mas também na vida pública - como apontado por Zaluar em 1985 - agora é incorporada pelos bandidos, cuja trajetória passa a ser expressa sob a chave da *opção*, uma escolha como outra qualquer e não mais como uma *ruptu-*

ra.

No plano simbólico, são os filhos “trabalhadores” que sustentam a estrutura do grupo. São o orgulho da mãe. No plano material, entretanto, o sustento da casa é garantido pelos filhos “do crime”. A família ganha provedores simbólicos e materiais, o que permite que se restabeleça. É assumida esta nova condição, a crise tende a passar (desde que nenhuma tragédia sobrevenha sobre ela, o que não é improvável). Entre o padrão discursivo daqueles depoimentos sobre a época das primeiras prisões dos filhos, que deixaram Ivete de cama, e o padrão encontrado nas últimas visitas, há um deslocamento evidente. No final de 2007, ela fazia até piada do vai e vem dos filhos: estou só querendo ver quem vai ser o próximo a ser hospedado pelo governador. A crise moral é controlada racionalmente, a condenação dos atos criminosos deixa de ser o centro da atenção. Trata-se de uma “opção” pela vida do crime, como outra qualquer. O crime ou o trabalho passam a ser uma escolha individual – e cada escolha leva a um conjunto de consequências, um estilo de vida etc. Todos conhecem os códigos de uma ou outra “opção”, e ambas passam a caber dentro da família. A primeira garante mais claramente o sustento, mas torna a família vulnerável à polícia e às tragédias; a segunda é menos rentável, embora seja mais legitimamente aceita, no mundo social. (FELTRAN, 2007, p. 21).

Se, como aponta Feltran (2007), muitos trabalhadores, na intimidade dos seus lares, passaram a conviver com a moralidade do crime, procurando formas de regurgitá-la sob novos arranjos, também entre “bandidos”, ao menos aqueles em início de carreira, como o são os jovens que pesquiso, vê-se os resultados dessa diluição de fronteiras. Algo do mundo do trabalho perturba os sonhos de independência indomável, de riqueza, de bravura heróica, idealizados pelos garotos que atualmente ingressam nas fileiras do tráfico.

Nas *firmas* os recrutas dos novos tempos encontram uma estrutura altamente especializada e diversa em suas funções. Nela ingressam como *atividade*, portando um radinho, por onde avisam outros parceiros acerca dos movimentos estranhos ou suspeitos no morro. É o posto mais baixo da *firma* e funciona como uma espécie de estágio probatório, que permite ou não sua promoção para *vapor*, isto é, como vendedor. Ambos trabalham em turnos de 12 horas por dia, recebendo em valor fixo, no caso dos *atividades*, ou por comissão, em se tratando dos *vapores*. Seus ganhos giram em torno de três salários mínimos. Estas são, também, as funções de maior exposição e risco frente a polícia. Não raro, aqueles que não são assassinados, duram um, dois, três meses no cargo até serem presos pela primeira vez. Muito embora guardem a expectativa de subir na vida, ganhando uma gerência ou mesmo se tornando, um dia, o *frente* do morro, quiçá o *dono*, a maioria desses garotos compreende que dão duro o dia inteiro para que outros se apropriem dos grandes lucros de seu comércio. O conceito de “bandido” se reformula e passa a expressar algo que eles ainda não são. As palavras de Russo, que dos onze anos aos

quatorze anos alternou entre lavar carros e coletar materiais recicláveis, passando a carregar caixotes na CEASA de Irajá até entrar para o tráfico com dezesseis anos, demonstram bem essa perspectiva:

Que bandido, irmão?! Bandido é o cara que tá lá recebendo... com um montão de mulher, em frente à praia. Ele é o patrão e você tá se fudendo, botando a cara, entendeu? Então, “ah, eu sou bandido porque seguro o três oitão”. Segura um três oitão, o cara chega e porta fuzil. O patrão chega, porta fuzil, todo mundo de fuzil em volta dele... e aí, que bandido é você? Arriscou sua vida, deu dinheiro pro cara, certo? E o cara com um montão de mulher. E tu na merda, ganhando cento e cinquenta, cem merréis por mês (Russo, 17 anos).

Um dos aspectos mais interessantes desse depoimento reside no fato de que a fala de Russo adquire ares de crítica ao sistema capitalista, desnudando a exploração do assalariado frente ao empresário. Enquanto o primeiro trabalha duro, o outro frui os lucros do negócio de frente para o mar, cercado de mulheres, alheio aos sacrifícios dos funcionários da *firma*. Apesar dessas aproximações, no entanto, a categoria “trabalho” não aparece entre os meninos do tráfico como um conceito adequado para descrever suas atividades.

Em *Trabalhar e não ser trabalhador*, Freitas e Costa (2018) apresentam a percepção paradoxal de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas no Espírito Santo acerca de sua condição peculiar. Estes, ao mesmo tempo em que afirmam “trabalharem no tráfico”, e que tal atividade é fruto de suas necessidades elementares de reprodução material, se distanciam dos trabalhadores mobilizando questões morais, questões relativas aos valores recebidos por cada tipo de assalariado, suas formas de fruição e o caráter mais óbvio da tensão legal versus ilegal. Porém, compreendem o mundo dividido entre dois pólos: de um lado, os privilegiados, encarnados na figura do “playboy”; de outro, os despossuídos, onde se encaixam tanto “trabalhadores” quanto “bandidos”.

Detecta-se aqui uma percepção da sociedade de classes a partir da perspectiva dos adolescentes, de forma que eles dividem a sociedade na qual vivem em três classes. Pode-se notar que “trabalhadores” e “vagabundos”, apesar de serem classificações diferentes, são unidos por um fator em comum. Na percepção dos adolescentes, o que essas “classes” têm em comum é o que as oporia aos “playboys”, portanto os “playboys” não teriam a preocupação imediata com a sobrevivência e com a satisfação das necessidades imediatas – sejam elas do estômago ou da fantasia. Logo, “trabalhadores” e “vagabundos” possuem necessidades que requerem respostas urgentes (FREITAS; COSTA, 2018, p. 944).

Uma das dificuldades em se averiguar a situação de “trabalhador” entre jovens do tráfico é o peso histórico e conceitual que o termo carrega. Dessa forma, qualquer tentativa de

equiparação entre o trabalho em sentido estrito e as funções desempenhadas pelos adolescentes nas bocas de fumo não consegue ir além de uma espécie de analogia entre mundos distantes. Compreender a atividade de adolescentes pobres no tráfico de drogas como um trabalho implica, antes de tudo, compreender o mundo no qual ele está inserido, e que é ordenado em toda sua amplitude, nas mais diversas esferas, pela força gravitacional dessa mesma atividade. É o mundo onde esses jovens estão, e não suas atividades propriamente ditas, que precisa ser descrito para conferir a estas inteligibilidade e lugar. Ao empreender essa tarefa, se torna evidente, em parte, o entendimento da adesão de jovens ao tráfico de drogas não como uma ruptura em suas trajetórias particulares, de um lado, e frente ao ordenamento social, de outro, mas como uma das tantas escolhas possíveis na miríade de trabalhos precários disponíveis a essa geração específica.

ANDAR JUNTO

Observamos que, na fala de trabalhadores sobre bandidos, bem como de bandidos sobre trabalhadores, os pontos comuns assinalados são os mesmos e referem-se, basicamente, ao fato de se conhecerem, de dividirem um mesmo espaço e compartilharem, cada um a seu modo, uma vida de “sofrimento”. Laços de amizade, vizinhança e, no limite, solidariedade, dissolvem, em um plano abstrato, as fronteiras que, de maneira mais objetiva, demarcam suas diferenças. É um deslocamento equivalente, embora menos abrangente, àquele que, segundo Adaton Marques (2014), define a categoria “correr com o crime”. Para o autor, “correr com o crime” não se definiria propriamente pela distinção entre os que cometeram e os que não cometeram infrações penais, sendo, antes, um conjunto de códigos, relações e considerações.

Pode-se dizer que um cara “corre com o crime” sem necessariamente se tratar de um assaltante, de um traficante, de um sequestrador, inclusive se tratando de um trabalhador comum, desses que saem de casa às seis horas da manhã, enfrentando uma hora e meia de ônibus lotado, labutando durante todo dia, comendo marmitta e sofrendo novamente no transporte público pra chegar em casa às vinte horas. Ele “não merece” os “ladrões” de sua “quebrada”, toma cerveja com eles no “barzinho” - pagando com seu próprio dinheiro, fruto de trabalho - , divide com eles o campo de futebol de várzea da “vila”, comemora com eles os mesmos aniversários, aguenta com eles “as geral da polícia”, sem caguetar quem tá no “movimento” (MARQUES, 2014, p. 164).

É muito comum que a adesão de um jovem favelado a um *coletivo criminal* seja interpretada pelo senso comum como ruptura, tanto em relação à ordem social, quanto no que tange

à sua própria trajetória pessoal. Nesse sentido, figura, sob tal pano de fundo, a ideia de “entrar para o crime”, pensada como um “ato” que substitui um mundo por outro. Embora admita que, sob certos ângulos, essa perspectiva seja válida, acredito que ela reduz nossas possibilidades de se compreender esta opção em sua dimensão estrutural, tratando-a não como o marco inicial de uma carreira criminal, mas como a culminação de um longo processo social. Processo este que é marcado pela *continuidade* no plano macro histórico, e pela *contiguidade* no âmbito da trajetória pessoal de um adolescente.

No primeiro caso, a *continuidade* é demarcada pela não integração desses territórios à cidade - onde, nas últimas quatro décadas, sedimentam-se as experiências de controle territorial promovidas pelo tráfico. Por outro lado, o plano da *contiguidade* se afirma pela onipresença dessa mesma estrutura nos mais diversos âmbitos de sua vida. Isso porque o tráfico de drogas, em sua “dimensão de Estado”, submete trabalhadores e bandidos a um mesmo regime, ainda que com diferentes efeitos e repercussões, e se imiscui em cada poro, passo e pensamento daqueles que vivem nesses espaços segregados espacial e institucionalmente. Suas implicações influenciam ou determinam noções de justiça, honra, virtude e status (GRILLO, 2013; LYRA, 2013; FELTRAN, 2011; BIONDI, 2010); de mobilidade, território, identidade e lazer (NERI, 2011; BARBOSA, 1998); cria uma estética própria (ORTIZ, 2012; RINCÓN, 2013); define limites e condições para o amor (COSTA, 2008); transparece na religião (FACINA; PALOMBINI, 2016; CUNHA, 2008); incuti relações de admiração, amizade e antagonismo (HIRATA; GRILLO, 2017; MARQUES, 2014;), entre outros inúmeros elementos cotidianos que vão se tornando imperceptíveis, naturalizados, e que se cristalizam como uma “*ordem social autônoma*”, com profundas implicações sobre a subjetividade daqueles que estão submetidos à sua influência (MACHADO DA SILVA, 2008).

Sob essa perspectiva apresento a categoria nativa *andar junto* como uma chave de interpretação cujo sentido poético e semântico encontra substância antropológica como descrição de “liminaridade”, “trajetória” e “familiaridade”. O depoimento de Marimba, que começou a fazer bico aos nove anos de idade, e desde então vendeu bala, engraxou sapato, guardou carro, foi ensacolador, ajudante de pedreiro e que, à época de sua “entrada” no tráfico, trabalhava em uma padaria, demonstra como esses elementos atuam:

P: Mas aí tu entrou como na boca?

R: Ah, eu já andava junto com eles desde menorzinho... jogava bola, fumava um baseado. Vários era amigo de escola, que a gente tocava o terror na escola, jogava bola, pá. Tinha vez que eles tava lá parado, aí pedia pra comprar comida, pra buscar um refrigerante, aí me dava um trocado. Aí um dia que os polícia tava lá embaixo, e eles tava tudo lá na rua, eu avisei “ó, os cana tão

brotando"... No outro dia geral pá, "menor de consideração, não quer fechar com nós"? Eu falei "já é" (Marimba, 16 anos).

Interessante notar como a noção de paulatino envolvimento que caracteriza o *andar junto*, e que pode culminar na adesão de um jovem favelado a um coletivo criminal, também pode descrever os processos de adesão ao trabalho formal tendo em vista os mesmos parâmetros de "liminaridade", "trajetória" e "familiaridade". No depoimento abaixo, Bira, morador da favela Gogó da Ema, em Belford Roxo, que desde sempre trabalhou no tráfico, utiliza a mesma linha de raciocínio de Marimba, baseada na noção de "envolvimento", para descrever um desfecho diametralmente oposto:

P: Essa galera da comunidade que faz curso, entra pro tráfico?

R: Não.

P: Por quê?

R: Porque tá construindo alguma coisa, tá distraindo a cabeça com outra coisa. Não tá ali só vendo o tráfico. Vai conversando e vai se envolvendo. (Bira, 16 anos).

Os depoimentos de Bira e Marimba são cruciais para a compreensão do *andar junto* como uma problema de "horizontes" mais que de "fronteiras", pois os processos que levam a um ou outro caminho são, a rigor, os mesmos: "vai conversando e vai se envolvendo". Contudo, se a noção de envolvimento paulatino é igualmente útil para descrever quem "entra para o tráfico" e quem entra no mercado de trabalho em sentido estrito, as implicações existenciais na vida daqueles que se tornam bandidos são avassaladoras, de tal forma que afetam, inclusive, suas dimensões de espaço e tempo.

P: Por que tem menor que entra e menor que não entra, se eles tão na mesma situação?

R: Porque tem uns que pensa mais pra frente e outros que pensa só no agora. Os que pensa no agora entra.

P: Você acha que trabalhador tira onda?

R: Trabalhador tira, mas tira onda no asfalto, né? Na favela quem tira onda é... as mulher, as mulher gosta dos cara que anda de peça. Se tiver na mão, se eu morar na favela e tu ficar com os moleque da boca, as mulher vai dar preferência a quem é da boca.

P: E por que o trabalhador tira onda no asfalto?

R: Ah, tira onda com as mulher do trabalho, as mulher certinha. Tira onda... aí casa, mora junto, tem filho. Aí tem um futuro. Na favela não, tem gente que tem futuro também, namora, pá, mas é pouco. Mas as mulher prefere os cara da boca. Aí morre, já tá com outro, e assim vai indo (Barriga, 15 anos).

Barriga situa trabalhadores e bandidos em esferas existenciais distintas, não comparáveis, e elabora a ideia de “horizonte”, subjacente à categoria *andar junto*, nos termos espaço-temporais a que aludi anteriormente. Para ele, que desde os doze anos dava duro entregando as quentinhas que a mãe preparava, o trabalhador se projeta para a *cidade*, cria relações *sólidas*, se estende existencialmente numa perspectiva de *futuro*, enquanto que, o bandido está limitado às demarcações territoriais da *favela*, preso no *agora*, e fadado à brevidade da *finitude*. Freitas e Costa (2018, p. 951), por exemplo, também notaram essas drásticas alterações existenciais quando examinaram a relação dos adolescentes com o dinheiro “[...] é de se admirar outro aparente paradoxo que eles me apresentavam: quando tinham altas rendas, não tinham qualquer excedente no final do mês; quando recebiam poucos salários, conseguiam economizar”. Poupar ou gastar; o futuro ou o agora; são ações e noções relacionadas a outro tema levantado por Barriga - a morte - e que pode oferecer alguns *insights* sobre a inquietante e crucial diferença entre trabalho no tráfico e trabalho formal não problematizada até aqui, isto é, a possibilidade de matar e de morrer.

A morte, como um acontecimento breve, é um elemento que também costura “trabalhadores” e “bandidos”, ainda que com intensidades diferentes. Envolvidos ou não, todos aqueles que moram ou se encontram na favela são obrigados a lidar com a morte quase que cotidianamente, seja em virtude das operações policiais, das tentativas de invasão por grupos rivais, ou mesmo em decorrência da ação do próprio grupo local de traficantes. De acordo com uma pesquisa de Napolião, Menezes, Lyra (2020, p. 17), 39% dos adolescentes cumprindo medidas de internação na capital por tráfico de drogas afirmaram que tiveram algum parente assassinado, a maioria pela polícia. Muitos desses executados friamente ou atingidos no fogo cruzado da “guerra às drogas”.

Embora os limites desse artigo me impeçam de analisar esse tema com a devida profundidade, estou seguro para afirmar que, nesse universo de horizonte restrito, onde a favela é o mundo, a relação com a morte enquanto um episódio cotidiano e visível impacta profundamente a maneira como seus moradores lidam com a vida. Em *A metafísica da morte*, Simmel argumenta que

Pode-se ver claramente a significação da morte como criadora de forma. Ela não se contenta com limitar nossa vida, quer dizer, dar-lhe forma à hora do desenlace; ao contrário, a morte é para a nossa vida um fator de forma, que vai matizar todos os seus conteúdos, fixando-lhe inclusive os limites (SIMMEL, 1999, p. 3).

Inquirido sobre o medo de morrer, Berlota, um adolescente de dezesseis anos, sumari-

zou toda a dimensão sociológica arguída por Simmel (1999) em sua reflexão sobre a finitude: “*morreu hoje, amanhã já faz dois dias*”. Isso não significa, no entanto, que o ato de matar ou o advento de morrer constituam banalidades na vida desses garotos. Mas sim que, nos limites da favela, ao longo de décadas e décadas, ela deixou de ser um infortúnio, passando a ser encarada como um elemento que, em última análise, é incorporado como parte da sua dinâmica social. Andar junto, nesse sentido, também abarca a possibilidade da morte, compartilhada por *envolvidos* e *não envolvidos*. Assim é a opinião de Jacaré, que fazia bico como assistente de pintor até se ver envolvido em uma perseguição policial em sua favela:

P: E como foi que tu entrou pra boca?

R: Pô, é que nós andava junto desde bebezinho... nesse dia a gente fumamo vários baseado, geral gastando, os polícia brotou, pow, pow, já sentando o dedo. Aí eu “caralho mané”! Saímo fora, um menor lá caiu [morreu]. De noite dei um papo no frente, e ele “já é”. Aí eu “cadê minha arma”? (Jacaré, 17 anos).

São as formas de fruição da vida, e não propriamente a maneira como esse intento é atingido, que parecem estar no cerne das diferenças entre trabalhadores e bandidos, razão pela qual o crime pode ser entendido como uma opção de sustento sem suscitar grandes contradições morais entre os adolescentes. Por essa razão, defino a socialização pelo trabalho, entre esse grupo específico de jovens, como um movimento reiterado, mas nem sempre contínuo, de retração e ampliação de seus horizontes. Nesse universo de espaço-tempo comprimido, onde a favela é o mundo por si só, e onde o tempo corre rápido, os *operários da firma* trabalham seis dias por semana, em plantões de 12 horas por dia, com salário fixo semanal - no caso dos *olheiros* - ou ganhos por comissão - como acontece com os *vapores*. Sua renda varia entre um e três salários mínimos, renda com a qual dão conta de seus prazeres e necessidades, e se projetam na favela como indivíduos bem sucedidos, em carreira ascendente, auferindo também ganhos imateriais que vão do status social às relações amorosas. Mas existe um último elemento importante para se compreender, em parte, outra satisfação simbólica possibilitada pela *firma* e que a torna, para alguns, algo maior que uma forma de sustento.

Diversos trabalhos acerca da juventude apontam a centralidade dos grupos informais na construção da sua subjetividade, pois são nesses grupos que o jovem constrói suas primeiras redes simbólicas de interação de maneira autônoma e autoconsciente. Parsons (1968) aponta a importância do “grupo homogêneo”, isto é, dos grupos formados fora do ambiente familiar e escolar, como locus da aceitação não-adulta e da experimentação, muitas vezes reprovável, que prepara o jovem para o mundo social. Nestes contextos, preferencialmente quando o grupo

é formado por indivíduos do sexo masculino, as interações entre seus membros constituem palcos de “*aquisição e exibição do vigor*” (PARSONS, 1968, p. 58), manobras cujo principal objetivo é granjear a admiração de outros indivíduos da mesma idade. Para autores como René Fau (1968, p. 46), o grupo de adolescentes é violento por natureza, mas também absorve a violência individual na medida em que representa uma personificação coletiva.

As repercussões da falta de um ambiente no qual esses encontros coletivos possam transcorrer de maneira construtiva, estimulando no jovem uma projeção de vida em sociedade, pode ser avaliada em estudos como o de Elias (2000) e seus jovens de Winston Parva, nas reflexões de David Matza (1964), sobre a deriva da juventude pobre americana, ou nos relatos de Foote-Whyte (2005) sobre os rapazes das esquinas de Corneville. Mas será que esse elemento gregário se aplicaria também ao tráfico ou esta atividade comportaria apenas as realizações pelo *status* e retorno financeiro? Como esta era uma questão que me intrigava, durante minhas entrevistas costumava perguntar aos garotos se a *firma* representava para eles um *trabalho* ou uma *família*. A palavra família, além do significado usual, é empregada sob a forma de gíria e sinaliza de uma relação de aliança, em um extremo, a uma relação de não-hostilidade no outro: “*Que isso, família, pode vir sossegado*” - foi a resposta de um dos garotos para um comprador que lhe perguntou se era tranquilo subir o morro. Admito que esse tipo de pergunta contém diversas imprecisões, mas assumi cautelosamente o risco.

P: Quando você tava lá plantando, era como se fosse um trabalho ou como se fosse uma família?

R: Uma família. Geral como, um do lado do outro. Ajudar o que der e vier, ficar junto... (Velho, 17 anos).

Para Velho, que dos treze anos aos quinze anos ganhou a vida lavando carros, a *firma* é lugar de mútua solidariedade, onde se está “um do lado do outro”, onde se está preparado para “ajudar no que der e vier” e, sobretudo, uma forma de “ficar junto”. Em linha semelhante, no depoimento de Tuti, que ajudava a família no morro do Chapadão catando latinha, vendendo bala e lavando carros, a *firma* sobressai como um lugar de identidade coletiva, cultivada desde a tenra infância:

P: Pra você o Comando Vermelho é mais um emprego ou uma família?

R: Uma família.

P: Por quê?

R: Eu sou desde molequinho, já andei já e como, me amarro mesmo. (Tuti, 15 anos).

Por outro lado, nos casos em que o jovem considera a *firma* como um simples traba-

lho, seu discurso se apresentava na forma de uma decepção com o projeto coletivo do tráfico, reforçando a importância desta dimensão na vida dos *operários da firma*. Dessa maneira, esta seria um mero trabalho não só porque nela o jovem ganha dinheiro, mas também porque estão ausentes requisitos imateriais, como solidariedade e identidade, que o definiriam como “família”. Sem estes, resta apenas a instrumentalização da *firma* como estratégia de sobrevivência material, como narra o adolescente Brabo, que antes de se tornar *vapor* estudava durante o dia, trabalhava em um lava-jato de tarde e roubava de noite:

P: Você via a boca como um trabalho ou como uma família?

R: Ah, é tipo um trabalho. Lá na boca tu não pode confiar nos outros moleque não. Tu tem que ter maldade com eles e eles têm maldade contigo (...) aí vamos supor, nós dois é da boca, eu vejo que tu tá se levantando, eu falo com os cara que você tá bá, não sei o quê, pra tentar te diminuir.

P: Você acha que tem muita inveja nesse meio?

R: Tem, é vários. Toda boca de fumo é assim. (Brabo, 17 anos).

Com raríssimas exceções, os adolescentes que entrevistei ao longo de uma década de pesquisa de campo eram todos trabalhadores natos. Versáteis e incansáveis, desde a mais tenra idade foram socializados no mundo do trabalho precário, sacrificando a escola e as brincadeiras de criança para catar latinha, juntar papelão, carregar entulho, lavar carros, guardar vagas, vender bala no trem, vender cerveja na praia, fazer carreto, trabalhar como cobrador de van, atendendo em bares, padarias, em bancas de jornal, ensacando compras de supermercado, engraxando sapatos, dando duro como assistente de pedreiro, carregando caixotes, distribuindo panfletos, entre outras incontáveis funções de muito suor e ganho escasso.

Pouco se fala sobre isso, mas a bifurcação que se apresenta na vida desses adolescentes, separando-os do futuro idealizado para toda criança, não é o crime, mas o trabalho. É pela necessidade precoce de trabalhar para complementar a renda da família que a desestruturação de seus projetos de vida começa, pavimentando o caminho para sacrifícios futuros ainda maiores, como, por exemplo, o envolvimento com o tráfico local. Não é preciso nenhum malabarismo moral para reconhecer que a *firma* é uma oportunidade e tanto no contexto de trajetórias como as dos garotos em questão. Há quem circunscreva sua vantagem ao caráter mais óbvio do dinheiro, ignorando ganhos imateriais que não são poucos.

Em primeiro lugar, é o primeiro trabalho potencialmente estável que encontram. Um trabalho também de caráter eminentemente doméstico, no sentido de que geralmente é realizado dentro dos territórios onde são nascidos e criados, e executado ao lado de rostos conhecidos, como vizinhos, amigos da escola e parentes. Na *firma*, a sensação de subalternidade absoluta experimentada em outras atividades, cede espaço à ideia de uma gradativa ascensão pelo talen-

to, intrepidez e comprometimento - algo raro quando, por exemplo, ganha-se a vida engraxando sapatos. Uma vaga na *firma* também aumenta o status social no mundo de horizontes restritos da favela. É a porta de entrada para uma classe dirigente, que determina os rumos da vida de um grupo grande de pessoas.

Ao fazer parte dessa casta local, o jovem também alimenta ideias sobre sua importância, não raro se projetando como protetor e padroeiro de sua comunidade. Paralelamente, sua grandiosidade individual convive com a ideia de pertencimento a algo muito maior que ele no plano coletivo - a facção. Entretanto, positivar as atividades no tráfico de drogas como um trabalho, do qual se extrai profundo senso de valor pessoal e coletivo, só é possível à luz do mundo imaginado por esses adolescentes. Pragmaticamente, o tráfico de drogas se difere de quase todas as funções remuneradas que conhecemos. Não porque seja um crime, como muitos poderiam pensar, mas por refletir o sistema capitalista em seu estado mais puro e indomável, constituindo um mercado no qual esses jovens, oscilando entre a morte e a privação de liberdade, vendem aos “patrões” não sua força de trabalho, mas a própria energia vital.

REFERÊNCIAS

1. BATISTA, Liniker Giamarim. **A grande cidade e a vida no crime**: uma etnografia dos mercados do crime em uma periferia de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
2. BARBOSA, Antonio Carlos Rafael. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1998.
3. BARBOSA, Antonio Carlos Rafael. O Baile e a Prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**, v. 9, n. 15, p. 119-135, 2006. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12163>. Acesso em 03 mar. 2020.
4. BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
5. CABISTANI, L. G. **Trabalho infantil e tráfico de drogas**: uma análise sobre a atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 4a Região. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
6. COSTA, Elaine C. P. **Amor bandido**: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico

- de drogas. Maceió: EdUFAL, 2008.
7. CUNHA, Christina Vital da. “Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, p. 13-46, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75226>. Acesso em: 02 fev. 2020.
 8. ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
 9. FACINA, A.; PALOMBINI, C. O Patrão e a Padroeira: festas populares, criminalização e sobrevivências na Penha, Rio de Janeiro. *In*: MATTOS, Hebe (Org.). **História oral e comunidade: reparações e culturas negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 113–137.
 10. FAU, R. Características gerais do grupo durante a adolescência. *In*: BRITTO, S. (Org.). **Sociologia da juventude III: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 43-46.
 11. FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas**, v. 15, n. 30, p 11- 50, 2007. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13649>. Acesso em: 20 jan. 2020.
 12. FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras da tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
 13. FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
 14. FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de; COSTA, Elizardo Scarpati. Trabalhar e não ser trabalhador: pertencimento e reconhecimento de classe na “vida do crime”. **Revista Direito GV**, n. 14, n. 3, p. 937-957, 2018. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322018000300937&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 mar. 2020
 15. GALDEANO, Ana Paula. **Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercado, famílias e redes de proteção social**. São Paulo: CEBRAP, 2018.
 16. GRILLO, Carolina C. **Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas**. Rio de Janeiro. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
 17. HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo.
 18. HIRATA, D.; GRILLO, C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, n. 9, v. 2, 75-97, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000200075. Acesso em: 03 mar.

2020.

19. JOHNSON, Bruce *et al.*, “Emerging models of crack distribution”. In: MIECZKOWSKI, Tom (Org.). **Drug, crime and social policy: research, issues and concerns**. Boston: Ally and Bacon, 1992.
20. LEITE, Márcia Pereira. Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Observatório da Cidadania**, Rio de Janeiro p. 66-70, 2005. Disponível em: https://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroe2005_bra.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.
21. LYRA, Diogo. **A República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
22. MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob Cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
23. MALVASI, Paulo Arthur. **Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
24. MARQUES, Adalton. **Crime e proceder: um experimento antropológico**. São Paulo, Alameda, 2014.
25. MATZA, D. **Delinquency and Drift**. New York: John Wiley and Sons Inc, 1964.
26. NAPOLIÃO, Paula; MENEZES, Fernanda; LYRA, Diogo. **Ganhar a vida, perder a liberdade**. Tráfico, trabalho e sistema socioeducativo. *Boletim Segurança e Cidadania*, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Rio de Janeiro, n. 25, 2020. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/boletim/ganhar-a-vida-perder-a-liberdade-trafico-trabalho-e-sistema-socioeducativo/>. Acesso em: 30 jul. 2020.
27. NERI, Natasha E. O “convívio” em uma “cadeia dimenor”: um olhar sobre as relações entre adolescentes internados. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.3, p. 315 – 330, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/raufscar/docs/rauv3n1>. Acesso em: 03 mar. 2020.
28. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 182**, Sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação. Genebra, 1999.
29. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 190**, Sobre a Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil. Genebra, 1999.
30. ORTIZ, Didier Correia. Narc Deco: ética y estética del Narcotráfico. *Analecta Política*, Medellín, v. 2, n. 03. p. 127-140, 2012. Disponível em: <https://revistas.upb.edu.co/index.php/analecta/article/view/2991>. Acesso em: 02 fev. 2020.

31. PARSONS, T. A classe como sistema social. *In*: BRITTO, S. (Org.). **Sociologia da juventude III: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 47-76.
32. RINCÓN, Omar. Todos temos um pouco do tráfico dentro de nós: um ensaio sobre o narcotráfico/cultura/novela como modo de entrada para a modernidade. **Matrizes**, São Paulo, ano, 7 n. 2, p. 193-219, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69414>. Acesso em: 17 jan. 2020.
33. SILVA. Luís Antonio Machado. **Vida sob Cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
34. ZALUAR, Alba. **A máquina e a Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
35. ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Diogo Lyra

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado pelo Social Science Research Council - Drugs, Security and Democracy Fellowship Program. Pós-Doutorado no Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0484-5089>. E-mail: dlyra77@gmail.com.

Economias-Políticas Marginais: Produtividade Policial, Vizinhanças Radicais e a (Re)Produção Cotidiana das Desigualdades em uma Favela de Niterói-RJ

Marginal Political-Economies: Police Productivity, Radical Neighborhood Situations and the Everyday (Re)Production of Inequalities in a Niterói-RJ Favela

Elizabete Ribeiro Albernaz

University of the Witwatersrand, Johannesburg, África do Sul

RESUMO

Qual é a política da segurança, para além da política de segurança pública? A polícia justifica sua existência profissional pela atribuição de fiscalizar e garantir a adesão dos indivíduos a um determinado regramento, seja ele legal ou consuetudinário. A lei, entretanto, não é capaz de antever todas as condutas concretas dos sujeitos, e a polícia, por sua vez, também não é sua mera replicadora. Seu espectro de intervenção (o que a polícia de fato faz) supera de longe o argumento que justifica a legalidade de suas ações e seus objetivos manifestos. No caso do Morro do Palácio, uma favela de Niterói, busquei apresentar os efeitos de repercussão da atuação policial para além de suas consequências imediatas sobre o cotidiano da favela, explorando sua dimensão política e seus potenciais rendimentos econômicos, entre o legal e ilegal. Nesse sentido, busquei destacar o papel da segurança no funcionamento de dispositivos de reprodução da estrutura das desigualdades e seus rituais de desigualação em sua operação insidiosa sob o manto da democracia participativa brasileira. Essas forças de conservação na mudança, trabalhando fortemente ancoradas no cotidiano *palaciano*, participavam da (re)produção do *status quo* da desigualdade social e da exclusão na cidade de Niterói. Em última análise, como mais tarde se tornou claro, a interação dessas forças resultava em uma elaborada técnica de governo, uma economia que tinha seu lado visível, beneficiando oligarquias políticas e econômicas, mas também jogava uma mão oculta nas sombras da ilegalidade, criando um ambiente lucrativo para todos os tipos de oportunistas da insegurança.

Palavras-chave: Polícia, Favela, Desigualdade, Cotidiano, Niterói.

Recebido em 13 de maio de 2020.
Avaliador A: 21 de junho de 2020.
Avaliador B: 01 de julho de 2020.
Aceito em 26 de agosto de 2020.



ABSTRACT

What is the politics of safety beyond the public safety policy? The police justify their professional existence by assigning to supervise and guarantee the adherence of individuals to a specific rule, be it legal or customary. The law, however, is not able to foresee all the concrete conduct of the subjects, and the police is also not its mere replicator. Its spectrum of intervention (which the police actually does) far exceeds the argument that justifies the legality of its actions and its manifest objectives. In the case of Morro do Palácio, a slum in Niterói, I tried to present the repercussion effects of police action beyond its immediate consequences on the daily life of the favela, exploring its political dimension and its economic potential, legal and illegal. In that sense, I sought to highlight the role of security in the functioning of dispositifs reproducing the structure of inequalities and their rituals, in their insidious operation under the cover of Brazilian participatory democracy. These forces of conservation in change, working strongly anchored in Palácio's everyday life, participated in the (re) production of the status quo of social inequality and exclusion in the city of Niterói. Ultimately, as it later became clear, the interaction of these forces resulted in an elaborate government technique, an economy that had its visible side, benefiting political and economic oligarchies, but also played a hidden hand in the shadows of illegality, creating a profitable environment for all types of insecurity opportunists.

Keywords: Police, Favela, Inequality, Everyday, Niterói.

More than ever before men now live in the shadow of the state.

Ralph Miliband (1969, p. 1)

INTRODUÇÃO

O que é a “favela”? *Favela*¹ é uma categoria de difícil definição, primeiro em razão de sua diversidade. Várias configurações espaciais e humanas caracterizam locais de habitação popular chamados de *favelas*. Seus limites territoriais também costumam ser altamente debatíveis e imprecisos, bem como os critérios socioeconômicos que caracterizam as áreas classificadas como *favelas*. Confrontada por essa dificuldade, em minha pesquisa de doutorado (ALBERNAZ, 2018), escolhi tratar a *favela* como uma relação social (ou um feixe delas)², uma posição

1 No presente artigo, o itálico será utilizado no caso da repetição de um conceito de um/a autor/a que já tenha sido citado no texto e para se referir a categorias utilizadas em sua acepção nativa, sentido este incorporado ao texto pela autora. As aspas serão utilizadas em citações e expressões extraídas de entrevistas e relatos registrados em cadernos de campo, bem como conceitos, no caso de sua primeira citação, seguidos da referência no texto.

2 Nesse sentido, inspiramo-nos nas análises de Georg Simmel sobre a constituição social da “pobreza” na relação

relativa em um campo de forças que conformam a experiência cidadina da desigualdade social. Minha tese fala de uma *favela* em especial, o Morro do Palácio, uma comunidade de médio porte de Niterói, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Situado na região das Praias de Baía, entre prédios luxuosos e o casario antigo de bairros tradicionais da classe média e média alta da cidade (Ingá, São Domingos e Boa Viagem), o Palácio é uma *favela* “altamente politizada”, como gostam de dizer suas lideranças. Em razão de sua “situação de vizinhança radical” (ALBERNAZ, 2018), as coisas que acontecem no Palácio repercutem fortemente na opinião pública *niteroiense*.

Como em tantas outras *favelas*, o Palácio tem sua existência social associada a um imaginário de ausência e precariedade, de informalidade e ilegalidade. Na sua relação com o seu entorno abastado, esse imaginário articula dispositivos discursivos responsáveis pela produção do Morro do Palácio como um lugar da pobreza em Niterói. O funcionamento desse dispositivo afeta o cotidiano de *palacianos* e *palacianas* de diversas maneiras; uma delas é a violência das incursões policiais, espetáculo repressivo de amplas repercussões políticas na cidade. Minha pesquisa dedicou-se a etnografar algumas das mecânicas cotidianas por meio dos quais o Estado, como uma sombra, reproduz-se a partir de sua suposta “ausência” no Morro do Palácio. Para tanto, dediquei-me a observar universos relacionais e processos multiescalares de repercussão da violência urbana em Niterói, um discurso fortemente marcado por uma oposição imaginada entre a cidade “legal” e “ilegal”. No Morro do Palácio, observei que, no lusco-fusco de um “Estado ausente”, um estado policial encontrava espaço para monetizar a sua violência em estreita cooperação com as forças econômicas que pretensamente buscava combater.

No presente artigo, abordarei essa questão à luz de uma dialética de produção periférica do Estado e de reprodução estatal das “margens”, estas últimas entendidas enquanto lugares, posições e representações construídas em relação a ideais projetados de legalidade e centralidade associados ao campo estatal e suas figuras de poder (DAS; POOLE, 2004). No caso do Morro do Palácio, chamarei a atenção do/a leitor/a para a ideia de “alternância de ciclos de violência” e o papel da polícia nessa dinâmica, contribuindo para a produção da favela como um “lugar violento” na paisagem urbana de Niterói. Argumento que a constituição da pobreza

com a formação do “Estado moderno” na Europa. Para o autor, o “pobre”, em sua constituição identitária, de pertencimento a uma camada específica da sociedade, é alguém que é publicamente reconhecido como uma pessoa que carece da “assistência” por parte de uma coletividade; a “pobreza”, nesse sentido, surge a partir de feixes de relações de cooperação e conflito, de interdependência simbólica e material entre indivíduos e grupos de indivíduos desiguais entre si. Nas palavras do autor, “(...) não é a pobreza em si nem a entidade dos pobres em si mesmos, mas as formas institucionais que eles assumem numa dada sociedade num momento específico de sua história. Essa sociologia da pobreza, em realidade, é uma sociologia dos laços sociais” (SIMMEL, 1998).

urbana niteroiense e seus locais de morada, como o Morro do Palácio, deve ser buscada nas relações estruturais de suas favelas com a economia e a política local, das dinâmicas de conflito e cooperação, conservação e mudança que imprimiram (e ainda imprimem) as hierarquias sociais no espaço daquela cidade.

Em 2016, quando iniciei minha atividade de campo mais intensiva no Morro do Palácio, as pessoas comentavam que a “favela era só lazer”. Essa referência de tranquilidade era construída a luz de um tempo pretérito, mas não tão distante, em que a população *palaciana* tinha se visto pela última vez dragada pela violência das lutas faccionais e da repressão policial. Essa época era referida, na linguagem cotidiana, como “a época da guerra”, quando a *favela* tinha “mudado de facção”. O relativo período de tranquilidade, segundo a percepção dos moradores locais, teria se iniciado a partir da vinda da base da Polícia Militar (PM). Precariamente instalada na parte mais alta da favela desde 2013, a base era vista pelos moradores do Morro do Palácio como um marco para o fim das tentativas de invasão da facção vencida, um fator de relativa estabilidade para o cotidiano da *favela*.

No início de 2017, entretanto, uma nova ressaca se anunciava em costas *palacianas*. Depois de um ano de trabalho de campo sem ouvir sequer um disparo de arma de fogo, nas vésperas da minha viagem para a África do Sul, onde desenvolvi meu Doutorado Sanduíche³, quatro pessoas tinham sido mortas no período de pouco mais de um mês; todas alegadamente pelas mãos da PM. Os rumores de invasão também tinham voltado a circular pela *favela*, deixando apreensivos seus moradores. O que havia mudado naquela configuração de forças? Por que a morte violenta era novamente uma sombra sobre as cabeças dos *palacianos* e *palacianas*?

Nas linhas que seguem, dedicar-me-ei a descrever eventos relacionados a atuação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) no Palácio, chamando atenção para os impactos dessas ações sobre o cotidiano de seus moradores, mas também seus efeitos políticos mais amplos, perseguidos a partir da audiência de histórias pessoais, da circulação de rumores, do recurso a matérias jornalísticas, sites de internet. Farei menção também a minha experiência com o Conselho Comunitário de Segurança de Niterói (CCS-12), onde, a partir do início do ano de 2017, passei a acompanhar as reverberações da série de mortes ocorridas no Palácio naquele período. Falarei da relação das organizações policiais com a sociedade civil nesse espaço de “participação social”, chamando atenção para uma discussão sobre “produtividade policial”

3 O presente trabalho beneficiou-se de financiamento concedido no âmbito do programa Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES/PDSE), integrando-se aos esforços despendidos pelo governo brasileiro, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação (CAPES/MEC), com vistas ao incremento do intercâmbio técnico-científico e consequente internacionalização de docentes e pesquisadores brasileiros.

(ALBERNAZ, 2015a, 2015b).

O BECO EM QUE SEU PAI MORREU

A partir da morte de Sílvio, as coisas tinham voltado a ficar complicadas no Palácio. Tinha passado a ouvir tiros com mais frequência; o *movimento* parecia estar recebendo reforços, trazendo armas cada vez mais pesadas. Encontrava mais pessoas da *boca de fumo* patrulhando as vielas da *favela*. A conduta da polícia também tinha mudado; ela circulava então mais pelos *becos*, adotando uma postura mais agressiva em relação ao *movimento*, produzindo mais prisões, apreensões e letalidade. O Palácio tinha estado tranquilo por muito tempo. Naquela época, não sabia ao certo o que estava acontecendo e a *favela* estava rumorosa. A mudança de postura dos atores da “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004)⁴ era notória. À boca muito miúda, comentava-se que os “pactos” vigentes tinham sido quebrados e que a cobrança pelo seu restabelecimento seria violenta. Naquela época eu visitava a *favela* diariamente.

Numa dessas visitas, durante uma partida de futebol, uma mensagem chega pelo celular. “Tem um cara morto na Barreira”, me avisa Wellerson, grande amigo e um de meus principais interlocutores no Palácio à época; era a terceira morte de um “envolvido” (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018) em apenas um mês. Tínhamos ouvidos dois disparos. “Ih, é tiro!”; todos deixam o campo de futebol ordeiramente. A *Barreira* é considerada a entrada “social” da *favela*, acessível por meio de uma escadaria que leva o/a eventual visitante direto ao *Maquinho*, um equipamento da Prefeitura de Niterói⁵. Mais tiros foram ouvidos; agora na rua de baixo.

4 Empregamos aqui o conceito de “sociabilidade violenta” de Machado da Silva (2004) enquanto uma ordem social cujo princípio de organização é o recurso universal à força, que não dispõe de uma linguagem própria, recorrendo, para expressar-se como “forma de vida”, a uma resignificação da linguagem cotidiana. Seguimos a indicação do autor que afirma ser possível pensar a *sociabilidade violenta* como uma “empresa”, no sentido *weberiano*, sem separar sua dimensão de empreendimento político e econômico. Em termos dos seus efeitos sobre o *cotidiano*, citamos diretamente o autor, “não se trata apenas do fechamento para os ‘de fora’ das populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta, mas da incomunicabilidade entre seus próprios membros produzida pelo medo e pela desconfiança. Esta talvez seja a consequência mais perversa da implantação da sociabilidade violenta como ordem instituída. As populações que ela submete continuam, de certa maneira, a viver sua vida ‘normal’, organizadas como subalternas que são à ordem estatal, mas sob a condição de serem impedidas de se apropriarem coletivamente da ‘outra parte’ desta mesma normalidade cindida” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 79).

5 Em sua face voltada para a Boa Viagem, os moradores do Palácio têm acesso a uma das vistas mais estonteantes de toda a cidade, vista esta que, de modo geral, é associada aos privilégios da classe média alta e alta de Niterói. No topo da escadaria que dá acesso a favela foi instalado um equipamento público da Prefeitura, a Plataforma Urbana Digital de Educação, inaugurada em 2014. O prédio é conhecido carinhosamente como “Maquinho” em alusão ao

Depois de 40 minutos de um silêncio quase sepulcral, perguntei a Wellerson se já era seguro sair de casa. Ele já estava na *Barreira*, onde o rapaz tinha sido morto, e respondeu a minha pergunta afirmativamente. Sigo para lá. Chegando ao mirante do *Maquinho*, pude ver a silhueta do corpo de um rapaz caído de bruços na escada. As pernas estiradas ainda sobre os degraus, a cabeça espatifada no quadrado de cimento a sua frente como se tivesse perdido a consciência subitamente, em meio a tentativa desesperada de fuga. Vejo marcas de sangue no chão; as paredes tinham perfurações de disparos de arma de fogo. Vários policiais militares já faziam o isolamento do acesso a escada, impedindo as pessoas de se aproximarem do local onde estava o corpo.

Essa polícia que dava combate ao *tráfico* no Palácio, na época, vinha de fora e quando *batia de frente* com as pessoas erradas no *beco* podia participar de uma explosão de violência de consequências dramáticas e imprevisíveis. “Quando a polícia está no *beco* está à caça de alguém”, diziam-me; essa polícia que buscava o confronto, o tiroteio, representava um risco real de violência para os moradores e moradoras. Os policiais militares da Companhia Destacada da PMERJ, precariamente instalados no topo do Palácio desde 2013, eram referidos localmente como a “polícia do container” e tinham uma postura bastante diferente da polícia que vinha de fora. Eles não entravam em choque com o *movimento* e até mantinham uma certa relação de proximidade - mesmo que tensa e suspeitosa - com a população local.

Na percepção dos moradores, desde a instalação da *polícia do container*, as coisas tinham ficado relativamente mais tranquilas no Palácio. Além da precariedade de suas instalações, as pessoas também comentavam que a atitude pacífica da *polícia do container* se devia ao “arrego”⁶ pago pela *boca de fumo* como parte dos pactos locais. “Tá tudo desenrolado”, diziam-me. Pelo menos era essa a percepção das pessoas até antes da explosão de violência que teve na morte de Silvio um diacrítico importante, como veremos mais a frente. A presença da *polícia do container*, apoiada pelos recursos do batalhão, tinha reduzido sensivelmente os efeitos desagregadores da ameaça constante de *invasão* por parte de grupos de *facções rivais*.

Museu de Arte Contemporânea (MAC), e abriga diversas atividades e projetos socioeducativos destinados a toda a população do município. Dificilmente, entretanto, algum morador/a do *entorno* se aventura a subir o Palácio para frequentar o espaço, entretanto. Não só porque a população do *entorno* não atende ao perfil socioeconômico de beneficiários/as desse tipo de iniciativa, mas em razão do medo da violência e do estigma que acompanha a *favela*. Para muitas dessas pessoas, o *Maquinho* é apenas um anteparo material conveniente que as impede de observar o Palácio do ponto de vista do *asfalto*, situação esta questionada pelos moradores e moradoras do morro quando de sua inauguração. Segundo eles/elas, o prédio teria sido propositalmente construído de costas para a *favela*, obscurecendo sua magnífica vista do litoral, salpicada de ilhotas e pequenas embarcações de pescadores.

6 Para uma análise comparada da categoria “arrego”, ver PIRES, Lenin. Arregar não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010.

O *movimento*, resguardado por esse aporte de força, dizia-se, acabava sendo displicente com a segurança da *boca* e menos invasivos na regulação do cotidiano, muito diferente da regulação violenta implementada pela *facção* anterior, notabilizada pela agressividade nesse sentido.

Diante de mais aquele corpo, entretanto, as pessoas tinham certeza de que algo tinha mudado no equilíbrio de forças local. O Palácio não era mais “só lazer” e a mudança no padrão de atuação da polícia era um indicativo importante disso. “Estão matando todos os crias⁷ da boca”, as pessoas comentavam. Isso, na percepção de meus interlocutores, fortalecia as tentativas de *retomada* do grupo da *facção rival* que reclamava violentamente direitos sobre os mercados operados sob o lusco fusco legal da *favela*. Aquele rapaz, disseram, era “o último cria da boca”; todos os demais tinham perdido suas vidas nas mãos da polícia militar ou estavam presos, capturados pelas “intervenções cirúrgicas” da polícia civil⁸. Pela configuração da cena e a presença dos policiais do GAT (Grupamento de Ações Táticas)⁹ guardando o local da ocorrência, assumimos que uma das equipes da polícia militar que circulava pela *favela* naquela noite teria sido a autora. Pareceu-me que nada estava sendo passado para as pessoas no local; não tínhamos nenhuma informação “oficial” sobre o que tinha acontecido.

Mais tarde, naquela mesma noite, fotos do rapaz morto começaram a circular nas redes sociais, mostrando seu corpo, tombado desajeitado na escada. Na imagem, uma espécie de placa tinha sido adicionada digitalmente. Nela, era possível ler o nome da equipe de GAT responsável pela ocorrência. Não houve qualquer pudor ou sigilo em torno daquela ou de qualquer

7 De forma bastante resumida, o “cria” é a pessoa “nascida e criada” na favela, posição relativa a origem e ao local atual de residência de alguém. Para uma discussão do *cria* enquanto um elemento central na construção de relações de confiança para a regulação econômica e política das relações sociais na favela, ver ALBERNAZ (2018).

8 Drone ajuda polícia a localizar chefe do tráfico de drogas no morro do Palácio, em Niterói. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/cidade-alerta-rj/videos/drone-ajuda-policia-a-localizar-chefe-do-trafico-de-drogas-no-morro-do-palacio-em-niteroi-21022018>. Acesso em: 12 maio 2020.

9 Na PMERJ, o GAT é considerada uma modalidade de policiamento de guarnição, em que um grupo de quatro a oito policiais, divididos em duas ou mais viaturas, é responsável por intervenções que necessitem o emprego tático de força com vistas a assumir o controle de uma situação crítica. Na prática, o GAT é considerado um policiamento de “pista” voltado para “fazer guerra” (ALBERNAZ, 2010; RAMOS, 2018) e que demanda um determinado tipo de perfil de policial. Segundo Rodrigo Nogueira, ex-policial militar e autor de “Como Nascem os Monstros”, em entrevista ao site APublica.org: “(...) você vai formando e selecionando por esse critério. Se você é duro, você vai trabalhar na patrulha, no GAT (Grupamento de Ações Táticas), na Patamo (Patrullamento Tático Móvel)... Agora você que é mais sensato, que não vai se permitir determinadas coisas, não tem condições de você trabalhar nos serviços mais importantes. Não tem como o camarada sentar no GAT se não estiver disposto a matar ninguém. Não tem como. E não é matar só o cara que tá com a arma na mão ali, é matar porque a guarnição chega a essa conclusão: ‘Não, aquele cara ali a gente tem que matar.’ Aí é cerol mesmo. Se você não estiver disposto a participar disso aí, tu não vai sentar no GAT, não vai sentar numa patrulha nunca (...)”. Disponível em: <https://bit.ly/3go1G1n>. Acesso em: 12 mai. 2020. Segundo um sargento PM da ativa, em entrevista ao pesquisador Leonardo Ramos (2017), “o critério para este tipo de trabalho [de GAT] é que alguém sabe que você vai fazer a maldade que tem que se fazer.” (p.32).

outra morte de pessoas ditas *envolvidas* no Palácio naquela época. Encontravam-se menções bastante gráficas a elas em perfis pessoais de redes sociais, grupos de mensagens, em páginas de *blogs*, elas circulam amplamente na rede. A única coisa que sabíamos era que a polícia tinha sido a principal responsável. Assumidamente responsável; sua autoria não estava mais na ordem do rumor. Eu sabia disso, porque os policiais contavam isso como “produtividade policial”. Eles lançavam as fotos na *internet*, forneciam os relatos das ocorrências das mortes para serem anunciadas em *sites* de notícias locais, mencionavam-nas e eram felicitados por elas nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança (CCS) da região.

Essa contagem mortal impregnava as paredes do Morro do Palácio com várias mensagens de lamento. “Saudades de fulano”, “saudades de sicrano”, memórias de pessoas que, naqueles dois anos de convivência na *favela*, não tive a oportunidade de conhecer, estavam mortas quando cheguei lá. O rapaz cujo corpo jazia na escadaria seria mais um dos nomes estampados, marco dessa triste memória que habita os muros da *favela*. Entre os rostos da multidão que ocupava a *Barreira* naquela noite, reconheci a esposa e um dos filhos do rapaz morto, uma criança de, no máximo, dois anos. Wellerson estava comigo, ele disse:

“Esses moleques que você tá vendo morrer, tudo jogou comigo no meu time [de futebol], tinha uns 23 anos, deixou filho de um ano, o garoto nem sabe o que aconteceu com o pai; vai ter 12 anos e vai perguntar o que aconteceu que todo mundo fala. Imagina a cabeça desse moleque? As pessoas chegarem pra você e mostrarem o beco em que seu pai morreu.”

Naquela mesma semana, fui à reunião do CCS do 12º BPM. Queria observar como aquelas mortes seriam tratadas na reunião mensal do Conselho Comunitário de Segurança, órgão participativo que busca promover a “democratização” da política pública de segurança no estado do Rio de Janeiro, que conta com a presença de moradores e de autoridades públicas locais, incluindo representantes das polícias estaduais. Eu observei estas reuniões por mais de um ano durante a minha pesquisa.

PELOS GUERREIROS QUE TOMBARAM EM COMBATE

Àquela altura, as diferentes performances da polícia militar no Palácio já me intrigavam. Aquela polícia não era a *polícia do container*; pelo menos não condizia com o que eu tinha observado até aquele ponto. Sentada na *barraca* do Alberto no *Chapadão*, bem ao lado do

container, um ponto isolado no alto da *favela* onde fica também o campo de futebol, tinha me acostumado a ver os policiais de bermuda e chinelo, assistindo aos jogos, bastante relaxados. A *polícia do container* não circulava pelos *becos*, apenas pela rua principal da *favela*. Em dias comuns, a viatura subia sem assombro, acionando um alerta sonoro característico quando se aproximava da região da *boca de fumo*, parecendo querer anunciar a sua passagem. Essa harmonia de forças, sustentada pelos pactos da *sociabilidade violenta*, não era vista como negativa pelos moradores, como mencionei anteriormente, um vez que tinha significado a redução das tentativas de invasão da antiga *facção* do Palácio. A disrupção do cotidiano agora vinha dos GATs de fora, que entravam no Palácio em busca da produtividade, conhecida no jargão policial militar como a “meritória”¹⁰.

Fui à reunião mensal do Conselho Comunitário de Segurança (CCS) na semana seguinte em que ocorreu a morte na *Barreira*. Esperava ouvir alguma coisa sobre as mortes ocorridas no Palácio naquele mês. No dia marcado para a reunião, com a mesa posta, o presidente do CCS começou anunciando o Hino Nacional. Todos ficaram de pé; era assim em todas as reuniões. Em seguida, o presidente pediu um minuto de silêncio “pelos guerreiros que tombaram em combate”, se referindo aos policiais que foram mortos ou feridos naquele mês em “consequência da guerra social, da guerra urbana, do combate de guerrilha que infelizmente vivemos”, explicou ele. A pauta da reunião era o “aumento do roubo de cargas e a apresentação das estatísticas criminais”, segundo a convocatória. Várias ocorrências envolvendo “autos de resistência”¹¹ e “trocas de tiro” foram mencionadas, todas aclamadas pelos presentes como resultados positivos do trabalho policial.

Nas outras vezes em que tinha estado nessa reunião, o trabalho do então comandante da companhia responsável pelo Palácio tinha sido bem elogiado. Os indicadores acompanhados nas reuniões, à época, eram os mesmos listados pelo Sistema Integrado de Metas (SIM), projeto da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) que, até o ano de 2016, pagava prêmios em dinheiro aos policiais de batalhões responsáveis por reduções nos índices de ocorrência de crimes

10 Muito embora não necessariamente se refira a qualquer critério objetivo de aferição de performances, a expressão deriva da palavra “mérito” e é utilizada no jargão policial para se referir a todos os benefícios formais e informais auferidos pelo/a policial em decorrência de seu desempenho afinado às prioridades estabelecidas por comandantes e superiores hierárquicos, como folgas e prêmios em dinheiro.

11 Nas reuniões, tanto os policiais presentes, quanto a audiência civil e a presidência da mesa do CCS se referiam a expressão “auto de resistência”, uma nomenclatura que foi abandonada recentemente, em 2016, em razão da edição de uma resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal do Brasil, e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil. Em seu lugar, passou a adotar-se, no Registro de Ocorrência (RO), a terminologia “homicídio decorrente de intervenção policial”. Apesar da recorrência nas falas, nos gráficos apresentados nas reuniões do CCS a nomenclatura utilizada é a prevista naquela Resolução.

considerados prioritários¹². O SIM também acompanhava a letalidade policial, premiando os registros de redução dos homicídios decorrentes de intervenção da polícia; entretanto, pelos menos nas reuniões do CCS de Niterói, o aumento da letalidade, principalmente nas *favelas*, não causava assombro algum. Os comandantes de companhia mencionavam abertamente os *autos de resistência* ocorridos naquele mês como se parte fossem de sua *produtividade*. “Essa semana tivemos uma ocorrência de vulto no Preventório; uma guarnição do GAT atingiu um marginal que tentava se evadir passando de moto de uma comunidade para a outra”, disse um deles na ocasião. Relatos assim eram comuns. Todos destacavam ocorrências envolvendo mortes ocorridas em áreas de *favelas* de Niterói como “ocorrências de vulto”.

Igualmente comuns eram as felicitações que se seguiam a esse tipo de intervenção. “Gostaria de parabenizar o comandante [nome] pelo ótimo trabalho que ele tem desempenhado a frente da região; parabéns, comandante, pela ocorrência no Preventório”, disse um morador de São Francisco, bairro vizinho ao Morro do Preventório. Nenhum representante do Preventório fez qualquer comentário sobre o ocorrido. Lembro-me de ter visto duas pessoas da Associação do Cavalão; eu as conhecia, por isso as identifiquei, não porquê tenham se pronunciado na reunião. Ninguém do Palácio estava lá, disse eu tinha absoluta certeza. À despeito da ausência de suas lideranças, a *favela* era presença constante nas reuniões; não como voz autônoma e creditável, mas como autoria usurpada, imagem imposta de fora. Sua presença nas reuniões servia para lembrar aos presentes da situação excepcional em que operariam as forças policiais, justificando sua forma de atuar na *favela* por meio da ideia de “ausência”, como se o “problema da favela” fosse a falta de Estado não seus excessos.

A PATAMO DO CAPITÃO E OS PORÕES DA PRODUTIVIDADE¹³

12 Segundo a Secretaria de Estado de Segurança do Rio (SESEG), o Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM) é um modelo de gestão por desempenho, que tem por objetivo desencadear ações integradas de prevenção e controle qualificado do crime, nas suas respectivas regiões, por meio do estabelecimento de metas para a redução da incidência de “indicadores estratégicos de criminalidade”. Os indicadores acompanhados à época eram letalidade violenta (homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, homicídio decorrente de intervenção policial e latrocínio); roubo de veículo e roubo de rua (roubo a transeunte, roubo em coletivo e roubo de celular).

13 Devido a posicionamentos assumidos em campo, a perspectiva da polícia sobre os eventos observados no Palácio acabou ficando muito restrita às observações *in loco* na *favela* e nas reuniões do CCS, e a conversas com colegas policiais, congregados em torno de grupos de pesquisa como o LAESP/UFF, Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública, coordenado por mim e pelo Professor Lenin dos Santos Pires, da Universidade Federal Fluminense. Incorporo a perspectiva da polícia e da política pública de segurança também a partir da minha significativa experiência na administração pública da segurança (2009-2014), bem como a partir de estudos anteriores, realizados com foco no público policial. Ver: (ALBERNAZ *et al.*, 2007; ALBERNAZ, 2009; 2010; ALBERNAZ & MUNIZ, 2015; ALBERNAZ, 2015a; 2015b).

A conflitualidade no Palácio só ganhava em proporções e a violência dos embates continuava a produzir suas vítimas. “Morreu um moleque”, avisa Wellerson no grupo de mensagens dos amigos do Palácio; “Outro?”, respondi, “sim; e parece que mataram um policial”, complementou ele em seguida. Outro membro do grupo envia uma foto do rapaz; ele aparentava ter, se tanto, 18 anos. “Tá cheio de polícia no morro”, avisou Wellerson, mandando a foto de uma rua de acesso ao Palácio (Nair Margem Pereira) com cerca de cinco viaturas de GAT estacionadas. “Balearam dois policiais!”. Logo em seguida, ele esclarece que nenhum deles tinha morrido, na verdade. Começam a chegar recortes de informes nas redes sociais sobre o “tiroteio no Palácio”. Chega então uma foto do rapaz morto no chão; ele era o quarto caso de homicídio decorrente de ação policial desde o início daquele turbulento ano de 2017.

Um dos rapazes comenta no grupo que “a polícia daqui [*polícia do container*] não sabia da operação”, afirmando em seguida que os policiais da “Destacada do Palácio” estavam reclamando que eram sempre “rendidos” pelas operações dos GATs de fora da *favela*. “Eu converso muito com polícia, então eles me explicam, os caras são da PATAMO¹⁴ do capitão, o capitão chega pra eles e diz ‘meu irmão, você tem que me trazer 5 mil, dá teu jeito’, e os caras tem que correr atrás, senão eles perdem o privilégio, entendeu?”, complementou. Ele menciona ainda uma prática que seria atribuída aos GATs.

“O negócio do Sílvio, aquilo foram os caras da PATAMO, eles mandaram um maluco armado que não era polícia pra dar o bote na boca e o cara acabou matando um morador, mas os caras já estavam na favela; a gente tava achando que era invasão, mas eram os caras da PATAMO; quando mataram o ‘frente’ aqui também, foi a mesma coisa, a gente achando que era invasão, mas era a polícia; e os polícia do container não sabem de nada, eles ficam rendidos”¹⁵.

Ser alocado em um GAT - assim como em outras modalidades de policiamento “produtivas” e, conseqüentemente, rentáveis - é uma posição bastante cobiçada nos batalhões de polícia militar do Rio de Janeiro. Existe todo um mercado em torno dessas designações; mercados de lealdades, reputações e de dinheiro, inclusive. Os policiais chegam a pagar para serem alocados nesses serviços. O também chamado “GAT do comandante” (ou “PATAMO do Comandante”), seja do batalhão, seja das companhias, é uma posição de grande prestígio nas unidades. “É o GAT que o comandante manda para resolver o que tiver que ser resolvido”, explicou-me um

¹⁴ Policiamento Tático Móvel, modalidade de policiamento assemelhada ao GAT.

¹⁵ Relato colhido em entrevista com um morador do Palácio. Estas (e outras) estratégias de produtividade são relatadas também pelo ex-praça da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Rodrigo Nogueira, em seu “livro de memórias” da época em que ainda era um membro ativo da corporação, “Como Nascem os Monstros”, editado em 2013, pela Topbook.

Coronel PM numa reunião do CCS em Duque de Caxias¹⁶. Além das escalas diferenciadas e as chamadas “folgas meritórias”, esse grupo afinado de pessoas é informalmente autorizado (e até estimulado) a recolher “espólios de guerra”¹⁷. A essa altura já se pode imaginar o quão cobiçada é essa posição pelos demais policiais, o que faz do “fogo amigo” ou “judaria interna”, como dizem, dimensões muito comuns da vida dos agentes nos porões da produtividade policial¹⁸.

Ao trazer essas histórias para presente o artigo, gostaria de chamar a atenção para a questão da centralidade da chamada “produtividade policial” como meta organizacional, objeto do esforço e da ação dos membros da corporação policial, e como horizonte motivacional dos policiais implicados em atividades consideradas finalísticas para a sua situação de trabalho¹⁹. No caso da atuação da polícia militar no Palácio, era patente o modo como os ganhos de produtividade estavam diretamente associados ao exercício de um mandato oficioso sobre a vida e a morte. O exercício desse poder funcionava como uma poderosa força de mercado, de precificação de “mercadorias políticas” (MISSE, 2010)²⁰, como o *arrego*, e para a coleta de *es-*

16 Na época, eu fazia uma pesquisa sobre a “economia dos homicídios” na região da Baixada Fluminense, nos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti, e tive que assistir as reuniões mensais dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) de ambos os municípios (ÁGUIDA; ALBERNAZ; GUILHERME; MARINHO, 2018).

17 A expressão “espólio de guerra” é elemento central do imaginário belicista e hipermasculinizado das organizações policiais fluminenses e constituem espécies de troféus e/ou prêmios tomados ilegalmente aos exércitos vencidos em situações de guerra. No caso das polícias, isso pode significar, por exemplo, a distribuição de dinheiro e outros objetos apreendidos entre os policiais diretamente envolvidos nas ocorrências, mas também rendimentos advindos da extorsão da própria população das favelas, consideradas territórios inimigos. Ao fim e ao cabo, o *espólio* pode ser tudo aquilo que o/a policial entenda possuir direitos em função de sua bravura e da “vitória sobre a morte” (cujo símbolo é a faca na caveira) em uma situação de conflito armado.

18 Segundo Leonardo Ramos (2017), “essa representação, que a figura de Judas empresta à categoria “judaria”, sugere que aquele que pratica a “judaria” trai um grupo de iguais, grupo que compartilha os mesmos valores e intimidades. Em se falando do contexto policial, seria alguém que, em tese, deveria comungar da mesma “ética policial”: um conjunto especial de regras e práticas que serve como fundamento para o exercício de uma interpretação autônoma da lei.” (LIMA, 1995, p. 35).

19 Segundo Howard Becker (2008), a polícia não nutre um interesse especial em reforçar o conteúdo das regras propriamente ditas; seu interesse é modulado por uma avaliação privada da importância dos vários tipos de regras e infrações, que diferem, muitas vezes, do que é entendido como relevante para o público em geral. Para essa avaliação, as prioridades institucionais, metas e valores corporativos seriam mais relevantes que a própria lei para explicar a decisão policial de reforçar ou não uma regra. Nas palavras do autor, “[o]s impositores [de regras], portanto, respondendo às pressões de sua própria situação de trabalho, aplicam as regras e criam outsiders de forma seletiva. Se uma pessoa que comete um ato desviante será de fato rotulada de desviante depende de muitas coisas alheias ao seu comportamento efetivo: depende do agente da lei sentir que dessa vez deve dar alguma demonstração de que está fazendo o seu trabalho a fim de justificar a sua posição; de o infrator mostrar a devida deferência ao impositor; de o intermediário entrar em ação ou não; e de o tipo de ato cometido estar incluído na lista de prioridades do impositor.” (BECKER, 2008, p.165-166).

20 Segundo Misse (2010), o conceito de “mercadoria política” foi proposto com o objetivo de “operar analiticamente essa variedade de trocas e negociações ilícitas que correspondem, em grande parte, às representações sociais de ‘corrupção’, ‘clientelismo’, ‘extorsão’, ‘tráfico de influência’, ‘fraudes econômicas’ etc. Em todos esses casos, tenho insistido sobre a necessidade analítica de se abstrair a dimensão moral para compreender esses processos

pólios e outras recompensas. No terreno, esses rendimentos estão ancorados em uma mecânica invisível de poder, amuralhada no cotidiano da *favela*, produzindo segregação como resultado do funcionamento de poderosas e obscuras forças de mercado. Nesses mercados, a *legalidade* e a *ilegalidade* funcionam de forma associada, produzindo e consumindo valores de maneira interdependente.

Obviamente, o ambiente de excepcionalidade criado por essa dinâmica tinha consequências dramáticas para os moradores do Palácio e de tantas outras *favelas*. A mais dramática delas, certamente, é sua alta exposição à violência letal; especialmente a juventude. Os moradores da *favela* podem ser mortalmente vitimados por esses conflitos mercadológicos violentos, seja pelas mãos dos grupos faccionais, seja da própria polícia. Neste último caso, as forças policiais têm atuado nas *favelas* e áreas periféricas da cidade munidas de uma espécie de licença para matar informal - embora amplamente aceita -, encontrando a legitimidade para suas ações sob o manto de um ideal de cidadania que esconde muito mais razões mundanas e particularistas para se agir em nome da sociedade.

A POLÍTICA DO COTIDIANO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS DESIGUALDADES

No meu trabalho, a construção do Morro do Palácio como um “lugar” (BOURDIEU, 1984, 1997, 2013) na paisagem *niteroiense* se deu de frente para o mar, em meio a aquinhoados e intelectuais, do convívio com heranças oligárquicas conservadoras e da atmosfera provinciana da cidade. “Foi essa cidade que fez essa favela”, disse-me uma liderança comunitária do Palácio. Além de olhar para a *favela* enquanto uma posição relativa na estrutura de distribuição de pessoas e propriedades na cidade de Niterói, minha pesquisa adotou a perspectiva de lançar sobre o cotidiano *palaciano* um olhar atento a sua dimensão política. Por conta dessa escolha,

sociais como mais uma forma, não exclusivamente econômica, de mercado ilegal. A minha insistência, nesse caso, decorre da constatação de que se trata, quase sempre, de transações que lesionam mais a moral pública que a privada, que atingem mais o Estado do que o indivíduo, e que aspiram a alguma legitimidade particularista ou, ao menos em certos casos, encontram alguma justificação moral ou neutralização da culpa. Ao atingirem o Estado, alcançam seja a sua soberania, seja o seu monopólio de regular o mercado econômico, administrar a justiça e criminalizar conflitos e cursos de ação com base no emprego legítimo da violência. Mas essa ofensa não ganha, no plano moral, a mesma dimensão que a lei lhe outorga. A distinção entre moral pública e moral privada não é sempre clara para os atores e oscila de acordo com os interesses em jogo, com base, num extremo, no ethos democrático moderno e, no outro extremo, simplesmente no ethos individualista egoísta.” (MISSE, 2010, p. 99).

ganhou destaque em meus argumentos o caráter perversamente banal da operação dos dispositivos de reprodução das desigualdades, em sua articulação com as táticas de sobrevivência da população *favelada*. Vistas também como formas de resistência criativa (DE CERTEAU, 1997)²¹, argumento que, em ambientes periféricos, em que as pessoas gozam de um *status* de cidadania igualmente precarizado²², as táticas de viabilização do cotidiano podem investir-se de uma dimensão conservadora que não deve ser desconsiderada.

No caso do Palácio, aqui olhado a partir da relação da *favela* com a sua *situação de vizinhança radical*, observei pessoas buscando emprego, se divertindo, os movimentos do comutar diário e as transformações na dinâmica de relações da *sociabilidade violenta*. Por meio da intensidade de histórias de vida, minha imaginação sociológica perseguiu ainda a ideia de que o Palácio, enquanto espaço segregado, era um lugar em que precariedades eram transacionadas como mercadorias. Busquei refletir sobre as trocas e os rendimentos advindos desses trânsitos como uma espécie de operação de câmbio, em que a diferença entre o valor das “moedas” em diferentes mercados e circuitos de circulação produziria (quando a operação era bem executada) em rendimentos políticos, econômicos e reputacionais para aqueles que operavam em seu limiar. No trânsito entre os mundos da “cidadania formal” e da “cidadania precária”, a ação da polícia - em especial, da Polícia Militar - desempenhava um papel crucial.

A fala de uma moradora antiga do Morro do Palácio é extremamente elucidativa nesse sentido.

A polícia que entra trocando tiro é outra polícia; os policiais daqui tomam o refrigerante deles, a água deles e quando dá 17h metem o pé. Os que rodam a favela, vem só fazer furdução. (...) Mas o que rola mesmo é até perigoso botar isso aí na sua pesquisa. Você tem ‘renda’ [arrego]? Se não, tem vamos trabalhar. Se não tem faz-me rir, começa a morrer gente”.

Ela me disse, explicando a relação entre a violência policial e o *arrego* na *favela*, uma

21 Utilizo aqui a discussão de Michel De Certeau (1997), com a diferenciação entre “tática” e “estratégia”. Apenas aquele que possui total domínio sobre seus recursos pode ter uma estratégia. Para os pobres e periféricos, portanto, as táticas operativas do cotidiano, segundo o autor, seriam “maneiras de fazer” que usam a economia cultural dominante segundo seus interesses próprios e suas próprias regras. Constituem práticas criativas por meio das quais os “usuários”, consumidores de cultura, se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.

22 Percorrendo as análises, pode-se perceber que utilizamos o termo “precariedade”, na presente etnografia, como sugerido por Pires (2017), como um termo polissêmico, que incorpora não só a situação de precariedade jurídica gerada pela “situação de posse”, mas de um regime ou conjunto progressivo de precariedades associadas - desparronizações, inconstâncias e desacreditações - que, em última análise, produz efeitos sobre o status de cidadania dos sujeitos.

relação direta de precificação e extração de valor. A *polícia do container* é a polícia dos pactos locais. Por estar precariamente instalada no topo do Palácio, vê-se impedida de “produzir”. O GAT, uma polícia que vem de fora, já não tem sua produtividade constrangida pelos mesmos pactos e usa a violência aberta para extrair rendimentos políticos, materiais e reputacionais do lusco fusco legal da *favela*. Os efeitos políticos dessa forma de atuação sobre o mundo da cidadania real²³ parece implicar a instauração de um estado de excepcionalidade constante, em que um Estado descredibilizado pode dar provas de sua força e materialidade.

Os impactos de precarização da violência armada sobre a *favela* incidem sobre o status de cidadania de seus moradores e sobre as condições materiais do espaço, como mencionado anteriormente. Mas nada me deixava mais impressionada do que as alianças perversas que essa violência construía no cotidiano *palaciano*. Do meu tempo no Palácio, a reação dos moradores e moradoras adultos da *favela* a erupção de mais aquele *ciclo de violência* era de uma naturalização impressionante²⁴. Parecia-me que algumas pessoas chegavam no limiar da culpabilização daqueles que tinham sido mortos. “Fulano deu mole”, ouvi diversas vezes²⁵. Dona Denise, cujo filho tinha sido expulso da favela pelo *movimento*, celebrava a morte dos *bandidos* em tom de confiança; “graças a Deus, minha filha, e quem entra pra essa vida sabe que é do jogo”, disse-me. A morte de Sílvio, primeiro jovem a ser fatalmente vitimado durante o *ciclo de violência* de 2017, sentado em frente ao bar de seu sogro, suscitou os seguintes comentários: “não, ele não era da boca; já foi né, tomou tiro, mas hoje ele só ficava moscando o movimento, tirando onda com a cara dos outros”. Por conta dessa proximidade e seus rendimentos reputacionais na *favela*, disseram-me, Sílvio teria sido compelido moralmente a intervir no episódio do “bote na boca do Palácio”, o que teria dado consecução a sua morte²⁶.

Em todos os *ciclos de violência* vividos no Palácio nos últimos dez anos antes do início da minha pesquisa, a violência policial tinha tido um papel a desempenhar, seja para a desestabilização de processos sucessórios internos do *movimento*, seja para as dinâmicas de alternância no domínio faccional sobre a *boca da favela*. Nas reuniões do Conselho Comunitário

23 A discussão teórica desenvolvida nesta seção toma emprestada a distinção entre os regimes de “cidadania formal” e a “política dos governados” ou “cidadania real” de Partha Chatterjee, que nos fala sobre as formas de apropriação, nos rincões “tradicionais” indianos, de “valores democráticos” trazidos pelo contato com a burocracia do Estado (CHATTERJEE, 2004).

24 Com as crianças era diferente. Elas me pareciam profundamente impactadas pelo medo, recusando-se a sair de casa, sobressaltando-se com o barulho de fogos, muitas apresentavam sinais de um trauma profundo.

25 Para a análise da categoria “deu mole” enquanto explicação nativa do infortúnio de moradores baleados e/ou mortos em confrontos armados entre policiais e traficantes em uma favela de Senador Camará, ver Borges (2019).

26 Ver relato em destaque nas páginas 11-12 no presente artigo.

de Segurança local (CCS12), estas mortes viravam reputação, capital político e bonificações. Na política eleitoral de Niterói, a violência podia se constituir em risco político, mas jogava uma mão obscura na criação e manutenção de “currais eleitorais” da pobreza na cidade. Minha experiência de campo no Palácio fez emergir o papel da violência sobre processos localizados de formação de Estado na relação entre a *favela*, uma ficção capturada de sociedade civil²⁷, mormente legitimadora da violência e dos objetivos das burocracias estatais, e o que chamei na tese de “forças do interesse público”²⁸.

No Palácio, a captura de um certo idioma de cidadania por uma poderosa ideia de Estado (ABRAMS, 1988) e seus meios de violência servia a lógica de reprodução do que chamei de “grupos dirigentes locais”²⁹. Essa miríade de interesses explorava a *ilegalidade* de áreas periféricas como o Palácio, instrumentalizando seus rendimentos em escalas de eventos conexos (REVEL, 1998)³⁰, em que o Estado, enquanto *força do interesse público*, era produzido na *favela* e produzia a *favela* num ciclo vicioso de mútua dependência. Pode-se dizer que esse processo cíclico faz avançar visões autoritárias que, em face do espetáculo da violência, exploram a predisposição de alguns de abrir mão de garantias e direitos (não dos próprios, obviamente), autorizando o avanço do campo estatal sobre as liberdades individuais em nome do medo; medo este reiterado e fortalecido pelas mesmas medidas tomadas em seu nome.

27 Lançando mão da discussão de Partha Chatterjee (2014), proponho que o “Estado”, ao recorrer à sociedade civil em busca da legitimação de suas ações na chave do interesse público, trata, em verdade, com grupos de elite modernos, isolados da vida popular mais ampla das comunidades, cercados de enclaves de liberdade cívica e lei racional (CHATTERJEE, 2014, p. 4).

28 Conjugado a lógica de reprodução dos *grupos dirigentes*, das oligarquias políticas e econômicas locais, aquilo que chamei na tese de “forças de interesse público” se refere a um conluio de atores institucionais simbólica e politicamente consagrados pelo poder ilocucionário do campo estatal de dizer o “interesse público”. Ao promover um projeto de cidade, em nome da qual exerceriam o seu poder, submetendo qualquer oposição em contrário, constituem formas ditas neoliberais de espacialização operando em uma área “conurbada” entre os interesses do Estado e do capital no que se refere ao desenvolvimento econômico e a regulação do mercado de trabalho da cidade de Niterói (ALBERNAZ, 2018).

29 A categoria é aqui tomada a uma discussão sobre as lógicas de sucessão de “grupos dirigentes” no Brasil, sendo tributária, em especial, da noção de “contra-elite” de José Murilo de Carvalho, autor que expõe magistralmente as facetas do conservadorismo no Brasil referindo-se a ação de grupos políticos que manobram para suceder o “grupo dirigente” no monopólio dos mecanismos de poder, com foco na manutenção do *status quo* (CARVALHO, 1996). Para um maior detalhamento da atuação política dos *grupos dirigentes* fluminenses e suas posições sobre temas como o fim da escravidão ou a proclamação da república, ver também Lemos e Do Couto (2012) e Fernandes (2016).

30 “O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise - ou, como muitas vezes se dirá nesse livro, de escala de observação - em que escolhermos nos situar. Fenômenos maciços, que estamos acostumados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles.” (REVEL; ABÉLÈ; LEPETIT, 1998, p. 13)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MERCADOS DA DESIGUALDADE E O GOVERNO DA (IN)SEGURANÇA

Qual é a política da segurança, para além da política de segurança pública? A polícia justifica sua existência profissional pela atribuição de fiscalizar e garantir a adesão dos indivíduos a um determinado regramento, seja ele legal ou consuetudinário. O imaginário que cultiva como linha de frente no combate ao crime, sua estrutura organizacional, seu treinamento, mecanismos de controle e parâmetros de avaliação e produtividade tendem a caracterizar a polícia como uma “burocracia de cumprimento da lei”. A lei, entretanto, não é capaz de antever todas as condutas concretas dos sujeitos, e a polícia, por sua vez, também não é sua mera replicadora. Seu espectro de intervenção (o que a polícia de fato faz) supera de longe o argumento que justifica a legalidade de suas ações e seus objetivos manifestos (BITTNER, 2003; LIMA, 1995, 2013; MUNIZ, 1999, 2006).

No caso do Morro do Palácio, uma *favela de Niterói*³¹, busquei apresentar os efeitos de repercussão da atuação policial para além de suas consequências imediatas sobre o cotidiano dos moradores e moradoras, explorando sua dimensão política e seus potenciais rendimentos econômicos, entre o legal e ilegal. Nesse sentido, busquei destacar o papel da segurança no funcionamento de dispositivos de reprodução da estrutura das desigualdades e seus rituais de desigualação em sua operação insidiosa sob o manto da democracia participativa brasileira (DAMATTA, 1979; CARVALHO, 2001; AMORIM; LIMA; MENDES, 2005).

Essas forças de conservação na mudança, trabalhando fortemente ancoradas no cotidiano do Palácio, participavam da (re)produção do *status quo* da desigualdade social e da exclusão na cidade de Niterói. Em última análise, como mais tarde se tornou claro, a interação dessas forças resultava em uma elaborada técnica de governo (FOUCAULT, 2008a, 2008b), uma economia que tinha seu lado visível, beneficiando oligarquias políticas e econômicas, mas também jogava uma mão oculta nas sombras da ilegalidade, criando um ambiente lucrativo para todos os tipos de oportunistas da insegurança. Operando por meio de mecânicas de poder localizadas, esse dispositivo se beneficiava, como me referi, de uma espécie de idioma capturado de cidadania, na relação com uma sociedade civil mormente legitimadora da ação da polícia, que participava da construção de uma referência de interesse público que negava a participação dos

31 Para um relato sobre a formação das favelas de Niterói, ver Albernaz (2020). Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favelas_de_Niter%C3%B3i. Acesso em: 12 maio 2020.

moradores e moradoras do Palácio no mesmo universo de direitos que protegia as pessoas de fora da *favela*.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, P. Notes on the difficulty of studying the state. **Journal of Historical Sociology**, n. 1, v. 1, p. 58-89, 1988. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6443.1988.tb00004.x>. Acesso em: 01 fev. 2020.
2. ÁGUIDA, Juliana; ALBERNAZ, Elizabete; GUILHERME, Raquel; MARINHO, Leandro. Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, Mercado, Criminalidade e Poder. **Comunicações do ISER**, n. 71, ano 37, 2018. Disponível em: <https://www.iser.org.br/publicacao/comunicacoes/71/>. Acesso em: 15 maio 2020.
3. ALBERNAZ, Elizabete R.; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 39-52, 2007. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_04.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
4. ALBERNAZ, Elizabete. “**Deus e o Diabo na terra do sol**”: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. ALBERNAZ, Elizabete. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, p. 525-539, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a06.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.
6. ALBERNAZ, Elizabete; MUNIZ, Jacqueline. Moralidades entrecruzadas nas UPPs: Uma narrativa policial. **Cadernos Ciências Sociais**, v. 2, p. 115-151, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11976>. Acesso em: 05 abr. 2020.
7. ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa “política do cotidiano”. **Confluências, Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 17, n. 2, p. 86-99, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/viewFile/34493/19896>. Acesso em: 20 abr. 2020.
8. ALBERNAZ, Elizabete. “Faro Policial”: um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 39., 2015, Caxambu. **Anais...**, Caxambu:

- ANPOCS, 2015.
9. ALBERNAZ, Elizabete. **Palácios sem reis, democracias sem cidadãos**: política, cotidiano e a formação de mercados da exclusão em dois contextos do “sul-global”. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
 10. ALBERNAZ, Elizabete. “Favelas de Niterói”. Verbete. *In*: **Dicionário de Favelas Marielle Franco**. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favelas_de_Niter%C3%B3i. Acesso em: 29 mar. 2020.
 11. AMORIM, Maria Stella de; LIMA, Roberto Kant de; MENDES, Regina Lúcia Teixeira. **Ensaio sobre a igualdade jurídica**: acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.
 12. BITTNER, Egon. **Florence Nightingale procurando Willie Sutton**: uma teoria da polícia. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: EdUSP, 2003.
 13. BOURDIEU, Pierre. **Distinction**: A social critique of the judgement of taste. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
 14. BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, P. (Org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
 15. BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>. Acesso em: 29 mar. 2020.
 16. BORGES, Gabriel. **“Quantos ainda vão morrer, eu não sei”**: o regime do arbítrio, da cortiço, morte e a vida em um lugar chamado de favela. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
 17. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Teatro de Sombras. A política imperial. (2a ed. rev.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.
 18. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
 19. CHATTERJEE, Partha. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. Columbia University Press, 2004.
 20. CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. “BASTA TÁ DO LADO”- a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 99-116, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0099.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.
 21. CHATTERJEE, Partha. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in

- most of the world. Columbia University Press, 2004.
22. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Rocco, 1979
 23. DAS, Veena *et al.* Anthropology in the Margins of the State. **PoLAR**: Political and Legal Anthropology Review, v. 30, n. 1, p. 140-144, 2004. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f40e/4e99a2a660dc9958374056462d884f52aa3c.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.
 24. DE CERTEAU, Michel *et al.* **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
 25. FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 10, n. 17, p. 277-301, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/910>. Acesso em: 08 maio. 2020.
 26. FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
 27. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
 28. LEMOS, E. NETO DO COUTO, Renato Luís. Como o Açúcar no Café: escravidão, ideologia e política no republicanismo fluminense. *In*: CÔRTE, Andréa Telo de. (Org.). **História Fluminense**: novos estudos. Niterói: Centro de Estudos de História Fluminense, 2012.
 29. LIMA, Roberto Kant de. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1995.
 30. LIMA, Roberto Kant de. Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. **Dilemas**, v. 6, n. 4, out./nov./dez., 2013. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5326/1/artigo_kant_revista_dilemas_0.pdf. Acesso em: 08 maio 2020.
 31. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1015.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.
 32. MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, n. 2, p. 89-107, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7029>. Acesso em: 05 mar. 2020.
 33. MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano

- da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
34. MUNIZ, Jacqueline. **Discricionariade policial e a aplicação seletiva da lei na democracia**. Algumas lições extraídas de Carl B. Klockars”. São Paulo: NEV-USP, 2006.
 35. NOGUEIRA, Nogueira Batista. **Como Nascem os Monstros**: a história de um ex-soldado da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.
 36. PEIRANO, Mariza. **A Teoria Viva**: E Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
 37. PIRES, Lenin. Precários e perigosos: possíveis relações entre formalidade e informalidade em processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. *In*: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. D. (Eds.) **Disputas em Torno do Espaço Urbano**: Processos de Produção /Construção e Apropriação da Cidade. Salvador: Editora UFBA, 2017, p. 335-352.
 38. REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
 39. RAMOS, Leonardo dos Santos. **Entre a “judiaria interna”, a “pista salgada” e o “medo de se entregar”**: uma etnografia das representações de medo entre policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Segurança Pública) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Elizabeth Ribeiro Albernaz

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Pós-doutorado pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) e Visiting Researcher na University of the Witwatersrand. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3083-1473>. E-mail: betealbernaz@gmail.com.

Ladrões e Caçadores: Sobre um Carro Roubado em São Paulo¹

Thieves and Hunters: On a Stolen Car in São Paulo

Gabriel Feltran

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil

Deborah Fromm

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

Trabalhos seminais como os de Knowles (2014) e de Tsing (2005) elevaram a tradição do estudo da trajetória de objetos a uma escala transnacional, e teoricamente inovaram ao focar não apenas nas jornadas como conectores fundamentais para a compreensão do mundo social, mas nos efeitos teóricos dessa operação metodológica. Para muito além da ideia de fluxos, assemblages e linhas de força descarnadas, as autoras propõem uma teoria imersa em situações empíricas concretas. Neste artigo, buscamos analisar as relações entre violência, mercados ilegais, desigualdades, seguro e proteção patrimonial, a partir da trajetória de um carro roubado, recuperado por uma das principais seguradoras do país.

Palavras-chave: Violência, Mercados ilegais, Desigualdades, Seguro, Proteção patrimonial.

ABSTRACT

Seminal works such as Knowles (2014) and Tsing (2011) elevated the tradition of studying the trajectory of objects towards a transnational scale, and theoretically innovated by focus in fundamental connectors for understanding the social world, but on the theoretical

¹ Agradecemos a Luana Motta, André de Pieri, Janaina Maldonado, Isabela Vianna, Gregório Zambon, Lucas Fernandes, Juliana Alcântara e Luiz Gustavo Pereira pela parceria na pesquisa que embasa essa reflexão. O projeto de pesquisa teve apoio da FAPESP nos marcos do CEPID CEM (2013/07616-7).

Recebido em 13 de maio de 2020.
Avaliador A: 21 de junho de 2020.
Avaliador B: 01 de julho de 2020.
Aceito em 26 de agosto de 2020.



effects produced by this methodological operation. Beyond the idea of flows, assemblage and lines of force, the authors propose a theory embedded in concrete empirical situations. In this article, we propose to analyze the relationship between violence, illegal markets, inequality, insurance and social protection, based on the trajectory of a stolen car, recovered by one of the main insurers in the country.

Keywords: Violence, Illegal markets, Inequality, Insurance, Social protection.

INTRODUÇÃO

Estudar a vida social de objetos é uma tradição metodológica já consolidada nas Ciências Sociais (APPADURAI, 1986, 1997; FREIRE-MEDEIROS; MENEZES, 2016; HENARE; HOLBRAAD; WASTELL, 2006; KNOWLES, 2014; KOPYTOFF, 2014; LATOUR, 2005; MILLER, 2001, 2010; MINTZ, 2003). Mas não apenas nelas: “seguir o dinheiro”, por exemplo, é um dos métodos mais consolidados também nas investigações policiais dedicadas a compreender a operação de redes complexas do que se chama de “crime organizado”². Recentemente, trabalhos seminais como os de Knowles (2014) e de Tsing (2005) elevaram essa tradição a uma escala transnacional, e teoricamente inovaram ao focar não apenas nas trajetórias ou jornadas como conectores fundamentais para a compreensão de um mundo social globalizado, mas nos efeitos teóricos da operação metodológica por elas empreendida. Para muito além da ideia de fluxos, assemblages e linhas de força descarnadas, as autoras propõem uma teoria imersa em situações empíricas concretas. E, portanto, muito plurais.

No debate sobre as mobilidades (FREIRE-MEDEIROS; TELLES; ALLIS, 2018; MARTINS JUNIOR, 2015; URRY, 2002, 2004, 2010), a contribuição de Amit e Knowles (2017) propõe a noção de “tacking” como um frame produtivo para assumir a importância da *improvisação* cotidiana de atores, dominantes ou subalternos, na construção de suas próprias possibilidades de atuação no tecido social. Essa improvisação teria elementos como *inventiveness*, *timing*, *the unexpected* e seria uma forma recorrente, embora pouco discutida, pela qual os sujeitos contemporâneos navegam por suas vidas cotidianas³. Oportunidades de sobrevivência

2 Uma linha de estudos etnográficos sobre o mundo do crime, no Brasil, se construiu em oposição à noção normativa e jurídica de crime organizado (BIONDI, 2018; FELTRAN, 2016; HIRATA, 2010; TELLES, 2010).

3 Embora Georg Simmel não esteja no quadro fundamental de referências das autoras, a abordagem proposta por elas pode ser relacionada diretamente ao que o Simmel teoriza (SIMMEL, 2010), bem como aos resultados dessa

e negócio, geração de renda, mobilidade e produção de formas de vida seriam, em boa medida, também resultado de improvisação situacional frente a barreiras e problemas cotidianos, muito diversos, porque o mundo tem mudado rapidamente.

A noção de “tacking” é ainda mais útil quando se trata de estudar circuitos criminalizados, como fazemos neste artigo. Ao contrário de outros mercados, nos quais fazer propaganda e marketing são fundamentais, no mundo ilegal manter-se operando em sigilo é “a alma do negócio”. Como a repressão é sempre potencial, é preciso também diversificar as rotas, esconder os armazéns, modificar os caminhos e trocar as senhas (mas também os chips e aparelhos de telefone celular, os endereços e as roupas, cabelo e visual, e às vezes a própria fisionomia). As circunstâncias mudam ainda mais rápido, nos mercados ilegais, e toda e qualquer ação pode estar sendo vigiada pela polícia, ou por rivais, inimigos.

Além disso, na esfera criminal muitas vezes não há qualquer estabilidade garantida por uma burocracia, ou informações confiáveis disponíveis aos operadores. Por isso mesmo, estimula-se a organização horizontal. As facções criminais, máfias, cartéis e gangues são uma forma de produzir ambientes internos de confiança, funcionando como instituições sob lógica de honra, estamentais. Seja com que intensidade for, as habilidades de inventividade, timing e de lidar com o inesperado, como Amit e Knowles (2017) propõem, estão na base da operação dos estímulos e dos entraves à circulação global contemporânea de mercadorias, serviços, pessoas.

Como a instabilidade se amplia no mundo contemporâneo – vide os efeitos da expansão do Covid-19 em 2020 – as circunstâncias e a definição das situações é, quase sempre, contingente. A capacidade de improvisar e adaptar-se é uma das virtudes mais prezadas pelas instituições e mercado de trabalho contemporâneos; não é diferente nos mercados (i)legais. Metodologicamente, considerar o *tacking* cotidiano como estruturante da ação dos operadores é mais realista do que partir de quaisquer teorias racionalistas ou estruturalistas. Ao mesmo tempo, os efeitos dessas improvisações produzem estruturas bastante rígidas de desigualdades, e muita especificidade na disposição da violência (FELTRAN, 2012).

Os atores improvisam, mas sempre muito constrangidos; ao improvisarem, criam soluções e inovações, rompem padrões, mas não o fazem livremente. Um olhar de longa duração vê a reprodução do mesmo conflito urbano capitalista já muito conhecido das teorias clássicas, mas agora sob uma pluralidade enorme de formas de vida, e de ordens de governo do urbano, contemporâneas. Atores movem-se e produzem suas histórias desiguais, mas dentro das balizas plausíveis, possíveis, oferecidas por cada momento histórico, cada espaço, ou seja, por cada si-

produção, tanto no clássico de Goffman (2016), quanto depois em (CEFAÏ; GARDELLA, 2011).

tuação, entendida como parâmetro situado de estruturação social. A tendência dessa construção, sem dúvida, aponta para um mundo social crescentemente desigual, e crescentemente violento.

Da mesma forma, é longa a tradição de estudos sociológicos amparados em histórias de vida (ARENDR, 1994; BERTAUX, 1981; FOUCAULT; BARBIN, 1980; LEWIS, 1961) e trajetórias (BOURDIEU, 1986, 2004; CABANES, 2004; TELLES, 2010). O encontro situacional em pesquisa etnográfica também rendeu narrativas profícuas na antropologia, sobretudo as que colocam em relação as histórias de vida de pesquisadores e de seus interlocutores (DAS 2006; FELTRAN 2017). Nesse sentido, autobiografias e biografias tornam-se geradoras da unidade analítica a ser trabalhada nesse artigo – as *journeys* dos carros roubados ou furtados, bem como de seus proprietários e ladrões (BOURDIEU, 1986, 2004, 2011).

LADRÕES

Ainda antes do almoço, mas agora na Zona Oeste da capital, João, um profissional de 35 anos, casado, teve seu Hyundai HB20, 1.0, 2014 furtado, depois de estacionar próximo à movimentada estação da CPTM de Presidente Altino, em Osasco. Ladrões experientes sabem que, uma vez que o dono do carro tenha entrado no transporte público, haverá tranquilidade e tempo hábil para praticar o furto. João vive no Parque Continental, bairro residencial, vizinho à estação. Não tem filhos, trabalha numa multinacional do agronegócio, na área de “novos negócios”. Formado em agronomia, vindo de família de classe média branca de uma pequena cidade interior, João sempre demonstrou entender sua posição na estratificação social, e suas responsabilidades com os pais, pouco escolarizados, que juntos ganham dois salários mínimos mensais. João – rapaz loiro, olhos claros, alto, bem empregado – sabe que está com ele a responsabilidade pela manutenção do bem estar da família ampliada.

Aos 17 anos mudou-se para a casa de parentes em São Paulo, para fazer cursinho privado na cidade grande. Com o apoio de um tio, que tinha uma situação melhor de vida, conseguiu se dedicar e foi aprovado em uma universidade pública, no interior. João dosou as festas universitárias e os estudos com equilíbrio, e se formou aos 22. Postulou para estagiário na Chemical Agro por intermédio de um professor. Desde então atua na empresa, tendo tido duas promoções: uma delas o levou a viver por um ano no sul do país, a outra o trouxe de volta a São Paulo.

Naquela terça feira, João tinha respondido aos seus e-mails e trabalhado de casa, por telefone, logo cedo. Tinha agora dois clientes para visitar na Zona Norte da cidade, o primeiro

ainda antes do almoço, o segundo logo depois. Pensou que, se essa segunda visita atrasasse, ele teria que esperar o final do seu rodízio⁴, às 20h, para voltar para casa. São Paulo tem um sistema de rodízio de veículos em horários de pico, das 7h-10h da manhã, das 17h-20h da noite. As placas com final 4, como a de João, não podem circular às terças, nesses horários. Por isso, João preferiu dirigir até a estação de trem. O caminho até a zona norte seria mais demorado, menos confortável, mas evitaria o trânsito da volta. Tudo bem.

Grandão vestia bermuda, chinelos, agasalho, boné de aba reta e capuz nesse dia. É um homem corpulento, também com 35 anos, negro, acima do peso, cavanhaque bem cortado. Na quebrada é conhecido como boa vida, sempre sorridente em seu GM Omega, 1998, prateado, rebaixado, rodas de liga leve, com adesivos de equipes de som. Sua família é conhecida no bairro pelo envolvimento com o mundo do crime. Sua mãe toca uma pequena venda informal, no fundo da casa, que conheceremos mais tarde. Nesse dia, Grandão também saiu cedo para “trabalhar”, como ele diz, e vinha acompanhado de um parceiro, moleque novo, Wellington. Os dois vieram do extremo Oeste da Região Metropolitana, Jandira, de GM Corsa. Grandão nunca usa seu Omega quando vai trabalhar. O parceiro Wellington era novato, trazido para assistir a ação, aprender como se faz, e levar o carro até o local de descanso.

Grandão é bem mais experiente que Wellington, e muito mais rápido; Grandão dá uma volta rápida em torno do HB20 que visava, indo e voltando pela rua, certificando-se de que não está sendo observado. Sente-se seguro, vai até o veículo e, em não mais de três segundos, abre a porta do carro com uma chave micha. Abre a porta do motorista e senta-se no banco do motorista, com uma perna para fora. Nem mesmo fecha porta, e já destrava o capô. O HB20 pisca, começa a buzinar, mas por pouquíssimo tempo. Grandão abre o capô pela frente, desliga a buzina em mais três segundos. Faz-se silêncio. Então ele troca o módulo de injeção do veículo, também muito rapidamente. Muita prática, vê-se que ele faz isso seguidamente. Grandão deixa a porta aberta, e chama Wellington, que dá partida e segue o GM Corsa dirigindo o HB20 furto. A ação não durou mais do que dois minutos. Em entrevista, Grandão nos conta que “puxa” de 8 a 10 carros por semana, em geral um de manhã, outro de tarde, nos dias úteis. Fala com a sensação de que furto é uma tarefa simples, conta como se faz com carros *keyless*: “quanto mais tecnologia, é mais fácil pra gente”.

João não se desespera quando retorna do metrô às 15h, um pouco antes do planejado, e não encontra seu HB20 estacionado. Depois de segundos, parado na calçada, pensando se tinha

4 Em São Paulo, na intenção de diminuir trânsito e poluição, desde os anos 1990 é feito um rodízio de veículos pelo número da placa. Na região delimitada como centro expandido, limita-se a circulação de dois finais de placa em um determinado dia da semana. Dessa forma, em horários de pico, retira-se 20% da frota da circulação.

mesmo parado ali, disfarça e pega o celular. Encosta numa árvore, sem se preocupar em sujar a camisa branca bem passada que vestia, por dentro da calça social azul, sapatos pretos. João tem seguro, está ligando para a Alvorada, sua Seguradora, e é atendido prontamente. Explica a situação, a atendente⁵ pergunta se ele está bem, se não houve violência, ele explica que não. Ela informa que João pode fazer o Boletim de Ocorrência online, não precisa ir para a Delegacia. Com o B.O. em mãos, ele poderia enviar o documento diretamente para a seguradora, ou para seu corretor de seguros, e o caso seria avaliado rapidamente. Normalmente, a indenização não demoraria. Ela envia por SMS um link com o passo a passo, perguntando ainda se João quer um táxi para voltar para casa. A apólice cobre esses serviços, ela relembra.

Enquanto espera para ver se o carro é recuperado, ou se deverá comprar outro, João poderá usar um carro reserva por quatro dias. Ótimo. João fica satisfeito com o atendimento, dá nota 10 ao final da ligação. O furto não lhe estressa tanto, é encarado como um contratempo. João desmarca uma conversa por telefone que teria no final da tarde com o chefe, conta a história rapidamente, diz que vai ter que encaminhar essas coisas. Vida na metrópole tem disso, sem problema. Pelo celular, ele resolve o que tem que resolver em mais 15 minutos, já sentado em uma lanchonete tomando uma Coca-Cola, comendo um misto quente. Mais cinco minutos, e recebe uma ligação da Polícia Civil para confirmar a veracidade do B.O. Só então ele liga para sua noiva, Marcella, que faz perguntas parecidas com as da Seguradora, mas com mais intimidade.

João tem projeto de se casar e ter filhos com Marcella, economista formada pela mesma universidade pública em que ele estudou, filha de pequenos empresários do ramo de sorvetes, também do interior. O casal pensa em voltar para o interior e assumir os negócios da família. Mas isso vai depender das oportunidades de João. Ele sente-se, ainda, começando sua vida profissional e vislumbra crescimento; teve um convite para atuar no mercado financeiro. Estudou a proposta, mas seguiu na Chemical Agro, que lhe dava mais segurança. Quem sabe logo pode deixar de viver com o tio, e mudar-se para um bairro mais tranquilo quando se casar e as crianças vierem. “Que vacilo parar o carro perto da estação”, ele pensa. “Tem uma favela logo ali do lado...” “Pois é,” Marcella replica, “mas na verdade poderia ter sido pior, por isso mesmo”.

Eles concordam, enquanto conversam, que foi uma sorte não terem sido vítimas de um roubo violento. Graças a Deus, tudo está bem. O HB20 tinha seguro. “Acaba que vamos receber até um pouco mais do que ele valia no mercado”, diz Marcella. Tudo bem, João pega o táxi de

5 A atendente da Alvorada Seguros se chama Bianca, 18, moradora da favela de Presidente Altino, negra, com ensino médio concluído há dois anos. Ela está guardando dinheiro para sair com sua filha da casa dos seus pais. A mãe está cuidando da pequena Luiza, o pai aparece de vez em quando, tem 21 anos, paga uma pensão. Bianca prefere que ele não veja a menina, está “envolvido com drogas”, como ela diz.

volta para casa, pensando no próximo carro que vai comprar, com o dinheiro da indenização. Grandão e Wellington também voltam para casa, depois de deixarem o HB20 estacionado em uma rua mais afastada de Osasco. Wellington estaciona o veículo e anda dois quarteirões, em uma esquina não muito movimentada, esperando que Grandão passe para levá-lo. Metade da missão daquele dia já estava cumprida.

João e Grandão têm a mesma idade, vivem na mesma zona Oeste das periferias da maior metrópole da América do Sul, mas jamais se encontraram pessoalmente. João, como a grande maioria dos que desconhecem o mundo do crime, acha que seu HB20 foi levado para a garagem de quem o subtraiu. Não sabe, como Grandão e Wellington, que o mercado de veículos é altamente especializado, com divisão de tarefas notável, e que seu carro rapidamente sairá da mão dos que o furtaram.

João foi furtado, não roubado. Há uma diferença determinante entre roubo e furto: o emprego de violência. Violência, nesse artigo e na tradição de estudos que o embasa, tem um sentido descritivo preciso; violência é o uso da força, ou de ameaça de usar a força que provoque efeito similar ao seu emprego efetivo (MISSE, 2006). Apontar uma arma e dizer para a pessoa entregar o carro é ainda mais persuasivo do que retirá-la à força de dentro dele. Nos furtos, ao contrário, a subtração do veículo se faz sem ameaças, sem armas e sem a presença do condutor. Nos roubos, ladrões e condutores interagem face a face, há sempre ameaças por parte do ladrão, que normalmente, mas não sempre em São Paulo, porta uma arma de fogo leve.

A tipificação de roubos e furtos que utilizamos aqui é parecida com a do Código Penal brasileiro. No entanto, é preciso ir muito além dele para que possamos entender as diferentes composições dos circuitos de roubo, e dos circuitos de furto, para o mercado ilegal de veículos em São Paulo. Essas diferenças partem das técnicas empregadas e do perfil dos ladrões, mas condicionam também as diferentes jornadas posteriores dos carros subtraídos. O furto de carros é, como veremos, “limpo”. É o ponto de chegada do processo de profissionalização de ladrões e dos mercados ilegais de veículos. Quase sempre, entretanto, as trajetórias desses ladrões se iniciam no circuito de roubos violentos, muito mais perigosos para as vítimas e, sobretudo, para os ladrões.

CAÇADORES

Vistos pela ótica do setor de seguros, o fenômeno do roubo e do furto de carros, para além de um “problema de segurança”, passa a estar inserido no que autores influentes têm chamado de um processo de “economization of uncertainty” (O’MALLEY, 2004), concebido como mecanismo central de reprodução do capitalismo contemporâneo:

When **uncertainty** is standardized, homogenized and made calculable, it can be given a price and it can be bought and sold. Not only has it been economized, **it has been made into essential commodity of current capitalism** (LEHTONEN; VAN HOYWEGHEN, 2014, p. 1, grifo nosso).

De um lado, as apólices de seguro buscam minimizar e domesticar as incertezas tanto para o segurado, quanto para a seguradora. De outro lado, a incerteza, que seria uma ameaça, é convertida em uma oportunidade de bons negócios e lucros futuros. “Insurance should be considered as an uncertain business” (ERICSON; DOYLE, 2004, apud LEHTONEN; VAN HOYWEGHEN, 2014). “Insurance is also and always about proliferating and taming uncertainty.” (LEHTONEN; VAN HOYWEGHEN, 2014).

Este artigo aborda as respostas do mercado segurador ao roubo de automóveis em São Paulo. Respostas, estas, pautadas pela tentativa de reparação econômica dos clientes frente aos danos gerados pelos eventos ilegais. As respostas da Alvorada Seguros serão nosso ponto de partida empírico. A companhia deve reparar os prejuízos econômicos das partes lesadas e, ao ser acionada por João, proprietário do HB20 furtado por Grandão, investiga o caso. Não tendo comprovado fraude, a Alvorada se responsabiliza pelo pagamento da indenização, ou pela recuperação e devolução do veículo para o segurado, caso este esteja em perfeitas condições.

Nosso argumento aqui diz respeito aos imbricamentos do legal-ilegal, a partir da constatação da produtividade social e mercantil do roubo de carros. Demonstramos como, de modo atrelado à “Robauto”, como é reconhecida entre operadores a indústria de carros roubados de São Paulo, e graças à mediação do seguro, desenvolve-se uma série de outras atividades e circuitos econômicos altamente lucrativos, tais como o *rastreamento e recuperação de veículos*, as *tecnologias de segurança e monitoramento* e, no limite, a *amplificação do faturamento* da indústria automobilística.

Ao mesmo tempo em que fomenta mercados, a mediação dos seguros no mercado veicular produz um esquema de racionalidade que conecta proteção patrimonial e acumulação de recursos, dimensões articuladas de um mesmo negócio, concebido como passível apenas de

regulação por uma companhia privada. Assim, proteção e seguro, dimensões fundamentais da própria consolidação da racionalidade previdenciária do Estado de Bem Estar, que estiveram na base da construção da própria ideia de direitos e de mundo público, durante o século XX, passam agora a ser concebidas como centralmente afeitas aos mercados, alavancando sua acumulação.

O seguro pensado como segurança desloca, ainda, o problema da punição aos ladrões, para uma racionalidade pragmática de reparação. A segurança proposta pela seguradora, ao contrário daquela que seria função de polícia, não se preocupa em perseguir ou punir. Não há reação moral ao roubo. O modelo de justiça posto em marcha pela Alvorada não emula, tampouco, o sistema jurídico estatal (EWALD, 1986, 1991). Independente do responsável pelo dano, se não há fraude, a indenização será paga. A reparação é econômica, e é possível precificar riscos, indenizações, bens e sujeitos (ZELIZER, 2017).

A racionalidade das seguradoras é direta: elas compram o risco e vendem a garantia de proteção, caso o infortúnio aconteça. Se não tivesse seguro, talvez João se desesperasse ao constatar o furto. Tendo, por outro lado, ficou tranquilo e, conversando com sua esposa, constatou que ter tido o carro roubado tinha sido até um bom negócio; os valores das indenizações praticadas pelas seguradoras costumam ser maiores do que os preços médios praticados no mercado de carros usados.

Seu Cláudio não tinha seguro. Mas quando João percebeu que seu HB20 2014 fora furtado, suspirou aliviado ao lembrar que havia renovado a apólice de seu seguro poucas semanas antes. Foi justamente o risco de ter o seu carro roubado, ou de sofrer um acidente de trânsito, o que sempre o motivou a manter em dia o pagamento do prêmio para a Alvorada Seguros. Quando não encontrou mais o HB20 na rua, e viu que o risco tinha se tornado realidade, João sentiu que sua postura preventiva havia valido à pena. A vida em grandes centros urbanos tem infortúnios, é bom estar preparado para eles⁶.

Vimos que a primeira medida de João, ao constatar o furto, e ainda de pé frente à vaga que havia estacionado, foi entrar em contato com a Alvorada Seguros, pelo Call Center da companhia. Uma atendente direcionou rapidamente o caso para a Central de Rastreamento e Monitoramento da seguradora, localizada em São Paulo, via e-mail. Esse setor da empresa,

⁶ Diferentemente de diversos países europeus, o seguro de automóvel não é obrigatório no Brasil. Proprietários de veículos apenas devem pagar, anualmente, o chamado DPVAT (a sigla significa Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres), conhecido como “seguro obrigatório”, voltado apenas para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, independente do responsável. Danos aos veículos ou ao patrimônio de terceiros não estão cobertos; trata-se de um seguro social administrado por um consórcio entre seguradoras privadas.

uma das líderes no ramo de automóveis no Brasil, é responsável pelas buscas e recuperação de veículos roubados e furtados, assegurados pela companhia. O setor trabalha tanto com veículos que possuem dispositivo de rastreamento instalado, quanto com os que não possuem. No Brasil, e principalmente em São Paulo, o roubo de carros é uma preocupação central das seguradoras, que têm investido recursos e desenvolvido tecnologias para o rastreamento e monitoramento das propriedades de seus clientes, mas também deles mesmos.

O setor segurador estima que oito em cada dez veículos roubados ou furtados em São Paulo tenham cobertura de seguro. Ladrões visam carros mais novos, com poucos anos de uso. Apenas o grupo segurador Alvorada tem, em média, 100 sinistros de roubo ou furto de carros por dia, no Brasil. Mais de 12 mil carros das três marcas que compõem esse grupo de seguros desaparecem, anualmente. A média de recuperação de carros roubados e furtados pelo grupo é de 50%, e pode aumentar para 90% se os carros tiverem um dispositivo de rastreamento instalado pela empresa. O grupo segurador Alvorada possui 5,5 milhões de carros segurados no Brasil, dos quais 300 mil possuem rastreadores instalados. O HB20 de João era um destes, porque o modelo é muito visado. Em 2017, estimava-se que a cada 69 Hyundai HB20 segurados, um é roubado/furtado no país⁷. A média geral das seguradoras é de 100 veículos segurados para cada roubo ou furto.

Na Central de Monitoramento da sede da Alvorada Seguros, uma equipe composta por aproximadamente 20 técnicos, sentados com computadores individuais em uma sala ampla, todos direcionados para uma TV de plasma pendurada na parede, consegue visualizar os sinistros e as respectivas cidades e estados em que ocorrem, em tempo real. Os sinistros mais recentes aparecem em vermelho, os mais antigos em amarelo e os que acabaram de ser solucionados, em verde.

Após receberem o e-mail de Bianca, os dados do HB20 2014 de João (placa, cor, chassi e a rua onde ocorreu o furto) foram imediatamente compartilhados pela equipe da Central com seus motoqueiros, através de um grupo de WhatsApp. Os motoqueiros que estavam mais perto do local do furto, na Estação da CPTM de Presidente Altino, em Osasco, poderiam dar início às buscas pelo veículo. O procedimento é sempre esse. Nas ruas da Região Metropolitana de São Paulo, a Alvorada conta com 35 *pronta-respostas*, rapazes que buscam os carros com sinal de rastreador; e 25 *caçadores*, os que recuperam carros sem rastreador, por possuírem mais experiência na atividade. Geralmente, os caçadores e pronta-respostas se dividem em duplas, trabalham com motos deles mesmos, e ficam responsáveis por determinada região da cidade.

⁷ Segundo dados da SUSEP, em 2017, haviam 131.919 unidades e 1911 foram roubadas/furtadas.

Douglas é, há um ano, um desses *pronta-respostas* da Alvorada Seguros. Através de seu smartphone, pelo grupo de Whatsapp da equipe, o motoqueiro viu que o furto do HB20 de João ocorreu na sua região de atuação. Por isso, foi acionado pela central. Douglas faz as buscas pelas periferias da zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo, onde nasceu e mora até hoje. Antes, trabalhava como motoboy, fazendo entregas por toda a cidade. Em entrevista, Douglas disse preferir seu atual serviço, pois considera mais tranquilo e consegue receber um pouco mais. Em média, recuperando veículos ele consegue ganhar 3,8 salários mínimos por mês. É trabalhador autônomo e presta o serviço para a seguradora através de contratos temporários, renováveis a cada três meses. Não possui vínculo empregatício com a empresa e, portanto, não tem direito a férias, 13º salário ou outros benefícios.

Sua rotina é acordar bem cedo e sair de casa às 6h da manhã para fazer uma varredura pela região. Este procedimento é chamado de “romeu” pela equipe. Diz preferir sair cedo, para que circule antes de seus vizinhos, ladrões de carros, acordarem. De manhã, ele roda avenidas e vielas onde sabe que os ladrões costumam deixar “descansando” os carros que roubaram ou furtaram. Algumas características o fazem considerar o veículo como “suspeito”: modelo de carro fora do perfil socioeconômico do bairro (ele deu o exemplo de um BMW de luxo na favela); painel estourado (os ladrões costumam pendurar a sacolinha do lixo ao lado do volante para esconder que o painel está estourado, isso é um indício para os recuperadores); airbag estourado; carro sujo, mal estacionado ou sem rodas. Quaisquer desses indícios levam Douglas a checar a placa do carro num aplicativo do governo federal, chamado SINESP Cidadão. Trata-se de um aplicativo com acesso público e gratuito que indica a qualquer cidadão, por simples consulta de placas, que veículos foram roubados, furtados ou clonados. A partir de seu próprio celular, portanto, Douglas consegue saber se o carro está “cantando”⁸, como ele diz.

Assim que acionado para um caso, o *pronta-resposta* recebe US\$ 6,5 para cobrir os custos com combustível. Douglas roda aproximadamente 70 km por dia, o que lhe rende um custo com combustível de quase 0,5 SM⁹ por mês, pago integralmente pela seguradora. Quando recupera um carro, recebe 0,18 SM (com rastreador) e 0,26 SM (sem rastreador). Sua meta é sempre recuperar, no mínimo, 15 carros por mês. Após a varredura matinal, Douglas costuma voltar para almoçar em casa e, de tarde, sai apenas se for requisitado pela central para encontrar

8 Termo usado pela equipe para se referir aos carros que foram roubados/furtados e a polícia já tem conhecimento. Nesses casos, em que o Boletim de Ocorrência já foi feito, através da placa do veículo o aplicativo do governo federal indica que o carro foi roubado/furtado e está sendo procurado.

9 Salário Mínimo.

algum carro que o rastreador indica estar nas proximidades. Foi assim com o HB20 de João.

Douglas é vizinho de Grandão, cresceram no mesmo bairro na periferia de Carapicuíba, periferia Oeste da Região Metropolitana, vizinha a Osasco. Eram colegas quando crianças, mas na vida adulta os caminhos que escolheram os acabaram distanciando. Enquanto Douglas recupera carros para a seguradora, Grandão furta veículos para abastecer desmanches. É em torno da atividade ilegal de Grandão que o mercado securitário, do qual o sustento da família de Douglas depende, se articula e se expande para suprir a demanda por proteção. Como um dos coordenadores da central da Alvorada Seguros sintetiza: “precisa do roubo para depois todo mundo começar a trabalhar”. Contraditoriamente ou não, trabalhos formais na Central de Monitoramento, ou precários como o de Douglas, são gerados a partir do roubo de carro.

Douglas encontrou o HB20 de João que foi deixado “descansando” por Grandão, em uma rua pouco movimentada de Osasco. Ao localizar o carro, Douglas preenche um formulário sobre as condições do veículo quando encontrado, através de um *tablet* concedido pela seguradora. Em seguida, anexa fotos do veículo para comprovar as informações inseridas. Depois de ter sido comunicada do paradeiro do automóvel, por Douglas, a Central entra em contato com a polícia, o guincho e um chaveiro. Os dois últimos devem ir até o local para garantir o deslocamento do veículo para a delegacia de Polícia Civil mais próxima, ou responsável por aquele distrito policial. Douglas não pode se afastar do veículo até a polícia chegar, o que pode levar horas. Em geral, ele opta por permanecer em um local a partir do qual consiga ver o veículo, mas que não possa ser visto. Isso porque, eventualmente, o ladrão pode retornar para buscar o carro e Douglas quer evitar conflitos.

O HB20 de João possuía rastreador, mas o equipamento estava instalado em lugar previsível, no compartimento da luz interna do veículo, e Grandão o havia localizado rapidamente, durante o furto. Retirado o rastreador, Grandão estranhou quando não encontrou o carro onde o havia deixado, em Osasco. Sempre pode haver mais de um device, é certo, não há como os ladrões terem certeza de que, mesmo tendo descoberto um rastreador, ele seja o único aparelho instalado. Mas aquilo pareceu suspeito, na visão de Grandão, que conhecia Douglas desde criança.

Em conversa com outros parceiros do seu bairro, que também puxam carros em Osasco, Grandão demonstrou sua insatisfação com as recuperações feitas por Douglas. Era prejuízo para eles. Grandão desconfiava que Douglas, para além de seu trabalho de rotina, poderia estar vigiando as atividades dos ladrões, vendo quando saíam com o GM Corsa, para roubar, e vigiando em seguida os locais em que deixam os carros roubados, com mais frequência. Isso não estava certo. Grandão, como sabemos, vem de uma família com caminhada extensa no mundo

do crime da região. A quebrada é PCC, como a grande maioria das favelas e periferias do estado de São Paulo. Grandão conhece “os disciplinas” dali. Chamou uma conversa com eles.

Estes foram até a casa de Douglas, tocaram a campainha e, com todo o respeito, o questionaram sobre os carros que ele vinha recuperando e, em especial, sobre o HB20 branco. Segundo Douglas, ele disse para os colegas que o carro estava com o rastreador funcionando, e que a empresa iria recuperar e acionar a polícia de todo jeito. Os rapazes retrucaram que Grandão havia retirado o rastreador, mas Douglas disse que havia mais de um. Ficou “o dito pelo não dito”, e “os disciplinas” não tinham como provar que Douglas estava errado, condição necessária para quaisquer cobranças mais incisivas por parte do PCC. O recado estava passado, entretanto. Douglas sabia que estavam de olho nele. E sabia também que havia mentido, porque na realidade ele havia conseguido encontrar o veículo por já conhecer os locais usados por Grandão para deixar o carro “descansando”, ou por outros ladrões para fazer desmontagem precária, na própria rua. O universo criminal tem nas facções, como sabemos, instâncias de regulação dos mercados criminais e, mesmo, dos mercados de proteção a eles associados.

De um lado, operações policiais no território não são boas para os negócios criminais, podem render prisões ou custos mais elevados com subornos. Pode ser melhor que alguém da própria comunidade, como Douglas, recupere alguns veículos para evitar a vinda da polícia. De outro lado, o fato de seus colegas aparecerem em sua porta revela tensões entre as atividades dos vizinhos de bairro. Douglas precisa trabalhar e seu trabalho é honesto, todos reconhecem, mas ele também é alguém “da comunidade” e, portanto, não deveria agir contra os interesses e preceitos de seus pares, daqueles que cresceram com ele.

Em outras palavras, existe uma linha tênue entre Douglas ser considerado, na comunidade, um trabalhador que age corretamente e, como resultado de seu ofício, inclusive evita conflitos com a polícia; ou ser considerado um “cagoeta”, um delator, um traidor, que contribui com informações para policiais e seguradoras encontrarem carros roubados, dificultando os negócios de seus vizinhos e amigos de infância. Nessa linha tênue decide-se não apenas a vida de Douglas, mas sobretudo os limites dos mercados. No primeiro caso, ele será respeitado pelo mundo do crime local, e poderá seguir realizando seu trabalho; no segundo caso, será cobrado radicalmente e o serviço de “pronta-resposta”, ao longo do tempo, tenderá a ser extinto.

Essa linha tênue de conflito produz as condições necessárias para que haja negociação entre as partes, e regulação mútua tanto das atividades de proteção, quanto das atividades ilegais (WHYTE, 1943). Se essa negociação de fato se produzir entre os agentes, e é a performance de cada um deles o que determina essa possibilidade, o mercado de veículos roubados, bem como as atividades de proteção, podem seguir coexistindo no bairro. A Alvorada continuará

recuperando veículos suficientes, e Grandão continuará a ter furtos bem sucedidos suficientes. Ninguém maximizará seus lucros, mas ninguém ficará sem dinheiro. Se a negociação não vingar, seguramente pode eclodir violência entre as partes, e a mais forte vencerá.

A conversa amistosa entre Douglas e os “disciplinas” daquela quebrada, em Carapicuíba, inscreve nos cotidianos do bairro diferentes linhas do conflito urbano. Em uma escala, são os ganhos do mercado ilegal de veículos, entre seguradoras e empresários criminais, o que está em jogo. Em outra escala, são os interesses de Douglas e de Grandão. Interessa à Alvorada que Douglas recupere todos os carros segurados, e interessa a Grandão, como aos empresários de desmanches, que Douglas não recupere nenhum. Se Douglas ganha, ganha a Alvorada também. Se Grandão ganha, ganham também os empresários de desmanches.

Cada um trabalha dentro de seus interesses, e com suas instâncias de regulação de mercado. Se a Alvorada vai recorrer aos atores de mediação estatal para tentar garantir e potencializar seus lucros, aqui Grandão recorre ao ator central de regulação do mundo do crime em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (FELTRAN, 2018). A negociação na porta da casa de Douglas inscreve, portanto, também negociação entre diferentes regimes normativos que podem, de um lado, favorecer a coexistência dos mercados legal e ilegal, e os ganhos compartilhados entre ambos. De outro lado, o fracasso da negociação entre Douglas e Grandão pode redundar em desacordo explícito, o que poderia levar os atores, imediatamente, a recorrerem à violência. É assim que se produz a “violência urbana”, e a plausibilidade dos homicídios nas periferias brasileiras.

Douglas teria a polícia para acionar, em caso de recrudescimento de seu conflito com “os disciplinas” da quebrada, e com Grandão. A violência legítima do Estado é voltada, normativamente, para ordenar as ilegalidades; mas se recorresse à polícia, Douglas teria sua posição na comunidade ameaçada, e possivelmente, inviabilizada. Grandão tem ao seu lado a violência do mundo do crime, legítima na comunidade desde que aplicada na direção considerada “correta”, sem opressão. Essa violência, por isso, é regulada pelo arbítrio de uma fraternidade secreta, a forma extremamente bem sucedida em que o PCC passou a atuar em São Paulo, a partir dos anos 2000. Disputas de mercado se convertem em disputas por legitimidade no uso da força, portanto em disputas políticas.

No caso de Grandão e Douglas, houve um acordo tácito. Os espaços de cada um passaram a ser mais respeitados, evitando conflitos. Apenas entre janeiro e maio de 2018, quando a pesquisa se desenvolveu com mais intensidade nas seguradoras, foram recuperados pela equipe da Alvorada Seguros nada menos de 1.752 veículos sem rastreador, que juntos somam um

montante de mais de US\$ 17,5 milhões, ou 70 mil salários mínimos¹⁰. Os carros recuperados se tornam propriedade da seguradora, depois desta pagar a indenização para o segurado. A companhia, por sua vez, irá vender esses carros em leilão e, em menor quantidade, desmontá-los em desmanches próprios. Segundo a equipe, 2018 estava sendo um ano “fraco”, pois poucos sinistros estavam ocorrendo. Ou seja, o desaquecimento do mercado de roubo de veículos neste período estava afetando as atividades e, inclusive, a expansão do setor de rastreamento e monitoramento de veículos da seguradora. Um CEO com visão de mercado, portanto, deveria regular as taxas de roubo e furto, bem como as de recuperação, mas não deveria tentar impedir que Grandão trabalhe.

O SEGURO COMO MEDIADOR

O seguro possui um *caráter mediador* de diferentes dimensões, todas centrais à governança do mercado de veículos roubados e seus atores de regulação. Enquanto uma tecnologia de reparação e indenização de danos¹¹, o seguro é composto por um conjunto de técnicas e um esquema de racionalidade, que permite que um carro roubado se transforme em um carro legalizado (mediação ilegal-legal); que o proprietário sinta segurança ao dirigir e estacionar seu veículo (mediação seguro-segurança). Através da reparação da perda, pela indenização paga pela seguradora, a pessoa proprietária pode comprar um carro novo, ou mais novo. O mercado ilegal, através da mediação do seguro, fomenta assim a indústria legal de automóveis. Por sua vez, nas práticas cotidianas de Douglas, bem como da equipe de rastreamento e monitoramento, o seguro ocupa uma posição liminar entre segurança pública e privada e, como veremos, entre polícia e mundo do crime, política e mercados.

Esse esquema de racionalidade, que se torna visão de mundo, nos leva ao nosso segundo argumento, que tem como foco a relação das companhias seguradoras com os governos e com

10 Importante ressaltar que esse cálculo é feito pela própria equipe de recuperação através da somatória do preço de cada carro recuperado, segundo a tabela FIPE. Fora os custos de operação, a seguradora também não consegue revender os veículos pelo preço da tabela FIPE (pago na indenização). Em geral, os carros são vendidos em leilão por um valor abaixo da FIPE.

11 “[...] **insurance is a technique of reparation and indemnification of damages.** It is a mode of administering justice which competes with that of legal right. **It maintains a type of justice under which the damage suffered by one is borne by all,** and individual responsibility is made collective and social. Whereas the principle of right concentrated on preserving the ‘natural’ allocation of advantages and burdens, insurance conceives justice according to a conception of sharing for which it undertakes to fix equitable rules” (EWALD, 2017, grifo nosso)

o Estado. Argumentamos que é sobretudo a partir das redes e estruturas das forças policiais de base, de nível de rua, que a atividade de recuperação de veículos das seguradoras se viabiliza. Demonstrando etnograficamente como as informações, os conhecimentos e as pessoas provenientes do aparato institucional público são centrais ao ramo de recuperação de veículos das seguradoras, discuto a relação entre seguro, segurança pública e privada, portanto com o núcleo das funções estatais modernas. Contemporaneamente, e no sul Global, essas relações não se dão no cotidiano de nossos operadores por parcerias formais e documentos oficiais, mas pela venda privada e ilegal de serviços por parte de agentes da ordem a agentes de mercado.

Douglas, nosso *pronta-resposta*, afirma que a Alvorada Seguros costuma fazer eventos em que os motoqueiros que mais recuperam carros recebem prêmios, tal como um Iphone ou um notebook¹². Segundo ele, os que mais conseguem recuperar são os que têm acesso a informações privilegiadas, em geral provenientes de informantes policiais. Contou um caso em que três carros foram roubados em uma avenida próxima ao aeroporto de Congonhas. Primeiro, uma mulher sozinha teve seu Toyota Corolla roubado por dois adolescentes. O Corolla foi utilizado para roubar outros dois veículos: um Ford Eco Sport e um GM Safira. Coincidentemente, todos os carros eram assegurados pela Alvorada Seguros. Nenhum dos veículos possuía rastreador.

A informação veio para a Central através de um *caçador*, antes mesmo da companhia ser informada pelos segurados da ocorrência dos sinistros. O *caçador* conseguiu essa informação, antes mesmo da seguradora, porque tinha contatos privilegiados com policiais. As vítimas acionaram a polícia após os assaltos à mão armada, através do 190. O policial imediatamente informou seu amigo *caçador*. Esta é uma prática recorrente, que a depender do acordo, implica divisão informal do pagamento das seguradoras entre caçadores e policiais.

Por sua vez, em conversas privadas com gerentes e coordenadores da Central de recuperação de veículos, nos foi enfatizado que eles evitam contratar ex-policiais como *caçadores*, ou negociar a recuperação de um carro diretamente com a polícia, para proteger a imagem da companhia frente a possíveis escândalos de corrupção policial. A imagem da companhia deve ser zelada entre seus diretores e executivos, mas ninguém sabe quem são os operadores de base, que possuem os necessários vínculos com bandidos e policiais, como Douglas e seus colegas caçadores, e que, portanto, conseguem prestar um serviço mais eficiente à Alvorada. A seguradora possui este grupo de motoqueiros recuperadores, que atuam diariamente, apenas em São

12 O HB20 de João, recuperado por Douglas, rendeu 32 SM à Alvorada, e ele recupera em média 15 veículos por mês, na ordem de grandeza de 300 SM. Um Iphone como os sorteados, no Brasil, custa em torno de 5 SM.

Paulo. Ocorrências de roubo e furto de outras cidades também são comunicadas à Central, mas a recuperação ali ocorre a partir da contratação de empresas terceirizadas. Quem são, em geral, os proprietários dessas empresas? Ex-policiais civis ou militares, em geral aposentados entre 45 e 60 anos, controlam esse novo negócio, assim como outros ramos da segurança privada no Brasil. Daí brota uma das bases materiais do protagonismo político que, na última década, as polícias vêm desempenhando no Brasil.

As situações descritas por Douglas e pelos interlocutores da Central de Monitoramento da Alvorada nos permitem sugerir, em diálogo com a teoria dos seguros, a ideia de uma “terceirização” das funções estatais de proteção, tocadas agora por agentes de mercado, e agentes dos mercados informais. Trata-se, aqui, de uma versão privatizada das “mercadorias políticas” descritas por Michel Misse (2018), que permitem “a conversão da ilegalidade em acumulação mercantil” (MISSE, 2006). Pois por lei, seria de responsabilidade estatal garantir a segurança pública e recuperar os veículos roubados. Na prática, como vimos, as seguradoras assumem essas funções, delegando ao Estado a tarefa de punir, prender e, no limite, matar. Se ao longo de todo o livro veremos que a violência se concentra entre os grupos subalternos, na relação entre seguradoras e governantes, são os executivos do mercado os que têm as mãos mais limpas. É a partir dessa expropriação de funções estatais de proteção, sempre justificada pela ineficiência pública, circularmente comprovada em pesquisa de campo, que se fortalece o papel do seguro enquanto uma tecnologia pragmática de governo do conflito urbano. Técnicas e tecnologia a serviço de uma racionalidade, centrada em cálculos atuariais e gestão de risco no nível das populações, conhecimentos sobre prevenção e monitoramento, compõem essas formas de governo dos mercados, sobretudo do mercado de segurança, absolutamente relevante também ao governo dos distintos governos, ou à governança urbana, cada vez mais central às cidades contemporâneas (LE GALES; COURMONT, 2019).

Entrevistamos Castro, um ex-policial civil de São Paulo que, há 30 anos, atua na recuperação de veículos e de cargas em várias cidades do país. Nesta oportunidade, sugerimos almoçar em uma padaria. Castro se recusou e fez questão de nos levar para almoçar em um pequeno restaurante situado na frente da delegacia em que seu filho trabalha. Castro estacionou seu carro no terreno da delegacia, cumprimentou seus colegas policiais em serviço e nos contou, em um tom levemente ameaçador, que ali funcionou um braço do antigo DOPS. No restaurante, frequentado quase exclusivamente por policiais civis, ele já era conhecido e cumprimentava a todos com piadas em alto e bom som. Enquanto almoçávamos, Castro simultaneamente perguntava o que queríamos saber sobre sua atividade e desconversava. Não respondia nossas perguntas e falava aleatoriamente de assuntos banais.

No entanto, em dado momento, de maneira aberta e objetiva, ele nos explicou que sua empresa paga policiais para recuperar carros roubados. No Rio de Janeiro, por exemplo, os policiais são pagos para recuperar os carros que estão dentro de favelas. O valor pago varia de acordo com a periculosidade do território, ou seja, onde o crime é mais forte e a polícia tem menos poder de circulação, custa mais caro. Castro faz seus negócios a partir de suas redes pessoais de confiança, mas sabe que quando o assunto é dinheiro, precisa pagar o quanto antes e cumprir o combinado com urgência. Caso contrário, sua vida pode correr risco.

Seu sócio e ex-tenente do Exército Brasileiro, Fernandez, nos explicou melhor sobre os trabalhos que realizam juntos. Segundo ele, Castro sempre atuou no ramo, mas não tinha uma empresa formal: “esse pessoal é tudo em dinheiro, né?! Ganhou 10 mil, 1 mil vai pra cá, 2 mil para lá. A Tróia é uma tentativa de criar uma empresa, é muito recente, está começando a operar”. Da sua perspectiva, a sociedade parecia muito promissora. O Castro tem a experiência da rua e os contatos com os policiais. Enquanto que o Fernandez traria a “visão do empresário” e focaria na gestão do negócio: “Eu digo para o Castro que ele não tem mais que ficar na rua. Ele tem que fazer a política. Ir jantar com um delegado, conversar com um deputado sobre uma lei que precisa fazer e como tem que ser”.

Fernandez explica que só contratam policiais, e sempre policiais fora de serviço. Disse não poder colocar uma pessoa sem o devido treinamento para recuperar um carro que está “descansando”: “O policial já sabe. Ele passa aqui, fotografa os carros e manda pra gente. A gente confere e, se for o carro, ele volta senta em um café e fica vigiando o carro(...). Se o cara já chega e mete a mão na porta para abrir, já deixou a digital dele lá”.

Sobre a remuneração em São Paulo, diz terem um valor fixo de 0,35 SM, de 50% a 100% a mais do que Douglas recebe da Alvorada Seguros. Fernandez explica que a remuneração que a sua empresa Tróia paga aos policiais. “tem que ser fixa, porque senão cria um mercado para os policiais”. Quem são os principais clientes da empresa de Fernandez e Castro? As seguradoras, claro. As companhias contratam os serviços da Tróia para a recuperação de cargas e carros roubados assegurados. Fernandez enfatiza que não dá para as seguradoras se envolverem até o trabalho de base de recuperação.

Segundo ele, e esse é o ponto mais crucial de todos os mecanismos de reprodução das desigualdades urbanas, nesses mercados, “qualquer problema, elas [as seguradoras] podem alegar que não contrataram um policial, mas sim um outro CNPJ que contratou policiais”. Na visão de um empresário brasileiro dos mercados de proteção, está claro que eles funcionam como uma das esferas, concebidas como autônomas, na cadeia que faz das seguradoras entidades totalmente legalizadas, e da “rua” o espaço das ilegalidades. Situadas nesse *in between*, as em-

presas do ramo permitem que as seguradoras aleguem que “não sabiam de nada” do que ocorre nas negociações de base, entre policiais e seus agentes: “elas sabem, mas fazem vista grossa”.

REFERÊNCIAS

1. AMIT, V.; KNOWLES, C. Improvising and Navigating Mobilities: Tacking in Everyday Life. **Theory, Culture and Society**, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276417724876>. Acesso em: 16 fev. 2020.
2. APPADURAI, A. **The social life of things**. New York: Cambridge University Press, 1986.
3. APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 49, p. 33-46, 1997.
4. ARENDT, H. **Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do Romantismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
5. BERTAUX, D. **Biography and Society: The life history approach in the social sciences**. Beverly Hills: SAGE Publications, 1981.
6. BIONDI, K. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
7. BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 62, p. 69-72, 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2317. Acesso em: 16 fev. 2020.
8. BOURDIEU, P. **Esquisse pour une auto-analyse**. Paris: Raisons d'Agir Éditions, 2004.
9. BOURDIEU, P. **A Distinção - Crítica Social do Julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
10. CABANES, R. Travail et travailleurs de São Paulo, le réel biographique aux prises avec l'imaginaire mondialisé. **Dans Travailler**, n. 12, p. 67-90, 2004. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-travailler-2004-2-page-67.htm?contenu=resume>. Acesso em: 15 fev. 2020.
11. CEFAÏ, D.; GARDELLA, E. **L'Urgence sociale en action**. Ethnographie du Samusocial de Paris. Paris: La Découverte., 2011.
12. DAS, V. **Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary**. Berkeley, CA: University of California Press, 2006.
13. FELTRAN, G. D. S. A categoria como intervalo: a diferença como essência e construção.

- Cadernos Pagu**, n. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510005.pdf>. Acesso: 15 fev. 2020.
14. FELTRAN, G. D. S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 - 2012). **Revista brasileira de segurança pública**, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/118>. Acesso em: 15 fev. 2020.
 15. FELTRAN, Gabriel Santis. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
 16. FELTRAN, G. D. S. The ordinary war: Ethnographic notes of urban conflict in São Paulo (Brazil). **Homme**, v. 219-220, n. 3-4, p. 93-113, 2016. Disponível: <https://www.cairn-int.info/journal-l-homme-2016-3-page-93.htm>. Acesso em: 16 fev. 2020.
 17. FOUCAULT, M.; BARBIN, H. **Herculine Barbin**: being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century French hermaphrodite. New York: Pantheon Books, 1980.
 18. FREIRE-MEDEIROS, B.; MENEZES, P. V. As viagens da favela e a vida social dos suvenires. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 3, p. 651-670, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n3/0102-6992-se-31-03-00651.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
 19. FREIRE-MEDEIROS, B.; TELLES, V. DA S.; ALLIS, T. Por uma teoria social on the move. **Tempo Social**, v. 30, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/142654>. Acesso em: 19 fev. 2020.
 20. GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: An Essay on the Organization of Experience. Boston: Northeastern University Press, 2016.
 21. HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. Introduction: Thinking through things. *In*: HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. **Thinking Through Things**: Theorising Artefacts Ethnographically. Londres: Routledge, 2006, p. 1-31.
 22. HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
 23. KNOWLES, C. **Flip-Flop**: A Journey Through Globalisation's Backroads. London: Pluto Press, 2014.
 24. KOPYTOFF, I. The Cultural Biography of Things: Commoditization as Process. *In*: APPADURAI, Arjun. **The Social Life of Things**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 63-91.
 25. LATOUR, B. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network-Theory. Oxford: University Press, 2005.
 26. LE GALES, P.; COURMONT, A. **Gouverner la ville numérique**. Paris: Presses

Universitaires de France, 2019.

27. LEHTONEN, T.; VAN HOYWEGHEN, I. Editorial: Insurance and the economization of uncertainty. **Journal of Cultural Economy**, v. 7, n. 4, p. 532-540, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17530350.2013.875929>. Acesso em: 17 fev. 2020.
28. LEWIS, O. **The Children of Sanches**, autobiography of a Mexican Family. New York: Random House, 1961.
29. MARTINS JR, A. **Lives in Motion: Notebooks of an immigrant in London**. London: Whyte Tracks, 2015.
30. MILLER, D. **Car Cultures**. Londres: Bloomsbury UK Academic, 2001.
31. MILLER, D. **Stuff**. Cambridge: Polity Press, 2010.
32. MINTZ, S. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife: Editora UFPE, 2003.
33. MISSE, M. Violence, Criminal Subjection and Political Merchandise in Brazil: An Overview from Rio. **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 7, p. 135-148, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324453803_Violence_Criminal_Subjection_and_Political_Merchandise_in_Brazil_An_Overview_from_Rio. Acesso em: 17 fev. 2020.
34. MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.
35. SIMMEL, G. **The View of Life: Four metaphysical essays with Journal Aphorisms**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
36. TELLES, V. DA S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. São Paulo: Argumentum, 2010.
37. TSING, A. L. **Friction: An Ethnography of Global Connection**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.
38. URRY, J. Mobility and Proximity. **Sociology**, v. 36, n. 2, p. 255-274, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0038038502036002002>. Acesso em: 17 fev. 2020
39. URRY, J. The “System” of Automobility. **Theory, Culture & Society**, v. 21, n. 4/5, p. 25-39, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258192332_The_'System'_of_Automobility. Acesso em: 17 fev. 2020.
40. URRY, J. Mobile Sociology. **British Journal of Sociology**, v. 61, p. 347-366, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-4446.2009.01249.x>. Acesso em: 14 fev. 2020.

41. ZELIZER, Viviana A. Rotman. **Morals and markets**: The development of life insurance in the United States. Columbia University Press, 2017.

Gabriel Feltran

Professor do Departamento de Sociologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3424-0822>. E-mail: gabrielfeltran@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação.

Deborah Fromm

Doutoranda na Universidade Estadual de Campinas com Doutorado-sanduiche na Goldsmiths College, University of London. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU/Cebrap). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1152-8877>. E-mail: deborahfromm@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação.

Ação entre Amigos: Relações entre Banqueiros do Bicho e Milícias nas Disputas Político-Econômicas da Contravenção

Action between Friends: Relations between Bankers of the Animal's Game and Militias in the Political-Economic Disputes

Rômulo Bulgarelli Labronici

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O mercado de jogos de apostas ilegais no Rio de Janeiro possui diversas formas de ser abordado. Neste trabalho, busca-se compreender e analisar a relação entre dois grupos distintos, porém complementares, denominados de banqueiros do jogo do bicho e milicianos que administram com mãos de ferro o monopólio desse mercado. Disputas por esse controle envolve a produção de alianças voláteis que se consolidam e se desfazem à medida que os interesses político-econômicos se voltam para a dominação territorial de partes da cidade. Respeitando estruturas hierárquicas e disciplinares, o mercado adquiriu formas empresariais de manter-se lucrativo a partir de valores comuns entre tais os grupos. Além disso, as relações de parentesco e afinidade explicitam o modo com o qual os controles do jogo encontram-se circunscritos entre pequenos grupos inserindo a prática do apadrinhamento como peça inerente a estrutura macropolítica desse mercado.

Palavras-chave: Jogo do bicho, Milícia, Contravenção, Caça-níquel, Mercado.

ABSTRACT

The illegal gambling market in Rio de Janeiro has several ways to be approached. In this work, we seek to understand and analyze the relationship between two distinct but complementary groups, called bankers of the animal game [*jogo do bicho*] and militiamen who manage the market monopoly with an iron hand. Disputes over this control involve the production of volatile alliances that consolidate and dissolve as political-economic interests turn to the territorial domination of parts of the city. Respecting hierarchical and

Recebido em 13 de maio de 2020.
Avaliador A: 08 de junho de 2020.
Avaliador B: 19 de junho de 2020.
Aceito em 26 de agosto de 2020.



disciplinary structures, the market has acquired entrepreneurial ways to remain profitable based on common values among such groups. In addition, kinship and affinity relations explain the way in which the game controls are circumscribed between small groups of affinity, inserting the practice of sponsorship as an inherent part of the macro-political structure of this market.

Keywords: Animal game, Militia, Misdemeanor, Slot machine, Market.

INTRODUÇÃO

Na manhã de terça-feira, no estacionamento de um centro comercial no bairro do Recreio dos Bandeirantes na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, Shanna Garcia se dirige a um salão de beleza como faz todas as semanas, sempre no mesmo horário. Nesse momento, um segundo carro se aproxima do seu e de dentro dele uma pessoa sentada no carona abaixa o vidro e atira contra ela ao menos três vezes. Atingida por dois tiros, consegue se proteger atrás da porta de seu carro blindado e foge do local com vida e sem ferimentos graves¹. Os disparos realizados de dentro do carro impediram que a polícia pudesse encontrar cápsulas deflagradas no local, já que essas caíram dentro do veículo. Indícios de um elevado grau de especialização dos atiradores. Em depoimento à Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), em 2016, ela diz que teria recebido uma ameaça do ex-cunhado, Bernardo Bello Barboza, que seria o administrador das cerca de 14 mil máquinas caça-níqueis e 10 mil pontos² de jogo do bicho que teriam um lucro de até R\$ 200 mil por dia, na região central e zona sul da cidade do Rio de Janeiro³.

1 Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/10/5808458-caca-niqueis--jogo-do-bicho-e-lucro-de-r--200-mil-por-dia-em-disputa-na-familia-garcia.html>.

2 O termo “pontos” são a denominação para cada local de venda da loteria do jogo do bicho. Cada qual possui uma dinâmica própria. Apesar de uma estrutura semelhante com a venda do mesmo jogo, cada ponto contém algumas variáveis importantes. De início, o número de funcionários trabalhando em cada ponto pode variar entre um e outro. Podem existir pontos com um, três até mesmo dez funcionários trabalhando de uma só vez e suas funções podem ser as mais distintas. O número de trabalhadores é dado em função do movimento de fregueses em cada localidade. Os horários de funcionamento dos pontos também variam. Um ponto pequeno geralmente “abre” entre as 8 e 9 da manhã e “fecha” às cinco e meia da tarde, com exceção dos que realizam jogo na “corujinha”, jogos corridos após às 21h. Os locais preferenciais para a instalação dos pontos são também as esquinas próximas do comércio local (LABRONICI, 2012, p.68-69).

3 Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/filha-de-bicheiro-contou-policia-que-temia-ser-alvo-de-vinganca-do-ex-cunhado-24006570.html>.

Shanna é filha de Waldomiro Paes Garcia, conhecido como “Maninho do Salgueiro”, que controlava o jogo do bicho em diversas áreas da zona sul e norte da cidade, possuindo sob seu controle milhares de máquinas caça-níqueis. Em 2004, o contraventor saía de uma academia no bairro de Jacarepaguá quando foi morto com tiros de fuzil e pistola. Maninho estava acompanhado do filho de 15 anos no momento de sua morte. O rapaz foi ferido, mas sobreviveu⁴. As investigações da Subsecretaria de Inteligência de Segurança apontaram para o envolvimento no assassinato de um policial miliciano, ligado a uma comunidade do bairro de Jacarepaguá. Ele teria agido a mando de outro chefe do bicho, motivado pela invasão de Maninho ao seu território inserindo máquinas caça-níqueis em bares e restaurantes da Barra da Tijuca. A inserção de Maninho teria rompido acordos de fronteiras do jogo do bicho e desencadeado o conflito⁵.

Após a morte de Maninho, Shanna foi nomeada inventariante do espólio do pai, mas teve atuação questionada por sua irmã gêmea, Tamara, que a acusa de ter vendido diversos bens da família - incluindo cavalos de corrida - sem que os demais membros fossem notificados. Além disso, Tamara reclama que a irmã não teria depositado os rendimentos do espólio, incluindo o recebimento de aluguéis de diversos apartamentos.

Um segundo evento trágico na família de Shanna ocorreu com seu tio, Alcebiades Paes Garcia, o “Bid⁶”, irmão de Maninho. O contraventor foi morto na terça-feira de carnaval de 2020 durante a madrugada por dois homens encapuzados, na Barra da Tijuca, quando voltava do desfile das escolas de samba. Testemunhas contaram que, no momento da execução, os atiradores que estavam encapuzados ficaram de campana⁷ em um carro preto à espera da vítima, quando um deles se aproximou da van onde estava Bid e disparou com uma arma de grosso calibre. Em torno 40 tiros de fuzil foram disparados, segundo alguns relatos⁸. O banqueiro⁹ foi

4 Entretanto, em 2017 o filho de Maninho, Waldomiro Paes Garcia Júnior, ou “Mirinho”, foi sequestrado e morto. No inquérito finalizado em abril do mesmo ano, a Divisão de Homicídios (DH) concluiu que um grupo havia sido contratado para sequestrar, extorquir e, depois do pagamento de 100 mil reais, matar o rapaz de 27 anos no bairro de Vargem Pequena. O sequestro ainda está sob investigação, sendo considerado como fachada para o assassinato do filho do contraventor. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/imagens-mostram-momento-em-que-filha-do-bicheiro-maninho-baleada-no-recreio-video-24004622>.

5 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/rio-bicheiros-usam-milicianos-para-matar-adversarios-diz-policia,64c81054a250b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>

6 Em algumas grafias encontra-se “Bide”.

7 “Ficar de campana”, no jargão militar, significa ficar de vigia, ser responsável por ficar na guarda de algo ou de alguém.

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/25/em-rede-social-irmao-de-contraventor-maninho-exibia-viagens-ao-exterior-para-cacar.ghtml>.

9 O termo banqueiro, ou banqueiro do bicho, populariza-se no início do século XX e é utilizado aos então donos do jogo do bicho. Pois, um banqueiro, no bicho, é a pessoa que “banca” a aposta dos demais. Isso se dá pela forma

atingido por disparos na cabeça, no peito e em um dos braços, sendo o único atingido dentro da van que transportava outras pessoas. “Bid” - que além de ter se tornado um dos nomes fortes da família após a morte de seu irmão - havia afirmado que Shanna o ameaçou, tendo apontado a sobrinha como a mandante da morte do pecuarista Rogério Mesquita, em 2009, que administrava o Haras da família, um dia depois de ter procurado a Delegacia de Homicídios (DH) para dizer que estava sendo seguido. A partir de denúncia do Ministério Público, Shanna foi ao banco dos réus como a mandante do atentado, entretanto, a justiça a absolveu.

Na época, o chefe da segurança de Shanna, Adriano Nóbrega, ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (Bope), era suspeito do assassinato de Mesquita, tendo inclusive já respondido pela tentativa de homicídio anterior do pecuarista. Apontado como matador de aluguel e integrante do Escritório do Crime (grupo suspeito no envolvimento na morte da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes¹⁰), Adriano foi morto na Bahia em 2020, após uma operação policial ainda sob investigação¹¹.

Após a morte de “Bid”, em depoimento, Shanna volta a acusar o ex-cunhado Bernardo e afirma não confiar nos policiais da Delegacia de Homicídios (DH) pois ainda não havia sido descobertos os mandantes dos assassinatos dos membros de sua família. Além disso, ela afirma que sua desconfiança se dá pelo fato de que muitos policiais trabalhem para contravenção ou receberem propina do jogo do bicho¹².

Essa complexa trama familiar, que bem poderia ter saído das páginas de contos de Nelson Rodrigues (1959), surgiu nas páginas dos principais jornais do país, cujos desdobramentos, muitas vezes trágicos, se dão em meio a disputas de poder, recursos financeiros e controle da contravenção das regiões dominadas pelo então poderoso banqueiro do jogo do bicho Miro, um dos integrantes da cúpula do bicho e avô de Shanna. A narrativa abordada se deu a partir de re-

como o pagamento da premiação do jogo ocorre com a entrega dos valores integrais aos vencedores, independentemente do número de ganhadores existentes. Segundo a opinião de alguns autores, os primeiros banqueiros seriam, em sua maioria, imigrantes - árabes, portugueses, espanhóis, entre outros. Em geral, a exploração do bicho era conjugada a outras atividades legais, como mercearias e até mesmo loterias regulamentadas e corridas de cavalo (CAVALCANTI, 1940, apud DAMATTA; SOÁREZ, 1999).

10 A morte de Marielle representou um ponto de inflexão nas investigações das milícias. A apuração da atuação dos matadores profissionais ganhou impulso e desvendou laços de Adriano e outros milicianos com outros braços do crime organizado, além de suas conexões políticas. A então Procuradora Geral Raquel Dodge sustentou que a polícia estadual está contaminada e “às milícias espalhadas pela cidade, seus homicídios mediante pagamento, participação de policiais ou ex-policiais, em um cenário de plena impunidade” que, segundo ela, “nem a intervenção federal no Estado do Rio em 2018 conseguiu reverter”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/02/politica/1572728129_887853.html.

11 Revista Época. Disponível em: <https://epoca.globo.com/rio/a-vida-a-morte-de-adriano-da-nobrega-24247527>.

12 Reportagem SBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w3KcpDNzX3M>.

portagens e relatos jornalísticos com o intuito de desnudar algumas das relações entre dois grupos tradicionais conhecidos como bicheiros e milicianos. Ao contrário do que se apresenta em um primeiro momento, esses grupos não estão necessariamente em lados opostos, mas, como pretendo demonstrar, encontram-se organizados em grupos de aliança e afinidade de modo a consolidar e fortalecer os controles sobre os mercados de apostas ilegais na cidade. Assim, a partir de etnografias e trabalhos realizados no âmbito do jogo do bicho (SOÁREZ, 1992; SOARES, 1993; DAMATTA; SOÁREZ, 1999; MAGALHÃES, 2011; LABRONIC, 2012; CHAZKEL, 2014) objetiva-se aqui evidenciar as estruturas de poder e controle da loteria do bicho, bem como as inter e intra-relações evidentes entre esses grupos e que explicitam as porosidades nas fronteiras do crime. As alianças e afinidades interpessoais são, nesse mercado ilegal, formas historicamente estabelecidas para manutenção da segurança, estabilidade e administração de conflitos entre seus atores para a continuidade desta loteria. Situações supracitadas de conflitos e disputas entre estes indivíduos foram apresentados como situações sociais (GLUCKMAN, 2009) de modo a explicitar e evidenciar os dramas imbuídos nas estruturas de funcionamento de tais organizações e na produção de alianças voláteis que se consolidam e se desfazem de acordo com os interesses e objetivos de tais grupos. Alianças estas que se estabelecem para a manutenção e controle territorial dos lucrativos pontos de jogo e máquinas caça-níqueis espalhadas pelas ruas e comércio local na cidade do Rio de Janeiro e com isso, fortalecer o poder político-econômico de alguns atores frente às práticas da contravenção. Tais relações de parentesco e afinidade evidenciadas nos conflitos explicitam o modo com o qual os controles do jogo encontram-se circunscritos entre pequenos grupos de afinidade inserindo a prática do apadrinhamento como peça inerente a estrutura macropolítica do jogo do bicho.

As distintas formas com que a prática da loteria do bicho pode ser apreendida dificultam uma abordagem simplificada de crime ou atividade ilegal em si, relacionada a um tipo de atividade inerente ao universo das práticas tidas como “crime organizado”. Entendida também como uma atividade com um traço lúdico do imaginário cultural a partir de representações entre animais, sonhos e eventos cotidianos, insere o jogo em uma tradição mágico-religiosa no âmbito de uma diversão inofensiva da cultura popular. Os antropólogos Roberto DaMatta e Elena Soárez (1999) apontam para explicações que alavancaram a popularidade do jogo tomando-o como uma prática cujos significados estariam de acordo com a estrutura da tradição brasileira. Uma tradição com um status ambíguo de prática arraigada/difundida e de atividade proibida/estigmatizada, entre o empreendimento capitalista, o parasitismo e a corrupção do Estado. Pensado assim a partir de uma dupla face, a de “vício” e de “jogo inocente”, na interface de uma sociedade tradicional e uma nação moderna na qual seríamos constituídos.

Além dele, o aspecto da informalidade, ou questões relacionadas ao trabalho informal nas zonas urbanas (DE SOTO, 1980; RABOSI, 2004; PIRES, 2010), atribuída aos trabalhadores do bicho ganham evidência nas ruas e nas interações entre o jogo e seu público de aficionados que se encontram diariamente nas ruas, bares e esquinas da cidade. Trabalho que é realizado por indivíduos integrantes das classes populares na venda de bilhetes de sorte distribuídos em pontos estratégicos nos mais variados centros urbanos com grande movimento de fregueses em potencial. Essa distribuição reflete na organização macropolítica do jogo através da distribuição de pontos de determinados banqueiros em regiões da cidade sob seu domínio. Tais apreensões levam o jogo a ser dotado com uma gestão diferencial de “ilegalismos” (FOUCAULT, 2001; 2007) a partir de distintos regimes de tolerância. A porosidade entre a relação formal e informal, legal e ilegal colocam o jogo do bicho em uma situação aparentemente ambígua, tal como é explícito em seus jogos de poder, relações de força e campos de disputa. Como aponta a socióloga Vera Telles, “ilegalismos” adquirem formas de gestão:

(...) que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas variadas de controle e também, ou sobretudo, os critérios, procedimentos e dispositivos de incriminação dessas práticas e atividades, oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, microconjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada qual. (TELLES, 2009, p. 120).

A transitividade do jogo do bicho, mascarada por uma moralidade consensual, permite que a lei seja aplicada seletivamente. O jogo do bicho permanece, assim, inserido neste “regime de tolerância”, e contribui para a discussão sobre os modos de como as leis operam. É preciso deixar claro que os ilegalismos não são imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, eles compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam. O que, segundo o próprio Foucault (1994), constituem “os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas” (p. 716). Assim, mesmo com uma tipificação penal de contravenção, a ambiguidade atrelada ao jogo abre margem para diferentes atribuições morais e que muitas vezes mascaram os seus jogos de poder, relações de força e campos de disputas político-econômicas iminentes ao controle desse mercado de apostas.

Deste modo, se torna evidente aqui que o “jogo do bicho” se apresenta uma categoria polissêmica que vai da tradição a ilegalidade, do capital moderno a informalidade, do carnaval aos sonhos tendo por detrás uma aura nebulosa de uma organização que não mede esforços para manter o seu poder territorial, econômico e político. Adotando formas de atuação dentro e fora

das leis, em conjunto com a atuação de operadores do Estado que se fazem necessários para a manutenção lucrativa do jogo ilegal nas ruas e esquinas das grandes cidades. Com a atual dinâmica do controle territorial de tanto banqueiros do bicho quanto milicianos a dinâmica tende a uma sobreposição de seus controles, o que propiciam interações que acentuam laços voltados ora para uma lucratividade mútua e ora para uma crescente e potencial fonte de conflitos.

“SONHAR COM REI, DÁ LEÃO”¹³

No momento em que o jogo do bicho passou a ser explorado, existia uma estrutura montada na cidade para a venda de bilhetes de loterias permitidas e não permitidas. “Os escritórios e agências lotéricas surgiam como o espaço privilegiado para a comercialização destes bilhetes, mas ao seu lado também havia uma infinidade de possibilidades para o apostador tentar sua sorte” (MAGALHÃES, 2011, p. 98). É importante ressaltar que, na maioria dos casos, as loterias foram tomadas como mais um produto a ser oferecido pelos comerciantes, sendo vendido junto com outros produtos ou serviços. A partir dos anos 1940, pode-se pensar numa competição entre banqueiros. Uma competição pautada pela lei do mais forte e com o objetivo de concentrar os pontos de jogo em torno de alguns poucos donos. Esta competição nem sempre se deu pelos meios da administração capitalista. Em alguns momentos, as balas foram o meio para se ganhar mais pontos e de acabar com a concorrência. De tal modo, o jogo se constitui enquanto um mercado ilícito, segmentado, competitivo e perigoso. Conflitos armados entre banqueiros durante as décadas de 1950 e 1960 já tomavam conta das páginas policiais do país. Os conflitos envolviam organizações de pistoleiros – chamados pela imprensa de “Sindicato do Crime” – e de suas redes familiares, numa verdadeira “sangrenta sucessão de lutas de proporções alarmantes” (O DIA, 1961, apud MISSE, 2007, p.4). Os tempos românticos do bicho não eram por isso menos violentos. Historicamente, a repressão e a tipificação penal, ao invés de coibir a atividade gerou o inverso, possibilitou a criação de um pano de fundo estruturado e organizado para a continuidade do mercado de apostas ilegais. (LABRONICI; SILVA, 2017).

A estrutura desse mercado permaneceu segmentada em territórios rivais até o final dos

13 Samba enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, campeã do carnaval carioca em 1976, cuja letra homenageia o banqueiro Natal. Letra foi escrita por Neguinho da Beija-Flor e o desfile produzido pelo carnavalesco Joãozinho Trinta.

anos 60, quando se estabeleceu a “cúpula do jogo do bicho”. Movimentos de maior ou menor tensão entre banqueiros pautados por alianças voláteis, de um lado, e conflitos armados de outro, e que marcavam a representação da macropolítica dos donos do jogo. A cúpula, assim, foi criada de modo a estabilizar a aliança entre os “grandes” banqueiros da cidade. Sob a liderança incontestada de Castor de Andrade, filho de banqueiros dos anos 40 e 50, até então no controle da grande maioria de pontos em Bangu e Padre Miguel, a cúpula se organizou legalmente com a criação da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA), que começou a dirigir os grandes desfiles do carnaval carioca desde então. Sob o poder de banqueiros do bicho como Castor de Andrade, Aniz Abraão David, Luiz Drumond e Capitão Guimarães (este último que assumiu a presidência da LIESA em 1987), os desfiles de carnaval no Rio se tornaram um espetáculo caro, com gastos elevados para as escolas, mas também receitas cada vez mais polpudas se tornando uma porta à lavagem de dinheiro do jogo (CAVALCANTI, 1994)¹⁴. A Liga foi criada com o objetivo de privatizar o carnaval e deixá-lo nas mãos dos banqueiros a gestão dos recursos oriundos das vendas de ingresso, direitos de transmissão de imagem e publicidade das principais escolas de samba. Com isso, o poder público foi esvaziado e as pequenas agremiações foram enfraquecidas. (OTÁVIO; JUPIARA, 2015, p.147). A formalização selada com a cúpula do bicho faz com que atribuições de maior importância fosse dada a alguns banqueiros. Um ícone de um determinado bairro ou zona da cidade. A relação entre banqueiros e escolas de samba demonstram claramente uma influência dentro da macropolítica do jogo. Principalmente no que tange a atuação de alguns banqueiros dentro do escopo de outras atividades para além da contravenção. Como afirmaram Roberto DaMatta e Elena Soárez (1999): “(...) a imensa fortuna dos banqueiros de bicho transborda generosidade para outras atividades” (p.162). Como evidenciado anteriormente, um banqueiro de bicho possui influência econômica política e social, na qual a atuação com o carnaval se apresenta como um reflexo desta influência. De qualquer maneira, o mecenato ou a patronagem do banqueiro expande-se para outras instâncias: “Com o enriquecimento dos bicheiros, essa confiança logo se transformou em patrocínio: auxílio a obras públicas, com pessoal e empregos em troca da lealdade da população” (CAVALCANTI, 1994, p. 97). Além da grandiosa ajuda financeira às escolas de samba, e também a vários times

14 Maria Laura Cavalcanti afirma existir um verdadeiro mecenato artístico do mundo do bicho para com o mundo do samba. “(...) as escolas de samba tornaram possível uma integração positiva do bicheiro na vida da cidade. (...) Ou seja, a ação de bicheiros, através das escolas de samba, é também uma integração para as massas à vida urbana na cidade.”. (CAVALCANTI, 1994, p. 98-99). Assim, o banqueiro apresenta-se não apenas como um operador de uma contravenção, mas é também visto como uma espécie de líder comunitário que busca a todo o momento aumentar sua influência e seu prestígio perante o grupo.

de futebol, eles investem também, no cinema, no teatro e outras atividades culturais há quase 40 anos¹⁵.

Foi também a partir dos anos 1960, enquanto parte da sociedade brasileira travava uma luta contra o regime militar, que os contraventores aproveitaram para iniciar seu bote adquirindo influência ao longo dos “anos de chumbo” da ditadura civil-militar (1964-1985). Segundo fatos desvendados por uma série de reportagens entre os dias 6 e 9 de outubro de 2012 pelo jornal O Globo, (2012 apud OTÁVIO; JUPIARA, 2015, p. 11), entre os anos 1970 e 1980 os chefes do bicho oferecem um porto seguro aos setores mais radicais oferecendo uma terra de oportunidades para quem tivesse disposição e topasse ser recrutado para compartilhar o vasto conhecimento adquirido nas masmorras do regime. Assassinatos do período misturaram interesses militares e civis, envolvendo bicheiros e torturadores. Como o subtenente da reserva do exército, Ari Barbosa Torres, um dos acusados pela tortura, assassinato e ocultação do corpo do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido em vinte de janeiro de 1971, no auge da repressão militar.¹⁶ Amigo de infância do banqueiro Aniz Abraão David (Anísio Abraão), teria o ajudado a arrebatá-la banca de jogo de pequenos banqueiros da Baixada Fluminense, abrindo caminho a ferro e fogo. Torres, que em um dos lados sombrios da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, após o desmantelamento do aparelho repressivo com a abertura política do país, foi nomeado o chefe do barracão e segurança de Anísio. Assim, em meio aos preparativos para o carnaval circulavam Policiais Militares (PMs) e Policiais Civis da ativa e da reserva, conhecidos, amigos ou seguranças do patrono e sua família. “Uma rede que protegia os negócios e era sustentada por dinheiro, tráfico de influência ou troca de favores. O carnaval não apagava a barbárie” (OTÁVIO; JUPIARA, 2015, p.74).

As lideranças do bicho, desde os municípios adjacentes da Baixada Fluminense até as zonas mais nobres da cidade foram divididas pelo controle de grandes banqueiros, que são caracterizados por serem membros da cúpula, e banqueiros menores, estando estes sob as rédeas dos primeiros, e que, em geral, possuíam menos influência e poder econômico além de necessitarem de uma permissão para trabalhar nas determinadas áreas de controle (LABRONICI, 2012). Além disso, era necessário um extraordinário senso de oportunidade, habilidade para superar uma eventual escassez de capital, adotar recurso à violência - quando necessário- e

15 Ver também: SOARES (1993, p. 145).

16 Formalmente denunciado, em 17 de março de 1987, pelo procurador-geral da Justiça Militar Francisco Leite Chaves, informado pelas listas de torturadores do grupo Tortura Nunca Mais (apud OTÁVIO; JUPIARA, 2015, p. 73).

adquirir cobertura política/policial. Este último, um dos fatores centrais para a manutenção de um andamento “estável” do jogo, criam um sistema de proteção aos agentes subordinados à alguns banqueiros. Desta maneira, a relação com o poder público se fez necessária, pois somente assim o bicho teria um ambiente “seguro” e com estabilidade para dar continuidade as apostas. A “politização da repressão” (CHINELLI; SILVA, 1993, p. 48) através de acordos, alianças e propinas que garantiam a convivência, e através de uma influência política mais ampla, foi capaz de influir na “filosofia” ou orientação geral da ação policial.

O fator de uma cobertura política através de acordos diretos com banqueiros atua em prol desta convivência aparentemente estável e pacífica entre o bicho e o poder público. Assim, estes acordos com os próprios policiais contribuem para o monopólio do jogo nas mãos de um pequeno e seletivo grupo de banqueiros. Com isso evita-se a necessidade do recurso explícito direto à violência correndo o risco de estourar situações de conflitos e disputas constantes entre si. Apesar disso a estrutura do jogo ainda faz uso de um “braço armado” a serviço do chefe da organização de modo a garantir por meio da força, se for necessário, o controle de seus domínios. Como apontam Chinelli e Silva,

A insuficiência e a precariedade da “politização da repressão”, associada à ausência de um quadro normativo que permitisse definir as fronteiras entre as diferentes organizações sem recurso à força, fizeram com que, durante muito tempo, explodissem violentos conflitos que puseram em relevo a dimensão paramilitar envolvida no processo de institucionalização do jogo do bicho. Sua consolidação institucional – mesmo com permanência na “transgressão” – progressivamente reduziu a frequência e a relevância do recurso à força, até atingir o momento atual, que se caracteriza por uma pacificação aparentemente total obtida através de um acordo de cúpula que parece bastante estável e que conta com o aval implícito do poder público. (...) o braço armado perde seu antigo sentido estratégico, sendo substituído pela força econômica e política, mas preserva-se o “estilo” que contribuiu para moldar. (CHINELLI; SILVA, 1993, p. 49).

Tal dinâmica explicita uma correlação de forças entre os donos do jogo desnudando as relações de confiança e as redes de aliança essenciais para que os pontos de uma localidade permaneçam sob o controle de determinado banqueiro. Um apadrinhamento de banqueiro para banqueiro permite que os demais possam usufruir de outras áreas. Apesar das institucionalidades do jogo do bicho, com a criação da cúpula, as relações não são exclusivamente mediadas pela formalidade. A cúpula se transforma, então, no palco de discussão e deliberação das futuras ações do bicho. Antes da entrada de Capitão Guimarães, outro grande banqueiro renomado do bicho, a dinâmica de gestão do jogo imperava a desorganização e o improviso. A divisão terri-

torial era feita na base do “daqui pra cá é meu; daqui pra cá é seu”, contou Capitão Guimarães. A partir da entrada do ex-militar, o jogo adotaria procedimentos empresariais e se informatizaria. A cúpula ganhou contornos de estado-maior e remonta a adoção de altas reuniões em lugar da palavra dada. “Antes, você podia dormir com 50 pontos e acordar sem nenhum. Reuni os banqueiros daqui e loteamos Niterói”, contou Capitão Guimarães em entrevista para o jornal O Globo¹⁷. O dono de ponto era considerado como o corretor, que trabalhava para o chefe que ganhasse a maior comissão da “descarga”.

A descarga pode ser vista também como um reflexo das dinâmicas de alianças entre os donos do jogo. Uma relação que em um primeiro momento se apresenta como puramente econômica, mas que no fundo reforça posicionamentos dominantes de um banqueiro sobre os demais. O bicheiro “Carlinhos” define de maneira precisa a forma como se dão as descargas nos pontos do bicho ao longo do tempo:

Sempre tem um que segura a descarga dos demais bicheiros. Quem começou com isso tudo era o Tio Patinhas. Ele segurava, se não todas, a grande maioria das descargas. Ganhava muito dinheiro com isso. Por isso que se chamava Tio Patinhas, tinha dinheiro pra cobrir todo mundo. Depois quando ele morreu, ele doou tudo pro Maninho, agora eu nem sei mais quem faz, acho que é o Turcão. (apud OTÁVIO; JUPIARA, 2015, p. 58).

A analogia da figura do “Tio Patinhas” entre desenho animado e banqueiro do bicho é extremamente significativa, pois remete a figura de um indivíduo dotado de extremo poder financeiro (literalmente dono de um cofre forte repleto de ouro) capaz de bancar grandes parcelas do o jogo. Ângelo Maria Longa, o Tio Patinhas, foi um dos grandes da contravenção no final da década de 70 e início de 80. Dedicou cinquenta anos de sua vida à contravenção. Era um dos homens com maior movimento de apostas em todo o estado, com pontos em diversos bairros da zona sul do Rio de Janeiro, desde os bairros do Catete até o Leblon, em partes do Centro da cidade, Tijuca e Vila Isabel. Um dos mais ricos dos banqueiros, seus negócios eram conhecidos como “Bradesco da Contravenção”. Tio Patinhas morreu no dia 16 de março de 1986, aos 76 anos, vítima de câncer, e teria apadrinhado e cedido espaço para a entrada de futuros banqueiros, como o caso de Capitão Guimarães (OTÁVIO; JUPIARA, 2015, p. 235). Assim, como afirmou o bicheiro “Carlinhos” ele foi uma figura proeminente que atuava na “descarga”. As apostas, cujas premiações são maiores do que a capacidade que os pequenos banqueiros teriam de bancar, seriam repassadas para os banqueiros da descarga, e com isso, repassariam os

¹⁷ O Globo de 23 out. 1981. (apud OTÁVIO; JUPIARA, 2015, p. 139).

riscos de grandes e polpudas vitórias no jogo que poderiam levar a uma quebra da banca. Após a morte de Maninho, como apontou Carlinhos, a descarga do Rio e Niterói foram herdadas por “Turcão”, outro banqueiro pertencente à cúpula do bicho¹⁸.

A descarga assim torna-se mais do que uma necessidade econômica, e vai além de um simples seguro, ela pode ser vista como um controle obtido pelos grandes banqueiros. Além de representar uma forma de evitar um possível “derrame”¹⁹ da banca, mantendo a credibilidade que o jogo possui para com seus apostadores, esta prática pode ser observada como uma das chaves do controle sobre um determinado território onde atuam banqueiros de menor influência. Além disso, a descarga mantém a liquidez necessária de banqueiros menores conservando a confiança fundamental dos apostadores para a continuidade das apostas em um jogo que se encontra fora do escopo legal do Estado, seguindo a máxima de que: “o bicho sempre paga”.

As relações de fronteira são preocupações constantes, tanto na vida de um banqueiro, quanto na dos demais trabalhadores do bicho. Ultrapassar ou explorar negócios em territórios de outros banqueiros são fontes geradoras de conflitos que podem, em último caso, levar a disputa para execuções e assassinatos, como explicitado no caso da morte do banqueiro Maninho. Assim, banqueiros dividem a cidade em uma verdadeira colcha de retalhos e loteiam regiões e zonas pertencentes a cada um, cuja distribuição dos pontos, em geral, respeita acordos previamente estabelecidos e definidos. Inicialmente, a divisão segue uma estrutura formalizada entre os já concretizados grandes banqueiros.

A distribuição dos pontos de cada banqueiro respeita a delimitação de cada território, onde cada um tem a sua área e pode distribuir, dar, vender ou conceder seus pontos para outros banqueiros a partir de regras pré-estabelecidas e formalizadas entre si. Em zonas fronteiriças esta regra pode ser mais maleável, pois pode haver pontos próximos de banqueiros diferentes. Na região central da cidade do Rio de Janeiro é onde isso é mais evidente. O bicheiro “Domingos”, por exemplo, que trabalha no centro da cidade há mais de 30 anos, conta que esta região é dividida por mais de dez banqueiros diferentes. Podendo haver em uma mesma quadra uma banca²⁰ em cada esquina de banqueiros distintos. As zonas fronteiriças das áreas de cada ban-

18 Ver: Jornal Extra: “Bicheiro dá garantia contra apostas altas”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u85444.shtml>. Acesso em: 06 jan. 2012.

19 Termo nativo para um prejuízo ou quebra da banca.

20 No jogo do bicho, a banca é também a denominação de uma instância provedora e de suporte que dá garantia para que os bicheiros se mantenham trabalhando nas ruas. Diante de qualquer problema ocasional, não só com policiais, um bicheiro prontamente se disponibilizará a ligar para a banca para esclarecimentos ou auxílio. Lá se encontram diferentes funções, mas principalmente a de gerente que administra diversos pontos espalhados pela localidade sob seu domínio. Os tamanhos das bancas também podem ser variados podendo

queiro não são estritamente definidas, deixando margem para o surgimento de pequenas concorrências entre pontos de diferentes banqueiros (LABRONICI, 2012, p.54).

Esta dinâmica entre banqueiros e a divisão territorial do jogo é corroborada com a fala de “Zinho”, porta-voz do jogo do bicho no final da década de 1980, em entrevista para à antropóloga Simone Simões Soares, e que traz uma imagem de como a dinâmica entre banqueiros funciona:

Temos nossa cúpula, que são sete: Castor (presidente), Miro, Luiz Drummond, Turcão, Rafael Palermo, Anisio Abraão, Capitão Guimarães. Aqui estamos divididos em cinco áreas: Zona Centro, Zona Norte, Baixada e interior. Cada zona tem três representantes, são 15 representantes. Temos uma reunião todo mês com a cúpula. A cúpula não decide, quem decide é a maioria dos representantes numa votação democrática. Nossas decisões são só aqui no Rio, nós não interferimos nos outros Estados. Nossa tecnologia é a mais avançada. Aqui não aparece aventureiro. Cada um tem a sua área. Se eu quiser vender meu negócio, tenho que vender para meu vizinho. Ninguém pode vender seu ponto sem dar preferência ao banqueiro vizinho. No centro da cidade, nós temos 8 a 10 banqueiros; se ninguém estiver interessado (os vizinhos) poderá vir um outro banqueiro. Existe o respeito. Existe uma disciplina, uma hierarquia. Eu tenho quase 300 empregados. Tenho nove pontos em lojas e na rua. Cada loja tem o gerente, o caixa (carimbador), os aranhas (cambistas) e os funcionários. (SOARES, 1993, p. 75).

Grandes e pequenos banqueiros coexistem sem que haja a possibilidade de concorrência desleal atrapalhando assim a dinâmica de suas relações. Noções de respeito, disciplina e hierarquia formam a base de sustentação de um funcionamento pacífico e lucrativo após a consolidação da cúpula. Entretanto, a criação de novos concorrentes se torna alvo de preocupação para os banqueiros já consagrados e atuantes. Em entrevista, um morador do município de Nilópolis, na Baixada Fluminense, conta ao historiador Luiz Bezerra:

Era comum em algumas ocasiões a polícia fechar um ponto de bicho que pertencia a um banqueiro determinado, e não agia nos outros pontos. Quer dizer, só pegava aquele ponto. Então se supõe que um outro estivesse bancando a polícia para ir contra o adversário, né? No concorrente, digamos assim. Não era uma situação de equilíbrio. E havia também novas pessoas querendo bancar, querendo montar ponto. Isso era comum. Normalmente, a polícia agia em cima deles, prendia, batia... Isso tudo mesmo antes de 64. (BEZERRA, 2010, p. 32).

conter a função de administração e pontos de jogatina. (LABRONICI, 2012 p. 75).

Entretanto, não apenas de disputas se baseia a dinâmica de distribuição e divisão de pontos de jogo. O controle do jogo do bicho, em determinadas regiões, pode ser pautado por uma divisão de banqueiros que possuíam uma lógica de compra de pontos para a revenda²¹. A semelhança do jogo com um negócio que demanda gestão de recursos financeiros, obtenção de proteção policial e coordenação de pessoal, evidenciam as dificuldades de um banqueiro começar debaixo e se tornar bem-sucedido sem que se tenha o apadrinhamento de outro já atuante na contravenção. A concentração de pontos do jogo nas mãos dos grandes banqueiros não se deu de forma casual. Para se tornar um grande banqueiro, não bastava já ter algum envolvimento com o jogo ou ser um pequeno banqueiro. As relações entre parentes e suas redes de alianças são essenciais para um fortalecimento dos negócios. O parentesco e as redes de relações interpessoais de afinidade se apresentavam como uma via importantíssima de transmissão de poder e expansão dos negócios devido a impossibilidade de vincular os membros da organização por meios de relações contratuais formais, assim como estabelecer a hierarquia em estatutos legais. Sem amparo legal, relações de afinidade se tornam fundamentais a uma série de laços para a expansão de negócios ilícitos: é no corpo a corpo político que os banqueiros seguem defendendo seus negócios. Apesar disso, como ficou claro no prólogo deste texto, em muitos momentos as desavenças e conflitos de interesse ainda são resolvidas na bala.

Estas disputas criaram uma representação social sobre a figura do banqueiro que reflete até mesmo o posicionamento de trabalhadores de bicho nas ruas da cidade atualmente. O bicheiro “Zé” afirma que, em determinadas localidades, a presença de um bicheiro é considerada um anteparo contra eventuais assaltos ou roubos.

(...) a vagabundagem tem medo e não mexe com a gente não, eles acham que tem algum vigia, ou coisa parecida. Esse dinheiro todo aqui ó! [me mostrando um bolo de notas] não é nosso [referindo-se a quem trabalha nas ruas]. E se não é nosso, ele tem que ser de alguém. Quando eu trabalhava na Penha, o dono do boteco que eu trabalhava próximo vivia pedindo para eu ficar na porta do bar dele. As pessoas sabem que vagabundo tem medo de bicheiro (apud LABRONICI, 2012, p. 49).

Assim, ao longo dos pontos de jogo espalhados pela cidade não se tem a necessidade constante de uma proteção extensiva. A representação social do banqueiro do bicho vai além de um simples marginal ou fora da lei. Sua força não está inserida exclusivamente no indivíduo. As redes e influências são fatores de peso na representação de tais figuras. Tais redes de influência

²¹ Isso mostra o potencial econômico do jogo do bicho e a alta lucratividade envolvida. (BEZERRA, 2010, p. 34).

que se voltam para a manutenção do monopólio do controle do jogo e de sua segurança voltada para uma convivência lucrativa desse mercado. O destino é o lucro e a proteção dos negócios. Como afirmou Castor de Andrade à Folha de São Paulo (1985, p. 20): “A contravenção tem um princípio. Ela é governo e não tem culpa que o governo mude toda hora”.

COM AS GARRAS DE FORA

Como apontado anteriormente, as lutas e conflitos entre banqueiros pelo controle de pontos na cidade do Rio de Janeiro, historicamente, foram, segundo o sociólogo Michel Misse (2007), um importante “fator de representação social da violência na cidade, mas foi a ligação que se estabeleceu entre esse mercado ilícito e a “proteção” policial o principal responsável pela representação crescente de corrupção policial (...)” (p. 5). Essas redes sociais passavam não apenas a explorar o jogo do bicho, mas aquilo que o autor chama de “mercadorias políticas”, ligado à repressão a determinados mercados. A partir deste contexto repressivo, bens públicos (pertencentes ao Estado) são apropriados por funcionários do Estado e transformados em um bem privado, que podem ser trocados por dinheiro ou favores. A mercadoria se torna política, pois o seu valor depende de uma correlação de poder e de forças entre as partes durante a transação (troca) e o seu preço é fixado a partir desta dimensão política e econômica. Assim, propinas, chantagens, extorsões e redes de proteção interligam mercados legais, ilegais, formais e informais. Tal dinâmica, explícita se complexifica e se reelabora conforme os atores sociais inseridos no jogo do bicho e grupos milicianos se voltam para a proteção e manutenção do mercado do jogo ilícito, muitas vezes encontrando-se diretamente associados a processos de administração de conflitos pautados por violência e morte. Tais grupos, denominados de milícias, estão cada vez mais se inserindo neste papel.

Atualmente, no Brasil, o termo milícia refere-se a policiais e ex-policiais (principalmente militares), bombeiros e agentes penitenciários, todos com algum treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, que tomam para si a função de proteger e dar “segurança” em vizinhanças supostamente ameaçadas pelo tráfico de drogas. As antropólogas Alba Zaluar e Isabel Conceição (2007, p. 91) apontam que a organização de grupos milicianos constitui um fenômeno relativamente novo no Rio de Janeiro, efeito de malsucedidas políticas de segurança pública. São militares que abusam do monopólio da violência garantida pelo Estado, que lhes fornece treinamento e armas. São agentes do estado que têm ou tiveram a função de garantir o

cumprimento da lei, mas agem fora do escopo legal, muitas vezes contra a lei, não só para fazer da segurança um negócio lucrativo, mas também para explorar, em muitos outros empreendimentos, os mais vulneráveis entre os trabalhadores urbanos, precarizados em suas garantias legais de habitação, acesso à Justiça e proteção institucional nas localidades onde vivem. Estes grupos de policiais e ex-policiais constituem o mesmo fenômeno, denominado “grupo de extermínio” nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde predominavam migrantes vindos de outros estados²². A novidade está na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. O discurso predominante sobre o surgimento e a expansão das milícias é de que elas teriam se popularizado a partir da experiência bem-sucedida na comunidade de Rio das Pedras. Segundo o sociólogo Marcelo Burgos (2002, p. 34), que primeiro estudou sobre o fenômeno, as milícias passaram a ser mais expressivas, em termos de quantidade de favelas controladas, apenas a partir dos anos 2000. Época em que taxas de segurança, o monopólio do comércio de determinados produtos e serviços e o assistencialismo não apenas já estava consolidados em Rio das Pedras, como também havia tornado essa favela famosa pela “segurança local”, “uma espécie de oásis em meio à barbárie”.

É isso que se observa no fenômeno da privatização da segurança nas áreas denominadas “de risco”, “de vulnerabilidade” a esquemas militarizados de poder, como os de grupos de milicianos ou de traficantes que violam os direitos de cidadania da população local. Para manter o crescente poder econômico financeiro a gestão da morte do concorrente se torna um importante instrumento de negociação. Segundo Alba Zaluar,

Não foi, portanto, apenas a preferência por um domínio mais eficaz na contenção da guerra entre comandos do tráfico e na garantia de não intervenção violenta da Polícia que provocou o crescimento irrefutável das áreas faveladas dominadas por “milícias” no Rio de Janeiro. Também o constrangimento, a invasão pura e simples das favelas, assim como a entrega delas pela associação de moradores, às vezes por meio de “venda” à organização, sem esquecer as injunções políticas de proteção dada por membros do Legislativo, contribuíram para isso. Mas é inegável que o controle e a exploração para fins lucrativos de um território, sem o amparo da lei, podem desembocar no uso abusivo da força pelas “milícias”, levando-as também a matar. (ZALUAR, 2012, p. 357).

²² Além disso, o que é ainda mais grave, os milicianos vêm tentando ocupar espaços cada vez maiores nos poderes Legislativo e Executivo municipais e estaduais, construindo redes no interior do poder público, e até no Judiciário. Em 2007, as milícias dominam 86 favelas (de acordo com o mapa das milícias fornecido pela Secretaria de Segurança do Estado e pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Alerj) e são compostas por vários grupos (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007 p.91).

Assim, as bases da milícia são grupo de extermínio, entretanto, ela se apresenta com aspectos estruturais e organizacionais mais sofisticados. Segundo o sociólogo e autor do livro *Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense* (2003), José Claudio Souza Alves, a impunidade dos grupos milicianos é decorrente da sua própria penetração nas esferas do poder público. Ou seja, o Estado não foi corrompido, nem deturpado, nem sequestrado. Não é uma ausência de Estado. O Estado é o organizador, sendo uma estrutura atuando desde a década de 1970 de maneira intocada e com o surgimento das milícias amplia-se a sofisticação da dominação econômica na atuação de tais grupos.

Os modos de operar o poder se sustentam em bases do controle territorial e econômico de certas atividades lucrativas. Entretanto, a forma de atuação não se dá de maneira homogênea entre estes grupos e a diversificação dos modos de operacionalizar e controlar as atividades em seus territórios adquirem uma discricionariedade contextual a partir dos objetivos e interesses dos agentes inseridos no poder (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007; ZALUAR, 2012; CANO; DUARTE, 2012).

O mercado de jogos de caça-níqueis pode ser explicitado como uma das atividades com um alto potencial lucrativo explorado nesse contexto e que evidencia a relação mais explícita entre tais grupos milicianos e o jogo do bicho. Historicamente, tal mercado esteve no controle de banqueiros de bicho também relacionadas ao ramo da contravenção. As máquinas caça-níqueis são geralmente caracterizadas pelo seu sistema conhecido como “noteiro”, no qual é possível que o apostador insira seu dinheiro (moedas ou notas) diretamente na máquina. Em geral, são acusadas de serem facilmente manipuladas e “viciadas” pelos seus operadores, deixando poucas chances para o apostador ganhar o prêmio máximo. Como diz a máxima dos jogos de azar: “a casa sempre ganha”; no mercado de máquinas caça-níqueis não é muito diferente. Segundo informou um interlocutor que trabalhou na construção de tais máquinas em galpões da Baixada Fluminense e na zona oeste da cidade, um volume específico de apostas (14 vezes o prêmio máximo) é pré-estipulado pelo operador da máquina e inserido no sistema de modo que a máquina somente “libera” o prêmio após o montante ser alcançado.

A introdução das máquinas caça-níqueis se deu a partir de uma conexão do bicho com a máfia italiana. Segundo os jornalistas Chico Otávio e Aloy Jupiara (2015, p. 134), a ambição do bicheiro Castor de Andrade - cuja importância ímpar para o mercado de jogos ilícitos já foi diversas vezes explicitada aqui - na procura por diversificação dos negócios foi fundamental para a entrada dessa tecnologia no país. Ambicioso, botou em prática um processo desenvolvimentista próprio. Essa aproximação começou no início da década de 1960, quando o *capo* Antônio Salamone, fugido da polícia italiana, desembarcou na cidade do Rio de Janeiro. Castor,

de modo a adquirir favor com o alto escalão da máfia, o auxilia, utilizando de seus contatos ao longo do regime militar na década de 1970. Usufruindo de sua influência política, fez com que Salamone permanecesse no país e até mesmo conseguisse tirar a cidadania, o que seria uma impossibilidade devido ao fato de Salamone ter um mandato de prisão internacional expedido contra ele. Reconhecendo o apoio recebido, o mafioso foi um dos elos de Castor com a máfia italiana, quando, já nos anos 1980, as máquinas de jogos de azar chegaram e se espalharam pelo país. Atualmente, afirmou o bicheiro “Carlinhos”, tanto as máquinas como seus pontos de jogo são focos de divisão territorial. Assim como ocorre na divisão dos pontos de jogo do bicho pela cidade, cada banqueiro possui o seu território de caça-níquel. (apud LABRONICI, 2012, p. 56).

Deste modo, territórios de banqueiros e milicianos se entrelaçam e sobrepõe fazendo com que acordos entre tais grupos sejam acionados de modo a produzir um funcionamento regular, garantindo a previsibilidade lucrativa deste mercado. Uma aliança pelo lucro é deste modo orquestrada entre estes grupos, aparentemente, distintos. A atuação em parceria na administração de máquinas de caça-níquel em territórios dominadas por grupos milicianos, conforme investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro²³ apontam, são construídas com tais objetivos. Assim, uma parcela das apostas é adquirida por grupos milicianos sob a forma de “pedágio” com o repasse da maior parte restante aos banqueiros do bicho. Em outros casos, milicianos passam a ser os “donos” das máquinas, pagando um aluguel aos contraventores. Além disso, uma das formas que essa parceria é operada se dá através da colaboração da segurança das máquinas instaladas em bares e padarias nos territórios controlados por banqueiros. De acordo com uma reportagem do portal *Terra* (11 abr. 2010), o então delegado Cláudio Ferraz, da DRACO, afirma que há casos nos quais traficantes são expulsos do controle das máquinas por milicianos para entregá-las aos banqueiros do bicho. “Em algumas áreas, onde máquinas eram exploradas pelo tráfico, a milícia expulsa o bandido e chama os bicheiros para uma nova parceria”, afirmou. Num mesmo sentido, em reportagem investigativa para a Revista *ÉPOCA* (2020)²⁴, os jornalistas Chico Otávio e Aloy Jupiara apontam que assim como controlam a venda de botijões de gás e a instalação de “gatonet”, milicianos cobram pedágio de banqueiros pelo funcionamento de caça-níqueis em áreas sob seu controle. Entretanto, a disputa pelo controle desse mercado tem se inclinado cada vez mais na direção da milícia tomar territórios de contraventores enfraquecidos em busca do domínio da jogatina ilegal.

23 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/rio-bicheiros-usam-milicianos-para-matar-adversarios-diz-policia,64c81054a250b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>.

24 Disponível em: <https://epoca.globo.com/rio/ex-capitao-do-bope-promoveu-alianca-entre-milicianos-bicheiros-24275879>.

A diversificação dos mercados controlados por esses grupos começa a se expandir também para as Escolas de Samba do grupo especial tradicionalmente controladas por banqueiros do bicho. Tal relação se exemplifica no caso do assassinato de Bid, morto ao voltar para sua residência após o desfile na Sapucaí, por associação com as facções de assassinos de aluguel formadas por milicianos²⁵. Essa nova configuração da cúpula das escolas de samba foi liderada pelo ex-capitão do Bope Adriano Magalhães da Nóbrega, que tinha relações profundas com membros da família do banqueiro Maninho²⁶. Os primeiros indícios de tal ligação com o carnaval teriam sido assegurados por ele nos últimos anos na tomada de poder em pelo menos duas escolas de samba, Salgueiro e Vila Isabel. Além de ser investigado no assassinato, em setembro de 2016, de Falcon, então presidente da Portela e subtenente reformado da PM. Os investigadores da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro encontraram entre os pertences de Adriano dois crachás da LIESA, dos anos de 2016 e 2017, em que ele aparece como diretor da escola Vila Isabel, que dava livre acesso à pista nos desfiles da Sapucaí. Adriano era o braço direito do contraventor Bernardo Bello, acusado por Shanna de ser o mandante da tentativa de assassinato ocorrido contra ela no final de 2019, quando ele assumiu o controle da escola Vila Isabel. Ainda segundo a reportagem da *Revista ÉPOCA* (28 fev. 2020), essa nova dinâmica não seria um processo exclusivo de escolas do Grupo Especial. As escolas do Grupos de Acesso também estariam sofrendo com a ameaça e a tomada de diretorias por indicados de milicianos. Em junho de 2015, o presidente da União do Parque Curicica, Wagner Rafael de Souza, o Dádi, foi executado com tiros de pistola dentro de seu carro. Ele fora eleito apenas três meses antes e teria contrariado ordens da milícia sobre a agremiação. A suspeita pesou sobre o ex-PM Orlando Oliveira de Araújo, o miliciano Orlando Curicica. Um sobrevivente do ataque o apontou como um dos criminosos. Depois, em juízo, a testemunha voltou atrás. Com isso exposto, se torna cada vez mais evidente que a lucratividade e o prestígio das agremiações do carnaval carioca estão, recorrentemente, mais inseridos no radar dos grupos smilicianos, senão para dividi-las com bicheiros, tomá-las inteiramente, representando um controle total sobre seus territórios.

Já o fenômeno da privatização da segurança se diversifica em diversos aspectos quando observada pela relação entre esses dois grupos. Milicianos podem tanto fazer a segurança pes-

25 Um dos seguranças que estavam com Bid no momento de sua morte era o ex-PM expulso da corporação. Portal G1. (2020). Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/27/seguranca-de-contraventor-bid-e-ex-policial-expulso-da-pm-diz-policia.ghtml>.

26 A escola de Samba Vila Isabel afirmou à *Revista ÉPOCA* (2020) que o credenciamento de Adriano foi feito a pedido de Myro Garcia, o Mirinho, filho de Maninho. Assim como o pai, e agora o tio, o jovem também foi assassinado, em 2017, ano da última credencial de Adriano. Segundo a Vila Isabel, Mirinho pôde pedir a credencial do miliciano porque era membro benemérito da escola.

soal de determinados banqueiros do bicho, como produzir ataques a banqueiros concorrentes e a seus negócios. As batalhas travadas entre bicheiros envolvem a atuação de agentes da milícia tem cada vez mais ganhado as páginas dos principais noticiários do país como mais um desdobramento do complexo processo relacionado às atuais dinâmicas referentes à segurança pública no meio urbano carioca. Tais disputas criam um clima de inconstância temporária e incertezas no controle do jogo até que a ordem seja mais uma vez estabelecida, tudo isso para que as apostas possam continuar a fluir normalmente.

CONCLUSÃO

Como foi dito inicialmente, o jogo do bicho, como uma categoria polissêmica adquire sentidos distintos a partir do ângulo de observação. Entendido como cultura, tradição, informalidade, mercado, vício, crime e diversas outras formas. Assim, o “Jogo do Bicho” (com letra maiúscula) se apresenta como uma forma que abarca todas essas características, sendo uma expressão de um fenômeno social altamente complexo, podendo ser entendido como um “fato social brasileiro.” (SOARES, 1993). Suas formas de gestão e regulação nas ruas tem por detrás uma base de sustentação pautada por uma organização entre atores que se encontram dentro e fora do Estado e do escopo legal de modo a permitir a continuidade do mercado de jogos e diversões ilegais, bem como o sustentáculo político, econômico e territorial dos atores envolvidos.

O lucro pode ser entendido como uma das formas com as quais tais controles são consolidados e um dos objetivos fins dos grupos abordados. Como afirmou a historiadora Amy Chazkel (2007, p 553), “A desobediência do jogo do bicho por parte dos ‘banqueiros’ é pautada pelos mesmos fins lucrativos dos opulentos industrialistas”. Assim, banqueiros do bicho e milicianos utilizam dos grandes recursos adquiridos para ampliar cada vez mais seu poder frente a contravenção. A divisão territorial é assim pautada por uma incessante busca do monopólio do jogo dentro de certos limites de uma convivência “pacífica”. Apesar disso, ficou evidente aqui que, apesar dos controles regulatórios impostos pelos próprios atores nesse campo disputas, conflitos armados são, e provavelmente continuarão a ser no futuro próximo, cada vez mais as formas de lidar, coibir ou, até mesmo, aniquilar a concorrência. A sorte no jogo, neste caso pode trazer azar na vida, haja vista a ininterrupta lista de conflitos com desfechos trágicos e mortíferos, tanto para o baixo como para o alto escalão dos que administram o jogo. A gestão da morte

e a morte do concorrente não impede ou interrompe o processo de escalada da violência que vem se intensificando e, a cada dia mais e mais vezes exposto nos noticiários nacionais. Um verdadeiro “jornal da morte” com “um bicheiro assassinado em decúbito dorsal²⁷” eventualmente exibido nas páginas policiais.

A necessidade do aval ou do apadrinhamento de atores já inseridos no mercado de jogos da contravenção à entrada de novos atores impede que aventureiros possam explorar desse mercado por conta própria. Esta necessidade evidencia que a regulação deste mercado se dá de forma altamente controlada e regulada por relações de afinidade e parentesco, pautadas por valores hierárquicos e disciplinares oriundas das casernas do período da ditadura militar. Tais valores militarizados podem ser abordados como mais um dos pontos de intersecção entre bicheiro e milicianos que convergem para atuações com essências similares e coerentes entre si.

Como já dizia a canção de Dorival Caymmi: “Quem não gosta de samba, bom sujeito não é”, e nesse caso, quem gosta aparentemente também não. A gestão do carnaval carioca apresenta dois lados antagônicos. Por um lado, de uma festa eufórica e contagiante, exportada para o mundo como um dos símbolos nacionais da cultura popular, e, por outro, adquire contornos obscuros em seus barracões. Como apontado aqui, pelo menos desde a década de 1960, estiveram controladas e aparelhadas por banqueiros da loteria do bicho e parasitadas por agentes do Estado que buscam consolidar, em meio a expressão cultural carnavalesca, o prestígio e o reconhecimento popular das regiões onde os preparativos do espetáculo são produzidos e criados. Além disso, com a crescente popularidade do desfile, buscam angariar cada vez mais recursos e poder político na sociedade carioca como um todo. Evidências de que tanto banqueiros do bicho como milicianos dançam conforme a mesma música.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH: Clio, 2003.
2. BEZERRA, Luiz Anselmo. **A família Beija-Flor**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

²⁷ Letra do Samba “Jornal da morte”.

3. CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. **No sapatinho**, a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008 -2011]. Rio de Janeiro: LAV Fundação Heinrich Boll, 2012.
4. CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Le Mécénat du jogo do bicho dans**. Le carnaval de Rio de Janeiro. *In*: JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, São Paulo: UNESP, 1994.
5. CHAZKEL, Amy. **Leis da sorte**: O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014.
6. CHINELLI, Filipina.; SILVA, Luiz Antônio Machado da. O vazio da ordem: Relações políticas e organizacionais entre escolas de samba e o jogo do bicho. **Revista do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro UERJ/CEP, v. 1, n. 5, p. 42-52, 1993. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_12/12_mediacoas_FilippinaChinelli.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.
7. DAMATTA, Roberto; SOÁREZ, Elena. **Águias, Burros e Borboletas**, um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
8. DE SOTO, Hernando de. **El otro sandero**. Lima: Ed Instituto Libertad y Democracia, 1980.
9. FOUCAULT, Michel. Des supplices aux cellules. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II**. Paris: Gallimard, 1994, p. 716-720.
10. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
11. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 34. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.
12. GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. (1958). *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades complexas**. São Paulo: UNESP, 2010.
13. LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. **Para Todos, vale o escrito: uma etnografia do jogo do bicho**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
14. LABRONICI, Rômulo Bulgarelli; SILVA, Gabriel Borges da. Uma contravenção controvertida: reflexões acerca da tutela penal do jogo do bicho. **Revista Interdisciplinar de Direito**, Faculdade de Direito de Valença, v. 14, n. 1, pp.201-213 jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/download/257/205/>. Acesso em: 05 mar. 2020.
15. MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, Leva!** O jogo do bicho no Rio de Janeiro (1989-1960). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.
16. MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos e a Acumulação Social**

- da Violência no Rio de Janeiro.** 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
17. MISSE, Michel. Mercados Ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2020.
18. OTÁVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. **Os porões da contravenção: Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado.** Rio de Janeiro: Record, 2015.
19. PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói: EdUFF, 2011.
20. RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad Del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira.** 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
21. RODRIGUES, Nelson. **Boca de Ouro: tragédia carioca em três atos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1959.
22. SOARES, Simone Simões Ferreira. **Jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
23. SOÁREZ, Elena. **Jogo do bicho, um totemismo carioca.** 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
24. TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, p. 97-126, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7192>. Acesso em: 10 mar. 2020

Rômulo Bulgarelli Labronici

Pós-Doutorado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Doutor e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/InEAC) e do Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9860-0244>. E-mail: romulolabronici@gmail.com.

“Lavo, Passo e Cozinho na sua Casa e pros seus Filhos, mas meu Filho que Mora Comigo Fica Largado na Favela”: Reflexões sobre Suspeição e Precariedade nos Casos do “Cria de Favela” e da “Empregada Doméstica”

“I Wash, Iron Clothes and Cook at your Home and for yours Kids, but my Son Doesn’t Live with Me, He Lives Alone in the Favela”: Reflections on Suspicion and Precariousness in che Cases of the “Cria de Favela” and the “Maids”

Gabriel Borges da Silva

Universidade Estadual do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Fábio Medina Gomes

Universidade Estadual do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

RESUMO

Neste artigo discutiremos precariedade e suspeição a partir de pesquisas distintas, uma realizada em lugares chamados de “favela” na Cidade do Rio de Janeiro e outra nas Varas do Trabalho da cidade de Niterói. A precariedade, para além de seu significado jurídico, será abordada como um dispositivo de poder na desigualação de sujeitos ao acesso a direitos e em relação às posições ocupadas na hierarquia social brasileira. Com a utilização de dados empíricos, bem como com a interlocução de teorias produzidas por outros pesquisadores a respeito do tema, discutiremos como esse processo de precarização permite e sedimenta justificações no espaço público e no convívio social para a demarcação de direitos desiguais, bem como para capitalizar um material simbólico que legitima uma atuação arbitrária do Estado frente às demandas sociais dos considerados precários.

Palavras-chave: Precariedade, Suspeição, Desigualdade.

Recebido em 14 de maio de 2020.
Avaliador A: 10 de junho de 2020.
Avaliador B: 25 de junho de 2020.
Aceito em 01 de outubro de 2020.



ABSTRACT

In this article, we will discuss precariousness and suspicion based on two different researches, the first carried out in places named “favela” in the city of Rio de Janeiro and the second in the Labor Court of the city of Niterói. Precariousness, in addition to its legal meaning, will be approached as a device of power in the inequality of citizens to access to rights and in relation to the positions occupied in the Brazilian social hierarchy. Based on empirical data, as well as the interlocution of theories produced by other researchers on the subject, we will discuss how this precarious process allows and consolidates justifications in the public space and in social life for the demarcation of unequal rights. It also capitalizes on symbolic material that legitimizes arbitrary action by the State in the face of the social demands of those considered precarious.

Keywords: Precariousness, Suspicion, Inequality.

INTRODUÇÃO

“A gente trabalha tanto! Tanto! Tanto! Se humilha em casa de madame e nossos filhos ficam aí largados nessas esquinas. Parecia que eu sentia, tava preocupada do Matheus andado com quem não devia. Mas é assim mesmo, ninguém dá nada de mão beijada pra gente, tinha que trabalhar e confiar na misericórdia divina. Mas não teve jeito, levaram meu filho, que ele esteja agora abrigado nas graças de Deus”. Disse Nilcéia, doméstica, solteira, 33 anos, após seu filho Matheus, de 14 anos, ser morto em uma operação policial.

O presente artigo pretende debater a suspeição e a precarização como elementos centrais na lógica hierárquica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entendemos por suspeição uma determinada seleção entre as pessoas para se aplicar desigualmente a lei, que pode ser realizada pela polícia e por outras instituições brasileiras.¹ Na presente pesquisa, são atores da polícia e do judiciário, bem como da sociedade civil na condição de empregadores quem agem com suspeição. Ao passo que compreendemos precarização como uma série de justificativas

¹ Roberto Kant de Lima (1995) explica que a própria polícia não apenas investiga, mas tem a tarefa de vigiar, ou seja, ela não apenas apura fatos, mas vigia a população. Isso se realiza numa espécie de seleção para aplicar desigualmente a lei, dado que o tratamento dispensado depende do status da pessoa. Por meio de suposições relativas ao caráter do investigado, a polícia prevê essa ou aquela conduta delituosa. Desse modo, as hierarquias da sociedade brasileira se impõem sobre previsões políticas de respeito à igualdade. Em outras palavras, a própria aplicação da lei pela polícia depende do lugar desses sujeitos no estrato social. O que queremos apontar neste artigo é que não apenas a polícia tem agido dessa maneira, mas que a suspeição é uma característica muito capilarizada da nossa sociedade.

que vêm permitindo a manutenção das hierarquias no espaço público brasileiro, legitimando a atuação desses atores de forma arbitrária, sobretudo frente às demandas sociais daqueles considerados precários. Aqui, a relação de juízes e policiais com empregadas domésticas, diaristas e seus filhos, seguirá como recorte, para refletir a relação entre suspeição e precarização, demonstradas na categoria “doméstica” e na figura do “cria”. Abordaremos casos de mulheres que na condição de domésticas, ou seja, nem empregada doméstica nem diarista, como explicaremos, precisavam cuidar de seus filhos. A partir dos casos de Nilcéia, Agrado e Carmem, pretendemos explicitar a condição de desequilíbrio entre atores do Estado, pessoas mais aquinhoadas e aqueles considerados suspeitos, expressa no que chamamos de precariedade à brasileira.

É nesse sentido que as nossas etnografias demonstram meandros do processo de suspeição que sofrem os sujeitos tidos como “precários”, nas suas relações com o Estado brasileiro. Esse movimento vem sendo observado em outras pesquisas que advêm de trabalho coletivo desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública da UFF, do qual fazemos parte. O que vem se verificando com essas pesquisas é que o Estado brasileiro age, arbitrariamente, distribuindo direitos de forma desigual. E essa repartição não favorece os sujeitos menos aquinhoados, mas, pelo contrário, favorece aqueles que mais têm acesso a recursos, por exemplo, criando-se regimes normativos desiguais. Fator que nos faz entender a relevância de observar e analisar esse fenômeno. Para tal, reunimos três casos que em nossos campos de pesquisa apresentaram como características comuns o trabalho doméstico e a maternidade.

A reunião dos dados apresentados neste artigo é resultante de um movimento que teve início em nossas pesquisas de doutoramento e mestrado². Além de terem sido contemporâneas (2013-2019), tivemos a oportunidade de partilhar reuniões de pesquisa e nos apoiarmos no compartilhamento de ideias, assertivas e angústias durante a realização do trabalho de campo, além de leituras, interpretações e processo de escrita que envolvem a construção dos dados etnográficos. De fato, sem esses movimentos em comum não teríamos sido capazes de mobilizar o conjunto de dados necessários para enfrentar a questão aqui proposta. Produzimos um estudo do estado da arte a partir da relação de nossos referenciais de pesquisa que lidam com a questão da precariedade, bem como uma pesquisa em livros que produzem discursos sobre a questão da empregada doméstica. Além disso, utilizamo-nos dos nossos cadernos de campo para entender como a precariedade se constrói via a suspeição de atores que estavam presentes em nossos tra-

2 O primeiro autor do presente artigo se dedicou ao estudo dos lugares chamados “favelas” e das pessoas chamadas “crias”. Já o segundo autor do presente artigo promoveu uma pesquisa de campo na Justiça do Trabalho, observando audiências que discutiam direitos trabalhistas de empregadas domésticas.

balhos de campo, a doméstica e o *cria*. E percebemos que ambos encontram-se numa situação de precariedade.

Enquanto proposta, optamos por abordar situações que explicitavam o conflito entre perigo e reconhecimento de direitos a partir da relação entre suspeição e precariedade. O primeiro caso abordado será o caso de Nilcéia, de modo a observar como a relação entre vida e morte está disponível na relação entre a doméstica e suas crias, identidades precarizadas e que, portanto, padecem de reconhecimento de direitos individuais. Na sequência, trataremos os casos de Agrado e Carmem, de modo a refletir como a ideia de perigo aparece na justificativa para a não contemplação de direitos trabalhistas de empregadas domésticas e diaristas perante a justiça do trabalho. Assim, pretendemos relacionar reflexões a respeito de tecnologias de produção de desigualdade. Tecnologias, inclusive já percebidas em outras pesquisas que dialogam com ambientes em que a dimensão da “tolerância” cobra pertinência e tem caráter estruturante³. É o caso, por exemplo, daquela conduzida por Pires (2010) ao tratar dos ambulantes da rede ferroviária carioca, descrevendo e analisando os dramas pelos quais se constroem a tolerância com pretensos desvios, dos mais diversos, ordenando as convivências entre diferentes percepções, moralidades e interesses no uso daquele equipamento público. Freixo (2013), por sua vez, ao tratar das desigualdades construídas a partir do processo de produção de verdades na Polícia Civil, mostra como sujeitos sociais podem ter suas identidades deterioradas a partir de processos conduzidos pelos inquéritos policiais que, no entanto, podem ser mitigados por objetos oficiosos que são objetos da discricionariedade dos agentes, em sede policial, precarizando a própria perspectiva normativa vigente. Em um outro exemplo de tais estudos, Silva (2014), ao tratar dos trabalhadores do Mercado Popular da Uruguaiana, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, demonstra como o vazio normativo existente permite que os mais variados interesses operem em favor de que o regime de arbítrio resultante estabeleça barreiras aos fortes interesses imobiliários por uma área nobre da capital do estado do Rio de Janeiro. O que acaba, do ponto de vista dos camelôs, oferecendo mais garantias de permanência no local do que outros que, eventualmente, fossem universalizados. Todos estes trabalhos procuraram refletir sobre a noção de *precariedade* com base em seus campos empíricos, assim como Albernaz (2015), ao tratar de uma zona periférica de Niterói; Gomes (2015) ao estudar as empregadas domésticas, dádiva e mercados; Santos (2016) sobre a ordem pública e Garau (2017) ao tratar das Unidades de Polícia Pacificadora.

3 As tolerâncias expressam as relações de permissividade em que o Estado “tolera” determinadas práticas de sujeitos precarizados em troca da manutenção do controle sobre os sujeitos via práticas ilegais de seus agentes (SILVA, 2014).

A socialização a partir dos dados de nossas pesquisas e a complementariedade de nossos cadernos de campo foram centrais na percepção de como, para além do Estado, a classe média⁴ brasileira é capaz de manipular a suspeição tanto no trato com as empregadas domésticas e diaristas como no trato com o “cria de favela”. Como veremos no caso das audiências trabalhistas de Carmem e Agrado, que não foram reconhecidas como empregadas domésticas. Pelo contrário, na moralidade de suas patroas, que fora confirmada no judiciário, reconhecer esse direito era um perigo à “família brasileira”, representada pela figura da “patroa”. Entender a ideia de perigo permite a percepção deste que nos parece um dos principais elementos de suspeição. Fator que nos fez refletir a respeito do fato de muitos dos “crias de favela” serem também filhos de domésticas. A suspeição institui um pensamento de que algumas pessoas são perigosas enquanto outras foram postas em risco. Dessa forma, cria-se um discurso segundo o qual o *cria*, tal como a doméstica, colocam em perigo as camadas médias da sociedade.

Assim, devido às limitações dessa proposta, abordaremos essas três situações que se encontraram nesse enredo de mães que, por serem domésticas, deixavam seus filhos sozinhos para cuidar dos filhos de suas patroas. Afinal, percebemos que no cotidiano dos nossos interlocutores são eles mesmos que estão sob ameaça de perder rendimentos, direitos e a própria vida. Mesmo porque, como veremos, o Estado, na figura do judiciário e da polícia, não distribui esses bens (rendimentos, direitos e vida) de forma igualitária.

AS PESQUISAS

O trabalho de campo conduzido em área de favela foi realizado entre 2014 e 2019, via circulação e moradia em lugares chamados de “favela”. Nas observações participantes desenvolvidas no contexto de imersão foram conduzidas conversas com os “crias do Timor Leste”⁵, uma esquina situada na chamada Favela do Vale. A preocupação era de acompanhar os movimentos, relações e justificações para a recorrente morte de jovens na região. Assim, a pesquisa abordou a produção de mortes. Nesse sentido, foi possível pôr em evidência justificações que

4 O conceito de classe média, para Jessé Souza (2018), vai além de uma questão econômica para simbolizar uma hierarquia moral e a justificação de privilégios.

5 Todos os nomes dos interlocutores foram mantidos em sigilo. Fizemos o mesmo com os bairros e demais referências que poderiam ser identificadas.

eram utilizadas para as mortes, fortemente centradas nas moralidades acerca de quem pode morrer e quem pode matar. Em suma, as mortes são justificadas na conduta do indivíduo que morreu, como no caso da ideia de “deu mole”, que mobiliza um sistema de crenças a respeito.

Enquanto isso, a partir do interesse nos assuntos sobre domesticidade, o trabalho de campo conduzido entre 2013 e 2015 buscou focalizar nas relações entre obrigações, direitos, dádivas e afetos entre o judiciário, trabalhadoras e empregadores domésticos. Naquele período, foram acompanhadas audiências trabalhistas e realizada uma sequência de entrevistas com profissionais do meio jurídico, bem como com empregadores e empregadas domésticas. O estrato aqui revelado dessa pesquisa procura compreender quais os discursos desses profissionais sobre a igualdade.

As duas pesquisas comunicam-se diretamente, tanto em suas principais questões quanto na construção dos dados, como referido, por vezes, partilhados entre os autores em reuniões e práticas de seu grupo de pesquisa. Inúmeros diálogos descritos nos dois trabalhos de campo se assemelham, sendo muito comum encontrar domésticas e crias em ambas pesquisas. Assim, os casos observados resultaram de reflexão conjunta, tanto na construção das narrativas, quanto nas preocupações éticas em relação à preservação da identidade e das histórias de vida dos interlocutores. Assumidos assim de forma conjunta, representam o constructo de experiências de mulheres que dialogamos em nossa pesquisa e que têm de enfrentar em seu dia a dia o nó na garganta de não ter direitos plenamente garantidos. Mas, além disso, elas demonstram uma classificação de perigosas para algumas pessoas na cidade do Rio de Janeiro e, por outro lado, legitima-se a distribuição desigual de uma série de bens. Essa prática, observada aqui via ação de juízes e policiais, será encarada nos casos de Nilcéia, Agrado e Carmem em seu conjunto de moralidades que justificam, por exemplo, a falta de acesso a recursos e a dificuldade de manutenção da própria vida.

Adiante abordaremos os campos de pesquisas do primeiro e do segundo autor. Frisa-se que, para as reflexões promovidas em comum, tomaremos os dados e as consequentes reflexões em conjunto para facilitar o entendimento do leitor, bem como para melhor explicitar o diálogo que resultou nas considerações a seguir.

A QUESTÃO DO CRIA E O CUIDADO DOS “MENINOS”

A ideia que encabeça o título desse artigo surgiu a partir da fala de Nilcéia, que se

apresentou como diarista, mas que trabalhava a semana inteira para a mesma família em casas diferentes. Uma nordestina que veio morar na cidade do Rio de Janeiro no Vale⁶ e ali gerou sua cria, Matheus. À época da pesquisa, o menino tinha 14 anos e “vivia na esquina do Timor Leste”, como dizia Nilcéia. Ela contava os problemas que estava passando ao ir três vezes por semana na “casa dos meninos” e duas vezes por semana na “casa da patroa”. Segundo Nilcéia, a “patroa era mais organizada e dava um monte de ajuda para ela”, agora na casa dos “meninos” – que eram estudantes de medicina – ela sofria com a forma que era tratada. Chegou a me dizer que era obrigada “a limpar vômitos que ficavam de festas” e se via obrigada a cuidar mais dos “meninos” do que de seu filho “que só quer saber dessas esquinas”. Quando ela foi reclamar com a patroa que era a mãe dos dois estudantes de medicina, recebeu um esculacho⁷:

Você é apenas uma diarista! Essa é a sua função e se não estiver satisfeita é só avisar que tem muita gente pobre querendo uma oportunidade de trabalhar que você não valoriza! Ainda mais sabendo que os ‘meninos’ precisam de tudo pronto para estudar... não para vagabundear por aí!

Nilcéia, informou que teve uma discussão com a patroa e retrucou a mesma dizendo: “lavo, passo e cozinho na sua casa e pros seus filhos, mas meu filho que mora comigo fica largado na *favela*”. Como retaliação à reclamação, Nilcéia falou que a patroa começou a atrasar os pagamentos das diárias que eram quinzenais. Ela chegou até a pedir dinheiro emprestado para ir trabalhar e, na casa dos estudantes, passou a ser ainda mais humilhada, ao passo que se via “como uma escrava”. Porém afirmou que não podia reclamar, pois João, o pai do Matheus, que era pedreiro, morreu ainda novo. Nilcéia me contou que João bebia muito para compensar o desgaste de seu trabalho, pois pegava uma obra habitual na casa de uma “madame na Zona Sul do Rio de Janeiro” e vários outros serviços “por fora”. Na época estavam construindo “a casinha” em um “terreninho” que tinham no Vale (próximo à esquina do Timor Leste) e Matheus era recém-nascido. Nilcéia podia cuidar de Matheus até o dia em que João “apagou” no trabalho. Segundo Nilcéia, colocaram a culpa na bebedeira, mas para ela seu marido morreu de

⁶ Vale é uma região que se encontra afastada do Centro da Cidade do Rio de Janeiro e que a partir dos anos 1990 ganhou a alcunha de “favela”, perdendo a referência antiga ao bairro do Céu Azul e sendo referenciada pelos moradores de “Favela do Vale”. O Vale é um lugar plano e sua geografia é composta de esquinas, ocupadas estrategicamente por seus moradores. A esquina do Timor Leste costuma reunir jovens, adultos que trabalham no próprio Vale e até crianças. Alguns dos jovens têm envolvimento com o tráfico, mas o que os mantém naquela esquina em específico são relações de amizade, que atribuem ao fato de terem nascido e crescido ali naquele local. Portanto, se representam como “crias de favela”.

⁷ Segundo Pires (2010), o “esculacho”, diferente da “esculhambação”, que é uma ação de insulto assumida como possível, vai para além do limite do possível ao ponto que ele repercute uma reação necessária.

tanto trabalhar. Teve um “mal súbito”, segundo os médicos, e não retornou a vida. Desde então Nilcéia passou a levar Matheus para as “casas de família” em que trabalhava. Com o tempo e o crescimento do seu filho, esse movimento se tornava mais complicado. No começo, “ele ainda me ajudava, mas depois acabava dando muito trabalho e comecei a perder serviços por isso”. Então, conforme a necessidade de trabalhar de Nilcéia, seu filho seguia as etapas de crescimento de um *cria* do Vale, na esquina do Timor Leste.

Há algum tempo, quando Nilcéia achava que seu filho frequentava a escola, ele afirmava que ia somente nas aulas quando queria. Sua alegria mesmo era passar o dia com os outros “crias da sua quebrada”. O *cria* é aquele sujeito que constrói sua identidade a partir de valores e moralidades que atribuem sua existência a uma circulação local. Onde “brotar, nascer, crescer e morrer” são etapas de relações que se constituem entre jovens de locais chamados de “favela”. Ser *cria*, no contexto que foi observado no Vale, representava ter nascido e crescido ali, quando esse crescer representava a partilha de uma série de experiências e aventuras que englobavam um universo com *bandidos*, policiais, pessoas da igreja, trabalhadores, sujeitos morais em constante relação com a morte. Uma das coisas que remete ao *cria* é que ele está fadado a morrer, seja literalmente ou socialmente.

Segundo os entrevistados e as situações observadas, todos conheciam alguém dali que já fora morto. Seja em confronto com a polícia, disputas no comando do tráfico ou por acesso a tratamento de saúde precário, como desnutrição e tuberculose. No entanto, o que foi identificado na pesquisa como uma produção sistemática de mortes, repercutia nas ações dos próprios crias que haviam morrido. Ou seja, as moralidades partilhadas compunham justificações sobre a atitude do *cria*, que destacava o desencadeamento de sua morte. O que poderia acontecer por meio de uma fofoca, um conflito ou pelo fato de estar no lugar errado, na hora errada. Esta última questão foi a que justificou a morte de Matheus e pareceu anunciada na preocupação de Nilcéia ao discutir com sua patroa.

Alguns meses depois da conversa com a Nilcéia, a história de Matheus fora mais bem acompanhada em constantes visitas à esquina do Timor Leste. Ele era muito perspicaz em relação à “vida do crime” e aos “rolês” que gostava de fazer. Como ele mesmo relatou, ir ao colégio não era o que gostava de fazer e aproveitava a ausência da mãe para faltar aula. Às vezes, ficava “na atividade” do Patolino, jovem de 19 anos que exercia uma função no tráfico local. Certo dia, ele deixou o rádio transmissor com Patolino que seguiu com outros rapazes para se esconder do “caverão⁸” que circulava no Vale naquele momento. Esses jovens, que habitual-

8 Veículo blindado da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que se assemelha a um tanque de guerra e é utilizado em

mente trabalhavam para o tráfico de drogas, foram para seus esconderijos. Segundo os outros “crias” que ficavam no Timor Leste e não trabalhavam para o tráfico, o Matheus quis ficar num bar com um fliperama. Os outros também resolveram sair dali com receio da operação policial. Quando Matheus saiu do fliperama, foi alvejado com um tiro na cabeça e outro no braço por policiais que andavam a pé. Segundo relatos, ninguém havia visto esses policiais até o momento dos disparos. Logo em seguida, os policiais passaram na frente do bar apontando suas armas, passaram por Matheus e foram resgatados pelo “caverão” que vinha pela outra rua. Dali seguiram em diante com a operação, sem sequer tomar qualquer atitude sobre o corpo de Matheus.

Em conversa com Nilcéia, após a morte de Matheus, ela estava arrasada e impultava a morte de seu filho ao fato de não poder estar com ele. Segundo ela, deveria ter prestado atenção e não ter deixado sua “cria se misturar” com os outros rapazes do Timor Leste. Segundo os rapazes, a morte do Matheus se deu pelo fato dele ter “dado mole” de não sair na hora certa daquele local, pois é sabido que “a polícia quando vem atira para matar”.

Nós entendemos a morte do *cria* e o trabalho doméstico remunerado como elementos constitutivos de dois mercados distintos, ambos mantidos pela mesma lógica, já que o Estado e a sociedade estabeleceram um conjunto de relações de trocas e circulação de valores morais. As mortes do *cria* nos lugares chamados de favela não são reclamadas e, por conseguinte, não informam preocupação do sistema de justiça criminal. Os óbitos são responsabilidade de quem morreu, como na ideia de “deu mole”, que conecta o infortúnio da morte a ações pretéritas de quem morreu (SILVA, 2019, p. 154). Em outras palavras, existem motivações e até necessidades de se produzir tais mortes, contudo, instituições como a polícia ou o judiciário não desejam assumir essa responsabilidade.

De fato, o que se confirmou fora a previsão de Nilcéia. Aliás, para que os filhos da patroa pudessem estudar, ela deixava o filho dela à mercê de uma série de lógicas de violência nor-teadas por uma gestão estatal, que legitima a morte daqueles que oferecem perigo à chamada segurança pública ou à “família” brasileira. Neste caso, aquela que se remete a classes mais abastadas que, como no caso, não podem correr o perigo de estar sem uma doméstica para que tenham tranquilidade de estudar. Ao passo que os perigos encarados pelas trabalhadoras nessas condições parecem não fazer parte das preocupações do Estado, como veremos a seguir.

incursões policiais em lugares chamados de “favela”.

O PERIGO E A DOMÉSTICA

Assim como Nilcéia, Carmen era outro exemplo de uma doméstica que estava sempre em perigo, dado que nunca sabia se era empregada ou diarista. Ela sempre esteve em perigo, podendo ser dispensada a qualquer tempo sem que ninguém lhe pagasse aquilo que ela considerava devido por seu trabalho. Carmen foi contratada para ser cuidadora de criança, depois passou também a realizar faxinas e lavar a louça da sua patroa. Segundo Carmem, apesar disso ter aumentado seu tempo de trabalho, continuou recebendo sempre um salário mínimo mensal. Contou as várias vezes em que foi acusada de furtos, mas deixou claro que seu problema principal era não dar atenção a seu próprio filho, porque só podia ir para sua casa uma vez por semana. Enquanto seu filho ficava num quarto com mais umas quinze crianças sendo cuidado por uma única mulher em Assis, lugar chamado de “favela” em que seu filho crescia.

João ainda estava na primeira etapa desse movimento dos *crias* e, dado o exemplo de Matheus e o destino de diversos outros jovens nesse contexto, a preocupação de Carmem era verídica. Como ela mesmo disse enquanto a filha da patroa tinha ela à disposição para catar até seus piolhos, João só podia vê-la uma vez na semana. Sendo assim, a cria de Carmem crescia na confiança dos cuidados de alguém que lidava com mais quatorze crianças à mercê de conflitos e de ações como a que culminou na morte de Matheus. E, como podemos perceber, caso algo dê errado, a responsabilidade de a empregada doméstica ter sido demitida ou a culpa da morte do *cria* não são do Estado ou da sociedade, mas imputam-se a supostos erros cometidos por esses sujeitos. A responsabilidade de ser precário não é de ninguém mais do que dessas pessoas, como se não houvesse outros ganhando capital econômico e social (o Estado, a polícia, a família de classe média) com esses empobrecimentos e mortes.

Além disso, todo esse mecanismo mantém o estereótipo destes sujeitos como pessoas perigosas. E realiza isso por meio de uma moralidade envolvendo afetos, desconfiança, cuidado, culpa ou amor. Existe, assim, um conjunto de sentimentos morais tornando nebulosa a percepção de que estão precários devido à forma como as instituições lidam com suas vidas. A conversa com Carmem foi única e se deu nos corredores da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro. Ela tentava comprovar juridicamente seu vínculo empregatício, porém sua patroa não compareceu novamente à audiência e Carmem era obrigada a continuar na mesma situação de perigo.

As práticas observadas demonstram que tal relação disponibiliza um tratamento que, para além das barreiras do legal e ilegal, expressa uma ação típica do Estado condizente com

o *status* do destinatário da tutela jurídica. Nilcéia, Carmen e mais tantas interlocutoras deixam evidente a relação entre suspeição e precariedade, nos termos que temos usado até agora. No caso das domésticas, a suspeição que se constrói sobre as trabalhadoras, informa uma preocupação do judiciário com a proteção da “família brasileira” de classe média. Conforme a patroa de Nilcéia que justificava todo esculacho sofrido pela mesma, na necessidade de estudo de seus filhos que cursavam faculdade. Ou, como no caso da patroa de Carmem que se esquivava da justiça e a mantinha a uma semana distante de João via acusações e ameaças. Afinal, quem cataria os piolhos da cabeça da filha da patroa da Carmem senão ela mesma. Aliás, a ameaça de dispensa, a partir do fato de ser uma mera diarista, não é incomum e vai ser observada também no caso de Agrado.

A pesquisa feita na Justiça do Trabalho partiu principalmente de acompanhamento de audiências envolvendo trabalhadoras domésticas e de conversas informais com juízes, empregadas, empregadoras e outros sujeitos. A grande maioria desses processos terminava em acordos e existiam muitas falas sobre as moralidades envolvendo essa atividade. Os juízes falavam que não podiam realizar um acordo muito oneroso para as famílias empregadoras. Queriam dizer com isso que não podiam gerar perigo para o bem-estar daquela família⁹, sem levar em conta o perigo da trabalhadora em receber um valor menor do que lhe era de direito. Os acordos representavam uma fórmula de cálculo muito complexa que era estabelecida por negociações em audiências.

A audiência de Agrado ocorreu em 2014 e serve para exemplificar esses discursos jurídicos sobre os acordos. Ela estava postulando em juízo em face de Huma. No início da audiência, tão logo elas se sentaram, o juiz perguntou para os advogados: “Tem acordo, doutores?” Ambos afirmaram que, por enquanto, não havia um acordo. O juiz insistiu, mas eles não pretendiam acordar, não naquele momento. Ele pretendeu ouvir, então, a testemunha de defesa, Manuela. Ela afirmou o desejo da Agrado sair do trabalho para cuidar de seu filho.

O juiz questionou se os advogados teriam algo mais a perguntar para a testemunha Manuela. Ambos disseram que não. Ele fez uma proposta de acordo. Olhou para Huma e seu advogado falando: “Com essa testemunha, que não sabe quando trabalhou, acho que podemos ver um acordo de R\$ 1.200,00”. Todos concordaram, menos Agrado. Ela disse um não tímido. O juiz olhou para o advogado, dizendo: “Dá uma orientação para sua cliente, porque você é mais instruído que ela”. Ele deu “sua orientação” e Agrado aceitou o acordo. Em seguida discutiram

⁹ É bem verdade que diziam temer também por não ser um valor muito alto e as empregadas domésticas não receberem nunca.

quando e como Huma pagaria.

Para aquele juiz, o advogado de Agrado deveria explicar a ela que era melhor fazer o acordo. Como se a intervenção do advogado fosse uma forma de alcançar a concordância de Agrado. Existe, nesse sentido, uma interpretação do papel do advogado na qual ele deve tutelar a trabalhadora doméstica. Relembrando Simoni Lahud Guedes (1997), para quem, no Brasil, as classes abastadas se representavam como pessoas com o dever pedagógico de orientar as classes populares. Nesse episódio, segundo pensamento de juízes e advogados, Agrado deveria aceitar o acordo. Afinal, significaria uma forma de obter dinheiro mais fácil para os advogados; uma maneira do juiz se adequar às metas do número de processos acordados do próprio sistema de justiça e; logicamente, uma forma de Huma não pagar um valor ainda maior em caso de uma sentença judicial. Todos pareciam anuir, menos Agrado. A trabalhadora doméstica não concordou em acordar, tornando-se um perigo. Ou pelo menos lida pelos demais interlocutores como um perigo, dado que bastou uma conversa com o seu advogado “instruído” para que ela anuísse.

A audiência descrita acima era mais uma das muitas acompanhadas entre 2013 e 2015, em que a trabalhadora doméstica requeria o vínculo empregatício. Os profissionais jurídicos reputavam o acordo como uma boa forma de administrar esse conflito. Os advogados diziam que, embora os valores dos acordos fossem pequenos, eles receberiam esse valor rapidamente. Caso não houvesse acordo, a sentença poderia sofrer um recurso. Isso criaria uma demora no processo de meses ou anos. Já os juízes recebiam várias cobranças da própria Justiça do Trabalho para que realizassem mais acordos. Contudo, poucas trabalhadoras domésticas se empolgavam com os acordos, dado que sempre esperavam mais. Como o trabalho das empregadas domésticas era realizado na residência dos patrões, não existia controle de ponto marcando quantas vezes por semana elas trabalhavam, e isso era primordial para que o juiz decidisse se ela era uma empregada doméstica ou uma diarista, o acordo parecia facilitar o trabalho dos juízes e advogados. Verifica-se que no campo do direito, tanto as legislações¹⁰ como os julgamentos sobre o trabalho doméstico remunerado criaram uma situação em que as famílias de classe média não são obrigadas a pagar o mesmo ordenado que pagariam caso se tratasse de outra categoria profissional. Isso tudo, legitima a uma desigualdade de direitos, que legalmente precarizam o como viver das domésticas e conseqüentemente muitas das vezes o como e o até quando viver de suas crias.

Essa polêmica de reconhecer o vínculo empregatício se dá porque existe uma diferenciação no tratamento legal dispensado às empregadas domésticas. Essas legislações que regeram

¹⁰ Quando não equipara a empregada doméstica em direitos aos demais trabalhadores com vínculo empregatício.

e regem o trabalho doméstico remunerado são muito complexas, contudo, é certo que a lei e a própria jurisprudência da Justiça do Trabalho têm criado regras diferenciadas para a comprovação do vínculo de emprego doméstico (GOMES, 2015).

Nesse sentido, a sociedade brasileira, no exercício de suas relações conflituosas, criou três categorias distintas: a “diarista”, a “empregada doméstica” e a “doméstica”. A primeira, a “diarista”, não tem vínculo de emprego, tendo poucos direitos. É profissional autônoma. A “empregada doméstica” tem o vínculo de emprego, com mais direitos. Podendo ter ou não a sua formalização do contrato de emprego, isto é, sua carteira assinada pelo empregador. A última categoria, segundo os interlocutores, é simplesmente “doméstica”, ela identifica tanto a diarista quanto a empregada doméstica. É uma forma de se referir ao trabalho doméstico remunerado de qualquer espécie, expressão muito comum entre as próprias trabalhadoras.

Embora essas diferenciações apresentem alguma certeza, na prática, apenas há dúvidas, devido à dificuldade de comprovação do vínculo empregatício. O caso de Nilcéia é um exemplo dessa confusão, ao passo que mesmo trabalhando a semana praticamente toda para a mesma família, era tratada como diarista. Conforme podemos perceber também no caso de Carmem, que ia para casa apenas uma vez na semana e de Agrado, que nem a “tutela judicial” garantiu o reconhecimento de seu vínculo como empregada doméstica. Além de criar essas categorias, o direito criou a situação especial. Percebemos que muitos dos advogados das trabalhadoras domésticas receavam não conseguir provar o vínculo de emprego. Enquanto, por sua vez, os advogados dos empregadores tinham medo de que o mesmo fosse provado. Todos os acordos observados surgiram como soluções intermediárias para que esse problema não fosse enfrentado. O acordo tem o papel de terminar esse debate, sem, no entanto, fornecer uma resposta. Assim, a Agrado saiu da audiência sem saber se, para o direito e para o juiz, ela foi empregada doméstica ou diarista. A partir de agora estaria com seu filho, ao menos enquanto durassem os R\$ 1.200,00 que recebeu no acordo.

OS DISCURSOS JURÍDICOS SOBRE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS

Assinale-se o contraste da cidadania brasileira, marcada pela naturalização da desigualdade, com o ideário da cidadania em outras sociedades. O ideário dos indivíduos iguais numa sociedade liberal está contido nas ideias de cidadania (CARVALHO, 2007). Contudo, entre nós, os direitos não eram conquistas, mas outorga da coroa, com o objetivo de promover a compen-

sação da desigualdade jurídica naturalizada. Ao invés de extirpar as desigualdades sociais, o nosso modelo de cidadania procura acomodar as desigualdades (MENDES, 2008).

Essa mesma questão ficou também óbvia ao ler alguns discursos emitidos pelo judiciário trabalhista, para além do já apontado daqueles sobre os acordos. Os discursos que analisaremos em seguida revelam práticas judiciais dos juízes. Descrevemos alguns discursos não oficiais do judiciário. Um é de um livro de um autor muito citado pelos juízes nas entrevistas. O outro é de livros antigos voltados ao ensino de direito do trabalho.

Um dos autores muito citado pelos juízes que foram interlocutores é desembargador aposentado e autor de um livro denominado “Manual de Contrato de Trabalho Doméstico: direitos, deveres e garantias dos empregados e dos empregadores domésticos”¹¹. Foi editado pela Editora Forense, tradicional entre os juristas. Ao final do livro, o autor respondeu algumas perguntas práticas. Cada bloco de perguntas e respostas desse livro recebeu um nome, segundo o tema abordado. Dentro dessas divisões havia uma que me chamou atenção, era denominada “Crime”. Nesse item existiam três perguntas. A primeira era: “Que garantias tem o patrão de que a empregada não furtará coisa de sua residência?” Em seguida ele indagou: “Quem garante que o empregado não pertence a uma quadrilha de sequestradores?” Na primeira pergunta, sobre os possíveis furtos das empregadas domésticas, o autor mencionou casos de falsas empregadas domésticas. Pessoas que, premeditadamente, se passam por domésticas para realizar furtos. Para evitar tal perigo, uma das soluções seria a contratação de empregadas domésticas por agências de emprego, diz. A segunda solução seria o cuidado na hora da contratação. Por fim, ressaltou-se uma assertiva do autor que merece destaque,

Afastá-lo completamente é muito difícil, porque, mesmo na época em que as empregadas domésticas eram cadastradas e tiravam carteira profissional na Delegacia de Polícia, isto ocorria; os falsos domésticos sempre existiam (SANTOS, 2003, p. 59).

Respondendo à questão sobre “quadrilha de sequestradores”, o autor voltou a mencionar a necessidade de cuidados na contratação. Remete ao tempo em que as empregadas domésticas deveriam ter seu registro realizado na polícia, uma cena comum no final do Século XIX, como explica Lorena Telles (2013). Para Santos (2003) seria imprescindível uma pesquisa sobre os antigos empregadores dos pretendentes ao cargo. Havia uma mensagem clara nessas respostas, se o empregador tivesse dúvida sobre a idoneidade do empregado, não devia contratá-lo. Dado

¹¹ Não encontramos uma edição mais recente, com as mudanças da nova Emenda Constitucional.

que, nessas circunstâncias as classes média e alta sofreriam risco, perigo. Segundo ele,

Tal como dissemos na resposta anterior, esse risco é inerente a quem emprega pessoas e ele aumenta à medida que não forem tomados cuidados na contratação do empregado doméstico. Além disso, a posição social das famílias – as classes média, media-alta e alta são segmentos sociais de risco – expõe seus membros à ação destes criminosos (SANTOS, 2003, p. 60).

No entanto, não é de hoje que o discurso jurídico entende as empregadas domésticas como pessoas perigosas. Na verdade, a ideia de perigo sempre esteve presente nos livros de direito. Ainda no final da década de 1950, José de Segadas Viana et al. (1957), alegou que era dispensável normatização quanto ao emprego doméstico, posto que havia:

amizade entre a empregada doméstica e a família, permitindo que a vida não seja rude e que o repouso semanal e o descanso seja mais ou menos respeitado. Isso somado ao acréscimo ao salário feito pelas prestações como residência, vestiário de trabalho e alimentação de maneira a permitir que suas condições de vida não sejam miseráveis (VIANA, 1957, p. 182).

Mozart Victor Russomano (1984), outro conhecido autor, décadas após a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho, afirmou que:

Em substância, a relação de emprego residencial é a mesma relação de todos os outros contratos de trabalho. Mas, o doméstico vive na intimidade da família e, por esse motivo, o legislador considerou de bom aviso excluí-los, *ratione personae* (verbete), do raio protecionista da Consolidação. Essa atitude é injusta. Todos conhecemos os abusos dos empregados domésticos, sua irresponsabilidade e os riscos do empregador, obrigado a aceitá-los sem conhecê-los, dentro de sua própria casa, no convívio de todos. Mas, o que não nos parece humano e razoável é, em face disso, excluí-los da proteção mínima assegurada a todos os que trabalham. Se correremos os olhos pela Consolidação, não encontraremos nela um só dispositivo que dê quaisquer direitos aos domésticos. A regulamentação do serviço doméstico é difícil, porque o legislador deverá conciliar direitos, até hoje negados, do trabalhador doméstico com seus deveres de zelo, fidelidade e correspondência à confiança que neles se deposita. Esses obstáculos poderão ser superados se se resolver caminhar examinando, antes, o terreno e se não quisermos, de relance e abruptamente, como quase sempre acontece no Brasil, fazer tudo completo e perfeito, embora até então nada tivéssemos feito (RUSSOMANO, 1984, p. 157).

Essa peculiar compreensão sobre o perigo foi muito marcante em todos os discursos sobre igualdade proferidos tanto pelos profissionais do meio jurídico quanto por empregadores domésticos. Segundo podemos compreender desses discursos, a empregada doméstica e sua

família eram tidos como perigosos, enquanto a família empregadora de classe média estaria sempre passando por algum risco, na concepção dessas pessoas. Como nos casos aqui descritos. Contudo, quem poderia ser taxada de diarista e não ter onde reclamar seus direitos, quem sempre recebia um valor compreendido como pequeno por algum acordo, quem tinha menos direitos se comparado aos outros empregados, era a trabalhadora doméstica, nunca a família dos empregadores.

Curiosamente, os discursos desses interlocutores sobre essas trabalhadoras também ignoravam aquilo que foi pesquisado por uma série de autoras e autores das ciências sociais brasileiras. Como Heleieth Saffioti (1978), apontando sobre a dinâmica do mercado de trabalho doméstico que aumenta em tempos de crise e retrai-se com a expansão econômica, dado que é um setor preterido pelas próprias empregadas que, quando podem, se dedicam a outras profissões. Como Fernando Cordeiro Barbosa (2010) quem debateu sobre a confusão entre trabalho e moradia. Ou mesmo como Maria Claudia Coelho e Claudia Rezende (2013), que estudaram a troca de presentes entre patroas e empregadas. Mesmo a pesquisa de Roberto Damatta (1986) vai lembrar a empregada doméstica como alguém que deve fazer uma das únicas coisas proibidas em casa para os demais, o trabalho. Interessante refletir que todos esses discursos sobre gênero, raça e desigualdade social não foram comentados nesse livro jurídico e nem nas falas dos profissionais desse mesmo campo. O que, a nosso ver, confirma a lógica da precariedade à brasileira imposta às empregadas domésticas e que, como vimos, impacta também na vida de seus filhos e família.

A SUSPEIÇÃO, A PRECARIIDADE E O PERIGO

Os dados apresentados até agora apontam para uma série de análises teóricas importantes nas duas pesquisas, possuindo uma forte identidade entre si. A “favela” não é somente um lugar e não representa uma ausência de direitos, porém explicita que há um regime jurídico desigual para diferentes sujeitos em nossa sociedade onde o morrer se expressa em formas de viver.

Como no caso da Nilcéia, que teve seu filho de 14 anos morto em uma operação policial. O Vale, um lugar classificado como “favela”, produz valores morais, sujeitos e formas de existir, bem como de resistência e persistência de experiências do viver e do sobreviver. Como as que serão encaradas por João, filho de Carmem. Afinal, “a favela” é uma classificação que se deve utilizar com cuidado, uma vez que pode ampliar uma percepção equivocada de que o

espaço de relação de esbulho com a propriedade produz regimes morais universais, quando a experiência irá demonstrar distintas formas desse exercício de resistência. Isso, pois “a favela” enquanto universalidade permite o “esculacho” (PIRES, 2010), como trato característico do poder do Estado, que é distinto para cada uma das camadas sociais repercutindo em direitos relativos.

Não é por acaso que, enquanto nomenclatura, “a favela” serve como justificativa moral para aplicação de um direito desigual, que concerne à produção sistemática de mortes dentre outros esculachos. Produção que se aplica via um sistema de suspeição que coloca o “cria de favela” como um sujeito que pode ou está fadado ao morrer caso “dê algum mole” em relação a todos os perigos, que na verdade esses jovens nascidos e criados em lugares chamados de “favela” estão à mercê em suas trajetórias de vida. Por outro lado, olhamos com estranhamento o fazer do jurista em uma audiência trabalhista que visa cumprir o acordo ou encontrar uma solução “terminativa” para os conflitos a partir de um sistema hierárquico de normas. Isso nos demonstrou que não há uma demarcação espacial sobre essa atitude do Estado, mas a produção de uma suspeição que recai sobre sujeitos considerados perigosos em relação a valores disponíveis para as classes mais abastadas. Inclusive, essa suspeição é ensinada e reiterada em aulas, livros e discursos como demonstrado em relação à empregada doméstica.

Assim, a tutela da família e dos bens familiares virava parte significativa das moralidades disponíveis para o encontro de uma solução “terminativa” para uma audiência trabalhista que envolvia empregadas domésticas. Ou seja, a classificação dada ao trabalho doméstico poderia implicar na ausência ou na parcialidade de reconhecimento de direitos trabalhistas. Em que sua salvaguarda estava relacionada ao perigo de se equipar direitos iguais para essa classe trabalhadora. Talvez isso explique que no desenrolar das pesquisas pudemos perceber que muitas empregadas domésticas viviam em lugares chamados de “favela”, por ser na cidade do Rio de Janeiro, um lugar possível de moradia. Ao passo que muitos *crias* que moravam no Vale e frequentavam a esquina do Timor Leste eram filhos de empregadas domésticas. E, como no caso de Matheus, ficavam a maior parte do dia nas esquinas à mercê de ações diversas, inclusive do Estado, que poderiam justificar sua morte.

Para o presente artigo, interessou-nos pensar como o direito criou a ideia de que essas mulheres e suas *crias* são perigosas. Assim, trouxemos diversos estratos do trabalho de campo, privilegiando falas dos interlocutores e revistas e livros de autoria de diversos profissionais do campo jurídico. Esses mesmos discursos colocam as famílias dos empregadores domésticos como pessoas que vivem ameaçadas por suas empregadas. De certo modo, essa relação está descrita em textos clássicos do pensamento social brasileiro, notadamente em *Sobrados e Mu-*

campos (FREYRE, 1990), para quem uma forma específica de relação entre as classes e raças funda a ideia de homem brasileiro. A relação do senhor rural na cidade é de profundo repúdio da rua, uma vez que na rua estaria o povo. Essa figura constantemente do espaço público como um perigo estava profundamente relacionada ao histórico da escravidão. Nas palavras de Jessé Souza (2000),

Desse modo, a urbanização representou uma piora nas condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres das cidades. O nível de vida baixou, a comida ficou pior e a casa também. Seu abandono os fez então perigosos, criminosos, capoeiras etc. Os sobrados senhoriais, também nenhuma obra-prima em termos de condições de moradia, por serem escuras e anti-higiênicas, tornaram-se com o tempo prisões defensivas do perigo da rua, dos moleques, dos capoeiras etc. (p. 88).

A ideia da precariedade não é o lugar do incerto e frágil, mas potencializa o regime normativo que incrusta nas vidas dos sujeitos que estão em uma situação de pedintes da tutela do Estado e distribui direito e acessos de acordo com a forma que são ou não avalizados pelas estruturas de poder. Ou seja, vivem por meio de dinâmicas de poder arbitrárias, com saberes locais e que colocam a experiência de viver na cidade numa “[...] incerteza de sua permanência no espaço e no tempo” (PIRES, 2016, p. 323). Conforme nossas pesquisas e o próprio estado da arte apontam, são ações de poder que pela desconstrução de sujeitos e o movimento das interações possibilitariam a construção de tecnologias e dispositivos visando efetivação de poder (FOUCAULT, 1997).

Esses vários interlocutores das nossas pesquisas nos ensinam muito sobre a relação de suspeição entre o Estado brasileiro e os particulares, como têm apontado diversos autores já há diversas décadas, notadamente Roberto DaMatta (1979; 1986) e Roberto Kant de Lima (1995). Primeiramente, podemos perceber que são sujeitos que receberam direitos desigualmente, se comparados aos outros indivíduos. Assim, o *cria* na sua relação com a polícia ou a doméstica com a Justiça do Trabalho. Tudo isso aponta para indivíduos com direitos diferentes, ou seja, em direitos desiguais para pessoas em condições jurídicas semelhantes.

Desse modo, a ideia de precariedade pode ser debatida pensando no *cria* e na doméstica. Esse conceito atravessa autores da sociologia do trabalho, como Pierre Bordieau (1998), Manuel Castells (2002) e Ricardo Antunes (2015). Esses autores retrataram situações onde o empregado se submete cada vez mais ao capital, num crescente de exploração sem limites. Essa ideia de precariedade não deve ser confundida com aquela categoria “precariedade” que tem sido objeto de problematização de estudos realizados no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública.

Por exemplo, Pires (2017; 2017) e Silva (2014, 2019) têm se dedicado a pensar sobre as consequências da adoção de regras jurídicas desiguais para pessoas em realidades semelhantes. Silva (2014) ao observar a gestão pública para o cidadão classificado como camelô verificou que a mesma se desenvolve a partir de uma distribuição desigual de direitos marcada na lei que repercute no imaginário social e é reproduzida pelas instituições que se percebem como jurídicas. Justamente aquilo que podemos perceber da relação estatal com essas duas figuras, o *cria* e a doméstica.

Pires (2017), por exemplo, reflete como a categoria “precariedade” migra do direito patrimonial para o direito administrativo, parecendo mover-se do direito das coisas para as representações dos indivíduos. Segundo ele, a qualidade do precário emerge no contexto em que uma pessoa pede a devolução de uma propriedade cedida para o usufruto de uma pessoa e esta última se nega a fazê-lo. O autor sugere que neste âmbito se verifica a quebra da confiança até então existente naquela relação, fazendo com que o dono da propriedade se volte para o Estado para que este atue de forma coercitiva para reaver o que é seu por direito.

O que é criativo na sugestão de Pires (2017), quando pensa a maneira como o direito administrativo conjuga a noção de precariedade, é que o Estado define que certos atores sociais não são passíveis de estabelecer para com ele um contrato que, por exemplo, resulte na ocupação do espaço público. É o caso dos comerciantes ambulantes, como ele analisa. Isso só se verifica com esse mesmo Estado, no caso o poder executivo municipal da cidade do Rio de Janeiro, delimitando a concessão de uso em caráter precário e, logo, passível de rompimento unilateral de acordo com seu estrito desejo. O ponto do autor é que nestas situações se proclama que o desenvolvimento humano, social e econômico desses sujeitos não é passível de gerar direitos, havendo uma suspeição prévia de que esse ator irá romper qualquer espécie de contrato, por menos duradouro que seja. E que, portanto, durante o usufruto da concessão, ele não tem garantias quanto a sua integridade moral e física. Por isso mesmo o direito administrativo, por exemplo, refere que a atividade ambulante é exercida “por sua conta e risco” (Pires, 2010).

E para além, como analisado na proposta do presente artigo, esses processos de suspeição fazem crias e domésticas acreditarem que sua condição enquanto precárias é permanente, da mesma forma que apontou Judith Butler (2006) quando do seu debate sobre precariedade. Essa autora, ao estudar sujeitos como os imigrantes muçulmanos nos Estados Unidos, vai afirmar um elemento importante que também percebemos em nossos trabalhos de campo: esses sujeitos acreditam na precariedade como uma condição fixa e naturalizada do seu pertencimento no mundo e não como uma situação que pode ser vencida. As domésticas e suas crias de alguma forma assimilam a precariedade e a impossibilidade de poder sair dessa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, com movimento aqui promovido com base em nossas etnografias, bem como de acordo com uma série de estudos que vêm se acumulando já há décadas nas ciências sociais brasileiras, podemos perceber a precariedade como parte de um regime jurídico de reconhecimento de uma cidadania desigual. Ou seja, a produção de desigualdade como um recurso jurídico. A princípio, esse regime jurídico reverbera na vida de sujeitos cujo reconhecimento legítimo do Estado de seus direitos é relativizado pela própria lei, de modo que a “precariedade” aparece como parte desse processamento jurídico de produção de desigualdade. Então, perceber a precariedade enquanto categoria relevante, buscando enquadrá-la como um termo dotado de sentidos mais abrangentes requer relativizar a aplicação de um direito desigual. Assim, ser precário ou ter um direito precário é como ter uma marca que dita o lugar ou os direitos que você receberá do Estado a partir do exercício da sua cidadania. Como no caso de não ter direitos trabalhistas reconhecidos a outras classes trabalhadoras para as domésticas e a consequente legitimação da ação letal do Estado sobre a vida daqueles sujeitos reconhecidos como “crias de favela”.

Com isso, as pesquisas apontam como esse processo de precarização possibilita uma manutenção e controle da desigualdade por meio de instituições que regulam trajetórias de vidas. Para o presente artigo, focamos em dados que envolvem o judiciário e a polícia, já que no diálogo de nossas pesquisas percebemos que, para além da disponibilização de direitos desiguais, as moralidades que legitimam as hierarquias são fundadas em valores morais de ordem anti-republicana no seio dessas instituições. Segundo Pires (2017), a precariedade funciona como um dispositivo que cria uma suspeição sobre as pessoas e legitimam socialmente desigualdades nas relações sociais. Suspeição que não está ligada ao que se fez ou deixou de fazer, mas – como aqui demonstrado – se dá a respeito de quem se é na hierarquia social brasileira. Por isso desenvolvemos o conceito de “precariedade à brasileira”, não no sentido de apontar uma peculiaridade da nossa sociedade, mas para apontar uma série de processos de suspeição que permeiam tanto a noção de precariedade da sociologia do trabalho como aquela trazida por Pires (2017).

A “precariedade à brasileira” coloca crias, domésticas e mais outros tantos segmentos da sociedade numa relação diferenciada com diferentes instâncias do Estado. Essas pessoas acessam direitos a partir de discursos que se aplicam sobre suas práticas. Então, percebemos uma suspeição, que classifica desigualmente diferentes etapas do exercício do viver (como o

trabalho ou as experimentações da infância) a partir de estereótipos. Esses últimos, como no caso da doméstica e do *cria*, se aplicam como um marcador de perigo sobre aqueles que são precarizados. Assim, tais discursos que colocam as pessoas como perigosas, nos motivaram a refletir sobre as justificações para a situação de desigualdade, como descrevemos no presente artigo e que remetem à “precariedade à brasileira”.

REFERÊNCIAS

1. ALBERNAZ, Elizabete. **Palácios sem reis, democracias sem cidadãos**: política, cotidiano e a formação de mercados da exclusão em dois contextos do “sul-global”. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
2. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
3. BARBOSA, Fernando Cordeiro. **Trabalho e residência**: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes “nordestinos”. Niterói: EdUFF, 2000.
4. BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
5. BUTLER, Judith. **Vida precária**: El poder del duelo y de la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.
6. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
7. CASTELLS, Manuel. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. **A Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. 1, 2002.
8. COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
9. DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Rocco, 1979.
10. DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
11. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

12. FREIXO, Alessandra. **Verificando a procedência das informações**: a Polícia Civil e os expedientes preliminares de investigação. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
13. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
14. GARAU, Marilha. Uma análise das relações da polícia militar com os moradores de uma favela ocupada por UPP. **Rev. Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 2106-2145, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000302106. Acesso em: 16 fev. 2020.
15. GOMES, Fabio Medina. Amizades muito hierárquicas: direitos e emoções nas relações entre domésticas e patroas. **Cadernos de Campo**, São Paulo v. 24, p. 290-314, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/98272>. Acesso em: 02 fev. 2020.
16. GUEDES, S. L. **Jogo de Corpo**: Um Estudo de Construção Social de Trabalhadores. 1. ed. Niterói: EdUFF, 1997.
17. LIMA, Roberto Kant de. **A Polícia na Cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1995.
18. MENDES, Regina Lúcia Teixeira. **Dilemas da decisão judicial**. As representações de juízes brasileiros sobre o princípio do livre convencimento motivado. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.
19. PIRES, Lenin. **Arreglar não é pedir arrego** - uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
20. PIRES, Lenin. Precários e perigosos: possíveis relações entre formalidade e informalidade em processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. *In*: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (Org.). **Disputas em torno do espaço urbano**: processos de produção/construção e apropriação das cidades. Salvador: EDUFBA, v. 1, 2017, p. 337-354.
21. PIRES, Lenin. Limites e Desafios de um mundo sob o signo da precariedade. Niterói: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 43, p. 283-293, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41770>. Acesso em: 02 fev. 2020.
22. RUSSOMANO, Mozart Victor. **O empregado e o empregador no direito brasileiro**. São Paulo: Forense, 1984.
23. SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.
24. SANTOS, Aloysio. **Manual de contrato de trabalho doméstico**: direitos, deveres e

- garantias dos empregados e dos empregadores domésticos. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
25. SANTOS, Solano. **“Tá tranquilo, tá favorável?”** – Ordem Pública e Violência Social em uma perspectiva etnográfica. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
 26. SILVA, Gabriel Borges. **“Quantos ainda vão morrer eu não sei”**: o regime do arbítrio, curtição vida e morte em um lugar chamado de favela. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
 27. SILVA, Gabriel Borges. **Entre precariedades e os “direitos” que delas advém**: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
 28. SILVA, Gabriel Borges. O Desequilíbrio que se “equilibra”: Reflexões acerca do Regime de Precariedade e seu impacto na Regulação do Espaço Público. *In*: MELLO, Cleyson de Moraes; MARTINS, Vanderlei; PEREIRA, João Eduardo de Alves. **O Direito em Movimento**. Juiz de Fora: Editar, 2015, p. 261-272.
 29. SILVA, Gabriel Borges. Os rituais e as formas de sociabilidade no Mercado Popular da Rua Uruguaiana: Relato de Experiência. Valença: **Revista Saber Digital**, v. 9, n. 2, p. 1-19, 2016. Disponível em: <http://revistas.faa.edu.br/index.php/SaberDigital/article/view/204>. Acesso em: 16 fev. 2020.
 30. SILVA, Gabriel Borges; FREIXO, Alessandra Soares. **Camelôs, autoridades e Mercado Popular da Uruguaiana**: uma análise sobre a precariedade na utilização do espaço público. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014, Natal. *Anais...* Brasília: Editora Kiron, 2014. p. 1096.
 31. SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. São Paulo: **Tempo social**. v. 12, n. 1, p. 69-100, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12320>. Acesso em: 02 mar. 2020.
 32. SOUZA, Jessé. **Classe média no espelho**. Sua história, seus sonhos e ilusão, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
 33. TELLES, Lorena. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.
 34. VIANA, Segadas, *et al.* **Instituições de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1957.

Gabriel Borges da Silva

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense. Professor substituto na Universidade Estadual do Mato Grosso. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7080-7676>. E-mail: gabrielborgesadv@yahoo.com.br. Colaboração: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados e redação.

Fábio Medina Gomes

Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, também da Universidade Federal Fluminense. Professor substituto de Direito na Universidade do Estado do Mato Grosso. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7115-8014>. E-mail: fabiodemedina@gmail.com. Colaboração: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados e redação.

ARTIGOS

“Agora Quer Ser Rica?”: Negociações Cotidianas sobre Classe e Mobilidade Social entre Estudantes Universitárias¹

“Do You Want To Be Rich Now?”: Everyday Negotiations on Class and Social Mobility Among College Students

Renata Mourão Macedo

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

O objetivo do artigo é refletir sobre narrativas cotidianas de classe e mobilidade social a partir da experiência universitária de estudantes mulheres em duas faculdades privadas na cidade de São Paulo (SP). Em comum, todas as estudantes são a primeira geração de suas famílias a cursar essa etapa de ensino. A partir de pesquisa etnográfica realizada com 21 estudantes entre 2015 e 2018, selecionei narrativas presenciais (por meio de entrevistas e conversas) e narrativas online (por meio de debates escritos e imagéticos em redes sociais) a fim de refletir sobre as negociações em relação aos marcadores de classe social e às perspectivas de mobilidade. O artigo destaca, em primeiro lugar, como as percepções de classe são negociadas no cotidiano, ora aparecendo por meio de um sistema binário de classificação – “*pobres*” versus “*ricos*” -, ora aparecendo por meio de categorias mais nuançadas, com ênfase nas frações médias. Em segundo lugar, analisa as expectativas cotidianas sobre mobilidade social, tendo em vista que, mais do que o desejo de ascender socialmente, as estudantes tinham como meta conseguir “*trabalhar na área*”, revelando a polissemia da busca do diploma, mesmo em um contexto marcado por expansão e subsequente crise do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Classe, Mobilidade social, Estudantes, Ensino superior, Marcadores sociais da diferença.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Recebido em 11 de setembro de 2019.
Avaliador A: 14 de outubro de 2019.
Avaliador B: 10 de dezembro de 2019.
Aceito em 29 de dezembro de 2019.



ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on everyday narratives of class and social mobility from the university experience of female students in two private colleges in the city of São Paulo (SP). In common, all students are the first generation of their families to attend this stage of education. From ethnographic research conducted with 21 university students between 2015 and 2018, I selected some face-to-face narratives (through interviews and conversations) and online narratives (through written and imaginary debates on social networks) in order to reflect on the negotiations about class and social mobility. First, the article highlights how class perceptions are negotiated on a daily basis, sometimes appearing through a binary classification system - “poor” versus “rich” - sometimes appearing through more nuanced categories, with emphasis on middle fractions. Second, it highlights how, in everyday expectations about social mobility, rather than the desire to ascend socially, students aimed to be able to “*work in the field*”, revealing the polysemy of pursuing the degree, even in a context of expansion and subsequent crisis of higher education in Brazil.

Keywords: Class, Social Mobility, Students, Higher Education, Social Markers of Difference.

INTRODUÇÃO

Acho que eu sou classe média. Eu tenho alguma condição, nunca passei necessidades...

(Mariana, 19 anos, estudante de Administração, filha de Ana Paula).

Eu digo que sou “classe trabalhadora” mesmo! [risos]. Eu pago água, pago aluguel, pago um monte de dívidas, um monte de coisas! Graças a Deus eu consigo dar conta do recado, mas assim... a casa não é própria, não tenho carro, não tem isso, aquilo, aquilo, aquilo [fala rápido brincando] não tenho um monte de coisas. Rica é que não é!

(Ana Paula, 43 anos, estudante de Pedagogia, mãe de Mariana).

As narrativas sobre classe social expressadas acima, pelas estudantes Ana Paula e Mariana, expressam uma situação recorrente na pesquisa de campo apresentada neste artigo. Tais falas, registradas em entrevistas realizadas em momentos diversos, em que mãe e filha não estavam juntas, revelam diferentes visões e negociações sobre o marcador classe. Moradoras do bairro Jardim Clímax, zona sul da cidade de São Paulo, e orgulhosas de romper um ciclo de baixa escolaridade que havia marcado a família até então – a mãe e a avó de Ana Paula sempre trabalharam como empregadas domésticas –, a experiência universitária era algo a ser valorizado naquele contexto familiar. Mas enquanto, naquele momento, Mariana se autodeclarava

negra, mas de classe média (“*eu tenho alguma condição, nunca passei necessidades*”), sua mãe Ana Paula também se autodeclarava negra, mas de classe trabalhadora (“*rica é que não é!*”).

Assim, em relação à percepção de classe, categorias como “rica”, “pobre”, “classe trabalhadora”, “classe C”, “classe média”, “classe média baixa”, entre outras classificações, foram utilizadas diversas vezes ao longo da pesquisa apresentada neste artigo. Mobilizando ora categorias binárias – *ricas versus pobres* –; ora categorias mais nuançadas – como “classe média baixa” ou “classe C” –, tais classificações revelaram *negociações constantes* a respeito da percepção de classe, mobilizada diferencialmente segundo o contexto de pesquisa e os critérios adotados, orientados por variáveis como trabalho, família, local de moradia, posse ou não de casa própria, profissão dos pais e ingresso no ensino superior.

Vale lembrar que, no Brasil, o debate sobre estratificação por classes esteve no centro de disputas fervorosas entre agentes de mercado, economistas, políticos e cientistas sociais nos anos 2000 e início dos anos 2010 (SOUZA, 2010; NERI, 2010; POCHMAN, 2012; SINGER, 2018; KOPPER; DAMO, 2018)². Diante da crise político-econômica e da ascensão conservadora no país, especialmente a partir de 2017, também se passou a debater a possível falta de “consciência de classe” por parcela da população de menor renda. Contudo, ainda pouco se discute como os próprios agentes envolvidos em tais classificações percebem e negociam no cotidiano categorias de estratificação social (FONSECA, 2006). Recentemente, alguns trabalhos se propuseram a isso, com destaque para as pesquisas de André Salata (2015), onde apresenta um arcabouço teórico marcado pela sociologia de base quantitativa, identificando que “a maior parte dos brasileiros se vê entre a classe baixa/pobre e a classe média” (SALATA, 2015, p. 117). Também uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre valores políticos nas periferias de São Paulo, realizada em 2017 (FPA, 2017, p.16), apontou que “independente da renda e da ocupação, as pessoas tendem a se auto-classificar como pertencentes à classe média, pois a pobreza está associada à falta de moradia e alimento e a riqueza está associada à abundância de patrimônios pessoais e familiares”. Destaco ainda a pesquisa de Scalón e Salata (2015) sobre percepções de classe entre a “nova classe média”, identificando como – diferentemente da classe média tradicional – essa população em ascensão social nos anos 2010 teria uma identidade de classe menos definida.

2 Na primeira década dos anos 2000, surgiram diversas iniciativas especialmente voltadas para “descobrir” um novo Brasil consumidor. No entanto, análises divergentes e conflitantes marcaram o período, especialmente diante das polêmicas nomeações na definição de uma “nova classe média”. O economista Marcelo Neri teve protagonismo nesse debate, passando a ser conhecido como “o pai da nova classe média”. Segundo Neri, o “estrato C” corresponderia a cerca de 35% da população em 2003, passando para 50,45% em 2009, resultando na ascensão de 29 milhões de brasileiros (Neri, 2010, p.31). Em oposição a essa argumentação otimista sobre um novo Brasil consumidor, diversas foram as vozes que passaram a questionar a existência de uma “nova classe média” no país, defendendo que, ao contrário, tratava-se de uma “nova classe trabalhadora” com maior acesso a bens de consumo. (SOUZA, 2010; POCHMANN, 2012; SCALON; SALATA, 2012).

Neste artigo, seguindo por outra direção, busca-se uma aproximação do arcabouço desenvolvido na antropologia e no debate sobre articulação de marcadores sociais da diferença, visando interrogar o lugar que a reflexão sobre classes sociais apresenta nas narrativas cotidianas (ORTNER, 1998; 2003; MCCLINTOCK, 2010). Assim, tendo como referência o debate teórico-metodológico sobre mobilidade, classe e estratificação social, realiza-se uma reflexão sobre o tema a partir das narrativas das estudantes mulheres que participaram da pesquisa de campo, bem como de material imagético e textual circulado de modo online pelas estudantes em redes sociais. Nesse sentido, um dos objetivos do presente estudo diz respeito a compreender como os próprios agentes envolvidos nessas classificações percebem suas posições sociais e, assim, tomam decisões nesse âmbito³. Conforme destacado pelos antropólogos Edlaine Gomes e Luiz Fernando Dias Duarte (2008), mais do que apenas um problema da “imaginação sociológica”, estratificação e mobilidade social de fato constituem-se como importantes questões cotidianas. Segundo os autores, este tema “instiga a reflexão de todos aqueles que, um pouco mais, ou menos, aspiram a uma estabilização ou melhoria de sua condição de vida e para tanto levam em conta suas imagens do que seja uma vida adequada, satisfatória ou legítima”. (DUARTE; GOMES, 2008, p. 242).

A partir desse imaginário como material de análise, está em foco neste artigo o debate sobre percepção de classe e expectativas de mobilidade social entre estudantes mulheres, jovens e adultas, matriculadas em diferentes cursos em duas faculdades privadas na cidade de São Paulo, entre 2015 e 2018. Se, desde os anos 1990, as mulheres se tornaram a maior parte dos estudantes de ensino superior no Brasil⁴, como tais perspectivas de qualificação educacional e profissional impactam em suas expectativas de mobilidade social? Como vivenciam cotidianamente suas distintas experiências de classe social? Antes de aprofundar tais questões, contudo, segue-se um breve relato da pesquisa de campo realizada.

3 No debate sobre classes e estratificação social, estou de acordo com a visão de Bourdieu (2013, p. 111) de que a oposição entre “teorias objetivistas” ou “teorias subjetivistas” deve ser superada. Segundo este autor, “as representações que os agentes fazem de sua posição no espaço social” já seria ela própria um “produto de um sistema de esquemas de percepção e de apropriação (*habitus*)”. No entanto, isso não significa que tais percepções e representações não devam ser conhecidas e esmiuçadas, objetivo especialmente afim ao trabalho mais minucioso de pesquisa antropológica, conforme busco realizar aqui, além de reflexão conjunta realizada em outros momentos (ESCOURA; MACEDO, 2019).

4 Do ponto de vista do marcador gênero, é imprescindível destacar que, embora sejam maioria no ensino superior desde os anos 1990 – marco registrado a partir do censo de 1991 -, as mulheres, brancas e negras, seguem concentradas em algumas carreiras historicamente feminilizadas como Pedagogia, Enfermagem e Serviço Social persistindo como minoria nas diferentes Engenharias e na área de Exatas (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

A PESQUISA DE CAMPO: NARRATIVAS COTIDIANAS NO CONTÍNUO ONLINE-OFFLINE

Inspirada em trabalhos de cunho mais etnográfico sobre processos educativos, que trazem um olhar aproximado sobre estudantes, espaços educacionais e suas negociações cotidianas (PEREIRA, 2017; WILLIS, 1991), a pesquisa de campo aqui apresentada foi realizada a partir de conversas e entrevistas com 21 estudantes universitárias de duas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, localizadas na cidade de São Paulo, entre 2015 e 2018⁵.

Tendo como referência os dez maiores cursos de ensino superior no Brasil⁶, foram selecionados três cursos – Enfermagem, Pedagogia e Administração – que demonstraram grande relevância na pesquisa exploratória realizada previamente, além de dois deles apresentarem cortes de gênero muito expressivos⁷. Em paralelo, foram selecionadas duas IES, que aqui chamei de Faculdade Bairro e Faculdade Centro.⁸ Nos primeiros dias de aula de cada turma, minha apresentação também como estudante (ainda que de pós-graduação e de uma universidade pública), interessada em realizar pesquisa acadêmica sobre escolhas e experiências no ensino superior entre universitárias que eram a primeira geração da família a ingressar nessa etapa de ensino, favoreceu o interesse por parte dessas estudantes para refletir conjuntamente comigo sobre tais temas. Além das conversas informais realizadas durante a observação participante na entrada e corredores das faculdades, realizei entrevistas semiestruturadas. A maioria dessas entrevistas foi realizada nos arredores ou nas lanchonetes das duas faculdades. Todas essas

5 Os dados aqui apresentados são parte de pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, sob orientação de Heloisa Buarque de Almeida. O objetivo principal da tese foi debater os processos de escolha entre estudantes universitárias que são a primeira geração a ingressar nessa etapa de ensino, tendo como referência o cenário mais geral de privatização, expansão e subsequente crise do ensino superior no Brasil (MACEDO, 2019).

6 Conforme o censo da Educação Superior de 2015, os dez cursos com maiores números de matrícula no Brasil foram: Direito (853 mil estudantes matriculados), Administração (766 mil), Pedagogia (655 mil), Ciências Contábeis (358 mil), Engenharia Civil (355 mil), Enfermagem (261 mil), Psicologia (223 mil), Recursos Humanos (177 mil), Serviço Social (172 mil) e Engenharia de Produção (170 mil). Juntos tais cursos concentravam 49,8% das matrículas no ensino superior (INEP, 2015).

7 Enfermagem e Pedagogia estão entre os cursos mais feminilizados no Brasil. Em 2015, dos 655.813 estudantes matriculados em Pedagogia, 92% eram mulheres, e entre os 261.215 mil matriculados em Enfermagem, 85% era mulheres (INEP, 2015).

8 A Faculdade Centro está em uma região central da cidade de São Paulo, próximo a estações de metrô. Concentra, assim, um público mais heterogêneo socialmente do que a Faculdade Bairro, localizada na região de Taboão da Serra/bairro de Campo Limpo, zona sudoeste da região metropolitana de São Paulo. Se na Faculdade Bairro um dos motivos de escolha da instituição (além do preço) era a proximidade com a residência, na Faculdade Centro a proximidade com o trabalho se destacou. As duas instituições fazem parte dos maiores grupos de ensino privado atuantes no país.

entrevistas foram seguidas por conversas informais, tanto de modo presencial quanto online. A troca de contatos via Facebook e WhatsApp, assim, foi uma ferramenta fundamental para manter essas interlocuções, conversar, trocar referências, ver fotos sobre familiares e assuntos de interesse, além de permitir marcar novos encontros. Entrando em um “fluxo contínuo online-offline” (PARREIRAS, 2008, p. 79)⁹, que me permitiu seguir pessoas, categorias e debates, a pesquisa acabou tendo uma inesperada continuidade no universo online. Assim, complementando essa parte da pesquisa, entre 2016 e 2017 participei por algumas semanas de grupos online das turmas de ingressantes dos cursos de Enfermagem e Pedagogia de uma dessas instituições.

Levando em conta o campo de possibilidades em transformação (VELHO, 2013), dada a organização atual do sistema universitário brasileiro e paulistano, cumpre destacar como o ensino superior passou por um importante processo de expansão no período recente, em especial entre 2005 e 2015. Nesse processo, destacou-se o grande crescimento do sistema privado, indicando um forte processo de privatização e mercantilização dessa etapa de ensino no Brasil, abocanhando em 2016 cerca de 75% das matrículas (INEP, 2016). Assim, paralelo ao processo de inclusão e democratização do ensino superior no período, conquistado por meio de contínuas lutas políticas e sociais (consolidando, por exemplo, a implementação da Lei de Cotas para universidades federais, em 2012), deu-se também um processo de massificação do ensino superior, em que se destacou o setor privado não confessional, com ou sem fins lucrativos. Esse processo se deu, em parte, por interesse do mercado em absorver a demanda de estudantes que não conseguem ingressar em universidades públicas ou privadas confessionais, em parte subsidiado pelo governo federal, especialmente alavancados por políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) desde meados dos anos 2000 (SAMPAIO, 2014; ALMEIDA, 2015).

Nesse contexto, meu olhar destacou a experiência de mulheres que ingressaram no ensino superior nesse período, sendo as primeiras de sua família a acessar tal etapa de ensino, focalizando especialmente uma fração de classe que recentemente esteve no centro do debate brasileiro sobre classes sociais, ficando conhecida como “nova classe trabalhadora”, “nova classe média” ou, pela linguagem economicista de mercado, “classe C”¹⁰ (NERI, 2010; SOUZA, 2010; POCHMAN, 2012; KOPPER; DAMO, 2018). Contudo, de minha parte, essas disputas

9 Sobre a realização de pesquisa antropológica *online* e a disseminação das tecnologias comunicacionais em rede, ver também MILLER; HORST, 2012.

10 Entre as categorias utilizadas para mensurar a estratificação social, existem as chamadas “classes socioeconômicas”, que podem ser definidas a partir de critérios como renda domiciliar, renda per capita e potencial de consumo. Em diversas dessas classificações, se convencionou nomear os estratos por letras, iniciando o topo da pirâmide social na letra A – os mais ricos –, finalizando na letra E, os mais pobres. No Brasil, entre os institutos que utilizam tais classificações, destaca-se o Critério Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), amplamente utilizado pelo mercado. Sobre debates recentes ligados ao tema, ver ALMEIDA; MACEDO, 2015.

classificatórias também foram objeto de análise. Não utilizei *a priori* qualquer critério socioeconômico para delimitar quem faria ou não parte da pesquisa de campo. Meu interesse recaiu justamente nas narrativas cotidianas sobre os marcadores sociais da diferença, classe social em especial, observando o modo como tais categorizações eram “negociadas” no cotidiano de tais estudantes, orientando ou não suas escolhas¹¹.

NEGOCIANDO COM CLASSE: NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Assim como nas narrativas de Ana Paula e Mariana mencionadas no início deste artigo, surgiram percepções variadas sobre classe social, especialmente nas entrevistas realizadas, mas também nas conversas informais em que busquei explicitar meu interesse no tema para as estudantes que participaram da pesquisa. Para além do debate analítico, a temática sobre estratificação por classe se revelava uma dimensão importante das experiências sociais cotidianas, ainda que não sempre explicitada segundo categorias estáveis ou sociologicamente “corretas”. Assim, seguindo a perspectiva apresentada pela antropóloga estadunidense Sherry Ortner (2003) em pesquisa sobre sua própria escola de juventude, tratava-se do desafio de apreender as narrativas sobre classe na vida comum.

O debate sobre acesso e permanência no ensino superior em anos recentes esteve profundamente marcado por categorias de classe social e renda. Diferentes classificações como “baixa renda” (conforme políticas educacionais como o Programa Universidade para Todos - ProUni), “nova classe trabalhadora” (conforme pesquisas sociológicas, com destaque para Souza (2010)) e “classe C” (conforme a perspectiva do mercado e de parcela da mídia jornalística) foram mobilizadas para identificar os “novos” estudantes no ensino superior brasileiro.

Nesse contexto, na pesquisa de campo realizada, tomando como parâmetro as salas de Enfermagem e de Pedagogia da Faculdade Bairro, da minha perspectiva enquanto pesquisadora, eu poderia dizer que reuniam um perfil mais próximo das “classes populares”, ou do que tem sido chamado de uma “nova classe trabalhadora”, em oposição a uma “classe média estabele-

¹¹ Embora a pesquisa de campo tenha sido inicialmente realizada entre estudantes homens e mulheres, o progressivo interesse por questões de gênero ligadas à feminização de algumas dessas áreas profissionais, e suas recorrentes associações com a esfera do cuidado, me levaram a focalizar em estudantes mulheres e suas estratégias e expectativas de mobilidade social. As negociações com as categorias de gênero foram mais exploradas em outro artigo (MACEDO, 2019), deixando aqui o foco em classe e mobilidade.

cida”. A trajetória educacional dessas estudantes em escolas públicas da capital paulista ou em diferentes cidades do Nordeste, a conciliação entre trabalho e estudos desde a adolescência, a ocupação de pais e mães em profissões de baixo status, a dificuldade de realizar cursos pré-vestibulares pagos ou mesmo gratuitos, a moradia nas regiões periféricas da cidade de São Paulo, entre outras características, revelavam um perfil social próximo às chamadas “classes populares”, aqui tirando proveito da imprecisão do termo, como destacado por Maria Celia Paoli e Eder Sader (1986) e, posteriormente por Duarte e Gomes (2008).

No entanto, como analisar a situação de classe dessas estudantes? Os critérios comumente utilizados nas ciências sociais para aferir classes sociais ou classes econômicas são variados e jamais encontraram consenso. Renda familiar ou *per capita*, local de moradia, potencial de consumo, práticas culturais, estilos de vida e categorias sócio-ocupacionais são apenas algumas das possibilidades utilizadas na contemporaneidade (BOURDIEU, 2013; WRIGHT, 2015). No entanto, a maioria desses critérios requer elaborados procedimentos quantitativos, que ultrapassam o âmbito da pesquisa proposta. Ao contrário, desde o início, meu interesse recaiu sobre as percepções dos próprios sujeitos sobre tais marcadores sociais: como as pessoas vivenciam cotidianamente suas distintas experiências de classe social? Como compreendem tais marcações e como negociam suas posições na hierarquia social?

Assim, contrapondo a categoria analítica por mim mobilizada de “classes populares”, ao longo da pesquisa, essa percepção se revelou diversa do ponto de vista das estudantes, incluindo diversas alunas que se percebiam como “classe média”, “classe média baixa”, “baixa renda”, “classe trabalhadora” ou mesmo afirmaram pertencer à “classe C”. Em conversas e entrevistas, revelavam-se assim percepções de classe mais matizadas, com ênfase nas camadas médias. Já nas brincadeiras cotidianas e interações online acompanhadas nas redes sociais, foi a categoria “*pobre*”, em oposição aos “*ricos*”, que foi constantemente mobilizada, apontando para a coexistência entre um sistema de estratificação binário, sem espaço para as camadas médias, e um sistema de classificação bem mais nuançado, marcada por frações médias, como “classe média baixa” e “classe C”.

Em entrevista realizada com a estudante Laizi, de 19 anos, ingressante no curso de Administração na Faculdade Bairro em 2017, sentadas na praça de alimentação, tivemos o seguinte diálogo sobre percepção de marcadores sociais como classe e raça:

R: Como a gente já conversou, uma das questões que eu estou trabalhando na pesquisa é sobre os chamados “marcadores sociais da diferença”, sobre como as pessoas se percebem em termos de classe social, de raça e de gênero. Como você vê isso? Como você se classificaria em termos de classes sociais?

L: Eu acho que eu me encaixaria na Classe C, assim. Porque eu nem sou tão pobre, nem sou rica. Eu não passo necessidade, a gente não passa fome, a gente tem as coisas em casa... mas também não é rica de jeito nenhum, nem

pensar! (risos).

R: E se fosse nesses outros critérios, tipo classe alta, classe média, classe popular, classe trabalhadora...?

L: Acho que assim eu sou classe média. Porque é isso, não é nem lá nem cá.

Tal diálogo com Laizi expressava algumas das tensões que envolvem tais marcadores, especialmente quando essas classificações são debatidas abertamente numa relação de entrevista. Se percepções de classe operam continuamente no cotidiano, a classificação “correta”, do mesmo modo que gera dúvidas entre cientistas sociais, gerou dúvidas entre as estudantes com quem conversei. No caso de Laizi, morando com os pais no bairro Jardim Rosana (próximo do Campo Limpo, zona sul da capital paulista), ela percebia que tinha alguma estabilidade econômica (“*a gente não passa fome, a gente tem as coisas em casa*”). Sua mãe, de profissão diarista, e seu pai, de profissão encarregado de açougue, conseguiam lhe garantir condições de moradia e lhe auxiliavam naquele momento a pagar a faculdade, realizando o sonho familiar de ser a primeira mulher da família a cursar ensino superior (seus pais, ambos terminaram o ensino médio, mas não tiveram oportunidade de fazer faculdade). No entanto, tais “condições objetivas” não lhe pareciam justificar a entrada nos estratos populares, preferindo lugares associados a uma “classe média baixa” ou “classe C”: “*porque é isso, não é nem lá nem cá*”, conforme afirmara Laizi.

De modo similar, quando perguntei durante entrevista para a estudante de enfermagem Bruna, também na Faculdade Bairro, como ela própria percebia sua posição em termos de marcadores de classe social e raça, ela afirmou:

Eu acho que eu sou classe média, né? Porque graças a Deus, Deus está me dando condições de pagar a faculdade, eu tenho uma casa com meu marido, como o que eu quero, uso o que eu quero graças a Deus... então *não sou classe baixa, né? [...] De cor e raça eu já não sei... Dizem que eu sou branca, mas é melhor por parda. Põe parda aí na pesquisa, por favor.*

(Bruna, 21 anos, estudante de Enfermagem, Faculdade Bairro).

Bruna, assim como outras estudantes que participaram da pesquisa, identificava que ao ter opções diversificadas de alimentação e vestimenta, além de moradia, não poderia ser associada à “classe baixa”, imaginada como uma classe sem poder de escolhas de consumo. Ainda que morando em bairro na periferia de São Paulo e trabalhando como balconista em restaurante no centro da cidade, a posse da casa própria e a opções diversificadas de consumo marcavam, segundo ela, um certo padrão de vida de classe média. “Morar bem, cursar a universidade e vestir-se bem são comprovantes sociais das posições de prestígio cuja avaliação é sempre positiva”, já observava nos anos 1960 Marialice Foracchi (1965, p. 101) em reflexão precursora sobre a percepção de classe entre estudantes universitários brasileiros.

Ademais, pelo ambiente universitário, e pelo meu lugar enquanto pesquisadora universitária autoidentificada como “de classe média” e “branca”, em algumas dessas conversas notava-se um certo desconforto entre diversas estudantes em se perceber como “não classe média”. Diante dessas situações contextuais, pude perceber ao longo da pesquisa que também classe é uma categoria que se negocia, apresentando forte dimensão performativa.

A aproximação com a pesquisa de Beverley Skeggs, realizada na Inglaterra nos anos 1990, ilumina algumas dessas questões. Intitulada *Formations of class and gender: becoming respectable* (1997), Skeggs realizou uma pesquisa longitudinal durante 11 anos com 83 mulheres de classes trabalhadoras matriculadas em um curso de ‘cuidado’ (*‘caring’*) em uma pequena faculdade no noroeste da Inglaterra, investigando como elas negociavam e compreendiam suas identidades e construções subjetivas sobre posição social. Em sua análise, Skeggs constatou certo receio em serem classificadas como “classe trabalhadora” pois isso remeteria a um imaginário de mulheres potencialmente perigosas, pouco produtivas, irresponsáveis e não respeitáveis. Cientes de como eram posicionadas e representadas na sociedade por sua possível posição de classe, essas mulheres circundavam os sistemas classificatórios, de maneira inquieta e desconfortável. Respeitabilidade¹², assim, se tornava um atributo central diante da qual aquelas mulheres precisavam negociar a todo momento em suas vidas cotidianas, revelando a indissociabilidade entre classe e gênero.

Destaco também aqui o peso que o ingresso no ensino superior representa nessa percepção de classe, conforme observado durante a pesquisa de campo. De maneira similar ao modo como o consumo de roupas e acessórios de marca entre jovens das periferias urbanas “confundem as fronteiras de classe, ou ao menos, fazem com que tenham que ser reinventadas muito rapidamente” (Pinheiro-Machado e Scalco, 2014, p.6), podemos pensar no papel similar do ingresso no ensino superior como um índice de “distinção” (BOURDIEU, 2013). Coursar uma faculdade, pelo alto peso simbólico que historicamente tal qualificação apresenta no Brasil, em muitos casos analisados contribuía para um afastamento do lugar marcado de “classes populares”, “classe baixa” ou mesmo de “pobre”.

No entanto, mesmo entre estudantes de perfil social, educacional e econômico similar, essa associação com frações das classes médias não foi consensual. Ao final da primeira entrevista realizada com a estudante Andrea, em março de 2016, a estudante Bruna – que já tinha conversado comigo na semana anterior, em trecho apresentado acima, definindo-se como de “classe média” – veio sentar conosco na mesa da praça de alimentação da Faculdade Bairro,

12 Segundo Skeggs (1997, p. 3), “Respectability contains judgements of class, race, gender and sexuality and different groups have differential access to the mechanisms for generating, resisting and displaying respectability”. Ao historicizar tal processo na Inglaterra, Skeggs constatou que “respectability became a property of middle-class individuals defined against the masses” (SKEGGS, 1997, p. 6).

participando da conversa. Nesse diálogo entre Andrea, Bruna e eu, algumas dessas tensões sobre percepção de marcadores sociais da diferença se faziam nítidas:

Andrea: Nessas classificações aí de classe eu sou pobre! Risos. É pobre mesmo, não tem jeito. Pode por aí.

Bruna corrige: Põe baixa renda na pesquisa, não pobre!

Andrea: É verdade, a Bruna tem razão, pobre fica muito assim, né? Fica pobre! [risos]. Então, põe baixa renda aí.

R: E em relação à cor/raça?

Andrea: Eu sou negona, né, eu sou nega.

Bruna: mentira, Andrea, você é morena!

Andrea: não existe esse negócio de morena, Bruna. Ou é negro ou é... Pode colocar negra mesmo [risos].

Associando marcadores de classe e cor/raça, em tais diálogos uma série de questões se evidenciavam. De um lado, o desconforto possível na identificação enquanto “pobre” ou “classe baixa”. Conforme sugestão da estudante Bruna para Andrea, “baixa renda” – categoria utilizada por diversas políticas públicas, o ProUni inclusive – ao menos ficaria mais elegante para ser registrado em uma pesquisa universitária. Nessa e em outras conversas, diferentemente de Bruna, Andrea tendia a mobilizar um sistema classificatório binário, tensionado entre “ricos e pobres”, sem espaço significativo para as classes médias.

Tal tensionamento binário de classe já foi observado em algumas pesquisas sobre percepções e identidades de classe no Brasil. Em texto de 1977, Ruth Cardoso sublinhava como todos os participantes de sua pesquisa – moradores de favelas na cidade de São Paulo –, embora não apresentassem um discurso elaborado sobre classes, descreviam “a sociedade como estando dividida entre ricos e pobres” (CARDOSO, 2011, p. 171)¹³. Já nos anos 2000, tal oposição também foi observado na pesquisa etnográfica de Heloisa Buarque de Almeida, ao refletir sobre as percepções sobre posição social e telenovelas na cidade de Montes Claros (MG) (2003, p.108): “é muitas vezes pela comparação com o luxo que se vê na televisão, ou pela comparação com a elite local, que se define a ideia de ser pobre – não um estatuto absoluto, mas relativo a outras pessoas, construção que se dá pela comparação”. De modo similar, também André Singer (2018, p. 19) identificou como, no discurso popular, ao invés de percepção enquanto classe trabalhadora, seria mais constante “a referência aos ‘pobres’, os quais têm noção de que seus interesses se opõem ao dos ‘ricos’”.

Em minha pesquisa, conforme desenvolvo a seguir, ao analisar os memes postados na

13 Conforme observou Ruth Cardoso: “para expressar essa oposição, [eles] identificam os ricos como *fortes* e os pobres como *fracos*”. (grifos da autora). Ainda assim, nessa pesquisa com trabalhadores moradores de favelas, Cardoso identificava como esse lugar de pobreza também era relativo, distanciando-se, sempre, dos “mais miseráveis”. (CARDOSO, 2011, p. 172)

internet, a categoria ‘pobre’ também apareceu de modo relacional, em oposição aos ‘ricos’, sendo contextualmente mobilizada ou evitada, podendo também ser reduzida ou alargada. Alguém pode se declarar ‘pobre’ ironicamente em uma brincadeira, mas numa reflexão posterior pode evitar tal classificação. “*Pobre, pobre mesmo*”, tende a ser visto como uma condição extrema, associado a condições realmente precárias de saúde, de alimentação e de moradia. Quando tais categorias são inseridas nas redes familiares intergeracionais, também é comum se associar a “*verdadeira pobreza*” ao passado familiar migrante, de trabalho na roça no Nordeste ou no interior do Sudeste, quando havia de fato restrição de alimentação e vestimenta. A pobreza do contexto urbano, assim, surge marcada por outras variáveis, constituindo-se também como uma categoria relacional.

De modo similar com os impasses suscitados por categorias de estratificação social, ao analisar tais narrativas observa-se como também os marcadores raciais suscitavam reflexões diversas. Assim como no caso da estudante Laizi, que revelou intensas dúvidas sobre autotransclassificação racial (“*Eu me classificaria ... não sei... morena. Mas morena não tem na raça, né? Não sei*”), também no diálogo entre Bruna e Andrea, a categoria “morena” aparecia para Bruna como sendo mais polida, ao que Andrea questionou negativamente e se afirmou como negra. Conforme pontuou Márcia Lima (2012), a categoria ‘moreno’, embora de ampla utilização popular para autotransclassificação racial no Brasil, de fato revela uma série de ambiguidades. Quando reclassificada segundo critérios do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo) tende a oscilar entre brancos e pardos. No entanto, devido a uma maior politização de tais marcadores, é a categoria negro que passa a ser reivindicada, conforme afirmação de Andrea (“*não existe esse negócio de morena [...]. Pode colocar negra mesmo*”). Andrea, assim, mesmo que intuitivamente, aproximava-se das reivindicações de representação e valorização dos distintos movimentos negros, especialmente do feminismo negro, dando visibilidade a constituição positiva de sua identidade enquanto mulher negra. (CRENSHAW, 2004).

Ainda em relação à identidade e percepção de classe, também a estudante de enfermagem Jucilene, embora tivesse uma situação econômica próxima a de Bruna e de Andrea, e fosse proprietária de um carro (bem de consumo ainda mais associado à classe média no Brasil), interpretava de modo diferente sua posição social:

Bom, sobre classe social eu acho que tem a alta, a média, a baixa e a miserável, né? Eu acho ... ai meu deus (risos), voltando aos tempos medievais que eu aprendi hoje na aula de história, depois a gente viu aquele proletariado... É tipo aquilo (risos). Eu vou estar na baixa, né? É baixa mesmo. É tipo aquele proletariado, mas sem poder fazer rebelião! Não posso me rebelar, não.
(Jucilene, 33 anos, estudante de Enfermagem, Faculdade Bairro).

Jucilene se referia a uma das aulas que cursara na faculdade, e que ela havia me contado

em outra conversa, em que a professora introduzia alguns períodos históricos, inclusive a Revolução Industrial. A professora comparava o proletariado inglês do século XIX com a realidade atual dos alunos, gerando descontração na sala. Jucilene se identificou com aquele esquema de estratificação, classificando-se como “[classe] baixa”, não sem algum desconforto. Vale lembrar que, nessa ocasião, antes de desistir do curso de ensino superior, Jucilene se orgulhava em se apresentar como diarista, ao lado da colega de mesma profissão, Jeane, exaltando seu novo status de universitária.

Ao acompanhar até agora tais narrativas sobre percepções de classe dessas seis estudantes apresentadas neste artigo, percebe-se como diferentes categorias foram mobilizadas: “classe média” (Mariana e Bruna), “classe C” (Laizi), “classe trabalhadora” (Ana Paula), “pobre” ou “baixa renda” (Andrea), “classe baixa” (Jucilene). Todas essas estudantes eram a primeira geração de suas famílias a ingressar no ensino superior, estudaram em escolas públicas e residiam na periferia da cidade de São Paulo. Tal diversidade de identidades, ao meu ver, aproxima-se das conclusões alcançadas por Celi Scalon e André Salata (2015) em pesquisa sobre percepções de classe entre a “nova classe média” brasileira. Ao realizarem 24 entrevistas com moradores do Rio de Janeiro, divididos em dois perfis - “classe média tradicional” (Classes AB) e “nova classe média” (Classe C), os autores concluíram que enquanto todos os entrevistados da classe média estabelecida se identificavam com “classe média”, entre os entrevistados da “classe C” as respostas resultaram bastante diversas: “para os entrevistados do perfil “C” não encontramos uma identificação mais espontânea com nenhuma categoria, mas, sim, uma percepção geral de que estariam nessa posição entre os mais pobres e os mais ricos.” (SCALON; SALATA, 2015, p. 382). Assim, enquanto para os integrantes da “classe média tradicional” a categoria “classe média” apareceria como um lugar cômodo e sem muitos questionamentos, ao deslocar-se para as trajetórias de pessoas de menor renda, seriam constantes as dúvidas e negociações com as categorias de classe.

Nessas conversas e entrevistas sobre percepções de classe realizadas em minha pesquisa, também se nota como tais categorias são contextualmente negociadas. Em conversa durante entrevista realizada em março de 2017, no pátio da Faculdade Bairro, explicitando meus interesses de pesquisa sobre marcadores sociais da diferença, perguntei a estudante de Pedagogia Daniela sobre sua percepção de classe e tive a seguinte resposta: “*Eu acho esse negócio de classe social meio difícil... [pausa], mas acho que eu sou média.*” Quando, em seguida, perguntei como ela se classificava em termos de raça ou cor, Daniela se disse “*parda*”. Conforme narrativa de Daniela, ao debater os dilemas envolvidos na escolha pelo curso de Pedagogia, ela realizava o sonho de sua família de ser a primeira a ingressar no ensino superior, não sem decepções, já que seu pai, de profissão motorista de ônibus, queria que ela cursasse Direito. Já sua mãe, de profissão diarista, estava orgulhosa das escolhas da filha.

Já no segundo semestre de 2018, inserido no contexto do debate eleitoral que daria vitória ao candidato conservador Jair Bolsonaro, diante de uma conjuntura social e política cada vez mais polarizada (PINHEIRO-MACHADO E SCALCO, 2018), Daniela aprofundou sua visão política engajada – que tendia mais à esquerda –, posicionando-se abertamente contra a chapa conservadora, apoiando a campanha online *#elenão*. Nesse momento, Daniela escreveu em suas redes sociais: “mulher, neta de índio, pobre, professora, nunca tive tanto medo de ser quem eu sou”. Num contexto de maior politização e engajamento nas redes sociais (FALCÃO, 2017), conforme discuto a seguir, nota-se como Daniela moveu-se de categorias intermediárias (“*acho que sou [classe] média*”) para categorias mais polarizadas e politizadas (“*mulher, neta de índio, pobre*”), revelando mais uma vez o caráter negociável e performativo das categorias de classe, bem como de raça e de gênero.

“AGORA QUER SER RICA?”: NARRATIVAS ONLINE SOBRE CLASSE E MOBILIDADE

Como parte de um cenário global de intensa comunicação digital, em que as relações se constituem cada vez mais em um contínuo online-offline¹⁴, também as estudantes participavam das redes sociais, trocando mensagens, “curtindo” conteúdo online e circulando memes¹⁵ em diferentes redes, especialmente através do uso de *smartphones*. Assim, além de acompanhar algumas estudantes nas redes sociais Facebook e Instagram, ao longo da pesquisa de campo tive a oportunidade de participar de dois grupos online de WhatsApp dos cursos de Enfermagem (grupo que frequentei por pouco mais de um mês, em 2016), e do curso de Pedagogia (que frequentei por um semestre, em 2017), ambos ligados às turmas de ingressantes que acompanhei na Faculdade Bairro. Nesses dois grupos, entre troca de informações sobre o curso, discussões sobre a turma e constituição e dissolução de amizades, comentava-se também a todo momento sobre religião e sobre os desafios futuros em relação às profissões de pedagogas e enfermeiros, entre outros assuntos. Além das mensagens de texto e de voz, muitas dessas comunicações eram trocadas nas formas de memes.

14 No campo da antropologia brasileira, diversas pesquisas têm elaborado a perspectiva de uma etnografia digital. Ver, entre outras, FALCÃO, 2017 e PARREIRAS, 2017. Sobre as potencialidades de uma antropologia digital, ver também MILLER; SLATER, 2004.

15 Os memes são mensagens gráficas frequentemente humorísticas, utilizando uma bricolagem de linguagens simples, com alto poder de viralização (FALCÃO, 2017). Sem autoria definida, em geral são replicados quando os usuários concordam com seu conteúdo.

Vale lembrar que tal interação digital está marcada por um contexto de democratização da internet no Brasil dos anos 2000 e início dos 2010, quando as “classes emergentes” passaram a fazer um uso muito frequente das redes sociais, especialmente pelo uso intensivo de *smartphones* (SPYER, 2018). Assim, além da comunicação em si, a sociabilidade online passou a ser uma forma importante de estar atualizado às tendências digitais e modernizantes, trazendo também prestígio e distinção para os usuários mais conectados.

Na presente pesquisa, os memes trocados pelas turmas nos grupos de WhatsApp que acompanhei chamaram minha atenção por tematizar assuntos que não eram abertamente tratados nas conversas que presenciei nos diferentes espaços das faculdades ou nas outras interações online. Se as mensagens de texto e de voz trocadas, em sua maioria, versavam sobre dúvidas com a plataforma digital do curso, além de informações sobre salas, professores e trabalhos, era através dos memes que a temática da estratificação social ocasionalmente aparecia, sempre permeada por muita ironia e humor, como é usual nessa forma de comunicação. Nesses debates, a oposição das/dos estudantes dessa turma com “os ricos” era frequente. Nesse sentido, diversos memes ironizavam essa tensão de classe, tematizando a escolha dos cursos de ensino superior.

Figuras 1 e 2: memes mobilizando personagens de telenovelas da Globo que se tornaram populares por suas falas irônicas.



Fonte: grupos de WhatsApp, 2016 e 2017.

Nesses memes, a mobilização de vilões controversos de telenovelas da Rede Globo, que ficaram famosos por suas falas sinceras e irônicas, revelava a necessidade de dizer “a verdade”, ainda que causasse constrangimentos. Na primeira imagem, vemos a personagem Carminha (interpretada pela atriz Adriana Esteves), da telenovela *Avenida Brasil* (Globo, 2012); na segunda imagem, o personagem Félix (interpretado pelo ator Mateus Solano), na telenovela *Amor à*

Vida (GLOBO, 2013) (Figuras 1 e 2). Em ambos os memes, a combinação entre imagem e texto traz o alerta incisivo e irônico de que naqueles dois cursos de ensino superior – enfermagem e pedagogia – as chances de “ficar rico” eram escassas, possivelmente em oposição a outros cursos mais valorizados na hierarquia de diplomas brasileiros, com destaque para Medicina e Direito¹⁶. Tais tensões revelavam que, para além do fato de estar no ensino superior, a escolha do curso também se correlacionava com marcadores de classe social (NOGUEIRA, 2012).

Conforme vimos nos relatos sobre percepção de classe apresentados acima, se nas entrevistas a identidade de classe variava entre termos como “classe trabalhadora”, “classe baixa”, “classe média” e “classe C”, já nos conteúdos online, nos memes especialmente, a percepção de estar afastada do mundo “dos ricos” e “das ricas” ficava nítida. Assim, diversos memes ironizavam essa distância social dos “verdadeiros ricos”, imaginados como aqueles que não precisam trabalhar para pagar a faculdade, que não têm que se submeter a várias horas diárias no transporte público para retornar para casa ou que possuem grandes heranças, livrando-se do trabalho diário e exaustivo.

Figuras 3 e 4: memes tematizando estratificação social trocados no grupo de WhatsApp, Faculdade Bairro.



Fonte: grupos de WhatsApp, 2016.

Tendo como referência as imagens 3 e 4, nota-se como em tais mensagens, sempre mo-

¹⁶ Nessas classificações, vale lembrar que cursos como o de Medicina e Direito têm se constituído historicamente como mais prestigiosos do sistema universitário brasileiro, conciliando status e expectativas de altos rendimentos no mercado de trabalho (bastante superiores à média nacional). (RIBEIRO & SCHLEGEL, 2015. E quando se olha para as escolhas de alunos das escolas ‘fortes’ da cidade de São Paulo, voltadas para o sucesso no vestibular, são os cursos de Direito, Medicina e Engenharia que ainda atraem os estudantes de maior desempenho escolar.

bilizando a chave do humor, tematizava-se a melancolia de não ter nascido em família rica. Na Figura 3, através da imagem cômica de uma criança que se vestia com adornos considerados chiques – como bolsa de couro azul marinho e óculos escuros – expressava a *luta diária* que, no caso das estudantes pesquisadas, compreendia na rotina de acordar muito cedo todos os dias, trabalhar duro e por longas horas, cursar a faculdade no período noturno, cuidar da casa e, alguns casos, cuidar dos filhos. Já a imagem 4, através do uso da figura do endividado Seu Madruga, conhecido personagem do seriado mexicano *Chaves*, expressava a surpresa diante de uma repentina vontade de “fica rico” e, assim, ter grande parte dos problemas cotidianos resolvidos.

Se tais mensagens tematizavam a resignação e a luta diária diante da condição de “*não ter nascido rica*”, por outra direção, uma série de mensagens de incentivo também eram trocadas nesses grupos, mobilizando frases de autoajuda, montadas sobre imagens de estudantes desanimadas, mas persistentes em sua batalha cotidiana para “alcançar os verdadeiros sonhos”. Nessa interação online nos grupos, entre respostas a tais mensagens com *emojis* de palminhas e sorrisos, também surgiam respostas como “*nós todas vamos conseguir, em nome de Jesus*”, expressando a forte religiosidade cristã de algumas estudantes. Entre mensagens de humor e autoajuda, vez ou outra também surgiam questionamentos: tanto esforço e cansaço valeria a pena? Os frutos imaginados chegariam? Tais estudantes, ao final desse longo percurso de quatro ou cinco anos, conseguiriam as recompensas imaginadas pela obtenção de um diploma de ensino superior e, possivelmente, a conquista de alguma mobilidade social? Nessas conversas e interações online, às vezes parecia que sim, às vezes que não.

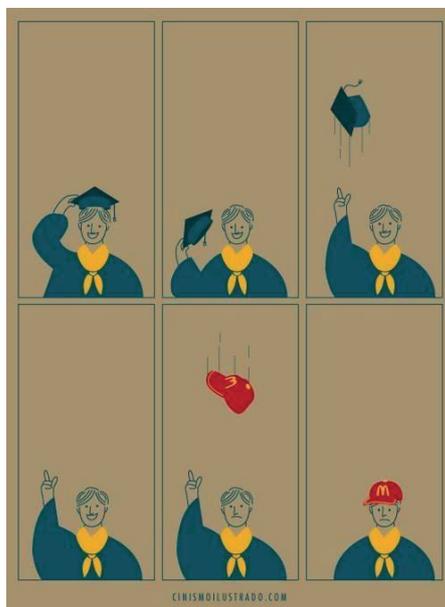
Enquanto se mobilizavam diferentes táticas online e offline de incentivo para não desistir do curso, em alguns momentos o desânimo diante de uma conjuntura adversa, marcada por crises econômicas e desemprego, voltava a imperar. Assim, diante dos questionamentos sobre se tanto esforço e cansaço valeria a pena, discutiam-se ansiedades e frustrações. Para além do cansaço pessoal e das perspectivas pessimistas em relação ao mercado de trabalho, a desilusão com as instituições de ensino era frequente. Nos dois grupos de WhatsApp que acompanhei, eram trocadas diversas reclamações sobre a instituição como “*a [Faculdade Bairro] faz qualquer sonho virar pesadelo*”, referindo-se às condições ruins de atendimento, condição de trabalho de professores, excesso de conteúdo online, entre outras críticas à instituição, esta, por sua vez, ligada a um dos maiores grupos de ensino privado do país.

O cenário de crise econômica, instabilidade política e aumento das taxas de desemprego no Brasil no período em que participei desses dois grupos, além de acompanhar tal temática em outras interações online, também se revelou motivo constante de preocupações e tensões. Com o desemprego entre a população jovem brasileira atingindo a marca de 26,6% em 2018¹⁷,

¹⁷ Utilizando dados do IBGE de 2018, reportagem do portal online G1, da Globo, em 17/08/2018, afirmava que

a preocupação sobre a empregabilidade durante o curso, e especialmente após a sua conclusão, eram inevitáveis.

Figura 5: Tira recebida por WhatsApp nos dois diferentes grupos que participei em 2016 e 2017.



Fonte: grupos de WhatsApp.

A Figura 5, em especial, chamou minha atenção já que a recebi nos dois diferentes grupos de WhatsApp que participei nessa pesquisa. Além da sua recorrência, portanto, me marcou especialmente por sua pungência. Diante do forte simbolismo que o capelo continha nesse imaginário de conquista de um diploma de ensino superior, aqui o objeto, em seu voo, seguia o alegre ritual da festa de formatura ao ser jogado para cima, mas, ao cair, transformava-se em um boné da rede *fast-food* McDonalds. Ao invés de profissional qualificado, o diplomado imediatamente convertia-se em mão-de-obra precarizada.

Nos dois grupos em que vi essa mensagem ser veiculada, a reação foi jocosa: comentários como “*oh nois daqui a quatro anos! Kkkkk*”, seguidas de respostas com *emojis* de risadas, simultaneamente tensionavam e divertiam aquele ambiente online formado por universitários calouros. Além da reflexão sobre a conjuntura de precarização do trabalho, novamente, rir acabava sendo uma boa alternativa diante de um cenário com tantas incertezas.

enquanto a taxa geral de desemprego era de 12,4% no segundo trimestre de 2018, entre os jovens o percentual saltava para 26,6%. (G1, SILVEIRA, 2018).

“QUERO É TRABALHAR NA ÁREA”: EXPECTATIVAS DIANTE DA FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Olha, hoje eu trabalho como agente escolar em escola [estadual], mas eu não quero ficar nisso. Eu tô fazendo enfermagem... [pausa, reflete] eu não preciso ficar rica, o que eu quero mesmo é conseguir trabalhar na área.
(Luana, 25 anos, estudante de Enfermagem na Faculdade Bairro).

Assim como na narrativa de Luana, ouvi sobre a meta de “*trabalhar na área*” diversas vezes ao longo da pesquisa, surgindo como uma expectativa para praticamente todas as interlocutoras, de diferentes áreas de formação como Administração, Pedagogia e Enfermagem. Para além de almejar outras conquistas como casa própria e estabilidade financeira, a expectativa de “trabalhar na área” era vista como uma meta possível, mas não garantida, dadas as condições cada vez mais precárias do mercado de trabalho brasileiro (BRAGA, 2014; SINGER, 2018), além do já conhecido cenário de flexibilização e precarização do trabalho em contexto internacional. (BOLTANSKY; CHIAPPELO, 2009; BUTLER, 2018)

No caso da estudante Luana, aos 25 anos ela já tinha realizado o técnico de enfermagem, contudo ainda não tinha conseguido trabalhar na área da saúde, o que era visto como uma grande frustração. Naquele momento, seu emprego como agente escolar, embora cansativo e mal remunerado (recebia cerca de um salário mínimo por mês), trazia alguma satisfação – dizia gostar da convivência com os adolescentes. No entanto, sua principal busca no ensino superior era conseguir, um dia, trabalhar na área da saúde, preferencialmente em um hospital. A ansiedade de Luana de saber se, diante de tanto esforço, o ensino superior valeria a pena, surgia como contraponto a diversas outras histórias ouvidas nas conversas online e nos corredores da faculdade sobre jovens e adultos que terminaram a faculdade, mas não conseguiram “trabalhar na área”, empregando-se em trabalhos de menor qualificação e remuneração, como operador de *call center*, recepcionista, vendedor ou manicure. Na pesquisa sobre bolsistas do ProUni em São Paulo realizada por Wilson Almeida, de maneira similar, diversos estudantes empregavam-se em setores de telemarketing, revendedora de cosméticos ou no serviço terceirizado, entre outras ocupações marcadas pela alta rotatividade no emprego e baixa remuneração. Conforme imagem trazida acima, tratava-se do grande pesadelo de, ao invés de “trabalhar na área”, ter que vestir o boné de trabalhador precário. (ALMEIDA, 2015)

A preocupação manifestada por Luana, para além das ansiedades típicas de qualquer estudante universitário tentando prever seu futuro pós formatura, relacionava-se com a deterioração do mercado de trabalho brasileiro e com a preocupação diante da progressiva desvaloriza-

ção dos diplomas, criando “excluídos do interior”, conforme expressão marcante formulada por Bourdieu e Champagne. Ao refletir de maneira contundente sobre algumas das ambivalências dos sistemas educacionais cada vez mais “inclusivos”, inseridos em mercados de trabalhos cada vez mais precarizados, nos anos 1990, os mesmos autores percebiam que, com a chegada de “novas clientelas” nos níveis elevados de ensino francês, modificava-se cada vez mais “o valor econômico e simbólico dos diplomas”. Nessas transformações, os “recém-chegados” sofriam mais incisivamente tais impactos: “estudantes provenientes das famílias mais desprovidas culturalmente têm todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado”. (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998, p. 221).

Tal processo de “inflação dos diplomas”, por um lado, e precarização do mercado de trabalho, por outro, também foi analisado por Luc Boltanski e Éve Chiapello no final dos anos 1990, em reflexão sobre a produção de um capitalismo flexível e globalizado, marcado simultaneamente pela precarização do trabalho como parte de seu “novo espírito”. Como foco na “zona OCDE”, os autores constatavam “um nivelamento por baixo das remunerações”. Nesse passo, o compromisso “diploma, carreira e aposentadoria” – estabelecido na Europa desde o pós-guerra, desestabilizava-se progressivamente: “com o mesmo diploma, na maioria das vezes os jovens têm acesso a posições inferiores às atingidas pelos mais velhos quando tinham a mesma idade, frequentemente ao cabo de uma série de empregos precários que agora marca o ingresso das novas gerações na vida ativa” (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 23).

Se a “inflação de diplomas” nos chamados países desenvolvidos, como França e Estados Unidos, já revelava suas ambivalências nos anos 1990, no Brasil foi apenas no final da década de 2000 que tal debate ganhou força. Conforme já discutido, o período esteve marcado por um certo otimismo, relacionado à mobilidade social, valorização do salário mínimo e expansão do ensino superior, entre outros fatores derivados do lulismo. (SINGER, 2018). Apesar do “reformismo fraco”, conforme análise de Singer, havia grande expectativa de crescimento da renda per capita, da escolarização e da “nova classe média brasileira”. No entanto, com o adensamento da crise econômica e política a partir de 2015, a pauta da crise e do desemprego voltou a fazer parte do cotidiano:

Antes eu pensava que eu ia ser valorizada fazendo o superior em Enfermagem. Agora eu entro no metrô e só vejo gente de branco por todo lado, vejo universitário por todo lado! Não que eu seja uma pessoa maldosa... mas com esse tanto de enfermeiro, será que vai ter trabalho pra mim? A gente imagina uma coisa e vai vendo que a realidade é outra. E agora esse papo de crise por todo lado. Crise, crise, não aguento mais [silêncio]. E essa crise só tá piorando...

(Jucilene, 33 anos, estudante de Enfermagem, antes de desistir do curso).

Conforme narrativa da estudante Jucilene, apesar do esforço individual, a realidade brasileira foi se constituindo como um ambiente adverso, marcado por subsequentes crises econômicas e políticas no período entre 2015 e 2018, quando se desenvolveu a presente pesquisa. Se, do ponto de vista das instituições de ensino foram tomadas o maior número de medidas possíveis para seguir captando novos estudantes e reter a evasão; do ponto de vista das estudantes, a crise trouxe um elemento extra de insegurança e tensão.

A estudante Jucilene, após vários dilemas, acabou desistindo do curso. No entanto, nessa turma de Enfermagem da Faculdade Bairro, diversas alunas persistiram. Como disse a estudante Andrea, “*as coisas estão difíceis? sim, estão; mas se eu quero ter alguma oportunidade de crescimento, estudar é minha única opção, não tenho outra*”. Diante de um cenário político nacional desalentador e de uma desigualdade social crescente, era entre sentimentos de resistência e resignação que tais estudantes seguiam suas trajetórias educacionais no período analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisei as percepções de classe e mobilidade social entre estudantes universitárias, por meio de entrevistas, conversas e interações online nas redes sociais. Mobilizando ora categorias binárias – *ricas versus pobres* –, ora categorias mais fracionadas – como “classe média” ou “classe C” –, tais classificações revelaram negociações constantes a respeito das percepções cotidianas sobre classe e mobilidade social. Assim, para além de uma definição sociologicamente correta enquanto “nova classe trabalhadora”, “classe média baixa” ou outra categoria do jargão das ciências sociais ou da economia, a pesquisa entre as estudantes revelou que a percepção de classe é também algo que contextualmente se negocia, levando em conta de onde se fala, para quem se fala, e quais imaginários sobre mobilidade social se aspira.

Ainda assim, diferentemente dos privilégios culturais e econômicos da classe média tradicional ou da elite paulistana – vista, pelas lentes dessas interlocutoras, como “*os ricos*” –, para essas estudantes a rotina exaustiva de conciliar trabalho duro, estudo em período noturno, longas horas em transporte público e poucas horas de sono as colocava permanentemente em um lugar social instável e desafiador, cuja motivação individual e familiar acabava sendo um dos principais agenciadores dessa busca por mobilidade social.

Em paralelo, tentei demonstrar como, para além do objetivo de ascender socialmente e garantir melhores condições econômicas, a busca do diploma de ensino superior também trazia consigo expectativas de realização pessoal e de busca por reconhecimento no trabalho, especialmente pela meta de “*trabalhar na área*” em que se escolheu. O pesadelo do trabalho

precário, para além de sua baixa remuneração, significava uma enorme frustração, já que remetia à “não escolha”. Tal perspectiva resultaria em uma enorme decepção em relação à busca de realização no trabalho. Segundo interpretação de François Dubet, a qual se alinha com os resultados da presente pesquisa, cada vez mais as pessoas teriam expectativas de encontrar sentido e autorrealização no trabalho. Tal ideal deixaria de ser exclusivo das classes privilegiadas, espalhando-se o desejo de encontrar na profissão “satisfações intrínsecas, prazer, felicidade, um sentimento de crescimento pessoal e liberdade”, mesmo em um mercado de trabalho cada vez mais flexível e instável (DUBET, 2014, p. 113).

Cabe ainda destacar a polissemia do diploma: para além da obtenção de qualificação profissional, o diploma é visto como algo que irá materializar conquistas pessoais e familiares, apresentando amplo efeito simbólico. Mais do que “*querer ficar rica*”, conforme provocação irônica compartilhada em grupo de WhatsApp revelada nas figuras 1 e 2, entre as estudantes universitárias pesquisadas o diploma representava a oportunidade de crescimento pessoal e de reconhecimento, além da expectativa de obter um trabalho digno, relacionado com a área escolhida e que tenha remuneração compatível com a escolaridade obtida.

Retomando as narrativas das estudantes Ana Paula e Mariana, conforme apresentadas no início deste artigo, apesar das diferenças geracionais e das diferentes percepções sobre classe entre mãe e filha – entre “*classe trabalhadora*” e “*classe média*” -, trata-se da aposta mais geral na educação superior como possibilidade de transformação pessoal e familiar, tentando mover a família para um lugar de maior estabilidade, frente a uma conjuntura cada vez mais instável. Conforme sintetizou Ana Paula: “(...) *só com ensino médio não dá mais. A gente não pode querer ficar a vida toda no mesmo lugar. Tá difícil, mas estudar ainda é o melhor jeito da gente correr atrás de algo melhor*”.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Heloisa Buarque. **Telenovela, Consumo e Gênero**: “muitas mais coisas”. Bauru: Edusc, 2003.
2. ALMEIDA, Wilson Mesquita. Os Herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 85-100, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n130/0101-7330-es-36-130-00085.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
3. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
4. BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**. Vol. 96, junho

- de 2013, p.105-115, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008. Acesso em: 12 mar. 2019.
5. BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, M.A. & CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
 6. BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
 7. CARDOSO, Ruth. Sociedade e poder: as representações dos favelados em São Paulo. *In*: CALDEIRA, Teresa (Org.). **Ruth Cardoso**: Obra Reunida. São Paulo: Mameluco, 2011, p. 170-184.
 8. CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de gênero e raça**. 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.Org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
 9. DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. **Três famílias**: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
 10. DUBET, François. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
 11. ESCOURA, Michele; MACEDO, Renata Mourão. Tensionamentos e negociações de desigualdades: notas etnográficas sobre consumo, classe e gênero. *In*: SAGGESE, Gustavo *et al.* (Org.). **Marcadores Sociais da Diferença**: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. São Paulo: Terceiro Nome: Editora Gramma, 2018, p. 269-286.
 12. FALCÃO, Thiago. **Memes, textões e problematizações**: sociabilidade e política a partir de uma comunidade LGBT de universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2017.
 13. FONSECA, Claudia. Classe e a recusa etnográfica. *In*: FONSECA, C.; BRITES, J. (Org.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
 14. FORACCHI, Marialice. **O Estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
 15. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.
 16. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico**: Censo da Educação Superior 2016. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em:

- http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.
17. LIMA, Márcia. “Raça” e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo Social**, v.24, n.2, p. 233-254, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v24n2/v24n2a12>. Acesso em: 20 dez. 2018.
 18. KOPPER, Moises; DAMO, Arlei. A emergência e a evanescência da nova classe média brasileira. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 24, n.50, p. 335-376, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832018000100335&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2018.
 19. MACEDO, Renata; ALMEIDA, Heloisa. Discursos sobre a “nova classe média” na mídia: classe, gênero e raça em intersecção. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 39, 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS 2015.
 20. MACEDO, Renata. **Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado**. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
 21. MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais**, n.1, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372>. Acesso em: 12 mar. 2019.
 22. MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia. Entre a esperança e o ódio: a juventude periférica bolsonarista. *In: SOLANO, Esther (Org). O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.
 23. MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, sexualidade e gênero no embate colonial**. Campinas, Editora Unicamp, 2010.
 24. MILLER, Daniel; HORST, Heather. **Digital Anthropology**. Londres e Nova York: Editora Berg, 2012.
 25. NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.
 26. NOGUEIRA, Claudio. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Revista Estudos de Sociologia**, v.2, N.18, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235241>. Acesso em: 20 dez. 2018.
 27. ORTNER, Sherry. Identities: the hidden life of class. **Journal of Anthropological Research**. vol. 54, N.1, p. 1-27, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3631674>. Acesso em: 12 mar. 2019.
 28. ORTNER, Sherry. **New Jersey Dreaming: Capital, Culture and the Class of 58**. United

- States of America: Duke University Press, 2003.
29. PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. *In: CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-67, 1986.
 30. PARREIRAS, Carolina. Pornografias.com: as convenções do altporn. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n.42, Niterói, p.16-42, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41883/pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
 31. PEREIRA, Alexandre Barbosa. **“A maior zoeira” na escola: experiências juvenis na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.
 32. POCHMAN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
 33. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal e ensino superior no Brasil (1960 a 2010). *In: ARRETCHE, Marta (Org.). Trajetórias de desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.
 34. SAMPAIO, Helena. Privatização do ensino superior no Brasil: velhas e novas questões. *In: SCHWARTZMAN, Simon. A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
 35. SALATA, André. Quem é classe média no Brasil? Um estudo sobre identidades de classe. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol.58, n.1, p.111-149, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100111. Acesso em: 20 dez. 2018.
 36. SKEGGS, Beverley. **Formations of class and gender: becoming respectable**. London: Sage Publications, 1997.
 37. SCALON, Maria Celi; SALATA, André. Do meio à classe média: como a “nova classe média” e a “classe média tradicional” percebem sua posição social? **Revista Ciências Sociais**, Unisinos, vol.51, n.3, p.375-386, 2015. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.14. Acesso em: 20 out. 2018.
 38. SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
 39. SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG e Humanitas, 2010.
 40. SPYER, Juliano. **Mídias Sociais no Brasil Emergente**. Londres: UCL Press, 2018.
 41. WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social**.

Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1991.

42. WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classe**: abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

43. VELHO, Gilberto. **Um Antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Renata Mourão Macedo

Pós-Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Professora na Fundação Escola de Sociologia e Política. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2807-4605>. E-mail: renatagmourao@hotmail.com.

As Narrativas do Movimento Negro no Campo Político Brasileiro: do Protesto à Política Institucionalizada

Black Movement's Narrative in the Brazilian Political Field: from Protest to Institutionalized Policy

Joana Tereza Vaz de Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Paulo Cesar Ramos

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, representou um avanço no debate das questões raciais no Brasil. As narrativas usadas pelo movimento negro tiveram um papel estratégico nesse processo. Nesse artigo, examinamos as narrativas através das quais o movimento negro se legitimou como um ator político legítimo. Buscamos contribuir para a literatura dos movimentos sociais trazendo as narrativas como estratégias essenciais para pautar demandas e atingir resultados na sua relação com o Poder Público. Utilizamos como fontes de informação entrevistas com representantes do movimento negro e documentos disponíveis. O estudo mostra que os ativistas operaram dentro dos limites discursivos do campo político e aproveitaram as oportunidades políticas sinalizadas pelo Estado, reconhecendo-os e legitimando-os como agentes políticos. Enfatizamos também, as circunstâncias que possibilitaram a unificação de um discurso e a concertação para uma narrativa para que os negros se tornassem protagonistas nesse debate.

Palavras-chave: Narrativas, Movimentos sociais, Política, Estatuto da Igualdade Racial.

Recebido em 11 de setembro de 2019.
Avaliador A: 14 de outubro de 2019.
Avaliador B: 10 de dezembro de 2019.
Aceito em 29 de dezembro de 2019.



ABSTRACT

The approval of the Racial Equality Statute, in 2010, represented a step forward in the debate on the racial question in Brazil. The narratives used by the black movement played a strategic role in this process. In this paper, we examine these narratives through which black movement became legitimated as a category of political actor. We try to contribute to social movement theory understanding narratives as a political strategy used to approve their demands. We used with source of information interviews with representatives of the black movement and documents. The study shows that the black activists operates within the discursive boundaries of the political field and political opportunities in which the state came to see the movement as a legitimate political category. Following this, we emphasize the circumstances that allowed for a unified discourse for blacks to become the protagonists of the debate.

Keywords: Narratives; Social movement; Politics; Racial Equality Statute.

INTRODUÇÃO

O movimento negro no Brasil tem se destacado recentemente como um sujeito político importante no processo de democratização, especialmente a partir dos anos 2000. Conforme destaca Paschel (2015), os negros se tornaram legitimados como categoria política importante no país. Esse reconhecimento político possibilitou uma mudança em vários setores do governo, construindo novos processos de elaboração e implementação de políticas públicas, chamadas políticas de Igualdade Racial, dentre as quais, encontramos o Estatuto da Igualdade Racial.

O reconhecimento, notado por Paschel, veio da atuação estratégica dos movimentos na utilização de discursos e narrativas combinada às oportunidades políticas dos contextos políticos, econômicos e sociais. Segundo Gomes (2011, p.135), “esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados”.

Combina-se a esse processo a criação de uma janela de oportunidade (KINGDON, 2003) a partir de 2003, com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Novos arranjos institucionais de incentivo à participação social, como conselho setoriais de políticas públicas e a realização de conferências participativas (MORAIS, 2016) deram cadência entre as políticas públicas implementadas e o fortalecimento e mesmo surgimento de atores coletivos da sociedade civil (AGUIÃO, 2017). Neste sentido, “movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e

reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 326).

Entendemos que centrar nossa discussão nas narrativas utilizadas pelos movimentos sociais elucidada como os ativistas têm usado os discursos estrategicamente como meio de influenciar a agenda pública. Argumentamos que a constituição de uma determinada narrativa pelos movimentos sociais teve como base estratégica a busca por legitimar-se, ressignificar-se e constituir-se como elemento central no campo político. Sendo assim, cabe a nós questionarmos quais foram os elementos constitutivos dessas narrativas pelos ativistas do movimento negro para que conseguissem aprovar, em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, ou seja, como se articularam desde o ano 2000 de maneira a proporcionar que suas demandas fossem reconhecidas e levadas em consideração na cena política. Qual o sentido das narrativas utilizadas pelos sujeitos negros para alcançar seus objetivos e qual é a sociedade que elas revelam, conflitos, consensos e expectativas?

Polletta (2006) ressalta que os grupos em desvantagem na sociedade, sendo muitos os movimentos sociais, por exemplo, podem se beneficiar das narrativas no espaço da disputa política. Mais do que isso, Goodwin, Jasper e Polletta (2001) afirmam a importância da análise das narrativas para alcançar o significado das ações coletivas, e por meio delas compreender a estrutura social. Existe um teor cognitivo nas expressões que denunciam a discriminação, e nas expressões que buscam justiça e igualdade; um conteúdo que fala dos atores, mas também fala da sociedade em que vive. (GOODWIN, JASPER ; POLLETTA, 2001, p. 20).

Partimos da hipótese de que o movimento negro conseguiu construir, ao longo de sua existência, narrativas que possibilitaram que setores da população brasileira se identificassem com as suas demandas e, inclusive, apoiassem as reivindicações no campo político. Nas narrativas expressas pelos diversos atores, estavam as chaves cognitivas que permitiam alianças, solidariedade e legitimidade política (KANE, 2001, p. 251). Essas narrativas foram a base para que muitos parlamentares votassem favorável à aprovação do Estatuto. Este artigo aponta para as histórias construídas pelo movimento negro, ao longo dos últimos anos (ao menos durante o último período democrático), que tiveram um alcance significativo no campo político, possibilitando a entrada da discussão sobre o Estatuto da Igualdade Racial num contexto de um país dominado cultural e politicamente por homens brancos. Saídos de uma dinâmica de denúncia nos anos 1970, nos anos 2000, passa a importar a construção de uma agenda afirmativa de direitos e implementação de políticas públicas com forte interlocução com o Estado.

Tivemos como material de pesquisa o livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* (2007), além de jornais, revistas e blogs (Geledés – Instituto da

Mulher Negra, Mundo Afro, Afropress, Vermelho Portal etc.) que divulgaram entrevistas com lideranças relevantes do movimento negro brasileiro. Também realizamos três entrevistas com militantes que fizeram parte das discussões sobre a construção do projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial: Jerônimo Silva, representante da União de Negros pela Igualdade-UNEGRO, Thiago Tobias, representante do Educafro, e Deise Benedito, representante do Fala Preta!. Essas entrevistas foram realizadas a partir de um mapeamento inicial de grupos centralmente envolvidos nas discussões sobre o Estatuto da Igualdade Racial.

Importante destacar que os conteúdos das entrevistas não podem ser generalizados para a inteireza da experiência do Movimento Negro e do Estatuto da Igualdade Racial, assim como estas entrevistas não serão representativas de todo o grupo de ativistas que participaram do processo de aprovação do Estatuto. Procuramos selecionar as entrevistas a partir do lugar que cada um/uma ocupa no campo do diverso movimento social negro, assim como pela viabilidade da entrevista e acessibilidade. Procuramos trazer para a análise um interlocutor sem qualquer ligação partidária, uma interlocutora do chamado movimento de mulheres negras, e um interlocutor com relações diretas com organizações que indicaram membros para a composição de governo federal, no caso, a Unegro para a SEPPIR. O estudo não se propõe, assim, a ater-se às principais narrativas identificadas nas entrevistas e na pesquisa documental.

O texto está dividido em quatro partes fundamentais, além desta introdução. Na primeira parte, discutimos o potencial analítico da literatura sobre narrativas e movimentos sociais para construir uma agenda de demandas específicas no campo político brasileiro. Na segunda parte, analisamos as narrativas utilizadas pelo movimento negro para a sua ressignificação às formas como a história foi tradicionalmente contada. No item três, mostramos como, dentro do próprio movimento negro, foram se constituindo narrativas divergentes à várias pautas propostas no Estatuto. No quarto item, apresentamos a narrativa que marcou o processo da obtenção de apoio à aprovação do Estatuto, uma vez que o movimento negro já tinha um papel político importante nesse processo e, portanto, os ativistas usaram histórias estrategicamente para obter apoio e fazer reivindicações em diversos contextos (POLLETTA, 2013). Por fim, apresentamos as considerações finais.

NARRATIVAS COMO ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES E PERSUASÃO

A utilização da narrativa como aparato teórico-metodológico permite aos estudiosos dos movimentos sociais conhecer o contexto social em que as ações transcorrem. Além disso, faz parte de uma estratégia utilizada pelos movimentos sociais buscando legitimar-se, resignificar-se e constituir-se como elemento central no campo político. Cabe, então, questionar quais são os argumentos utilizados pelo movimento negro para que interesses coincidam e os argumentos sejam levados em consideração na cena política.

Buscamos entender a complexidade dos movimentos sociais enquanto organizações que se movem no campo político permeados por questões culturais e aspectos estruturais, organizados nas relações entre estrutura social formal e informal. Como destacam Armstrong e Bernstein (2008), a cultura é constitutiva dos aspectos estruturais, portanto a definição e uso do conceito de oportunidades políticas não pode ser entendido sem relacioná-lo à cultura, identidade e estrutura dos movimentos sociais.

As narrativas, assim, são recursos essenciais dos ativistas que procuram através delas mobilizar mais pessoas, trazer apoiadores, influenciar decisões políticas e manter as ações dos movimentos (POLLETTA; GARDNER, 2015).

Interessada em discutir a capacidade das narrativas em modificar as estruturas sociais, Polletta busca entender as histórias contadas por atores coletivos e como são utilizadas como ações estratégicas dos movimentos sociais. Neste sentido, existe um poder das narrativas que requer esclarecimentos pela teoria dos movimentos sociais. Para Polletta (2006, p. 05), “esses são processos que continuam mal compreendidos pelos sociólogos dos movimentos sociais”.

Retomando a perspectiva cultural dos movimentos sociais, Polleta sustenta que o aspecto cultural define e reforça a construção de interesses e, portanto, as estratégias a serem utilizadas, mas vai além disso apontando para as condições estruturais em que esses aspectos são redefinidos. Sendo assim, o campo de estudos dos movimentos sociais deve envolver discussões sobre a importância da cultura e das estruturas sociais.

Segundo Jimeno (2016, p.17), as análises de narrativas devem incluir ao menos dois contextos sociais: o que marca a experiência social dos sujeitos que produziram a narrativa e os contextos de uso dessas narrativas produzidas. A importância do posicionamento conjuntural dos sujeitos que contam a história demonstra que existe um domínio de como eles veem o mundo, ou conforme já apontava Bourdieu (2004), não isolar a linguagem de suas condições

sociais de produção. Neste caso,

[...] a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade (BOURDIEU, 2004, p. 157).

Destacamos que a utilização de narrativas pelos movimentos sociais é uma estratégia que busca mobilizar participantes, agregar aliados e ao final influenciar a decisão política. As narrativas, portanto, fazem parte da dimensão cultural dos movimentos sociais. Segundo Coley (2015), deveríamos entender as narrativas enquanto meios capazes de potencializar o envolvimento de atores em movimentos sociais. Os enredos, personagens e a moral das narrativas incentivam os leitores para a ação coletiva, especialmente os personagens que seriam os agentes simbólicos. A maneira como os personagens são descritos e as suas relações com outros atores fortalece as mensagens de como entender a dinâmica das mobilizações e sobre a coletividade que eles representam (ISAAC, 2008 apud COLEY, 2015).

Neste sentido, acreditamos que as ideias passadas através das narrativas presentes na atuação do movimento negro foram essenciais para a construção e consolidação de interesses coletivos que se agregaram ao histórico de mobilização, tendo, dessa forma, culminado na aprovação do Estatuto. Especialmente a incessante luta do movimento contra o racismo presente na sociedade brasileira.

Importa fazer este registro em termos de pesquisa social, uma vez que o processo analisado nestas páginas contrasta com os dias que correm quando elas estão sendo escritas. Aquilo sobre o que os autores escrevem desenha uma curva ascendente de ganhos democráticos e de interação construtiva entre Estado e sociedade civil; o Estatuto da Igualdade Racial, com todos os seus problemas e vazios, chegou na mesma esteira de uma série de outros direitos, como a Lei que criminaliza a violência contra as mulheres, ou a política de aumento de salário mínimo. Contudo, desde 2016, o Estado brasileiro passa a dar sérios sinais de que ativismos de diversos matizes, além de não serem bem-vindos na construção da nação, também poderão ser criminalizados caso alguma autoridade assim o creia. Sendo até mesmo a atividade de pesquisa um problema aos olhos de quem nos governa.

AS HISTÓRIAS CONTADAS PELO MOVIMENTO NEGRO: ENREDO, PERSONAGENS E SEQUÊNCIA CAUSAL

As narrativas que apresentadas ao longo dos anos pelo movimento negro brasileiro tiveram a finalidade de reconstruir a história dos negros, buscando fortalecer identidades, apresentar interesses, e explicitar as dinâmicas da ação coletiva. Apresentamos a narrativa contada pelas lideranças do movimento sobre o processo histórico de luta dos negros no Brasil e as motivações para a mobilização. Tais narrativas ocupam muitas vezes histórias de memórias de cunho privado, como histórias da infância, histórias de discriminação no mundo do trabalho, mas também aquelas iniquidades apresentadas no mundo da política ou então, a construção de um entendimento coletivo por meio de dinâmicas próprias de movimentos sociais.

A experiência que nos é reportada conta uma história de sair da denúncia da discriminação racial e do empreendimento da desmistificação da democracia racial para um outro cenário de afirmação de identidade e de busca por concretizar direitos. Esta passagem culmina na construção de políticas públicas e na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial como um marco legal destas políticas.

Segundo Gomes (2007, p. 5), “a luta pela afirmação do negro no Brasil tem tradição e passado, com iniciativas que remontam à Primeira República”. O movimento negro redescobre “os significados políticos de memórias da escravidão” (GOMES, 2007, p. 7) e constrói sua própria história e do que é ser negro no contexto brasileiro, enunciando nos termos da narrativa os significados dos problemas, das vivências e da transformação necessária e sua agenda política.

O questionamento sobre a história contada pelos livros didáticos no Brasil aparece na fala de Ivair Alves dos Santos, fundador, no governo paulista de Franco Montoro (1983-1987), do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em entrevista ao CP-DOC:

[...] na época, os livros didáticos tinham aquelas fotografias de negro apanhando, não é? Aí um dia eu perguntei: “Mas por que eles só apanham? Não tem outra coisa que eles fazem a não ser apanhar?” E eles argumentavam que não era só aquilo. Mas é que me incomodava aquele processo. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.64).

Percebemos a inquietação já presente desde cedo na vida de muitos militantes, por vezes sustentada pela indignação dos pais, muitos deles também militantes desde jovens.

Influenciados pela movimentação norte-americana, vários militantes do movimento ne-

gro contam que as manifestações dos negros nos Estados Unidos foram as primeiras referências de identificação que eles tiveram, conjuntamente com as lutas pela independência no continente africano. Conforme relata Gilberto Leal, militante da CONEN, em entrevista à Alberti e Pereira (2007, p.66): “Então, o movimento negro, seu pensamento de afro brasilidade, formou-se muito com referência em algumas lideranças negras americanas e em países da linha de frente nos processos de libertação africana”.

Havia muitas leituras sendo feitas pelos militantes da época na tentativa de construção de um movimento sólido. Conforme destaca Hédio Silva Júnior:

A gente lia muito, qualquer coisa (...) e o Ivair nessa época morava em África e mandava jornais e livros para algumas pessoas (...) O que surgisse no grupo a gente lia e discutia. Então era uma compilação, porque você estava lendo sobre a experiência das lutas independentes em África lusófona (...). Enfim, tudo que pintasse de preto, de racismo, a gente lia. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 68).

Carlos Alberto Medeiros, coordenador da CONEN, também comenta sobre as inspirações dessas lutas na África e nos Estados Unidos para o movimento negro brasileiro. “Tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos. Como é que a gente traduziria aquilo, como é que a gente pegaria as informações interessantes daquilo?” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.72).

Então, consideramos que essa movimentação de trocas possibilitou a pavimentação de um espaço de compartilhamento de referências, donde emergiu a identidade de uma geração de militantes negros no Brasil, no pós Regime Militar, que era consolidada cada vez mais pelas narrativas dos ativistas, influenciados pelas histórias contadas nos EUA e na África, com uma identidade negra transnacional (HANCHARD, 2001). Vários ativistas produziram discursos que enfatizavam as histórias de Martin Luther King e Malcom X para explicar à população o porquê da criação de organizações que lutavam pelos direitos dos negros. Esses personagens vão se tornar as grandes referências para os ativistas brasileiros, que passam a se identificar com suas atuações e explicitam a moral dessas lutas, possibilitando a criação de narrativas próprias no contexto brasileiro. Conforme Coley (2015) destacou, os personagens seriam os agentes simbólicos que, no imaginário das pessoas, reforçariam a luta antirracista promovendo adesões e influenciando a luta política.

Os militantes buscavam valorizar a história africana porque, a partir dela, recontariam a história brasileira, conforme destaca Carlos Alberto Medeiros:

(...) a valorização da histórica africana, que era uma coisa que valia lá na

África e também nos Estados Unidos e também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a história afro-brasileira, adaptar essa ideia e trazer isso pra cá. Isso era absolutamente válido e necessário. A valorização de uma estética negra. Isso era coisa que cabia (...). (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 73).

A exaltação da cultura africana desempenhando um papel crucial na politização e conscientização racial. Hely Pedreira, ativista e professora de áreas quilombolas, destaca o papel da cultura: “Com certeza a questão cultural é um aliado de muito peso, pois traduz a questão identitária dos sujeitos e suas representações”, afirma. (GELEDÉS, 2017).

A Marcha contra a Farsa da Abolição, em 1988, simbolizou um marco nas mobilizações do movimento negro. Um protesto que reuniu mais de 5 mil pessoas, cujo objetivo era explicitar uma posição crítica acerca das comemorações do centenário da abolição da escravidão.

Os discursos da grande mídia giravam em torno dos grandes eventos que aconteceriam naquele momento celebrando a abolição. Por outro lado, o movimento negro, pautava um discurso de protesto e que buscava questionar o processo de abolição e demarcar o racismo existente na sociedade brasileira. Nas opiniões de Amauri Mendes e Sueli Carneiro, a Marcha e o centenário da abolição foram momentos essenciais para a luta política:

A Marcha contra a Farsa da Abolição, de 1988, no Rio de Janeiro, foi realmente um momento que somou uma determinação com uma consciência do que a gente estava fazendo, de que era preciso romper com aquela visão quase idílica que todos os órgãos de divulgação colocavam do centenário da Abolição. A Globo começou o ano com aquele “axé da Globo”, vocês lembram? (...) Todos os artistas negros conhecidos da Globo e alguns que não eram da Globo, outros negros que eram conhecidos (...) vinham e davam seu “axé”. (...) Todos os jornais, logo no início do ano, fizeram cadernos especiais sobre isso. Cadernos do *Estadão*, da *Folha de S. Paulo*, de dez páginas, 20 páginas, às vezes sobre arte, às vezes sobre o negro na situação atual, variava muito o lugar. (...) Mas tudo era uma forma de ver harmonia. E nós estávamos ali exatamente para botar água nessa sopa. Era para mostrar que não havia harmonia. Nosso ímpeto era mostrar que havia o contrário, havia o racismo... (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 212).

Eu acho que em 1988 o movimento negro brasileiro deu a resposta adequada ao Estado brasileiro, às tentativas de manipular o sentido do centenário da Abolição. Aquilo que a gente havia anos atrás definido como uma data de denúncia, acho que a gente fez isso cabalmente no ano do centenário. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 208).

O simbolismo da Marcha Zumbi, que continuou acontecendo, resultou na consagração

do movimento negro como ator político nos anos posteriores¹. Na opinião de Sueli Carneiro:

Foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo. Acho que foi um momento também emblemático, em que nós voltamos para as ruas com uma agenda crítica muito grande e com palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar as concepções de vida da nossa gente. Foi um processo rico, extraordinário. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 345).

Nota-se, também, a criação de uma onda de organizações do movimento, especialmente a constituição de coletivos de mulheres negras, que diversificará o repertório discursivo, inserindo a pauta do gênero e sexualidade e rompendo com o mito da rainha do lar e da musa idolatrada dos poetas. Sueli Carneiro, fundadora do Geledés, apresenta a versão do movimento negro feminista sobre a realidade das mulheres negras no país:

As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como as anti-musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. (...) Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destinam a seguinte frase: “Exige-se boa aparência”. (...) Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originária de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, este também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especificidade, porque o mito da democracia racial presente em todos nós torna desnecessária a coleta da cor dos pacientes nos formulários da rede de saúde, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. *As mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras* e o efeito que ela teve e tem ainda na identidade das mulheres negras (CARNEIRO, 1993, p.11, *itálico nosso*).

Essa fala mostra como a ênfase na história diferenciada vai sendo utilizada para recrutar novos participantes, manter solidariedade e buscar apoios. As mulheres negras que se inserem nessa luta têm confiança em quem está narrando, especialmente porque conta a história do

¹ Em um documentário produzido pela Organização da Marcha Zumbi dos Palmares – 1995, realizada em Brasília, em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi, a história é recontada do ponto de vista da escravidão do negro no Brasil. Disponível em: https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/?gclid=Cj0KCQjwzI-zWBRDnARIsAAkc8hHLBSwASx0_zder2L-6fgmgaA33cbw5WLGUNKzxXNVjNL3-W7NFizkaAsjXEALw_wcB.

coletivo evidenciando as questões de gênero, ajudando a construir uma identidade baseada no reconhecimento dessa diferença.

Essas manifestações marcaram o retorno da luta política dos negros no campo político brasileiro e que até hoje se alastram também nos espaços institucionalizados, ganhando força na luta com o poder público e recontando histórias que condizem com os significados das mobilizações do movimento. “No tempo presente, luta-se pela narrativa do passado, recontada para legitimar as pautas de reivindicações sociais postas na cena pública” (RIOS, 2012, p.44). Esse recontar insere-se na lógica do reordenamento dos significados, que vão produzir novas identidades e mobilizar outros atores. São histórias que mexem com as emoções e os sentimentos (RIOS, 2012).

Essa recriação dos símbolos torna-se uma fonte de sustentação do movimento em todo o Brasil, seja através da música (*black soul*), seja pela afirmação das religiões de matriz africana. “Como sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados”. (GOMES, 2011, p. 44). Mais que isso, “ao articularem uma identidade, os movimentos sociais acionam símbolos cujos significados são recriados com o fim de expressar pertencimentos e garantir a transmissão de valores e convenções de comportamento” (BARCELOS, 1996, p. 201).

Alguns ativistas entrevistados por Paschel (2015), consideraram a Conferência de Durban como um divisor de águas na luta pela igualdade racial, uma vez que foi após a Conferência que o então presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou algumas políticas de ação afirmativa². Entretanto, dois outros fatos têm igual ou maior importância, sendo um deles a Marcha Zumbi, Contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida, de 20 de novembro de 1995, que fez FHC reconhecer publicamente a existência do racismo na sociedade brasileira e criar o Grupo de Trabalho Interministerial para pensar políticas públicas para a população negra. Outro fato que contesta a importância de Durban é, que somente a partir do Governo Lula, as demandas foram sendo reconhecidas com maior peso no aparato institucional.

Isso retroalimentou-se da ocupação de cargos comissionados e pastas de secretarias específicas pelo movimento negro, buscando alterar os rumos das políticas públicas e as formas de implementação, além de várias conferências realizadas que legitimaram as demandas do movimento negro. Um dos resultados dessa participação foi o surgimento de uma dinâmica de

2 “Embora seja possível afirmar que no governo Fernando Henrique Cardoso já havia iniciativas federais voltadas à população negra, a análise dos documentos do período revela que a estratégia discursiva e a política deste governo foi promover o reconhecimento sem investimentos no aspecto redistributivo” (LIMA, 2010, p. 81).

ação simbólica na qual as diversas organizações do movimento negro se mobilizaram massivamente para demonstrar o poder e legitimidade das demandas por políticas públicas específicas para a população negra e o grau de contentamento ou descontentamento com a ação estatal no que se referia à discussão sobre o Estatuto. “Foi uma caminhada longa, foi um aprendizado para todo mundo” (Deise Benedito, do Fala Preta!, entrevista realizada em abril, 2018).

DISSONÂNCIAS E DISPUTAS NARRATIVAS SOBRE O MOVIMENTO NEGRO

O Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010, não conta com grandes conquistas para o povo negro brasileiro e por isso não deveria ser aprovado, para alguns militantes. Para outros, o EIR, mesmo em sua versão desidratada é um marco para as conquistas. Mais do que o aquilo que o documento diz, a narrativa compõe o seu debate e demarca um conjunto de contradições e consensos da ação coletiva que extrapola o âmbito do Estado, trazendo à baila o conjunto da experiência negra no Brasil, seus problemas, demandas e direitos.

As dissonâncias narrativas em torno do que veio a ser o EIR projetam a diversidade de projetos políticos e ideológicos sobre o que deve ser o compromisso do Estado para com o povo negro, mas também nos apresentam, no léxico mobilizado por cada grupo ao exporem suas razões por aceite ou contrariedade ao texto aprovado, seu entendimento da luta antirracista. De um polo a outro das posições aqui elencadas, conforma-se um espaço em que a luta ganha legitimidade.

“É hora de perguntarmos publicamente aos parlamentares e setores do movimento negro que participam do processo de negociação: qual é o limite da negociação do projeto do Estatuto da Igualdade Racial?” (ROLAND, 2009). Com essa frase dita por Edna Roland, em um artigo publicado no Geledés, começamos esse item buscando entender as narrativas elaboradas pelo movimento que foram responsáveis pela criação de espaços para os acordos e negociações para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010.

Segundo Deise Benedito, em entrevista, tiveram muitas pessoas que se opuseram à criação do Estatuto, “não foi uma coisa tão simples e tão fácil de ser criado”. No campo do movimento negro, várias organizações se posicionaram de diferentes maneiras, visto que ocorreram modificações substanciais da sua proposta original. As modificações feitas pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO) criaram indignações de lideranças e organizações negras, pois

várias demandas foram retiradas do documento final, como por exemplo, artigos que criavam as cotas nas universidades públicas, no sistema de serviço público e nos partidos políticos; a política pública de saúde exclusiva para negros, além da retirada do texto de expressões como “fortalecer a identidade negra”.

O próprio Edson Cardoso ao ser questionado pelo Geledés³ sobre a proposta de projeto apontou para o fracasso de um Estatuto que reduz uma série de artigos que poderiam transformar a vida da população negra do país. Conforme Cardoso:

Que avaliação se pode fazer de uma proposta de legislação que, a rigor, não muda nada na vida das pessoas? Se DEM, PMDB, PSDB, etc., estão felizes com a proposta é razoável nada esperar dela que possa efetiva e concretamente beneficiar a população negra. (2009, n. p.).

No Blog Mundo Afro, de acordo com o deputado federal Luiz Alberto (PT-BA), “o Estatuto foi completamente mutilado. As alterações inviabilizaram a proposta, fazer emendas ou alterações será bem mais difícil”. Com a mesma percepção, o membro da direção do Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), Gilberto Leal, disse que era difícil entender como o governo negociou com alguém como o senador Demóstenes Torres.

Somos a favor do Estatuto, mas contra as alterações feitas por Demóstenes Torres. Foi ele que disse durante a audiência sobre as cotas no STF que o que foi estupro cometido contra mulheres negras durante a escravidão era na verdade relação consensual. Como uma pessoa dessas tem sensibilidade para legislar sobre uma matéria tão importante? (MUNDO AFRO, 2010, n. p.)⁴.

Para Frei Davi dos Santos, da Educafro⁵, a versão do Estatuto como foi aprovada não modifica as desigualdades sociais no país, uma vez que não mexe com o racismo institucional. “O estatuto era e é a compensação por 380 anos de escravidão negra no Brasil. Mas o texto final é quase totalmente sem compromisso, devido às mudanças realizadas na Câmara e no Senado”.

Uns dias após a aprovação do Estatuto, vários militantes fizeram uma mobilização na Câmara dos Deputados mostrando a indignação com a retiradas de várias ações na redação final. Reginaldo Bispo, coordenador nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), afirmou

3 Entrevista reproduzida pelo site do Geledés, em 28/10/2009.

4 MUNDO AFRO. Estatuto é aprovado com as modificações. 16/06/2010. Disponível em: <http://mundoafro.atarde.uol.com.br/tag/gilberto-leal/>.

5 Entrevista para a Rede Brasil Atual, em 20/07/2015. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidada-ria/2015/07/estatuto-da-igualdade-racial-precisa-de-reformulacao-defendem-militantes-negros-9945.html>.

em entrevista à Rede Brasil Atual⁶, que o texto foi mal discutido pelas organizações do Movimento Negro brasileiro. Segundo ele, “a maioria das pessoas negras, em especial a militância, não conhece nenhum dos textos que circularam até agora”.

No portal do Geledés, Reginaldo Bispo reforça a falta de entendimento entre setores do movimento negro. Segundo ele, um grupo composto por representantes da SEPPIR e UNEGRO aceitaram o estatuto conforme modificações do DEM. Para ele:

A UNEGRO e o PCdoB (...) são contrários a Reparação e a Construção de um Projeto Político do Povo Negro para o Brasil. Todos esses setores estão satisfeitos com a democracia parlamentar representativa do faz de contas, que nos pedem que confiemos neles, para lhe darmos cheques em branco, para que falem e decidam em nosso nome. Creem que depois esqueçamos as negociatas que fazem em nosso nome, e de novo os sufraguemos nessas eleições.

Em 27 de junho de 2007, Reginaldo Bispo, enquanto coordenador do MNU, escreveu em sua página do Facebook “Estatuto mané, o negro não quer”, dirigindo-se ao conjunto da população negra. Nesse texto, o MNU faz uma série de análises sobre a aprovação do Estatuto, ressaltando essencialmente a falta de discussão com a população negra e a retirada de partes essenciais no documento final.

,O Estatuto peca por ter sido fruto de pouca discussão com a população negra, apenas 9 ou 10 audiências públicas, (...) O presente projeto, que perambulou pela Câmara e pelo Senado durante anos, não é o projeto original do então deputado, hoje Senador Paulo Paim. Trata-se de um substitutivo do Senador Tourinho, representante dos interesses econômico das oligarquias, sem nenhum vínculo com os interesses populares no Congresso Nacional.

Matilde Ribeiro, militante e ex-ministra da SEPPIR no Governo Lula (2003-2008), também desaprovou fortemente o estatuto conforme sua redação final, especialmente porque retirou-se a discussão sobre as cotas raciais. Para ela, “o centro do Estatuto são as ações afirmativas para a população negra. Da forma como foi agora, esse centro foi comprometido. O esqueleto se mantém, mas não faz sentido a aprovação do Estatuto sem as cotas”⁷.

Thiago Tobias também comenta a aprovação do Estatuto mostrando que houve uma pressão para que Paim levasse adiante o documento, mesmo que com as retiradas dos artigos

⁶ Entrevista em 30/06/2010. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2010/06/militantes-pegem-veto-de-estatuto-da-igualdade-racial>.

⁷ Entrevista concedida para a Afropress, em 07/07/2010, e reproduzida por <http://diegomonsalvo.blogspot.com.br/2010/07/sem-cotas-estatuto-da-igualdade-racial.html>.

principais. Segundo Thiago, “estava perto da campanha, os caras queriam aprovar o Estatuto e o pessoal do movimento negro lá, e sentou com o Paim, “vamos aprovar”. Aí ele falou, quem sou eu pra poder ficar segurando. Se querem aprovar, então aprova. Acho que tinha que avançar, mas... “.

Percebemos, então, que parte do movimento não apresentava forte oposição a que o documento fosse para a aprovação final, entretanto, outra parte do movimento que tinha uma relação mais próxima com o poder público fez pressão para que o senador levasse ao plenário para a aprovação.

Esses queriam a aprovação a despeito das inconsistências apontados por múltiplos setores do movimento negro. Mesmo que decepcionados com o resultado final do documento, acreditam que foi um avanço na luta dos negros no Brasil. Mostrando as divergências dentro do próprio movimento, um outro dirigente da CONEN, Flávio Jorge, em entrevista ao portal G1⁸, afirma que, “embora o Estatuto não seja exatamente o que a entidade deseja, significa o coroamento de uma luta que o movimento negro tem desenvolvido na construção de políticas públicas e superação do racismo. Passa a ser um marco desses 30 anos de luta”.

Na época da aprovação do Estatuto, o então coordenador geral da UNEGRO, Edson França⁹, comentou que o Estatuto representava um marco para o movimento negro no Brasil. Para ele, o Estatuto “consolida um novo paradigma de enfrentamento ao racismo, correspondendo a uma correta definição do seu significado”. Destaca ainda as dificuldades enfrentadas pelo movimento para a aprovação do Estatuto, uma vez que vários parlamentares já se mostravam desfavoráveis a qualquer modificação no contexto social do país. Segundo ele:

(...) o processo de negociação da redação final do Estatuto da Igualdade Racial durou dez anos, estavam em confronto diversas posições sobre como enfrentar o racismo, projetos de poder, interesses de classes, de segmentos econômicos, concepções culturais, religiosas, filosóficas, etc. (2010, n. p.).

Diante desse contexto, o ativista reconhece que a supressão de determinadas questões foi um problema, mas que isso já era previsto pela SEPPIR e pelo próprio movimento. Por isso, ele destaca que a estratégia utilizada pela Secretaria de “apresentar uma redação com *bastante gordura*” foi interessante pois sabiam dos possíveis cortes. Ele ainda complementa que:

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1301785-5598,00- ESTATUTO+DA+IGUALDADE+RACIAL+DIVIDE+MOVIMENTO+NEGRO.html>>

⁹ Entrevista concedida ao Portal CTB, em 17 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.portalctb.org.br/site/estaduais/norte/amazonas/entrevistas/estatuto-da-igualdade-racial-para-um-grande-passo-para-o-movimento-afro-brasileiro..>

(...) conquistamos uma lei com 64 artigos estabelecendo direitos, princípios, diretrizes e políticas públicas para promoção social da população negra. Considero que as cotas estão contempladas na instituição da obrigatoriedade de o Estado instituir ações afirmativas na educação, no trabalho, na comunicação. Entendemos que uma boa leitura e correta interpretação do Estatuto, verificaremos a manutenção das principais bandeiras do movimento negro, demonstrando a habilidade dos negociadores e o acerto da tática adotada. (2010, n. p.).

Para Jerônimo da Silva Júnior, também da UNEGRO, o Estatuto não é o ideal, mas é um marco regulatório para as políticas públicas de combate à desigualdade. “Tivemos algumas conquistas e podemos nos mobilizar pra buscar outras durante a próxima legislatura”. (MUNDO AFRO, 2010). Em entrevista, ele destaca que o arcabouço do Estatuto tem a ver com as relações entre movimento e Estado. Do seu ponto de vista, não se cria políticas públicas sem a participação do Estado e, portanto, o jogo de interesses e os conflitos são inerentes a esse processo. Destaca que, “apesar do Estatuto não ser impositivo, foi uma conquista do movimento. Não podemos negar que é um avanço para o movimento negro. Dentro da correlação de forças foi uma vitória”.

Ainda no Blog Mundo Afro, Alexandre Reis, secretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais da SEPPIR, também comenta o resultado final. Segundo ele: “Não é o ideal, mas ele tem ganhos importantes como assegurar o financiamento por parte da União, Estados e municípios para políticas de promoção da igualdade”.

Portanto, a grosso modo, podemos identificar dois argumentos expressos no debate político em torno do estatuto à época de sua aprovação, qual seja, “precisamos de um Estatuto, seja ele qual for” *versus* “este estatuto não serve para nada”. Existem dois sentidos para o Estatuto, um que procura criar marcos simbólicos, mas também institucionais, que é a aprovação de um documento que ao menos tematize a questão racial e dê alguma abertura para a conquista de outros direitos; e outro sentido que é a exigência de garantias imediatas, que o próprio estatuto seja a política pública.

Destacam-se entre estas dissonantes vozes presentes no movimento negro as alianças que foram feitas no Parlamento para a aprovação do EIR, que envolveram agrupamentos políticos partidários à direita do espectro político, cujo histórico de posicionamento havia sido contrário aos direitos da população negra, fato que leva militantes a desacreditarem o potencial da versão aprovada. A ausência de políticas de reparação histórica para a população negra é outro ponto que afasta a simpatia de organizações como o MNU, e a ausência da exigência de política de cotas, ou de uma política assertiva para a titulação de terras quilombolas.

Contudo, a aprovação do Estatuto, ela própria se converte em símbolo mesmo na fala de

uma das lideranças do movimento negro, pois seria o estatuto uma coroação da luta histórica do movimento negro. Tal luta histórica do movimento negro tem seu marco no processo de abertura política, no final dos anos 1970, com a organização do Movimento Unificado contra a discriminação Racial – posteriormente convertido em Movimento Negro Unificado. Ali, e desde então, militantes negros e não negros engajaram-se na denúncia e desconstrução do mito da democracia racial.

A concretude desta missão histórica seria passar a mostrar a necessidade de falar de raça, de racismo, de desigualdade racial, em todas as esferas sociais e colocar a população negra no centro do debate político institucional. Por mais que um dos lados tenha se sobreposto ao outro, o fato de o debate político sobre raça e racismo ter continuado e se ampliado, permitiu que esta disputa entre visões sobre a tarefa do movimento e o papel do Estado fossem representadas em outras arenas. Assim, o EIR, a despeito de não prescrever as receitas necessárias para combater o mal do racismo, estabelece que este seria um problema a ser combatido; e por meio da ação direta do Estado, ou seja, por meio de políticas públicas.

Este teor revela que as políticas públicas ocupam um lugar importante na narrativa de legitimação da luta negra durante o período de democratização. É ela um símbolo da desconstrução do mito na democracia racial por meio Estatal, e o EIR vem ser o veículo deste significado, estabelecendo em seus termos a busca por *Igualdade* e, em sua substância, a promessa de políticas públicas. É só por esta polarização, mito-democracia racial *versus* políticas públicas, que o EIR em sua versão final angariou o apoio de militantes negros, e não pelo que ele oferece em si mesmo como solução para os problemas da população negra.

COMO AS NARRATIVAS SÃO ADOTADAS PELOS ATORES POLÍTICOS EM DEFESA DO ESTATUTO

A proposição de um Estatuto da Igualdade Racial aparece nitidamente como resultado de mobilizações históricas no campo das políticas públicas do movimento negro brasileiro. Diferentemente da posição denunciata, importa agora afirmar direitos e buscar a Igualdade Racial por meio de políticas públicas. De acordo com o livro organizado pelo INESC (SANTOS, SANTOS ; BERTÚLIO, 2011), a proposta formal do Estatuto foi apresentada pelo então senador Paulo Paim (PT/RS), em 2010, agregando várias outras proposições já sugeridas por outros parlamentares, como por exemplo o ex-deputado federal e ex-senador Abdias do Nascimento.

Jerônimo Silva, representante da UNEGRO, destaca a influência de Abdias na construção de políticas públicas para a população negra, que depois vem a se formalizar no Estatuto.

Nós do movimento negro não entendíamos que o Estatuto era algo novo, pois vinha desde o debate do Teatro Experimental e do trabalho realizado por Abdias do Nascimento, que já lançava propostas para diminuir a desigualdade entre negros e não negros na sociedade brasileira.

Ou seja, várias proposições que vão aparecer anteriormente à formalização do Estatuto, mas que vão ser sistematizadas no documento apresentado por Paulo Paim.

Segundo entrevista com Thiago Tobias, da EDUCAFRO, “houve várias legislações e defesas conceituais. Na verdade, existiam compêndios de lei para a questão racial. Quem organizou tudo foi Paulo Paim. Ele reúne tudo isso e transforma em Estatuto”. Percebemos, então, que o formato de Estatuto aparece pela primeira vez no cenário político brasileiro a partir do desenho proposto por Paim, em diálogo constante com Edson Cardoso, que na época era seu assessor. O entrevistado ainda ressalta que Edson Cardoso foi muito importante para pautar o formato do Estatuto, pensando num desenho de um projeto que fosse propositivo, que mudasse o dia-a-dia do cidadão, já que essa era uma pauta do movimento negro.

Os autores do livro do INESC sobre o Estatuto da Igualdade Racial mostram que o processo de aprovação do projeto pode ser dividido em dois momentos. O primeiro que vai de junho de 2000 a novembro de 2005, conta com avanços e apoios parlamentares importantes a determinados artigos, especialmente o que se refere às propostas de ações afirmativas. O segundo momento, vai de dezembro de 2005 a junho de 2010, com uma trajetória oposta, em que se retiram várias propostas, diante da pressão da mídia, de cientistas sociais e parlamentares conservadores (SANTOS, SANTOS ; BERTÚLIO, 2011).

Vale ressaltar a mobilização feita em São Paulo para arrecadar assinaturas para a aprovação do estatuto. Nesse episódio, Thiago Tobias participou ativamente, conforme o relato:

A gente só acompanhou (o Estatuto) depois de um movimento que a gente fez em São Paulo, que a gente liderou cem mil assinaturas para a aprovação do Estatuto. A gente fez uma reunião com o presidente da Câmara que era o Arlindo Chinaglia. A gente construiu um processo. A gente tinha uma audiência pública no plenário do senado, da câmara federal. (...) e daí criou-se uma comissão especial.

Ressalta-se a importância do diálogo entre o movimento negro e os parlamentares, especialmente nos processos de conferências e audiências públicas. Jerônimo Silva destaca que a inserção do movimento em espaços de participação social serviu de base para apresentar

políticas públicas para os gestores. Segundo ele, “tinha uma parte do movimento que achava que podia criar políticas públicas sem ter diálogo com o Governo. Mas nós sempre primamos pela negociação”. As propostas que saíam de espaços onde não havia presença de governos também acabavam chegando nas mãos dos gestores, seja pelos parlamentares envolvidos, seja por alguma liderança. Esse envolvimento entre sociedade civil (movimento negro) e Estado (parlamentares) propiciou a criação, na Câmara dos Deputados, da Comissão Geral para análise do Estatuto, coordenada por Arlindo Chinaglia.

Essas atividades são importantes para as histórias que vão sendo repassadas pelos ativistas no contexto da agregação de posicionamentos favoráveis ao que se propunha e na publicização da demanda, inclusive dentro do próprio movimento, ou seja, articulam-se narrativas que se repercutem e mobilizam mais pessoas. Thiago Tobias conta que vários militantes ainda não estavam familiarizados com o documento do Estatuto, mas que foi apresentado por Paulo Paim numa visita cidadã à Câmara de Deputados. Nas palavras de Thiago, “A gente visitou vários parlamentares, foi a primeira vez que na verdade eu vi pessoalmente o Paulo Paim e ele era presidente(sic) do Senado e apresentou o Estatuto pra nós lá da Educafro. Até então eu não tinha ouvido falar que a gente tinha um Estatuto”.

Na Comissão Geral da Câmara, em 2007, a então ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro, apresenta a importância do diálogo sobre o Estatuto dentre os projetos que tramitavam na Casa. Para ela:

O Estatuto da Igualdade Racial, debatido de maneira bastante exaustiva ao longo dos anos nesta Casa, com a participação de movimentos sociais dos 4 cantos do Brasil, já aprovado no Senado em novembro de 2005, por meio da ação do Senador Paulo Paim, é uma peça fundamental para assegurar a continuidade das ações de Governo e afirmá-las como política de Estado, considerando a importância da normatização dessas ações na relação entre Estado, Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais. (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2007, p. 7).

A fala da Ministra apresenta o posicionamento do Governo Federal com relação às propostas do Estatuto defendidas por Paulo Paim, mas apresenta também em outro momento a narrativa da denúncia contra a escravidão no país e as consequências desse processo na reprodução das desigualdades sociais. Esse argumento vai ser utilizado, conforme já destacamos anteriormente, como o motor da construção do documento e como agregador dos interesses da população negra. Para a ministra:

Não podemos cruzar os braços diante de injustiças, de invisibilidades e de casos históricos. A abolição deixou profundas marcas de desigualdades na

nossa realidade social, política e econômica. Agora, compete a nós, por meio da adoção de políticas públicas efetivas, que devem ser um crescente na nossa história, construir as condições para a inclusão social e racial, bem como aprovar o Estatuto da Igualdade Racial (...) (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2007, p. 8).

Destacamos, então, que o movimento negro emerge no espaço público como um novo ator político que questiona a história que é contada tradicionalmente e reconstrói a sua própria história a partir de estratégias discursivas, que afetam as narrativas e a interpretação da realidade social. Essas percepções e ideias se apresentam de diferentes maneiras na arena de disputas políticas no processo da aprovação do Estatuto, conforme veremos no item a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MAS SÃO DISCURSOS E NARRATIVAS POLARIZADAS?

Trabalhar com discursos e narrativas não tem sido uma vertente muito utilizada nos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. Apesar de haver uma vasta literatura internacional sobre essa discussão, acabamos utilizando nas nossas análises da atuação dos movimentos sociais as teorias da mobilização de recursos e oportunidades políticas, por um lado, e a teoria dos novos movimentos sociais, de outro. Esse texto teve como objetivo justamente focar brevemente a importância das narrativas como parte do processo estratégico dos movimentos sociais em especial, no que diz respeito à construção de proposições, elaboração de políticas públicas e sensibilização cognitiva dos agentes participantes das mudanças postuladas pelos movimentos sociais. Mostramos a importância do aspecto cultural na definição do movimento negro e a apropriação de símbolos para que a luta política se tornasse cada vez mais consolidada no cenário político. Tomando como objeto empírico a atuação do movimento negro e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, buscamos trazer as ideias e narrativas contadas por lideranças do movimento negro em diferentes contextos históricos para perceber como foi possível a aprovação do documento. Mostramos que o movimento sempre pautou questões referentes ao racismo presente na sociedade brasileira e que teve apoio de vários legisladores no momento da entrada do Estatuto na agenda pública, além de um cenário político favorável às questões referentes às demandas da população negra no período que se inicia com o Governo Lula. A maior institucionalização do movimento “possibilitou a profissionalização e a especialização dos ativistas, bem como a formalização e a burocratização dos coletivos e das entidades” (RIOS, 2012; p.76).

Apesar de haver entre o movimento diferenças de posicionamento com relação à aprovação do Estatuto – para uns era preciso aprovar naquele momento pois poderia não ter outras oportunidades, para outros era inadmissível apoiar um documento que retirava boa parte das pautas do movimento –, acreditamos que a dinâmica do jogo político se respalda no enfrentamento e concordâncias ao longo de todo o processo.

A variação de discursos em torno da aprovação do EIR modula de um lado, a alta expectativa quanto a um marco institucional que deveria impor políticas públicas de profundo grau de redistribuição baseada na ideia de reparações, e de outro lado, a busca pela necessidade de um marco institucional que autorizasse os entes federativos a subsidiar financeiramente as políticas públicas em geral, voltadas à população negra, baseadas na ideia de políticas de igualdade racial. A perspectiva que se consolidou na negociação foi a segunda, mais tímida em seu conceito, mas mais ampla em seu escopo, uma vez que versa sobre qualquer política de igualdade racial, mas isso ocorreu evitando confrontos que são fundamentais das relações de raça e classe no Brasil e da luta por direitos, prescindindo, inclusive do termo *raça* no próprio Estatuto da Igualdade Racial.

Por fim, ressaltamos que os encontros entre movimentos sociais e Estado apontam para questionamentos sobre as novas formas de elaborar políticas públicas no Brasil, alvo de estudos recentes na literatura dos movimentos sociais e que precisam de aprofundamentos, especialmente no que se refere ao papel das emoções evocadas no momento de contar as histórias para que os discursos e as ideias realmente consigam sensibilizar a população brasileira. Conforme ressalta Hédio da Silva Júnior, “Certamente tem uma parcela da população negra que não foi atingida pelo nosso discurso, mas é visível nas ruas que uma parcela significativa foi atingida pela ação política do movimento negro”. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 356).

REFERÊNCIAS

1. ABERS, Rebecca N; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro**, v. 57, n. 2, p. 325-357. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 mar. 2018.
2. ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. (Org.). **Histórias do Movimento Negro no Brasil**: Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

3. ARMSTRONG, Elizabeth; BERNSTEIN, Mary. Culture, power and institutions: a multi-institutional politics approach to social movements. **Sociological Theory**. n. 26, p.74-99. 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9558.2008.00319.x>. Acesso em: 01 mar. 2018.
4. BARCELOS, Luiz Cláudio. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 17, p. 187-210. 1996. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20864>. Acesso em: 23 fev. 2018.
5. BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
6. CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Comissão Geral para o Estatuto da Igualdade Racial. **Ata da 331 sessão**. 26 nov. 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/comissao-geral-para-debate-do-estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em: 01 mar. 2018.
7. CARNEIRO, Lorena; LIMA, Wesley. A cultura negra: luta e resistência de um povo. **Geledés – Instituto Mulher Negra**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cultura-negra-luta-e-resistencia-de-um-povo/>. Acesso em: 06 fev. 2019.
8. CARNEIRO, Sueli. Identidade feminina. **Cadernos Geledés IV: Mulher Negra**, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cadernos-geledes/>. Acesso em: 01 fev. 2018.
9. COLEY, Jonathan S. Narrative and Frame Alignment In Social Movements: Labor Problem Novel sand the 1929 Gastonia Strike. **Social Movement Studies**. v. 14, n. 1, p. 58-74. 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2013.873861>. Acesso em: 06 fev. 2019.
10. GOMES, Angela de C. Prefácio. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. (Org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC: FGV, 2007.
11. GOMES, Nilma L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política & Sociedade**, vol.10, n. 18, pp.133-154, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em: 01 mar. 2018.
12. GOODWIN, Jeef; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca. **Passionate politics: emotions and social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
13. HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder – movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 -1988)**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.
14. JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

15. JIMENO, Myriam. El enfoque narrativo. *In*: JIMENO, M.; PABON, C.; VARELA, D.; DIAZ, I. (Ed.). **Etnografias contemporâneas III**: as narrativas na investigação antropológica. Univesidad Nacional de Colombia, 2016. p. 07-22.
16. KANE, Anne. Finding Emotion in Social Movement Processes: Irish Land Movement Metaphors and Narratives. *In*: GOODWIN, Jeef; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca. **Passionate politics**: emotions and social movements. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
17. KINGDON, John. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3a. ed. New York: Harper Collins, 2003.
18. LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos**. n. 87, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005. Acesso em: 06 mar. 2019.
19. MORAIS, Danilo de Souza. **Diferenças étnico-raciais e políticas de reconhecimento**: perspectivas a partir do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Educação. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba.
20. MUNANGA, Kabengele. **Kabengele apóia sanção do Estatuto da Igualdade Racial. SEPPIR, 01/07/2010**. 2010. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2010/07/kabelengele-apoia-sancao-do-estatuto-da-igualdade-racial. Acesso em: 23 jan. 2018.
21. MUNDO AFRO. **Estatuto é aprovado com as modificações**. 2010. Disponível em: <http://mundoafro.atarde.uol.com.br/tag/gilberto-leal/>. Acesso em: 08 fev. 2018.
22. PASCHEL, Tiana S. **Becoming black political subject**. Movements and ethno-racial rights in Colombia and Brazil. Princenton University Press, 2016.
23. POLLETTA, Francesca; SNOW, David; DELLA PORTA, Donatella; KLANDERMANS, Bert; MCADAM, Doug. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**. Blackwell Publishing, 2013.
24. POLLETTA, Francesca. **It was like a fever**. Storytelling in protest and politics. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
25. POLLETTA, Francesca. Contending stories: narratives in social movements. **Qualitative Sociology**. v. 21, n. 4, p. 419-446. 1998. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1023332410633>. Acesso em: 20 fev. 2018.
26. POLLETTA; Francesca.; GARDNER, Beth G. Narrative and Social movements. *In*: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford Press, 2015.
27. RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova: Revista**

de Cultura e Política. São Paulo, n. 85, p. 41-79. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452012000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2018.

28. ROLAND, Edna. Estatuto Racial: Canto a Palmares. **Geledés – Instituto Mulher Negra**, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/estatuto-racial-canto-palmares-por-edna-roland/>. Acesso em: 24 jan. 2018
29. SANTOS, Sales Augusto dos; SANTOS, João Vitor Moreno dos; BERTÚLIO, Dora Lúcia. **O processo de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial**. Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília, 2011. Brasília: INESC, 2011.

Joana Tereza Vaz de Moura

Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009) e Pós-doutorado em Sociologia pela New York University (2017). Professora do Departamento de Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>. E-mail: joana-tereza@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados. Redação.

Paulo Cesar Ramos

Doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9283-3592>. E-mail: ramos.pauloc@gmail.com. Colaboração: Pesquisa empírica. Análise de Dados, Redação.

Control Estatal de Vendedores Callejeros en Río de Janeiro y en la Ciudad de Buenos Aires: Una Aproximación Comparativa a la Relación entre Vendedores y Agentes de Control¹

State Control of Street Sellers in Rio de Janeiro and in the City of Buenos Aires: A Comparative Approach to the Relationship between Vendors and Control Agents

Controle Estatal de Vendedores Ambulantes no Rio De Janeiro e na Cidade de Buenos Aires: Uma Abordagem Comparativa da Relação entre Vendedores e Agentes de Controle

Sofía Belcic

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

Este trabajo es resultado de una experiencia de trabajo de campo realizada entre vendedores callejeros (camelôs) en una zona del centro de la ciudad de Río de Janeiro (Brasil), producto de una instancia de intercambio de doctorado llevada adelante por la autora en dicha ciudad. El artículo indaga en los efectos que las prácticas de los agentes de la Guardia Municipal tienen sobre los camelôs de aquella zona, particularmente en las percepciones y las valoraciones que éstos tienen sobre las mismas, así como también en las reacciones y acciones de respuesta que despliegan. Asimismo, se establecen comparaciones con lo indagado respecto a las relaciones entre distintas agencias estatales y vendedores callejeros de la Ciudad de Buenos Aires (Argentina). Partiendo de las formas en las que los sujetos reaccionan y responden frente a las prácticas de control y represión de las agencias estatales que recaen sobre ellos,

¹ La investigación contó con el apoyo de la beca de “Doutorado-Sanduiche Reverso” de la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Recebido em 06 de março de 2019.
Avaliador A: 21 de julho de 2019.
Avaliador B: 28 de julho de 2019.
Aceito em 10 de abril de 2020.



puntualmente, este trabajo se pregunta acerca de la legitimidad/ilegitimidad de las prácticas de los agentes estatales desde la perspectiva de los vendedores, enfocándose -aunque no exclusivamente- en lo que hace al uso de la fuerza por parte de los agentes. A partir de allí, el artículo busca, a su vez, aproximarse al modo en que los vendedores otorgan sentido a las actividades que realizan e indaga en las percepciones sobre derechos que circulan entre los vendedores en cada uno de los espacios sociales analizados.

Palabras claves: Vendedores callejeros, Control estatal, Derechos, Violencia.

ABSTRACT

This work is the result of a field work experience carried out among street sellers in an area of the city center of Rio de Janeiro (Brazil), product of a PHD exchange carried out in that city. The article explores the effects of police agents practices with the street sellers, particularly perceptions and valuations that they have of them, as well as the reactions and response actions deployed. Likewise, I make a comparison between my field work in the City of Buenos Aires (Argentina) regarding the relationships between different states agencies and streets sellers. Based on the ways in which the subjects react and respond to practices of control and repression of the state agencies that fall on them, specifically, this work asks about the legitimacy / illegitimacy of the practices of state agents from the seller's perspective, focusing -though not exclusively- on the use of force by agents. From there, seeks, at the same time, to approximate the way in which sellers give meaning to the activities they carry out and inquires about the perceptions of rights circulating between sellers in each of the social spaces analyzed.

Keywords: Street sellers, State control, Rights, Violence.

RESUMO

Esse artigo é resultado de uma experiência de trabalho de campo realizada junto aos vendedores ambulantes (*camelôs*), na região central da cidade do Rio de Janeiro (Brasil), durante intercâmbio de doutorado realizado pela autora. O artigo tem como objetivo discutir os efeitos que as práticas dos agentes da Guarda Municipal têm sobre os vendedores ambulantes desta área, focando nas percepções e avaliações dos vendedores sobre essas práticas, assim como na maneira em que agem em resposta a elas. De modo complementar, o artigo também estabelece comparações com questões elaboradas previamente a respeito das vinculações entre diversos órgãos de regulação do uso do espaço público e vendedores ambulantes da cidade de Buenos Aires (Argentina). Com base na maneira pela qual os sujeitos reagem e respondem às práticas de controle e repressão dos órgãos do Estado a que estão submetidos, este trabalho discute a legitimidade/ilegitimidade das práticas dos agentes estatais de controle partindo da perspectiva dos vendedores, com enfoque no uso que os agentes fazem da força repressiva. A partir daí, o artigo procura, por sua vez, aproximar

a maneira pela qual os vendedores ambulantes dão sentido às atividades que realizam e explorar as percepções do direito compartilhadas pelos vendedores em cada um dos espaços sociais analisados.

Palavras-chave: Vendedores ambulantes, Controle estatal, Direitos, Violência.

INTRODUCCIÓN

En una de mis habituales visitas a la Estação Central de Río de Janeiro, Ana, una vendedora de cincuenta años de edad y con dos años de experiencia de venta en la zona, me contó que días atrás un *camelô*² había sido agredido por un agente de la Guardia Municipal³. El relato de Ana sería el primero de una serie de relatos que distintos *camelôs* me harían sobre lo sucedido. Reconstruyo el hecho según ellos me lo han contado.

Un lunes de enero a las 11hs de la mañana, una camioneta Van de la Guardia Municipal ingresó a la UOP (Unidade de Ordem Pública) ubicada justo en frente de la Estação Central. Minutos después, la misma camioneta volvió a salir y al hacerlo, los agentes descendieron y comenzaron a caminar por la calle Praça Procópio Ferreira en dirección al portón principal de la estación. Los agentes de la Guardia pertenecían al grupo de los “*boina preta*”⁴, clasificación que los *camelôs* utilizan para identificar a quienes pertenecen al Grupamento de Operações

2 Retomando la definición de *camelô* del Diccionario Aurélio, refiere a un “Mercador que vende nas ruas, em general nas calçadas, bugigangas ou outros artigos, apregoando-os de modo típico” (PIRES, 2010, p. 324). La expresión *camelô* es la forma local de referirse a los vendedores ambulantes o de un punto fijo. Con esta palabra me referiré a los vendedores callejeros de Río de Janeiro a lo largo del escrito.

3 La Guardia Municipal de Río de Janeiro fue creada mediante la Ley Municipal nº 1.887 del 27 de julio de 1992 y oficialmente implementada por el Decreto Municipal nº 12.000 del 30 de marzo de 1993, durante la intendencia de Cesar Maia. Como finalidad inicial de la Guardia el decreto determinaba, entre otras funciones, la “proteção de bens, serviços e instalações municipais do Rio de Janeiro, incluídos os de sua administração direta, indireta e fundacional”. Años más tarde, a través del Decreto Municipal Nº17931 del año 1999 se determinó a esta agencia como “responsável pela desobstrução dos bens públicos municipais, de forma a impedir a má utilização dos mesmos” y se la habilitó para “recolher mercadorias que estejam ocupando indevidamente os bens públicos municipais”, pudiendo, de esta manera, proceder a la retención de las mercaderías de quienes se dedican a la venta en la vía pública sin licencias habilitantes.

4 Los *camelôs* hacen referencia al color de las boinas que visten los agentes. A diferencia de los “*boina azul*”, agentes de la guardia que pertenecen al Grupamento Tático Móvel de la Guarda Municipal, los de “*boina preta*” son señalados por los *camelôs* como “bien malos” o “agresivos”. Así, cuando identifican la llegada de los “*boina preta*”, el estado de alerta es mayor porque consideran que hay probabilidades de que haya alguna situación de violencia. Un *camelô* me explicaba que “los *boina preta* son entrenados para golpear y los azules sólo para sacar la mercadería”.

Especiais (GOE) de la Guardia Municipal. Al verlos descender de la camioneta, los *camelôs* comenzaron a recoger su mercadería para alejarse rápidamente del lugar tan pronto como logran levantar sus mantas y tableros. De resultas de esta intervención, un vendedor fue golpeado brutalmente en la cabeza con una cachiporra por parte de uno de los agentes de ese *batalhão*. Se trataba de Raphael, vendedor de no más de 30 años de edad, proveniente de Maranhão⁵, que hacía seis meses que vendía junto a su esposa en la Estação Central. Siguiendo el relato de Raphael y el de los *camelôs* que vieron la situación, el agente lo golpeó justo en el momento en el que el vendedor se estaba retirando. El punto, según me contaron, es que Raphael demoró en salir porque retrocedió a ayudar a su esposa a levantar su mercadería y sus objetos personales. Pero los guardias se encontraban ya muy próximos a ella y cuando Raphael se agachó para recoger una mochila, uno de los guardias lo golpeó en la cabeza realizándole una herida que le implicaría luego seis puntos de sutura. Raphael me contó que no tuvo asistencia médica ni por parte de los agentes de la guardia, ni por parte de los agentes de “Centro Presente”⁶ que se encontraban en el lugar y a quienes recurrió para pedir ayuda dada la intensidad de su hemorragia. Cuando Raphael acudió a los mismos, le contestaron que “no podían hacer nada” y que ellos “no se metían”. Fue por eso que tuvo que irse caminando junto a su esposa hacia un hospital en el cual le hicieron la sutura y le realizaron estudios para asegurarse que el golpe no comprometiera su cráneo.

Lo sucedido generó conmoción en el momento entre los *camelôs* que se encontraban en el lugar. Algunos de ellos les gritaban a los guardias mientras éstos los obligaban a tomar distancia protegiéndose con sus escudos y haciendo ademanes de golpes. “Ningún *camelô* está haciendo nada”, “los agresivos son ustedes”, eran algunas de las expresiones que se escuchaban entre los *camelôs*. El guardia que golpeó a Raphael se refugió rápidamente en una camioneta que, minutos más tarde, terminaría con un vidrio roto.

Raphael, luego de su visita al hospital, decidió dirigirse a una comisaría para hacer la denuncia. En la misma, los agentes de la Policía Civil se negaron a registrarla porque, según decían, estaban seguros que el guardia habría reaccionado a alguna agresión por parte de los *camelôs*⁷. Luego de algunas insistencias, finalmente el vendedor logró que le tomaran la denun-

5 Maranhão es una unidad federativa de la Región Nordeste de Brasil.

6 “Centro Presente” forma parte de la Operação Segurança Presente implementada desde 2014 y que funciona en distintas zonas de la ciudad. Dicha política es fruto de la cogestión del Governo do Estado y de un organismo privado, el Sistema Fecomércio RJ. Fuente: *O que é a operação Centro Presente*. (29 de agosto de 2016). Diário do Rio de Janeiro. Recuperado de: <https://diariodorio.com/entenda-operacao-centro-presente/>.

7 Esta situación de negarse a registrar la denuncia por parte de la Policía Civil ya fue caracterizada por Lenin Pires (2010) como un *bloqueio policial* al dar cuenta de lo difícil que era para los *camelôs* registrar situaciones de

cia. Más tarde se contactó con un abogado conocido de un amigo suyo, con quien iniciaría una demanda penal. Según el *camelô*, se trataba de una “tentativa de homicidio” ya que el hecho de haberle golpeado en la cabeza y mientras él se encontraba agachado, hacía del asesinato una posibilidad. Eso es lo que buscaría demostrar junto con su abogado. Al momento de finalizar mi trabajo de campo en Río, sólo habían avanzado en la presentación de la demanda.

El hecho que describo sucedió en el tiempo en el que hice trabajo de campo⁸ en la zona de la Estação Central⁹, e involucró a uno de los *camelôs* que cotidianamente vendía su mercadería allí y a un agente de la Guardia Municipal. Las explicaciones que los *camelôs* hicieron sobre lo sucedido resultaron reveladoras de sus valoraciones y percepciones sobre las prácticas de la Guardia Municipal de las cuales eran objeto, siendo esa la agencia que principalmente ejercía el control de la actividad de venta en la calle en ese lugar durante el periodo en el que realicé mi trabajo de campo. Asimismo, los relatos de mis interlocutores de aquel espacio social resultaron contrastantes con aquello que venía observando en mi trabajo de campo¹⁰ con vendedores callejeros del barrio de “Once”¹¹ en la Ciudad de Buenos Aires.

Partiendo de aquellas indagaciones basadas en las formas en las que quienes se dedican a la actividad de venta callejera en un y otro lugar, reaccionan y responden frente a las prácticas

violencia y abuso estatal ante la policía. Además de la dificultad de que les registren la denuncia, Pires afirma que las versiones policiales deforman los hechos de modo que la acción violenta resulte justificada por la resistencia del vendedor a la autoridad que, según la norma, debe evitar la venta ambulante (PIRES, 2010, p. 317). En el caso aquí analizado vemos que la versión policial sobre los hechos también busca construir una justificación del uso de la fuerza como consecuencia de las supuestas acciones agresivas de los *camelôs*.

8 Este trabajo es resultado de parte de lo relevado durante un intercambio de doctorado que realicé en la ciudad de Río de Janeiro (Brasil) hacia mediados del año 2017 hasta principios del 2018. El mismo consistió en una estadía de seis meses como estudiante becaria del Programa de Pós-Graduação em Antropologia de la Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). La beca Doutorado-Sanduiche Reverso que obtuve para la realización del intercambio, fue financiada por la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, bajo la dirección del Prof. Dr. Lenin dos Santos Pires y del Prof. Dr. Roberto Kant de Lima. La posibilidad de haber realizado esta instancia de intercambio fue fruto de una larga tradición de intercambio y discusión académica entre investigadores vinculados al Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) con sede en la Universidad Federal Fluminense, y del Equipo de Antropología Política y Jurídica (EAPJ) enraizado en la Sección Antropología Social del Instituto de Ciencias Antropológicas de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA), del cual formo parte actualmente en mi carácter de becaria doctoral del CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas).

9 Me refiero a las proximidades de la terminal ferroviaria “Estação Central do Brasil”, ubicada en el centro de la ciudad de Río de Janeiro.

10 Se trata de mi investigación etnográfica aún en curso, la cual realizo en el marco de mi doctorado en Antropología (Facultad de Filosofía y Letras, UBA) bajo la dirección de la Dra. María Victoria Pita y la codirección de la Dra. Brenda Canelo.

11 El nombre oficial del barrio es Balvanera, sin embargo, el nombre de uso extendido es “Once” en alusión a la estación ferroviaria “Once de Septiembre” que se encuentra en la zona.

de control y represión de las agencias estatales, en este trabajo puntualmente me pregunto acerca de la legitimidad/ilegitimidad de las prácticas de los agentes estatales desde la perspectiva de los vendedores, enfocándome -aunque no exclusivamente- en lo que hace al uso de la fuerza por parte de los agentes. A partir de allí, presento, a su vez, algunas aproximaciones sobre el modo en que los vendedores otorgan sentido a las actividades que realizan y a las percepciones sobre derechos que circulan en cada uno de los espacios sociales analizados.

Ahora bien, Gustavo Lins Ribeiro (1989) señala que el antropólogo, al no participar como nativo en las prácticas sociales de las poblaciones que estudia, experimenta, existencialmente, el “extrañamiento” como una unidad contradictoria: al ser, al mismo tiempo, “aproximación y distanciamiento”. “Es como estar delante de un sistema de signos –vivirlo relacionándose primeramente con sus significantes pero sin comprender del todo sus significados” (RIBEIRO, 1989, p. 66). Esta experiencia, propia de la investigación etnográfica, se vio exacerbada durante mi trabajo de campo en Río de Janeiro por encontrarme en una ciudad desconocida para mí. Así, la experiencia de hacer trabajo de campo allí fue más que indagar en el “mundo” de los *camelôs* y sus relaciones, ya que implicó que además adentrara en un idioma, en códigos, en formas de organización social y configuraciones espaciales más amplias que me eran ajenas¹². De aquí la sensación de que, sobre todo al inicio de mi trabajo de campo, lo distante primara por sobre lo próximo, requiriendo en mí un mayor esfuerzo consciente de familiarizar aquello que resultaba “exótico” (RIBEIRO, 1989). Pero al mismo tiempo esta sensación convivía con otra, ya que mi propia experiencia de trabajo de campo con los vendedores porteños hacía que el “mundo” distante de los *camelôs* se volviera rápidamente próximo. Así, encontraba que tanto semejanzas como contrastes entre ambos espacios sociales surgían constantemente y casi de manera espontánea en mis reflexiones durante el trabajo de campo.

De aquí que la posibilidad de “extrañamiento” me haya permitido repensar ciertas cuestiones del universo de los vendedores con los que trabajo en la Ciudad de Buenos Aires y que se esclarecieron (o más bien, se complejizaron) ante el contraste que significó mi experiencia con los *camelôs* de la ciudad de Río de Janeiro. Valores y obligaciones morales en las relaciones establecidas con los agentes de control, percepciones de los vendedores sobre su identidad y derechos, son algunos de los aspectos que resultaron contrastantes y que abordo en este artículo.

¹² Como forma de acercamiento a estos aspectos, me resultó muy provechoso haber realizado una primera etapa de trabajo de campo exploratoria por distintos puntos de la ciudad durante los dos meses previos a mi adentramiento a Estação Central.

BREVE DESCRIPCIÓN DEL ESPACIO

La Estação Central se encuentra ubicada en el barrio “Centro” de Río de Janeiro, en la zona central de la ciudad. Allí convergen dos terminales de ómnibus, una estación de ferrocarril y una de las estaciones de *metrô*; siendo éste un lugar de importante circulación cotidiana de personas. Fueron cuatro meses de trabajo de campo en ese lugar en los que realicé observaciones con registro, generé “situaciones conversacionales” (PITA y PACECCA, 2017, p. 54) con los *camelôs* y realicé entrevistas semiestructuradas a los mismos. Mi intención era entender parte del cotidiano específico de ese lugar, concentrándome especialmente en las relaciones que los *camelôs* establecían con las agencias que controlaban su actividad¹³.

Frente a la Estação Central se encuentra la Praça Procópio Ferreira. En esa plaza de asfalto funciona la feria “Centro Comercial Popular da Praça Procópio Ferreira”, la cual cuenta con aproximadamente cincuenta *barracas*¹⁴. Antiguamente, en el mismo lugar, funcionaba un *camelódromo*¹⁵ de mayores dimensiones, pero en el año 2005 (tras la instalación de la Secretaría de Estado de Segurança Pública en el predio de la Estação Central), la Prefeitura, siguiendo indicaciones del secretario de Segurança Pública, “limpió” los alrededores de la sede de la secretaría desalojando las instalaciones del *camelódromo* (PIRES, 2010, p. 337). En aquel momento, los *camelôs* desalojados fueron trasladados contra su voluntad a diferentes puntos de la ciudad. Un tiempo después, según me contaron *camelôs* de la feria, tras distintas negociaciones con autoridades de la Prefeitura, algunos de los antiguos *camelôs* lograron volver a la plaza y conformaron el centro comercial que hoy se encuentra en funcionamiento.

Mis primeras indagaciones en la zona comenzaron por la feria de la Praça Procópio Fer-

13 El trabajo de campo localizado estuvo, además, acompañado, durante los seis meses de estadía, de entrevistas a actores con intervención y/o con profundo conocimiento sobre la organización de la actividad de venta callejera y del seguimiento continuo de las fuentes secundarias como el rastreo de noticias en diarios digitales vinculadas a acontecimientos que involucraran a *camelôs*, así como también de la normativa que regula la venta ambulante en la ciudad de Río de Janeiro.

14 *Barraca* es el nombre que reciben las estructuras metálicas en las cuales los vendedores exhiben sus mercaderías para la venta. Quienes se encuentran regularizados en un punto fijo, mayoritariamente, exponen sus mercaderías usando las mismas, las cuales deben cumplir con una serie de parámetros estipulados por la Prefeitura. Las dimensiones que deben tener las barracas, los colores de las lonas que las recubren definidos según el barrio en el que se ubican, las distancias entre *barracas*, son algunos de esos parámetros.

15 El término refiere a espacios delimitados para el ejercicio de la venta con concentración de *barracas*. Según señala Pires, el ejecutivo municipal carioca tiene una lógica histórica de desterritorialización de la venta ambulante en la ciudad, reterritorializándola en espacios delimitados en base a lógicas de utilización y pertenencias extrañas a los segmentos que se ocupan de aquella actividad (PIRES, 2010, p. 328).

reira, donde pude observar que algunos de los *camelôs* que allí vendían también lo hacían en la calle. En esta última, se concentraban mayoritariamente en un sector específico; en la vereda del Portão 1 de la Estação Central, portón principal de la estación. Allí, los *camelôs*, junto a otros que solamente vendían en la calle, se distribuían en la vereda formando dos hileras con mantas o tableros en los que exponían la mercadería, a modo de dejar un “sendero” entre ambas hileras para que circularan las personas que entraban y salían de la estación. Quienes vendían en ese espacio lo hacían sin contar con licencias otorgadas por la Prefectura¹⁶.

En frente del Portão 1, calle por medio, se emplaza la Unidade de Ordem Pública “UOP-Centro” perteneciente a la Guardia Municipal. La disposición espacial de la misma posibilitaba que fuera permanentemente observada por los *camelôs* que vendían en el portón principal, quienes se mantenían atentos a los movimientos de las camionetas Van de la Guardia Municipal que entraban y salían constantemente de la UOP, de manera de poder anticipar una posible intervención.

DE LOS “ACUERDOS” Y SUS RUPTURAS

Las explicaciones que los *camelôs* hicieron sobre el hecho que da comienzo a este artículo me permitió profundizar en dos cuestiones en las que me detendré en lo que sigue. Por un lado, en las dinámicas de interacción entre guardias y *camelôs*, y cómo era entendido el “golpe” dentro de las mismas. Por el otro, y a partir de lo anterior, en el lugar que ocupaba la violencia en estas relaciones. Particularmente, la manera en la que los vendedores percibían el uso de la fuerza por parte de los agentes y la legitimidad/ilegitimidad del mismo desde su perspectiva.

Quienes me contaron acerca de la agresión del guardia al *camelô*, insistían en que el vendedor “estaba saliendo” en el momento en el que fue golpeado. Es que “salir” cuando llegaban los guardias era lo esperado ante estas situaciones. Así es como lo describían los *camelôs* y así lo observé durante el período en que hice trabajo de campo allí.

Una tarde posterior al hecho del golpe pude observar la dinámica establecida entre guardias y *camelôs*. Al momento en el que los guardias descendían de la camioneta Van, los *camelôs* -que se encontraban siempre expectantes- guardaban rápidamente la mercadería, levantaban

¹⁶ Me refiero a las habilitaciones formales para ejercer la actividad de venta que otorga la Prefectura a través de la Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização dependiente de la Secretária de Fazenda.

sus mantas y se alejaban velozmente por el lado contrario al que avanzaban los guardias. Estos se desplazaban por la vereda, caminando a un ritmo que daba tiempo suficiente para que los *camelôs* juntaran sus cosas y se retiraran, si lo hacían rápidamente.

Ahora bien, no era sólo en ese momento en el que los *camelôs* debían levantar su mercadería. El hecho de estar ubicados justo enfrente de la UOP hacía del Portão 1 un lugar de paso para agentes que ingresaban y salían de aquella. Así, cuando algún agente pasaba, incluso sin que tuviera la intención de realizar un operativo, los *camelôs* igualmente “debían levantar” la mercadería. Thiago, vendedor con nueve años de experiencia en Estação Central, me explicaba:

“Cuando ellos salen de ahí adentro (señala la UOP), pasan por aquí y ahí la gente tiene que **respetar** también. Recogemos, sacamos las cosas, ahí ellos pasan... y después volvemos”.

Los *camelôs* señalaban hacerlo por “respeto”. Es decir, levantar las cosas cuando pasaban los guardias era lo esperado en tanto implicaba una demostración de respeto para con ellos. Rose, vendedora con más de treinta años de experiencia de venta en la calle, explicaba:

“Cuando vienen los guardias las personas se van, todo el mundo sabe que tiene que salir. Ellos (los guardias) pasan... (imita la voz de un guardia) ‘Yo tengo **autoridad**, yo estoy pasando, que salga todo el mundo. Si continúan, yo llevo”.

En la investigación de Lenin Pires (2005) sobre *camelôs* de trenes y vigilantes, el autor daba cuenta de aquellos “acuerdos tácitos” que se establecían entre unos y otros, donde las prácticas de disimulo y discreción por parte de los *camelôs* eran la forma de evitar la represión cuando intervenía un agente. Aquel disimulo, antes que buscar que el vigilante no se diera cuenta de que la persona estaba vendiendo, consistía más bien en realizar una buena actuación ante sus ojos que no diera lugar a interpretar ninguna acción como una falta de “respeto” que desmoralizara su autoridad. Si así lo fuera, el vigilante castigaría al vendedor sea aplicando el *derrame* o, en ocasiones, el *esculacho*. Por el contrario, una buena actuación por parte del *camelô* funcionaría, entonces, como una demostración de respeto frente a la cual el vigilante tendría a cambio “consideración” por la situación social del *camelô* y le dejaría seguir viaje (PIRES, 2005, p. 132).

El análisis de Pires me resulta útil para reflexionar sobre aquello que observé entre *camelôs* y guardias en Estação Central. Analizando las dinámicas de interacción entre los mismos era posible ver que allí también existía un “acuerdo tácito”. Entre las acciones esperadas de unos y otros, existían además tiempos pautados. Los *camelôs* debían realizar su huida con rapidez ante

la presencia de los guardias evitando la cercanía corporal con los mismos. Así, Thiago indicaba:

“Hay que tener experiencia en la calle; el que no tiene experiencia... (no concluye la oración) Cuando viene el guardia, hay que **salir corriendo**”.

“Huir”, es decir, irse de la manera más rápida posible, parecía ser un aspecto importante de la respuesta esperable, de aquí que los *camelôs* señalaran que la demora en salir fue lo que provocó el golpe que recibió Raphael. Así lo explicaba Raphael:

“Ellos (los guardias) vinieron de allá (señala la UOP). Ahí yo levanté mi carro **rápido**. Y mi esposa quedó media atrapada, entonces fui a ayudarla a ella, rápido, porque yo ya había recogido mi carro así que la ayudé a ella. Y cuando la fui a ayudar a ella, yo ya estaba saliendo, vinieron atrás mío y les dije ‘Calma, que ya estoy saliendo’. Ahí metieron la mano en el carro, comenzaron a tirar y robaron la mercadería de ella. Y cuando me agaché para agarrar la mochila, ahí me dio una *porrada*¹⁷”.

Retomando el planteo de Pires (2005), es posible pensar que en este caso la demora en salir haya sido interpretada por el guardia como una falta de respeto. En esta línea, el golpe se trataría, entonces, de una acción disciplinadora por parte del guardia en la búsqueda de reafirmar su autoridad, la cual parecía desmoralizarse frente a la mala actuación del vendedor (PIRES, 2005, p. 131). Ahora bien, desde la mirada de los *camelôs*, aunque el vendedor se haya demorado, aquel golpe resultó injustificable. El golpe no parecía ser parte de las acciones esperadas o por lo menos, toleradas, ante esta situación. Según los *camelôs*, el guardia debería haber considerado la demora o, en todo caso, quitado la mercadería, acción que suelen esperar si se encuentran distraídos o si no son veloces al emprender la retirada.

De ahí la reacción y la conmoción que provocó el hecho en el momento. Y de ahí también el sentimiento de indignación que expresaban los *camelôs* en sus relatos, el cual revelaba la ilegitimidad del golpe desde su perspectiva. Por otra parte, el hecho de que el guardia haya huido tras lo acontecido también estaría dando cuenta de cierta falta de adecuación de su comportamiento a lo establecido en aquel espacio social¹⁸.

En la investigación ya citada con vendedores de trenes, Pires (2005) dio cuenta de la categoría de *esculacho* como un aspecto de las dinámicas de interacción entre vigilantes de tre-

¹⁷ El término *porrada* refiere a una agresión física, a un golpe fuerte.

¹⁸ Hasta mi regreso a Buenos Aires, los *camelôs* aún no habían visto volver al guardia que había agredido a Raphael aunque sí a quienes solían trabajar con él en el mismo *batalhão*. Uno de los *camelôs* me señalaba que esto se debía a la posibilidad de venganza que podía surgir entre los *camelôs* tras lo sucedido.

nes y *camelôs*. Mientras que el *derrame*¹⁹ parecía constituirse como una sanción a los desvíos de los *camelôs* delante de las reglas establecidas tácitamente entre los diferentes actores que compartían aquel espacio social (PIRES, 2005, p. 134), el *esculacho*, forma de relacionamiento violento tanto físico como moral, se trataba de una humillación que indignaba a los *camelôs* (p. 136). Así, el *esculacho* parecía representar un nivel de “desconsideración” que imposibilitaba la mantención del orden vigente, mismo que éste ya fuese estructurado de forma desigual; era un procedimiento que peligraba expulsar a la víctima por fuera de la escala aceptable de aquél cotidiano jerarquizado (p. 152). A diferencia del *derrame* -que sin bien era una práctica igualmente no autorizada en términos legales era calificada como legítima por el segmento que sufría sus efectos (p. 134)- el *esculacho* “soava como uma denúncia grave, uma desconsideração singular” (p. 152).

Retomar la definición de *esculacho* para pensar el hecho aquí analizado, me permite enfatizar la ilegitimidad de la acción del guardia, ya que se ubicaba por fuera de las acciones esperadas por parte de los *camelôs*. Si bien durante mi trabajo de campo, no identifiqué en los relatos de mis interlocutores el término literal *esculacho*, creo que la ilegitimidad de la acción se encarnó en otra categoría a la que se refirieron mis interlocutores, la de *covardía*. Señalaba Raphael:

“R: Cuando ellos vienen todo el mundo se va, **nadie hace reacción alguna**. Nadie pelea, todo el mundo sale.
E: ¿Y vos te demoraste para ayudar a tu esposa?
R: Sí, volví para ayudarla a ella. Y ahí sucedió ese hecho, esa *covardía*, porque eso se llama *covardía*”.

En otra ocasión, Thiago sostenía:

“Fue una *covardía*, el **no reaccionó ni nada**, fue a agarrar el documento de ella. Hasta el documento de ella se llevó. Cuando él bajó a agarrar la cartera, ¡pá! (sonido de golpe) *Covardía*, una pura *covardía*”.

En un principio no me resultaba sencillo comprender a qué se referían los *camelôs* cuando calificaban la situación como una *covardía*. Me parecía que encerraba otro significado distinto a la falta de coraje o de valentía a la que a mí me remitía el término. Pensando y conversando con personas cariocas, más adelante entendí que la categoría podía estar teniendo un plus de

¹⁹ El *derrame* refería a cuando los vigilantes tomaban la mercadería de los *camelôs*.

significado. Consideré, entonces, que la *covardia* a la que se referían los *camelôs* era expresión de una relación de desigualdad en tanto la acción era entendida como el abuso de alguien que ya se encontraba “de por sí” en una situación de ventaja frente a un otro más débil²⁰. Así interpreté que el guardia, sujeto estructuralmente ubicado en una posición de superioridad, por medio del golpe reforzaba de manera abusiva el lugar que ocupaba frente al vendedor, sujeto más débil en términos de las relaciones sociales implicadas.

En esta línea, la acusación de *covardia* puede ser entendida como la expresión del sentimiento de indignación que produjo entre los *camelôs* la falta de consideración por parte del guardia, quien “*não bastando submeter o oponente a tais regras, se fazia necessário, via de regra, humilhá-lo*” (PIRES, 2005, p. 152). En este sentido, es posible pensar la acción del vigilante como un “insulto moral” en términos de Luís R. Cardoso de Oliveira (2004; 2004a; 2005). El autor señala que el “insulto moral” realza dos características principales: “*trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p. 2). Así, el “insulto aparece então como uma agressão à dignidade da vítima, ou como a negação de uma obrigação moral que, pelo menos em certos casos, significa um desrespeito a direitos que demandam respaldo institucional” (p. 4). Las expresiones de los *camelôs* dan cuenta de la agresión moral, además de la física, que significó el golpe recibido por Raphael. La expresión de *covardia* puede ser leída, en este sentido, como la manifestación del sentimiento de indignación de quien vive la experiencia del insulto; como la valoración que expresa la negación de una obligación moral entre los actores implicados en ese espacio social.

LA LEGITIMIDAD/ILEGITIMIDAD DE LA VIOLENCIA

Si bien, como di cuenta en el apartado anterior, lo sucedido generaba indignación entre los *camelôs*, hay un aspecto de las expresiones que me llamó particularmente la atención y es que los *camelôs* enfatizaran que el vendedor “no había hecho nada”. El mismo Raphael aclara-

20 Según la definición del Dicionário online de Português, *covardia* refiere al “Comportamento que expressa falta de coragem; gesto caracterizado pelo medo ou temor; que não é ousado: pusilâmine”, o bien, “Violência efetuada contra uma **peessoa mais fraca**: o que o pai fez com o filho foi uma covardia” (Dicionário online de Português. Significado de Covardia. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/covardia/>). A diferencia del idioma español, la “*covardia*” como sustantivo puede ser una acción hecha por alguien, de allí la posibilidad de la expresión en el portugués “*ele fiz uma covardia*”.

ba: “En ningún momento intenté ser agresivo con él, en ningún momento. **No hice nada**”.

¿Por qué los *camelôs* constantemente realizaban esta aclaración? ¿Habría otras situaciones en las que la violencia sí resultara esperada? En lo personal, lo que a mí me indignaba era el golpe, independientemente de las acciones que hubiera realizado el vendedor. Pero alejándome de mi propia indignación, me di cuenta que lo que en verdad me asombraba era el contraste que encontraba con las reacciones que estaba acostumbrada a observar entre los vendedores de la Ciudad de Buenos Aires.

Entendí que entre los *camelôs*, la violencia física por parte de los agentes que se encargaban de su control, era una posibilidad en ciertas situaciones. En caso de que los *camelôs* se rehusaran a irse o ejercieran alguna resistencia ante la incautación de mercadería, podían encontrarse con una respuesta que implicara violencia física. De aquí las continuas aclaraciones que los *camelôs* hacían indicando que Raphael “no hizo nada”, como si “hacer algo” conllevara el uso de la fuerza como una forma posible de respuesta por parte de los agentes. Asimismo, expresiones como la de un *camelô* cuando me dijo: “Por eso **no enfrento**, porque yo no voy a perder la vida por eso. Me voy, salgo corriendo”, dejan entrever que la violencia extrema era una posibilidad en estas relaciones. Incluso más, luego de aquella frase, el mismo vendedor me contó el caso de un conocido suyo que hacía algunos años había muerto por una herida mal curada tiempo después de haber recibido un golpe en la cabeza durante un operativo.

Considero que las explicaciones de los *camelôs*, dan cuenta de cierta legitimidad del uso de la fuerza en determinadas situaciones, en aquellas en que los *camelôs* ejerzan resistencia. Es decir, siguiendo las expresiones de los *camelôs*, lo ilegítimo del golpe analizado en este escrito, lo que lo convirtió en un *esculacho*, fue la ausencia de resistencia por parte del vendedor. Lo impugnado resultó ser la falta de consideración por parte del guardia frente a una situación en la que los vendedores entienden que no había habido falta de respeto hacia la autoridad. En esta línea, la acusación de *covardia* expresaba la violación a los códigos establecidos entre los vendedores y los guardias. En contraposición a esto, en aquellas situaciones en las que los *camelôs* se resistieran frente a la autoridad de los guardias, es cuando el ejercicio de la violencia se convertía en una posibilidad incluso legítima desde el punto de vista de los vendedores, según el orden establecido en ese espacio social.

Esta legitimidad parece ser compartida, además, con otros actores, tal como se desprende del relato de Raphael cuando me contó que un programa de radio había reproducido la noticia del hecho diciendo que “un guardia agredió a un vendedor **sin necesidad, sin motivo alguno**”; o bien, en el momento en el que realizó la denuncia y el policía que lo recibió intentó justificar la acción del guardia reconstruyendo una versión oficial en la que los vendedores ha-

brían comenzado un enfrentamiento durante el operativo de la Guardia.

Ahora bien, las reacciones frente al uso de la fuerza que encontré entre los *camelôs* me permitieron repensar mis interpretaciones acerca de las prácticas y percepciones de los vendedores de la Ciudad de Buenos Aires. Cuando comencé a realizar mi trabajo de campo en el barrio de “Once” en el año 2014, los vendedores se relacionaban cotidianamente en las calles con agentes de la Policía Federal. Tal como lo han señalado diversas etnografías (PIRES, 2010; PITA; PACECCA, 2017) y como he podido indagar en mi investigación, los vendedores porteños establecían con los agentes policiales negociaciones que les posibilitaban desarrollar su actividad. En términos de María Victoria Pita (2017), los agentes forzaban ciertos “arreglos” bajo los cuales los vendedores podían negociar continuar ejerciendo la venta y evitar de esa manera la aplicación de la ley -que funcionaba como objeto de negociación-, las más de las veces, bajo amenaza de violencia física y/o moral (PITA, 2017, p. 150). Si bien los “arreglos” se establecían con cuotas diferenciales de poder y suponían coacción por parte de los agentes, buscaban algún tipo de acuerdo “combinado entre las partes” (p. 150). En mi indagación en “Once”, encontraba en aquél entonces que estas negociaciones podían exigir pedidos de dinero o de mercadería, o bien podían consistir en establecer acuerdos de los más variados, tales como definir horarios y lugares en los que se podía ejercer la actividad. Para los vendedores, esto les significaba un relativo marco de previsibilidad bajo el cual podían desarrollar su actividad, más no sea dentro de una frágil estabilidad (tal como lo demostrarán los sucesos de los años siguientes). De aquí que la intervención de novedosas agencias, como la de la Policía Metropolitana y de los inspectores de Espacio Público²¹, haya resultado disruptiva de aquella relativa estabilidad sostenida en base a “acuerdos”. Esto porque las intervenciones de las nuevas agencias implicaban que los vendedores necesariamente debieran interrumpir su actividad, por lo menos durante el tiempo en que duraban los operativos²². Eludiendo a los agentes es como veía en aquél entonces que los vendedores evitaban las incautaciones de mercadería y, también, las situaciones de

21 Mientras que la primera refiere a una agencia policial dependiente del Ministerio de Seguridad porteño (actualmente fusionada en la Policía de la Ciudad), los últimos corresponden a un cuerpo civil con poder de policía dependiente del Ministerio de Ambiente y Espacio Público del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.

22 Las intervenciones de estas dos agencias se realizaban de manera simultánea y por períodos de tiempo determinados. Es decir, había momentos o hasta incluso días consecutivos en los que estas agencias aparecían en la zona aplicando contravenciones y faltas, e incautando la mercadería de quienes permanecieran realizando la venta. Estos procedimientos podían implicar violencia física como forcejeos y empujones, así como también insultos verbales; o grandes despliegues de violencia cuando se trataba de desalojos masivos, tales como el llevado a cabo el 29 de enero de 2014. Para más información sobre este último hecho, consultar el capítulo PACECCA, María Inés; CANELO, Brenda; BELCIC, Sofía. Culpar a los negros y a los pobres. Los “manteros” senegaleses ante los allanamientos en el barrio de Once. *In*: PITA, María Victoria y PACECCA, María Inés (eds.), **Territorios de control policial**. Gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Editorial de la FFyL-UBA, 2017.

violencia física que podían derivar de estas intervenciones.

Las prácticas de control y de represión se intensificaron aun más con la reciente creación e intervención de la Policía de la Ciudad²³, a la vez que se volvieron cotidianas para los vendedores. En la zona de “Once”, agentes de la misma junto a inspectores de Espacio Público realizan operativos día tras día en los que incautan mercadería de los vendedores además de ejercer, en reiteradas ocasiones, violencia física sobre los mismos. Aquellas intervenciones pueden devenir, además, en detenciones, las más de las veces justificadas por los agentes bajo las figuras de “Atentado” o “Resistencia a la Autoridad”.

En este contexto, durante mi trabajo de campo, he visto cómo los vendedores se indignan y reaccionan frente al uso de la fuerza por parte de estas agencias. Y aquí una diferencia, lo hacen independientemente de la actitud que haya tenido el vendedor víctima de la misma. Es decir, incluso en los casos en los que haya habido alguna resistencia del vendedor ante un operativo, no justifican la agresión física por parte del agente policial. Si bien son recurrentes las situaciones en las que se ejerce violencia hacia los vendedores, resulta ilustrativo el caso de un vendedor senegalés del barrio de Constitución, que, al resistirse a entregarle su mercadería a un agente de la Policía de la Ciudad, éste lo redujo agarrándolo del cuello hasta producirle una asfixia que provocó su desmayo. Los vendedores con los que hablé en aquella ocasión se mostraban indignados frente al hecho e incluso justificaban la resistencia del vendedor ya que se había negado a entregar la mercadería porque “necesitaba **trabajar**”. El hecho circuló por los medios de comunicación y el caso hasta fue presentado ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos por organizaciones defensoras de los derechos humanos como una muestra de la vulneración de derechos que estaban atravesando las personas migrantes en la Argentina. Así, independientemente de las reacciones del vendedor, distintos actores coincidieron en la ilegitimidad del uso de la fuerza por parte del agente policial frente al vendedor callejero.

Más allá del hecho sucedido en Estação Central analizado en este trabajo, las diferencias entre las reacciones y valoraciones de los vendedores porteños y las de los *camelôs*, ya eran visibles ante otras prácticas de las agencias, incluso ante aquellas que no implicaban violencia física. En una de mis visitas a la Estação Central, presencié una intervención de agentes de la

23 El 17 de noviembre de 2016 se sancionó la Ley de Seguridad integral 5688/16, que entró en vigencia el 2 de enero de 2017. Esta ley estableció el traspaso de los agentes de la Policía Federal destacados en la ciudad a la órbita del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, creando de ese modo la Policía de la Ciudad. Ello conllevó la fusión de diecinueve mil efectivos de la Policía Federal y seis mil de la Policía Metropolitana. El operativo de desalojo de los vendedores de las calles de “Once”, realizado a pocos días del inicio del ejercicio de la Policía de la Ciudad, fue una de las primeras acciones que encabezó esta nueva agencia policial. A partir de allí, los vendedores comenzaron a ser controlados en las calles por los agentes de la nueva policía, quienes desde entonces realizan operativos junto a los inspectores de Espacio Público.

Guardia Municipal que implicó que los *camelôs* tuvieran que levantar rápidamente la mercadería para, minutos después, volver a ubicarse en el mismo lugar una vez que aquellos se retiraron. Luego de haber regresado a “su lugar” y conversando sobre lo sucedido, un vendedor me dijo con resignación: “la vida del *camelô* es así”. Esta expresión da cuenta de cierta sumisión del *camelô* a las dinámicas establecidas con los guardias, de una incorporación de las condiciones a las que debe someterse un *camelô*. Por contraste, los vendedores porteños reaccionan con indignación al tener que interrumpir constantemente la venta ante la presencia policial. Los vendedores se quejan por el estado de “alerta permanente” en el que se encuentran ya que deben “salir corriendo” ante la presencia de los agentes. Frente a esto remarcan frecuentemente sentirse tratados como “delincuentes”. Dicha clasificación da cuenta de la agresión de orden moral que les provoca ser objeto de ese tipo de prácticas. Esta forma de percibirse, al encontrarse huyendo permanentemente de la persecución policial, contrasta notoriamente con aquella expresión que postula “la vida del *camelô* es así” la cual deja entrever cierta resignación entre los *camelôs*.

IDENTIDADES Y DERECHOS

La diferencia en encontrar entre los *camelôs* mayor sumisión e incluso, en ocasiones, legitimación de ciertas prácticas que entre los vendedores porteños producen indignación, puede ser pensada en vinculación con las percepciones sobre su identidad y derechos que circulan entre quienes se dedican a la misma actividad en cada uno de los espacios sociales indagados.

Así, entre los vendedores porteños, el percibirse tratados como “delincuentes” ante la persecución policial, es expresión de la sensación de humillación que les produce la desvaloración de su identidad al no verse reconocidos como “trabajadores”.

La apelación a la identidad de “trabajador” entre los vendedores porteños me permite reflexionar sobre el valor que adquiere la actividad concebida bajo estos términos. Por un lado, es posible relacionarla con ideas sobre el “trabajo” que circulan en el imaginario social de la sociedad argentina como forma legítima de integración social (PERELMAN, 2011; 2013). En el devenir de procesos históricos atravesados en el país, el acceso al mercado de trabajo formal se ha constituido como una forma legítima de acceder a la reproducción social (DANANI y GRASSI 2008, apud PERELMAN, 2013, p. 242). Ahora bien, Mariano Perelman (2011) señala:

Si por varias décadas del siglo XX el mercado de trabajo formal logró incluir parte importante de la población activa, a partir de la década de 1970, los

cambios en el modelo productivo, la implementación de políticas de corte neoliberal generaron fuertes reacomodamientos en la estructura social argentina. Con un mercado de trabajo en claro retroceso, miles de personas fueron quedando desocupadas en el mercado formal y tuvieron que buscar formas alternativas para obtener los medios de vida (PERELMAN, 2011, p. 71).

Si bien la expansión de actividades informales no impidió que aquella idea sobre el “trabajo” siga operando con fuerza en el imaginario social, la misma es permanentemente resignificada por quienes quedaron desocupadas en el mercado formal y tuvieron que buscar formas alternativas para obtener medios de vida. En esta línea, las investigaciones de Perelman (2011, 2013, 2017) sobre vendedores ambulantes de trenes y recolectores informales de la Ciudad de Buenos Aires, revelaron cómo determinados grupos dedicados a aquellas actividades apelaban a su identidad de “trabajadores”, escapando, de esta manera, a otras etiquetas, tales como las de “pobre vergonzante” en el caso de los vendedores de trenes (PERELMAN, 2013, p. 242). En este sentido, en mi trabajo de campo, encuentro que los vendedores porteños refuerzan su identidad de “trabajadores” y, en este caso, lo hacen en contraposición a otras categorías tales como las de “delincuentes”. De esa manera, los vendedores realzan su actividad como un modo legítimo de ganarse la vida; a la vez que apelan a la condición de ser personas moralmente “dignas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004; 2004a; 2005).

María Inés Fernández Álvarez (2007) analizó la asociación entre trabajo y dignidad a partir del caso de los trabajadores de una fábrica recuperada, en donde el sentido otorgado al trabajo hacía de la actividad que realizaban no sólo una forma de garantizar su supervivencia sino también una fuente de dignidad. La autora señala que estas dimensiones de sentido se plasman en la forma en la que los trabajadores desplegaban sus acciones de demanda por “trabajo genuino” en la defensa de sus puestos de trabajo, significando tanto una lucha por la “supervivencia” como una lucha por la “dignidad” (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2007, p. 4). Considerando este análisis, de manera similar a los trabajadores de aquella fábrica, a partir de sus acciones los vendedores callejeros no sólo defienden su fuente de subsistencia sino también su dignidad en tanto “trabajadores”. De aquí la humillación tras sentirse tratados como “delincuentes” por los agentes policiales; expresión que da cuenta del “daño moral” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004; 2004a; 2005), de la ofensa a la dignidad que les produce ciertas formas de tratamiento, las cuales son percibidas como una falta de reconocimiento en su condición de “trabajadores”.

Entonces, es a partir de la identificación de su actividad como un “trabajo”, en tanto forma digna y legítima de ganarse la vida, que los vendedores defienden su actividad, a la vez que impugnan formas de tratamiento que no consideran adecuadas. Es en su “derecho a trabajar”

que los vendedores reaccionan y se movilizan, tras la indignación que les produce ciertos tratos concebidos como intolerables en tanto “trabajadores”. Ahora bien, señala Perelman (2017) la importancia de atender a las temporalidades de los procesos sociales a la hora de analizar las subjetividades y las estrategias de quienes construyen “formas de ganarse la vida”. “Las diferentes temporalidades de los procesos sociales son centrales en los modos en que las personas calculan lo que es una vida digna y transforman los marcos de referencia y las condiciones de posibilidad de acción” (PERELMAN, 2017, p. 93). En este sentido, considero que las recientes formas de tratamiento de las agencias estatales de la ciudad, que incluyeron prácticas cada vez más represivas y persecutorias hacia quienes realizan su actividad en la calle, produjeron modificaciones no sólo en las estrategias que los mismos despliegan para poder seguir desarrollando su actividad, sino en las valoraciones que los vendedores hacen sobre su actividad y en la posibilidad de concebirse como sujetos de derechos. Es en el marco de esos procesos represivos, en el cual la identidad de “trabajador” emerge como una categoría cada vez más aglutinadora entre vendedores que ejercen la actividad, como mis interlocutores porteños a quienes me referí en este trabajo. Es posible pensar estos devenires como procesos de subjetivación política (FASSIN, 2013) en los que, partiendo del reconocimiento de su actividad como un “trabajo”, los vendedores la defienden en tanto un “derecho”. La intensificación de los tratamientos represivos conlleva así una “respuesta a lo que se experimenta o se imagina como una injuria o como una injusticia” (FASSIN, 2013, p. 249), es decir, la indignación propia de la falta de reconocimiento en tanto “trabajadores”. Es a partir de estos procesos que los vendedores reaccionan y se movilizan de maneras más o menos organizadas, en ocasiones individualmente y en otras bajo experiencias de organización colectiva, ante la persecución y las prácticas violentas de las cuales son objeto.

En contraste con los vendedores porteños, en el caso de los *camelôs* con los que realicé mi trabajo de campo, la defensa de su actividad en tanto su “derecho a trabajar” no aparecía como un horizonte legítimo de reclamo bajo su condición de *camelôs*. Es que, a diferencia de los vendedores porteños, mis interlocutores brasileños de Estação Central no parecían percibir su actividad como un “trabajo”, no, al menos, en los mismos términos que los vendedores porteños.

Respecto al valor del “trabajo” presente en el imaginario social brasileño, éste se vincula con el particular contexto histórico y político de Brasil. Dice Kathleen M. Millar (2014) que “a diferencia de otros sitios latinoamericanos, más notablemente Argentina (Perelman 2007), la imagen del trabajador no siempre ha funcionado como una fuente primaria de identidad y ciudadanía” (MILLAR, 2014, p. 40). Fue en la época de la presidencia de Getúlio Vargas cuando “el

trabajo se valorizó por primera vez en la historia de Brasil”, ya que previo a ese momento, “la historia de la esclavitud en Brasil y el poder continuo de la oligarquía después de la abolición en 1888”, habían producido “el efecto de desvalorizar el trabajo manual” (p. 40). Con las reformas laborales de Vargas y la creación de la *carteira assinada*, “los trabajadores lograron acceder a derechos en función de su trabajo”, pero, al mismo tiempo, “quienes no estaban empleados en profesiones legalmente reguladas fueron excluidos de este nuevo status de ciudadanía” (p. 40). De esta manera, señala Millar (2014), “al exaltar al ‘trabajador’ como ciudadano modelo”, quedó establecida la dicotomía “trabajador/ criminal” que sigue operando en “el orden moral de la sociedad brasilera” (p. 41). Dicotomía que más recientemente se ha complejizado, en un contexto en el que “el simbolismo de ‘trabajador’ ha adquirido un significado adicional en el contexto del narcotráfico, la violencia y el miedo al crimen entre las clases medias y altas en las principales ciudades de Brasil.” (p. 41). Esto es, en vez de asociar a los habitantes de las favelas con “los pobres de la clase trabajadora, las élites perciben cada vez más a los residentes de las favelas como marginales, una palabra que ahora significa criminales y narcotraficantes en lugar de los más pobres de los pobres (PERELMAN 2010, p. 157; ROTH-GORDON 2009, p. 58)” (p. 41). En este sentido, se comprende la categorización difundida en el sentido común brasileño que opone “*trabalhadores*” y “*bandidos*” (ZALUAR, 1994; FELTRAN, 2007, 2010). Según Gabriel de Santis Feltran (2007), en las esferas social y pública, esta “*categorização bipolar entre ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’*”, plástica y variable según el contexto en el que se formula, “define nada menos que o acesso ao ‘direito a ter direitos’ (ARENDRT 2000, p. 330), elemento central na conformação do mundo público” (FELTRAN, 2007, p. 26). “Esta nomeação define, então, quem pode e quem não pode estabelecer-se como sujeito nos espaços públicos, e quem são os adversários a serem reprimidos.” (FELTRAN, 2007, p. 26).

Entonces, de aquel contexto brasileño de la Presidencia de Vargas de derechos sociales y protección estatal hacia los trabajadores formalmente empleados, el empleo formal y estable devino en “un valor social dominante” (MILLAR, 2014, p. 34). Así, la adquisición de un trabajo formal conlleva “el status de un *trabalhador* respetado, un trabajador” (p. 34). De la mano de esta valorización del trabajo formal y de la consecuente bipolarización señalada más arriba, otras actividades quedaron fuertemente estigmatizadas. Tal es el caso de catadores de Río de Janeiro que, siguiendo las investigaciones de Millar (2014), quienes ejercen esa actividad cargan con el estigma de ser “una actividad asociada en el imaginario social más amplio con el crimen, la drogadicción, el alcoholismo y la mendicidad: un estigma que puede acarrear consecuencias violentas” (MILLAR, 2014, p. 42). En esta línea, dicen Mota y Freire (2011) en relación a las representaciones de status de los individuos que circulan en el sistema social (y también legal)

brasileño, la “atribuição de categorias sociais representadas como moralmente inferiores no espaço público determina, em grande medida, o reconhecimento ou não dos direitos dos indivíduos portadores dessas identidades deterioradas, sendo estes destituídos de dignidade” (MOTA y FREIRE, 2011, p. 143).

Ahora bien, en el caso de quienes se dedican a la actividad de venta ambulante, dice Daniel Hirata (2014), históricamente los vendedores ambulantes “no eran percibidos como trabajadores, sino más bien como un segmento de la población que combinaba merodeadores, desempleados y aquellos que luchaban por sobrevivir.” (HIRATA, 2014, p. 98). De aquí que, “la principal forma de interfaz entre ellos y el gobierno se construyó mediante políticas e instrumentos para el mantenimiento del orden público” (p. 98). El autor señala que si bien en las dos primeras décadas del siglo actual, se han producido transformaciones en las formas de tratamiento de los vendedores las cuales implicaron “nuevas regulaciones (que) apuntan a su integración urbana y económica como emprendedores con acceso a facilidades de crédito.” (p. 103), dichas acciones solamente afectaron a cierto sector, particularmente a las asociaciones de vendedores de los *camelódromos*, provocando a la vez una profundización de las políticas de orden público destinadas hacia aquellos que siguieron ejerciendo la venta en la calle y no dejaron de ser “vistos como delincuentes” (p. 103).

Considerando las representaciones de status de los individuos presentes en el imaginario social brasileño, se comprende el hecho de que ser *camelô* en las calles y sin autorización para hacerlo, sea vivido con cierta resignación; resignación al no poder liberarse de lo que es percibido como un estigma, según mis interlocutores. En el caso de los *camelôs*, la realización de su actividad parecía concebirse más como una “necesidad” para la supervivencia en tanto su condición de “desempleados” que como un “trabajo”. Es que, para mis interlocutores, “trabajar” implicaría contar con un empleo con *carteira assinada*, lo cual da cuenta de una valorización del trabajo formal en contraposición a su actividad como *camelôs*. De aquí expresiones como la de Jorge, vendedor en la calle con nueve años de antigüedad, que al preguntarle si no aspiraba a conseguir una licencia para tener una barraca habilitada, me contestó que no, que para él era “la misma cosa”. Su idea, era más bien, si en un futuro lo lograba, abrir una tienda para poder “dejar de ser *camelô*”.

Teniendo en cuenta las valoraciones de los *camelôs* sobre su actividad, es posible entender la mayor resignación que encontré entre los mismos frente a las formas de tratamiento que recibían por parte de los guardias e incluso la tolerancia ante determinadas prácticas violentas, como señalé en el apartado anterior. Es que, a diferencia de los vendedores porteños que perciben su actividad como un “trabajo” y desde allí defienden su “derecho a trabajar”, pareciera

que entre mis interlocutores *camelôs*, primaba una cierta resignación (PIRES, 2010, p. 387) a “ubicarse en su lugar”, en términos de Roberto DaMatta (1997), es decir, una mayor incorporación de la relación de desigualdad en la que se encuentran y de la violencia que conlleva, por sobre la demanda de derechos.

CONSIDERACIONES ABIERTAS

En este escrito intenté dar cuenta de algunas reflexiones que me suscitaron los contrastes que fui encontrando entre los vendedores callejeros de uno y otro lugar, en la medida que desenvolvía mi trabajo de campo entre los *camelôs* de Estação Central. Así, esta experiencia me permitió repensar aspectos que hacían a los valores y a las obligaciones morales que se ponían en juego en las dinámicas de interacción establecidas entre los vendedores y los agentes de control de ambos espacios. Asimismo, a partir de las reacciones y las expresiones que encontré entre los *camelôs*, reflexioné acerca de la legitimidad/ilegitimidad de las prácticas de los agentes estatales desde las perspectivas de los vendedores y, en relación con eso, acerca de las identificaciones de los vendedores sobre su actividad y las percepciones sobre sus derechos en vinculación con los imaginarios sociales en los que se hallan inmersos. Lejos de pretender realizar reflexiones acabadas, en este artículo atiné a postular que, en el caso porteño, los vendedores reclaman sus derechos partiendo de la identificación de su actividad como un “trabajo”, en tanto forma digna y legítima de integración social. Mientras que, en el caso de los *camelôs*, las valoraciones que hacen sobre su actividad dan cuenta de su representación como una necesidad de supervivencia, la cual es percibida además como una actividad estigmatizada y, en consecuencia, quienes la realizan, como sujetos sin “derecho a tener derechos”. Así se explica la presencia de una mayor sumisión o resignación ante prácticas de control y represión que entre los vendedores porteños no son toleradas.

Ahora bien, mi intención con este trabajo no es atribuirles una identidad homogénea ni a los vendedores porteños, ni a los *camelôs* de Río de Janeiro. Considero más bien que los sentidos atribuidos a la actividad de venta callejera dependen de las perspectivas y de las situaciones en que las clasificaciones son formuladas (FELTRAN, 2010), así como de las temporalidades de los procesos sociales (PERELMAN, 2017). Con esto quiero remarcar que las interpretaciones sobre los *camelôs* que postulé en este trabajo refieren particularmente a mis indagaciones etnográficas con mis interlocutores de Estação Central. Por lo mismo, no quisiera sostener que

no existan reacciones, organización o demanda de derechos entre los *camelôs* de Río de Janeiro, de hecho son varias las experiencias de organizaciones de *camelôs* en la ciudad que establecen luchas por sus derechos. Asimismo, tampoco sería adecuado postular que todos los vendedores porteños entienden su actividad como un “trabajo”. A lo sumo, podría decir que las reflexiones hechas en este artículo y las comparaciones que aborda, se limitan a dos grupos de vendedores de una y otra ciudad, que comparten ciertas características en común; se trata de vendedores que ejercen su actividad en la calle y que no cuentan con autorización para hacerlo.

En definitiva, lejos de buscar hacer grandes generalizaciones, el objetivo fue aquí menos pretencioso. A través de la comparación por contraste, busqué contribuir al entendimiento de las “complejidades y heterogeneidades en el mundo popular y en relación al trabajo” (PERELMAN, 2017, p. 85), lo cual implica necesariamente alejarse de una única concepción abstracta de lo que la actividad significa para los sujetos para, entonces, adentrarse a la manera en la que los sujetos viven (PERELMAN, 2011, p.72).

REFERENCIAS

1. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 81-93, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a09v1850.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.
2. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Honra, dignidade e reciprocidade. *In*: MARTINS, P. H.; NUNES B. (Org.). **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasil: Paralelo 15, 2004a.
3. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Direitos, insulto e cidadania: existe violência sem agressão moral? **Série Antropologia**, Brasília, n. 371, 2005. Disponível em: <http://dan.unb.br/dan-producaocientifica/serieantropologia>. Acesso em: 20 dez. 2018.
4. DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. *In*: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Río de Janeiro, Brasil: Rocco, 1997.
5. FASSIN, Didier. On Resentment and Ressentiment: The Politics and Ethics of Moral Emotions. **Current Anthropology**, Chicago, 54, n.3, p. 249-267, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/670390>. Acesso em: 02 fev. 2019.

6. FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37711>. Acesso em: 20 dez. 2018.
7. FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas**, v. 15, n. 30, p 11- 50, 2007. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13649>. Acesso em: 20 dez. 2018.
8. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés. “En defensa de la fuente de trabajo”: demandas y prácticas de movilización en una empresa recuperada de Buenos Aires. **Avá, Revista de Antropología**, Posadas, n. 11, p. 63-85, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1690/169014141003.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
9. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés. Más allá de la precariedad: prácticas colectivas y subjetividades políticas desde la economía popular argentina. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 62, p. 21-38, 2018. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/3243>. Acesso em: 15 jan. 2019.
10. HIRATA, Daniel. Street commerce as a ‘problem’ in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília v. 11, n. 1, p. 96-117, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412014000100004. Acesso em: 15 jan. 2019.
11. MILLAR, Kathleen M. The precarious present: Wageless labor and disrupted life in Rio de Janeiro, Brazil. **Cultural Anthropology**, Virgínia, v. 29, n. 1, p. 32-53, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261107398_The_Precarious_Present_Wageless_Labor_and_Disrupted_Life_in_Rio_De_Janeiro_Brazil. Acesso em: 02 fev. 2019.
12. MOTA, Fabio Reis; FREIRE, Leticia de Luna. O direito de ter ou não direitos: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 127, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6563/1/O%20direito%20de%20ter%20ou%20n%C3%A3o%20direitos%20-%20Fabio%20Mota.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.
13. PACECCA, María Inés; CANELO, Brenda; BELCIC, Sofia. Culpar a los negros y a los pobres. Los “manteros” senegaleses ante los allanamientos en el barrio de Once. *In*: PITA, María Victoria; PACECCA, María Inés (Ed.). **Territorios de control policial**.

- Gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Editorial de la FFyL-UBA, 2017.
14. PERELMAN, Mariano Daniel. La construcción de la idea de trabajo digno en los cirujas de la ciudad de Buenos Aires. **Intersecciones en Antropología**, Buenos Aires, n. 12, p. 69-81, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1795/179522601006.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.
 15. PERELMAN, Mariano Daniel. Trabajar, pedir, vender. El caso de los vendedores ambulantes en trenes de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 18, n. 2, p. 231-250, 2013. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/27463>. Acesso em: 15 dez. 2018.
 16. PITA, María Victoria. Poder de policía y administración de grupos sociales. El caso de los vendedores ambulantes senegaleses en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. *In*: PITA, María Victoria; PACECCA, María Inés (Ed.). **Territorios de control policial. Gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Editorial de la FFyL-UBA, 2017.
 17. PITA, María Victoria; PACECCA, María Inés (Eds.), **Territorios de control policial. Gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Editorial de la FFyL-UBA, 2017.
 18. PIRES, Lenin. **Arreglar não é pedir arrego**. Uma etnografia de processo de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
 19. PIRES, Lenin. Esculhamba, mas não esculacha. Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
 20. RIBEIRO, Gustavo Lins. Descotidianizar. Extrañamiento y conciencia práctica. Un ensayo sobre la perspectiva antropológica. **Cuadernos de antropología social**, Buenos Aires, n. 3, p. 65- 69, 1989. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4852>. Acesso em: 02 fev. 2019.

21. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. Brasil: Brasilense, 1985.

Sofía Belcic

Profesora en Ciencias Antropológicas en la Universidad de Buenos Aires. Becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas con sede de trabajo en la Sección de Antropología Social del Instituto en Ciencias Antropológicas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8813-0640>. E-mail: sofiabelcic@yahoo.com.ar.

Mulheres Indígenas, Ensino Superior e Colonialidade de Gênero

Indigenous Women, Higher Education and Gender Coloniality

Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra

Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Victoria Miranda da Gama

Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

RESUMO

A partir das narrativas de mulheres indígenas no ensino superior, refletimos sobre as suas vivências de múltipla discriminação: pela sua etnia, por serem mulheres, jovens e carentes. Objetivamos salientar as especificidades dos empecilhos enfrentados por essas mulheres para efetivar o direito à educação. A análise toma como referencial as políticas de cotas, a colonialidade de gênero, o racismo institucional e os feminismos. Optamos por uma abordagem mista para a coleta dos dados analisados, que se apoiou na realização de entrevistas, na análise documental e na observação participante. Destacamos a riqueza analítica do pensamento das mulheres indígenas brasileiras, sobretudo, no tocante aos desdobramentos do patriarcado e do racismo institucional enquanto barreiras estruturais à garantia efetiva de direitos.

Palavras-chave: Feminismos, Direito à educação, Etnicidade.

ABSTRACT

From the narratives of indigenous women in higher education we reflect on their experiences of multiple discrimination, their ethnicity, being women, young and needy. We aim to highlight the specificities of the obstacles faced by these women to realize the right to education. The analysis takes as reference the quotas policies, the gender coloniality, institutional racism and feminisms. We opted for a mixed approach to collect the analyzed data, which was based on interviews, documentary analysis and participant observation. We highlight the analytical richness of Brazilian indigenous women's thinking, especially regarding the unfolding of patriarchy and institutional racism as structural barriers to the effective guarantee of rights.

Keywords: Feminisms, Right to education, Ethnicity.

Recebido em 05 de maio de 2020.
Avaliador A: 14 de maio de 2020.
Avaliador B: 17 de junho de 2020.
Aceito em 03 de setembro de 2020.



INTRODUÇÃO

Neste trabalho, privilegiamos as narrativas femininas indígenas sobre suas trajetórias no ensino superior, especificamente na Universidade de Brasília (UnB). Buscamos elucidar esse pensamento feminino indígena conferindo-lhe centralidade aos depoimentos de Dirlene Monteiro da etnia Tikun, Samantha Ro'otsitsina de Carvalho Juruna do povo Xavante, Núbia Batista da Silva do povo Tupinambá, Suliete Gervásio e Rayanne França do povo Baré, Geraci Aicuna Mendes e Lindalva Félix Zagur do povo Ticuna. Em 2017, quando realizamos a pesquisa, as interlocutoras indígenas cursavam graduação em biologia, engenharia florestal, nutrição, medicina e duas realizavam mestrado em desenvolvimento sustentável e linguística, respectivamente.

As narrativas analisadas foram obtidas em três espaços de debate acadêmico realizados na UnB: i) mesa intitulada “Mulheres indígenas. Desafio de empoderamento econômico e social” ; ii) *minga* do Laboratório de “Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo” (Laepi) intitulada “Mulheres Ticuna: gênero e política na Amazônia” e iii) realização de entrevistas abertas. Também analisamos os conteúdos produzidos por mulheres indígenas e divulgados em plataformas de acesso livre: Eliane Lima dos Santos do povo Potiguara; Sônia Bone do povo Guajajara; Célia Nunes Correa do povo Xacriabá; Brulina Aurora do povo Baniwa; Francinara Soares do povo Baré; Samantha Juruna e Rayanne França. A partir da flexibilidade expressa nessas narrativas, propomos refletir sobre o pensamento feminino indígena no Brasil.

Os povos indígenas brasileiros têm reivindicado o acesso ao ensino superior cientes de que, segundo Mora (2017), as desigualdades étnico-raciais predominam nessas instituições no continente americano. Como desdobramento da histórica exclusão operada mediante os sistemas educativos, os povos indígenas se encontram entre os segmentos sociais com menores índices de escolaridade. Nos termos de Luciano (2011), liderança indígena do povo Baniwa e doutor em antropologia, a conquista do diploma universitário representa para esses povos um instrumento de luta, acima de tudo. Na prática, o direito à educação constitui um meio para a apropriação linguística e, de modo amplo, para conhecer as formas de interlocução da sociedade englobante.

Nessa trilha, questionamos sobre as especificidades da luta indígena pelo direito à educação. Pascoal (2017), a partir da experiência histórica de resistência do povo Krenak, alertou para os diferentes significados da expressão luta indígena. Para ele, essa categoria reflete a consciência histórica das novas gerações e a centralidade dos conhecimentos tradicionais e da ressurgência cultural. Tratar-se-ia de movimentos e dinâmicas sociais para garantir a existência

coletiva desses povos. Nesse sentido, a categoria luta indígena se refere, principalmente, aos processos internos desses povos.

Alertando para o caráter externo dessas lutas, Ruano e Souza (2017, p. 112) afirmam que o acesso ao ensino superior constitui uma estratégia fundamental. Nas trajetórias de mulheres Ticuna, “a formação acadêmica e a trajetória profissional nos moldes ocidentais constituem diferenciais para legitimar a sua inserção na esfera pública, além de qualificar seu lugar de chefia”. Ou seja, os percursos femininos indígenas indicam processos de mudança, apesar dos entraves ao exercício dos direitos das mulheres no âmbito do Estado nacional.

Nesse contexto, questionamos se as narrativas em questão retratam a natureza dos empecilhos enfrentados por mulheres e homens indígenas para acessar e permanecer no ensino superior. Não buscamos hierarquizar, mas apontar com Aura Cumes (2012), pesquisadora Maya-Kaqchikel Guatemalteca, as especificidades dos entraves enfrentados pelas mulheres indígenas e elucidar sobre os desdobramentos do patriarcado no âmbito etnopolítico. Almejamos que, ao repousar o olhar analítico nas narrativas sobre o acesso das mulheres indígenas à universidade, possamos oferecer uma chave diferenciada de compreensão sobre a emancipação feminina.

Tais questionamentos se escoram no debate acadêmico sobre a colonialidade do gênero e suas múltiplas discriminações. Pautado por Maria Lugones (2014), este debate conceitual se refere à intersecção de gênero/classe/raça/sexualidade como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Essa perspectiva permite-nos compreender sujeitos históricos, oprimidos mediante exercícios de poder concretos, tais como opressões de gênero intrincadas e explicitadas no “corpo a corpo” das práticas legalistas de racialização em nosso continente (GARGALLO, 2014).

Julieta Paredes (2017), feminista comunitária da Assembleia de Mulheres da Bolívia, defende que o empobrecimento feminino é mais dramático que o masculino, pois as mulheres sofrem perdas causadas pelo colonialismo, patriarcado e racismo. Reconhecer essas injustiças implica em questionar os marcadores dessa subordinação, por serem indígenas e mulheres. Segundo Mora (2017), a tímida presença feminina no ensino superior indica que as desigualdades de gênero também são históricas nessas instituições.

Embora os dados das últimas décadas indiquem crescimento importante, ainda é insuficiente quando ponderado historicamente. Na década de 1970, a porcentagem de mulheres nas universidades brasileiras era de 25%, ampliando-se, no ano 2000, para 53% (GUEDES, 2008). Esse aumento pode ser compreendido como reflexo da ação institucionalizada, cujo surgimento pode ser associado ao impacto político dos movimentos e das agendas feministas. Nesse sentido, este artigo visa explicar os percursos de mulheres indígenas na UnB em diálogo com as

políticas de ação afirmativa e a perspectiva de gênero. Nessas narrativas, o acesso à universidade é percebido como forma de emancipação que incide na constituição e ação dos movimentos indígenas no Brasil. Em tela, o deslocamento das mulheres indígenas das esferas domésticas para os espaços públicos de atuação política, até então majoritariamente masculino. Trata-se, portanto, de refletir sobre um fenômeno bastante atual e que, apenas recentemente, vem sendo objeto de reflexão nas ciências sociais brasileiras.

INDÍGENAS PELO DIREITO AO ENSINO SUPERIOR NA UNB

O ingresso nas universidades públicas brasileiras é regulado por regras próprias em cada estado da Federação, sendo o vestibular o mecanismo de seleção prioritário. Conforme Barros (2014, p. 157), esse instrumento de escolha dos candidatos às vagas no ensino superior “dissimula o conjunto de fatores que são determinantes para a aprovação”. Inspirado na “lógica individualista e competitiva” colocam o sucesso do candidato no processo de admissão “quase exclusivamente como uma responsabilidade individual”. Porém, dadas as significativas distâncias sociais, culturais e econômicas, os candidatos competem em condições assimétricas. Isto é, ingressará ao ensino superior quem teve acesso diferenciado à mecanismos de preparação para o vestibular.

Até 2006, a UnB contava com três processos de seleção: o sistema universal (vestibular); o Programa de Avaliação Seriada (PAS), instituído em 1996, e o sistema de cotas que reserva 20% das vagas para estudantes que se autodeclarem negros, vigente a partir do segundo vestibular de 2004 (WELLER, 2007). De acordo com Belchior (2006, p. 47), o sistema de cotas para estudantes negros se insere na luta e combate ao racismo. Segundo Weller (2007), como resposta à repercussão de uma denúncia de racismo, no Departamento de Antropologia (DAN), a UnB se tornou a primeira universidade federal a implementar o dispositivo.

Em 2004, o convênio celebrado entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a UnB, previu a inclusão de aproximadamente 200 estudantes indígenas, em diferentes áreas do conhecimento, no período de 10 anos. A iniciativa, pioneira no âmbito de uma universidade federal, desvendou vários desafios e evidenciou a urgente necessidade de uma política nacional coesa e bem estruturada (SOUSA, 2009). Cabe destacar que essa determinação não deve ser tomada como ponto de partida da inserção dos indígenas nessa instituição. Conforme Oliveira, Ruano e Sílvia (2017), a trajetória dessa presença é quase tão antiga quanto a própria UnB, fundada no ano de 1962.

Contudo, as narrativas dos indígenas revelam entraves significativos para a sua permanência na UnB, como se confirma a seguir:

[...] Em muitos casos, as políticas afirmativas não vão além da garantia de mero acesso, caindo no tipo de política “para inglês ver” que, com fins estatísticos, pretende vender uma imagem de inclusão e de tolerância. Os índices numéricos sobre a presença indígena nas universidades dizem pouco sobre o que efetivamente está acontecendo nas salas de aula e nos corredores universitários e dizem menos ainda sobre as condições necessárias para contornar a invisibilidade relegada aos povos indígenas desde os primórdios do processo colonial (CRUZ, 2016, p. 10).

A abertura de vagas para indígenas enquadra-se em uma retórica delimitada ao acesso, importante, porém, insuficiente quando o desafio maior está em garantir a permanência em condições dignas (CRUZ, 2016). Trata-se de criar condições para compreendermos as especificidades da busca pela emancipação da sujeição, exploração e subalternidade no ambiente universitário. É imperioso revisar cursos, repensar espaços de discussão e incrementar currículos. Demonstra-se, ainda, fundamental a abertura epistêmica, desfazendo paradigmas monolíticos e fechados para outras formas de conhecimento. Menendez (2014) reforça essa perspectiva, afirmando que o saber euro e estadunidense-centrado é dominante e relega aos saberes indígenas um lugar hierarquicamente inferior.

Nos debates pela aprovação da chamada Lei das Cotas, os povos indígenas deixaram claro que o acesso democrático deveria levar em consideração aspectos específicos e diferenciados de seus contextos culturais, políticos e demográficos, assim como seus processos próprios de educação (MENENDEZ, 2014). A aprovação, em agosto de 2012, da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, representou apenas “uma gota d’água no oceano da dívida social”. Contudo, reavivou a discussão sobre os desafios para o Ensino Superior no século XXI (CONSELHEIRO, 2006, p. 97). Representou também um avanço para a inclusão social dos indígenas (LUCIANO, 2011), dada a obrigatoriedade da reserva de vagas, atendendo a indicadores de discriminação positiva, como cor, etnia e renda.

A presença indígena na UnB, porém, tem sido marcada por avanços e descontinuidades institucionais, atrelados à sensibilidade e vontade política da reitoria de turno, eleita para períodos de quatro anos. A partir da década de 2000, período em que vigorou o convênio institucional já referido, entre a UnB e a Funai, houve vestibular indígena. No entanto, com o início da gestão universitária do reitor Ivan Marques, 2012-2016, e a finalização do convênio, tal coordenação se tornou tristemente célebre pela suspensão deste vestibular específico.

A representação indígena afirma ter requerido formalmente pela continuidade do vesti-

bular indígena, sem sucesso.

Quando nós temos algo para pedir, a gente faz um documento através da associação e protocola lá na reitora [...]. Na gestão anterior [Ivan Marques de Toledo Camargo], a gente estava lá, pressionando, mas não deram atenção para nós. Acho que jogavam nossas reivindicações na gaveta (Dirlene Monteiro, Brasília, 26 abr. 2017).

A interrupção do vestibular específico remete ao debate sobre racismo institucional, muitas vezes velado, na gestão e definição desse processo de seleção. Tal compreensão parece confirmar-se no fato da sua reabertura em 2016, com o início da gestão da reitora Márcia Abrahão (2016-2020).

Com a nova gestão [Márcia Abrahão], a gente continuou a buscar de novo o vestibular [específico]. Parece que agora andou um pouco [...]. Vai sair o vestibular neste ano, em novembro [2017]. São esperados no mínimo 38 e no máximo 40 alunos indígenas novos. [...] Ano que vem, vão entrar mais estudantes indígenas. Serão duas entradas [dois vestibulares por ano]. O outro vai ser em 2018 (Dirlene Monteiro, Brasília, 26 abr. 2017).

O vestibular específico anunciou, para o 1º e 2º semestre de 2018, 72 vagas em 13 programas: Administração, Ciência Política, Ciências Sociais, Comunicação Organizacional, Enfermagem, Engenharia Florestal, Fisioterapia, Gestão Ambiental, Jornalismo, Medicina, Nutrição, Psicologia, Saúde Coletiva, Serviço Social, Direito, Gestão do Agronegócio e Licenciatura em Ciências Naturais, os três últimos em horários diurno e noturno.

Os indígenas receiam que esses avanços pontuais coloquem em risco o dinamismo da sua mobilização por demandas mais amplas e por mudanças de longo prazo. “Quando a gente consegue alguma coisa, geralmente dá uma estabilizada, fica acomodado. Não pode, porque se fica acomodado, as coisas desandam”, nas palavras de Suliete Gervásio. (Brasília, 26 abr. 2017). Embora a reabertura do vestibular específico indique um contexto institucional favorável, também revela seu caráter provisório, evidente na negativa de alguns cursos - biologia e odontologia - em ofertar vagas para candidatos indígenas.

A representante discente defende a importância da sua “luta para que a universidade tenha políticas específicas para indígenas” (Suliete Gervásio, Maloca UnB, 26 abr. 2017). A institucionalização dessas políticas, na compreensão dos estudantes indígenas, permitiria contornar os entraves e as discontinuidades institucionais. Pondera-se que a burocratização disfarça preconceitos, tornando-se um obstáculo eficaz para barrar seu ingresso. As justificativas dos gestores das unidades acadêmicas, que negam a abertura de vagas para os indígenas, por vezes,

naturalizam e ocultam desigualdades estruturais no acesso ao ensino superior no Brasil.

Como já colocado, ditas desigualdades apresentam marcadores de gênero, etnia e racialidade. Nessa trilha, a justaposição dessas dimensões ganha maior complexidade nas trajetórias das mulheres indígenas que almejam ingressar ao ensino superior. Não se trata apenas de superar os obstáculos já referidos nessas instituições, antes disso elas precisam desvencilhar entraves ao interior de suas famílias e de seus povos. A seguir, buscamos compreender essas dinâmicas, mediante a aproximação que nos permitem as referidas narrativas.

“EU VOU ESTUDAR!”: MULHERES INDÍGENAS DESAFIANDO O PATRIARCADO

Neste item, enfatizamos nas narrativas femininas e nos movimentos de mulheres indígenas, a centralidade do direito à educação. Inferimos tratar-se de uma estratégia eficaz de tensionamento do poder masculino e, simultaneamente, de promoção do envolvimento feminino na política, no âmbito público. O que levou à subordinação feminina, quando em diversos mitos amazônicos, a mulher é referenciada como protagonista da criação e transformação do universo? Tal indagação é demarcada na mitologia indígena do povo Sateré-Mawé, onde as mulheres são referidas como protagonistas na criação do universo, em contraposição à condição feminina subordinada nas relações contemporâneas. Essa compreensão ganhou seus contornos em 2018, durante o Acampamento Terra Livre, quando as mulheres indígenas reivindicaram a inclusão da pauta feminina na agenda das futuras edições do ATL.

Até o início dos anos 2000, a liderança dos movimentos indígenas no Brasil se caracterizou pela conformação notadamente masculina. Todavia, as mulheres indígenas não ficaram à margem nas relações etnopolíticas, seja com outras etnias ou com não indígenas. Mesmo que historicamente não frequentassem espaços públicos e de fato sua participação fosse limitada, não se afastaram das lutas dos seus povos. Libalva Félix Zagur, indígena Ticuna, lembrou que participa do movimento indígena desde os três anos de idade. Gostava de escutar e observar as reuniões, mesmo que a sua presença não fosse aceita formalmente. “Naquele tempo só os homens que representavam. [...] eu nunca fui aceita nas organizações. Só gostava de participar para ouvir o que era que os caciques tratavam. [...] Isso para mim desenvolveu muito [...]” (Brasília, 22 set. 2017).

Nesse sentido, revelou que somente o fato de acompanhar as discussões, acrescentou aprendizados:

[...] depois eu fui vendo. [...] Eu pensei em criar uma organização das mulheres indígenas. [Naquele tempo me imaginei] como presidente, como liderança de alguma organização de mulheres. Que seja um dia, quem sabe, chegar ali também para ajudar essas mulheres, para poder compartilhar alguma coisa.

Gabriela Pinheiro do povo Kariri-Xocó, estudante de antropologia na Universidade de Brasília, nos brinda com o seguinte enunciado em que destaca a importância ancestral das mulheres e a influência feminina nas iniciativas atuais promovidas pelas mulheres indígenas:

Somos uma geração privilegiada porque tivemos mulheres para nos inspirar e espelhar. Se não fosse a atuação delas tocando tudo isso [...]. Não estaríamos como estamos nos posicionando, aplicando o conhecimento de nossas avós. Afirmando o compromisso que temos com o coletivo. Não queremos fazer nada separado [...]. Esse exemplo me faz acreditar em um futuro mais tranquilo para as mulheres indígenas. (Gabriela Pinheiro, Brasília, 15 abr. 2019)

Do mesmo modo, Eliane dos Santos, do povo Potiguara, mediante sua escrita, promove o universo feminino e os saberes imemoriais promovidos pelas mulheres indígenas para denunciar a colonização e a expropriação. No poema “Segredo das Mulheres”, dedicado à Severina, sua tia e anciã guerreira, exalta o prestígio e a influência das mulheres enquanto pilares fundamentais da sabedoria ancestral. No livro “Metade cara, metade máscara” (Santos, 2004), demarca sua militância em defesa das etnias brasileiras e destaca as contribuições de outras mulheres indígenas. Segundo Peres (2017, p. 130), a obra de Eliane Santos confirma “a mulher como sujeito histórico, capaz de falar, capaz de autobiografar-se como sujeito, protagonista e referência”.

Os embates para tornar-se liderança indígena são múltiplos. Nesse contexto, as ações políticas lideradas por mulheres eram raridade e nem sempre alcançavam visibilidade.

[...] antigamente tinha a esposa do Seu Pedro Inácio. A dona Gracila, depois que ela morreu enfraqueceu o movimento feminino. Eu acho que foi mais por falta de incentivo. [...] Se você esperar não vai ter apoio. As mulheres têm que se unir mesmo, e seguir adiante (Geraci Mendes, Brasília, 22 set. 2017).

Francinara Soares, conhecida como Nara Baré, do povo Baré, relatou que as lutas para consolidar a participação feminina na cena pública “vem de geração em geração. Passando de avó para mãe e de mãe para filha e agora das filhas para os netos”, isso porque Rosa, sua tia-avó, foi a primeira mulher eleita vereadora em São Gabriel da Cachoeira (Amazônia Real, 2017). Nara Baré se desempenhou inicialmente como tesoureira da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), maior organização indígena do Brasil, fundada há 28

anos. Posteriormente, foi a primeira mulher eleita para assumir a coordenação geral da Coiab, no período 2017-2021.

Nara Baré cursou administração na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), onde ingressou no Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam). Segundo afirmou, “nós mulheres indígenas nunca tivemos a voz realmente. Nós tínhamos porta-vozes, que eram nossos irmãos, nossos pais, nossos maridos” (Amazônia Real, 22 set. 2017). A análise das narrativas sobre suas trajetórias permite compreender a complexidade das dinâmicas que permitiram a conquista da voz e dos espaços às mulheres indígenas do Brasil.

Nos primeiros momentos, agruparam-se em associações específicas ou de gerenciamento feminino (associações de artesãs em São Gabriel da Cachoeira), organizadas por interesses políticos e econômicos. Por meio dessas associações, lidavam com problemas comuns aos homens (demandas por terra, geração de renda, educação, saúde etc.), mas a partir da perspectiva indígena feminina. Somente anos depois, as mulheres indígenas formularam demandas específicas ao gênero feminino, como cuidados com a saúde reprodutiva e criação dos/as filhos/as, combate à violência contra mulheres (em decorrência do alcoolismo), reivindicação por maior participação feminina nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maior oportunidade de capacitação das mulheres indígenas, entre outras demandas (MATOS, 2012 p. 148).

A prioridade das pautas associadas à saúde reprodutiva e cuidados da prole, além de maior oportunidade de capacitação, revelam a preponderância do âmbito doméstico na ação feminina indígena. Samantha Ro’otsitsina Juruna, da etnia Xavante, em entrevista fornecida durante o 15º Acampamento Terra Livre (ATL), afirmou que “tem povos onde as mulheres casam cedo, com 15 ou 16 anos. E nem todas permanecem na escola depois de se casarem. Não que seja proibido estudar, mas porque elas não conseguem conciliar o estudo com a casa e a família” (ROSSI, 2019, n. p.).

Conforme Ruano e Sousa (2017), a liderança feminina no âmbito dos indígenas do Brasil, se ancorou em reivindicações nas áreas de educação, saúde, segurança alimentar, benefícios sociais, moradia e “políticas femininas”, no de programas governamentais voltados para esses povos. A partir desse contexto, setorialmente demarcado, construíram-se espaços de participação feminina. Sônia Bone, conhecida como Sônia Guajajara, primeira indígena brasileira a formar uma candidatura presidencial em 2018, relembrou este momento, assim:

Foi nesse período [início da década de 2000] que eu comecei a participar muito da luta das mulheres. Foi quando eu conheci a Valéria Kaxiuna, a Rosemary Arapaço, a Michelina Tukano. Elas todas eram muito focadas na questão da luta das mulheres. Eu me aproximei delas e rapidamente já estava muito envolvida, organizando encontros de mulheres. Eu acabei ficando mais

um mandato na [coordenação das organizações e articulações dos povos indígenas do Maranhão] COAPIMA, até 2009, e aí durante esse segundo mandato eu me aproximei muito de todas as lutas, das mulheres, das questões ambientais, das questões políticas (COHN; KADIWEL, 2018, p. 16).

A demarcação de espaços femininos é colocada por Libalva Zagur como forma de subverter a estrutura hierarquizada e masculina: “a gente tinha um projeto com mulheres. Eu, minha irmã e minha tia criamos esse projeto. Trabalhávamos com mães solteiras”, porém, “os homens da aldeia, não aceitavam por sermos mulheres”. O depoimento se refere à idealização de um projeto de artesanato que, finalmente, permitiu-lhe legitimidade como líder, “o cacique pediu para voltar à aldeia. Ele disse assim: Libalva, eu quero que você fique como representante. Já que você estudou um pouco, quero que você forme uma organização” (Brasília, 22 set. 2017). Essa aprovação tardia, pela liderança masculina, da importância da iniciativa feminina, confirma o tensionamento das relações de gênero, no sentido de ampliar o horizonte compreensivo desses povos.

Diziam: a mulher não pode sair, a mulher tem que estar em casa. A mulher tem que estar cuidando de filho, a mulher tem que fazer comida para o homem. O homem tem que sair para resolver alguma coisa. É por isso que as mulheres Ticuna preservam. Só que eu vejo assim: não é por aí. [...] depois eu fui vendo outras mulheres participando, representando organizações de mulheres. Quando eu completei vinte e dois anos saí da minha aldeia (Libalva Zagur, Brasília, 22 set. 2017).

Nesses enunciados, a centralidade masculina na posição de líderes e responsáveis pela condução dos movimentos indígenas, incidia no lugar periférico das mulheres. Ainda assim, a oportunidade de circular nessas plenárias e vivenciar experiências coletivas permitiram ampliar e aprofundar suas perspectivas políticas e sociais, o que ensejou a motivação e o ativismo feminino. Na avaliação do cenário atual, mostra-se otimista porque “hoje em dia tem muitas meninas, muitas, mesmo, que saem da comunidade para estudar. Elas hoje em dia têm mais cabeça [...] quando você as convoca para uma reunião.” (Libalva Zagur, Brasília, 22 set. 2017).

[...] eu enfrentava o meu pai. Ele dizia que mulher era para ficar em casa. Como eu tinha filhas, ele sempre dizia assim: ‘E quem vai cuidar das suas filhas, já que você separou?’ Eu disse: ‘Ué, elas ficam aí na casa da minha irmã. Eu vou trabalhar’. [...] para meu pai foi um desafio grande. Mislene [liderança Ticuna, Coordenadora-Geral da Funai no Alto Solimões] e minha outra irmã, sempre me apoiaram. Diziam: ‘Vai, se é isso que tu queres, vai. Algum dia ele vai ver que é pelo nosso bem’ (Geraci Aicuna Mendes, Brasília, 22 set. 2017).

Apreende-se dessa narrativa que as relações de gênero são pautadas pela hierarquia so-

cial e pela divisão sexual do trabalho. Às mulheres caberiam as tarefas de cuidado das coletividades étnicas tanto no âmbito doméstico (lar ou aldeia) como no espaço público (no caso nas mobilizações fora dos territórios indígenas). Nesse contexto, a procura dessas mulheres por participação política e intercâmbio com outras realidades representa tensionamentos e deslocamentos de poder. Em tal perspectiva, tem-se que as masculinidades demarcam e condicionam as possibilidades políticas e sociais dos povos indígenas. Para Samantha Juruna:

Nós mulheres não somos parte do povo, nós somos o povo [...]. Então, violando uma menina, violando uma mulher, você está violando o povo. Ou seja, qualquer pessoa que faça mal a mim, que machuque fisicamente ou verbalmente a mim, ou a qualquer mulher, ele está fazendo algo contra o meu povo e a minha cultura (ROSSI, 2019, n. p.).

Habitualmente compreendidas como inerentes à natureza masculina e intrinsecamente entroncadas nas relações de poder e de produção, as masculinidades incidem determinando funções sociais a partir do atributo binário, homem/mulher. Conforme José Luís García e Emma Zapata (2008), as masculinidades se sustentam na associação entre poder, autoridade e hierarquia. Nesse sentido, compreendemos a complexidade da subordinação explícita na seguinte narrativa:

Existem muitas comunidades que para ser liderança tem que ser cacique. Tem que ser filho de cacique. [...] Hoje para ser cacique é mediante eleição. Têm pessoas que se mudam da aldeia porque uma mulher assumiu a liderança, porque ganhou a eleição. [...] Parte da comunidade muda, vai procurar outro território porque dizem que não querem ser mandados por mulher (Geraci Mendes, Brasília, 22 set. 2017).

Essa narrativa permite equacionar que a presença feminina indígena na arena pública tensiona a supremacia masculina na liderança. Samantha Juruna, em entrevista concedida ao programa Mulheres da ONU, frisou ditos tensionamentos nas estruturas de poder étnico e sua compreensão sobre as práticas que negam o reconhecimento político às mulheres indígenas:

Soy una mujer joven Xavante. [...] Pero hay temas culturales aún más fuertes. No soy casada y no tengo hijos. Algunos hombres de mi pueblo no comprenden estos factores de una mujer contemporánea. No los culpo. Después de 75 años de contacto con la sociedad no-indígena, no tenemos registro de una mujer Xavante capaz de discutir y apoyar políticamente a los pueblos indígenas en el ejercicio de los derechos indígenas. Esto es una historia política y cultural reciente de mi pueblo.
Actualmente estoy pasando por una fase de aprendizaje colectivo, en el que como una mujer joven Xavante experimento espacios políticos locales,

utilizados hasta ahora solo por los hombres Xavante. Algunos de estos hombres están aprovechando la oportunidad de aprender conmigo las experiencias que he adquirido en el contexto del movimiento indígena nacional. En otros pueblos indígenas en Brasil, las mujeres ya tienen espacios de participación y diversas mujeres ya están contribuyendo a la discusión del movimiento indígena. Pero en el pueblo Xavante, la resistencia cultural al hecho de tener a una mujer en la posición de toma de decisión aún es un desafío para ser superado, tanto por mujeres como por hombres (MI PADRE ME DIJO..., 2014, n. p.).

Essa crítica às justificativas culturais que limitam o exercício político feminino não almeja enfraquecer a representação masculina. Ao contrário, defende-se o compartilhamento da cena política entorno da defesa dos direitos étnicos. Sendo assim, o ensino superior aparece como possibilidade de autonomia, pois amplia as possibilidades de mobilidade e incidência em outras esferas da vida coletiva. A seguinte narrativa sinaliza a busca por emancipação ancorada no direito à educação:

Eu queria estudar. Minha família apoiou meu marido que não me deixava ir estudar. [...]Então eu disse: ‘Você vai embora e eu vou ficar morando com minha mãe’. E minha mãe falou assim: ‘não. Você vai ficar com o seu marido’. E eu: ‘não. Eu vou estudar!’ [...] Eu tinha acabado de separar do pai da minha filha. [...] Ele foi embora, eu fiquei na casa da minha irmã, porque minha mãe não me aceitava (Geraci Aicuna Mendes, Brasília, 22 set. 2017).

De acordo com Francesca Gargallo (2014), as mulheres podem ser incisivas nas práticas de discriminação e vulneração de direitos próprios do patriarcado. A sororidade se coloca como desafio para a superação da supremacia masculina, evidente no controle entre gerações como no trecho acima. A mãe castigará os anseios da filha executando a vontade dos homens da família ou limitará a mobilidade das filhas e noras para privilegiar a liberdade dos homens. Tais fenômenos enfatizam a carente autodeterminação das mulheres entre elas e com relação às suas famílias. É nesse contexto que Julieta Paredes (2017) entende os feminismos enquanto conceito que traduz essas lutas femininas em diálogo com outras para viver uma vida boa.

A partir da narrativa de Geraci Mendes (Brasília, 22 set. 2017), descobrimos uma trajetória emancipadora construída mediante sua inserção no ensino superior. “[...] eu passei no vestibular e minha mãe já estava meio que entendendo [meu anseio por ingressar na universidade]. Depois eu terminei os estudos, fui trabalhar na prefeitura e daí desenvolvemos esse projeto [criação da Associação de Mulheres]”. Essa afirmativa coincide com narrativas de outras mulheres indígenas que destacam a importância da efetivação do direito à educação nas dinâmicas de emancipação feminina. Por isso, afirmar-se enquanto sujeito de direitos é uma demanda feminina que, como no caso de Samantha Juruna, é encorajada por lideranças masculinas.

[...] Quando eu tinha 14 anos eu queria namorar, mas meu pai não deixou. Ele disse que eu deveria estudar, trabalhar, ser independente. Ele disse ‘não quero que você dependa de um homem ou de qualquer pessoa para se vestir, se alimentar. Eu quero a sua independência, pessoal e profissional’ (ROSSI, 2019, n. p.).

Ocupando espaços universitários, políticos, sociais e econômicos, essas mulheres evocam a luta de outras mulheres que a precederam. Deste modo, valorizam e reconhecem a importância dos conhecimentos apropriados, desde suas ancestrais, aos espaços coletivos ainda majoritariamente masculinos. As trajetórias de suas avós e mães, junto às de representantes com importante notoriedade na política interétnica, como Joenia Batista de Carvalho, do povo Wapichana e Sônia Guajajara, contribuem para encorajar os ativismos femininos atuais. Segundo Samantha Juruna, os conhecimentos, portanto, vinculam-se.

Talvez há 100, 500 anos, quando não existia o trabalho assalariado, o estudo fora da aldeia, falar sobre isso seria estranho até. Mas hoje, nós mulheres precisamos ter oportunidades iguais no processo educacional, no conhecimento. Precisamos ter o direito de escolha. Eu tenho 34 anos, não sou casada e não tenho filhos, mas eu tive escolha. Tem meninas que não tem (ROSSI, 2019, n. p.).

O destaque para o direito à educação, especificamente o ingresso ao ensino superior, como oportunidade de empoderamento feminino também é frisado por Rayanne França, do povo Baré, em entrevista ao programa Mulheres da ONU.

Dejé mi hogar y mi comunidad a los 17 años. Mi familia se había visto afectada por las frecuentes amenazas de muerte que sufrimos cuando mi padre denunció hechos de corrupción. Al presentarse la oportunidad de dar el examen de ingreso a la universidad, insistieron en que no la desaprovechara. Para ellos, mi partida significaba ponerme a salvo del peligro. Para mí, se trataba de un viaje de ida hacia la independencia y el empoderamiento (MI PUNTO DE VISTA..., 2017, n. p.).

Nessa trajetória, é colocado em relevo que algumas pautas ligadas aos direitos das mulheres, especificamente no que tange à sexualidade e reprodução, ainda não constituem temáticas amplamente discutidas em todas as esferas da vida universitária e da sociedade brasileira como um todo. A questão evidente nessa narrativa é que conhecer as opressões é determinante para combatê-las.

[...] Soy estudiante de enfermería, y la primera vez que oí hablar de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres fue en 2014, cuando asistí a una reunión regional de mujeres indígenas en Nicaragua. [...] En una comunidad indígena, si tienes tu primer período a los 10 años, a esa edad serás

considerada mujer. Eres “joven” en tanto tu comunidad considere que lo eres; aunque esto no se ajuste a la definición de las organizaciones internacionales (MI PUNTO DE VISTA..., 2017, n. p.).

Porém, a ruptura com a subordinação patriarcal encontra barreiras que refletem as assimetrias do padrão de poder que subalterniza mulheres e homens indígenas. Segundo Libalva Zagur (Brasília, 22 set. 2017), na sua aldeia se questionava “o que eu vou fazer aqui? Preciso ser alguém. Por isso, [...] fui embora para Manaus e lá terminei meu ensino médio. Na época não sabia falar bem português, ainda não sei”. Na interação constatamos a fluência idiomática característica de quem usa uma segunda língua. Assim, o receio de inaptidão perante as barreiras linguísticas opera como interiorização da subordinação.

Conforme expressou Suliete Gervásio (Brasília, 26 abr. 2017) “a gente é obrigada a se adaptar [...] individual não consegue [permanecer na universidade e obter o diploma], tem que ser no coletivo, mediante uma associação”. Desde a década de 1970, se expressou um significativo crescimento de organizações indígenas no continente americano (BATALHA, 1981). No Brasil, a adoção desse modelo “alienígena” não sempre compatível com as tradições e culturas indígenas, pode ser estratégico para promover ações politicamente, perante à retração estatal e ao desrespeito aos direitos indígenas (LUCIANO, 2011).

No que tange à Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília (AAIUnB), presidida no período 2016-2018 por Braulina Aurora, do povo Baniwa, graduanda em Antropologia, registra-se uma série de avanços nas reivindicações que buscavam pelo reconhecimento do saber indígena na instituição universitária.

Nesses 13 anos de presença, temos conquistado, além do espaço, a oportunidade de poder falar da nossa realidade e de como é ser indígena neste século, em que se usa tecnologia não indígena. Além disso, representa a consciência de não deixar de lado nossas tecnologias, pois os dois conhecimentos só vêm somar à luta pelos nossos direitos (INDÍGENAS..., 2017, n. p.).

Segundo Núbia da Silva, indígena Tupinambá, doutoranda em Linguística na UnB, o acesso ao ensino superior é um anseio da coletividade, embora o deslocamento da aldeia para a universidade constitua uma empreitada individual.

Nasci na cidade, minha mãe saiu da aldeia com 15 anos. [...]. Quando consegui passar no vestibular em Pedagogia eu descobri que a função do professor é ser, é ampliar esse universo, alimentar os sonhos e dar esperança. [...] Tenho que voltar para meu povo tudo o que eu aprendi. Na aldeia tentei junto com meus parentes, organizar um grupo de professores na função da escolarização. Depois estava envolvida com o movimento indígena da educação e com o movimento de alfabetização de jovens e adultos. Também estava coordenando

o Encontro Estadual de Educação Escolar Indígena (Núbia Batista da Silva, Brasília, 27 mar. 2018).

Célia Nunes Correa, do povo Xakriabá, na conferência titulada “Mulheres Indígenas, resistência e protagonismo” (CORREA, 2018), defendeu que as/os discentes indígenas precisam se legitimar tanto na universidade quanto nos territórios tradicionais mediante instâncias de legitimação mútua.

Em 2010, quando eu estava cursando Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia, fui convidada para assumir o papel de professora do meu povo. Para mim foi um convite muito importante. Porque no contexto acadêmico o mais importante é ser professor na universidade. Mas para nós, professores indígenas não são aqueles que dominam somente a escrita, mas aqueles que conhecem a cultura do seu povo em profundidade (Brasília, 27 mar. 2018).

Dessa narrativa, infere-se uma ruptura com a hierarquia de saberes própria do conhecimento de matriz ocidental. Nesse sentido, reconhece-se que os saberes de ambos universos perpassam trajetórias tornando-as qualificadas para as demandas dos povos. A partir desse lugar, enquanto professora indígena e mestre pela UnB, Célia se coloca como mediadora entre o mundo Xakriabá e o acadêmico.

Núbia da Silva destaca, ainda, o caráter reflexivo sobre seus percursos, seus povos de origem e as especificidades da sociedade envolvente.

Fiz o mestrado na UnB, [e analisei] a nossa presença na universidade perguntando como é que nós estamos? Estudei a nossa trajetória. Como cada um chegou aqui. Questionei ainda como vocês que não são indígenas nos veem e nos reportam (Núbia Batista da Silva, Brasília, 27 mar. 2018).

Das narrativas aqui apresentadas, compreende-se que a inserção das mulheres indígenas na universidade oportuniza a apropriação de capital simbólico e relacional a partir dos quais defendem seus direitos coletivos. De acordo com Ruano e Sousa (2017), as mulheres lideranças indígenas brasileiras têm como traços comuns o percurso escolar, o bilinguismo e uma profissão. Nessas trajetórias, esses aspectos mostraram-se relevantes para compreender a sociedade nacional e o lugar das mulheres nos processos de mobilização indígena atual.

Tais trajetórias também permitem pensar a universidade enquanto espaço de encontro feminino e realocação da representação masculina indígena. Segundo Nara Baré, “hoje é diferente, porque estamos junto com eles. Hoje a nossa voz vai muito mais longe” (Amazônia Real, 2017). A partir dessa reconfiguração, compartilham experiências, exprimindo seus anseios, culminando em ações ativas e relativamente autônomas. Significa, portanto, que a mudança

inicia em suas próprias trajetórias, nas aspirações por reconhecimento de suas culturas, na cristalização de modos de resistência e na preservação do legado pela efetivação de seus direitos coletivos: “hoje a voz de Mislene [Mendes, liderança Ticuna] é ouvida. Então a gente se inspira muito nela. É como mulher mesmo que a gente a cita” (Geraci Mendes, Brasília, 22 set. 2017).

VULNERABILIDADE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE

Na introdução, tratamos brevemente da vulnerabilidade econômica das mulheres indígenas, na perspectiva do empobrecimento feminino apontado por Julieta Paredes (2017). Destacamos que, ao longo do tempo, as mulheres se tornaram mais pobres em comparação aos homens como denunciado pioneiramente no conceito de ‘feminização da pobreza’ acunhado por Diane Pearce (1978). Nesta seção, no entanto, buscamos evidenciar a complexidade da vulnerabilidade indígena, frisando as restrições financeiras, os estereótipos e preconceitos, bem como as dimensões da colonialidade de gênero direcionadas aos corpos e suas emoções.

A escolha da UnB é atravessada por múltiplos fatores. Dentre eles, o prestígio da instituição, o vestibular específico e o fato de Brasília ser a sede do poder estatal. Braulina Aurora, presidenta da AAIUnB no período de 2016-2018, relata que “tomou gosto pela educação e escolheu a capital porque buscava o desafio de acompanhar as questões sociais perto do centro do poder. O curso possibilitou lutar por temas como educação, território e saúde”. Porém, “achou as pessoas frias [...] Não dá para esquecer que o Galdino foi queimado na Asa Sul. Andamos sempre em grupo e geralmente com meninos. Não me arrisco a andar sozinha” (FAGUNDES, 2018).

Refletir sobre a vulnerabilidade indígena no contexto urbano leva a ponderar também que o deslocamento para a universidade, que em alguns casos inclui a família inteira, desdobra-se em custos financeiros inexistentes nas aldeias. Braulina Aurora, “desdobra-se entre as exigências acadêmicas, a militância e o cuidado dos filhos, de 12 e 6 anos, que se deslocaram do Amazonas para acompanhá-la” (FAGUNDES, 2018). Similar situação é vivenciada por Núbia Batista da Silva, quem relatou “minha família veio comigo, meu esposo, minha filha e minha mãe”.

O deslocamento individual ou com o grupo familiar da aldeia para a cidade suscita carências culturais e descompensação emocional decorrente do distanciamento afetivo de seus territórios. A adaptação à cidade e a vida universitária é referida no seguinte relato:

[...] emocionalmente falando, o ambiente em si, ele mexe muito com a gente.

Acordar e não ver o mar, para mim era dolorido demais. Dolorido de eu chorar, e não conseguir me levantar [...]. O ambiente em si, ele mexe muito e faz a gente sofrer. [...] mudar de ambiente é um sofrimento. É um aprendizado e um sofrimento (Núbia Batista da Silva, Brasília, 27 mar. 2018).

Conforme a narrativa de Núbia da Silva, a renda familiar exerce importância indiscutível nos entraves que inviabilizam o acesso dos povos indígenas à educação básica ou restringem sua permanência, ao carecerem das condições mínimas.

Estudar sem livro, com um toquinho de lápis. Chegar a época de estudar e não ter um lápis. Não ter o livro que a escola vendia, na época era vendido. Meu pai não podia comprar. Essa dificuldade eu sei que passei por vir de uma origem humilde. Porque a vida não é fácil, nunca foi (Brasília, 27 mar. 2018).

Segundo seu relato, ao ingressar na universidade as dificuldades financeiras tornaram-se críticas. Precisava de renda para bancar os custos de morar em uma cidade além de precisar apoiar economicamente à família que ficou na aldeia, principalmente composta por idosos e crianças.

[...] teve vezes que eu só tinha duas passagens, para chegar na universidade e voltar para casa. Mas eu pego quatro conduções, às vezes cinco. [...] E ficava sem dinheiro para comer o dia todo. Foi assim no comecinho, e eu não desisti [...]. Eu vinha na universidade, bebia água, porque não tinha um centavo para comer. O cartãozinho do transporte [subsídio governamental para estudantes do Distrito Federal] demorou [em ser liberado]. Para conseguir o RU [subsídio de alimentação no restaurante universitário] demorou aproximadamente um ano. Tudo isso é muito sofrimento para gente (Núbia Batista da Silva, Brasília, 27 mar. 2018).

Essa vivência de fome e de mobilidade urbana obstaculizada, afeta negativamente o estudante e o aproveitamento escolar. Neste caso, ambas limitações foram contornadas mediante subsídios públicos do nível distrital e federal. No entanto, a continuidade dessas políticas fica atrelada ao programa promovido pelo governante em curso. Em 2019, o governo distrital anunciou o cancelamento do subsídio de transporte conhecido como Passe Estudantil, recuando da decisão após a mobilização dos estudantes.

O subsídio de alimentação no restaurante universitário foi reestruturado em 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, e a sanção da Emenda Constitucional nº 55, em 2017. Essa reforma que prevê duas décadas sem investimento público em educação, colocou em xeque o programa federal de bolsas e implicou em consequências imediatas para o estudante indígena: “estou sem bolsa, todos nós que entramos agora [2018] [...]. Se não sair bolsa,

eu vou ter que trancar o doutorado. Eu estou certinha disso, precisarei trabalhar” (Núbia Batista da Silva, Brasília, 27 mar. 2018).

A partir da década de 2000, o ingresso ao ensino superior brasileiro foi ampliado para famílias de menor renda, dinâmica que exigiu a criação de programas de apoio à permanência, especificamente bolsas e auxílios de custo. Essas políticas reconheceram a pluralidade e a especificidade socioeconômica dos povos e grupos identitários de origem do corpo discente. Porém, ao nortear-se pela renda familiar como critério de priorização para a outorga desses apoios, reproduziram o caráter excludente do ensino universitário. Segundo os estudantes indígenas, não conseguem o auxílio moradia ou o tiveram suspenso porque o critério de baixa renda da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) não considera as diferenças culturais desses povos (OLIVEIRA *et. al.*, 2017).

A vulnerabilidade socioeconômica empurra-as para situações que constituem o cotidiano de outros grupos sociais urbanos criminalizados. Segundo Libalva Félix Zagur, diante da urgência de encontrar moradia, se viu compelida a juntar-se a “uma ocupação de sem-teto em um escritório desativado do metrô, perto do zoológico, a quarenta minutos de ônibus da UnB”. Buscando contornar a adversidade e viabilizar a permanência na universidade, “o imóvel abandonado” se transformou em “sitiozinho confortável” decorado, “com artesanatos de várias etnias” e compartilhado com outras indígenas sem condições de pagar aluguel (SCARPIN, 2013).

As agressões simbólicas cotidianas nas salas de aula do ensino superior configuram um quadro de vulnerabilidade que raramente são enunciadas. Analisá-las é um desafio inicial para combatê-las. Para as mulheres indígenas, é um direito desnaturalizar essas violências.

Frequentemente me perguntam, nesse território acadêmico [que é duro, frio e desbotado], como me sinto em ser a primeira indígena Xacriabá a chegar no mestrado? Eu não sei exatamente como responder. Toda vez que me fazem essa pergunta eu me sinto muito violentada. [...] para mim o mais importante não é ser a primeira, mas não aceitar ser a única. Ser a primeira me dá a responsabilidade de questionar, por que depois de tantos séculos eu sou a primeira, sendo que somos 11.000 indígenas Xacriabá? (Célia Nunes Correa, Brasília, 27 mar. 2018).

A proficiência linguística, em português e inglês, é um ideal imposto, desconhecendo as especificidades do corpo discente. Para Santos (2010), ensinar português para indígenas universitários implica evocar as vozes abafadas e silenciadas mediante violentos processos socioculturais de imposição linguística. Braulina Aurora e Libalva Zagur, graduandas Ticuna, relataram ter iniciado o aprendizado da língua portuguesa aos 18 e 22 anos de idade, respectivamente. Nesse sentido, a proficiência linguística não diz apenas sobre a competência comunicativa, pois

se desdobra em inibições, constrangimentos e em menções ruins.

Tal habilidade linguística, calcada na colonialidade (LUGONES, 2014), revela a sujeição epistêmica monocultural, também presente nos estigmas e estereótipos agenciados em sala de aula.

Teve professor de Medicina que não nos queria lá. [...] Ele falava que tinha aluno indígena que não sabia o que era H₂O. Ele dizia: ‘ó, não faz trabalho com aluno indígena, porque você sabe que sua nota vai ser menor’. Os indígenas chorávamos na aula dele. Ficava falando mal de índio no blog dele [...] (Hauni Monteiro, Maloca-UnB, 26 abr. 2017).

Cientes dos dispositivos de poder que os constroem, denunciaram o racismo institucional e demandou a intervenção do Ministério Público para garantir, especificamente, tratamento digno e de modo amplo, garantia dos direitos constitucionais enquanto sujeitos étnicos. Com a mediação do Ministério Público, o docente foi suspenso da sua função e apresentou desculpas argumentando que “não houve má intenção, que também tinha sangue indígena”. Por não constituírem uma raridade, as atitudes retrógradas do professorado atualizam a colonialidade nas relações entre docentes e discentes indígenas. A narrativa de Rayanne França, indígena Baré, também reverbera a pretensa superioridade racial e epistêmica.

Yo era uno de los 35 estudiantes indígenas entre 22.000 matriculados en la Universidad de Brasilia. Hasta los docentes se burlaban de nosotros. Recuerdo que uno de ellos dijo, ¿para qué vienen a clase, no prefieren caminar desnudos y vivir en la selva? [...] comencé a organizar a los jóvenes indígenas para luchar contra la discriminación que enfrentábamos todos los días en la universidad (MI PUNTO DE VISTA..., 2017, n. p.).

Cabe aventar que os depoimentos citados referem casos isolados e não a colonialidade que permeia as políticas dessa instituição universitária. Porém, a análise da institucionalização do vestibular específico para indígenas revela um cenário complexo. Após uma década de funcionamento ininterrupto, em 2015 foi suspenso, apesar dos requerimentos formais da AAIUnB. A reabertura ocorreu no início da gestão de Márcia Abrahão (2017-2020), vide figura 1. No entanto, segundo Dirlene Monteiro (Maloca-UnB, 26 abr. 2017), o curso de Medicina não respondeu formalmente e os departamentos de biologia e odontologia negaram a abertura de vagas para discentes indígenas.

Figura 1: Gestão Universitária 2001-2020. Políticas de ingresso e permanência indígena na UnB.

Lauro Morhy 2001 - 2005	Timothy Mulholland 2005 - 2008	José Geraldo de Sousa 2008 - 2012	Ivan Marques 2012 - 2016	Márcia Abrahão 2016-2020
Convênio UnB-Funai.	Programa de Ações Afirmativas. 1º vestibular específico indígena.	Aprovação e construção do Centro de Convivência dos Povos Indígenas - Maloca	Fim do convênio UnB-Funai. Suspensão do vestibular específico indígena. Inauguração Maloca.	Reabertura vestibular específico indígena.

Fonte: elaboração própria.

Essa figura busca enfatizar que o vestibular específico, embora fundamental no âmbito da política de inclusão, não é um instrumento projetado para garantir a permanência de discentes indígenas no ensino superior. Ao contrário, longe de ser uma política pública efetiva, a inclusão por essa única via tem se caracterizado tanto pela intermitência quanto pelo caráter imperecível da vontade política da gestão universitária da UnB, eleita para períodos de quatro anos de duração (OLIVEIRA; RUANO; GUIMARÃES, 2017).

Essa demanda indígena pela abertura de vagas específicas é antiga. Segundo Sousa (2009), o curso de graduação potencializa a emancipação e qualifica as lutas pela garantia de direitos. Segundo Brulina Aurora, a estudante buscou a universidade “com o objetivo de pensar em estratégias para que nós não percamos nossos direitos” (FAGUNDES, 2018). Mas a dinâmica universitária implica no reconhecimento de concepções eurocêntricas que relegam os saberes ancestrais a lugares hierarquicamente inferiores. Por isso, os estudantes indígenas interpelam pela ampliação, validação e circulação de saberes pautados em epistemologias que transcendam a matriz ocidental. Contudo, trata-se de processos sociais complexos que derivam em embates e tensões.

O caráter coletivo do conhecimento revela-se ao contrastarmos a concepção meritocrática do vestibular tradicional, baseada na ideia do acesso como resultado do esforço individual, e a noção de coletividade mobilizada nas narrativas das mulheres indígenas. Essa compreensão do saber como instância que não é individualizada ou individualizante, mas uma conquista coletiva, permite diferenciar o regime de conhecimento indígena que o pressupõe como necessariamente compartilhado e, nesse sentido, coletivo. E, de outro lado, o regime de conhecimento ocidental fundamentado na noção de “indivíduo”, de subjetividade particular e do mérito de indivíduos singulares. Desse modo, a vulnerabilidade indígena também é epistêmica.

Nós viemos questionar. Nossa educação indígena é potente e precisa ser levada a sério. Questionamos a violência contra as mulheres que tomou força com a miscigenação que não foi pacífica, foi violenta. Começou nos corpos das mulheres indígenas e negras que foram estupradas e violentadas. Precisamos falar de feminicídio [...] precisamos avançar e falar de etnofemicídio, a partir da identidade atrelada aos corpos das mulheres indígenas [...] A política de Ações Afirmativas não dá conta desse território. Porque não é apenas garantir a permanência, é preciso garantir uma política de boa convivência, além da questão financeira. A universidade precisa repensar o acolhimento de alunas indígenas (Célia Nunes Correa, Brasília, 27 mar. 2018).

A noção do corpo feminino como território político foi abordada por Dorotéa Gómez (2014), indígena feminista guatemalteca, para afirmar a dimensão histórica em detrimento do caráter biologizante. Esse posicionamento conceitual e político rejeita as opressões e a alienação, e afiança as memórias, os conhecimentos e as experiências coletivas e pessoais. Habitar o corpo-território desdobra-se em tessituras entre as dimensões emocional, espiritual e racional ao passo em que se renuncia aos mandados patriarcais, racistas e heterossexuais. Portanto, apoiar a reflexão no conceito de corpo-território implicaria em conectar-se política e territorialmente com essas agendas femininas.

Segundo Lorena Cabnal (2010), indígena Maya-Xinca guatemalteca, o corpo-território refere-se à impossibilidade de viver a plenitude da vida enquanto mulheres separadas da terra. Extrapolando o sentido de delimitação geográfica, de acumulação capitalista ou de propriedade privada, vê-se a terra como vínculo, como elemento que relaciona o sujeito individual/coletivo ao cosmos. Assim, corpo e território operam como dimensões indissociáveis¹. Nesse sentido, Sandra Benites (2018, p. 70) afirma que os corpos e “os jeitos” de ser mulher constituem territórios identitários, relacionando-se às suas especificidades e diferenças enquanto femininos indígenas.

CONCLUSÕES

O ponto de partida deste trabalho é constituído pela premissa da importância das narrativas femininas indígenas no escopo do pensamento indígena brasileiro. Ao propor questionar a natureza dos empecilhos enfrentados por mulheres e homens indígenas, avançamos na análise

¹ Embora a etnologia indígena tenha produzido importante acervo bibliográfico sobre as noções de corpo e território, Lorena Cabnal acunhou essa junção conceitual para legitimar a agenda feminina indígena de denúncia da violência sexual na Guatemala.

das especificidades da luta indígena pelo direito à educação no Brasil. Aceitando a premissa de Rita Segato (2012) de que a colonialidade atravessa a organicidade dos Estados nacionais, sociedades e povos indígenas, o acesso das mulheres indígenas à universidade sinaliza mudanças nas aldeias de origem e na cena universitária. Suas trajetórias vislumbram a superação de barreiras culturais e econômicas e limites estruturais que enfrentam cotidianamente. Além disso, suas vivências evidenciam desdobramentos da interpelação à colonialidade no cotidiano.

O caráter excludente da universidade materializa-se nas práticas pedagógicas e administrativas denunciadas nas narrativas analisadas. Suas vivências na cena universitária revelam experiências sufocantes e o predomínio da discriminação, silenciamento e invisibilização. As reflexões apontam para diversas opressões escamoteadas na legitimidade institucional universitária, mas também acenam para a importância das políticas afirmativas enquanto campo de disputa. A permanência indígena no ensino superior indica contestação e resistência epistêmica, que se estendem à afirmação territorial, cultural e política no Estado nacional.

Ao analisar a colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) nos territórios e organizações indígenas, destaca-se o tensionamento do distanciamento entre os âmbitos doméstico e público. O gênero é colocado como questão política reveladora das ligações entre democracia e vida doméstica. Por exemplo, toda vez que a integridade física das mulheres é sobrepujada, essa vulnerabilidade dos corpos femininos tensiona a efetividade institucional das regras e valores democráticos. Complementarmente, as narrativas revelam que as barreiras culturais reverberam diferenciadamente para as mulheres indígenas. Nesse caso, as justificativas domésticas acionadas para desencorajar o acesso à universidade ou a participar da cena pública denotam a assimetria feminina na disputa por “direitos constituídos”.

Em nossa pesquisa foram tangencialmente abordados os aspectos intra-aldeia, por isso cumpre frisar a importância de que novas pesquisas se debruçam sobre a reconfiguração da ordem tradicional perante o ingresso das novas gerações ao ensino superior. Nessa ordem, torna-se relevante abordar as dinâmicas das aldeias pelo ingresso/vagas na universidade pública, as estratégias coletivas ou individuais para conseguir o apoio formal das lideranças para participar do vestibular específico, o retorno das/dos indígenas após a conclusão, ou não, dos cursos superiores e sobre a aplicação, ou não, dos conhecimentos apropriados. Ao sugerirmos essas temáticas não pretendemos fornecer um levantamento exaustivo, mas referir indagações que julgamos merecerem aprofundamentos futuros.

A defesa do direito à educação e, especificamente, o acesso à universidade constitui uma política de subversão e resistência dos movimentos indígenas, porém, parece ser definidora do reposicionamento das mobilizações femininas na cena pública. Afiançando seus posicionamen-

tos, as narrativas femininas analisadas veiculam pensamentos sofisticados e transformadores que tratam dos movimentos etno-políticos, da politização das simplificações, silêncios e entrecruzamentos de padrões de desigualdade. Seus depoimentos sugerem que a colonialidade enquanto eixo articulador de discriminações múltiplas fere-as habitualmente, porém, também é cotidiana a resistência ativa das mulheres indígenas.

Se nas mobilizações indígenas da segunda metade do século XX, as assimetrias entre os gêneros se “resolveram”, sob a premissa da aceitação da divisão sexual do trabalho, e tal acordo implícito pareceu dar conta da política étnica interna e externa, não parece ser mais o caso das mobilizações do final da segunda década do século XXI. A partir das narrativas indígenas analisadas, onde contamos com mulheres das etnias Tikun, Xavante, Tupinambá, Baré, Ticuna, Potiguara, Guajajara, Xacriabá e Baniwa, tentamos buscar pistas para melhor compreender as dinâmicas em curso. É preciso discutir se de fato houve mudança no agenciamento feminino, ou se mudou a lente da pesquisa social que finalmente nos permite enxergar o silenciamento feminino na política étnica voltada para a esfera externa.

A abordagem sobre o acesso ao ensino superior e as narrativas de mulheres indígenas permitem destacar seu pensamento no campo de lutas e disputas dos movimentos indígenas. Nesse ponto, por meio da atuação em diferentes organizações, estão sendo consolidadas ações direcionadas à visibilidade feminina, bem como das violências específicas que as oprimem. Transgredindo as regras que visam alojá-las no âmbito doméstico, a participação no espaço público corrobora para a mudança de estruturas historicamente demarcadas como masculinas. Nesse sentido, as agendas desses movimentos começaram a incluir demandas de gênero como eixo primordial, somando-se às reivindicações territoriais e educacionais.

Essas narrativas de mulheres indígenas no ensino superior brasileiro defendem a conjugação de conhecimentos para continuar na empreitada de construção da sua autonomia e interpelação de preconceitos e hierarquias nos espaços sociais. A viabilidade da conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação pelo estudantado indígena é condicionada ao aprimoramento das políticas de ingresso e permanência. Nesse espectro, bolsas e auxílios tornam-se imprescindíveis, assim como a premente descolonização das práticas políticas, pedagógicas, epistêmicas e de sociabilidade universitária.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, Aparecida. Vestibular e Enem: um debate contemporâneo. **Ensaio: aval. pol.**

- públ. Educ.** (online). Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1057-1090, 2014.
2. BELCHIOR, Ernandes. **Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília.** 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 137 f.
 3. BENITES, Sandra. **Viver na língua Guarani Nhandeva (mulher falando).** 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
 4. BÓ, Talita Lazarin Dal'. **A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer.** 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
 5. CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In: CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario.** Las Segovias: Asociación para la cooperación con el Sur, ACSUR, 2010, p. 11-25.*
 6. COHN, Sérgio; KADIWEL, Idjahue. **Sônia Guajajara.** Rio de Janeiro: Tembete. 2018, 117 p.
 7. CORREA, Célia Nunes. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 128 f.
 8. CRUZ, Felipe. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 11, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15949>. Acesso em: 18 mar. 2018.
 9. CUMES, Aura Estela. Mujeres indígenas patriarcado y colonialismo: un desafío a la segregación comprensiva de las formas de dominio. **Anuário hojas de Warmi.** n. 17, p. 1-16, 2012. Disponível em: <https://revistas.um.es/hojasdewarmi/article/view/180291>. Acesso em: 18 mar. 2020.
 10. FAGUNDES, Murilo. Dia do Índio: indígenas reforçam luta contra preconceito e estereótipos. **Correio Braziliense**, 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/19/interna_cidadesdf,674715/dia-do-indio-indigenas-reforcam-luta-contrapreconceito-e-estereotipo.shtml. Acesso em: 19 abr. 2018.
 11. GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala.** Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. México: Corte y Confección, 2014.
 12. GÓMEZ, Dorotéa. Mi cuerpo es un territorio político. *In: MIÑOSO, Yuderkys;*

- CORREAL, Diana; MUÑOZ, Karina. (Ed.). **Tejiendo de otro modo**. Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Universidad del Cauca, 2014, p. 263-276.
13. GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, p.117-132, jun. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3861/386138040006.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.
 14. LUCIANO, Gersem. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real**: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília.
 15. LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 03 mar. 2018.
 16. MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). **Gênero e povos indígenas**. Coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro; Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.
 17. MENENDEZ, Larissa. Literatura indígena, memória e resistência: A Casa-universo na obra de Gabriel Gentil e Luís Lana. **Polifonia**. v. 21, n. 30, p.133-150, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1355/1653>. Acesso em: 03 mar. 2018.
 18. MI PADRE ME DIJO “quiero que un día puedas contribuir a tu pueblo”. **ONU Mujeres**, 2014. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/news/stories/2014/3/i-want-you-to-be-able-to-help-your-people-one-day>. Acesso em: 03 mar. 2018.
 19. MI PUNTO DE VISTA: “Es hora de que el mundo escuche nuestra voz”. **ONU Mujeres**, 2017. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2017/08/desde-mi-perspectiva-rayanne-cristine-maximo-franca>. Acesso em: 18 mar. 2018.
 20. MORA, Paulina. Género, Inclusión y Educación Superior. In: VAREA, Soledad; ZARAGOCIN, Sofia (Ed.). **Feminismo y buen vivir**: utopías decoloniais. Cuenca: Pidlos, 2017, p. 134-145.
 21. OLIVEIRA, Victoria; RUANO, Elizabeth; GUIMARÃES, Silvia. Ensino superior brasileiro e povos indígenas: os desafios da diversidade étnica na universidade de Brasília. In: DOMINGUEZ, Carlos. **Direitos humanos e cidadania no Brasil**: estudos interdisciplinares. Curitiba: CRV, 2017, p. 175-198.
 22. PAREDES, Julieta. El feminismo comunitario: la creación de un pensamiento propio. **Revista Corpus**. v. 7, n. 1, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corpusarchivos/1835>. Acesso em: 03 mar. 2018.

23. PASCOAL, Walison. Os sentidos de luta e a “ressurgência cultural” entre os Krenak. **Interethnic@**. v. 20, n. 2, p. 87-108, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/10619>. Acesso em: 02 mar. 2018.
24. PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**. v. 11, n. 1-2, p.28-36, 1978.
25. PERES, Julie. Literatura indígena e seus intelectuais no Brasil: da autoafirmação e auto expressão como minoria à resistência e à luta político-culturais. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**. v. 11, n. 3, p. 114-136, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15969>. Acesso em: 02 mar. 2018.
26. RIBEIRO, Maria Fernanda. “Ser indígena hoje é sinônimo de resistência”, diz Nara Baré, a primeira mulher a assumir a Coiab. **Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ser-indigena-hoje-e-sinonimo-de-resistencia-diz-nara-bare-primeira-mulher-assumir-coiab/>. Acesso em: 15 abr. 2019.
27. ROSSI, Marina. “Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira”. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/26/politica/1556294406_680039.html. Acesso em: 29 abr. 2019.
28. RUANO, Elizabeth; SOUZA, Liliana. Mulheres Ticuna: gênero e política na Amazônia. **Amazônica-Revista de Antropologia**. v. 8, n. 1, p. 90-117, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/4726>. Acesso em: 20 mar. 2018.
29. SANTOS, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global. 2004.
30. SANTOS, Tânia. Experiência de escrita e reescrita de textos em português por alunos indígenas da licenciatura intercultural da UFG. *In*: MENDES, Leandro Rocha; PIMENTEL, Maria Silva; BORGES, Mônica Veloso. **Cidadania, interculturalidade e formação de docentes indígenas**. Goiânia: Ed. da PUC, 2010, p. 119-132.
31. SCARPIN, Paula. A experiência de dez anos de convênio entre a Universidade de Brasília e a Funai. **Revista Piauí**, 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/laboratorio-indigena/>. Acesso em: 18 fev. 2017.
32. SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**. n. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 18 fev. 2018.
33. SOUSA, Joscélia. **Os desafios dos estudantes e das instituições no convênio**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Fundação Nacional do Índio, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
34. INDÍGENAS de 15 diferentes povos integram comunidade acadêmica da UnB. **UnB Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/publicacoes/67-ensino/1697-indigenas-de-15-diferentes-povos-integram-comunidade-academica-da-unb>. Acesso em: 15 jul. 2019.

35. WELLER, Wivian. Diferenças e desigualdades na Universidade de Brasília: experiências de jovens negras e suas visões sobre o sistema de cotas. **Revista Política e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 133-158, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1264>. Acesso em: 19 jul. 2019.

Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra

Doutora em Ciências Sociais. Professora visitante do Departamento de Estudos Latino-americanos na Universidade de Brasília. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo. Pesquisadora do Grupo de Investigación Interdisciplinar en Ciencias Humanas. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0549-3951>. E-mail: elizabeth@unb.br. Colaboração: Pesquisa bibliográfica; Pesquisa empírica; Análise de dados; Redação; Revisão.

Victoria Miranda da Gama Oliveira

Bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília. Graduanda do Departamento de Direito da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3446-0817>. E-mail: vicmgama@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica; Pesquisa empírica; Análise de dados; Redação; Revisão.

Obstáculos na ‘Pista Livre’: Algumas Considerações sobre a Pragmática dos Dispositivos da ‘Lei do Trânsito’ no Rio de Janeiro¹

Obstacles on the ‘Free-Way’: Some Notes on the Pragmatics of the Devices of the ‘Code of the Traffic’ in Rio de Janeiro

Alexandre Werneck

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O objetivo deste texto é analisar alguns dispositivos sensíveis do que chamo de lei do trânsito, a lógica moral efetivamente operada pelos envolvidos nos deslocamentos do trânsito na cidade do Rio de Janeiro – e que se coordena e/ou muitas vezes entra em conflito com a lei de trânsito, normatividade oficial destinada a reger esse cenário. A pesquisa consistiu em um ano de observação etnográfica móvel em deslocamentos por automóvel pela cidade, observando-se *in loco* as interações entre vários tipos de unidades móveis (automóveis, motocicletas, bicicletas, pedestres etc.) e privilegiou uma observação radicalmente compreensiva desse mundo, a fim de descrever sua pragmática em seus próprios termos. Com isso, percebeu-se um conjunto de comportamentos fundados em um engajamento ao mesmo tempo variante (passando-se de uma a outra) e misto (coordenando-se entre si) entre três formas: um *engajamento no plano*; um *engajamento exploratório*; e aquilo que aqui denomino *engajamento circunstancial*. O plano é representado por um conjunto de comportamentos visando se chegar a um destino, e em relação ao qual outros elementos desse cenário são tratados como obstáculos a serem evitados. A atividade exploratória determina um fluxo tateante entre crítica industrial (a lei de trânsito não é realista) e crítica inspirada (o outro “não sabe dirigir”, isto é, não é hábil e criativo para desviar dos obstáculos e não se tornar um). E o engajamento circunstancial pressupõe uma coordenação com o mundo e os outros em termos das contingências à medida que aparecem.

Palavras-chave: Trânsito, Lei do trânsito, Moral, Pragmatismo, Engajamento circunstancial.

¹ Este artigo traz resultados do projeto de pesquisa Moral em Movimento: Um Estudo dos Conflitos entre a Lei de Trânsito e a Lei do Trânsito no Rio de Janeiro, financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio de sua bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado (processo E-261203.18412016).

Recebido em 26 de agosto de 2020.

Avaliador A: 29 de outubro de 2020.

Avaliador B: 24 de novembro de 2020.

Aceito em 25 de fevereiro de 2021.



ABSTRACT

This article aims to analyze some sensitive devices of what I call ‘code of the traffic,’ the moral logic effectively conducted by those involved in traffic in the city of Rio de Janeiro – and which coordinates itself and/or often conflicts with the traffic code, official normativity intended to rule this scenario. The investigation consisted of a year of mobile ethnographic observation while traveling around the city, observing the interactions between various types of mobile units (cars, motorcycles, bicycles, pedestrians, etc.) and privileged a radically interpretative observation of this world in order of being able to describe his pragmatics in his terms. In this sense, I noticed a set of behaviors based on a simultaneously variant (moving from one to another) and mixed (coordinating one another) engagements between three forms: an engagement in the plane, an exploratory engagement and that which I call a circumstantial engagement. The plan is represented by behaviors aimed at reaching a destination, and against which other elements of this scenario are treated as obstacles to avoid. Exploratory engagement determines a flow between industrial criticism (the unrealistic traffic law) and inspired criticism (the other ‘cannot drive’ in the sense that he is not skilled and creative to avoid obstacles and not to become one). Moreover, circumstantial engagement presupposes a movement to coordinate with the world and others in terms of contingencies as they arise.

Keywords: Traffic, Code of the traffic, Morality, Pragmatism, Circumstantial engagement.

INTRODUÇÃO

– Você vai atravessar uma rua. Você chega e o sinal tá verde [*vermelho para o pedestre*]. Você pode ficar olhando pro sinal ou pode ficar olhando pra rua. Se ficar olhando pro sinal, você vai ficar ali, no planeta do sinal: verde, amarelo, vermelho e você atravessa. Mas, antes de atravessar, vai ter que olhar pra rua, porque você não é maluco. Então, pô, você pode ficar olhando o tempo todo pra rua, que quando os carros pararem é porque o sinal fechou. E você ainda vai poder atravessar antes, se não vier carro. Parece que é a mesma coisa, mas se você olhar pra rua, você garante que gasta menos tempo, porque o que interessa é se vem carro ou não [*e não a condição do semáforo*]. Não tem necessidade de ficar no planeta do sinal, porque o planeta da rua é o mundo de verdade. Se você fica com a cabeça pra cima, fica muito longe do chão, não vê o que tá acontecendo ali na sua frente. Eu penso assim e é assim também que eu dirijo.

A fala acima é de um taxista. Em meio a uma das muitas viagens, que, entre saídas programadas com participantes voluntários, caronas com conhecidos e viagens com motoristas

profissionais², compuseram a pesquisa aqui apresentada, o chofer sugere como um condutor deve se relacionar com a lei de trânsito. Uma forma de ler essa declaração é como gesto cínico de um motorista “espertalhão”, expressando uma desculpa geral para bandalhas. Mas se adotarmos em relação a ela a postura radicalmente *compreensiva* (WEBER, 2001) que figura entre os fundamentos deste texto – e que tem sido uma marca central de meu trabalho (WERNECK, 2015a, 2015b, 2019; WERNECK; LORETTI, 2018; WERNECK; TALONE, 2019; WERNECK; TEIXEIRA; TALONE, 2020) –, ela pode ser vista em outro horizonte: ao fim e ao cabo, o que o declarante está fazendo é descrever *como funciona* o universo do trânsito com base em sua experiência. E ele expande sua descrição comportamental de pedestres para todas as movimentações no tráfego – isto é, afirma que como motorista adota o mesmo modelo apresentado para o andarilho hipotético. Em sua *teoria*, o trânsito é um espaço de deslocamento no qual o que vale é a relação mais *prática* possível entre o ente em movimento e aquilo que em seu caminho se interpõe: o “planeta do sinal” (metonímia da normatização oficial) é uma idealidade pouco coordenada com o “planeta da rua”, o “mundo de verdade”.

O objetivo deste texto é analisar alguns dispositivos sensíveis integrantes das gramáticas comportamental e moral *efetivamente* operadas pelos envolvidos nos deslocamentos no trânsito na cidade do Rio de Janeiro, quadro gramatical que chamo aqui de *lei do trânsito* – e que se coordena e/ou muitas vezes entra em conflito com a *lei de trânsito*, o conjunto de normas oficiais destinado a reger esse cenário. Assim, trata-se de se analisar as práticas situadas e efetivas dos atores sociais no tráfego, ao assumirem a condição de “unidades móveis” (GOFFMAN, 1971), com ênfase no mapeamento de seus regramentos práticos e na apreensão de sua lógica subjacente.

A pesquisa consistiu em um ano de observação etnográfica móvel (MARCUS, 1995; BÜSCHER; URRY, 2009; BÜSCHER et al., 2011; HENRIQUES, 2016) em deslocamentos pela cidade, observando-se in loco as interações entre vários tipos de entes em movimento (automóveis, motocicletas, bicicletas, pedestres, etc.) e privilegiou, como disse, uma observação radicalmente compreensiva, isto é, um olhar concentrado nos valores mobilizados pelos atores para conferir sentido a seus passos. A essa abordagem, no entanto, é acrescentada uma outra, a

² Nessas viagens, circulei sempre no banco do carona. Não sou um condutor habilitado, o que me permitiu empreender outra pesquisa, fundada na participação observante de meu próprio processo de aprendizado (e os de outros jovens pesquisadores), a ser explorada em outro texto. Aqui, o banco do carona me possibilitou não apenas observar outras unidades móveis e as dinâmicas do trânsito como ainda os discursos dos motoristas sobre elas produzidos in loco (o que acrescentou as entrevistas à galeria dos métodos mobilizados na pesquisa). Quero destacar a contribuição do estudante Igor Perrut, que participou como motorista de algumas das primeiras viagens e que muito contribuiu para algumas reflexões.

da *sociologia pragmática*, que também tem sido uma marca de meu trabalho, enfatizando-se a descrição dos pareamentos entre metafísicas (gramáticas) e pragmáticas (mundos de ação). Mas embora a maior parte desses meus trabalhos tenha se centrado em uma *sociologia pragmática da crítica* (BOLTANSKI, 2016; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020; BOLTANSKI, 2009), este aqui se concentra especialmente em uma *praxiologia* dos comportamentos das unidades móveis no trânsito, pensando-se o mesmo como *sistema actancial* (LATOUR, 1997; BOLTANSKI, 1990), isto é, a análise se fundamentou na apreensão das gramáticas morais *a partir* das ações, restando a intervenção de críticas (HIRSCHMAN, 1973; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) e *accounts* (SCOTT; LYMAN, 2008) a ser discutida em outra frente da pesquisa.

A partir disso, duas operações se tornaram possíveis. A primeira delas consistiu em afastar da análise a possibilidade de uma abordagem *moralista* (WERNECK, 2012, p. 132), fundamentada em um olhar valorativo para os comportamentos dos atores. Para além da questão mais óbvia da objetividade (WEBER, 2001) que caracteriza uma sociologia da moral compreensiva, esse tratamento permitiu levar a sério as pretensões de *livre movimento* dos atores como elemento de um sistema actancial plenamente reconhecido por eles e compreender suas críticas no interior desse mesmo quadro, como dispositivo de *manutenção* e não de *desconstrução/destruição* dele.

A segunda operação consistiu em pensar o trânsito na chave do que Laurent Thévenot (2006) chamou de *engajamentos*, isto é, perguntando-se sob que lógicas os atores *se coordenam* uns com os outros. Thévenot propõe uma forma de pensar as movimentações agenciais dos atores rumo a movimentações sociais – ou, como ele prefere, para *ações em comum no plural*. Em sua interpretação, um desenvolvimento posterior ao do modelo das *economias da grandeza* (EG) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020), descrever como as pessoas se *envolvem* em comportamentos comuns (no plural), coordenando-se entre si, passa por compreender que esses engajamentos são desenvolvidos segundo diferentes gramáticas, definindo diferentes *regimes de engajamento*. Ele sugere inicialmente três desses regimes: engajamento *no próximo*, engajamento *no plano* e engajamento *justificado* (THÉVENOT, 2006). Proponho aqui uma complexificação desse quadro.

O ponto de partida desta pesquisa foi a percepção de uma *teoria substantiva* (GLASER; STRAUSS, 1967) nas primeiras observações exploratórias e a partir dali tratada como uma heurística dos deslocamentos: a ideia de, no uso prático dos atores, o trânsito representar – isto é, de ele *funcionar como* – um *meio para se chegar a um destino* e que se busca fazer isso *com a menor perda de tempo possível* – o que em última instância poderá significar com a máxima velocidade. Dessa maneira, foi possível perceber no campo que tanto outros veículos quanto a

lei de trânsito são tratados como *obstáculos* para esse objetivo e os conflitos e acidentes, como consequências da descoordenação situada de seus movimentos. Essa abordagem se mostrou pródiga para dar conta da grande maioria dos elementos cotidianos do tráfego de veículos e pedestres nos quais esse *deslocamento segundo fins* possa ser tomado como cerne das situações, embora evidentemente exclua determinados tipos de engajamento, a saber, aqueles cujo elemento é o trânsito *per se* – como ao se “dar uma volta”, participar de “pegas”, deambular aguardando um passageiro ou no caso do aprendizado de condução. Como veremos, o primeiro tipo corresponde a um engajamento em um plano (THÉVENOT, 2006), no qual o dirigir é uma atividade meio; o segundo, a um engajamento que poderíamos chamar de *metatráfego* (e que poderíamos generalizar como forma de coordenação *metacoordenativa*), no qual o dirigir é a atividade fim. O trabalho buscou levar a sério outros tipos de *investimento de forma* (Idem, 1986) dos atores em suas investidas nesse cenário.

Em seu estudo sobre leis de trânsito, Goffman (1971, p. 6) propõe uma espécie de planta baixa de seus elementos centrais para uma análise a respeito:

Uma unidade veicular é uma couraça de algum tipo, controlada (usualmente a partir de seu interior) por um piloto ou navegador humano. Uma lei de trânsito é um conjunto de regras cuja manutenção permita às unidades veiculares um uso independente de uma série de vias com o propósito de se mover de um ponto a outro. O acordado é que colisões e a obstrução mútua são sistematicamente evitadas por meio de certas restrições ao movimento aceitas por cada um e autoimpostas. Quando objeto de adesão, um código de trânsito oferece um padrão de vias seguras.

Essa definição permite mapear os principais tópicos do tráfego tendo em vista uma dinâmica internacional. Ele, primeiramente, explicita a agência dos envolvidos ao definir as unidades veiculares como dispositivos operados por humanos – o que ao mesmo tempo permite tratar cada uma dessas unidades como metonímia da humanidade e cada humano com o mesmo estatuto delas, pensando a ambos como unidades móveis. Em segundo lugar, a definição, ao falar da lei de trânsito, sublinha o caráter de *independência* pressuposto no movimento de cada unidade graças ao regramento – sendo este seu suposto fim. Assim, as “restrições ao movimento” expressadas no código permitiriam evitar colisões e obstruções quando essas restrições se tornassem “objeto de adesão”. O ponto fundamental dessa proposta de coordenação, dessa maneira, é a observância das regras pela maioria dos envolvidos. Mas como mostram autores como o próprio Goffman (1971, p. 17), além de Vanderbilt (2008) e Wells (2011), a necessidade de confiança mútua de cumprimento da lei, embora possa fundamentar a previsibilidade, precisa ser objeto de perene questionamento, no horizonte de uma aposta justamente na desobediência,

se não sistemática, pelo menos eventual. Na prática, o cotidiano do tráfego é atravessado por encontros contingentes entre unidades que, ao passarem umas pelas outras, podem se tornar obstáculos, demandando um conjunto de comportamentos *ad hoc*. A pesquisa, dessa maneira, consistiu em um conjunto de deslocamentos por algumas regiões centrais da cidade – entre o Centro, a Zona Sul e a Tijuca e a Grande Tijuca³ –, observando essa dinâmica, esses encontros fortuitos e a mecânica de ações e reações de unidades veiculares umas em relação às outras.

A partir disso, a proposta foi tratar o regramento do trânsito como gramática *gerativa* (CHOMSKY, 1965), perspectiva, segundo a qual a moral é

[...] percebida como conjunto de formas de tornar possíveis as ações e situações da/na vida social. O ponto de partida (...) é a recusa de uma leitura (...) da moral como aparato limitador das ações indesejadas (consideradas “imorais”) e a aceitação de sua descrição como gramática [gerativa], isto é, como quadro de referência (...) para as competências/efetividades dos atores (WERNECK, 2014, p. 21).

Essa abordagem permite adotar um conceito de moral que não represente o *desagenciamento* da vida social. Será na análise das relações entre automóveis e outras unidades, suas maneiras situadas de as evitar e ultrapassar, de as enfrentar e driblar, que observaremos as práticas nativas *efetivas* e as moralidades que as sustentam.

O tema é de suma importância, não apenas por conta do número de mortes provocadas por acidentes de trânsito no Brasil – 41.151 em 2017 (DataSUS) –, tornando o país o terceiro no mundo em mortes desse tipo (OMS, 2018), mas especialmente pelo flagrante descompasso entre a normatividade oficial – representada especialmente pelo Código Brasileiro de Trânsito (BRASIL, 23 set. 1997) – e o funcionamento objetivo das interações entre as unidades – o que é indicado, por exemplo, pelo número de multas na cidade do Rio de Janeiro em 2019 (até agosto), 1.445.431, para 3.144.100 veículos registrados⁴.

Os estudos sobre o trânsito nas ciências sociais têm sido alocados em geral em uma discussão sobre *mobilidades*. Além do tratamento de Goffman, o do “direito à cidade” de Henri Lefebvre (1991; 2008) e o de Joseph (1984) sobre as lógicas dos deslocamentos urbanos,

3 Privilegiei, então, o trânsito urbano cotidiano de médio deslocamento, um tráfego intralocal e não de travessia da cidade – como é aquele entre, por exemplo, a Zona Oeste e o Centro, feito em geral por vias expressas como a Avenida Brasil. Com isso, observei um tráfego que para mais, estaciona mais, faz mais curvas e percorre de 5km a cerca de 10km por viagem (enquanto o outro pode percorrer cerca de 50km).

4 O último anuário estatístico disponível do Detran-RJ é de 2016, e lista 2.430.305 motoristas habilitados no município, 34% de mulheres e 66% de homens.

trabalhos mais amplos e recentes como os de Conley e McLaren (2009), Featherstone, Thrift e Urry (2005), Urry (2007), Freudendal-Pedersen (2009) e Grieco e Urry (2011), têm explorado várias dimensões dos deslocamentos e das possibilidades dos atores para tal. Outros, mais específicos, adotam uma abordagem mais crítica, seja aos motoristas (VANDERBILT, 2008), seja ao trânsito como tecnologia de governo (WELLS, 2011), seja no tratamento de desigualdades limitadoras à mobilidade (BERGMANN; SAGER, 2008; OHNMACHT; MAKSIM; BERGMANN, 2009), seja ainda na inscrição do tráfego nos conflitos de classe (BOLTANSKI, 1975; 1976). Outros ainda se debruçam sobre as alternativas para a mobilidade, seja apontando meios de transportes alternativos, como a bicicleta (VIVANCO, 2012; HORTON; ROSEN, 2007), seja na discussão política desse tópico (CANZLER; KAUFMANN; KESSELRING, 2008). Em todos esses casos, a observação se dá na interação de unidades em movimento e no deslocamento de pessoas por espaços dotados de significados – discutindo-se espaço, localidades, vias, destinos, cada qual como índice ou dispositivo de alguma temática, estabelecendo um leque que vai de uma sociologia dos dispositivos tecnológicos a uma das diferenças de status, passando por uma análise histórica do peso de alguns veículos (em especial, o automóvel e o trem) para as sociedades modernas e contemporâneas⁵.

No Brasil, as pesquisas sobre trânsito, para além da discussão sobre mobilidades urbanas, têm dado ênfase a dois polos principais: por um lado, a questão da letalidade; por outro, a da explicação de fundo para o comportamento “antissocial” dos motoristas – em especial como um capítulo do chamado “dilema brasileiro”. Russo (2012) é um exemplar elaborado do primeiro modelo. Iglesias (2002) e DaMatta (2010), casos paradigmáticos do segundo. No primeiro caso, a ênfase é depositada na caracterização do fenômeno da morte no trânsito no interior de uma discussão sobre “violência” – apontando-se para a responsabilidade dos atores e das políticas públicas nos danos causados. No segundo caso, seja o de um levantamento de mecanismos psicológicos de permissão para se fazer o que “se sabe” ser errado seja o de uma abordagem antropológica ligada ao mapeamento de uma cultura hierárquica brasileira⁶, adota-se

⁵ Há ainda pesquisas nas quais os dispositivos de mobilidade e ela própria são elementos subjacentes de um debate de outra ordem, como no trabalho clássico de Gusfield (1981) sobre o beber e dirigir como construção de um problema público, ou trabalhos sobre táxis de gama variada, como o de Gambetta e Hammil (2005), sobre os métodos de seleção de passageiros suspeitos pelos motoristas ou o de Cooper, Mundy e Nelson (2010), sobre o peso dessa atividade na economia urbana.

⁶ Ao mesmo tempo, a descrição de DaMatta para o Brasil pode ser simetrizada com os trabalhos sobre o trânsito francês de Boltanski (1975, 1976) em sua fase mais bourdieusiana, nos quais ele enxerga as relações do tráfego como espelho das relações de classe – com as faixas de maior velocidade expressando o estrato dos automóveis mais rápidos e mais caros e as críticas aos engarrafamentos expressando para os críticos uma reclamação pelo “excesso” de veículos provocado pelo acesso das classes mais baixas ao automóvel.

um pressuposto normativo de determinados cursos de ação a serem seguidos. Neste trabalho, por outro lado, essas duas possibilidades são colocadas a certa distância, a fim de se privilegiar a análise praxiológica. Com ela, enfatiza-se uma descrição do funcionamento efetivo do mundo do trânsito, colocando-se entre parênteses valores de avaliação desses comportamentos, sem com isso me entregar a uma ingenuidade acrítica – sendo a crítica possibilitada pela explicitação do máximo de elementos do cenário (BOLTANSKI, 2009). Assim, se há um descompasso entre lei de trânsito e lei do trânsito, ele pode ser pensado pelas lentes da ideia de *dissonância* (STARK, 2009), segundo a qual a fricção entre quadros de referência valorativos distintos pode ser entendida não simplesmente como conflito, mas como um espaço de confronto produtivo, de convivência tensionada, mas não destrutiva entre gramáticas a princípio concorrentes. Dessa forma, parte da aposta aqui é que o funcionamento efetivo do trânsito se beneficia desse tenso diálogo entre lei do trânsito e lei de trânsito, sendo cada uma delas mobilizada situadamente na composição de uma matriz complexa de elementos de definição e ação.

SOBRE ALGUNS DISPOSITIVOS DE DEFINIÇÃO DA SITUAÇÃO SOB CONSIDERÁVEL VELOCIDADE

As observações se fundamentaram, de maneira *situacionista* (THOMAS, 1966; CICOURREL, 1964; JOSEPH, 1984), em se perguntar pragmaticamente *o que está acontecendo ali a partir do ponto fixo* gerado pela observação, *o automóvel em deslocamento* – de modo que este texto se fundamenta em um mapeamento comportamental com esse actante como referência, tomando-se os outros actantes *em relação a ele*. Assim, tratei o deslocamento dos veículos como *rotina*, na qual as unidades experimentam um “estado de crença”, isto é, uma condição em que a situação está definida e em que não há necessidade de se colocar em questão o que está acontecendo (PEIRCE, 1977; DEWEY, 1938). O ambiente em que se dá essa rotinização nas vias é tratado na prática como *pista livre*, isto é, como um espaço “vazio” a ser ocupado da forma mais adiantada cabível no momento – e a funcionar como se aquela unidade veicular fosse virtualmente a única naquele espaço. A partir disso, considere cada ocorrência contingente de mudança dessa rotina como um *momento de indefinição* (DEWEY, 1938.), em que as unidades buscariam inicialmente a *definição da situação* (THOMAS, 1969). Essa definição se mostrou fundamentada na ideia de *obstáculo*: aquilo que altera o livre deslocamento rumo ao destino produzia no campo a reação de *evitação*: as unidades desempenham uma movimentação no

sentido de driblar o que se coloca diante de seu caminho. E essa definição assume uma característica peculiar que, se não é exclusiva desse cenário, nele grita e se torna um determinante: *ela é feita a velocidade considerável*, em geral alta. Trato-a assim porque ela implica uma definição de situação *rápida*, com base em poucos elementos, e, portanto, fundada em alguns princípios práticos e uma contida galeria de pressupostos operativos.

A pesquisa mostrou que um veículo se comporta tipicamente segundo uma *matriz de utilidade*: vemos as unidades se moverem “para frente”, isto é, perseguindo o avanço em uma *via rumo a algum lugar*. E mesmo nos casos habituais de deslocamento metatráfego, o comportamento de deambulação se assemelhará àquele dotado de destino, já que igualmente mostrará uma tendência ao avanço. As velocidades variarão, mas em geral o que se observou nesse contexto foi, por um lado, uma redução delas em bloco (caso em que se dirá que “o trânsito está ruim”) ou, por outro, reduções provocadas por alterações, planejadas ou não, no percurso individual – como uma mudança de via na rota ou no traçado de um motorista comercial para encontrar um passageiro. Estabelecida essa nova rotina, a indefinição retorna quando algum outro elemento do cenário se constitui, como disse, como *obstáculo*, isto é, quando se percebe que *por conta* desse elemento a unidade alterou sua velocidade e/ou seu traçado. Nesse momento, em geral de duração curtíssima, ao mesmo tempo se define o objeto como tal, *obstáculo*, e a situação como um *atrasamento*, impondo uma redefinição.

OUTRAS UNIDADES VEICULARES

Por óbvio, a maior parte das interações de uma unidade veicular em trânsito observadas é com outras unidades do mesmo tipo. Nas vias, automóveis, além de motocicletas, caminhões, ônibus, bicicletas, patinetes, skates etc. se envolvem principalmente com outros automóveis, motocicletas, caminhões etc. E são também esses veículos que se impõem como determinantes das velocidades e alterações de traçado dos outros. Nas observações, era majoritariamente para *evitar* outro veículo que uma unidade redefinia seu traçado. Essa relação com esses outros é fundante do próprio *trânsito*: o termo não designa apenas o deslocamento de um veículo, mas a convivência mesma de vários. De modo que a intervenção de outras unidades veiculares no traçado de cada um é ao mesmo tempo sua rotina ajustada e sua causa de indefinição. Um automóvel, então, é afetado em geral por outros veículos por meio do para-brisa (aqueles adiante e em relação aos quais se mantém certa distância, segura ou não, na medida das velocidades e das

distâncias), dos retrovisores ou da visão periférica (aqueles que se aproximam por trás ou pelos lados), do ar (as buzinas, os ruídos etc.) e da comunicação eletrônica (o rádio ou o GPS informando sobre acidentes ou engarrafamentos ou os sensores de aproximação) – isso, para além da informação oferecida pela *inércia* quando ocorre um choque. Reagir a isso pode ser tratado como a própria operação de transitar – o que nos cursos de formação costuma ser chamado de “direção defensiva”⁷ – ou como um momento de redefinição. Assim, avistar um veículo que nos tenta ultrapassar de forma não rotineira, isto é, fora do protocolo para tal, pode inaugurar uma série de formas comportamentais para promover uma rápida redefinição da cena. Por exemplo, como testemunhei muitas vezes, ao se aproximar de um sinal que acaba de avermelhar, a “frota” vai se “encaixando” veículo a veículo, em um processo de acomodação que parece buscar o menor espaço possível entre eles. Consequentemente, têm lugar situações como a seguinte: um automóvel A se aproxima do batalhão parado na faixa mais à esquerda e se paralisa atrás de outro carro; na faixa ao lado, surge um espaço entre o veículo da frente e aquele ao lado de A, não emparelhado com este; A “embicará”, ficando na diagonal, a fim de ocupar a “vaga” aberta pela defensividade do motorista de trás. Em outra situação, vejo o fluxo incessante de motocicletas no “corredor” ao lado de nosso carro, enquanto seguimos lentamente⁸. No automóvel ao lado, também quase inerte, a janela está aberta e o condutor tem a mesma experiência, mas não consegue conter sua prevenção: recolhe o retrovisor lateral e sobe o vidro.

Por fim, o tipo do outro veículo determinará reações distintas: ônibus são maiores e por vezes contam com faixas exclusivas; táxis também podem usar essas faixas e “estão trabalhando” (o que para muitos motoristas significa certa precedência desses carros); motos ocupam o corredor e tenderão a evitar parar; bicicletas trafegarão em geral pela borda da pista, coladas ao meio fio, mas também pela contramão e, eventualmente, entre os veículos, zigzagueando (especialmente as de entrega). No primeiro caso, o tamanho agigantado (mais do que o status de serviço público) cria a imposição sobre os outros: os coletivos saem de sua faixa rumo a

7 No estudo de aprendizado conduzido por mim e pelo aluno Gustavo Queiroz, cuja participação aqui destaco, a ideia de direção defensiva aparece como uma gestão estratégica do distanciamento em relação aos outros elementos do tráfego. Sobre isso, falarei mais em outro artigo, ora em elaboração.

8 Esse “corredor”, a faixa estreita entre as faixas oficiais da pista pela qual as motocicletas costumam trafegar, consistia até setembro 2020 em uma simples omissão jurídica da parte do Código Brasileiro de Trânsito: o corredor não era regulamentado, mas também não era exatamente proibido (na verdade, a prática era beneficiada pela ambiguidade do art. 192 da lei). Com um pacote de alterações no CBT proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso – e no momento de fechamento deste texto ainda a serem sancionadas pelo presidente Jair Bolsonaro, entusiasta da reforma liberalizante do código, especialmente do aumento do número de pontos necessários para suspensão da CNH por multas –, o corredor passou a ser permitido “em momentos de fluxo lento ou parado” e “em velocidade compatível com a segurança de pedestres, ciclistas e demais veículos”.

outras sem necessariamente sinalizá-lo e, por outro lado, serão alvos fáceis de muitas colisões; eles rotinizam no Rio de Janeiro a parada fora do ponto e em fila dupla, o ingresso em outras vias “forçando” o acesso, o respeito relativizado à sinalização e o deslocamento a baixíssima velocidade para se chegar na hora planejada para o encerramento da corrida. No caso dos táxis, sua distinção visual serve de informação alteradora da agência de outros veículos – já que habitualmente tanto se exige dos taxistas uma postura “profissional”, no sentido de “saber dirigir”, quanto se espera uma atitude de “estou trabalhando”, no sentido de os taxistas se permitirem “bandalhas” (como mudar de faixa subitamente ou parar em fila dupla), sob os auspícios de uma posição de alta grandeza industrial (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) oferecida por sua condição⁹. As motocicletas, como visto, contam com uma faixa “própria”, intermediária entre as oficiais, e que as permite trafegar mesmo com o trânsito lento. Isso impõe aos outros motoristas mais atenção a sua passagem. E assim como no caso dos táxis, a distinção será clara entre motocicletas “de passeio” e de entregas; e destas se esperará um alto grau de imprevisibilidade: diferentemente dos táxis, os veículos motorizados de duas rodas dificilmente serão tomados como unidades em torno das quais seja seguro estar. Delas se espera que a qualquer momento mudem de direção, passando de uma pista a outra, zigzagueiem entre os carros, acelerem no corredor ou simplesmente parem. As bicicletas, por sua vez, apresentarão comportamentos semelhantes tanto na versão comercial quanto na “civil”, mas mais lentas.

PEDESTRES

Pessoas se interpõem ao movimento dos veículos especialmente em duas situações: na travessia no sinal e ao ingressarem nas vias com o trânsito em curso. No primeiro caso, os pedestres fazem parte da rotina e se tornam integrantes de um dispositivo sociotécnico (LATOUR, 2012) envolvendo também a infraestrutura viária e a lei de trânsito. O outro caso passa por dinâmicas distintas em diferentes pontos da cidade. Há pessoas cruzando vias expressas, correndo, e há pedestres em vias comuns, em geral mostrando um comportamento de cálculo de distância e velocidade em relação aos veículos (mas há ainda o *pedestre displicente*, aquele

⁹ Não se pode confundir o táxi com o veículo que presta serviço de transporte por aplicativo. Sobre o comportamento destes, muito embora haja considerável discussão no Rio de Janeiro a respeito, a pesquisa etnográfica móvel pouco pôde fazer, na medida em que é difícil, imprecisa, a identificação do veículo nessa atividade pela observação direta. Uma discussão sobre esses veículos ficará para outra fase da pesquisa.

que simplesmente cruza a via, deixando aos carros a agência de sua segurança). Há, entretanto, ainda um terceiro comportamento humano junto aos veículos: em vez de se cruzar a via, trafega-se por ela, em geral em suas bordas, mas também eventualmente no meio. No Rio, vê-se esse comportamento especialmente em bairros mais residenciais – como o Grajaú, atravessado pela observação – e/ou comerciais, notadamente em vias sem passagem de ônibus: os pedestres tratam a calçada como propriedade privada a ser evitada e adotam a rua como caminho preferencial para, quando um carro se aproxima, ir para a calçada, retornando para aquela depois que o veículo passou.

No Centro, observou-se esse fenômeno de forma intensiva em áreas de concentração de comércio, especialmente por as calçadas estarem ocupadas por vendedores ambulantes, produzindo-se uma economia complexa da ocupação dos espaços plenamente reconhecida pelos atores como rotineira – o que é expressado pela aparente naturalidade com que o modelo é operado nas observações: testemunhei muitos pedestres nesse movimento de vai e vem entre calçada e rua e igualmente muitos veículos freando e seguindo ao sabor dessas movimentações. O equilíbrio dinâmico produzido por essa economia, entretanto, é tênue. Eventualmente, uma buzina berra de um ponto da via porque o pedestre abusou do tempo de permanência na rua ou porque há já um engarrafamento há tempo demais produzido por essa ida e vinda. Por outro lado, em poucas situações testemunhadas no campo tiveram lugar momentos de conflito. Em uma, por exemplo, vemos um pequeno choque de um veículo em uma mulher carregando um saco enorme de brinquedos de plástico: ela chega a tropicar e cair sentada na calçada e a situação provoca um bate-boca envolvendo não apenas a ela e o motorista, como ainda outros passantes. Em outro caso, em reação ao susto provocado pela buzina do automóvel ao lado do qual passava, um homem dá uma pancada no vidro lateral traseiro dele, fazendo com que seu motorista desligue o motor – provocando o fechamento do tráfego na via estreita – e vá “ver qual é”. Isso nos manteve parados por mais de 15min, testemunhando a troca de agressões verbais entre os dois até que a “turma do deixa disso” conseguisse acalmá-los e o tráfego fosse retomado.

INFRAESTRUTURA VIÁRIA

A relação entre infraestrutura e tráfego é evidente: é pelas vias que os veículos se deslocam; é sua qualidade que em grande medida determina seus desempenhos: o tipo de calçamento, se de terra, pedras ou asfalto; seu grau de conservação, se com falhas ou não; sua topografia,

desde a mais propriamente geográfica – haver ou não ladeiras, caminhos curvilíneos ou túneis – até a mais circunstancial – ondulações, buracos ou desvios. Além disso, há os aparatos de infraestrutura que compõem com a lei de trânsito dispositivos sociotécnicos, como redutores de velocidade, a faixa de pedestres e mesmo os semáforos e radares de fiscalização. Ora, cada um desses componentes desempenha papéis tanto na rotina quanto nas situações de indefinição: eles são passíveis de previsão, de se integrarem ao trajeto, mas, ao mesmo tempo, ao se manifestarem, também podem se tornar surpresas, contingências que se impõem como desafios.

Dessa forma, por exemplo, um buraco na pista se apresenta diante de um automóvel posicionado diretamente à frente de meu veículo e como que “vindo do nada” – muitas vezes, são colocados galhos de árvore para sinaliza-los informalmente, mas não desta vez. Sem tempo para desviar, ele simplesmente para de supetão, ligando, ato-reflexo, o pisca-alerta. Por conta disso, acabamos por parar também de súbito, e muito proximamente e, para que ele possa se livrar do obstáculo, somos obrigados a voltar em marcha a ré, já que não há espaço para a manobra para mudar de faixa. Isso cria um pequeno engarrafamento, fazendo outros veículos buscarem cada qual uma *solução sua* para *sua* situação de atravancamento, conforme espaços surjam diante e/ou atrás. Em outra situação, um sinal piscando amarelo indica que o dispositivo está com defeito: os veículos, então, avançam sobre a faixa de pedestres para adotar o semáforo da via transversal como referência. O objetivo passa a ser cruzar a pista quando o grupo perpendicular pausar o movimento (ou quando, como ensina o taxista no começo do artigo, não vier nenhum carro). Isso faz com que os pedestres adotem um modo de drible dos veículos e atenção redobrada (até porque é preciso estar atento ao corredor, por onde podem passar motos, bicicletas e, mais recentemente, patinetes elétricos, estes dois últimos na mão e na contramão).

O CLIMA

Dos vários elementos ambientais a influenciarem no tráfego, aquele que mais determinadamente produz situações de atravancamento é o clima. Desde a luz ofuscante do sol que prejudica a visibilidade ao temporal de proporções bíblicas que não apenas faz o mesmo como ainda deixa a pista escorregadia ou a inunda impedindo o tráfego, passando pela neblina e pelo vento, as intempéries ocupam um lugar importante nessa galeria. Ao longo da pesquisa, a chuva se tornou um elemento típico da necessidade de redefinição: como metodologicamente havia sido estabelecido o compromisso de, nas saídas programadas – em veículos de conhecidos ou

alugados com motoristas conhecidos, de modo que cumpríamos sempre a mesma rota –, seguir um percurso que nos ocupava toda a manhã e o começo da tarde ou o fim da tarde até o meio da noite, algumas vezes fomos pegos de surpresa pela chuva. Isso, ao mesmo tempo que redefine planos de condução – dirigir mais devagar, optar mais fortemente pela direção defensiva, utilizar os limpadores de para-brisa –, também estabelece um comportamento mais aberto ainda às circunstâncias do que o habitual: como de momentos de viradas no tempo pode se esperar “qualquer coisa”, em certa medida o condutor se comporta como se não soubesse o que esperar, tornando-se tateante.

Por exemplo, em vários momentos em que nos deparamos com chuvas fortes na observação, notei nos outros veículos uma mecânica de aceleração/desaceleração: se na pista seca a tendência é à “velocidade de cruzeiro”, sendo esta a máxima possível para se chegar ao destino em segurança, na pista molhada entra em cena uma oscilação entre baixa velocidade para a prudência e alta velocidade para a fuga. Como o aparente maior terror dos condutores nessa situação é o alagamento, vê-se muitas vezes uma série de manobras para escapar da via em que se está. Assim, o motorista freia para evitar os obstáculos e acelera para deixar o mundo atravancado. Ao mesmo tempo, no entanto, a poça d’água parece se instalar como um dispositivo lúdico: é recorrente ver os veículos cruzarem pontos de concentração de água a velocidade suficiente para erguê-la, produzindo ondas de espalhamento. Eventualmente, ela chega a acertar pedestres ou ciclistas com a água (o que pode soar como agressão ou objetivo do jogo), mas em geral não há qualquer efeito além do de pura passagem expressiva pelo bolsão – ação que por vezes torna a unidade também obstáculo para outros veículos, implicando manobras evasivas.

A LEI DE TRÂNSITO

Em um ambiente de busca por liberdade é evidente que uma normatização limitadora se torna obstáculo. Mas a norma tem que ser pensada em perspectiva, já que as observações de práticas e críticas mostraram que os atores tratam a lei de trânsito de duas maneiras: 1) como esse elemento ambiental atrapalhador – algo que se interpõe a seu movimento *mais rápido possível* e, portanto, a ser objeto de um sistema de enfrentamento situado; e 2) como dispositivo acusatorial (MISSE; WERNECK, 2012) – ferramenta para criticar o outro motorista quando necessário. O outro condutor é recorrentemente acusado de estar errado, de não respeitar o código legal, embora o desrespeito praticado pelo crítico seja autodesculpado (WERNECK, 2012) tão

recorrentemente quanto. Ora, a ideia de que os motoristas aceitam a legislação de trânsito é um pressuposto desnecessário do funcionamento do trânsito; eles só precisam, lucidamente, reconhecer sua existência (já que ela, como normatividade legal, tem meios para intervir sobre sua agência) e a respeitar na medida em que ela *precise* ser acatada inelutavelmente. Além disso, esse cumprimento não é tão autoimposto quanto resultante de uma forma estratégica de lidar com os dispositivos coercitivos¹⁰. Desse modo, vê-se uma mecânica de investigação perene da letra da lei para operar nos seus limites. Não que os motoristas demonstrem conhecer textualmente seus termos; o que se manifesta claramente é um constante movimento de busca de janelas de circunstância nos princípios gerais propostos pela norma para falar de si e mobilizações situadas para se falar dos outros. Assim, vemos em determinados momentos o estabelecimento de novas leis como a que tornou obrigatório o uso do cinto de segurança, em 1997, e a de proibição do beber e dirigir, em 2008, produzir hábitos que se tornaram imiscuídos no cotidiano dos motoristas como, no primeiro caso, esticar o cinto, mas o deixar solto sobre si, travado no alto, mas sem encaixe na cintura, a fim de parecer usá-lo diante de agentes da lei, ou, no outro caso, consultar uma rede social que informa pontos de fiscalização do consumo de bebidas alcoólicas a fim de, tendo bebido, construir uma rota para evitá-los¹¹.

Considerados esses principais obstáculos, o encontro com eles (isto é, a definição da situação como de atravancamento) a considerável velocidade implica uma nova definição da situação: a da *forma* da evitação, em um movimento rumo a uma nova ação, concebida criativamente a partir do obstáculo imposto, em uma transição do tratamento da norma legal: ela deixa de ter a agência determinadora como normal e passa a ser tratada como gramática gerativa, isto é, como ideal a ser operado da forma mais competente possível, mas não a ser estritamente obedecido, tornando-se adaptável.

A OCUPAÇÃO DA PISTA LIVRE

10 Sistema esse que parece ele mesmo ter incorporado esse funcionamento “realista” (WELLS, 2011). Por exemplo, no citado caso dos radares, sistemas automatizados situados em pontos estratégicos das vias para detectar infrações – em geral de velocidade, desrespeito a sinais e, mais raramente, ultrapassagens indevidas. Por conta de uma lei que obriga a informar onde se localiza o “pardal” (como o aparelho é conhecido popularmente), ele acaba se tornando mais um *dispositivo de cumprimento situado da regra*, um aparato de *controle* (DELEUZE, 2013), do que um dispositivo de disciplina panóptica (FOUCAULT, 1975).

11 Essa navegação também se estabelece é na relação com multas e pontos na carteira, segundo a qual os condutores não apenas recorrem das punições com base em evidências de conveniência e recorrentemente “trocam” pontos, transferindo a culpa para parentes ou amigos a fim de não perderem a carteira.

As observações de campo ao longo de toda a pesquisa indicaram que a ideia de *pista livre*, como disse, parece ocupar o lugar de princípio geral da *lei do trânsito* no Rio de Janeiro: os motoristas mostraram objetivar ter diante de si uma via o máximo possível sem obstáculos, com um espaço completamente deles isento. Como forma geral, então, esse princípio guiou as outras formas de ação *ad hoc*, indicando um forte engajamento industrial (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) e planejado (THÉVENOT, 2006) dos motoristas: ter o horizonte livre diante de si parece indicar que o objetivo do deslocamento será alcançado com a maior eficiência possível. Ao mesmo tempo, no entanto, tão importante quanto essa liberdade espacial parece ser a sensação (também industrial) de não desperdício de espaço: se no horizonte da pista liberada houver um outro veículo, o esforço das unidades veiculares passa a ser depositado em alcançá-lo. O movimento se manifesta desde no deslocamento em uma via reta, na qual se enxerga ao longe o próximo pelotão, quanto na percepção do sinal fechado à frente, quando se chega a mudar de faixa para se ocupar o espaço mais adiantado possível, além de quando por algum motivo se cria um intervalo imprevisto entre um veículo e o da frente (por exemplo, porque um outro deixou aquele espaço ao ultrapassar o de sua frente). Em todos esses casos, acelera-se para se preencher o espaço entre si e aquilo mais à frente. Trata-se da antítese da “direção defensiva” das autoescolas: o objetivo parece ser ganhar cada centímetro, ficando-se o mais próximo possível do próximo veículo. Inúmeros exemplos dessa operação foram observados no campo, inclusive o da criação de uma “faixa extra” ao lado do pelotão estacionado diante de um sinal ao final de uma curva, com um automóvel “embicando” ao lado do mais à esquerda, para ocupar ao limite o espaço ainda disponível.

A CORRIDA

Evidentemente, os mais primários movimentos de evitação no trânsito são o desvio e sua versão avançada, a ultrapassagem. Os veículos fazem isso em inúmeros momentos de seu percurso e há mesmo um regramento para tal previsto na lei oficial. O ponto a ser destacado é, então, a ultrapassagem quando elemento de uma disputa pela pista livre, iniciada quando outro veículo mais lento se impõe, definindo um “vazio” adiante dele. A *corrida* iniciada nessa situação diz respeito a um movimento de mudança de velocidade e traçado para promover a ultrapassagem, o que não reconhece lado preferencial: a via de passagem será o lado disponível, seja ele pela esquerda (como reza o CTB) ou pela direita. E envolve quaisquer movimentos ne-

cessários para tal, de cruzar a pista mantendo uma velocidade minimamente maior em relação ao veículo a ser ultrapassado ou usar a buzina ou as luzes para pressioná-lo a “abrir passagem”. Por exemplo, como estávamos fazendo observações e, portanto, desenvolvendo velocidades mais lentas (e nos mantendo na pista adequada para isso), fomos inúmeras vezes objeto dessa operação e, além de ouvir algumas buzinas, algumas vezes percebi carros “vindos do nada” a nos ultrapassar. Ao mesmo tempo, será essa a forma de evitação na qual as diferenças entre modelos de veículo farão a diferença: unidades mais potentes ultrapassam com mais facilidade e igualmente podem evitá-las com menos esforço. E muito embora situações de “apostar corrida” (isto é, a disputa de velocidade em ultrapassagem) não sejam a rotina no tráfego, elas são dignas de nota de um tipo de redefinição acelerada em torno da pista livre, podendo ser causa de acidentes e se tornarem obstáculos para outras unidades em torno.

A BANDALHA

A criação de caminhos alternativos para o deslocamento é a base da chamada “bandalha”. Da marcha a ré no meio do tráfego à travessia por sobre um canteiro ou uma calçada, passando-se por conversões não permitidas no código oficial, transformações de vãos em agulhas e pelo uso do acostamento para trafegar, ela é a máxima expressão do comportamento *ad hoc*: o motorista se vê diante do que considera um obstáculo e “inventa” um caminho alternativo. Assim, por exemplo, em um viaduto ligando uma avenida de enorme movimento a outra, na hora do rush matutino, um automóvel se paralisa na pista da direita e, tendo ingressado no elevado por engano, engata a ré e, pisca-alerta ligado, retorna lentamente pela estreita agulha de acesso (em declive) vinda da via lateral, a fim de acessar a avenida perdida. Nesse momento, meu veículo se aproximava, a velocidade reduzida, de maneira que pudéssemos acompanhar todo o tenso percurso para trás e lentamente e a tensa expectativa de que um veículo oriundo da outra via tomasse a agulha e se chocasse com ele ditava o tom do momento. O motorista, cabeça ora para fora da janela ora voltada para o retrovisor interno, movia-se freneticamente, administrando a manobra.

Promovida a evitação *ad hoc*, a unidade veicular poderá prosseguir seu caminho rumo ao destino, estabelecendo nova rotina de pista livre. Isso, até o próximo encontro com um potencial obstáculo e a definição da situação como de atravancamento.

COM A CRÍTICA NO RETROVISOR: O NÃO SABER DIRIGIR E O IRREALISMO DA LEI DE TRÂNSITO

Ao mesmo tempo que o compromisso analítico estabelecido para esta fase da pesquisa se fundou na observação das ações e dos comportamentos – buscando nas regularidades deles próprios os quadros abstratos a eles subjacentes –, sem um compromisso com a análise dos motivos oferecidos pelos atores, as observações etnográficas, ao adquirirem a feição praxiológica, me deixaram mais atento a como os atores julgam os comportamentos uns dos outros. Hirschman (1973), ao analisar os comportamentos de consumidores diante de problemas com produtos e serviços e extrapolar essa relação a qualquer forma na qual se espere o fornecimento de algo por alguém a outrem (tornando possível analisar pelas mesmas ferramentas analíticas desde a relação entre eleitores e eleitos àquelas entre integrantes de casais), explicita uma característica paralinguística da crítica: ela por vezes independe da expressão clara e linguisticamente explícita como tal para ser crítica – isto é, para produzir as consequências dessa definição – e muitas vezes independe mesmo da reflexividade do crítico para tal – por vezes, alguém pode inconscientemente fazer uma crítica (sendo entendido ou não como tal) ao se comportar de certa maneira, ainda que não tenha controle sobre isso, como por exemplo, ao virar os olhos, soltar um suspiro ou simplesmente – considerando-se a ideia de crítica *exit* (saída) de Hirschman (1973) – ao romper a relação, omitindo-se de se relacionar com a prestação de “serviço ou produto”. Além disso, como mostramos eu e Loretto (2018), a crítica, para ser o que é, é tributária de uma *matriz formal* e poderá assumir uma vasta gama de formatos, conforme se componham elementos de um protocolo gramatical da mesma.

No que diz respeito ao trânsito, o que interessará aqui dessa mecânica é que comportamentos nele podem representar críticas, ainda que não sejam expressados linguisticamente. Ao mesmo tempo, se a expressão explícita da crítica pode não ser necessariamente seu momento privilegiado – veja-se, por exemplo, a *insinuação* (LORETTI, 2016; WERNECK; LORETTI, 2018) e a *sugestão* –, duas possibilidades interpretativas oriundas do campo me pareceram enormemente significativas: a primeira delas é que a crítica mais recorrentemente mobilizada pelos atores no tráfego, nas entrevistas realizadas lateralmente e nas falas dos motoristas com que circulei, não é que o outro não respeita as leis de trânsito e sim que *ele* “*não sabe dirigir*”¹², o que significa, nas falas dos atores, que esse outro não entende/não é capaz de operar o regra-

¹² Desenvolvo esse atributo como uma rotulação em outro artigo, no prelo (WERNECK, 2020).

mento situado aqui chamado de *lei do trânsito*, seja em sua dimensão generalizada (baseada em *generalizações, justificações*), seja em sua dimensão metapragmática (WERNECK, 2012) (baseada em *circunstâncias, desculpas*). Em um encontro entre duas unidades móveis, um espera do outro que este interaja sem se tornar obstáculo, que o outro não o obrigue a reduzir a velocidade contra sua vontade, traçar um curso a sua revelia ou adotar uma ação não prevista – isto é, que o outro não o faça perder tempo. Se o faz, é porque “não dirige direito”. Por outro lado, a segunda observação diz respeito ao que está impresso claramente na fala que abre este texto, uma crítica ao *irrealismo da lei de trânsito*: ela não seria realista, se apartaria do mundo real, das reais necessidades das pessoas, para se concentrar em uma normatividade idealizada, pouco atenta às circunstâncias específicas impostas às situações. O que foi possível perceber é que essas críticas eram expressadas como formas abstraídas das experiências desses atores e que ao mesmo tempo estão expressadas nas ações observadas.

Se retornarmos à descrição de Goffman (1971) para a lei de trânsito, veremos que para ele essa normatividade permite “às unidades veiculares um uso independente de uma série de vias com o propósito de se mover de um ponto a outro”. Dois elementos dessa apresentação são centrais. O primeiro, o reconhecimento da mobilidade objetiva como pressuposto central. O outro, mais relevante aqui, é a ideia de “uso independente”. Esse pressuposto diz respeito ao movimento supostamente sem interferência de um veículo sobre o outro. Pois as observações de campo indicaram que os motoristas imaginam uma coordenação entre seus movimentos e os dos outros com base prioritariamente no “saber dirigir”, isto é, na administração gramaticalmente competente do fundamento da *lei do trânsito* – o que significa ser capaz de operar o veículo na maior velocidade necessária, com o maior grau de evitação dos obstáculos possível e, evidentemente, sem imprevistos ou prejuízos, como em uma coreografia, em que cada um sabe seus passos. Está inscrito recorrentemente nas críticas verbalizadas: se todo mundo “dirigisse direito”, todo mundo poderia se conduzir sem perda de tempo e sem prejuízo e é justamente o fato de que isso não ocorre que torna o trânsito algo problemático.

E esse “dirigir direito” leva em conta tanto a crítica ao outro, ao este não demonstrar habilidade para não atravancar e, ao mesmo tempo, para resolver situações contingentes, quanto à própria lei de trânsito, quando esta se impõe como metafísica irrealista: quem obedece demais à norma oficial pode se tornar um obstáculo, ao reduzir velocidades, parar em sinais “onde não se para” ou demorar demais para fazer uma manobra por desempenha-la “de forma preciosista”. Assim, é possível perceber que, em um plano em que o trânsito seja pensado como conjunto de ações em um regime de justiça (BOLTANSKI, 1990) – o bem comum dos envolvidos –, os condutores promovem um compromisso entre uma gramática industrial (baseada na eficiência)

e uma inspirada (baseada na criatividade) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020): saber dirigir, vê-se nas críticas, tem a ver com mostrar uma capacidade de, ao mesmo tempo, encontrar a solução mais ajustada “tecnicamente” para a situação e a mais inovadora para o momento.

Por outro lado, os atores em várias situações mobilizarão a crítica de que o outro não obedece à lei de trânsito. Isso indica, por um lado, uma tendência a operar segundo diferentes regimes morais, ora como metafísica razoável – no que ela é tratada como uma espécie de pauta mínima, a ser obedecida sempre que possível e cujos desrespeitos não justificados pelo saber dirigir não serão tolerados – e ora como obstáculo evitável. Imiscuem-se nesse caso tanto um moralismo acusatorial (MISSE; WERNECK, 2012; WERNECK; LORETTI, 2018), segundo o qual se ocupa uma posição moral superior ao se criticar o outro (WERNECK, 2012), quanto um realismo utilitarista, segundo o qual a obediência à regra e a interpelação das ações segue conveniências práticas.

Mas se o tratamento no interior de uma questão sobre a interpelação das *ações* sociais como fenômeno a ser respondido por alguma competência, definindo regimes de ação (BOLTANSKI, 1990), permite pensar as críticas como reveladoras de uma constante avaliação da justiça/justiça (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) dos comportamentos, o tratamento praxiológico permitiu enxergar um outro tratamento analítico para compreender outras dimensões do trânsito: pensar nele na chave dos *engajamentos* em uma *gramática do comum no plural* (THÉVENOT, 2006) tornou possível enxergar os comportamentos na ordem de seu papel indicial da integração/coordenação dos atores em determinada sociabilidade.

O TRÂNSITO COMO ENGAJAMENTO MISTO E A LEI DO TRÂNSITO COMO GRAMÁTICA DE AÇÃO COMUM NO PLURAL ENTRE O PLANO, A EXPLORAÇÃO E A CIRCUNSTÂNCIA

Uma forma enormemente criativa e produtiva de pensar as movimentações agenciais dos atores rumo a movimentações sociais é proposta por Laurent Thévenot, que chama essas movimentações de *ações no plural*. Em sua interpretação, resultante de desenvolvimentos posteriores a seu trabalho no modelo das *economias da grandeza* (EG) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020.), descrever como as pessoas ingressam, se *envolvem* em (e *sejam envolvidas* por) comportamentos comuns (no plural), coordenando-se entre si, engajando-se nessas “ações em comum no plural”, passa por compreender que esse engajamento é desenvolvido segundo

diferentes gramáticas, definindo diferentes *regimes de engajamento*. Ele sugere inicialmente três desses regimes: engajamento *no próximo*, engajamento *no plano* e engajamento *justificado* (THÉVENOT, 2006).

Com base no trabalho de Thévenot, Auray (2011) propõe, influenciado pela noção de *investigação*, de John Dewey (1938), um outro regime de engajamento, que nomeia de *exploratório*: ele seria centrado no processo investigativo que, segundo Dewey, os humanos empreendem ao se depararem com situações indefinidas, buscando justamente sua definição. Relembremos: conforme Thomas (1969, p. 42), uma “definição de situação” é “um estágio de exame e deliberação (...) preliminar a qualquer ato comportamental autodeterminado” e que diz *o que está acontecendo ali*, permitindo aos homens tratarem as situações como “reais em suas consequências” (THOMAS; THOMAS, 1938, p. 572). Minha aposta aqui é que o trânsito explicita a possibilidade de se falar em uma forma de engajamento com uma complexificação ulterior à sugerida por Auray: se o regime exploratório é fundamentado na busca pela definição, tenho em mente um engajamento fundado naquilo que descrevo como *indefinição da situação*. Sugiro que os atores podem se beneficiar – e costumam fazê-lo – de uma evitação/postergação dessa definição, estabelecendo com o mundo indefinido uma fricção produtiva, nos moldes do que Stark (2009) chama de *dissonância*: sem se qualificar claramente estados ocupados situacionalmente, pode-se empreender um agenciamento contingente, fortemente *ad hoc*, que permite aos atores, na antípoda de um engajamento no plano, se desengajar de qualquer porvir e, com isso, valorizar os elementos surgidos a partir de não haver uma colonização do presente pelo futuro – ou, neste caso, de haver uma colonização leve.

Falar em postergação em uma interação a alta velocidade pode parecer contraditório, já que a aceleração tenderia a impor a definição, mas essa hipótese colabora para uma fricção produtiva fundamental observada em campo: aquela entre um engajamento no plano – um engajamento com se chegar ao destino – e um engajamento que chamarei aqui de *circunstancial* – com a forma escolhida para se chegar, justamente a de ingressar no mundo do trânsito; nele, está-se aberto para um perene estado de contingência e surpresa, na medida das circunstâncias que vão se impondo *ad hoc*, coordenando-se com os outros de forma também concebidas para o momento. Ao se ingressar em uma via como operador de uma unidade veicular, o ator ao mesmo tempo que tem um objetivo no horizonte, não é projetado para ele em todos os seus passos; em vez disso, mantém-se em um presente prolongado, comprometendo-se temporariamente com *aquilo que importa aqui e agora*, sem que *aqui e agora* precisem ser algo além da contingência. Essa indefinição é fundamental para que o veículo prossiga sem ingressar em uma teleologia de seu percurso.

Nesse sentido, parece de fato se tratar dessa outra forma de engajamento. Ela seria fundada naquilo que já chamei (WERNECK, 2012) de *capacidade metapragmática*, isto é, uma faculdade intrínseca dos atores sociais segundo a qual se toma consciência da distância entre abstração valorativa (moral, dimensão metafísica) e situações práticas (ação, dimensão pragmática), valorizando-se as efetivações circunstanciais. Nesse regime de engajamento, a ação no plural é possível graças a uma forma de coordenação segundo a qual os atores compreendem que eles e os outros estão todos submetidos a um imperativo metapragmático, sendo necessária a tomada de consciência das circunstâncias específicas das situações para delas dar conta. Com isso, muito embora os atores estejam engajados no comum, esse comum não conta com um princípio de conteúdo de base; pelo contrário, evita-se se definir um princípio, para tirar proveito de não ter que se definir, aceitando-se os desafios contingentes.

Um regime como esses, no entanto, não pode ser pensado simplisticamente como engajamento “irresponsável”. O regime de circunstância permite aos atores estarem abertos para experiências sem que elas precisem estar atreladas a uma base de sociabilidade fundada em princípios de conteúdo, enfatizando-se a forma, como no regime exploratório, mas sem ainda que precisem definir claramente o que está acontecendo *vis-à-vis* a demonstração de uma compreensão da realidade. Essa produtividade pode estar presente justamente na necessidade de desatrelamento de um acordo estruturado em torno da lei de trânsito em favor de um acordo gramatical em torno da lei do trânsito: os que verdadeiramente “sabem dirigir” são aqueles capazes de demonstrar desenvoltura metapragmática, atuando criativamente e eficientemente a cada desafio, seguindo esse princípio de desatravancamento do tráfego seu e dos outros. Em qualquer caso assim conduzido, a indefinição oferece ao ator a possibilidade ao mesmo tempo de dizer que foi fazer qualquer coisa e que o que foi fazer não importa e de se beneficiar de quaisquer uma dessas definições de forma eventual.

Assim, percebeu-se nas observações um conjunto de comportamentos, fundados em um engajamento ao mesmo tempo variante (passando-se de um a outro) e misto (coordenando-se entre si) nessas três formas, engajamento no plano, engajamento exploratório e engajamento circunstancial: o plano é representado por um conjunto de comportamentos visando se chegar a um destino, e em relação ao qual outros elementos desse cenário são tratados como obstáculos a serem evitados; a atividade exploratória determina um fluxo tateante entre crítica industrial (a lei de trânsito não é realista) e crítica inspirada (o outro “não sabe dirigir”, isto é, não é hábil e criativo para desviar dos obstáculos e não se tornar um); e o engajamento circunstancial pressupõe uma coordenação com o mundo e com os outros em termos das contingências à medida que se colocam.

A ideia deste texto foi demonstrar que o elemento central da operacionalização do tráfego são menos as “restrições ao movimento” contidas em uma prescrição gramatical como a lei de trânsito do que, ora, o tráfego em si. Pensar uma lei do trânsito é pensar que seu funcionamento busca a *efetivação* dos movimentos *possíveis e cabíveis* das unidades naquele mundo, considerados seus fins últimos: uma moral do trânsito não é, então, um conjunto de formas de impedir que os atores se desloquem; é, antes, um conjunto de formas de se mover levando-se em consideração a copresença de outras unidades móveis – o que nos conduz a uma definição weberiana de ação social, a partir da qual se “leva em conta” os “comportamento dos outros” (WEBER, 1947, p. 88). Isso não significa que ela seja capaz de garantir a segurança de todos os seus participantes: uma vez que essa copresença exige de seus participantes uma competência para *interações aceleradas* – o cruzamento de unidades a altas velocidades – sem que elas venham a se tocar, as possibilidades de conflito são evidentes. Mas a aposta analítica aqui é que será apenas com a compreensão desses elementos que uma compreensão do tráfego será completa¹³

REFERÊNCIAS

1. AURAY, Nicolas. Les technologies de l’information et le régime exploratoire. *In*: VAN ANDEL, Pek; BOURSIER, Danièle (Org.). **La sérendipité: Le hasard heureux**. Paris: Hermann, 2011, p. 329-343.
2. BERGMANN, Sigurd; SAGER, Tore. **The Ethics of Mobilities: Rethinking Place, Exclusion, Freedom and Environment**. Hampshire: Ashgate, 2008.
3. BOLTANSKI, Luc. **Les usages sociaux de l’automobile: Concurrence pour l’espace et accidents**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. vol. 1, n. 2, p. 25-49, 1975. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1975_num_1_2_2456. Acesso em: 02 jul. 2019.
4. BOLTANSKI, Luc. L’encombrement et la maîtrise des ‘biens sans maître’. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. v. 2, n. 1, p. 102-109, 1976. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1976_num_2_1_3385. Acesso em: 15 jul. 2020.
5. BOLTANSKI, Luc. **L’amour et la justice comme Compétences: Trois essais de sociologie de l’action**. Paris: Métailié, 1990.

¹³ Minha aposta é também que melhores legislações de trânsito precisam levar em conta essas observações, a fim de calibrar seus dispositivos de governo aos comportamentos efetivos dos atores.

6. BOLTANSKI, Luc. **De la critique**: Précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard, 2009.
7. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: Sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
8. BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro** - Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm. Acesso: 02 jun. 2019.
9. BURKE, Kenneth. **A Grammar of Motives**. Berkeley: University of California Press, 1945.
10. BÜSCHER, Monika; URRY, John. Mobile Methods and the Empirical. **European Journal of Social Theory**. v. 12, n. 1, p. 99-116, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249710569_Mobile_methods_and_the_empirical_European_J_Soc_Theor. Acesso em: 05 jun. 2019.
11. BÜSCHER, Monika; COULTON, Paul; HEMMENT, Drew; MOGENSEN, Preben Holst. Mobile, Experimental, Public. *In*: BÜSCHER, Monika; URRY, John; WITCHGER, Katian (Org). **Mobile Methods**. Londres: Routledge, 2011, p. 119-137.
12. CANZLER, Weert; KAUFMANN, Vincent; KESSELRING, Sven. **Tracing Mobilities**: Towards a Cosmopolitan Perspective. Hampshire: Ashgate, 2008.
13. CICOUREL, Aaron V. **Method and measurement in sociology**. Nova York: The Free Press, 1964.
14. CONLEY, Jim; MCLAREN, Arlene Tigar. **Car Troubles**: Critical Studies of Automobility and Auto-Mobility. Farnham: Ashgate, 2009.
15. COOPER, James; MUNDY, Ray; NELSON, John. **Taxi!** Urban Economies and the Social and Transport Impacts of the Taxicab. Surrey: Ashgate, 2010.
16. DAMATTA, Roberto. **Fé em Deus e pé na tábu**a: ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
17. DEWEY, John. **Logic**: The Theory of Inquiry. New York: Henry Holt and Company, 1938.
18. DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 223-230.
19. FEATHERSTONE, Mike; THRIFT, Nigel; URRY, John. **Automobilities**. Londres: Sage, 2005.
20. FREUDENDAL-PEDERSEN, Malene. **Mobility in Daily Life**: Between Freedom and Unfreedom. Surrey: Ashgate, 2009.

21. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.
22. GAMBETTA, Diego; HAMMIL, Heather. **Streetwise**: How Taxi Drivers Establish Their Customers Trustworthiness. New York: Russel Sage Foundation, 2005.
23. GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm. **The Discovery of Grounded Theory**: Strategies for Qualitative Research. Piscataway. New Jersey: Aldine Transaction, 1967.
24. GOFFMAN, Erving. **Relations in Public**: Microstudies of the Public Order. New York: Basic Books, 1971.
25. GRIECO, Margaret; URRY, John. **Mobilities**: New Perspectives on Transport and Society. Surrey: Ashgate, 2011.
26. GUSFIELD, Joseph R. **The Culture of Public Problems**: Drinking-Driving and the Symbolic Order. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
27. HENRIQUES, Sandra Mara Garcia. **Etnografia móvel**: uma proposta metodológica para os estudos da mobilidade na comunicação. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
28. HIRSCHMAN, Alfred. **Saída, voz e lealdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e Estados. São Paulo: Perspectiva, 1973.
29. HORTON, Dave; ROSEN, Paul; COX, Peter. **Cycling and Society**. Hampshire: Ashgate, 2007.
30. IGLESIAS, Fabio. **Desengajamento moral**: Um estudo com infrações de trânsito. 2002. Dissertação de mestrado não publicada. Rio de Janeiro.
31. JOSEPH, Isaac. **Le passant considérable**. Paris: Librairie des Méridiens, 1984.
32. LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 1997.
33. LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.
34. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moares, 1991.
35. LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
36. MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**. v. 24, p. 95-117, 1995. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev. an.24.100195.000523>. Acesso em: 18 jun. 2019.
37. MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre. “O interesse no conflito”. *In*: MISSE, Michel;

- WERNECK, Alexandre (Org). **Conflitos de (Grande) Interesse**: Estudos sobre Crimes, Violências e outras Disputas Conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 7-25.
38. OHNMACHT, Timo; MAKSIM, Hanja; BERGMAN, Manfred Max. **Mobilities and Inequality**. Surrey: Ashgate, 2009.
39. PEIRCE, Charles Sanders. Algumas consequências de quatro incapacidades. *In*: PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 259-282.
40. RUSSO, Maurício Bastos. **Violência no trânsito à “moda brasileira”**: Insegurança, letalidade e impunidade. 2012. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.
41. SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 2, p. 46-62, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7155>. Acesso em: 03 jul. 2020
42. STARK, David. **The Sense of Dissonance**: Accounts of Worth in Economic Life. Princeton: Princeton University Press, 2009.
43. THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement**. Paris: La Decouverte, 2006.
44. THOMAS, William I. **The Unadjusted Girl**: With Cases and Standpoint for Behaviour Analysis. Monclair: Patterson Smith, 1969.
45. THOMAS, William I; THOMAS, Dorothy Swaine. **The Child in America**: Behavior Problems and Programs. New York: A.A. Knopf, 1938.
46. URRY, John. **Mobilities**. Londres: Polity, 2007.
47. VANDERBILT, Tom. **Traffic**: Why We Drive the Way We Do (and What it Says About Us). New York: Alfred A. Knopf, 2008.
48. VIVANCO, Luis Antonio. **Reconsidering the Bicycle**: An Anthropological Perspective on a New (old) Thing. New York: Routledge, 2012.
49. WEBER, Max. A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política. *In*: WEBER, Mar. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.
50. WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization**. Glencoe: The Free Press, 1947.
51. WELLS, Helen. **The Fast and The Furious**: Drivers, Speed Cameras and Control in a Risk Society. Boca Raton: CRC Press, 2011.
52. WERNECK, Alexandre. **A desculpa**: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

53. WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral, agência social e criatividade. *In*: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (Org.). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 21-43.
54. WERNECK, Alexandre. O ornitorrinco de criminalização: A construção social moral do miliciano a partir dos personagens da ‘violência urbana’ do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 3, p. 429-454, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7300>. Acesso em: 15 jun. 2019.
55. WERNECK, Alexandre. Dar uma zoada, botar a maior marra: Dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação em situações de crítica. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 1, p. 221-287, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582015000100187&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 14 jun. 2019.
56. WERNECK, Alexandre. Rotulação a alta velocidade: O ‘não sabe dirigir’ como identidade social e a interação como caso especial do situacionismo. **(Syn)thesis: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Uerj**, [2020], no prelo.
57. WERNECK, Alexandre; LORETTI, Pricila. Critique-Form, Forms of Critique: The Different Dimensions of the Discourse of Discontent. **Sociologia & Antropologia**. v. 8, n. 3, p. 973-1008, 2018. Disponível em: http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2018/10/8_v08n03_AlexandreWerneck-PricilaLoretti.pdf. Acesso em: 3 jun. 2019.
58. WERNECK, Alexandre; TALONE, Vittorio da Gama. A ‘sociabilidade violenta’ como interpretante efetivador de ações de força: Uma sugestão de encaminhamento pragmático para a hipótese de Machado da Silva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 24-61, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/20613>. Acesso em: 04 jun. 2019.
59. WERNECK, Alexandre; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; TALONE, Vittorio. An Outline of a Pragmatic Sociology of ‘Violence’. **Sociologias**. v. 22, n. 54, p. 286-326, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222020000200286&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2019.
60. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Status Report on Road Safety 2018**. Genebra: World Health Organization, 2018.

Alexandre Werneck

Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-

doutorado (FAPERJ) na Universidade Federal Rio de Janeiro. Coordenador efetivo de pesquisas do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal Rio de Janeiro. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7529-7633>. E-mail: av.werneck@ifcs.ufrj.br.

T RAJETÓRIAS
E PERSPECTIVAS

Antropologia, Educação e Ética: Desafios no e do Campo Científico

Anthropology, Education and Ethics: Challenges in the Scientific Field

Neusa Maria Mendes de Gusmão

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

A releitura de dois dossiês com a temática antropologia da/e educação¹ busca demonstrar os caminhos trilhados por antropólogos e pesquisadores em educação quando adotam a etnografia no âmbito de suas pesquisas. Em tela, um campo científico em construção: a antropologia da/e educação. O texto expõe as alternativas presentes no fazer etnográfico de pesquisadores que atuam na relação entre esses dois campos científicos. Considera-se que as escolhas teóricas possibilitam uma diversidade de resultados porque são dependentes dos princípios e das ferramentas adotadas no fazer científico de cada campo. Quais são tais princípios e ferramentas? Quais suas possibilidades e quais seus limites?

Palavras-chave: Antropologia, Educação, Etnografia, Ética, Campo Científico.

ABSTRACT

The rereading of two dossiers with the theme anthropology of/and education aims to demonstrate the paths taken by anthropologists and researchers in education when they adopt ethnography in their research. In focus, a scientific field under construction: the anthropology of / and education. The text presents the alternatives under the ethnographic work of researchers interested in the relationship between these two scientific fields. It is considered that the theoretical choices enable several results because they depend on the principles and tools adopted in the scientific practice of each field. Which are such principles and tools? And what about its possibilities and limits?

Keywords: Anthropology, Education, Ethnography, Ethics, Scientific Fields.

¹ A denominação Antropologia da Educação ou Antropologia e Educação não será tratada no âmbito deste texto. Este é um debate a ser feito de modo sério e consistente, devido a concepções diversas a respeito da relação entre os campos aqui considerados.

Recebido em 22 de setembro de 2019.
Avaliador A: 01 de novembro de 2019.
Avaliador B: 04 de novembro de 2019.
Aceito em 17 de dezembro de 2019.



INTRODUÇÃO

A modernidade, o avanço tecnológico e o mundo informacional numa ordem social globalizada exigem, cada vez mais, que a educação e sua agência maior, a escola, conformem-se às imposições desse “novo” tempo. Nesse contexto, a educação se faz ferramenta fundamental, mas, com frequência tem sido pensada tão somente como escolarização. No entanto, hoje muitos antropólogos (BRANDÃO, 1981; 2002; GUSMÃO, 1997; 2015; DAUSTER, 2007; DAUSTER, TOSTA, ROCHA, 2012) assumem por princípio, que a realidade complexa, múltipla de diferentes sociedades, povos e culturas constitui diversos e diferentes processos educativos cujo centro, não se faz restrito a espaços escolarizados, mas, se realiza por meio da aprendizagem e ao longo da vida de sujeitos portadores de histórias pessoais e sociais específicas. Nesse sentido, a aprendizagem se faz processo múltiplo e diverso, sempre em movimento e sempre inacabado. Sua dinâmica atrela-se ao universo cultural dos sujeitos sociais em relação às exigências do tempo histórico que ordena a vida social em contexto.

Por outro lado, o campo científico das sociedades modernas se defronta com a questão da diversidade social e cultural de diferentes povos, grupos e culturas, tornando fundamental a questão da aprendizagem para instituir ou fortalecer um ou mais campos de conhecimento. Porém, tal processo não é tranquilo. Diferentes controvérsias colocam perguntas sobre quais dentre as ciências instituídas, por trajetórias e ferramentas teóricas próprias, postulam se fazer instituintes. Seriam elas, as ciências existentes, capazes de construir caminhos abrangentes de explicação da realidade social? Desse movimento denso de inquietações no campo científico emergem perspectivas diversas ora em complementaridade, ora em confronto, ordenando possibilidades e caminhos diversos no fazer ciência.

Para demonstrar alguns desses muitos caminhos, busca-se aqui falar a partir da antropologia entendendo esta como uma ciência da ação, cuja prática se faz mediadora das relações dessa sociedade moderna com outras sociedades, povos e culturas, sempre num contexto de tensão, de poder e sempre como parte integrante do campo político das relações entre sujeitos sociais diversos. Essa perspectiva constitui uma antropologia centrada nas relações de alteridade e de desigualdade que, como diz Dietz (2016), deixa de lado essencialismos simplistas e busca processos de interculturalidade, de troca e equidade entendidas como uma das tarefas da antropologia e, em particular, na relação com outro campo, a educação. Se existiu e existe uma trajetória da antropologia com a educação que possibilita pensar em uma antropologia da/e educação, torna-se necessário admitir que a educação também teceu e tece caminhos próprios

para se relacionar com a antropologia. Não excludentes, tais caminhos se apresentam diversos, porém, capazes de aproximações, de aceites e soma ou de negação e rejeição no pensamento científico. Essa relação específica, se faz assim, um complexo desafio que exige saber o lugar do qual fala, tanto o educador, como o antropólogo.

Nas discussões que se seguem o lugar da fala leva em conta um consistente debate no campo da antropologia. Fato que implica ter presente as dimensões do passado e do presente da ciência antropológica em relação a educação, de modo a buscar por processos de mediação que apontem para avanços e limites dessa trajetória e tornem possível estabelecer diálogos fecundos e simétricos entre as áreas em questão.

A multiplicidade de olhares em torno do que seja educação, as trajetórias de idas e vindas na relação entre ambos os campos, exigem um pensar e refletir em contexto no tempo. Colocam em tela, também, a necessidade de refletir sobre a ciência que praticamos, suas ferramentas e princípios.

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: UM TEMA EM DISCUSSÃO

A antropologia tem se constituído historicamente como um saber de fronteiras e, por vocação interdisciplinar estabelece debates com diversas áreas do conhecimento. Em sua interface com a educação, o diálogo não é novo e se reporta a uma longa tradição (GUSMÃO 1997; 2015; OLIVEIRA, 2015). Atualmente, antropólogos no Brasil, na América Latina, na Europa têm investido em pesquisas diversas com diferentes abordagens, de modo a intensificar o diálogo e fortalecer centros pesquisas na área da antropologia e na da educação. Contudo, o desenvolvimento mais visível desse debate se dá a partir dos anos de 1990, devido aos movimentos de reconhecimento da diversidade social e cultural brasileira na Constituição de 1988. Desde então, o diálogo entre as duas áreas de conhecimento, a antropologia e a educação, tem sido implementada por reflexões mais sistemáticas de antropólogas e antropólogos brasileiros, num campo de estudos e de atuação que se consolida por meio de pesquisas, publicações e atuações práticas em diferentes instâncias públicas e privadas.

Tal incremento tem a ver com implicações políticas, teóricas e metodológicas geradas pelo debate tenso e promissor que iniciado no passado, reverbera no presente e, nos faz perguntar sobre o futuro de um campo: o da antropologia da/e educação. Não sem preocupação, talvez, já que o novo contexto da sociedade brasileira, neste início do século XXI, pode colocar

em risco todas as conquistas anteriores e todo o avanço do conhecimento. Daí a importância do registro que aqui se faz, para que futuros acadêmicos possam ser, quem sabe, os artífices de um novo tempo e contar uma outra história da relação entre antropologia e educação.

ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E SUAS CATEGORIAS

A antropologia tem sido convocada a se posicionar, desde sempre, acerca da multiplicidade da realidade cultural e social e, assim, se defronta com a diversidade existente. Por sua vez, a educação, vista como educação escolarizada, têm se defrontado com essa mesma realidade e enfrenta o desafio de superar perspectivas mais homogêneas de seu trajeto histórico e institucional (GUSMÃO, 1997; 2015) e, assim, criar alternativas para o processo educacional, compreendido, na maioria das vezes, como tão somente ensino (ITURRA, s.d.)².

Para a antropologia, discutir tal temática leva a que a própria noção de educação seja apreendida numa concepção mais plural e alargada de educação, não reduzida à ideia de escolarização, mas, como parte do processo educativo plural e diverso, dentro e fora do ambiente escolar. Tal desafio não é simples e nem é fácil em quaisquer dos dois campos. As muitas dificuldades estão dadas tanto pelo aparato teórico de cada um dos campos quando em relação, como também, dizem respeito às concepções que envolvem a ciência e o fazer da ciência, seja na antropologia, seja na educação. Duas questões se colocam: a diversidade do campo teórico e das práticas científicas em cada uma das áreas e, a segunda diz de mecanismos, ainda em construção, para colocar ambas as disciplinas em relação, sem distorções em um campo e outro. A relação que se busca é por complementariedade, cooperação, mas isso não se faz sem conflitos. Antes de tudo por que o processo educativo nem sempre é compreendido de igual modo pelas áreas em questão.

No caso da educação e de sua prática – a Pedagogia – é clássica a compreensão dos processos escolarizados como ação educativa, fato que difere da compreensão das mesmas no campo educacional. No primeiro caso, se trata de ação educativa ou educacional que é de ordem prática e mais prescritiva (LOVISOLO, 1984). Diagnostica, prescreve a ação de intervenção sobre uma dada situação, para solucionar ao que é tido como “problema” no ambiente escolar

² Para Raul Iturra (s.d), a educação no sistema capitalista separa ensino da aprendizagem. A composição com hífen entre os dois termos, demonstra uma dificuldade de entender um processo e outro, já que a palavra composta sugere serem ambos os termos uma só realidade.

e fora dele. Objetiva por meio da socialização³, interiorizar sentimentos, hábitos, valores inerentes à ordem social. O ser social é sujeito passivo das relações de ensino. Permanece na superfície do social: detecta as diferenças e as reconhece. No caso do campo educacional, trata-se de ordem mais ampla e crítica, pois busca uma visão compreensiva da realidade social, mais interpretativa, ordenada pelo campo político e pelas relações de poder. Nele se discutem o ser e o dever ser de sujeitos sociais concretos e seus múltiplos significados. Tem por paradigma a noção de conflito. Considera a dinamicidade da produção e da reprodução do mundo social a partir da noção de sociabilidade⁴ ainda que não negue a socialização. Tal perspectiva considera que o ser social é participante ativo do social e sujeito de conhecimento, onde quer que esteja e atue.

No primeiro caso o que está em questão são as possibilidades do ensino e não necessariamente a aprendizagem, tal como se espera no segundo caso. É evidente nas duas perspectivas, que a pesquisa em uma ou outra concepção, mesmo que olhem para o mesmo objeto e o mesmo contexto, chegarão a resultados divergentes e a ações diversas de intervenção no social. Isso expõe os limites do conhecimento no fazer da pesquisa quando não se tem claro o ponto teórico de partida e as categorias próprias desse campo. Daí a necessidade de ter claro o lugar de nossas falas como pesquisadores.

A proposta que aqui se faz, portanto, é demonstrar os caminhos seguidos por antropólogos que pesquisam a educação⁵ e, fundamentalmente, colocam a ciência e aqueles que a praticam a entenderem o conhecimento como questão moral e ética.

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM OS ANTROPÓLOGOS

Um pequeno panorama a respeito da antropologia e do que fazem os antropólogos preocupados com educação será tratado aqui, sob a perspectiva de que:

3 Socialização: pressupõe a intencionalidade de formação do indivíduo em termos de normas e valores vigentes na sociedade e transmitidos por meio de uma geração adulta para uma geração mais nova que assume assim, as condutas previstas na/pela sociedade

4 Sociabilidade humana: “a um território comunicante e interativo, lócus de mediação entre individualidade e sociedade, entre expressão e identidade, cuja relação é possibilitada pela cultura como esfera do social propiciadora de trocas e capacitadora de diferentes tipos de vida” (GUSMÃO, 1999, p. 52).

5 Alguns dos autores vieram de campos afins como a sociologia e a educação, porém, possuem formação e/ou atuam na interface da antropologia.

[...] há muitos caminhos pelos quais a interface Antropologia da/e Educação pode ser considerada, já que este é um campo em permanente construção no Brasil, na América Latina e, mesmo no velho mundo. (ECKERT; GUSMÃO; TOSTA; DAUSTER, 2017, p.12).

O que importa é que se trata de um campo científico que articula ética, política e ciência, tal como diz Macedo (2007, p.82). Ou seja, que pensa a antropologia e seu método – a etnografia – como possibilidade de uma ciência da ação, ciência da prática⁶. A antropologia como ciência da ação é entendida como aquela que se preocupa com a moral e a ética na relação com os sujeitos que pesquisa. Trata-se de uma ciência de mediação que faz do antropólogo um mediador com responsabilidades teóricas e práticas. Por esta perspectiva compreende-se que o mediar “já [...] seria uma forma de agir”, o que nos remete automaticamente à esfera da ética e da moral, seja nas atividades acadêmicas, de assessoramento no serviço público ou nas ONGs”, como apontam Victoria, Oliven, Maciel e Oro, citando Cardoso de Oliveira na introdução da obra organizada por eles (2004, p. 15). Podemos ampliar a assertiva para outros espaços de ação e intervenção social, mas, se desde muito, a antropologia afirma ser “sempre comprometida, o que importa [perguntar] é com quem ela está comprometida” (RESTREPO, 2014, p.378), essa uma discussão permanente que não pode ser esquecida no fazer científico de qualquer campo das chamadas humanidades.

Assim, os desafios no fazer da antropologia permitem perspectivas múltiplas de construção dessa ciência e, em particular, de uma antropologia da/e educação hoje. Nessa complexa dimensão se colocam as possibilidades dessa relação de ambos os campos, sem que sejam excludentes uma da outra como por vezes se interpreta.

Para evidenciar caminhos novos e emergentes nesse debate, organizei um Dossiê em 2013, para a Revista Pro-Posições (FE/Unicamp) e um outro Dossiê em 2016 (UFPe) foi organizado por mim em parceria com os antropólogos Marion Teodósio Quadros (UFPe) e Gunther Dietz (Universidad Veracruzana, do México). As obras em tela, pretenderam expor algumas das vertentes de pesquisa antropológica trabalhadas no Brasil em nome de uma antropologia da/e educação⁷ e, também, da parte de alguns pesquisadores estrangeiros. Evidente que tanto os temas como as abordagens apresentadas constituem visões contemporâneas de uma ciência antropológica moderna e propositiva. No entanto, em ambos os casos se trata de amostragem

6 Antropologia da ação difere da antropologia aplicada do início do século XX, comprometida com o colonialismo e “solidária com um praticismo inaceitável” como diz Roberto Cardoso de Oliveira (2004, p. 21).

7 Tanto no Dossiê de 2013 como no de 2016, a questão do *de* e do *e* – antropologia da/e educação – não foram tratados, permanecendo a designação dada pelos autores em seus respectivos textos.

parcial do que fazem alguns antropólogos preocupados com o campo educacional. São pesquisadores que reconhecem a heterogeneidade do social, com múltiplas experiências e assumem a teoria e a prática como elementos inseparáveis na construção do conhecimento, marcas do método antropológico diante de sujeitos diversos – da realidade indígena à realidade étnica e cultural presente na sociedade brasileira.

DOSSIÊ “FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE: DILEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO DIÁLOGO ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO”⁸

O título de uma obra importa, pois pretende-se que o mesmo seja indicador objetivo dos conteúdos tratados. Com isso, a primeira análise do título do Dossiê 2013⁹ aponta para dois temas centrais: a formação docente e a diversidade, seja ela social e/ou cultural. Aponta ainda para dois campos de conhecimento: a antropologia e a educação. A partir dessa consideração pergunta-se: o Dossiê 2013 tem por núcleo tais temáticas?

O Dossiê 2013 está composto por sete textos. Seis textos trazem no título a questão da formação docente em escolas brasileiras, argentinas e portuguesas. Trazem ainda a questão da formação docente entre indígenas e, com isso apontam para a diversidade social e cultural dos sujeitos. Pode-se também observar que, dois textos dentre eles se preocupam em apontar modelos educativos de formação docente para a diversidade. Com isso posto, cabe perguntar a finalidade da proposta: o conjunto de textos deste Dossiê dizem *o quê* a respeito da relação antropologia e educação?

Dos temas e olhares construídos há perspectivas que focam a tradição antropológica com a questão da educação num longo espectro temporal e teórico: do séc. XIX ao séc. XXI. Aqui, trata-se de um olhar historicizado para compreender o passado dessa ciência e pensar seu presente e futuro, colocando em tela a antropologia aplicada dos anos de 1930 e os caminhos de superação de seus limites. Outra perspectiva incide sobre intensos processos de imersão

8 GUSMÃO, N. M. M. Apresentação do dossiê formação docente para a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas no diálogo entre Antropologia e Educação. **Pro-Posições**, v.24, n.2(71), maio/ago.2013. Campinas/UNICAMP, p. 17–123. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000200002.

9 A apresentação do conteúdo dos dois Dossiês, a partir de agora designados como Dossiê 2013 e Dossiê 2016, não explicita o nome de cada autor dos textos comentados, apenas o faz quando de citação específica.

etnográfica para situar a interface da antropologia com a educação a partir da antropologia social e cultural que se configurou na institucionalização dessa ciência no Brasil. Nestes casos, discute-se o papel de uma antropologia social e cultural, como fundamental na compreensão de aspectos marginais e/ou de sujeitos minorizados do mundo social. Sujeitos que reivindicam lugares próprios e autônomos no mundo social por meio da educação, tal como populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Nesta perspectiva, a pesquisa, o campo, a teoria e a prática antropológica se fazem num intenso contexto de troca interdisciplinar que toma por foco a formação pessoal e coletiva de sujeitos alvo de políticas públicas que constituem “Antropólogos em Ação” e que se estrutura no Brasil a partir dos anos de 1980/90 em diante. Resulta desse movimento a formação de professores indígenas, de professores da rede pública, numa experiência partilhada com antropólogos, psicólogos, educadores, comunidades e alunos, numa clara concepção de interdisciplinaridade e parte do processo de ação mediadora entre conhecimento e ação.

Por sua vez, a experiência docente se apresenta a partir de trajetórias diversos da antropologia na América Latina e no Brasil, colocando lado a lado concepções antropológicas também diversas. Nesse caso específico, recupera-se o valor analítico das próprias experiências como ferramenta para ver, compreender e interagir com outras experiências e, assim, gerar possibilidades de conhecimentos mais profundos e superar pré-noções que se expressam na prática docente.

Um dos contributos fundamentais da antropologia como antropologia da/e educação é o assumir como central a formação docente para a diversidade, os processos reflexivos e interculturais possibilitados pela etnobiografia¹⁰ como ferramenta pedagógica. De maior significância a afirmação de que a antropologia da/e educação não consiste apenas em usar a etnografia para descrever a escola e seus processos, mas, vai além. Busca compreender os processos de transformação dos sujeitos via suas histórias de vida, pelos processos de socialização vividos e, dentro disso, situa a prática docente. Nesta concepção, se faz presente a abordagem da realidade educacional via os processos educativos na escola e fora da escola, centrados na concepção de aprendizagem permanente que pontua a condição humana em meio coletivo. O intuito é a construção de alternativas no processo educativo, que possibilitem a descoberta conjunta de meios de ação e reflexão tanto da parte do professor como do aluno e, que ambos possam assim, construir uma compreensão abrangente a respeito do mundo social.

10 Para Vieira (2013), a etnobiografia tem a história de vida como ponto de partida para a compreensão do sujeito e, implica uma análise extensiva a todas as dimensões da sua existência. São ainda, vias para compreender os processos educativos (p.117).

Do resumo pontual e limitado do conjunto de textos emerge com clareza a objetividade da proposta do Dossiê 2013 quanto aos temas considerados e, também quanto a relação antropologia e educação. Contudo, o próprio Dossiê tem por subtítulo, um outro debate, qual seja: dilemas, desafios e perspectivas no diálogo antropologia e educação. Quais os dilemas e desafios encontrados? A partir dessa leitura, quais as perspectivas apontadas?

Os textos que cobrem o espectro temporal e teórico da tradição antropológica, apontam para o desconhecimento da antropologia e de seu modo específico de fazer ciência no campo educacional, não só entre pesquisadores da educação, como também, entre os próprios antropólogos. Mais que isso, as pesquisas que adentram o espaço escolar mostram que o que mais perguntam os professores é: o que é antropologia? O que a antropologia sabe fazer na formação de professores? (ROSISTOLATO, 2013). O texto discute a resistência por parte da escola aos discursos externos a ela. Afinal, o que a antropologia teria a dizer na formação de professores? Isso também se dá com os antropólogos que desconhecem na trajetória histórica da antropologia, a importância da educação e da “antropologia pedagógica” presente nas escolas normais entre o final do século XIX e início do século XX, como diz Oliveira (2015). Outros textos apontam para a dificuldade de compreender que, “as abordagens que sistematizam o pensamento e o fazer antropológico na educação se apresentam como não definidas por um modo único de produzir conhecimento, constituindo um campo em construção e de muitas possibilidades” (GUSMÃO, 2013a, p. 19).

Os debates em todos os textos falam da relação antropologia e educação como um espaço aberto de possibilidades e alternativas. Por esta razão, trata-se também, de entender que “o diálogo entre campos diversos constitui um campo de tensão e de “relações perigosas” (GUSMÃO, 2013a, p.19), posto que a relação entre antropologia e educação não é apenas um diálogo disciplinar senão que é, também, um campo de tensão de natureza política. Em jogo, a compreensão da luta daqueles que no mundo social sempre foram sujeitos do olhar antropológico – negros, indígenas, idosos, analfabetos, e outros –, e que hoje buscam consolidar um lugar social de direitos e de reconhecimento por meio da educação. Desafiam, portanto, a escola como instituição e a formação de professores, buscando resgatar a igualdade a partir das diferenças. Nesse sentido, os autores apontam para os diferentes sentidos da noção de cultura e a importância de repensar seu uso na educação escolarizada, já que, quase sempre é vista de forma instrumental, “sem o embasamento teórico que a sustenta e [que] isso exige colocar estudos e práticas sociais e pedagógicas em alerta” (GUSMÃO, 2013a, p. 20). A relação antropologia e educação é “pouco explorada, pouco trabalhada por antropólogos, cientistas sociais ou educadores [...] Resulta daí a imensa dificuldade no recorte a ser feito, de modo a

demarcar tanto o desenvolvimento de uma área e outra, como as relações entre ambas” (Idem, p. 21).

Finalmente, o Dossiê 2013, diante da complexidade do debate, tanto na dimensão de atuação dos antropólogos como na prática cotidiana do professor em sala de aula propõe aos antropólogos e educadores/pesquisadores, a reflexão crítica e permanente da formação desses profissionais, de suas histórias de vida, do campo político e científico em que estão inseridos e, que a educação, em amplo sentido e não apenas escolarizada, seja reconhecida como fundamental na formação de qualquer cidadão e, também naquele que educa e pesquisa.

DOSSIÊ: ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO, ALTERIDADES E DESIGUALDADES¹¹

Não é possível aqui, a análise de cada texto nos moldes feito com o Dossiê 2013, mas, para uma rápida visualização elenca-se alguns dados e algumas considerações em torno das mesmas questões ali colocadas, quais sejam: A) qual a proposta contida no título? B) Os conteúdos tratados correspondem à proposta? C) O conjunto de textos do Dossiê 2016 dizem o quê a respeito da relação antropologia e educação?

A) Do título

A abrangência do título e a não existência de um subtítulo que aponte para um núcleo específico, não compromete a compreensão de que a antropologia e a educação como campos científicos estão orientadas por duas categorias – alteridades e desigualdades. Observa-se que os termos diferem em sua natureza, alcance e historicidade. Neste sentido, os dois campos de conhecimento se relacionam com diferentes perspectivas colocadas pelas categorias que também não são unas e objetivas, mas sim, relativas. Por quê é assim? Para Alves (2005) além de cada matriz teórica ter suas próprias categorias centrais, há ainda outras subordinadas, complementares que dela decorrem. Não apenas isso, deve-se compreender que:

[...] a sociedade em seu movimento impõe ao pesquisador, a produção

¹¹ GUSMÃO, N. M. M.; QUADROS, M. T.; DIETZ, G. (Org.). Apresentação: Antropologia, Educação, Alteridades e Desigualdades. *Antropológicas*. Ano 20, Volume 27(1), 2016. p. 1 – 271. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/download/24033/19495>.

permanente de novas categorias à medida que se avança no conhecimento das realidades empíricas que estuda. O fato coloca como necessária a flexibilização das categorias na apreensão de uma realidade que se busca conhecer sob o risco de engessar o próprio conhecimento caso isso não ocorra [...] Tudo isso tem a ver com o contexto histórico da sociedade [...] e por seus reflexos na vida acadêmica. (GUSMÃO, 2013b, p. 219)

No Dossiê 2016, as categorias se fazem amplas e diversas, tanto na definição como no conteúdo e no uso que se faz delas nas pesquisas relatadas. Se isso aponta para algo qualitativo dado que as categorias não são absolutas, também apontam para o desafio de utilizá-las como ferramentas analíticas que, mais que relativas, são relacionais, ou seja, definem-se em contexto situacional, histórico e político, que moldam as categorias científicas de cada momento e lhes atribuem legitimidade (GUSMÃO, 2013b). Esta complexidade exige reflexão constante e crítica por parte dos pesquisadores – na antropologia e na educação – para delimitarem o alcance e os desafios das abordagens que adotam em suas análises. Fato que também incide na questão ética do fazer ciência. Contudo, isso se reflete no interior dos textos?

B) Dos conteúdos

O Dossiê 2016 se organiza em dois momentos: um ensaio inicial mais teórico aponta um universo de categorias e ideias a respeito de abordagens da diversidade social e cultural; dos encontros e desencontros da antropologia da educação. O conteúdo alerta para os essencialismos simplificadores presentes no campo e propõe a busca por processos interculturais na educação como uma das tarefas da antropologia.

Um segundo momento complementar ao primeiro e em diálogos possíveis com a proposta do ensaio, compõem-se de oito artigos divididos em dois eixos, de quatro textos cada um. O subtema do primeiro eixo é: Antropologia, formação de professores, ensino; o segundo eixo define-se como: Cultura, interculturalidade, educação indígena. Na rápida caracterização percebe-se que o ensaio e os artigos do primeiro eixo pensam o campo, ou seja, a antropologia e sua relação com processos de formação e experiências de ensino. No segundo eixo, debate-se as categorias fundamentais como cultura e interculturalidade, para então pensar o alcance explicativo das mesmas em relação a antropologia e a educação indígena. Há uma clara filiação do Dossiê 2016 à proposta do ensaio inicial como núcleo central do debate dos diversos textos.

Os debates em torno de áreas – a antropologia e a educação – e de categorias analíticas – ensino, cultura e interculturalidade – expressam seu alcance explicativo a partir de realidades concretas pesquisadas por antropólogos e pesquisadores da educação. O fato da junção

do campo teórico e de categorias representativas aponta para a característica fundamental da antropologia como ciência da prática que não desconhece a base teórica e explicativa das próprias categorias como instrumentos analíticos relativos e polissêmicos. Por isso mesmo, a antropologia se faz ciência reflexiva, se faz ciência da ação. Ela própria complexa e polissêmica dado que como ciência a “antropologia não é e nem nunca foi única” (SCHUCH, 2002, p. 88). Aqui reside as possibilidades de alcance não só na ciência mais geral, a própria antropologia, mas também, de seu diálogo com esse outro campo disciplinar, a educação.

C) Da relação antropologia e educação

De início a atenção se volta para algo não explicitamente considerado no Dossiê 2016 e presente no próprio título da obra, posto que traz uma questão ainda de difícil trato na antropologia e na educação. Trata-se da categoria desigualdade que muitos pesquisadores entendem mais explicativa do que a categoria diversidade, esta, muitas vezes vista apenas, como diferença. A questão da diversidade está presente na antropologia desde os primórdios em razão do estudo dos chamados “outros”, os tidos por diferentes. Contudo, pela constituição disciplinar desse campo, na análise antropológica, a diversidade se expressa com maior alcance no interior das alteridades. Este conceito nem sempre é bem compreendido nas pesquisas educacionais e, por vezes, considera-se que o mesmo esteja limitado à relação pesquisador-pesquisado, como sujeitos diferentes em relação. Isto é já uma relação de alteridade, mas a categoria de alteridade não se reduz a isso.

O reducionismo compromete o alcance explicativo da categoria e, muitas vezes, imagina-se que estar em campo, numa relação de alteridade é fazer etnografia. Nestes casos, uma categoria analítica se reduz a uma condição instrumental, localizada e restrita. Sem alcance explicativo. Reduz também, a própria etnografia como prática científica, dado que, por esta concepção, seja suposto que a análise dos dados obtidos em campo deva buscar respaldo teórico em outro campo, quase sempre, na sociologia, posto que aí as *desigualdades* seriam consideradas. Este equívoco revela o desconhecimento da antropologia como campo científico em que a teoria e a prática não se separam e refletem uma concepção acrítica e ultrapassada do que seja antropologia, do que sejam e para que servem suas categorias centrais. Não se adentra assim, ao movimento histórico e contínuo do campo antropológico na revisão permanente de seus princípios, de suas categorias que faz dela uma ciência legítima e de largo alcance também nas sociedades modernas.

A questão das categorias será o ponto principal de cada um dos textos do Dossiê 2016, com análises de resultados de pesquisa empírica e do fazer etnográfico no campo. Uma fértil

demonstração da relação entre teoria e prática, na explicação de outras realidades presentes na sociedade hoje. Com esse preâmbulo adentramos então ao que disseram os antropólogos do Dossiê 2016 com respeito aos seus estudos e experiências de pesquisa no âmbito da antropologia da/e educação em termos dos avanços, possibilidades e desafios do campo teórico e prático das duas áreas em interlocução.

1) Do Ensaio

O ensaio que abre o Dossiê 2016, não foi escrito com a intenção de ser um guia teórico e prático do conjunto dos textos que organizam os dois eixos da obra. Contudo, é ele que dá o tom no diálogo da antropologia com a educação como debate contemporâneo e crítico no conjunto de textos.

O ensaio propõe a análise das alteridades e desigualdades em processos de interação assimétrica, já que seu ponto de partida é a compreensão de relações de poder. Relações estas, presentes em diferentes processos educativos, não só na escola. Aponta para uma concepção alargada de educação e a demonstra num gradiente temporal de desenvolvimento da antropologia como ciência – do Séc. XIX ao início do Séc. XX –, momento que a antropologia estuda empiricamente os “processos de socialização”, de transmissão entre culturas e, por esta razão, quase sempre se fez uma ciência “imediatista” de intervenção pedagógica geradora de encontros e desencontros que, ainda hoje são lembrados em meio a críticas a uma possível antropologia da educação. O que se destaca é que o Ensaio permite compreender o passado da antropologia e aponta para a dimensão do debate atual. Situa a ciência antropológica e confirma que “Os tempos são outros e a forma de fazer antropologia mudou” (MACEDO, 2007, p.84)¹². Já não é possível negar a mudança e o avanço desse campo nas últimas décadas do Séc. XX e este início do Séc. XXI, tal como aponta o ensaio. O Séc. XX e o presente século tem como proposta da área antropológica o “estudo etnográfico das diversidades, das alteridades e desigualdades contemporâneas, no âmbito educativo e particularmente na escola” como diz Dietz (2016, p. 13)

O novo campo antropológico-pedagógico segundo o autor, traz consigo a confluência entre a antropologia e a pedagogia e instaura um campo interdisciplinar que tem uma nova categoria de estudo e análise, a educação intercultural. Trata-se de um avanço significativo, mas que também trouxe consigo uma

¹² A referência diz respeito a antropologia dos anos de 1920/30 de cariz cultural e conservador. (GUSMÃO, 2015)

[...] interpretação predominantemente auxiliar e instrumental do conhecimento antropológico [o autor refere-se a pesquisas no campo da educação] há criado um reducionismo conceitual-terminológico [da antropologia como ciência]” que impacta negativamente a estratégia de interculturalizar a esfera educativa (DIETZ, 2016, p.13).

Com isso, na educação predominam estudos de um *multiculturalismo diferencial* que reafirma o discurso pedagógico culturalista (do início do Séc. XX). Deve-se, portanto, principalmente no caso dos contextos coloniais como os da América Latina e suas relações de poder, superar este reducionismo, e retomar a compreensão e o alcance da interculturalidade e da alteridade como relações conflitivas e dialógicas.

A interculturalidade e a alteridade serão então, as categorias centrais que se apresentam em todos os textos decorrentes de pesquisa etnográfica que conformam os dois eixos do Dossiê 2016.

2) Dos demais textos

Alguns pontos do conjunto dos textos do Dossiê 2016 evidenciam os avanços e limites em estudos atuais do campo da antropologia da/e educação. As transformações da antropologia como ciência que tem a própria mudança de seus caminhos como fundamental para seu desenvolvimento é consenso nos textos apresentados. A dinamicidade e a flexibilidade do campo antropológico são vistas como propriedades qualitativas de uma ciência moderna e atual. Nos diferentes textos as principais categorias de análise que emergem são as seguintes: alteridade, cultura, reflexividade, autoridade, sociabilidade, identidade, gênero, educação, diversidade, subjetividade, relações de poder. Todas elas referidas a contextos concretos e situados que imprimem ao olhar do pesquisador diferentes formas de se estar na escola – do ensino superior à educação escolar indígena. Dizem ainda da formação de professores indígenas ou não. Por sua vez, as categorias, para além de apontarem a natureza da prática de pesquisa antropológica, dizem de seu alcance explicativo neste ou naquele contexto. Assim, o alcance analítico e teórico encontra sua substância, seu conteúdo no universo empírico, concreto e histórico de cada segmento, povo ou nação em estudo pela antropologia da/e educação.

Aponta-se também para alguns limites ou desafios a serem melhor estudados e compreendidos. A antropologia da/e educação, por mais que seja consenso que está se desenvolvendo, ainda se encontra subsumida a um “lugar periférico” dentro da própria antropologia. Ora dilui-se em outras modalidades tais como antropologia urbana, etnologia; ora aparece como decorrência de pesquisas cujo interesse principal não é a educação, mas ela se impõe no

campo como complemento e não como objeto central. A única exceção se apresenta nos estudos de educação indígena e que, no Dossiê 2016, se faz presente em dois textos do segundo eixo.

Outra questão bastante frequente é que, embora hoje, seja crescente o número de programas de pós-graduação em antropologia, serão as instituições periféricas e não de grandes centros que buscam pelo campo disciplinar da antropologia da educação. Por outro lado, os programas de educação buscam essa interface, porém, muitas vezes o fazem vendo na antropologia um campo auxiliar, mais instrumental que analítico. Uma ciência menor.

Também nesses programas, a dificuldade muitas vezes é a de ter claro que aí não se formam antropólogos. Fato que nos leva a questionar o campo de formação e atuação dos antropólogos, já que diversas pesquisas têm demonstrado que nem sempre, nesses programas ou mesmo nos programas de graduação em pedagogia e de formação de professores, quem ministra antropologia não é, necessariamente, antropólogo por formação. Também as dificuldades de estudo *at home*, daqueles que nos são próximos, esbarram em empecilhos que vão desde a reflexividade necessária do campo disciplinar até aos chamados comitês de ética das instituições, posto que os modelos operacionais desses comitês não contemplam as chamadas humanidades. Aqui, a questão da ética se coloca como debate urgente e necessário para antropólogos e pesquisadores em educação, na busca por uma revisão crítica e consistente do que foi feito e do que se faz hoje na interface dos dois campos de conhecimento.

FAZER CIENTÍFICO E ÉTICA: DESAFIO CONTEMPORÂNEO

A existência de intercorrências¹³ na prática científica, num campo e noutro, revelam questões ainda não de todo explicitadas ou resolvidas e, não apenas na questão das categorias e ferramentas. Nesse universo de limites e dificuldades aqui apenas esboçado, importa compreender o debate ainda incipiente presente nas relações entre disciplinas e que dizem respeito ao campo da ética. Porquê disso?

Como diz Gustavo Lins Ribeiro (2004), “a ética implica a busca, por parte de uma coletividade, de princípios aceitáveis de comportamento e ação” (p. 9) que envolvem as populações

¹³ Intercorrências no sentido de acontecimentos que implicam a flexibilização da postura de investigação a partir de problemas emergentes e nem sempre previstos no fazer de campo, na coleta de dados e na sua análise.

que estudamos e, aqui se centra em grande parte o debate que temos hoje na antropologia e em outros campos. O autor vai além, quando aponta para a questão da ética, presente também, na relação das fronteiras da antropologia com outras disciplinas. Neste caso particular, segundo Ribeiro, o debate já avançou com relação à ciência da saúde e às ciências jurídicas, mas, podemos dizer que não é o caso quando se fala na relação entre antropologia e educação. A relação entre ambas tem gerado desacordos, desencontros e críticas em ambos os campos, ainda que possam vir a serem superados.

Um rápido cenário dessa polêmica pode se evidenciar nos debates em torno da legislação educacional, da escola sem partido, do currículo único etc. no caso da educação e que diz respeito tanto a educadores como a antropólogos, mas que nem sempre concordam que sejam questões com perspectivas ou questões em comum. Alguns antropólogos (GUSMÃO, 1997; 2013b; DAUSTER, TOSTA, ROCHA, 2012), demonstram criticamente a apropriação de práticas antropológicas de pesquisa sem a necessária base epistemológica correspondente em pesquisas educacionais. Por sua vez, diante dessa questão alguns pesquisadores na educação negam a antropologia alegando que a mesma se pensa como superior e que pretende a submissão da educação como ciência menor ou mesmo, não ciência. Outros compreendem a ciência antropológica como “culturalista” e como tal, limitada para explicar a complexidade do presente, já que tem como ferramenta principal, o conceito de cultura e este seria apolítico, sem alcance numa sociedade de classes (GUSMÃO, 2015). Perde-se aí a compreensão da cultura como processo decorrente das relações entre os homens, portanto um campo político por excelência como diz Kuper (2002), para vê-la de modo absoluto e petrificado, apenas como produto das relações humanas.

O rápido e ligeiro retrato das relações entre a antropologia e a educação assim traçado diz dos desafios e limites da relação entre disciplinas de modo a construir caminhos de “enjaulamento” – cada campo, cada campo – mas que, via um debate mais profundo das relações entre antropologia e educação como campos científicos, podem construir muitas possibilidades de troca e compartilhamento interdisciplinar com ganhos significativos para os dois campos. Cabe alertar para o fato de que esse debate ainda está por se fazer de modo consistente e responsável pelos profissionais dos dois campos. O cenário descrito é dependente de muito esforço e abertura profissional séria e comprometida. É preciso refletir o que fazem os pesquisadores de um campo e outro na elaboração de suas pesquisas e no como destinam suas análises em termos de políticas de intervenção social. Aqui, se destaca a questão da ética.

A ética não está plenamente posta no debate desses dois significativos campos disciplinares quando em relação – a antropologia e a educação – mas, é um desafio dentre os investi-

mentos a serem feitos. As razões são muitas, já que no caso brasileiro o campo da antropologia da/e educação é, ainda, uma dimensão em construção (GUSMÃO, 2013a, 2015). Não há espaço para tal debate neste texto, mas, pode-se dizer que, dentre as muitas dificuldades de um campo em construção, está em se assumir que a ética é parte do campo político e, com tal, sujeito a mudanças como diz Gustavo Lins Ribeiro (2004). Isso demanda tornar claro o lugar da fala tanto do antropólogo como do pesquisador em educação, não apenas pelo lugar teórico que ocupa, mas também, como sujeito social e cidadão de realidades datadas e historicamente instituídas.

Com esse entendimento, Ribeiro (2004, p. 11) torna evidente que o campo político e a ética que se adota no fazer da ciência na antropologia ou na educação não torna imunes ou isentos “os atores profissionais e sociopolíticos vinculados a esses campos”. O fato nem sempre é fácil de ser reconhecido e este é o desafio da atualidade neste debate. O registro desse alerta a futuros pesquisadores dos dois campos de conhecimento tem por proposta que, pesquisadores que desenvolvem e acumulam estudos neste saber de fronteira, possam construir espaços acadêmicos de discussão conjunta para, então, contribuir com os mais diversos diálogos. Almeja-se com isso, construir um cenário possível da pesquisa educacional a partir, tanto da perspectiva da antropologia, como dos pesquisadores em educação que fazem a leitura da antropologia no seu campo de pesquisa.

PARA CONCLUIR

O momento que atravessamos é o de um ponto de inflexão de uma perspectiva ainda em constituição – uma antropologia da/e educação. O fato exige que novos rumos sejam traçados, posto que se trata de um momento propício ao debate crítico e ao desenvolvimento de um pensamento analítico e comprometido. Discutir, portanto, a construção e consolidação de uma antropologia da/e educação no país, suas possibilidades e seus impasses, torna-se um desafio permanente no campo da pesquisa e da docência, seja na formação do cientista social, seja na formação de futuros educadores no campo da educação.

O fato de a antropologia da/e educação estar em construção torna necessário pensar criticamente o fazer científico, de modo a ressaltar que este não pode ser apenas e eminentemente teórico, mas também não pode ter por foco a prática acima de qualquer reflexão crítica assentada num corpus teórico consistente, mesmo que seja para negá-lo. O engajamento do antropólogo e da antropologia por ele praticada, ou ainda de qualquer outro cientista e seu

campo, exige comparar diferentes posições, situá-las, já que, importa a concepção de ciência que adotamos na explicação desta ou daquela realidade.

Em nosso país, apesar da raridade dos estudos antropológicos sobre educação, encontra-se em emergência e construção uma antropologia da educação não atrelada apenas à questão indígena, mas ativa e atuante, também em outros contextos, igualmente objeto de reflexão/atuação de outras ciências humanas, como revelam os Dossiês aqui considerados. O aparato teórico e prático da antropologia, por sua história, permite resgatar diferentes dimensões dos processos educativos dentro e fora da escola a partir do campo educacional, de modo crítico e competente. A perspectiva que envolve o campo tensional de formação dos sujeitos, de pessoas e mesmo, da nação, entende essa dimensão social como inerente ao campo histórico e político das relações entre os homens. Condição necessária para pensar a cultura como processo e campo político por excelência, tal como se buscou demonstrar com a análise do Dossiê 2013 e do Dossiê 2016.

As possibilidades de uma antropologia da educação moderna e crítica, no caso brasileiro, estão, portanto, postas no cenário acadêmico e científico, como afirma Gusmão (2013a; 2015). Cabe a nós compreender os muitos caminhos de um saber de fronteira e, assim empreender diferentes trajetórias etnográficas para dar corpo e alma a uma antropologia da/e educação que tenha em conta o ofício etnográfico na dimensão de um campo científico e ético competente para não cair em idealismos relativistas, vazios e ideologicamente comprometedores. Vale, portanto, na condição de profissionais desses dois campos – a antropologia e a educação – ficar alerta aos compromissos teóricos e ideológicos que assumimos quando adotamos uma ou outra postura no fazer da pesquisa.

Com isso voltamos ao campo da ética, da relação entre campos e ao desafio de ter que reconhecer criticamente o lugar de nossas falas como profissionais e sujeitos sociopolíticos que somos, já que, nós e o conhecimento que produzimos, não se fazem imunes ao campo político a nossa volta e às mudanças que enseja.

Também temos por obrigação responder a que e a quem serve o que produzimos com nossas pesquisas. Nesse contexto, o campo político e ético de uma ciência e de sua relação com outras ciências é, sem dúvida um desafio marcado por tensões e conflito, mas também, por liberdade e princípios, que no dizer de Cardoso de Oliveira (1998) orientam o fazer científico em termos democrático e profundamente moral.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna**. Formas Históricas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
2. BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Editora Mercado das Letras, 2002.
4. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o diálogo intolerante. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998. p. 189-197.
5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal estar da ética na antropologia prática *In*: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). **Antropologia e Ética**. O debate atual no Brasil. Niterói, EdUFF, 2004, p. 21-32.
6. DAUSTER, Tania (Org.). **Antropologia e Educação**. Um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Editora Forma & Ação, 2007.
7. DAUSTER, T.; TOSTA, S. P.; ROCHA, G. (Org.) **Etnografia e educação: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.
8. DIETZ, Gunther. Antropología, Educación, Alteridades y Desigualdades: un ensayo introductorio. **Anthropológicas**. Ano 20, v. 27(1), p. 1-10. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/issue/archive>. Acesso em: 08 fev. 2019.
9. ECKERT, Cornelia; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; TOSTA, Sandra Pereira; DAUSTER, Tania. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**. v. 49, p. 9-8. set./dez. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/1711>. Acesso em: 08 fev. 2019.
10. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia e Educação: origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**. v. 18, n. 43, p. 8-25. CEDES/Campinas: dez. 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621997000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 fev. 2019.
11. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. Edição Especial. **Cadernos de Pesquisa**. n. 107, p. 41-78. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Editores Associados, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15741999000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 fev. 2019.

12. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Apresentação do dossiê formação docente para a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas no diálogo entre Antropologia e Educação. **Pro-Posições**, v.24, n.2(71), maio/ago.2013. Campinas/UNICAMP. p.17 – 123. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000200002. Acesso em: 08 fev. 2019.
13. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Comunidades Rurais Negras ou Quilombolas? Um debate em torno de categorias e experiências. *In*: GODÓI, E. P.; MENEZES, M. (Org.) **Uma terra para se viver: assentados, colonos e quilombolas**. São Paulo: Annablume, 2013b. p. 215-235.
14. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia e Educação: um campo e muitos caminhos. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.21, n.44, p. 19-37. jan./abr. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas>. Acesso em: 12 fev. 2019.
15. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; QUADROS, Maria Teodósio de; DIETZ, Gunther. Apresentação: Antropologia, Educação, Alteridades e Desigualdades. **Anthropológicas**. Ano 20, Volume 27(1), 2016. p. 1 – 271. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/download/24033/19495>. Acesso em: 12 fev. 2019.
16. ITURRA, Raúl. O processo educativo: ensino ou aprendizagem? **Educação, Sociedade & Cultura**, n. 1, p.20-50. [s.d.].
17. KUPER, Adam. **Cultura**. A visão dos antropólogos. EDUSC. Bauru, SP: 2002.
18. LIMA, Rita de Cássia Pereira. Sociologia do desvio e interacionismo. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. v.13, n. 1, p. 185-201. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a12.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.
19. LOVISOLO, Hugo. Antropologia e educação na sociedade complexa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. n. 65, p. 56-69. jan./abr. 1984.
20. MACEDO, Juliana Lopes de. Direitos Sexuais e Reprodutivos sob a Ótica da Antropologia. *In*: FLEISHER, Soraya; SCHUCH, Patrice; FONSECA, Cláudia. (Org.) **Antropólogos em Ação: Experimentos de Pesquisa em Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 77-90.
21. OLIVEIRA, Amurabi. Apresentação. **Linhas Críticas**. v.21, n.44, p. 11-17. Brasília, DF: jan./abr. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas>. Acesso em: 12 fev. 2019.
22. RESTREPO, Eduardo. Desdisciplinar a antropologia: diálogo com Eduardo Restrepo. **Horizonte Antropológico**. v. 20, n. 41, p. 359-379. Porto Alegre: jan./jun. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/135078>. Acesso em: 26 fev. 2019.
23. RIBEIRO, Gustavo Lins. Prefácio. *In*: VICTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Pedro (Org.). **Antropologia e Ética. O debate atual no**

- Brasil.** Niterói: EdUFF, 2004. p. 9-12.
24. ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. **Antropologia e educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
25. ROSISTOLATO, Rodrigo. “Você sabe como é, eles não estão acostumados com antropólogos!”: uma análise etnográfica da formação de professores. **Pro-Posições.** v. 24, n. 2 (71), p. 41-54. mai./ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/issue/view/884>. Acesso em: 08 fev. 2019.
26. SCHUCH, P. O “estrangeiro” em “campo”: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia.** Niterói, n. 12/13, p.73-91. 2002.
27. VIEIRA, Ricardo. Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. **Pro-Posições.** v.24, n.2(71), p.17-25. mai./ago. Campinas/UNICAMP: 2013a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072013000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 fev. 2019.
28. VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). **Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2004.

Neusa Maria Mendes de Gusmão

Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1990). Pós-doutora pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1998 e 2002. Professora titular aposentada da Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5627-1286>. E-mail: neusagusmao@uol.com.br.

R **ESENHA**

KHOTARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. Pluriverse: A Post-Development Dictionary. Nova Delhi: Tulika Books, 2019.

Viviane Kraieski de Assunção

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

Andréia Gimenes Amaro

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

Resenha da obra Pluriverse: a post-development dictionary, de Ashish Khotari, Ariel Salleh, Arturo Escobar; Federico Demaria e Alberto Acosta. A coletânea reúne mais de 100 verbetes de autores, escolhidos e convidados por serem pesquisadores e/ou ativistas engajados com lutas e movimentos sociais do Sul global, e comprometidos com uma perspectiva decolonial e crítica das estruturas do sistema capitalista, da modernidade ocidental e do patriarcado. A partir dessa linha, o livro propõe uma compilação de conceitos, visões de mundo e práticas que se opõem à ontologia eurocêntrica universalista, apresentando alternativas transformadoras para os processos atualmente dominantes de desenvolvimento globalizado.

Palavras-chave: Resenha, Pós-Desenvolvimento, Decolonialidade, Anticapitalismo.

ABSTRACT

Review of the book Pluriverse: a post-development dictionary, by Ashish Khotari, Ariel Salleh, Arturo Escobar and Federico Demaria and Alberto Acosta. The collection brings together more than 100 entries by authors, chosen and invited for being researchers and/or activists engaged in struggles and social movements in the global South, and committed to a decolonial and critical perspective of the structures of the capitalist system, western modernity and patriarchy. Based on this, the book proposes a compilation of concepts, worldviews and practices that oppose the universalist eurocentric ontology, presenting transforming alternatives to the currently dominant processes of globalized development.

Keywords: Review, Post-Development, Decoloniality, Anti-capitalism.

Recebido em 21 de agosto de 2020.

Aceito em 26 de agosto de 2020.



Pluriverse: a post-development dictionary parte da noção zapatista de pluriverso para realizar uma severa crítica à noção de desenvolvimento e apontar caminhos para sua superação. A obra tem como epígrafe a Quarta Declaração da Selva Lacandona, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), de 1996, que, em um dos trechos, afirma: “In the world we want, everybody fits. The world we want is a world in which many words fit”. Assim, a ideia de que não há um universo único, mas um mundo onde cabem muitos mundos, na tradução livre do texto, está articulada a um amplo inventário de propostas alinhadas a uma concepção de pós-desenvolvimento, segundo os próprios organizadores.

A obra é organizada pelo ambientalista indiano Ashish Khotari, a socióloga australiana Ariel Salleh, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o professor de economia espanhol Federico Demaria e o economista equatoriano Alberto Acosta, o que revela critérios para ser autor dos textos que compõem o livro. Segundo seus organizadores, os autores devem ser sujeitos – pesquisadores e ativistas – engajados com lutas e movimentos sociais do Sul global, e comprometidos com uma perspectiva decolonial e crítica das estruturas que promovem as injustiças sociais e ambientais, a saber, o sistema capitalista, a modernidade ocidental e o patriarcado. Cada verbete é escrito por autor profundamente envolvido com a visão de mundo e a prática descrita, “das resistências indígenas a rebeldes de classe média” (p. 18).

O livro propõe uma compilação de conceitos, visões de mundo e práticas que se opõem à ontologia eurocêntrica universalista. O prefácio e a introdução apresentam as intenções e as discussões teórico-epistemológicas que precederam a obra. Situam os debates críticos sobre desenvolvimento realizados por autores de textos que compõem a obra, como Vandana Shiva e Arturo Escobar¹ além de outros, como Gilbert Rist e Wolfgang Sachs. Este último assina o prólogo, intitulado *The Development Dictionary Revisited*, uma referência ao *The Development Dictionary* (1993), obra organizada por Sachs, que expõe de forma crítica os conceitos-chaves do discurso do desenvolvimento, e decretam o fim de sua era. O autor reconhece a ingenuidade deste otimismo pós-Guerra Fria, e define o desenvolvimento como um programa da era pós-colonial na segunda metade do século XX, um instrumento do avanço do imperialismo ocidental. Afirma que o desenvolvimento pressupõe um movimento linear e unidirecional de todas as nações na busca de um progresso técnico e econômico, medido por índices quantitativos como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizados para comparar e hierarquizar países. E denuncia a promessa frustrada deste programa ocidental: o universalismo do progresso. Assumindo a insustentabilidade do crescimento econômico ilimi-

¹ Autor de *Encountering Development*.

tado, expressa no aumento das desigualdades e da pobreza e na degradação ambiental, o autor revela a “decepção semântica” na inclusão do termo “desenvolvimento” nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (p. 13).

Ainda nos textos introdutórios são expostos os critérios estabelecidos pelos organizadores para selecionar as visões de mundo e práticas apresentados na obra como alternativas ao desenvolvimento: os meios de produção econômica e reprodução social são controlados de forma justa? Todas as pessoas têm acesso a modos de vida significativos? As discriminações de gênero, classe, etnicidade, casta e sexualidade estão sendo extintas? Paz e não-violência estão difundidas na vida comunitária? (p. 19)

Os organizadores manifestam a intenção de repolitizar o debate sobre a transformação socioecológica, enfatizando sua multidimensionalidade, e convidam para um processo de decolonização intelectual, emocional, ética e espiritual. Expõem seu comprometimento com a democracia, descrita como um processo permanente de radicalização, que deve abranger todas as áreas da vida, e culminar numa democracia planetária (p. 21), opondo-se ao modelo da democracia representativa liberal.

As críticas à modernidade permeiam toda a obra, assim como às concepções que a acompanham, principalmente o individualismo, livre mercado, secularismo e liberalismo econômico. Os autores problematizam também a ideia universalista de ciência como verdade inquestionável e precursora do progresso ocidental, assim como o antropocentrismo e a visão dualista do mundo, defendendo a democracia do conhecimento e a diversidade cultural.

Além das críticas e da ruptura com o sistema vigente, a obra propõe oferecer possibilidades na “busca por um mundo ecologicamente sábio e socialmente justo” (p. 23). De acordo com os organizadores, as alternativas às concepções ocidentais hegemônicas podem emergir das margens do colonialismo e do capitalismo. Ainda que reconheçam a importância das teorias marxiana e marxistas, os organizadores defendem complementá-las com as contribuições feministas e ecologistas, “assim como com as imaginações que emanam das imaginações do sul do globo, incluindo os ideais de Gandhi” (p. 24). Reforçando as críticas de Sachs, os autores classificam a Agenda 2030 da ONU como “capitalismo verde”, por não considerar as causas estruturais dos problemas socioambientais, manter a subserviência ao capital privado sem controle social, sujeitar a cultura, a ética e a espiritualidade às forças econômicas e evidenciar o crescimento econômico como motor do desenvolvimento (p. 26-27).

A organização da obra, dividida em três partes, também reflete as concepções que alicerçam sua construção. A primeira é intitulada *Development and its crises: global experiences*. Traz textos curtos de um pesquisador-ativista de cada um dos cinco continentes para refletir

sobre o desenvolvimento: Nnimmo Bassey (África), Vandana Shiva (Ásia), Jose Maria Tortosa (Europa), Phil McMichael (América do Norte), Kirk Huffman (Oceania) e Maristella Svampa (América do Sul). Os autores desta seção reforçam a oposição ao modelo de desenvolvimento baseado em métricas do PIB e às políticas econômicas de organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de pautas de movimentos sociais e visões de mundo de contextos culturais específicos. Diferencia-se o texto de Svampa, intitulado *The Latin American Critique of Development*, que apresenta as perspectivas críticas latino-americanas, mencionando tanto a sociedade de consumo do economista brasileiro Celso Furtado na década de 1970 até os conceitos que fazem parte do cenário epistemológico pós-desenvolvimento, como bem viver, bens comuns, entre outros.

A segunda seção da obra é intitulada *Universalizing the world: reformist solutions*. Como o próprio título indica, traz concepções consideradas soluções reformistas, que contribuem para a manutenção do *status quo* do Norte Global. Estas noções buscam conciliar a sustentabilidade com os interesses do sistema capitalista, por meio da mercantilização da natureza, da manutenção do crescimento econômico e da adoção da pauta neoliberal. Algumas têm em comum a crítica a ideias valorizadas pela ideologia neoliberal, como a noção de eficiência (também discutida em um verbete próprio) e a defesa da tecnologia como um fim em si mesma – evidenciada em “Ferramentas digitais”, que alerta que seus usos não prescindem de um questionamento das condições de sua produção e seus efeitos socioambientais (p. 39).

Dentre as dezessete concepções classificadas como reformistas, estão “Desenvolvimento sustentável”, “Cidades inteligentes”, “Economia circular”, “Economia Verde”, “Neoextrativismo” e “BRICS”. Este último, de autoria de Ana Garcia e Patrick Bond, é descrito como um bloco com potencial para confrontar a hegemonia ocidental, mas que acomoda projetos de elites nacionais e corporações multinacionais, seguindo políticas econômicas neoliberais.

A última seção da obra é denominada *A people's pluriverse: transformative initiatives*, que, de acordo com os organizadores, tem a pretensão de desconstruir o desenvolvimento por meio de uma matriz de iniciativas. Traz oitenta e cinco concepções alinhadas a visões de mundo e práticas de comunidades indígenas, camponesas e pastorais, movimentos feministas, ambientais e de comunidades urbanas.

Essa matriz de iniciativas destaca-se pela ampla variedade. Algumas trazem concepções provenientes de contextos culturais específicos, como “Kametsa Asaika” (do povo ashaninka), “Kawsak sacha” (dos povos nativos amazônicos), “Hurái” (do povo chinês Tuva), “Prakritik Swaraj” (da filosofia indiana), “Minobimaatisiwin” (das culturas Cree e Anishinaabe) e “Kyo-sei” (um conceito japonês). Já outras são oriundas de visões das maiores religiões no mun-

do, expostas em “Ecoteologia cristã”, “Ética islâmica”, “Hinduísmo e transformação social”, “Religiões chinesas”, “Budismo e compaixão baseada em sabedoria”, “Tikkun Olam judaico”, “Teologia da libertação”, “Ibadismo” e “Visão de mundo Tao”.

Destacam-se, pelo menos, três conceitos que defendem a existência coletiva, em oposição ao individualismo moderno: “Comunalidade”, “Convivialismo” e “Convivialidade”. Algumas noções fazem parte do vocabulário corrente nos meios de comunicação, como “Agroecologia”, “Ecovilas”, “Soberania alimentar” e “Software livre”, e outras mais alinhadas às esferas econômica e política, articuladas ou não a contextos locais, como “Arbitragem para a dívida externa”, “Democracia direta”, “Decrescimento”, “Economia democrática no Curdistão”, “Ecosocialismo”, “Democracia ecológica radical”, “Economia de solidariedade social”, “Pós-economia”, “Produção negentrópica”, “Produção liderada por trabalhadores”.

A obra inclui verbetes dedicados a movimentos feministas do Sul global e aos estudos de gênero, como “Ecofeminismo”, “Feminismos latinoamericanos e caribenhos” e “Feminismos do Pacífico”. Estes dois últimos, significativamente no plural, apontam a intenção de compreender a variedade de configurações dos feminismos, opondo-se à visão homogeneizante de “mulher universal” da vertente ocidental e liberal.

À primeira vista, alguns títulos chamam a atenção por sua generalidade, como “pedagogia” e “revolução”. Mas a leitura desvela suas propostas em (re)definir as bases teóricas destas noções no cenário pós-desenvolvimento. Em “Pedagogia”, de autoria de Jonathan Dawson, encontra-se uma crítica às demandas neoliberais para os sistemas educacionais e a adoção da ideia de comunidade de aprendizagem, inspirada na obra de Paulo Freire, que propõe um rompimento com a relação hierarquizada entre professor e aluno e com a concepção unilateral do processo de ensino-aprendizagem (p. 271). Já o novo sentido de “Revolução”, escrito por Eduardo Gudynas, passa pelo questionamento radical do conceito de desenvolvimento e pela superação da modernidade, levando a mudanças significativas na estrutura social, que, segundo o autor, nem o capitalismo nem o socialismo puderam realizar (p. 293).

Os textos curtos cumprem a função de apresentar aos leitores as visões alternativas, servindo como um ponto de partida para uma pesquisa mais profunda. Essa proposta não permite, no entanto, compreender as possíveis incoerências ou contradições dessas noções ou práticas. Por exemplo, o verbete “Direitos Humanos”, escrito por Miloon Kothari, não problematiza a lógica ocidental e os paradoxos destas concepções (p. 200). Mas algumas exceções podem ser destacadas. No verbete “Hinduísmo e transformação social”, a autora Vasudha Narayanan reconhece que os hindus enfrentam desafios para combater a desigualdade social e a degradação ambiental, e admite que a religião, por vezes, é um impeditivo para o combate a estes problemas

(p. 199).

O livro termina com um *Postscript* que convida os leitores a participarem da *The Global Tapestry of Alternatives*, que procura criar redes de solidariedade e alianças entre as alternativas ao modelo hegemônico. Refletindo sobre a noção zapatista de pluriverso a partir da obra, é possível reconhecer que é urgente e constitui um grande desafio elencar as noções e práticas que orientam a formação deste mundo em que cabem outros mundos.

REFERÊNCIA

1. KHOTARI, Ashish *et al.* **Pluriverse**: a post-development dictionary. Nova Delhi: Tulika Books, 2019.

Viviane Kraieski de Assunção

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral na Vrije Universiteit Amsterdam. ID. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0118-2486>. E-mail: vivianekraieski@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Redação, Revisão.

Andréia Gimenes Amaro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9482-8084>. E-mail: andreiagimenespmc@gmail.com. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Redação, Revisão.